

MIGUEL CARVALHO

**POR
DENTRO
DO
CHEGA**

CONFIDENCIAL

**A FACE OCULTA
DA EXTREMA-DIREITA
EM PORTUGAL**



MIGUEL CARVALHO

POR DENTRO DO CHEGA

A face oculta
da extrema-direita
em Portugal





Edição em formato digital: setembro de 2025

POR DENTRO DO CHEGA
A face oculta da extrema-direita em Portugal
© 2025, Miguel Carvalho
Todos os direitos reservados

© desta edição:
2025, Penguin Random House Grupo Editorial, Unipessoal, Lda.

Objectiva é uma chancela de
Penguin Random House Grupo Editorial
Rua Alexandre Herculano, 50, 3.º, 1250-011 Lisboa, Portugal
correio@penguinrandomhouse.com

A Penguin Random House valoriza e defende a proteção da propriedade intelectual. Os direitos de autor promovem a criatividade e a liberdade de expressão. Ao adquirir uma edição autorizada deste livro — não reproduzindo, digitalizando ou distribuindo nenhuma parte dele sem autorização —, está a respeitar a lei dos direitos de autor, a apoiar os escritores e a contribuir para que a Penguin Random House continue a publicar livros para todos os leitores.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 47/2023, de 19 de junho, a Penguin Random House reserva-se expressamente o direito de reprodução, uso ou leitura mecânica deste livro, para finalidades de prospeção textual ou de dados analíticos.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, por qualquer processo, com o propósito de treinar tecnologias ou sistemas de inteligência artificial. Em caso de necessidade, para temas relacionados com a segurança dos produtos, escreva-nos para: rgsp.pt@penguinrandomhouse.com

Edição: Eurídice Gomes
Coordenação editorial: Catarina Sabino
Revisão: Laurinda Brandão
Capa: André Cardoso
Fotografias: © DR

ISBN: 978-989-589-398-0

Composição digital: [Simon and Sons ITES Services Pvt. Ltd.](#), Chennai

Site: penguinlivros.pt
Bluesky: [@penguinlivros.bsky.social](#)
Facebook: [editoraobjectiva](#)
Instagram: [penguinlivros](#)

*Ao Francisco e à Maria, meus filhos,
que um dia saberão o valor da liberdade*

«Vejam todas estas pessoas. São incapazes de fazer uma revolução. Estão demasiado humilhadas. Têm muito medo, estão muito oprimidas. Mas daqui a dez anos os que têm 10 anos terão 20. E os que têm 15 terão 25. Ao medo herdado dos seus pais acrescentarão o próprio idealismo e impaciência. Alguém se apresentará e representará os seus sentimentos inconfessáveis. Alguém lhes prometerá um futuro. Alguém fará exigências. Alguém falará de grandeza e sacrifício. Os jovens e inexperientes darão a sua coragem e a sua fé aos cansados e incertos. E depois haverá uma revolução. E o nosso mundo afogar-se-á em sangue e fogo.»

O Ovo da Serpente, filme de Ingmar Bergman

«O truque mais esperto do Diabo é convencer-nos de que não existe.»

BAUDELAIRE

«Dir-vos-ei o que me trouxe à posição que alcancei. Os nossos problemas políticos pareciam complicados. O povo alemão não podia fazer nada com eles [...] Eu, por outro lado, reduzi-os aos termos mais simples. As massas compreenderam isso e seguiram-me.»

ADOLF HITLER

ÍNDICE

Por Dentro do Chega

Créditos

Dedicatória

Epígrafes

INTRODUÇÃO

PRÓLOGO

Nota do editor

DEUS

O TRIUNFO DA VONTADE

Um político tabloide

O Chega e os «netos» de Jaime

«Cheios de ódio e rancor»

O POPULISTA DE DEUS

E Deus descobriu as mulheres

«Ó puto, tem lá calma contigo!»

Dr. André e Mr. Ventura

Sexo, drogas e o romancista diletante

«Vejo-me como um serviço público»

A antecâmara do *bully*

«A culpa é do Benfica»

Um populista em construção

Pacheco de Amorim: a verdade da mentira

PECADO ORIGINAL E SUBMUNDO

O Frankenstein de Loures

PSD até dizer Chega!

O homem de ação

A cisão estava escrita

Agressividade ao rubro

A evangelização do partido

Ventura e o *Zé da Esquina*

«Um partido de gente maluca...»

Chega aqui, Brasil

Assinaturas: a grande trapalhada

Chega, mas devagar: a saga do «Basta»

A viragem de Rita Matias

Hells Angels ao jantar

Como chamar a atenção

Europeias 2019: é fazer as contas

Era uma vez em Algés

SALAZAR 2.0?

O Chega e as sombras

A cor do dinheiro

Programa? Qual programa?

O «HITLERZINHO DE MERDA»: UMA TARDE NO ESTORIL

Chega, ano 1: para maiores de 18

Ventura eleito, país no divã

Alentejo: ir aonde ninguém ia

Era uma vez o PCP

A ressaca do PSD

E Cléon entrou na Assembleia

Chamem a polícia

O CAVALEIRO DAS TREVAS

Porta aberta a extremistas

Graça, a «besta negra»?

Machado, NOS e o Chega

Áustria não, jantares sim

OS DIAS DO «VALE TUDO»

Milícias de perfis falsos
Telemóvel, a «máquina de guerra»

CHEGA INTERNACIONAL CLUBE

Lourenço: a última entrevista

O REINO DO PREGADOR VENTURA

O brasileiro Drummond

O partido e as massas

Touradas, Cristina e fúria

Estranhos no seu próprio país

O Messias em Portalegre

Ventura, o antídoto

DEUS NO COMANDO

Como confinar ciganos

Adesão e revolta evangélica

Da Maná ao convite do Chega

A igreja que não se vê

O maná Chega

O «cisma» de Braga

Da família PT ao Chega

PÁTRIA

CONTRA AS ELITES, VENHAM AS ELITES

Convidados de luxo

Coleta de província

América proibida

Realidade alternativa

O mistério húngaro

O amigo Orbán

Chega e Orbán: as falsidades

BEM-VINDOS AO LODO

Um partido na lama

Coca: «assunto classificado»

QAnon à portuguesa

Com a «verdade» me enganas

O pantanal é aqui
Sousa Uva sem filtro
«Agora apareceu alguém para ajudar...»
«O Chega subiu-lhe à cabeça»

O SEGREDO DOS AÇORES

Chega para aqui, Chega para lá
O acordo segundo Rio
Visto dos Açores
Como combater o Chega

OS «INIMIGOS DO POVO»

O salvador da pátria
As lições do Tonecas, versão Ventura
Uma campanha à Trump
Ameaças e intimidações
Eu, agente infiltrado
«Temos de jogar baixo»

AUTÓPSIA DE UM CRIME

Uma família contra o populismo
Memórias de Leonor

VIAGENS NO PAÍS DO CHEGA

Hammerskins nas listas
Manual de campanha
Jenny e o sistema
E o Porto aqui tão perto
Quase «morto» no deserto
Os «segredos» de Cidália
A «moura» de Ventura
Voto e debandada
Mithá, um intelectual no Chega

FAMÍLIA

CHEGA UNIPESSOAL

O CSI do Chega
Cativar as elites

Coimbra: eu *show* Ventura
O guardador de rebanhos
Deus & Chega, Unipessoal
Tudo em família
Sindicalismo não é aqui
Dr. Arroja ataca de novo
Plágio, Salvini e Fátima
YMCA e a «falha identitária»
Chega, versão académica
Ventura: dizer e fazer
Como camuflar donativos
De congresso em congresso
Poder total

DO PPM AO CHEGA: OS CADERNOS DE TÂNIA

Viver no PPM
«Muitos generais e poucos soldados»

«SE ISTO NÃO É O FIM DO MUNDO...»

Maria Helena Costa: um dicionário
A aliança luso-brasileira
Memórias de António Ferro
Kim de Mem Martins
A última tentação do pastor Tito
Gerardo atrás do pano
Subterrâneos digitais

GRANDEZAS E MISÉRIAS DA DIREITA *HARDCORE*

Dois deputados «de bem»
As piruetas de Ralha
Um partido de alta tensão
E Ventura «privatizou» o Chega
E o polícia zangou-se...
Agência de empregos

O «BRAÇO ARMADO» DO CHEGA

Quem são eles
Fora da lei
Chega escondido...

Os sinais de alarme

PASSA POR MIM EM SANTARÉM

Um partido capital

Universos paralelos

Noites de Santarém

TRABALHO

AS MIL E UMA REDES DA DIREITA

O «consórcio» das direitas

Ventura, «baita quadro»

Mithá, o Chega e as «redes»

De Leiria para a extrema-direita

Matias: o «braço» religioso

Imagine e os «tolos»

As duas faces do Chega

Ambiguidade é combustível

Um partido maior do que é

REGRESSO AO BASTIÃO ALENTEJANO

Histórias de imigração

O crime do «Cabra Alta»

Moura e os ciganos

Nixon e o chefe dos «correios»

O «patriarca» de Portas

Moisão, Avante! e Chega

Como o Alentejo mudou

O «TERRAMOTO» ESTAVA ESCRITO

«Luz da razão»

Abençoado e infiltrado

O criador Tavares

Um partido «pega-tudo»

O Texas pode ser aqui

Cartografia do Chega

Como se faz um «exército»

Extrema-direita: a barreira invisível?

Limpar Portugal ou o Chega?

[O grande salto em frente](#)
[Democracia, *reset*?](#)

[FUTURO, AGORA](#)

[E o Chega entrou nas aulas...](#)
[Ritas, Mileis e TikTok](#)
[A extrema-direita é *cool*?](#)
[Vão-se os filtros](#)
[Os novos fenómenos](#)
[Eleitores de hoje e de amanhã](#)
[2025 e depois?](#)

[FONTES, LEITURAS E INSPIRAÇÕES](#)

[ANDRÉ VENTURA E O CHEGA: UMA CRONOLOGIA BREVE](#)

[AGRADECIMENTOS](#)

[Sobre este livro](#)

[Sobre o autor](#)

INTRODUÇÃO

O Chega foi fundado em 2019 para combater «o sistema».

Para André Ventura, fundador e presidente do partido, o regime saído da Revolução de 25 de Abril de 1974 originou uma classe política corrupta, um país falido, uma justiça protetora dos «bandidos» e gerações de «subsidiodependentes» dos recursos do Estado, com imigrantes e minorias à cabeça. Por isso, propõe-se refundá-lo.

Estará o Chega à altura da missão ou será, ele próprio, o mais recente e ameaçador produto ideológico, de safra extremista, a alimentar-se da degradação democrática e da descridibilização da política?

Em que medida o Chega acolhe e amplifica as perversões do sistema que diz combater? De que engrenagens depende e como reciclou, inclusive no território digital, causas antigas da ultradireita marginal? Como seduziu, encenou e capitalizou o ressentimento, o desencanto e a sensação de abandono das geografias zangadas com a ação governativa? Como se impôs de forma agreste e disruptiva na paisagem política, atraindo largas e variadas camadas da população, mesmo as mais improváveis?

Que métodos usa, de que recursos dispõe? Como nasceu, cresceu e se preparou para alcançar o poder? Por onde andava, afinal, o «país Chega»?

Caro leitor, estas páginas poderão deixá-lo agoniado, confuso, enjoado. Com náuseas. É de propósito. São muitos nomes, episódios e histórias cruzadas. Anos violentos, vertiginosos, com muitos segredos, protagonistas, reviravoltas.

Talvez queira sair a meio da montanha-russa ou do carrossel.

A minha esperança é que faça a viagem até ao fim, mesmo quando estes capítulos o deixarem mareado. São muitos e variados os bastidores, as circunstâncias, os hábitos, os interesses, os comportamentos. São muitos os nomes, repito, mas leia este livro como se observasse, de perto e na intimidade, desavenças, arrufos e desfechos de uma

família política que irrompeu no quotidiano nacional como um *tsunami* que tudo varre, da convivência democrática aos alicerces de uma República em liberdade.

Grande parte dos últimos seis anos foi passada a estudar o Chega e, depois, a escrever sobre ele. Fi-lo em nome do jornalismo em que acredito, colocando-o ao serviço do debate político esclarecido e do aprofundamento da qualidade da democracia, hoje ameaçada por protagonistas e recicladas assombrações de um passado que julgávamos enterrado.

Chamar ao Chega partido fascista ou de extrema-direita contém alguma verdade, mas está longe de ser toda a verdade. Importa, pois, não confundir o seu eleitorado com quem manda, dirige ou nele investe pequenas fortunas para defender interesses individuais ou de casta. As razões de uns nem sempre coincidem com as motivações de outros. Os seus eleitores, para lá das tribos mais ou menos racistas, xenófobas, saudosistas, oportunistas ou fanáticas, têm traços comuns a outras forças políticas: a desilusão com os aparelhos partidários, a indignação pela forma como o Estado e o bem comum são geridos, a revolta contra a negligência, o esquecimento e o abandono. O Chega, porém, também organiza emoções e sentimentos que estavam dispersos, submersos ou nas franjas da sociedade. E incorpora doses de ressentimento, raiva, ódio, desprezo, desespero e preconceito nunca vistos no plano nacional.

Se algo podemos verificar neste tipo de partido é o facto de projetar nos adversários os pecados e vícios que habitualmente comete longe dos holofotes.

A maioria dos capítulos que vai ler neste livro é material inédito, mas contém ainda textos, artigos, reportagens e investigações que publiquei, na esmagadora maioria, na revista *Visão*, e uma pequena parte no *Público*. Foram adaptados, retalhados ou desenvolvidos, mas o essencial, e novo, foi recolhido a partir de milhares de páginas de documentos que nunca viram a luz do dia. São também fruto do meu olhar sobre eventos ou acontecimentos que presenciei ou de que tive conhecimento através de fontes fiáveis, bem como mais de uma centena de entrevistas e depoimentos sobre momentos-chave da vida do Chega. Quis, genuinamente, conhecer este movimento histórico em todas as suas facetas. Não me contentei com telefonemas nem guardei uma distância higiénica, como muitos me recomendavam.

Almocei, jantei, partilhei horas e dias com os seus dirigentes, militantes e apoiantes nas mais variadas circunstâncias. Fi-lo, muitas vezes, sem olhar para o relógio, querendo perceber, entender, ouvir e conhecer as suas biografias antes do Chega, também por acreditar que nelas estaria a explicação para o caminho político que, a dada altura, tomaram.

Por alguns, esperei um ano. Ou mais. Por outros, não tive de esperar.

Muitos dos que, no início, me insultavam nas redes sociais ou ao vivo acabaram por me confiar documentos e revelações. Alguns nem sequer precisaram de romper

relações com o Chega para falarem comigo. Ainda lá estão. Têm os seus estados de alma. Entre as minhas fontes no partido, tenho quem ainda me envie postais pelo Natal. Talvez porque, independentemente de todas as diferenças e propósitos, foi possível definir um lugar de encontro, civilizado. Não necessariamente concordante, mas um lugar onde, num mundo polarizado, atomizado e de trincheiras cavadas, alguns diálogos e conversas ainda possam acontecer e sobreviver ao frenesim e à espuma dos dias. Para memória futura.

Numa época em que «as pessoas não falam sobre os assuntos, falam umas contra as outras», como diz Gábor Tompa, dramaturgo e encenador romeno-húngaro, talvez essa consciência seja o oxigénio de que precisamos. Este livro, investigação e memória sobre os primeiros anos do Chega para a política portuguesa, a democracia e a saúde da República, deve muito ao que os seus fundadores, dirigentes, militantes e eleitores, de Portugal inteiro (e também do estrangeiro), me confiaram ou revelaram. Sem eles, não haveria o Chega nem existiria este livro. Convém não esquecer que o Chega não veio de Marte.

O jornalismo, pelo menos como eu o entendo, deve comprometer-se com o escrutínio público democrático e a defesa dos direitos consagrados na Constituição, com as conquistas da liberdade e do progresso humano, sob pena de não conseguir olhar-se ao espelho. Não pode normalizar nem agir como megafone de discursos, narrativas, perceções e argumentos que distorcem e fragilizam a democracia. O seu trabalho de casa é aprofundar e velar pelo debate de ideias que assegure e amplie o esclarecimento público sem se tornar parte ativa das trincheiras partidárias, agente ativo da desinformação ou mero ofício de arremesso. Como escreveu Isabel Lucas, jornalista que admiro, o nosso «porquê» não pode ser o da arrogância, da sobrançeria, mas o da verdadeira vontade de perceber. Mesmo que não abduquemos de escrever — e eu não abduco — de forma incisiva.

A história do Chega é também a de um político forjado no sensacionalismo, com um poderoso microfone, dono de um discurso incendiário e de um partido que o aplaude em apoteose. Atrás do pano, essa mesma força política também se revela um cortejo de traições, intrigas, *vendettas* e disputas sanguinárias pelo poder, por vezes com relevância criminal.

O meu desafio foi, pois, tentar contar a minha versão da história do Chega com a profundidade, a arte e a sedução da novidade, mesmo a quem já possa ter opiniões fortes sobre o partido e o seu líder. No fundo, tentar levar o leitor para dentro do Chega, inseri-lo nas conversas, nos episódios, nas narrativas, como se tivesse lá estado e, assim, conhecer, pela minha mão, o que a sua fachada pública por vezes oculta ou ilude. Se o consegui ou não, o leitor dirá, mas tenho plena consciência de que estas não são páginas fáceis.

Diz o historiador italiano Emilio Gentile que a palavra «fascismo» não significa nada quando se torna uma palavra que se pode aplicar a tudo. «É como máfia», explica. «Se tudo é máfia, nada é máfia.» O que deve procurar compreender-se e narrar, sugere, «é o presente». A idade «selvagem» do presente e a idade dos «selvagens» no seu estado de ignorância, angústia e hostilidade. E fazê-lo com a noção de que uma democracia pode assumir, ironicamente em nome da soberania popular, características que a violentam e destroem. Os instintos humanos, os mais perversos e autoritários, continuam cá, mas, como disse alguém, os populistas não podem trovejar contra problemas que já foram resolvidos. Talvez seja essa a lição para o futuro.

M. C.

Porto, junho de 2025



PRÓLOGO

ILEGALIZAÇÃO DO CHEGA NÃO!

Na primavera de 2020, meses após ser eleito deputado único do Chega no parlamento, André Ventura receou a ilegalização do partido fundado um ano antes e temeu pela segurança pessoal.

Soube-se que, no topo da hierarquia policial, o próprio Ventura e o dirigente nacional Luís Graça (sobre quem a imprensa revelou antigas ligações à extrema-direita e a neonazis) estariam sob investigação. A qualquer momento, poderiam ser presos e o partido ilegalizado. A informação, supostamente reservada e proveniente de «fontes amigas», «caiu no colo» do líder. E era uma granada sem cavilha. O alarme soou, mas a «notícia» manteve-se num grupo restrito de dirigentes. Quando soube, um deles chorou e urinou-se.

Sobressaltados, Ventura e o círculo íntimo, não mais de quatro pessoas inicialmente, acreditaram que estaria em marcha uma operação da Polícia Judiciária e dos serviços secretos para «decapitar» o Chega, e que a mesma teria por base suspeitas de ligações a organizações violentas e financiamentos da extrema-direita internacional, logo ilegais.

Um documento enviado à direção, no qual se incluíam vagas referências a esses temas, contribuiu para adensar o mistério. Redigido por responsáveis regionais e nacionais descontentes com o rumo do partido à época, o texto circulou internamente e admitia-se que o Ministério Público possuísse cópia. Em Setúbal, numa reunião conspiratória de dirigentes, insinuou-se a existência de um cheque de 500 mil euros, enviado por setores da extrema-direita austríaca e depositado nas contas bancárias do Chega. Tudo soava a delírio, mas nenhum dos presentes pareceu habilitado a responder a perguntas básicas sobre o financiamento: quem, onde, quando, como e porquê? Mesmo assim, alguns dirigentes ameaçaram divulgar o tal cheque. Anos depois, continuamos à espera.

Neste clima de contornos paranoicos, esboçou-se um plano de fuga para Ventura e a passagem do Chega à «clandestinidade». Luís Graça vestiu a pele de estratega. Rodrigo Freire, à época líder da distrital de Leiria, soube mais tarde o que se preparava longe de olhares comprometedores. «Fomos comer sandes de couratos a uma rulote em Alhandra», conta. «Aí, o Graça explicou-me a urgência de pôr a operação em marcha.»

Quando, no início de 2024, abordei o assunto com o então presidente da mesa da convenção, ele não desmentiu a história. Porém, dado o melindre do tema, não fala dela em público. Se o fizesse, talvez contasse como se descartaram as primeiras opções de fuga equacionadas e como se elaborou um plano B. Espanha seria o destino imediato, mas, à época, a Península atravessava a fase mais dura da pandemia e a circulação fronteiriça havia sido encerrada. Deu-se então prioridade à fuga para Marrocos, a partir da costa algarvia, e depois em direção à Costa do Marfim. O plano passou da teoria à logística na Quinta das Nespereiras, em Odiáxere (Lagos), na moradia de luxo do empresário Arlindo Fernandes, que era militante do Chega.

Antigo deputado do CDS por um curto período nos primeiros anos de democracia, alvo de processos judiciais devido a negócios imobiliários e branqueamento de capitais, Arlindo Fernandes ofereceu guarida a um grupo de dirigentes do partido e prometeu tratar da travessia para o outro lado do mar. Na sua linguagem peculiar, resumiu o assunto deste modo: alguém de dentro da «Casa Grande» [Procuradoria?] dera ordens para prender o líder do Chega e os dirigentes mais próximos. Depois, segundo Arlindo, a PJ apareceria de madrugada para «armazená-los». Havia, pois, que acolhê-los e garantir a sua segurança.

Para tal tarefa, ninguém melhor do que ele, assumiu: tinha bons contactos na região e habituara-se a «tirar» a polícia do caminho. A relação empresarial com Rodrigo Freire e a proximidade a Diogo Pacheco de Amorim desde os tempos do CDS facilitaram. «Borradinhos de medo», na versão do algarvio, apareceram-lhe então em casa André Ventura e a mulher, Dina, Diogo, Luís Graça, Ricardo Regalla e a mãe, Ana Maria. Caso fosse necessário, deviam permanecer por ali três ou quatro dias. Os contactos com o «mundo exterior» seriam feitos através de telemóveis descartáveis ou «macacos», como alguém lhes chamou.

Combinou-se, entretanto, que a fuga dos dirigentes do Chega, e apenas deles, se faria através de uma lancha rápida em direção a Tânger. A embarcação estava em Sagres, mas zarparia de Lagos numa viagem de seis a oito horas, dependendo das condições marítimas. Arlindo e os seus homens de confiança conheciam bem a costa algarvia e as vigilâncias da Polícia Marítima.

Alguém esperaria Ventura e os dirigentes do Chega no porto marroquino. A lancha voltaria para trás com outros ocupantes, em número idêntico, para não levantar suspeitas. «Tudo para defender a liberdade e a democracia, disse a mim próprio, armado em bom samaritano», comenta o empresário. Além de evitar a alegada prisão iminente de Ventura e de parte do seu núcleo duro, a fuga pretendia contrariar o

silenciamento do líder. O chefe máximo do partido continuaria a falar ao país, mas agora a partir do «exílio», qual mártir perseguido e escorraçado. O episódio fez-me lembrar Kurt Thiele, um conhecido de Hitler, que desprezava a faceta egocêntrica e conspirativa do «agitador de cervejarias» e que um dia lhe atirou: «Acho que cagaste na cabeça e te esqueceste de puxar [o autoclismo], certo?» Surpreende que ninguém se tenha lembrado de questionar Ventura acerca da insanidade deste plano.

O «estado-maior» do partido acreditava que o «sistema» perseguia, de facto, o seu líder e pretendia «apagar» o Chega do cenário político. Se a informação recebida através de figura de confiança, supostamente bem colocada nas autoridades policiais ou nas «secretas», era verdadeira, os envolvidos nunca conseguiram confirmar, mas acreditaram e puseram o plano em marcha.

Hoje, alguns deles já admitem que o partido pode ter sido vítima de uma «casca de banana». Com a falta de indícios sólidos ou o recuo da alegada operação policial contra o Chega, o plano de fuga de Ventura foi abortado e a história enterrada, embora o enredo policial não fosse de deitar fora.

Enquanto isso, o partido procurou auxílio estrangeiro. «O Chega estava muito assustado com a possibilidade de ser ilegalizado pelo Tribunal Constitucional (TC), não tinha nenhum aliado em Portugal e sentiu que precisava de proteção de um grupo internacional», enquadrou o politólogo italiano Riccardo Marchi à *Visão*. Disse-o a propósito da adesão do partido, em julho de 2020, ao grupo Identidade e Democracia (ID), a «família» europeia de direita onde se acomodavam as forças políticas conservadoras mais extremistas.

No fim de novembro, Ventura dramatizou o discurso em resposta ao então presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina. O autarca do PS defendera a ilegalização do Chega por ser «xenófobo, racista e intolerante». «Uma afronta!», protestou o líder do partido. «Se o Chega for ilegalizado, os seus apoiantes, militantes e dirigentes não desaparecerão por magia e continuarão a fazer a sua luta, na clandestinidade, contra um sistema que esqueceu o que era a democracia.» E repetia: «Não deixaremos de lutar mesmo que usem as armas mais baixas contra nós. Ilegalizar o Chega é remeter milhares de pessoas para a luta de clandestinidade... E nós estamos dispostos a isso!», prometeu.

A 18 de abril de 2021, Ventura encenou mais um ato com impacto público: centenas de militantes e eleitores manifestaram-se nas ruas de Lisboa «contra a ilegalização do partido» e passaram à porta do Tribunal Constitucional.

Ali dera entrada um pedido de apreciação nesse sentido com origem numa queixa da eurodeputada socialista Ana Gomes ao Ministério Público (cujos desenvolvimentos são desconhecidos à data da publicação deste livro).

A ex-candidata presidencial e as advogadas Carmo Afonso e Madalena Vaz da Silva pediram a extinção do Chega com base na alegada prática discriminatória em relação a raça, cor, nacionalidade, origem étnica, ascendência ou território de origem. «Note-se que o conceito de raça está, desde finais do século XX, reconhecido como uma invenção cultural sem qualquer base científica», sustentaram na queixa.

No congresso de Coimbra, entre 28 e 30 de maio daquele ano, o «fantasma» do fim do Chega continuava a assombrar o seu líder. «Devemos deixar claro ao país», ameaçou, «que não aceitaremos uma decisão judicial de ilegalização do partido e que isso representará a definitiva “venezuelização” do regime político português», concluiu. Ventura pediu aos congressistas que definissem «os termos e os modos de luta e resistência caso o sistema remeta o partido para a ilegalidade e para a clandestinidade». Na verdade, nesse fim de semana ninguém levou o assunto a sério.

A 10 de agosto, o «chefe» do Chega escalou o dramatismo: sugeriu que a vacinação contra a covid-19 poderia ser o pretexto para o matarem caso ele cumprisse as orientações preventivas do Ministério da Saúde. «Se eu acho e estou convencido de que o Governo português ficaria feliz em silenciar-me? Naturalmente! Se existem neste mundo forças que, de bom grado, me eliminariam, física e politicamente? Sem dúvida!», publicou Ventura na rede social Twitter (atualmente X).

A 21 de setembro de 2021, durante um almoço-convívio do partido em Santarém, o vice-presidente António Tânger Corrêa acrescentava um «segredo de Estado» à narrativa, onde eram evidentes semelhanças com a «informação» que estivera na origem do plano de fuga para Marrocos. Segundo o antigo embaixador, fora criado «um grupo de trabalho entre a “secreta” e a PJ para incriminar o Chega», ligando-o a movimentos negacionistas da pandemia. Ventura confrontou os responsáveis pela Segurança Interna e os ministérios alegadamente envolvidos na conspiração para envolver o partido «de forma forjada ou falsa». Ficou a falar sozinho, mas o mote estava dado.

Jogou-se uma última cartada. A 7 de outubro, André Ventura credibilizou denúncias da alegada jornalista Cristina Segui, fundadora do espanhol Vox, nas redes sociais. «Não espanta nem admira que estejam a ser preparadas ações violentas contra o Chega com o apoio da extrema-esquerda e de serviços secretos internacionais. Apelamos às autoridades portuguesas que tirem a limpo e levem à justiça, sem contemplações, quem possa estar a preparar isto.» «Isto» baseava-se no boato de que o BE e o Podemos, com a ajuda dos serviços de inteligência cubanos, estariam a preparar ações violentas contra o Vox e o Chega.

A 19 daquele mês, Ventura voltou às teses conspirativas de Segui: o escândalo, agora, era a suposta intenção das autoridades portuguesas de lançar o seu nome e o do Chega na lama, «com provas falsas, com crimes de corrupção e ligações à extrema-direita internacional». O plano teria sido exposto a partir de «fugas de informação nacionais e internacionais», mas o presidente do partido não citava fontes. «Ataque ao Chega e a André Ventura vai acontecer. Informações internacionais revelam que as

autoridades portuguesas estão a tentar envolver o partido e o seu líder em processos judiciais, com base em provas falsas», lia-se numa imagem partilhada pelo deputado.

Antiga hospedeira, formada em desenho gráfico, Cristina Segui era conhecida em Espanha pelos processos judiciais e condenações por difamação. A sua relação com a verdade assemelhava-se à que Trump tinha com os factos. Era esta a fonte de Ventura.

Hoje, a rocambolesca história do «exílio» em Marrocos e episódios posteriores parecem ter saído de um *sketch* dos Monty Python, a que se juntaram pitadas de «gabinete do ódio» à brasileira e delírios americanos *à la* QAnon. Ou então não passaram de uma alucinação coletiva. «Tenho receio de ser assassinado, mas não acredito em conspirações malucas», dizia Ventura, em janeiro de 2025, ao *Sol*. O «edifício» conspirativo do Chega, na verdade, nunca se desmoronou. Alicerça-se na tese de que o líder e os seguidores se encontram «sob o olhar, alcance, vigilância e poder esmagadores de um sistema distópico, onnipotente e onnipresente», na descrição do académico Manuel João Cruz, especialista em narrativas populistas.

A vida pública do Chega aparece sempre armadilhada por maquinações ou conjuras dos adversários. É a tese de um partido «sob ataque» do «sistema», alvo constante de ameaças e de tramas por parte de outras forças políticas ou poderes ocultos. A vitimização contribuiu para o ruído digital de que Ventura precisou para afirmar um projeto personalista e de assalto ao poder sob a forma de sistema presidencialista em versão musculada. Ao socializar o seu narcisismo junto dos «crentes», socializou também a mania da perseguição.

Em 2020, a desinformação, a provocação e a propaganda difundidas pelo Chega ainda estavam numa fase amadora, embora pujantes, mas o partido e o seu líder, inspirados nos exemplos de Donald Trump e Jair Bolsonaro, viciaram o debate político com uma torrente de pós-verdades, tensões, manipulações e ilegalidades. Lançaram o caos informativo, contaminaram a agenda política e pulverizaram o tradicional *mercado de ideias* partidário.

O Chega tornou-se então propulsor de uma «epidemia» mediática: alimentar o debate, viciando-o no confronto, no alarmismo e na esquizofrenia. A direita radical já nascera ciberpopulista, em modo *bullying*, mas também queria ocupar a rua, ganhá-la à esquerda com a mesma receita.

No *território comanche* do digital, nas artérias das áreas urbanas, na casca e na gema das instituições democráticas, o Chega foi beligerante, contundente. Engrossou um caudal subversivo, polarizador e veloz, recheado de artifícios e malabarismos. Adversários e certa imprensa morderam o isco. Ampliaram rastilhos, trincheiras. A direita sem baías agradeceu, cresceu e multiplicou-se. Anunciadas como a ágora de Atenas, as redes sociais revelaram-se o Coliseu de Roma, como ironizou o professor espanhol de Jornalismo Ramón Salaverría.

Extasiados, Ventura e o partido exacerbaram a narrativa incendiária *ad nauseam*, reciclando fórmulas antigas. Realidade alternativa, manipulação ou invenção de histórias juntaram-se à crença numa «verdade» transcendente aos factos. Ventura e o Chega nada inventaram, mas tudo parece novo. «A essência da propaganda é a simplicidade e a repetição», escreveu Goebbels, ministro da Alemanha nazi, no seu diário pessoal.

A premissa mantém-se simples: só por intermédio do líder, e do Chega, se acede ao privilégio de conhecer a «realidade». Tudo o resto é lixo «inimigo». O objetivo é o mesmo da fundação do partido: instaurar a Quarta República, esquisso antigo de Ventura. «O fascismo», escreveu Federico Finchelstein, «defendia uma forma divina, messiânica e carismática de liderança que idealizava o líder como estando organicamente ligado ao povo e à nação».

O historiador argentino dedicou os seus escritos à expansão mundial do fascismo, e às suas novas roupagens, ao longo da História. Para ele, a propaganda associada ao velho modelo, agora refinada e camuflada, foi sempre a metáfora de uma fé. Uma fé cega que não precisa de provas ou validade científica: basta-lhe uma crença e um «enviado de Deus». Para o bem e para o mal, o Chega tinha ambos. Esta é a sua história.

Nota do editor

Alguns termos e expressões citados neste livro — em entrevistas realizadas pelo autor e documentos a que o mesmo teve acesso — foram mantidos na forma original. Eliminá-los prejudicaria a autenticidade das circunstâncias descritas.



DEUS

O TRIUNFO DA VONTADE

Não é o Messias que está em palco, mas parece. Telemóveis ao alto, os fiéis transmitem em direto nas redes sociais os discursos do líder da nova direita radical populista e difundem as suas palavras como se o Apocalipse se aproximasse. Frenéticos, dispensam-lhe palmas vigorosas e abraços quebra-costas.

No fim das sessões, querem tocá-lo, segredar-lhe algo ao ouvido, tirar uma fotografia. André Ventura, qual *selfie made man*, nunca se escusa nem se cansa. E sorri. Sempre. Para os adversários, o líder do Chega é o vírus que ameaça a democracia, mas os seguidores viram nele a vacina contra a má política. *Já vem tarde*, dizem.

Em março de 2020, dias antes de a pandemia congelar o quotidiano mundial, o conta-quilómetros de André Ventura não parava. Em sessões na província, de norte a sul, o presidente do Chega aliava afeto à faceta de redentor, e fazia-o sem floreios.

Queria resgatar almas atormentadas por um sistema «sempre ao lado dos bandidos». Prometia libertá-las do «lamaçal» da política, da «palhaçada» do parlamento, do «veneno» da corrupção, «dos que não querem fazer nada», dos «violadores e homicidas» e dos impostos que «atolavam» os empresários.

Antes da covid-19, já retratava a Nação em modo catástrofe. Um clássico. Profissional do palanque, tinha treino e manha de animador, amadurecidos nos irados e virulentos programas desportivos do canal CMTV, onde vestia a camisola do Benfica. Ganhou arcaboço no ringue das audiências, que sabia ler como ninguém: dependendo do público, exibia — ou acumulava — trejeitos de profissional da *stand-up comedy*, de pastor evangélico ou guru das vendas diretas.

Parecia amar-se mais do que ao público, numa espécie de representação do eu para se convencer a si próprio. Evidenciava-se um perfil dramático, numa postura cénica contínua.

Na fase de afirmação do partido, os repastos comicieiros do Chega atraíam revoltados contra o Estado «gorduroso», empresários ditos «moderados» e ex-eleitores de direita, de centro e até de esquerda saturados de «vícios» partidários e de governos de «pulhas».

Também acorriam abstencionistas crónicos ou comensais com pulseira do Movimento Zero, estrutura inorgânica de defesa das forças de segurança ao jeito do Blue Lives Matter americano. Nele se abrigavam pequenos *exércitos* de racistas e xenófobos de farda, e medalhados por «bom comportamento» já com folhas de serviço manchadas.

Sim, o Chega atraiu polícias, militares e seguranças adictos da ordem, da disciplina e da autoridade, mas também mulheres e homens «cansados de impunidades e compadrios» e militantes que espumavam quando ouviam «as manas Mortágua», dirigentes e deputadas do Bloco de Esquerda.

Outros, já fartos de «parasitas com *Mercedes* à porta de casa», desejavam simplesmente pôr os ciganos «nos eixos». Era o caso de António Nunes, então responsável pelo setor de exportações para Angola e Moçambique do grupo Visabeira, dono do espaço onde se realizava o evento a que compareci numa noite fria.

Apresentei-me a este quase septuagenário, de cabelo curtinho e porte respeitável, no jantar de 23 de fevereiro de 2020, no Expocenter, em Viseu.

O local tinha sido mítico para os notívagos das décadas de 1980 e 1990 de todo o país: era aí que se localizava a discoteca The Day After, das mais modernas da Europa, com quatro pistas de dança, circuito de *karting indoor* e concertos com celebridades nacionais e internacionais. Agora, chegava a vez de André Ventura procurar ali o seu dia seguinte.

Primeiro desconfiado, logo acessível, António Nunes trouxe à conversa os porquês de ali estar: «A passagem por África vacinou-me contra o marxismo-leninismo.» Escolher Ventura não foi, porém, uma decisão pacífica para este ex-militante do CDS. «Aderir ao Chega minou o meu ambiente social», admitiu com mágoa. «É assunto tabu falar disso. Parece que tenho um vírus.»

A eleição como deputado da nação animou o líder do partido a colocar-se de novo à prova: daí a meses, queria ser candidato presidencial. Nessa época, investia o capital político angariado em outubro de 2019 nas populações descontentes e esquecidas de terras do interior do país onde líderes políticos há muito não punham os pés.

Na véspera do jantar de Viseu, estive na Feira do Queijo, em Seia, concelho de tradição socialista. Foi recebido de um modo «carinhoso» e «até efusivo».

Não tinha muito para propor a quem vivia nessas geografias do interior quase sempre negligenciadas pelo poder central, mas apareceu e mostrou-se desempoeirado, disruptivo e agreste quanto possível, para logo parecer afável, sem o verniz da etiqueta

ou das convenções. Dizia o que as pessoas *precisavam* de ouvir e prometia vingá-las das promessas não cumpridas e do abandono a que tinham sido votadas.

Hábil, André Ventura intuiu como poucos os ressabiamentos, as rumações e os preconceitos populares subterrâneos que borbulhavam pelo país. O povo «verdadeiro», «puro» e «real», de que se assumira porta-voz, viu nele um *outsider* carismático. Negligenciado pelos seus representantes, esse povo fazia ponto de mira à bolha das elites, instituições e autoridades: considerava-as pasto para corrupção, «esquemas», egoísmos e infidelidades à palavra dada.

Ventura destoava da mesmice dos salões e gabinetes da capital. Por isso, não precisou de se esforçar para libertar descontentamentos, raivas remoídas no quotidiano, e dar-lhes primazia de discurso público. Convenceu esse povo de que não bajulava poderosos nem minorias e que tinha entrado na política para resgatar vozes silenciadas, blindar a tradição e a segurança, além da identidade e da grandeza de outrora.

Nas páginas da obra *Aspetos do novo radicalismo de direita*, Theodor W. Adorno alertou para o facto de nem tudo neste discurso ser falso. A verdade, essa sim, parecia ao serviço de uma falsa ideologia. Segundo o sociólogo alemão, o truque, inspirado em práticas bem conhecidas de outros regimes, consistia em retirar ou isolar do contexto observações verdadeiras ou corretas.

Ventura vinha animar os espíritos «de bem». As munições incluíam o que lhe aprouvesse para esse combate: um catálogo de punições e criminalizações de Estado, conflito étnico, estigmatização de comunidades, restrição de direitos e ventanias de falsidades travestidas de verdades.

Aos olhos de muitos, porém, trazia frescura, conforto, ombro amigo, esperança. Mesmo quem dele discordava — por convicção, repulsa ou pudor —, sentia-se refletido numa ou noutra posição. Outros aderiram para fazer parte de algo maior do que eles, um coletivo, uma comunidade, sem se preocuparem com as consequências. As analogias são escorregadias, mas também as massas da Alemanha nazi aderiram a um líder pensando recuperar nele «uma parte extraviada de si mesmos», escreveu Arno Gruen. Para o psicanalista, falecido em 2015, esse continuava a ser um problema deste século.

Ventura desancava o sistema, os políticos, a corrupção, enquanto destapava velhos e enraizados preconceitos contra direitos sociais e das minorias. «Eu digo em voz alta o que as pessoas dizem nos cafés», assumiu.

Em 2016, defendeu a redução da presença de muçulmanos na Europa.

Em 2017, denunciou a «impunidade» cigana e acusou esta etnia de viver à custa de subsídios do Estado.

Um político tabloide

Um excerto do filme *O Pub The Old Oak*, do britânico Ken Loach, devolveu-me o retrato da clientela que André Ventura procura e que eu conhecia, em parte, das minhas andanças pelo país — e o porquê da adesão às suas narrativas. «Todos procuramos um bode expiatório quando estamos na merda», desabafa, a dada altura, a personagem T. J. Ballantine, dono do último *pub* de uma deprimida e antiga comunidade mineira do Reino Unido, onde, de surpresa, se instalam refugiados sírios. «Nunca olhamos para cima, olhamos sempre para baixo. E culpamos os desgraçados que estão abaixo de nós», continua T. J. «É sempre mais fácil esmurrar-lhes a cara.» A mensagem do filme é óbvia: não importa o lugar de onde se vem, mas o que se traz. Contudo, esse enredo pouco ou nada dizia a André Ventura.

A dada altura, tudo se conjugou. O sensacionalismo televisivo e os ecos do jornalismo justiceiro, interpretados por certos porta-vozes do povo, sintonizaram-se com o discurso hostil do líder do Chega em relação à classe política e às instituições públicas, ampliando o seu descrédito. Ventura era produto da lógica de mercado, da oferta e da procura, do mesmo sistema mediático, de mão dada com a *tabloidização*. A visão comercial do papel da imprensa integrou, por vezes de um modo irrefletido, a lógica populista do Chega nos conteúdos noticiosos e nas linhas editoriais.

De 2014 até à primavera de 2020, Ventura comentou temas de crime, justiça e futebol na CMTV. Fê-lo em programas com mais de 100 mil espectadores por emissão, onde, por vezes, pouco faltava para espirrar sangue ou alguém levar um cartão vermelho. Com tempo e mestria, Ventura traduziu isso em votos.

Regressemos à noite gelada de Viseu, naquele fim de fevereiro de 2020.

As mesas redondas, para uns 300 comensais, estavam enfeitadas como se na sala luminosa, com carpete aos quadrados, fosse decorrer uma boda ou um jantar de uma multinacional de cosméticos.

Entre os inscritos para ouvir e conhecer Ventura havia casais com bebés e crianças, um campeão de hipismo, um coronel da GNR aposentado e celebridades locais como João Tilly, da distrital de Viseu, mestre de cerimónias e propagandista de conspirações no seu próprio canal digital, monetizado. Foi eleito deputado por Viseu em 2024.

Na mesa à qual me sentei, os apoiantes do Chega serviram-se de sumo de laranja de supermercado e vinho tinto barato do Dão, enquanto brincavam com as acusações de racismo ao partido. «Não viu os capuzes do Ku Klux Klan à entrada?», riu-se um deles na minha direção. Um empregado negro começou a servir as sopas. «Coitado, nem sabe onde se meteu», gracejou outro, irónico. E todos se riram. Mais a sério, alguém na mesa comentou: «Não estaria aqui se este fosse um partido racista e extremista. É a minha linha de fronteira.»

Perguntei-lhe o nome, o que fazia. Rúben Rebelo apresentou-se: bancário, ex-militante do PSD-Lamego e «farto da podridão» dos aparelhos partidários tradicionais.

«O gajo por vezes abusa, mas tem razão», ouviu dizer sobre Ventura. Quis conhecê-lo. Valorizava, sobretudo, a vontade do líder do Chega de acabar com o socialismo. «Tem sido o mais eficiente nisso.»

Ao meu lado direito sentou-se Luís Paulo Fernandes, dirigente do Chega em Leiria [também eleito deputado em 2024]. No início desse ano de 2020, José Luís Ribeiro, ex-jornalista do meu tempo no semanário *O Independente*, apresentou-me este pequeno empresário das diversões itinerantes, carrosséis e afins. À roda de um bacalhau com broa, em Guimarães, tive então a primeira aproximação à «família» Chega.

Luís Paulo Fernandes falava aos borbotões. Atraía-o a faceta mais extremada de André Ventura, da castração química de pedófilos às denúncias «dos que não querem trabalhar». A «coragem» do líder tinha baralhado o cenário político nacional e ele gostava disso. «Quando nos acusam de racismo, isso não é um problema: é uma vantagem», reforçava. Entre garfadas, sugeriu a triagem de elementos mais controversos que se haviam aproximado do partido com base no registo criminal. «Há ações concertadas de extremistas para aderir ao Chega. Aos vinte de cada vez. O Chega vai ter de tudo, há quem veja no partido uma oportunidade. Se deixarmos entrar esses e todos aqueles que saíram do PS e do PSD teremos mais do mesmo», Luís Paulo afirmava com receio, ele próprio ex-deputado municipal social-democrata em Pedrógão Grande, «mas independente».

Aos seus olhos, Ventura personificava um provérbio popular no qual se revia: «Vale mais um bom mandador do que um trabalhador.» Nas eleições legislativas de 2019, deu 6000 euros para custear a campanha em Leiria. «Há quem gaste dinheiro em droga, vinho ou mulheres. Eu prefiro gastá-lo com o André.»

Em Viseu, tal como outros, Luís Paulo transmitiu em direto todo o jantar de Ventura, um vídeo que teve mais de 7000 visualizações no Facebook. Quando o líder do partido acusou o então primeiro-ministro, António Costa, de ligar para a TVI a dizer «despeçam a [jornalista] Ana Leal», a sala irrompeu em assobios e protestos sonoros: «Vergonha, vergonha!», gritou-se. O caso, que Costa negou, reportava ao seu tempo de ministro da Administração Interna.

Quem percorre as redes sociais encontra facilmente referências a jornalistas e comunicadores prediletos de boa parte dos militantes e eleitores do Chega, a quem atribuem poderes de super-heróis dos injustiçados. Entre eles está, por exemplo, Camilo Lourenço (comentador de temas económicos, com canal digital próprio e amigo pessoal de Ventura, «um tipo muito sensato, em privado», disse). Também Tânia Laranjo, jornalista do *Correio da Manhã*, condenada em 2022 pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial por práticas discriminatórias. «Black Friday — Promoção especial: leve 2 e não pague nenhum», escreveu no Facebook, num *post* com imagens da ex-deputada do Livre Joacine Katar Moreira e do ativista

Mamadou Ba. Em 2017, Ventura apresentou o livro *Mãe, não desistas de viver!*, da autoria desta repórter.

Cabelo pintado de azul e colar ao pescoço com um pendente a imitar o mapa de Moçambique (onde nasceu), Elsa Abreu, professora reformada de Língua e Cultura Portuguesas, tinha deixado a sua terra, Viana do Castelo, para seguir o presidente do Chega numa autocaravana pelas estradas do país, na companhia do marido. Por isso, também aconteceu ao jantar de Viseu. «O André chama-me a mulher *bullying*», dizia a sorrir, vaidosa.

Mãe de três filhos — «um deles negro, adotado, só para ver como sou racista...» —, Elsa votou PS por acreditar em José Sócrates, e até em Marisa Matias (BE) para o Parlamento Europeu. «Pensei que ela ia partir isto tudo», justificou. Cansada «de conversa da treta», aderiu ao Chega e geria grupos de apoio a Ventura nas redes sociais. «O partido é um murro no estômago dos acomodados. Os jovens dizem que o André é o único com tomates para mudar isto.»

Com um casaco aos quadrados e bigode farfalhado, Pedro Calheiros, o tal coronel da GNR aposentado, optou por «sair da casca», ao invés de «ficar nas encolhas». Motivava-o «uma política mais de afagos do que de ódios».

Em julho de 2021, na pele de candidato à Câmara de Viseu, foi acusado de insultar e agredir o funcionário de uma loja nas imediações da sede do Chega por homofobia, «exercício» que praticava com afincos nas redes sociais. Ao *Jornal do Centro*, não se ficou «nas encolhas» quando questionado sobre o tema. «Sempre houve maricas, desde a Grécia», afirmou. «Os soldados tinham um rapazinho que lhes fazia tudo e favores sexuais.»

Num fato cinza-escuro, com camisa branca e gravata vermelha às riscas, e de barba farta, mas aparada, André Ventura apresentou-se às centenas de pessoas naquele jantar de fevereiro de 2020 acompanhado da mulher e de dirigentes nacionais, entre eles Luís Graça. Quando subiu ao palco para falar, de improviso, garantiu que o Chega não recorria a «figurantes», «autocarros» ou «indianos com bandeiras» para encher as sessões. Ah, e pediu o favor de não se levar à letra a referência a indianos. Caso contrário, advertiu, «qualquer dia não vamos poder dizer paciência de chinês». Apesar da graça, esta era a sua versão mais comedida.

Em julho de 2019, numa entrevista ao digital *Notícias Viriato*, tinha falado sem filtros: «Já temos quotas para ciganos, para afrodescendentes, para isto, para aquilo e aqueloutro. Qualquer dia vamos ter para travestis e homossexuais.»

Os apoiantes não ignoram os rótulos, mas troçam deles. Se lhes chamam fascistas, racistas e xenófobos, agradecem e contra-atacam, prometendo arregimentar «mais uma dúzia» de filiados por conta dos estigmas.

«Somos antirracistas, anticomunistas e antifascistas», garantiu-me, nessa ocasião, o engenheiro João Tilly, professor de Matemática em Seia, fundador da Juventude Socialista (JS) naquele concelho. Militou, mais tarde, no PSD e, à época desta conversa, coordenava o Chega na Guarda e em Viseu. «Temos mais gente do que dizem

as sondagens, mas as pessoas ainda têm medo de assumir a ligação ao partido», admitiu. Mesmo assim, já havia recrutado antigos alunos.

Tilly assumiu-se um acérrimo opositor da vacinação contra a covid-19, mas correria depois a vacinar-se. A contradição valeu-lhe insultos nas redes sociais. Negou, também, as alterações climáticas, «a maior fraude do século XXI», segundo ele. Em 2022, tomou partido por Putin na guerra na Ucrânia.

Quando o conheci, contava com mais de 55 mil seguidores no Facebook e tinha criado o próprio canal de prédica política no YouTube. Em setembro de 2021, o conselheiro nacional do Chega foi denunciado à Entidade das Contas do Tribunal Constitucional por supostas irregularidades na angariação de fundos para a campanha eleitoral autárquica: abriu uma conta bancária em nome pessoal e convidou os subscritores do canal digital a transferirem dinheiro para um número de IBAN aí identificado. A direção tê-lo-á obrigado a devolver as verbas angariadas através desse processo. Em março de 2024, eleito deputado por Viseu, era já um *influencer* «frequentado» por quase 200 mil perfis nas redes sociais. Nos vídeos, divulgava um número de telemóvel para obter donativos supostamente destinados ao canal, através do qual continuava a distribuir sermões partidários, desinformação e ataques pessoais.

Tilly foi o cicerone daquele jantar em Viseu, onde só um homem de enorme traquejo mediático poderia ocupar o palco e brilhar. A partir do púlpito, Ventura juntou intuição, psicologia de massas e domínio cénico dos momentos sérios e descontraídos da noite. O estilo e o conteúdo do discurso fundiam comédia de cabaré, panfleto clubista e respigos de telejornal de faca e alguidar. «Quem quiser mudar de sexo mude, meu Deus!», disse, «mas têm de ser os nossos impostos a pagar isso?!»

Hábil a libertar rancores, usou o método do salame para todos: servia fatias generosas de oratória adaptadas a pensionistas, professores, polícias, bombeiros, ex-combatentes na Guerra Colonial e saudosistas do antigo regime. Pelo meio, ensaiou *sketches* sobre os bastidores da política com travo a *reality show* e provocações aos adversários.

A sua ideia para Portugal era a apropriação de um verso de *Restolho*, cantiga de Mafalda Veiga: «Há que morrer e nascer de novo.» À cruzada não faltava sequer um vídeo com reminiscências de reconquista cristã e imagens do líder vestido à Capitão América, mas em versão «tuga», com escudo a condizer.

Ventura não parecia tonto nem rufia. Recorria a mentiras de bradar aos céus e meias-verdades viscosas, é certo, mas sem pontapés na gramática e com uma oratória imbatível, acessível às mentes menos reflexivas. Só quando sossegava a faceta de *entertainer* é que transparecia a megalomania.

Vaidoso, procurava adoração e obediência. Não se importava que, de fora, o subestimassem — até preferia. O seu único receio era perder o «brinquedo», o partido através do qual catequizava descontentes, fanáticos, oportunistas e lunáticos em nome daquilo a que o sociólogo polaco Zygmunt Bauman chamou *retrotopia*: a nostalgia por um passado idealizado, e não vivido, que alastra de mãos dadas com a degradação das

condições de vida, a instabilidade e a fragilidade do Estado Social. Tudo campo aberto para o tribalismo e uma guerra de todos contra todos. Parte desse povo via-se refletido no retrovisor de Ventura. «Em todas as democracias liberais», disse a cientista política australiana Karen Stenner, «cerca de um terço da população tem predisposição para o autoritarismo».

Naquela noite em Viseu, André Ventura prometeu enfrentar a esquerda «cara a cara» nas ruas e avenidas. «Não vamos desistir enquanto não assumirmos a liderança deste país.»

Porém, os sorrisos envernizados que dispensava a todos na sala escondiam a sua insatisfação com o partido escassos meses após ter sido eleito para o parlamento. Farto de «bocas, ameaças, humilhações, ódios pessoais» e disputas de «egos» nas redes sociais do partido, Ventura desabafou no grupo privado do WhatsApp que reunia líderes distritais: «Estou cansado disto. Ando — com muitos outros — a percorrer o país com o objetivo de impedir que o nosso crescimento seja fugaz e esporádico, com o objetivo de solidificar, e estamos a dar aos portugueses um espetáculo deplorável nas redes sociais. Controlem-se!», ordenou. «Sabem o que me deixa mais triste?», lamentou-se ainda. «Ando pelo país a explicar às pessoas que somos diferentes, às vezes com horas de viagem e minutos de sono, e o que oiço, a quilómetros de distância é: “Já viu o que está escrito nesta página do Chega? E nesta página deste dirigente? E naquele grupo?” Se este ambiente continua no partido, demito-me antes do verão. Não estou para isto!» A ameaça, com mais ou menos intensidade, repetir-se-ia noutros momentos.

O Chega e os «netos» de Jaime

Para mim, o Chega foi motivo de interesse jornalístico e objeto de estudo bem antes da estreia de André Ventura no parlamento. Em meados de 2019, percorri Porto, Lisboa e Braga para testemunhar ideias, ações e cumplicidades de jovens extremistas de direita que, nessa altura, brotavam pelo país em nichos digitais e cenáculos de rebeldia. Muitos foram depois parar ao Chega, então a dar os primeiros passos. Em certo sentido, podia dizer-se que muitos deles já eram do Chega antes de haver Chega. Ventura veio então à conversa por causa da repercussão da sua candidatura autárquica a Loures (2017), onde diabolizara a comunidade cigana, e das eleições europeias daquele ano, tema de outro capítulo.

Para os meus interlocutores de extrema-direita, o salazarismo era uma espécie de museu. Não lhes interessava. Inspirados em movimentos e intelectuais europeus de matriz neofascista e identitária, eram instruídos a travar uma «guerra cultural», da rua às redes sociais. Diziam-se nacionalistas, revolucionários. Geravam simpatias nas

forças policiais e entre os militares, ao mesmo tempo que atraíam descontentes em bairros sociais, escolas e fábricas. Faltava-lhes peso eleitoral, mas não tinham pressa.

Francisco Pereira era a face rural deste movimento. Em 2019, ainda militava nos ultranacionalistas de extrema-direita do Partido Nacional Renovador (PNR, rebatizado Ergue-te) e até encabeçaria as listas desta força política por Braga nas legislativas. Operário do setor têxtil, de barba e barriga saliente, ganhava pouco mais de 600 euros. O seu perfil era o de alguém ao arrepio das modas. Os centros comerciais repugnavam-no: deles, visitava apenas as livrarias. Rejeitava marcas e comprava roupa usada. Dividia os dias entre o local de trabalho (Guimarães), as atuações da banda filarmónica de Ferreiros (Cinfães) e a humilde casa dos pais, onde vivia, em Vila Nova do Campo (Santo Tirso).

Num anexo do quintal, Francisco Pereira montou o seu santuário de militância e devoção. Ali o visitei, uma tarde. Desde adolescente, acumulava retratos e medalhas de Salazar, autocolantes e calendários do «generalíssimo» Franco, um busto de Mussolini, cartazes de touradas e da Semana Santa de Sevilha e artefactos religiosos. Era dono de uma vasta biblioteca nacionalista, do nazismo ao pensamento de Primo de Rivera, fascista espanhol, fundador da Falange e seu ídolo confesso.

Desiludido com a «direita envergonhada» do CDS, onde estivera cinco anos, não se identificava com Ventura: «O Chega é uma direita desavergonhada, mas parte do seu discurso é o do PNR de há muitos anos, sobretudo na área do controlo de fronteiras ou da imigração descontrolada.»

Francisco Pereira sentia-se confortável na sua pele e via longe: «A base de crescimento está nos estudantes, nas forças de segurança e nos trabalhadores que sofrem com a entrada massiva de imigrantes», afirmava com convicção, antecipando o «seu» programa eleitoral a quem lho pedisse. «A ideia do País dos Descobrimentos é muito bonita, mas nada diz ao homem de rua que precisa de segurança laboral para manter a família. Sei do que falo, também sou operário», dizia, quase a atropelar as palavras. «Os nacionalistas ainda não compreenderam as reais condições de vida das pessoas», reconhecia. «É preciso ir para o terreno.»

Em janeiro de 2023, reencontrá-lo-ia na convenção do Chega em Santarém: fora eleito delegado por Braga, embora continuasse a «rosnar» algumas insatisfações. Em 2025, continuava militante.

Quem depressa entendeu a mensagem foi uma geração apostada na reconfiguração da direita nacionalista. Eram filhos da Internet e gostavam do epíteto. Embriagados de ideologia extremista no auge da blogosfera, agora inspiravam-se nos neofascistas italianos da CasaPound, na ala jovem do movimento radical francês Les Identitaires, ramificado noutros países, na Alt-Right norte-americana, no Reagrupamento Nacional, de Marine Le Pen, na extrema-direita da Alternativa para a Alemanha (AfD) e até no partido neonazi grego Aurora Dourada, entretanto ilegalizado e extinto.

Seguiam, atentos, as posições anti-imigração de Matteo Salvini, da Liga Norte (Itália), do primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e do holandês Geert Wilders, do Partido para a Liberdade. Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (Brasil), à época presidentes dos respetivos países, eram importantes para a «causa», mas não pelo perfil ideológico — personificavam o confronto direto com o «marxismo cultural» e as forças progressistas, o que não era de deitar fora.

Em Portugal, assumiam-se «netos» do pensamento de Jaime Nogueira Pinto, o intelectual da direita nacionalista mais influente nesta geração. Citavam amiúde os doutrinadores do pensamento extremista e identitário europeu, de Dominique Venner (que se suicidou em 2013 na catedral de Notre-Dame) a Guillaume Faye (da Nova Direita francesa), sem esquecer o romancista e teórico da conspiração Renaud Camus. Liam o austríaco Markus Willinger (autor de *A geração identitária*, assumida declaração de guerra ao espírito do Maio de 68) e admiravam o neonazi espanhol Ernesto Milá. Todos estes autores se assumiam vinculados à teoria conspirativa da «Grande Substituição» dos europeus brancos, responsável pela «invasão cultural» imigrante — narrativa que o Chega adotaria ao longo do caminho e à qual André Ventura recorreria em eventos públicos para inflamar audiências.

«Organizam-se de forma relativamente autónoma em relação à velha guarda e nem sequer procuram uma estrutura partidária para funcionar», elucidou-me Riccardo Marchi, académico especialista em direitas radicais, após um breve almoço no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.

O Escudo Identitário (EI), movimento metapolítico que adotou o lince como símbolo, «ameaçado de extinção, tal como o povo português», foi notícia em 2018 quando colou 1000 cartazes contra «a ideologia de género» junto de 300 escolas de todo o país. Em 2019, imprimiu nova resma de 4000 cartazes. «Agora até dizem que há cento e cinquenta géneros, já parecem os Pokémons», disse o então líder do EI, Nuno Afonso (não confundir com o fundador do Chega, de nome idêntico).

O destempero e a alarvidade não eram, contudo, a marca desta nova direita, pelo contrário: polidos, alheavam-se da «santa Trindade» de motas, drogas e armas, imagem de marca dos gangues e bandos de extrema-direita que caíra em desuso sobretudo depois de uma bem-sucedida operação policial junto do movimento Hammerskin. Outrora conhecido pela subcultura *skinhead*, botas *Dr. Martens*, bastões e soqueiras, o novo ativismo refundava este espaço ideológico e queria distância de antigos métodos. Até as causas e o estilo tinham mudado.

O homem mais instruído e atualizado sobre o tema era uma «lenda» da antiga Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da PJ. João Paulo Ventura conhecia aquele universo como poucos. Num fim de tarde da primavera de 2019, passei os torniquetes do *hall* de entrada das instalações da PJ, em Lisboa, um dos edifícios corporativos mais modernos do país. O cenário e a imponência remeteram-me para as cidades do futuro de certas distopias literárias que li na adolescência.

João apareceu em minutos, barba aparada, *jeans* e óculos escuros. Quando me sentei com ele a tomar um café num pátio deslumbrante do edifício cheio de luz natural, quis saber mais sobre as sombras: no fundo, tentava perceber o que mudara no território da extrema-direita e quem eram os novos protagonistas. Primeiro, contudo, era preciso lançar luz sobre o passado.

No currículo, João Paulo Ventura tem a primeira grande operação da PJ-DCCB, em outubro de 1995: apanhar os culpados pelo assassinio de Alcindo Monteiro, português de origem cabo-verdiana, vítima de uma onda de agressões racistas cometidas por *skinheads* no Bairro Alto (Lisboa) meses antes. Para ele, tratava-se de «um atentado terrorista», mas a autoridade judiciária optou pelo homicídio qualificado em razão do ódio racial. «Os ingredientes são todos típicos de terrorismo: um ataque selvático, bárbaro, indiscriminado, letal e ideologicamente motivado que fez outras onze vítimas, gravemente feridas. Não existia legislação contraterrorismo específica à época, mas havia normas no Código Penal que permitiam essa qualificação.» Porém, não acabou assim.

João esteve também na terceira grande operação da Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT), da PJ, em novembro de 2016, que agregou episódios de violência criminal cometidos pela «extrema-direita violenta», entre os quais agressões bárbaras na Baixa de Lisboa após uma manifestação diante do parlamento contra os refugiados: foram condenados vinte e dois elementos do movimento Hammerskin, alguns deles a prisão efetiva.

Este membro da elite da investigação antiterrorismo sempre defendeu a ilegalização destes grupos com base no artigo 46.º da Constituição, que estipula a proibição de organizações racistas e fascistas, mas a extrema-direita tinha mudado. «Agora é uma juventude mais instruída, bem-pensante e de estratos sociais mais elevados que, apesar de ainda pouco numerosa, dinamiza ações e ganhou força nos últimos anos», descreveu-me. «Apresentam-se como guardiões da identidade étnica e cultural portuguesa e protagonizam um novo extremismo de direita sem violência física. As ideologias de matriz fascista e nazi estão lá, mas foram alvo de cosmética.»

Premonitório, o coordenador de investigação criminal da PJ antecipou o cenário que, dali a meses, estaria maduro para André Ventura e o Chega colherem. «Se houver alterações radicais das circunstâncias económico-sociais ou de matriz étnico-cultural, as coisas podem agravar-se», advertiu João Paulo Ventura, enquanto eu gatafunhava notas à pressa para não perder o seu raciocínio veloz. «Há setores nas universidades, professores e alunos de boas famílias, a simpatizar com estes movimentos identitários. Nos meios policiais e militares também. Não são pessoas de extrema-direita, mas consideram a degradação do regime insustentável por causa da corrupção política e financeira. Num momento de crise, podem pensar que o caminho é por ali.»

A geração que renovava o imaginário da militância de extrema-direita, em termos teóricos e estéticos, oferecia uma base sólida de recrutamento para um partido que reivindicasse algo do seu ideário. A Associação de Iniciativa Cívica Portugueses

Primeiro — P1 para os apaniguados — foi criada no final de 2015, após uma manifestação no parlamento contra o acolhimento de refugiados. Entre os fundadores estava Nelson Dias da Silva, antigo militante do PS. Em 2018, já radicalizado, participou numa ação de derramamento de sangue de porco na Mouraria, no local projetado para a construção da nova mesquita de Lisboa. Mais tarde, rumaria ao Chega, do qual foi dirigente nacional e protagonista da ala identitária até se faltar e sair, em 2022.

A P1 defendia «maior rigor e controlo sobre as “lojas étnicas”», acusadas de invadirem o centro das grandes cidades, destruírem o pequeno comércio e serem, na maioria, fachadas «para lavagem de dinheiro e incentivo à imigração ilegal». Responsabilizava a imigração pelo «agudizar de problemas laborais», responsabilizava-a por «acentuados conflitos sociais e inevitáveis choques culturais» e defendia uma deportação «gradual» e «sustentada». Diversas afinidades cruzaram-se na P1 antes de baterem à porta de André Ventura. Desde logo, Rui Roque, autor de uma moção à convenção de Évora do Chega (2020) em que propunha a extração dos ovários às mulheres que interrompessem voluntariamente a gravidez no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O presidente da P1 era Rui Amiguiño, professor, pouco interessado em Ventura ou no Chega. Pelo menos, em 2019. Editor da Contra-Corrente, exibia um catálogo com obras do nacionalismo clássico e sobre o fascismo italiano, antologias de ex-combatentes do Ultramar, ensaios sobre o «terramoto do 25 de Abril», perfis de Salazar ou testemunhos sobre a «tragédia da globalização».

Na lista de edições havia, também, memórias de oficiais fascistas, a «tradução fiel» de *Mein Kampf*, de Hitler, coletâneas de Mussolini ou reflexões sobre a suástica da autoria do próprio Goebbels. Outras obras reuniam textos de combate e aconselhamento ativista: *Manual para um rebelde*, escrito por Gustavo Morales, ligado a falangistas espanhóis, comentador da BBC e do canal estatal Russia Today, dava pistas sobre táticas que seriam mais tarde usadas pelo Chega. O autor sugeria o uso da arma do rumor para «intoxicar» o universo mediático. «O importante do boato é que, com uma economia de meios absoluta, pode chegar a ter consequências insuspeitas e ajuda a deslegitimar os valores, instituições e pessoas do Sistema. O boato é sempre uma bomba-relógio colocada nos pilares do Regime», sugeria. Desconheço se algum dos ideólogos do Chega passou os olhos por aquelas páginas, mas a ascensão do partido a partir de 2020 ficaria a dever muito a este tipo de instruções e «ensinamentos».

Num dos números da revista da área nacionalista *Plus Ultra*, editada pela Contra-Corrente, um outro autor, sob pseudónimo, defendia a utilização de campanhas de *trolling* nas redes sociais para desestabilizar ou inflamar discussões a favor das causas identitárias e da direita radical. «Vai existir uma massa de jovens adultos capazes de falar com as normas de um *esquerdalho*, mas por dentro estará um fervoroso

etnonacionalista», lia-se na edição de fevereiro de 2019, dois meses antes da fundação do Chega.

Um autor nacional publicado pela Contra-Corrente, que discorria sobre as suas afinidades com a Coreia do Norte, «aliado no combate à globalização e ao liberalismo», ou com a Rússia de Putin, era João Santana Franco, ex-secretário-geral e candidato do PNR a Mafra (2005) e à Câmara de Lisboa (2017).

Licenciado em Relações Internacionais e em Estratégia, colaborador de publicações académicas, fora um assumido propagandista pró-Rússia nos setores de extrema-direita nacionais, afivelado ao pensamento do cientista, filósofo político e doutrinário do ocultismo, Alexander Dugin. Em fevereiro de 2021, João Franco deu 500 euros ao Chega. Três anos volvidos, foi delegado à sexta convenção do partido, em Viana do Castelo.

Outro dos autores da Contra-Corrente, com responsabilidades editoriais, e membro da P1, era João Martins. Em 2020, o seu nome surgiria numa lista de cinco extremistas de direita que estariam a filiar-se no partido, entregue a André Ventura por Nuno Afonso, mas o líder do Chega desvalorizou o alerta.

Militante de longa data da causa nacionalista, João Martins foi um dos condenados pelo homicídio de Alcindo Monteiro. Sentenciado a dezassete anos de prisão, cumpriu nove e quatro meses. João Martins organizou eventos com figuras dos movimentos neofascistas internacionais e apoiava a causa ucraniana. Estas aparições, além dos contactos externos, mantinham-no no radar das forças de segurança. Para ele, o futuro da extrema-direita estava «nos miúdos desamparados, nos jovens em idade escolar e universitários» e no «setor operário, desprotegido ante a imigração». Os apoios ao nacionalismo identitário vinham, segundo João Martins, do setor militar e das forças policiais. «O Chega é uma adição de zeros», ironizou em 2019, apesar de o seu nome constar da referida listagem entregue a Ventura. Quase sempre de óculos escuros, João Martins exibia uma tatuagem no braço esquerdo de reminiscências nazis: *Und morgen die ganze Welt*. Ou, como quem diz, «e amanhã o mundo inteiro».

«Cheios de ódio e rancor»

Sentado numa esplanada do Mercado do Bom Sucesso (Porto), Manuel Rezende, colunista de *O Diabo*, monárquico, «anarcorreacionário» e, à época, dirigente do Escudo Identitário (EI), mastigou, apressado, dois rissóis para iludir a hora de almoço, mas sem se engasgar. «O problema não é haver pessoas a rezar viradas para Meca», começou, «é existir gente a viver em condições desumanas nos bairros de Lisboa e Porto e ninguém se preocupar com as populações em volta. Como imagina, pretos ou muçulmanos no Martim Moniz é uma coisa que me afeta imenso, até parece que tropeço em alcorões à saída de casa...», desvalorizou.

Rezende sempre gostou do termo «revolução conservadora» e rejeitava carimbos. «Não sou extremista. Quero fazer política para o meu povo, preocupar-me com o tipo de Bragança que anda quilómetros para ir aos correios ou ao multibanco. Não vou perder energias a chocar o burguês, a fazer escarcéu, a segurar umas caçadeiras ou a rebentar portas e janelas. Ninguém me leva a sério se o fizer.» Rejeitava aristocracias, «formas palonças» de olhar o Portugal de outrora. «Até parece que fomos para as colónias fazer festinhas às pretinhas ou às índias. Fomos construir Impérios, teve de se bater e bater a sério! E muitas vezes fomos injustos. A humanidade é isto, não vivemos na Lua.» Por essa altura, «a direita revolucionária» funcionava como escudo para ele.

De preferência, recrutava «mulheres e homens politicamente órfãos, cheios de ódio e rancor, perdidos na vida, universitários que querem alternativas ao que ouvem na escola e que discordam de professores que falam do passado opressor da Europa», referiu, mas antes de construir algo novo, avisou, seria preciso «partir alguns vasos». Em 2020, por um breve período, Manuel Rezende integrou a chamada Lista Futuro, candidata à presidência da recém-nascida Juventude Chega.

No passado recente de Portugal, o discurso populista colecionara fracassos. Nem o PNR nem o Partido Democrático Republicano (PDR), candidatos às legislativas de 2015, conseguiram lastro eleitoral para as suas narrativas antissistema e de confronto entre povo e elites.

Meses antes da primeira eleição de Ventura para o parlamento, Riccardo Marchi não acreditava que a irrelevância do populismo de direita ou de extrema-direita em Portugal sofresse sobressaltos a breve trecho. O fracasso da coligação Basta nas eleições europeias de maio de 2019 era a prova. Algo, porém, se movia fora dos radares mediáticos.

A abstenção (quase 70% nessas eleições, máximo histórico) oferecia «grande margem de manobra» para o crescimento dessa direita antissistema. Faltava o mais importante: «Um empreendedor político endinheirado, capaz de mobilizar esse descontentamento.» Essa, sim, era uma tarefa ao alcance de André Ventura, embora o dinheiro ainda tardasse. Mas, para sabermos como tudo aconteceu, é preciso recuar à «criação do mundo».

O POPULISTA DE DEUS

Algueirão-Mem Martins é um megassubúrbio de Sintra, na Grande Lisboa. André Ventura veio ao mundo em 1983, numa das mais populosas freguesias do país e da Europa: em 2024, contava com quase 70 mil habitantes, 8000 jovens (entre os vinte e os vinte e nove anos) e, estima-se, 10% de estrangeiros.

O caldeirão cultural desta desarranjada geografia metropolitana nunca comoveu o presidente do Chega. «Ali aprendi alguma coisa sobre injustiça, insegurança e impunidade», recordou nas redes sociais. O combustível do seu percurso político deve muito a essa perceção da realidade.

O lugar de nascença de Ventura é um pesadelo para a mitologia de Portugal apregoada pelo Chega. Pelo menos, a julgar pelos discursos excludentes do seu chefe, recheados de nativismo, pureza étnica e estigmatização de povos estranhos às «tradições» e valores «nacionais».

Na Tapada das Mercês, onde, nos últimos anos, visitava a avó, num lar, admitiria ao *Expresso* que «aquilo» lhe parecia África. «Para o bem e para o mal, só se vê pessoas negras», descreveu. «E é o que é, a vida é assim, foi o movimento normal e o fluxo normal, e na altura não era assim, já havia alguma imigração dos que tinham vindo das colónias, mas não era assim.» Onde uns pressentem problemas, outros abrem caminhos.

«Aquilo» é a casa de, pelo menos, 27 nacionalidades, no retrato imersivo feito pelos repórteres da *Mensagem de Lisboa*. Casa de africanos da Guiné, Senegal ou Gâmbia. Casa de asiáticos do Bangladesh, Índia ou Paquistão. Casa de tribos musicais e coletivos artísticos urbanos pujantes. Onde, à falta de cinemas e teatros, o *hip-hop* inventou um reino novo. *Rappers* forjam poesia do quotidiano agreste e vidas forasteiras rimam com as da gente nova nascida nas salas de parto do Hospital Amadora-Sintra. Juntos, inventaram uma poção mágica através da arte.

«Aquilo» também é Sintra, mas sem palácios nem brasões nas traseiras do bilhete-postal. Onde em 2021 viviam quase 4300 muçulmanos. Onde a comunidade islâmica cresceu 47% na última década. Onde há uma mesquita numa garagem, de portas abertas, comunitária, sem exclusões, para quem chega à cidade desamparado, desorientado ou filho de um Deus desconhecido.

«Aquilo» também é Ventura: por nascimento e opção eleitoral.

Nas autárquicas de 2021, o fundador e antigo vice-presidente do partido, Nuno Afonso, natural do concelho, foi eleito vereador. «Sou amigo da Associação Comunidade Islâmica da Tapada das Mercês e Mem Martins, de guineenses muçulmanos. Já o meu pai era», contou-me, numa esplanada de Carnide, quando estava à beira de abandonar o Chega. «Vão fazer uma nova mesquita e eu apoio. O meu pai construiu mesquitas na Guiné.»

Nas legislativas de 2024, o Chega obteve, em Sintra e na freguesia de Algueirão-Mem Martins, habitualmente de maioria socialista, percentagens acima da sua média nacional (18,06%). Em 2025, foi o partido mais votado no concelho: venceu em seis das onze freguesias e o líder do partido até ganhou em «casa», Algueirão-Mem Martins.

Nem sempre André Ventura desencadeou trovões, raiva, preconceitos. «Tenho muitas dúvidas que alguém que vive na linha de Sintra e que trabalha num supermercado acorde um dia e decida dedicar toda a sua vida a construir um Estado de califado entre a Síria e o Iraque», disse o jovem Ventura em 2015 ao jornal gratuito *OJE*, no qual colaborava.

A sua história na freguesia é a de um rapaz pacato de periferia, de raiz pequeno-burguesa, a quem a família pagava os estudos com dificuldade. O pai, ex-combatente na Guerra Colonial, de direita, geria uma mercearia e vendia peças de bicicleta e de motorizada no comércio especializado. A mãe foi secretária administrativa na capital, depois doméstica.

Em casa, havia muitos livros sobre o salazarismo e o pós-revolução. Essa herança paterna foi a primeira biblioteca de Ventura. «A minha família sofreu com o regime ditatorial», resumiu, sem pormenorizar.

O irmão, mais velho, cursou Engenharia Civil e beneficiou de uma bolsa estudantil quando se licenciou na Universidade Lusófona. Não sendo cúmplices, tinham recreações em comum, uma pública, outra recatada. A «droga dura» chama-se Benfica. A leve era o haxixe, relatam amigos e antigos colegas. «Lá vai o André fumar para debaixo das saias do padre», gracejavam, quando, mais tarde, Ventura entrou no seminário.

O líder do Chega prega a sua cultura cristã que, segundo ele, sempre o levou «por caminhos de integração e de promoção da diversidade», mas nem todos os desígnios de Deus passaram por Algueirão-Mem Martins. Companheiros da antiga escola Ferreira de Castro, em Ouressa, onde Ventura foi um aluno medíocre, lembram as futeboladas

com o amigo num velho ringue, hoje pavilhão. «Para irmos jogar, escondíamos o dinheiro nas meias, mas o André deixava-o no casaco e ficava sem ele.» Na bola corrida, Ventura era de contrafação. No fim do jogo, culpava os ciganos.

Na Baixa de Lisboa concluía, anos depois, «que muita da comunidade cigana que hoje temos — não toda, mas muita — dá uma má imagem de Portugal para fora», explicou ao semanário *Sol*. O problema, disse, não era apenas o que os ciganos vendiam — «produtos que não sei se são droga ou não, mas que são apresentados como tal» —, mas também o desrespeito pelo Estado de Direito. E o abandono a que esse mesmo Estado os votara, condescendeu. «Um dia», ilustrou, «estava numa esplanada, com a carteira em cima da mesa, e vieram umas romenas com um mapa a perguntarem-me se eu sabia onde era a rua que ia dar ao Elevador da Graça. Quando eu estava a explicar, fiquei sem carteira».

A advogada Fernanda Marques Lopes, fundadora do Chega, colega de Ventura em Direito, lembra-se dessas histórias contadas nos primórdios da amizade. «O André terá sido vítima de *bullying* na escola e sofreu com isso», contou-me numa longa e conversadora noite em Santarém, em 2023. «O Nuno Afonso dizia que ele era um bocado betinho, *naif*: deixava a mochila com tudo lá dentro, ia jogar à bola e, quando regressava, não tinha metade das coisas.»

O ambiente escolar «problemático e conflituoso», «amálgama de pessoas de diferentes etnias», de estratos sociais baixos ou remediados, abalava o André em construção, reconheceu o próprio, já adulto.

Antes de ver o futuro, André Ventura olhou para dentro. Aos catorze anos, diz, descobriu Deus. Primeiro, por desconforto: os pais, embora dedicados à comunidade, desvalorizavam a fé e o catraio sentiu-se excluído na escola. «Os outros eram batizados e eu não era, os outros tinham vida religiosa e eu não tinha.»

Quis perceber porquê. Entrou pelo próprio pé na Igreja de São José do Algueirão. Batismo, comunhão e crisma fê-los por sua vontade. Os sacerdotes cedo lhe tiraram a «fotografia»: tinha perfil fundamentalista, típico de convertidos tardios. Enfim, nada de grave: há quem demore uma vida. Durão Barroso, ex-presidente da Comissão Europeia, foi do maoísmo de 1974 ao topo da Goldman Sachs e do capital financeiro mundial, onde chegou já sexagenário. A epifania juvenil de Zita Seabra, antiga dirigente e deputada comunista, deu-se durante a luta contra a ditadura. Hoje escreve e edita livros com padres do Opus Dei e frequenta a ultraconservadora paróquia de São Nicolau (Lisboa), do padre Mário Rui Pedras, «pai» espiritual de Ventura.

O prior acolheu-o enquanto estudante e casou-o com Dina Nunes, fisioterapeuta e filha dos donos de uma pastelaria das redondezas. Embora dócil e inteligente, o André cristão-novo de Algueirão era obsessivo na sua crença, tanto quanto as citadas figuras públicas o eram na juventude. Levava textos bíblicos à letra, devorava obras religiosas, era cego a contextos e refratário à vivência saudável do Evangelho.

Começou então a parafrasear passagens do Apocalipse que viria a transformar em «marca de água» do seu perfil: «Deus vomitará os mornos» é uma delas.

Equilíbrio e moderação não eram para ele. «Vejo a fé como São Paulo a vivia: ou é para sermos radicais ou não vale a pena.» Nos encontros de jovens católicos da paróquia de Algueirão, que antecedia a missa das sete da tarde, deixou outras memórias para o futuro: sagaz, magnético e insinuante, agarrava pretextos para se dirigir ao grupo e agitar almas com prédicas e homilias. «Este vendia a Torre Eiffel», pensava Tânia Alves, antiga colega, ao ouvi-lo, quando recordou essa época ao *Expresso*. Na prática, Ventura já exercitava um conselho do pai, adotado pela vida fora: «Quer dê uma aula num palheiro ou num palácio de ouro, mantém sempre a mesma voz, a mesma determinação e a mesma empatia.»

E Deus descobriu as mulheres

Em 2000, um século depois de Salazar ter feito o mesmo em Viseu, André Ventura, então com dezassete anos, entrou no seminário menor de Penafirme, a vinte minutos de Torres Vedras, no centro do país. Queria ser padre. Uma das muitas coisas que quis ser — escritor, presidente do Benfica, líder do PSD — antes de decidir não ser qualquer uma delas e fundar o Chega «para partir tudo». Aquele, porém, era apenas um estágio espiritual e religioso para André Ventura perceber se o sacerdócio era mesmo o objetivo de vida com que sonhava.

Um dos primeiros a instalar-se na mesma residência, a 8 de setembro, ficaria seu amigo para a vida. Pouco mais velho, originário do antigo Zaire (República Democrática do Congo), Luc Mombito chegou a Portugal aos doze anos (1994). Dizia pertencer à «realeza bantu», marcada pelo sentido de clã e linhagem.

Distúrbios sociais e greves prolongadas na terra-mãe contra o ditador Mobutu, famoso pelo cardápio de violações dos direitos humanos e fortuna acumulada, precipitaram a decisão familiar: «A situação tornou-se complicada, muitos pais tiveram de mandar os filhos para fora», contou ele a jovens do Chega. O pai já trabalhava na embaixada, ele veio para continuar os estudos. Ainda frequentou o Liceu Francês «uns três anos», mas, em 1997, quando Mobutu rumou ao exílio, a família, afeta ao regime deposto, sentiu o longo braço dos novos senhores do poder. «Tive de refazer, novamente, a vida.» Ei-lo, pois, naquela tarde de fim de verão de 2000, em Penafirme, quando entra uma «excursão» na casa do Senhor: era o jovem Ventura, com pais, avós, tios e irmão atrelados.

André Ventura frequenta, em regime de internato, a área de Ciências Socioeconómicas (12.º ano).

Embora reservado, menos expansivo do que em Algueirão, era acelerado no discurso. Mais tarde, na faculdade, também os seus alunos se queixariam disso. «Já no seminário era assim», declara. «Na altura, tive um problema: queria discutir todos os assuntos. Por que motivo não há sacerdotes mulheres? Qual é a razão para os problemas da Igreja com a homossexualidade? Porque é que a Igreja não é mais firme na questão das minorias étnicas? Qual é o motivo para a pedofilia continuar a assolar a Igreja?» Perguntas sem resposta. «Sentia que a Igreja, em qualquer assunto, precisa de dez anos para haver conclusões e decisões», admitiu Ventura, frustrado.

Fernanda Marques Lopes não guardou essa maturidade precoce na memória. «Não digo que ele fabricou uma imagem», esquivava-se, «mas construiu-a». Coincidiram no externato de Penafirme, escola privada, católica, com ensino público. Ela andava na instituição desde o 5.º ano. «Os alunos do secundário eram direcionados para lá. Na altura, não falávamos muito de política», recorda a mulher que já tinha o «bichinho» social-democrata, por via familiar, e liderou o primeiro conselho de jurisdição nacional do Chega.

«O André, quando começou a ir à missa, atingiu um certo fanatismo. Depois, trazia traumas da escola, em Mem Martins, e também foi parar a Penafirme por isso», crê, apesar de lhe escutar outras justificações: «Ele insistia no argumento da falta de posses. Os pais não eram ricos, mas, na faculdade, por exemplo, mal ou bem ele tinha um carrito, enquanto eu andava de transportes públicos...»

No externato o miúdo revela-se, aos olhos dela, estudioso, normal. A timidez estava lá, a insegurança também. «Brilhava na sala de aula, mas não era de liderar um grupinho no recreio», descreve Fernanda. A imagem ficou-lhe, mas, lá atrás, nem tudo parecia autêntico.

«Genuína talvez fosse a pancada com a Igreja, sim...», afirma, convicta. «Era interessado nas leituras, missa de manhã, missa à noite, esses rituais todos, mas cedia facilmente às brincadeiras das raparigas.» O jovem cedo terá percebido que o projeto do sacerdócio tinha, afinal, pés de barro, carne fraca e coração mole.

«O meu pai», conta Fernanda, «ia levar-me a Santa Cruz, o que havia de mais turístico perto do externato. Dizia: “Tomas café com as tuas amigas e depois apanho-te onde te deixei.” Já os seminaristas, assim que os padres iam dormir, saíam e voltavam quando queriam».

Os rapazes calcorreavam três quilómetros até Santa Cruz. «Iam para a *night* sem os padres saberem. Um dia, o seminário foi pintado e eles chegaram a descer e a subir pelos andaimes.» O tio e padrinho de Fernanda vigiava tudo. Quando descobriu que regressavam pela porta do coro, fechou-a.

«Já o desafio das raparigas era ver quem conseguia namoriscar um seminarista, era a cena do proibido», graceja, divertida. «Naquele ano, de trinta rapazes só foram três para o sacerdócio.» Ventura não estava entre eles. Dada a sua devoção, ainda pensou que o amigo trilhasse Teologia na faculdade, mas o santo não chegaria ao altar, embora concluísse a passagem por Penafirme com 18 valores, como Fernanda.

«Saí do seminário porque me apaixonei», admitiu André Ventura em público. Queria ser sério na vivência da fé, mas o fraquinho por uma estudante de Humanidades, com quem partilhava disciplinas, trocou-lhe as voltas, apesar de não correspondido nessa altura. «Mas Deus», frisou, «nunca mais saiu da minha vida». Luc Mombito também não.

O congolês andarà pelo PS e entusiasmado com Sócrates e até com António Costa antes de este liderar os socialistas, mas viu em Ventura «o melhor amigo» e «irmão», e, mais tarde, no Chega, o seu «combustível». Pelo meio, trabalhou na Alêtheia Editores, de Zita Seabra, e no serviço ao cliente da Jerónimo Martins. Frequentou a Universidade de Verão do PSD e defendeu o consumo, sem restrições, de canábis. Depois rumou a Inglaterra e aí instala-se uma névoa.

Quando se inscreveu no Chega, a sua morada remetia para a zona do Hotel de Paris, em Cromer, Norfolk, a pouco mais de uma hora de Great Yarmouth. No pico da crise económica de 2009-2014 milhares de portugueses desesperados passaram por ali, rumando àquela deprimida vila costeira, destino balnear fantasma, para fazer o que muitos britânicos se recusavam: trabalhar nas fábricas de transformação alimentar de aves e descansar da dureza do ofício nos alojamentos turísticos decadentes ou em caravanas decrépitas. O realizador Marco Martins deu-nos um filme duro e inesquecível sobre isto.

Se Luc Mombito andou por lá não se sabe, mas guardou uma máxima sobre aves: «Uma galinha não come nada maior do que a própria garganta, senão engasga-se e morre.» É o que usa para falar de competências e meritocracia.

Crente, reza o terço duas vezes ao dia, garante. Isso não o impediu de fazer *bullying* sexual a uma menor nas redes sociais. «Sentes comichão na cona, é?», perguntou, provocador. «Mal fodida? Tentaste um castiçal em madeira?», insistiu, conforme os *prints* divulgados no interior do Chega e em público.

Secretário pessoal de Ventura, motorista, «mão que ajuda», Mombito é «um faz-tudo» do partido. A expressão é dele e para levar à letra: cuida da manutenção da sede do Chega em Lisboa, das compras de supermercado e também muda a areia do gato *António*. O chefe pode estar aos berros no parlamento, quase ali ao lado, a meio de um debate importante, mas num momento de pausa é bem capaz de perguntar, por WhatsApp, se o felino já comeu, se tem água e se já lhe limparam o caixote.

Quanto à passagem pelo seminário, Ventura revelaria ao jornalista Vítor Matos, décadas depois, as práticas extremas de automutilação, castigos físicos a que se obrigava, incluindo o recurso ao cilício e a outros objetos. «Porque disseste aquilo?!», indignou-se Fernanda Marques Lopes quando a reportagem foi publicada. «Porque é verdade», respondeu ele. «Não precisavas de o fazer», contrariou ela. «Se calhar, excedi-me», terá depois admitido a Nuno Afonso.

Quando o artigo sobre o uso do cilício saiu, Fernanda resgatou amizades e contactos antigos para saber mais pormenores. Ficou à porta. «Os seminaristas fizeram um grupo no WhatsApp e receberam uma indicação do padre Mário Rui: “Ninguém fala

do André a jornalistas.”» Dentro do partido, o burburinho trouxe outras revelações. «E já viste o golpe que ele tem num tornozelo?», perguntou Nuno Afonso à amiga advogada, para espanto desta. «Ele uma vez cortou os tendões! Pelos vistos, o objetivo era estar mais perto de Deus.»

Com os anos, a ideia de sacrifício e mortificação contaminou a personagem política. Daí, talvez, a promessa de dar o «sangue» e o «corpo» pelo Chega contra os infiéis de fora e os traidores de dentro, como fez nas cercanias do Mosteiro da Batalha, em setembro de 2022, num agitado conselho nacional. «Ele disse-me coisas sobre a religião que são um bocado assustadoras», admite Nuno Afonso. «Sente-se um mártir, diz ter uma missão para levar até ao fim, parece um extremista religioso, mas isso existe no partido», certifica.

No Chega sempre houve um acordo para não se falar do aborto. «Foi referendado, estava resolvido e eu, já agora, votei a favor da despenalização», revela o fundador. Mais: «Também defendi a adoção por casais homossexuais. As crianças precisam de amor. Ponto!», justifica, «mas há militantes que são de tal maneira contra o aborto que querem que as mulheres sejam punidas por abortarem. O André não era assim, mas mudou muito. Antes não andava com o terço no bolso, agora anda».

«Ó puto, tem lá calma contigo!»

Findo o secundário, abandonado o seminário e o projeto do sacerdócio, André Ventura virou costas à vida espiritual e à geografia de nascença.

Anos depois de Ventura ter trocado Algueirão-Mem Martins pelo seminário, a freguesia saloia ainda não tinha andado para a frente: o centro de saúde atendia pessoas com deficiência na rua. Não havia creches, centros de dia ou lares públicos, nem existiam parques ou jardins dignos desse nome, mas os construtores civis continuavam à rédea solta e até em cima de ribeiras erguiam casas. «Vim de uma zona de subúrbios, onde as pessoas não passavam de uma determinada fase», descreveu Ventura ao semanário *Sol*. «Muitos dos meus colegas de escola em Mem Martins hoje trabalham na mercearia com o pai ou na fábrica. Eu sentia que também não ia passar dali.»

Se Deus e a religião não o «encaminhassem» para Penafirme, ele teria sido, quando muito, «um taxista no Algueirão», assumiu ao *Expresso*. A associação dos taxistas da Linha de Sintra não gostou e declarou que ele nunca serviria para a função por conta dos seus «comportamentos sociais indignos».

Por lá, Ventura deixou resquícios da primeira aproximação à política, via JSD. O «padrinho» do seu enlace social-democrata, aos quinze anos, recebera uma medalha de mérito municipal das mãos de Edite Estrela, ex-presidente socialista da Câmara de Sintra: chamava-se Artur de Jesus Afonso. Era pai de Nuno Afonso, outro iniciado na JSD local, o mesmo com quem Ventura fundaria o Chega.

Nortenho oriundo de uma família pobre de Arouca e ele próprio ex-seminarista, Artur Afonso combateu na Guiné-Bissau e montou residência em Algueirão-Mem Martins no final de 1975. Aderiu ao PPD/PSD meses depois e esteve, enquanto sindicalista, na origem da União Geral de Trabalhadores (UGT). Autarca — por divergências com o partido encabeçou a primeira lista independente à freguesia e no país —, fundou jornais, dinamizou grupos culturais e recreativos e criou um clube desportivo para atrair «meninos de rua» e afastá-los de caminhos sem volta. «Muitos miúdos desses bairros, africanos e ciganos, agora adultos, choraram no funeral do meu pai», recorda Nuno Afonso. «Dou-me com muitos deles, mandam-me fotografias dos filhos e ainda ligam à minha mãe. Alguns jogaram futebol comigo. Nunca me trataram mal quando fui para o Chega.»

Apesar da admiração e das saudades, Nuno manteve uma relação «crispada» com o pai, religioso, de missa aos domingos e outros rituais católicos. «Estive indeciso entre ir para a Força Aérea ou seguir arquitetura e, numa conversa, ele disse-me que a arquitetura era para *gays*», conta, a recordar a incredulidade com que o ouviu. «Fiquei tão chateado que fui para arquitetura. E ele nem era nada assim, era aberto e respeitador, mas aquilo foi a gota de água.»

Os pais de André Ventura e os de Nuno Afonso eram próximos. Durante certo período, as famílias viveram na mesma rua. «O Afonso do Algueirão e o senhor Ventura», assim os recorda Manuel Ferreira dos Anjos, antigo diretor financeiro do município de Sintra, ex-vereador eleito pelo CDS e fundador do Chega. «O pai do André era um tipo calmo, sossegado. Já o Afonso, era colérico», explica. «Nas reuniões do PSD gritava por tudo e por nada e chamava nomes àquela gente toda. E depois vinha o pai do André acalmá-lo e pôr paz naquilo.»

Quando conheceu o pai do amigo, dirigente local do partido, Ventura identificou-se com o estilo. Na verdade, «aquilo» seria ele anos depois. «O André ouviu-o discursar em iniciativas do PSD-Sintra, falou com ele e, dias depois, inscreveu-se», explica Nuno, que foi apresentado ao futuro líder do Chega pelo progenitor. «Quando me candidatei à secção de freguesia da JSD, o André, que estava a fazer Erasmus em Salamanca, veio de propósito a Sintra porque o meu pai queria que eu o pusesse a número dois.»

O filho, ao contrário, preferia gente calejada, com mérito, mas o pai insistiu: «Acreditava nele.» E até o convidava para as tertúlias políticas caseiras. Ainda hoje, amigos de Nuno Afonso, que detestam o Chega e as suas ideias, dizem-lhe: «O André faz lembrar o teu pai na maneira como fala em público...»

A JSD e o percurso no partido consolidaram a amizade. Nem sempre na mesma barricada, diga-se. Antes de sair para fundar o Chega, André Ventura apoiou Santana Lopes e Nuno Afonso escolheu Rui Rio na disputa interna pela liderança do partido. «Até é bom estar um de cada lado», comentou Ventura. «Ajudamo-nos.»

Quando, décadas volvidas, Nuno Afonso colidiu de frente com o líder do Chega e acabou demitido de chefe de gabinete no parlamento, foi almoçar com um juiz, velho

amigo e correligionário do pai. «Mas, ó Nuno», ouviu ele, de chofre, «tu ainda não tinhas percebido quem é o Ventura?! Desde miúdo que não olha a meios para chegar onde quer», resumiu-lhe. «Em qualquer eleição, queria ser sempre o candidato. Eu e o teu pai é que muitas vezes o chamávamos à razão e dizíamos: “Ó puto, tem lá calma contigo!”»

Dr. André e Mr. Ventura

Regressemos ao início do século, a 2001, Ventura está matriculado na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e já a morar nas residências estudantis da Igreja de São Nicolau, por sugestão de Luc Mombito e a convite do padre Mário Rui.

O jovem André risca o Algueirão, a quarenta minutos de carro de Lisboa, do seu mapa mental. As visitas a casa, ao fim de semana, rareiam. De novo, os pais olham de lado para a opção religiosa do filho. Nada a fazer.

Na residência, Ventura cumpre, como todos, os afazeres diários no refeitório, na igreja e na biblioteca. Completa um pequeno trabalho de investigação e classificação bibliográfica na área da História religiosa e de Lisboa. Estuda, cultiva a atmosfera multicultural: bebe e convive nas saídas até ao O’Gilins, bar irlandês no Cais do Sodré, estreita laços com estudantes das ex-colónias, recebe amigos. «Alto apartamento!», reagiu Nuno Afonso quando o visitou. Luc Mombito também se fixou por lá depois do seminário.

Florianio Rocha, universitário cabo-verdiano acolhido na paróquia, torna-se um novo compincha de Ventura, mais tarde recrutado para a recolha de assinaturas destinadas à legalização do Chega.

Quanto a Mário Rui Pedras, antigo chefe de grupo dos escuteiros de Óbidos, onde nasceu, é o farol espiritual de Ventura, veneração ilustrada pela fotografia de ambos que o líder da direita radical populista ostenta no gabinete. «O padre defendia-o imenso, falavam muito», conta Fernanda Marques Lopes.

A partir do altar, Mário Rui será um dos mais ferozes opositores das medidas de confinamento decretadas pelo governo PS no pico da pandemia, que, segundo ele, prejudicavam as cerimónias religiosas. No auge da sua indignação, comparou a Direção-Geral da Saúde à polícia política da ditadura.

A Igreja de São Nicolau ficou ainda famosa por celebrar missas em latim, de rito antigo, numa ostensiva rejeição do Concílio Vaticano II, embora Ventura não estivesse entre os apreciadores desses hábitos.

O perfil ultramontano da paróquia irá colocá-la, mais à frente, na rota da extrema-direita religiosa afeta ao ex-presidente brasileiro Bolsonaro, gente fascinada pela mitologia de Fátima e pelas narrativas saudosistas da rede transnacional conservadora Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Os vínculos do padre brasileiro Paulo Ricardo a Portugal são disso exemplo. Sacerdote pró-armas, «cavaleiro» da cruzada do reacionarismo de direita, uniu-se ao então deputado Bolsonaro na contestação ao chamado *kit gay*, material didático contra a homofobia que nunca teve esse nome nem o conteúdo que lhe imputavam. O governo do Partido Trabalhista (PT) quis usar materiais sobre sexualidade contra os preconceitos, mas não houve distribuição nas escolas. As *fake news*, no entanto, tiveram mais força e o tema transformou-se na contenda eleitoral de 2018 a favor do «capitão» Jair, elogioso dos torturadores da ditadura militar como o coronel Carlos Ustra, famoso por inserir ratos na vagina de presas políticas.

O padre, *influencer* católico bolsonarista, com um milhão de seguidores nos seus canais digitais, também passou pela Igreja de São Nicolau, onde fez uma celebração. Manuel Matias, antigo presidente do Partido Pró-Vida (PPV), ex-assessor de Ventura e pai da deputada do Chega Rita Matias, já promoveu Paulo Ricardo em alguns eventos e é outro dos seus portos seguros no país.

Em 2024, o relatório de 884 páginas da Polícia Federal que responsabilizou Bolsonaro e mais 36 pessoas pela tentativa de golpe de Estado no Brasil referiu o papel de quatro clérigos católicos nas ações ultraconservadoras na Igreja a favor da agenda e das movimentações do antigo presidente brasileiro. Entre eles, estava o padre Paulo Ricardo.

Entretanto, André Ventura reencontra Fernanda Marques Lopes na universidade e, do externato de Penafirme, vai também a rapariga que partira o coração ao seminarista, agora permeável ao namorico, de curta duração, diga-se. Fernanda instala-se nas águas-furtadas da casa da madrinha, na Ajuda. Ventura é a ocasional boleia para o autocarro. «Tinha o dinheiro contado. O meu pai pediu um empréstimo para me pagar os últimos dois anos na faculdade. Deu-me o curso e a carta. O meu nome era o mais pequeno que aparecia na pauta...», brinca. A faculdade estava na moda. Mais conhecida pela grafia em inglês, a Nova School of Law foi criada em 1996 por iniciativa de Diogo Freitas do Amaral, antigo aluno do último ditador do Estado Novo, Marcello Caetano, fundador do partido democrata-cristão CDS e ex-presidente da Assembleia Geral da ONU. A ideia do professor catedrático e jurisconsulto (mais tarde ministro de um governo PS) era «desafiar o ensino bastante conservador e tradicional do Direito em Portugal» e «criar uma instituição que formasse juristas diferentes, modernos, abertos ao mundo e preparados para enfrentar os desafios da atualidade».

O lema da instituição era todo um programa: «O jurista da Nova é a antítese do burocrata.» A filosofia atrai descendentes de elites nacionais e dos países africanos de expressão portuguesa. Alguns mudam-se da «Católica» para lá. «Apareceu uma certa nata», confirma a advogada Fernanda Marques Lopes. «Havia gajas que, numa discussão, se gabavam dos poços de petróleo do pai e coisas assim...» Entre os professores estão o próprio Freitas do Amaral, António Barreto (sociólogo), Maria

Lúcia Amaral (antiga provedora de Justiça) e um séquito de professores de Economia oriundos do Banco de Portugal, cujas aulas matinais, antes de entrarem ao serviço na instituição do Estado, eram a tortura dos estudantes. O advogado André Miranda, filho do constitucionalista Jorge Miranda, e o angolano N'Gunu Tiny, empresário, CEO do Emerald Group, sócio do *Polígrafo* e acionista do semanário *Novo* e do *Jornal Económico*, são dois casos de estudantes oriundos das elites que estudaram na Nova.

Ventura, esse, é quase invisível na época, sobretudo fora das aulas. Estudante marrão, não aparece nas borgas académicas. «Ele não ia beber um copo!», atesta Fernanda. «Era simpático e agradável com os colegas, cordial, mas não me lembro de o ver numa festa. A obsessão dele era acabar o curso com boa nota», explica.

Ventura cultivava, sim, conversas com os melhores amigos dessa altura: Gonçalo Almeida Ribeiro, que chegaria a juiz do Tribunal Constitucional, e, mais tarde, por causa do Direito e dos grupos de discussão, Luís Durão Barroso, filho mais velho de Durão Barroso. «E brilhava, discutia os temas a fundo...», salienta Fernanda Marques Lopes.

Ao grupo de alunos junta-se, a dada altura, Jorge Castela. Ar fora da caixa, quarentão, *rocker*, casaco *motard*, montado em cima da inseparável *Harley-Davidson*. «Já era economista, tinha visão do mundo e era muito inteligente. Aparecia de capacete na mão, sempre mais tarde, e sentava-se atrás no anfiteatro. Não ia às aulas todas, mas fazia cábulas para toda a gente, passava noites a fazer resumos», descreve Fernanda. «E gostava de miúdas mais novas, embora tivesse idade para ser nosso pai...»

Jorge Castela, em cujo escritório de advogados se fizeram as primeiras reuniões do Chega antes de ser Chega, é, segundo diz de si próprio, um «ultraneoliberal» com um fetiche pela política, cultura e imaginário *made in USA*, ou não tivesse ele escrito, anos depois, um elogio a Trump em forma de livro. Na primeira metade da década de 1980 teve ligações ao CDS, via Grupo de Ofir, liderado pelo ex-presidente do partido, Francisco Lucas Pires. «O Jorge tentava apanhar a pedalada do grupo do André, do Gonçalo e do Luís, mas eles, apesar de lhe admirarem a inteligência, mantinham-no à parte», recorda Fernanda.

Castela conta do avesso: a timidez, medidas e educação extremas é que colocavam André Ventura na posição de ouvir os outros. Dava opiniões pedindo licença, não dizia palavrões ou brejeirices, e não era o radical com as vestes da atual *persona* pública. Parecia outro: social-democrata, europeísta, moderado, «um homem de esquerda envergonhado», como lhe chamou Castela. Na altura, nem sombra de discurso racista ou xenófobo, conforme admitiu no livro que entrou *Na cabeça de Ventura* (2024), da autoria de Vítor Matos.

Era um mistério como tais traços de personalidade cabiam no ex-seminarista de fresca data, jovem ambicioso e residente numa das mais conservadoras paróquias do país, onde, à cabeceira, mantinha uma das leituras da sua vida: *O fim do Estado Novo e*

as origens do 25 de Abril (1995), da autoria do ideólogo das direitas radicais Jaime Nogueira Pinto.

Seria André Ventura um negativo de si próprio, obstinado com a aparência e o jogo de papéis? Teria adotado a compaixão para consumo social, com tato e encanto postícios?

Professora de Ventura na faculdade, a catedrática Teresa Pizarro Beleza ouviu-o, enquanto líder do Chega, defender «tudo ao contrário» do que apregoara numa aula de Direito Penal. Discutia-se a penalização do aborto e o estudante André assumiu «abertura progressista» em relação ao tema. «Fazia-o com grande habilidade e aparente convicção, que me ficaram na memória por me parecer que ele falava em parte como se quisesse defender uma posição que imaginaria próxima da que supunha ser a minha», contou ao *Dário de Notícias* a primeira mulher a dirigir a faculdade em que Ventura estudou. «Ao vê-lo, recentemente, a defender perspetivas radicais e populistas lembrei essa sensação de “oportunismo” que me ocorrera ao ouvi-lo.»

Num artigo posterior no mesmo jornal, em coautoria e tendo por base as propostas eleitorais do líder do Chega, Teresa Pizarro Beleza e Helena Pereira de Melo, professora na mesma faculdade, concluíram: «O Portugal de André Ventura não é o de 2024, mas o de 1944.»

Na faculdade, ninguém o diria. A menos que, no seu íntimo, convivessem, sem sobressaltos de consciência, o André universitário e o Ventura de paróquia.

Em 2002 elogiou, na *Jur.nal*, publicação da associação de estudantes, o Estado Social, «cujos méritos, visíveis e comprovados, terão de ser realçados e associados ao princípio da dignidade humana no qual ele próprio assenta».

Em 2004 elogiou a sociedade civil, «cada vez mais exigente quanto às liberdades individuais», entre as quais a descriminalização do aborto (que só ocorreria por referendo em 2007) e das drogas leves, da eutanásia e da prostituição. «Ainda bem que assim é», concluía.

O país de 2005 é o da viragem governativa do PSD de Santana Lopes, que cairia com estrondo, para o PS de José Sócrates, em quem o jovem André terá votado no primeiro mandato, segundo confidenciou ao jornalista Alexandre Malhado em *Dias de raiva* (2024).

De certo modo, ele já o tinha revelado em 2015, num livro escrito em coautoria com o jornalista Miguel Fernandes. «Sócrates foi um político que me convenceu no seu início», admitiu. Ventura valorizou «os seus primeiros anos» como primeiro-ministro. Pareceu-lhe «íntegro» e «firme» em certas decisões, «capaz de lutar contra interesses instalados», mas desiludiu-se com a «democracia *pop*», «a fachada das coisas». Deixou-se levar. «Sócrates era mestre nas encenações, todos os congressos do Partido Socialista sobre Sócrates continham uma ovação quase estalinista [...] Aparecia quase como salvador da pátria. Eu próprio, confesso, cheguei a ser influenciado por este

movimento e hoje arrependo-me muito disso», reconhecia, para daí retirar uma lição: «Temos de ser mais exigentes connosco próprios, mais exigentes com a democracia, mais exigentes com a verdade.»

Voltemos ao tempo do país de Sócrates antes da desilusão. Ventura está em Erasmus em Salamanca, alojado numa casa de frades dehonianos (Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus) e tira um curso breve de castelhano. «A malta queria tudo menos estudar», descobre com surpresa. Não era, uma vez mais, o seu caso. É dos melhores alunos de sempre da Universidade Nova, termina o curso com 19 valores e tem vontade de engolir o mundo. «Foi um esforço muito grande», justificou. «Esses são os tempos de que mais me orgulho e, ao mesmo tempo, de que mais me arrependo na minha vida. Tenho orgulho porque fiz um esforço monumental.»

Obcecado por ser «o melhor», deixou algo pelo caminho. «Perdi uma fase muito importante da vida», desabafou. «Das saídas à noite, da diversão própria da universidade [...] E isso prejudicou-me de alguma maneira. Se fosse hoje, não fazia a mesma coisa.» Terminado o curso, rumo ao Porto para estagiar no departamento fiscal da sociedade Úria Menéndez, do advogado Daniel Proença de Carvalho, na zona da Boavista. O patrono é João Anacoreta Correia, à época filiado no CDS, com quem Ventura assina artigos de atualidade jurídica nas publicações internas do escritório, e produz outros da sua exclusiva lavra.

Ali não lhe ouvem excessos idênticos àqueles com que se lançaria na política. Elogiam a sua inteligência invulgar, sagaz, mas a indumentária gera galhofa: usa fatos antiquados e gravatas berrantes a destoar do ambiente cosmopolita, mais próximo do *glamour* de séries de televisão como *Boston Legal* ou *The Good Wife*.

Entretanto, o ex-seminarista que tinha abandonado o sonho do sacerdócio descobria os encantos femininos e levava as aventuras avante. Depois de namoricos, apaixona-se no Porto por uma católica irlandesa, com quem vai viver. Uma decisão puxa outra: fazer o doutoramento em Direito Público na cidade de Cork, segunda maior da Irlanda, onde vive a partir de 2008 graças a uma bolsa de investigação pública.

Sexo, drogas e o romancista diletante

Entre a faculdade e o estágio de advocacia de André Ventura no Porto, o mundo tornou-se palco de insanidade.

Atentados às Torres Gémeas, 11 de setembro de 2001. Guerra do Afeganistão, 2001. Guerra do Iraque, 2003. Atentados em Madrid, 11 de março de 2004. Atentados no metro de Londres, 7 de julho de 2005. Estes eventos influíram não apenas no tema da tese de doutoramento, mas também na carreira que agora pretendia trilhar: escritor.

Ventura deu os primeiros passos na imprensa local e nas folhas da paróquia a partir da Igreja de Algueirão. «Percebi rapidamente que intervir na comunidade, opinar e comentar os assuntos atuais que nos rodeavam, e a todos interessavam, era uma das

minhas principais vocações», assumiu nas páginas de um livro — *A culpa é do Benfica* — a que voltaremos mais adiante.

Vocações não lhe faltavam, nem mesmo a de comediante. «Sempre tive a mania de que tenho graça e continuo a considerar-me um miúdo com graça. Sempre que estou numa mesa mais fechada tenho tendência para contar anedotas», contou ao blogue *As Grandes Novidades da Literatura Portuguesa*. «Sempre disse aos meus amigos que um dia gostava de fazer um *show* de comédia aberto ao público.»

Se perdemos um Seinfeld em potência nunca saberemos, mas, a fazer fê na narrativa oficial, Ventura envolveu-se, «desde muito novo», em projetos de escrita criativa e candidatou-se a concursos literários. Dizia-se leitor «compulsivo» de Camus, Oscar Wilde, Simenon, Paul Auster e Vergílio Ferreira. A idolatria reservava-a para Thomas Mann, a quem devia o melhor da sua «inspiração» e «contemplação literária».

Após uma viagem a Israel, na transição para os dezassete anos, começou a escrever para a gaveta. Seguiram-se artigos sobre o universo jurídico e o primeiro romance, cujo protagonista, Luís Montenegro, se prestava a equívocos: era o nome de um deputado do PSD que se cruzaria na vida de Ventura e chegaria a primeiro-ministro em 2024. Mera coincidência, garantiu o autor.

Em 2007, os apoios para a empreitada literária eram, segundo ele, «escassos ou inexistentes», além da família e dos próprios — e ainda parques — recursos. Valeu-lhe então um ex-responsável de restauração do IKEA.

Gonçalo Martins, então no último ano de Direito, despediu-se da cadeia sueca de móveis, usou 1500 euros do último ordenado e montou a Chiado Editora, onde os autores pagam para serem publicados. Menos de uma década depois, tinha escritório na Avenida da Liberdade (Lisboa), a mais cara do país, e andava de *Ferrari*. Sem o conhecer, o aspirante a escritor enviou-lhe um *email* com uma ideia em mente. Falam e encontram-se num café, em Sintra.

«Percebemos rapidamente», contou Ventura, «que tínhamos um mundo de coisas em comum». Na verdade, eram duas: «projetos» e «causas». Ficaram amigos. Tão próximos que o Chega usaria, anos depois, instalações da Chiado Editora para alguns convívios e até para uma noite eleitoral.

Em janeiro de 2008, ainda em Cork, André Ventura enviou aos amigos mensagens sobre a sua estreia literária. O primeiro romance, «concebido inicialmente como um projeto cinematográfico», estaria nas livrarias nessa primavera, com o apoio da Liga Portuguesa Contra a SIDA, da Federação Portuguesa de Ciclismo e do Comité Olímpico de Portugal.

Montenegro é a história inventada de um ciclista que contraiu o VIH, ou, na sinopse do autor, «como um miúdo judeu dos subúrbios supera permanentemente obstáculos até se tornar uma das imagens de marca e uma lenda urbana do mundo moderno». Nele, Ventura vertera a influência de lugares e pessoas marcantes da sua

vida, «desde o ritmo festivo da cidade espanhola de Salamanca, ao pitoresco quadro inspirador das ruas do Porto e ao incrível mundo aberto das paisagens irlandesas».

Além da paixão pela modalidade desportiva e de um «contacto muito pessoal com o mundo da doença», a inspiração para o romance partira da estreia de *Rocky Balboa*, sexto filme da saga protagonizada por Sylvester Stallone, ator que, no declínio da carreira, viu em Trump uma «personagem dickensiana» e «maior do que a vida».

Ventura foi buscar forças aos combates de boxe da ficção cinematográfica, nos quais o sonho americano é resgatado a murro. Ver Stallone, «já para além da barreira dos sessenta anos, ter a coragem, a força e a determinação para reencarnar, uma vez mais, uma personagem lendária pela sua robustez e resistência física», plantou-lhe no espírito um lema que adotou na política, à moda de *Rambo*: «Podemos ganhar ou perder, mas há que terminar. Nunca desistir!»

A narrativa sobre a personagem Montenegro, intelectual e viciado em drogas, inclui um vasto catálogo de cenas de sexo violento, onde não faltam bofetadas, penetrações brutais e chicotes, que repetiria, em doses fartas, no segundo romance.

A 30 de maio, meses antes do lançamento, enviou novas mensagens aos amigos. O novo livro chamar-se-ia *Disse-me Arafat*, «investigação histórica levada a cabo na Europa e em Israel sobre “o lado oculto” do Prémio Nobel da Paz». Tratava-se, acrescentou, de «uma narrativa do extremismo islâmico na Europa e no mundo ocidental». Esquecera-se, porém, de dizer que o antigo líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) surgia no enredo como traficante de droga, homossexual e... doente com SIDA.

O livro, afinal, teria por título *A última madrugada do islão*. Ventura dedica-o ao padre Mário Rui, «amigo e confidente». Insere também uma «condenação» do cantor Cat Stevens (Yusuf Islam), convertido ao islão, por ter aderido «ao mais irracional dos radicalismos». Além das já referidas cenas de bofetadas e um chicote de couro sintético para autoflagelação, agora há também «seios incrivelmente morenos e sólidos», «laivos de saliva», «lugares aquecidos» e «espasmos intensos» com *allegretto* de *A Tempestade*, de Beethoven, em fundo.

Surgem metáforas sobre um marinheiro num «mar de pecado» e de «um guerreiro na planície conquistada». E, por fim, um «gemido demoníaco» e momentos de «torrente orgásmica» como um «riacho furioso». A juntar a tudo isto, Arafat é *gay*, tem «lábios grossos» e rodeia-se de homens «de ombros musculados» e seguranças de «corpo robusto e altamente trabalhado».

Talvez seja mera coincidência, mas, nos seus estudos publicados em 1950, no pós-guerra, o sociólogo Theodor W. Adorno e outros investigadores da Universidade da Califórnia, em Berkeley, identificaram o perfil da personalidade autoritária: além da agressividade, da força e do poder, também destacavam a projeção e preocupação exagerada com o sexo.

Nos cinco primeiros parágrafos da segunda obra literária, Ventura usa três «efetivamente», dois «exatamente» e ainda «milimetricamente», «absolutamente»,

«definitivamente», «completamente», «geometricamente», «comummente» e «ostensivamente». E termina com a descrição ficcional de outro atentado, este terrorista, cujos pormenores remetem para o estilo dos tabloides ou canais de televisão com os quais colaboraria mais tarde. Quanto às fontes da «investigação histórica», estão identificadas nas páginas finais com o pomposo título «Os factos que fundamentam esta obra»: resumem-se, no total, a uma dúzia de notícias de imprensa.

O exemplar que li em 2023, primeira edição, foi-me emprestado pela ex-presidente do conselho de jurisdição do Chega. Quando o abri, reparei em dois pormenores. O mais óbvio era a dedicatória: «Para a minha grande amiga Fernanda, pelo acompanhamento e pela amizade. Estaremos juntos nos grandes combates», prometeu Ventura. O outro era a cinta onde se lia: «O livro mais polémico do ano.» Fernanda usou-a para marcar as páginas 30/31 e daí não passou.

Nuno Afonso nem o abriu. «Fui à apresentação dos livros dele», assume o fundador do Chega, «mas nunca tive curiosidade de os ler». Na Chiado Editora, insinuou-se haver traços de Salman Rushdie.

No seu *podcast* literário, Bruno Henriques e Sérgio Duarte, a dupla na sombra da sátira política *Jovem Conservador de Direita*, referiram estar-se perante «uma espécie de *thriller* erótico-político com a qualidade literária de uma ata de condomínio. O *50 sombras de Maomé* que ninguém pediu», ironizaram. «Ainda assim, o autor achou que se justificava inventar que fundamentalistas andavam a persegui-lo para vender alguns exemplares.»

O livro foi apresentado num fim de tarde de um sábado de novembro de 2009, na Fnac do Centro Comercial Vasco da Gama (Lisboa). O constitucionalista Jorge Bacelar Gouveia elogiou e o consultor de comunicação João Villalobos abordou o tema da liberdade de expressão.

Ventura chegou com dois seguranças. Falou de terrorismo e islamismo. Ao vê-lo tão protegido e vigiado do princípio ao fim da sessão, a sala, repleta, talvez tenha acreditado no que lera e ouvira meses antes, quando se começou a falar do livro: o autor teria sido ameaçado por fundamentalistas islâmicos. Fonte? O próprio. Ventura queixou-se de censura prévia da editora e da «exposição mediática». Temia pela «segurança pessoal» e dizia viver «sob vigilância e proteção uma parte significativa do tempo». Isto apesar de assumir que, em determinada fase da vida, esteve «próximo do islamismo».

Em julho, supostamente alertada por diversas personalidades, como é o caso dos professores universitários Pablo Cortés (Universidade de Leicester) e Olufemi Amao (Universidade de Brunel), e de membros anónimos da comunidade muçulmana, a Chiado Editora suspendera o lançamento do livro, de que haviam saído pré-publicações. A obra teria «potencial incendiário» e de «consequências imprevisíveis», em parte pela envolvência psicológica e sexual que rodeia a figura do profeta Maomé. Tudo partiu de um comunicado, mas, para *press release*, também não estaria mal.

Primeiro pormenor: Olufemi Amao conhecia Ventura, mas não falava nem escrevia português e nem sequer teria escrito o elogio ao livro que fora publicitado, como o comprovou o *DN* falando com ele. «Um poderoso manifesto contra o fundamentalismo islâmico de um dos mais promissores escritores da nova geração» foi o comentário que lhe atribuíram.

Segundo pormenor: Onder Bakircioglu, da Universidade de Belfast, também desmentiu ao *Expresso* ter considerado o livro «uma controversa obra a que ninguém poderá ficar indiferente».

Terceiro e último pormenor: numa posição quicá inédita, três «promotores e divulgadores» da Chiado Editora publicaram um apelo a Ventura nas redes sociais — pediam-lhe para desistir da publicação do livro, pelo menos por algum tempo. Não por cobardia, atalharam, «mas pela sensatez de perceber que estas circunstâncias, que já não podemos alterar nem dominar, não auguram nada de bom nem para o autor nem para a obra». Contudo, admitiam, a contragosto, que a publicidade «era boa para o livro. A prova», aduziam, estava «no interesse de editoras estrangeiras em pegar na obra», sobretudo no Brasil e em Espanha, onde a publicação seria ainda mais «explosiva», vaticinaram.

Nada disso aconteceu. Nem mesmo com a reprodução, na contracapa, da famosa caricatura de Maomé, da autoria do dinamarquês Kurt Westergaard, publicada em 2005, cujo desenho do profeta, com um turbante em forma de bomba, inflamara setores muçulmanos radicais em todo o mundo. O caricaturista foi ameaçado e houve planos para o matar, frustrados pelos serviços secretos dinamarqueses. Em 2015, o massacre de 12 pessoas num atentado ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, em Paris — que republicou esse e outros desenhos de Kurt —, provou que o tema continuava na «agenda» do extremismo islâmico.

Ora, anos antes, nem a Chiado Editora era o jornal francês, nem Ventura uma personalidade notada. No caso, era mesmo uma soma de zeros. No intervalo de meses entre a suspensão da obra e a sua publicação, Ventura foi citado na blogosfera como «um homem só» e «abandonado» pela Chiado Editora. Outros farejaram um golpe publicitário e desejo de sucesso fácil.

A editora teria pedido pareceres ao líder da Comunidade Islâmica de Lisboa, o xeque David Munir, e a um especialista em assuntos islâmicos. O primeiro não se lembra de tal — apesar de o livro lhe ter sido entregue em mão pela editora, a pedido de Ventura —, e o segundo não se pronunciou. Quanto aos pareceres, nem o editor nem o próprio escritor sabiam deles ao fim de alguns anos.

Uma petição pública contra a alegada censura da editora reclamou a publicação da obra. Foi assinada por 71 pessoas. Entre elas, juristas, professores, um poeta de Aveiro, um profissional de tiro com arco, um consultor de comunicação e uma militante do PSD que deixou uma mensagem enigmática para Ventura: «Amigo, para sempre teremos Veneza!»

Grande parte da controvérsia foi gerada a partir das paredes da Chiado Editora. E pelo próprio autor. Depois, o ruído fez o seu caminho. Ainda houve uma segunda edição do livro, outro mistério por desvendar. Uma coisa é certa: Ventura testou-se no «mercado» pela primeira vez, com uma polémica fabricada, uma obra falhada e uma teoria conspirativa internacional à moda do terrorismo da época. No início, era uma não personagem. No fim da história, não se pode dizer que tenha corrido mal.

«Vejo-me como um serviço público»

Os portugueses sempre tiveram duas expressões de algibeira para classificar piruetas dos políticos ao sabor das conveniências. «Virou o bico ao prego» é uma delas. A outra, que resgata uma expressão dos nossos avós com raízes na política francesa, é «virou a casaca». O comentário mordaz aplica-se àqueles que têm versatilidade a mais e convicção a menos.

O André académico doutorou-se em Cork com uma tese que o Ventura do Chega nunca escreveria. Em outubro de 2013, quando entregou o documento, preocupava-se com o facto de as políticas securitárias pós-atentados às Torres Gémeas porem em causa os direitos humanos. Chamou-lhes populismo penal, «processo pelo qual os políticos aproveitam, e usam para sua vantagem, aquilo que creem ser a generalizada vontade de punição do público».

A pretexto do combate ao terrorismo, André Ventura insurgiu-se contra os sistemas judiciais e policiais que «instalaram» o medo, acicataram preconceitos, suspenderam direitos de suspeitos e condenados, discriminaram minorias, estigmatizaram muçulmanos e lançaram a «caça» a populações com base em critérios étnicos e religiosos. Para ele, esboçava-se um quadro persecutório que ameaçava as democracias e lançava o pânico social à escala planetária. Temia «um falso sentimento de poder e segurança» e, a longo prazo, restrições na liberdade dos cidadãos que minaria a confiança entre comunidades minoritárias e nas instituições democráticas, «causando maior radicalização».

Um autor muito citado por Ventura para fundamentar os seus argumentos é Boaventura de Sousa Santos, intelectual-fetiche da esquerda mundial, de cujo pedestal caiu em 2023 por suspeitas e acusações de assédio sexual. O sociólogo é referido dezasseis vezes no texto principal e cinco na bibliografia.

Para justificar a contradição entre o académico André e o político Ventura, o autor escudar-se-ia mais tarde numa espécie de matrimónio com separação de bens: ele é o mesmo, mas sempre distinguira «a parte científica da parte opinativa». Estas, segundo ele, não se confundem. «É como se Darwin escrevesse *A origem das espécies* e a seguir defendesse o criacionismo», observou o professor de Direito, Nuno Garoupa, ao DN.

Durante quase nove anos (2013-2022), Ventura vedou a tese, financiada com dinheiros públicos, à consulta digital e à utilização como referência noutros trabalhos académicos, a pretexto de que pretendia publicá-la em livro, mas, ao contrário dos seus romances, editados no período de bolseiro de doutoramento na Irlanda, esse trabalho nunca chegou aos escaparates.

De regresso a Lisboa, Ventura integrou a sociedade de advogados de Raul Soares da Veiga, então advogado de Luís Filipe Vieira, ex-presidente do Benfica.

Ingressou também como jurista na máquina do fisco. Os departamentos de IRC e da Direção de Finanças de Lisboa dão-lhe uma vasta rede de contactos a nível policial e inspetivo. Além disso, tem acesso direto a subtilezas, esquemas e engenharias financeiras de empresas e principais grupos económicos. Passam por ele diligências das instâncias judiciais nos processos tributários, administrativos ou criminais, mas também a partilha de informação com entidades policiais ou de fiscalização (PJ, ASAE, GNR, SEF) e pormenores de processos em curso nos tribunais judiciais.

Inspetor reservado, discreto e conhecido apenas no seu bairro, o autorretrato revelava, contudo, grandes ambições. «O que me entusiasma é contribuir para um país fiscalmente mais justo e isso só o posso fazer na Autoridade Tributária», explicou ao *Sol*. Fez parte da lista restrita de candidatos a diretor da Unidade dos Grandes Contribuintes (UGC), mas falhou o lugar. A autoestima, porém, continuou em alta: «Vejo-me como um serviço público.»

Um colega, quadro superior na AT e representante do Estado nos processos de impugnação relativos a grandes contribuintes, acreditou e investiu nele: doou 2350 euros ao Chega (em várias tranches e durante vários anos) a partir do momento em que o deputado foi eleito.

Ao mesmo tempo, Ventura ganha palco na imprensa económica. Aí colabora nas áreas da fiscalidade e segurança, as de sua eleição. Se excetuarmos o *Jornal de Negócios*, mais generalista (onde foi colunista esporádico), as colaborações regulares surgem no já referido e extinto jornal gratuito (*OJE*) e noutro destinado a leitores de nicho (*Vida Económica*). As reações aos artigos destoavam da fotografia fanfarrona de Ventura que os ilustrava: nunca passaram das poucas dezenas de visualizações e não atraíam comentários. Muito pouco para a sua ambição. «Queria mais», admitiu Ventura.

A antecâmara do *bully*

Foi em 2015 que percebi, com ingenuidade e inconsciência à mistura, que havia uma espécie de «*Trump country*» à portuguesa, pronto a cair de maduro aos pés de alguém que rompesse o tradicional sistema partidário caso as condições se proporcionassem.

A 4 de outubro, a coligação PSD/CDS ganhou as eleições legislativas. O governo de direita aplicara um dos mais drásticos programas de austeridade do FMI e pediu

sacrifícios extras aos portugueses. E mais longe iria se o Tribunal Constitucional não o tivesse impedido. Na prática, 332 mil empregos foram destruídos, a pobreza aumentou e, em 2014, 134 mil pessoas tinham abandonado o país. Foi «a mais severa e traumática crise do Portugal democrático», segundo um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os partidos de governo perderam, ainda assim, cerca de 700 mil votos em relação a 2011, mas a esquerda tinha ficado atrás. Maioria? Só se juntassem forças.

Foi essa a chave da mudança que Portugal ainda não tinha experimentado, apesar de consagrada na Constituição: PS, CDU e BE conversaram em separado e, ao fim de cinquenta e quatro dias de impasses e avanços, assinaram um acordo mínimo de incidência parlamentar para a legislatura e viabilizaram um governo socialista. Ao deitarem para trás das costas décadas de desavenças históricas, as esquerdas institucionais demoliram um segundo Muro de Berlim, mas agora na democracia portuguesa.

Parte do país, habituado à alternância entre vencedores das eleições, não ficou a ver. Falou-se de «golpe de Estado», de «vitória na secretaria» e de instauração de um «regime estalinista». Nesses dias, falei com um dos desconhecidos à cabeça das manifestações «contra a entrega do país ao comunismo». Marcou-a para Lisboa, a 10 de novembro, data em que os deputados votariam a moção de rejeição ao programa do governo PSD/CDS. As águas turvas das redes sociais agitaram-se ainda mais.

Mário Gonçalves organizou o «dia da indignação» em frente à escadaria do parlamento. Era líder do CDS de Monforte (Portalegre) e prometera protestar até a direita se sentar, de novo, em São Bento. «Alguma coisa há de dar. Se der para o torto, também estamos cá para isso», garantiu, ao telemóvel, enquanto assegurava a participação de «militares na reserva e outros ainda no ativo».

Dizia-se antigo funcionário do Ministério da Administração Interna e musicoterapeuta. Diretor de campanha autárquica do CDS em Elvas (2013), defendia «a união da direita» para «evitar o regresso dos esquerdismos que tanto prejudicaram Portugal». Se tal se repetisse, previra, «regressaríamos ao clima de 1975». No Facebook, pusera a circular cartazes e vídeos de trinta segundos com apoiantes desta causa.

A tensão tinha tomado conta das ruas e das galerias do parlamento. O aparato policial no exterior era de monta. A excitação jornalística estava ao rubro. O primeiro-ministro em exercício, Pedro Passos Coelho, e o vice, Paulo Portas, acenaram da varanda a quem protestava. Do lado contrário, engrossara a manifestação convocada pela CGTP. Temeram-se confrontos.

Nas redes sociais, após dois dias de debate e o «chumbo» do breve governo PSD/CDS, sugeri aos meus amigos de esquerda que guardassem o champanhe e aos de direita que não se deprimissem já. «Alguém deve estar a rir-se e não anda aqui nos corredores», escrevi. Não estava, como é óbvio, a pensar em André Ventura, que, para todos os efeitos, não «existia», mas em alguém hábil a colher o ressentimento e a

frustração daqueles dias. A crise dos refugiados, na sequência do agravar do conflito na Síria, deu novo fôlego à extrema-direita europeia em França, Itália, Espanha e Hungria, polarizando a discussão. Durante quanto tempo estaríamos ainda imunes ao aparecimento de um condutor de almas, disposto a resgatar a pureza da nação e a sua mitologia?

Quando, anos volvidos, fui reler o *post* que então escrevi, lembrei-me de Mário Gonçalves. Por onde andaria? Li que abandonara o CDS, apoiara o candidato do PS a Elvas (2017) e fora um dos cinco administradores da página *Gazeta Política* na Internet, difusora de *fake news* em larga escala. Entre outras coisas, Mário «noticiara» que António Costa tinha processado um fotógrafo da Reuters por divulgar uma imagem da deputada socialista Isabel Moreira a arranjar as unhas no parlamento. Uma mentira, entre tantas, pela qual sacudira responsabilidades e pedira desculpa.

Uma investigação do jornalista Paulo Pena, explanada no livro *Fábrica de mentiras* (2019), descobriu-o através da Sampling Line, Lda., provedora de serviços de alojamento *online* em Odivelas. Ali registavam-se outros endereços *web* idênticos, multiplicadores de falsidades e desinformação. E até o primeiro *site* do Chega lá iria alojar-se. A isso voltaremos.

Esse era também o negócio de Mário Gonçalves e não estava a correr mal: os seus dois perfis no Facebook tinham, a dada altura, 76 mil seguidores. A mentira sobre António Costa alcançou mais de 10 mil partilhas, mas a dificuldade de Mário em lidar com a verdade vinha, pelo menos, de 2015, da manifestação em frente ao parlamento: ele prometera «quatro ou cinco mil» nas ruas, mas apareceram poucas dezenas de pessoas. Em outubro de 2019, no dia em que André Ventura foi eleito para o parlamento pela primeira vez, tornou-se seu apoiante fervoroso.

Publicou nas redes sociais uma *selfie* com o deputado do Chega no protesto dos polícias, convocado pelo Movimento Zero, junto à Assembleia, no mês seguinte, e inscreveu-se no partido. «Chamem-nos fascistas. O que vocês quiserem, mas se ser fascista é estar do lado da verdade, então eu por mim falo, sou fascista com muito orgulho», escreveu. Em 2024 continuava a promover as narrativas do Chega com unhas e dentes.

Figuras como Mário Gonçalves e o ecossistema mediático que usaram como trampolim seriam um banquete para o Chega poucos anos depois, mas, em 2015, André Ventura ainda andava noutras vidas. Professor universitário, suspendera o seu lugar na AT, ocupava diversos cargos em institutos, organizações, centros de investigação e até em publicações das suas áreas de especialidade. Engordou a lista de artigos científicos, publicou livros sobre Direito Penal e Fiscal e tinha uma espécie de «padrinho» no meio: o antigo deputado do PSD e seu ex-professor, Jorge Bacelar Gouveia.

O constitucionalista, catedrático de Direito na Nova e na Autónoma, onde Ventura deu aulas, teve no jovem André um dos melhores alunos. Mais tarde, partilharam júris académicos, textos, ações de formação e cumplicidades mais reservadas. «Ele sempre se mexeu bem junto de amigos influentes», conta uma jurista, ex-aluna de Ventura e

antiga dirigente do Chega. «Era amiga de ambos no Facebook», precisa. «Lembro-me de os ver nas Caraíbas, de férias, a beber caipirinhas e *mojitos* em tronco nu e com colares de flores. O André preto de tanto sol e o Bacelar com calções à velhinho, a beber *cocktails*.»

Na Universidade Autónoma de Lisboa, Ventura revelou-se um charme. «Além da boa aparência, era fascinante, cativava, sempre bom orador e acessível», recorda a mesma ex-estudante. «Sentava-se em cima da mesa a dar aulas, a falar abertamente, tu cá, tu lá. Ia aos jantares de curso, a maioria gente das ex-colónias, e dava-se bem com todos.»

Uma antiga dirigente do Chega, com um breve passado no PSD, também deu de caras com «outro» Ventura nesse período: «O André era muito mais afável, humilde, contido e honesto. Ele, de certa forma, criou uma personagem quando fundou o partido. E aquilo que ele diz, muitas vezes nem sente, mas percebeu rapidamente o que “vendia”.»

Nessa altura, grande parte da população estudantil da instituição é a versão endinheirada e poderosa das famílias que «mandam» nos países africanos de expressão portuguesa, e, embora menos, de certas elites nativas. «Estacionavam *Porsches* e *Ferraris* à porta e não queriam saber da multa: o papá pagava», continua a jurista. «As roupas de marca de algumas raparigas valiam, só num dia, o meu ordenado hoje. Tinha colegas que passavam sempre de ano, mesmo quando atribuíam a Hitler algo ocorrido no século XVIII ou comentavam à boca cheia com que professor tinham dormido.»

Em 2016-2017, é a vez de Fernanda Marques Lopes fazer uma pós-graduação em Mediação Familiar na Autónoma. «Certa ocasião, cruzei-me com o André e ele apresenta-me o Rodrigo Taxa, assistente dele e hoje deputado», conta a advogada de Torres Vedras. «Uma colega de turma viu a cena e perguntou, espantada: “Tu conheces o professor Ventura?!” As alunas até lhe escreviam os números de telemóvel nos cabeçalhos dos exames...»

Enquanto docente universitário, as inquietações de Ventura seriam outras: «Tinha de lidar com cem pessoas dentro de uma sala», lamentou-se, mas a puxar o lustro ao rigor. «Sempre distingui muito bem a vida académica da vida política. Há uma coisa que garanto: nas minhas aulas nunca entrou nem política nem futebol», explicou ao *Sol*. «Dou aulas de forma rigorosa e científica. Nunca, em momento algum, abordei política com os meus alunos.» Apesar disso, vários seriam, em 2018, recrutados para o Chega.

Além de Fernanda Marques Lopes, foi o caso da jurista e astróloga Cristina Vieira, ou do ex-militar Carlos Monteiro, salazarista, ex-agente da PJ em África e caçador profissional, que se inscreveu no curso de Direito já nos seus setentas. Havia também Madalena Bicho, colaboradora do Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes, que tratava Ventura por tu desde Sintra, e Márcia Silva, que tinha em Carlos Monteiro uma inspiração: a advogada viria a integrar a comissão de ética do partido. E havia ainda Rodrigo Taxa, fiel escudeiro — «o homem de mão do André,

dos recados e afins, assistente dele na faculdade e na vida», assim o descreve Fernanda Marques Lopes.

Ex-presidente da JSD de Coruche e antigo dirigente concelhio do partido, Rodrigo Taxa nasceu em 1989 naquela vila da Lezíria do Tejo. Vivia com a mãe e a avó. Ex-sócio do restaurante Mirante das Tágides e aficionado das touradas, a sua «casa» é o campo. Montar a cavalo, desenhar e pintar são os seus passatempos preferidos.

Recatado, nunca acalentara o chamamento pela exposição pública, mas Ventura, seu professor em Direito, orientador de mestrado e doutoramento, trocou-lhe as voltas. Conheceu-o em 2013 e seguiu-o para todo o lado: primeiro, como seu assistente em várias cadeiras na universidade; depois, na vereação de Loures (2017), como assessor, auferindo 825 euros mais IVA por mês. Mais tarde, integraria o grupo fundador do Chega.

Certa noite, professor e assistente foram cear a um restaurante próximo da universidade após uma aula pós-laboral. No fim, enquanto fumavam ao ar livre, Ventura pensou alto: «Ó Rodrigo», interpelou-o, «e se eu criasse um novo partido?» «Olhe, nunca me tinha passado pela cabeça», reagiu Taxa, surpreso. «É uma ideia muito gira. Força, vamos para a frente!», incentivou, conforme relatou a jovens do Chega. Porém, quando se tratou de recolher as assinaturas para a criação do partido, quase não apareceu.

Em 2019, o deputado único do Chega levá-lo-ia, de novo, para assessor jurídico, mas os hábitos comedidos mantêm-se. «O ordenado dele mal dava para vir todos os dias de carro de Coruche para Lisboa e regressar», conta Fernanda Marques Lopes. São 160 quilómetros de estrada, redondos. «Era das pessoas com o ordenado mais baixo no gabinete. O Manuel Matias, que não sabia juntar duas letras, ganhava mais», relata Fernanda.

A entrada no parlamento, no entanto, fora algo que Taxa vaticinara numa noite de copos. No fim do aniversário de uma amiga, num restaurante diante da Assembleia, os comensais, divertidos e bem bebidos, viram-no olhar para a escadaria com ar de quem antevê o futuro: «Não sei quando será, não sei pelas mãos de quem será, mas um dia», prometeu, «vou trabalhar ali». «Não bebes mais», responderam-lhe os amigos, galhofeiros. O sóbrio, afinal, era ele. «Uma oportunidade única que a vida e o André me concederam e que eu tenho de valorizar dia a dia», assumiu perante jovens militantes do Chega.

Fato ajustado, gravata lisa e ar de bancário imperscrutável, a sua imagem de marca exterior, Taxa é de ferver em pouca água e torna-se feroz em palco, quando discursa. Eleito deputado em 2024, considera-se dinâmico, académico convicto e socialmente ativo. «A única coisa que exijo é respeito», pedira aos outros dirigentes. «Se gostam mais, se gostam menos, honestamente, para a minha personalidade e para o meu feitio, é completamente indiferente.»

Carlos Monteiro, Rodrigo Taxa e Madalena Bicho vão sentar-se no conselho de jurisdição nacional do Chega, presidido por Fernanda Marques Lopes. Todos ex-alunos

de Ventura e de perfis incompatíveis. Não será bonito de ver.

«A culpa é do Benfica»

Havia algo que André Ventura deixava sempre transparecer: o desejo de palco. Ou, na versão mais prosaica de Fernanda Marques Lopes, «a vontade de tocar muitos burros ao mesmo tempo».

A política era ainda uma besta mais ou menos adormecida quando o inspetor das Finanças falou com Pedro Guerra. O primo da parte do pai, natural de Angola, falecido em 2024, não o via desde criança. De pupilo num colégio de padres em Viseu a génio jornalístico das manchetes e títulos no temido semanário *O Independente* anos depois, Pedro Guerra seguiu o ministro Paulo Portas, seu antigo diretor, para o Ministério da Defesa, e, quando se encontraram ou falaram ao telemóvel (as versões não coincidiam), era coordenador de conteúdos e comentador do canal do Benfica, a BTV.

Ventura tinha opiniões e ofereceu-se como comentador. O advogado António Pragal Colaço, outra figura dos programas do canal, terá também sugerido o nome dele. Rui Gomes da Silva, advogado, ex-ministro e dirigente do PSD, benfiquista e seu padrinho de casamento em 2016, mexeu os cordelinhos. Dali a nada, o canal precisava de alguém como Ventura: entendido em juridiquês e economês. Aceitou. Avaliou depois os custos para a sua imagem docente, mas lá acabou por integrar programas de puro cariz futebolístico, com a camisola do Benfica «vestida».

São vários aqueles que, nessa altura, o ajudam a preparar-se para o papel, desde logo Fernando Seara, autarca do PSD em Sintra e também comentador encarnado na televisão, mas também o próprio diretor da BTV, Ricardo Palacin. De novo, porém, Ventura queria mais.

Em 2013 inicia-se a emissão da CMTV, canal do *Correio da Manhã*, jornal português com o maior universo de leitores. Ventura lança o isco ao jornalista Miguel Fernandes, apresentador do programa *Rua Segura* nesse canal, para escreverem um livro a meias, de que falaremos adiante, dado o seu substrato político.

Foi assim que André Ventura entrou na CMTV. Em novembro de 2014, a pretexto da detenção do ex-chefe de governo José Sócrates por suspeitas de corrupção, Miguel Fernandes desafia Ventura para trazer a estúdio uma visão «mais fresca» sobre o tema. As prestações agradam às chefias da CMTV. É novo, ágil, assertivo. Diante das câmaras, não enrola.

Desafiam-no uma e outra vez. E mais outra. Domina os assuntos jurídicos, a criminalidade económico-financeira. Brilha. «Atirei-me de cabeça», assume num dos seus livros. Tem então um sobressalto de consciência: suspende o contrato com o Estado. «As coisas eram incompatíveis», justificou.

Passa a comentador exclusivo na CMTV e entra de «pé em riste» no comentário clubístico inflamado. «Tal como um jogador de futebol acabado de chegar, eu queria

era convencer no campo», dirá sobre esses tempos. Ser comentador era, para ele, «feitio e traço de caráter», mas alguns dos seus alunos não reconheciam o professor naquela postura. «Acreditávamos que o caminho dele fosse dar aulas em África, ganhar algum dinheiro, como o Bacelar Gouveia», recorda uma antiga aluna de Ventura, ex-dirigente do Chega. «Depois percebemos que o Benfica era apenas o palco de mais uma personagem que tinha criado. Quando entrou na política a sério, já sabia o que vender e como dar voz às pessoas, sobretudo do interior profundo.»

Foi um período quente no futebol nacional. As lideranças populistas dos três grandes clubes (Benfica, FC Porto e Sporting) exacerbam conflitos. Surgem denúncias e acusações graves, casos de justiça e de criminalidade organizada à mistura. Ventura dá voz às revoltas e indignações dos benfiquistas, liberta-as em catadupa e em direto, sintonizado com a cartilha da casa. Recebe também manifestações hostis, um furacão estranho ao seu quotidiano. No ringue televisivo, de luta livre, não se encolhe: provoca, dá e leva, entra na pantomima. Revela um lado colérico, por vezes grotesco, de *hooligan* engravatado portador de uma missão transcendental. «É como se Eusébio, sempre ele, ali estivesse, bem perto, a sussurrar-me ao ouvido: “Não desistas. O Benfica merece o teu esforço, a tua entrega, o teu sofrimento.”», escreveu. Anos depois, palavras dele, será Deus a indicá-lo para salvar Portugal.

No *wrestling* televisivo, os adversários de painel estão ao mesmo nível: duros, rasteiros, sem piedade, mas sem recurso a vozes do Além. Já nessa altura, os algoritmos das redes sociais espumam a favor da visibilidade de Ventura a partir do discurso polarizador e de trincheira. Em pouco tempo será figura nacional, abordado na rua, para o bem e para o mal. Idolatrado pelos seus, ameaçado e insultado pelos «inimigos». Por agora, é só futebol, mas, em breve, usará a mesma fatiota na antecâmara mediática de um novo tipo de político, «resultado da raiva mais o algoritmo», como descreve o ensaísta e conselheiro político Giuliano da Empoli.

Sem espanto, e enquanto opera ligações ao círculo mais íntimo da direção do Benfica, Ventura tenta — e consegue — guindar-se a cronista do *Correio da Manhã*. Na coluna *O povo e a lei*, regressa a outros temas. E a história repete-se: parece outro. «O Mediterrâneo transforma-se, estes dias, num verdadeiro mar de morte: migrantes resgatados todos os dias em condições desumanas, barcos naufragados e corpos estendidos sobre as ondas ou, como o pequeno Aylan, sobre a areia das praias nas imediações da Europa. Um menino de três anos, inerte e indiferente às ondas, a dar-nos uma lição da humanidade que perdemos», escreve a 7 de setembro de 2015. «Não podemos simplesmente fechar os olhos e virar a cara ao drama humano que representam estes fluxos migratórios desesperados [...] Países como Portugal e Irlanda, por exemplo, não devem esquecer o seu passado recente de emigração e devem acolher o maior número possível de migrantes», assume, embora advirta para o risco de as redes de terrorismo infiltrarem «guerrilheiros» nessas vagas de imigrantes. Ainda assim, condena as «lamentáveis manifestações de xenofobia que têm, em alguns casos, resultado em violentos confrontos». Por coincidência, talento e sorte, «confronto» era o

seu nome do meio. Ventura usa-o, primeiro, ao serviço da maior marca desportiva do país, uma «religião» chamada Benfica, a cujo peso e influência nenhuma estratégia de comunicação é indiferente.

Escreve, então, um livro com a amiga Maya, taróloga popularizada pelos programas das manhãs da televisão, sobre as cinquenta razões para ser benfiquista. Por momentos, passa-lhe pela cabeça candidatar-se à liderança do clube, mas ficar-se-ia pelo apoio à reeleição de Luís Filipe Vieira — em lugar destacado: coordenador da plataforma «Benfica para a frente, Vieira a presidente» e membro da comissão executiva da recandidatura. «O Benfica tem um novo modelo de gestão desportiva e não pode abdicar dele», defende então.

No início de outubro de 2016 anuncia o lançamento da biografia de Luís Filipe Vieira, da sua autoria, para o mês seguinte. «A publicação, que reúne horas de gravação, ainda vai revelar alguns pormenores da vida privada do dirigente encarnado, assim como temas da atualidade, como a relação com o presidente do Sporting, Bruno de Carvalho», revela a «fuga» noticiosa para a imprensa.

A biografia, se era boa, não saiu, mas a Chiado Editora sempre lhe abriu as portas. *A culpa é do Benfica*, lançado em 2017, é um retrato pessoal dessa época, com pormenores autobiográficos. Luís Bernardo, à época diretor de comunicação do clube e ex-assessor de dois primeiros-ministros (António Guterres e José Sócrates), assina o prefácio da obra do «brilhante argumentador» e «cidadão atento à realidade». Ventura devolve-lhe, no livro, a «amizade e confiança mútua».

As 202 páginas ilustram, sobretudo, uma visão idílica sobre as capacidades de gestão de Luís Filipe Vieira. No retrato do autor, o então presidente aplicou no Benfica «uma espécie de “manual de práticas e bons costumes”», com as empresas do clube a serem «geridas de forma criteriosa». Ventura não poupava sequer os rivais: «Em vez de verem o milagre económico que foi operado e um renascimento como poucos na História, não se calam com o passivo e com as dívidas à banca. E como isso afeta, claro, todo o país e todo um povo», acusava, ligando o Benfica aos destinos da nação. Depois era ele a explicar a ascensão de Vieira aos mais distraídos. O empresário de sucesso «desejado pela banca» e de «credibilidade intacta». O gestor de «caráter íntegro», «astuto, inteligente, frontal, de apurado sentido de oportunidade e do dever». O presidente que renegociou dívidas «através de ágeis e inovadoras soluções, muitas vezes baseadas na seriedade e na palavra». Tudo pelo Benfica, nada contra o Benfica.

A moldura estatelou-se nos tribunais: em 2024, já Vieira tinha estado preso preventivamente por envolvimento em processos de abuso de confiança, fraude fiscal, burla qualificada, branqueamento de capitais, falsificação de documentos e suspeitas de interferência em decisões judiciais, casos que envolviam o universo empresarial benfiquista e o do próprio ex-presidente que, entretanto, saiu dos órgãos sociais do clube. A sua dívida de centenas de milhões de euros ao antigo BES (Novo Banco) foi, em parte, paga pelos contribuintes. Os dados talvez arrepiassem o ex-inspetor da

Autoridade Tributária ou o professor de Direito e comentador de segurança e criminalidade na televisão.

«O que peço para este caso é o mesmo que para os outros. A Justiça tem de ser rápida, eficaz e transparente. Não pode haver nomes, cargos, nem figuras», afirmou Ventura, sem olhar para trás. O amigo Vieira era o mesmo, mas caíra em desgraça. Ele é que era outro: agora falava «como representante do Chega e dos portugueses e é isso que eles querem».

Para o historiador e analista das direitas radicais Riccardo Marchi, não era coincidência o facto de Ventura se ter tornado comentador do Benfica na CMTV e colunista no *Correio da Manhã*. O grupo seguia uma linha «bem Fox News: lei e ordem, criminalidade, esse género de discurso», conforme explicou ao portal digital brasileiro *Marco Zero*. Ventura preparou-se para ser campeão do antipoliticamente correto, postura rara em Portugal. E, ao contrário do centro-direita *mainstream*, previa Riccardo Marchi, «não o encontraremos a condenar Trump ou Bolsonaro». Se não fosse aquele jornal e aquele canal de televisão, «Ventura teria de ter encontrado outros caminhos», admitiu ao *Expresso* Octávio Ribeiro, antigo diretor dos dois órgãos de informação. «Nós criámos esta figura.»

Um populista em construção

Recuemos um pouco para andar em frente. Há umas páginas foi feita referência a uma obra de André Ventura escrita a quatro mãos com Miguel Fernandes, na altura jornalista da CMTV. Pois bem, parte do perfil político e do manual de instruções para o futuro foi revelado, de forma subtil, nesse pequeno livro intitulado *Justiça, corrupção e jornalismo — Os desafios do nosso tempo* (2015), com prefácio de Rui Pereira, ex-ministro da Administração Interna dos governos PS.

A Revolução de Abril, admitia Ventura, «pôs fim a uma ditadura de cariz fascista», mas ele tinha uma pergunta: partidos e movimentos dessa ideologia seriam «compatíveis com o nosso direito à liberdade de pensamento e expressão»? Para exemplificar, dava um caso hipotético: que cobertura noticiosa faria o interlocutor perante «uma enorme concentração» nas ruas de um partido de extrema-direita, racista, xenófobo que, explicou, quisesse ser «a nova luz»? E de «um espancamento de minorias ráticas, de muçulmanos, judeus» à beira de eleições, praticado pela extrema-direita «com uma votação impressionante»?

As respostas são o que menos interessa aqui. «Porque é que esse tipo de movimentos, porque é que esse tipo de jornalismo de extrema-direita ou de extrema-esquerda não pode ter também um lugar?», perguntou. «Não será limitar a liberdade de expressão?», insistia. Ventura contorcia-se com o poder do legislador «que se sente no direito de dizer o que é bom ou o que é mau». Como se proibisse aos cidadãos a discussão de temas incómodos: «Não podem debater se há República ou Monarquia,

não podem debater o racismo, nunca poderá haver nenhuma lei que não seja de caráter racista, não poderão debater a extrema-direita, se um dia a extrema-direita pode tomar o poder, pela via legal, eleitoral, legítima.»

Embora vestisse a pele de advogado do diabo, o desconforto de Ventura ao longo da obra é com as fronteiras legais à formação de «um partido que defendesse que os negros não devem ter lugar em Portugal ou que os judeus não devem aceder ao espaço público ou à função pública, ideias que, para nós, são absurdas, mas poderão ser acolhidas livremente pela população». Ventura reconhecia a desconfiança dos cidadãos em relação às instituições e a sua «falta de maturidade democrática», mas pior: para ele, seria abrirem-se «precedentes perigosos em termos de criminalização de condutas» e «criar redutos de pensamento único».

Por momentos, parecia que ele já tinha um «desenho» na cabeça, e das perguntas à ação não levaria muitos anos. Os seus artigos no *Correio da Manhã*, desde 2015, iam dando lastro a este ideário, mais ou menos dissimulado. O primeiro deles, em junho daquele ano, era um prenúncio: falava sobre a castração química de abusadores. «De que estamos à espera para discutir o problema?», desafiava.

O Ventura colunista também mostrava as costuras do que seria o pronto a vestir do líder do Chega. «Portugal foi dos primeiros países a abolirem a pena de morte e a prisão perpétua. E ainda bem!», escreveu, a 28 de dezembro de 2015, mas advertia: «Nenhum dos gananciosos banqueiros deveria, em caso de condenação, sair da prisão antes que todas as dívidas para com os portugueses fossem definitivamente saldadas.»

Certas conjecturas, moeda corrente do seu discurso enquanto líder político, já afloravam, em nome do combate ao terrorismo: «A Europa», escrevia em 2016, «tem sido excessivamente tolerante com a formação e o crescimento de comunidades fechadas nos subúrbios das suas capitais, onde floresce muitas vezes um sentimento de ódio e confrontação sob o olhar permissivo das autoridades». Noutro texto, advogava «reduzir drasticamente a presença e a dimensão das comunidades islâmicas dentro da União Europeia. Não é só uma questão de segurança, mas de sobrevivência da nossa democracia».

As críticas aos paraísos fiscais, em 2016, envelheceram mal tendo em conta a simpática lista de filiados e financiadores do Chega com sociedades *offshore*, tema que exploraremos adiante. «Convém à elite política e aos amigos empresários — aqueles que financiam empenhadamente as campanhas eleitorais — que subsistam no mundo ilhas sem rei nem lei, lugares cinzentos de legalidade por onde os milhões passam para esconder o seu rasto ou simplesmente ficam ocultos até à oportunidade certa para o seu levantamento», escreveu.

A retórica populista e estigmatizadora do «outro», ao contrário do que se pensa, também começou bem antes da campanha autárquica de Loures (2017). «Se alguém ousa identificar problemas existentes ou práticas negativas reiteradas na comunidade cigana ou nos refugiados, tem de ter muito cuidado, pois a Constituição aí está para catalogar os racistas e os xenófobos dos comentadores», lia-se na coluna a 1 de agosto

de 2016. Semanas antes, disfarçou nas redes sociais: «Não sou nem nunca fui racista ou xenófobo. Nunca pertenci ou espero pertencer a um grupo que tal defenda ou advogue.»

Ele tornaria tudo mais claro a 19 de setembro, a propósito de agressões a polícias na Rinchoa (Sintra): «Tão grave quanto esta cultura de alienação juvenil é a desresponsabilização que pais e avós, muitas vezes imigrantes que se refugiam nestas regiões de habitação mais barata e população multiétnica, promovem nestas zonas.»

Numa amostra do perfil que o PSD escolheria para candidato autárquico, Ventura escreveu, a 3 de outubro de 2016, sobre o tema propulsor da sua relevância política: «As comunidades ciganas — sobretudo no Grande Porto e na Grande Lisboa — estão demasiadas vezes associadas a episódios de criminalidade com armas de fogo. A ligação a grupos organizados de tráfico de droga é, também, elevada. E a população prisional de etnia cigana é anormalmente desproporcional face à percentagem que representa em termos de população.» Imparável, acrescentará: «Predomina entre a comunidade um sentimento de guetização e, no meu entender, uma generalizada sensação de impunidade e desconsideração pelas instituições públicas, desde o poder político às forças policiais. Como se pudessem viver numa espécie de ilha ao largo da cidade: recebendo os benefícios (e o dinheiro) do Estado, mas evitando imposição de regras.»

Nada disto era novo, apenas reciclado. A memória parece não ser o forte de Ventura, talvez lhe escapem certas ironias da História. «Somos os ciganos da política italiana», proclamou Mussolini, fundador do movimento fascista, em 1920, em Cremona. «Ciganos, porque temos um longo caminho a percorrer e, embora tenhamos um objetivo, não é dogmático; ciganos, porque no nosso acampamento há lugar para todas as religiões, desde que tenham uma base comum de amor à nação», afirmou. Foi só uma questão de tempo até começar a persegui-los.

Em Portugal, no pós-revolução, setores frustrados com o rumo da democracia recorreram a ciganos na «luta contra o comunismo». O eufemismo justificava as quase 600 ações e episódios violentos da chamada rede terrorista de extrema-direita que varreu o território nos anos seguintes, com mortes à mistura. A norte do país, elementos da etnia, com cadastro e acesso quase ilimitado a armas, foram recrutados por partidos, movimentos, sacerdotes e milícias populares para «tropa de choque» de comícios, «braço armado» da delinquência de cobertura partidária ou puros atos de vandalismo contra adversários políticos e o seu património.

Os ciganos, então «amigos» do extremismo de direita, ajudaram ainda à fuga, para lá da raia, de pessoas e famílias que se colocaram a salvo — e aos seus bens — do fervor revolucionário. Esse passado repousa nas hemerotecas, bibliografias e arquivos públicos e nada indica que a outra trincheira política usasse o palanque comiciei-ro para acusar ciganos de fascistas ou de inclinação especial para a criminalidade. As atividades dos envolvidos até estavam abençoadas a partir das cátedras de algumas dioceses, com Braga à cabeça.

Pacheco de Amorim: a verdade da mentira

Diogo Pacheco de Amorim e a sua família conhecem estas histórias, mas ele não gosta do epíteto «extremista». Muito menos «bombista», coisa que, na verdade, não foi, apesar de integrar, tal como o advogado e velho amigo das lutas estudantis, José Miguel Júdice, o «clandestino» gabinete político do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) em Espanha.

A organização dirigida por António de Spínola tinha como um dos principais dirigentes Fernando Pacheco de Amorim, tio de Diogo. A par de outras organizações terroristas, o MDLP é responsável por mortes, dezenas de atentados, centenas de explosões e atos de vandalismo no pós-revolução. Contou com poderosas ramificações políticas, policiais, militares, religiosas e financeiras.

As causas de Diogo contagiaram-lhe a veia literária. É autor do poema *Ressurreição*, hino nacionalista composto e cantado por José Campos e Sousa, versos inspirados no rasto dantesco deixado pelas direitas incendiárias no país: «E já ardem bandeiras vermelhas / Nos campos há gritos de guerra / Nas trevas da noite há centelhas / Das rosas em festa da terra», versejou o poeta emprestado à contrarrevolução.

Neto de outro Diogo Pacheco de Amorim, monárquico, íntimo de Salazar e do cardeal Cerejeira, o veterano do Chega envolveu-se nas lutas estudantis em Coimbra entre 1969 e 1973. Nessa altura, era «nacionalista revolucionário»: combatia a «brandura» de Marcello Caetano e os protestos da oposição e de católicos progressistas à ditadura. Fê-lo, justificou, «contra a tentativa de as forças da esquerda e da extrema-esquerda se apropriarem do monopólio da vida académica e, através desse monopólio, de tomarem uma participação importante na substituição de um regime autoritário por um regime totalitário de cariz comunista», afirmou à revista de direita luso-brasileira *Veritas Liberat*.

Tal como José Miguel Júdice, Pacheco de Amorim era contra a descolonização e defendia um país pluricontinental e multirracial.

O argumento serviu para, após o 25 de Abril de 1974, integrar a mesma luta. Quando viu os cravos nas *G3*, não gostou. «Percebemos rapidamente que a revolução tinha caído nas mãos da esquerda e do PCP», relatou a jovens da Academia Política do Chega, em 2021. «O general Spínola, no 25 de Abril, já praticamente não tinha poder», acrescentou, sem, no entanto, explicar como o militar do monóculo liderou duas tentativas de golpe de Estado entre setembro de 1974 e 11 de março de 1975.

Pacheco de Amorim militou no Partido do Progresso, liderado pelo seu tio Fernando Pacheco de Amorim, ao qual se juntaram facções de direita do antigo regime e contrárias à revolução. Na sua sede, em Lisboa, logo após o fracasso da tentativa golpista de António de Spínola em 1974, foram encontradas 200 pistolas-metralhadoras, 600 mil munições diversas, 5500 granadas, máscaras de gás, correntes, matracas e barras de ferro.

Grandes grupos monopolistas foram prejudicados pela revolução, entre os quais o BESCL, antecessor do Banco Espírito Santo (BES). Quanto ao regime saído do 25 de Abril de 1974, Fernando Pacheco de Amorim, tio de Diogo, considerava «não só legítimo, como um dever dos cidadãos, derrubá-lo pela violência».

Desses tempos, Diogo conta uma história delirante, a de que o secretário-geral da Acção Nacional Popular (ANP), antiga União Nacional, teria oferecido ao tio Fernando os ficheiros do partido único da ditadura, ou seja, «de toda a direita existente no país», tendo aqueles ido depois parar ao PSD após a ilegalização do Partido do Progresso.

Segundo José Pacheco Pereira, a «revelação» de Diogo Pacheco de Amorim «não tem fundamento histórico». Como explicou no *Público*, «se há coisa que Sá Carneiro quis evitar a todo o custo foi a entrada da ANP no PPD, incluindo uma cláusula de exclusão na ficha de filiado, e procedendo a uma investigação do passado dos novos candidatos através de um “serviço de informações”, muito mal conhecido», pormenorizou. «Nem sempre o conseguiu, como foi o caso da distrital do Porto, mas que foi à sua revelia, há abundante documentação.»

Para Pacheco de Amorim, Portugal viveu, a partir da primavera de 1975, uma ditadura imposta pelos comunistas para afastar oficiais spinolistas e entregar Angola, «riquezas e matérias-primas do Ultramar português à União Soviética».

Recorramos de novo a Pacheco Pereira: «Li centenas de documentos por causa da biografia de Cunhal, muitos dos quais era suposto não verem a luz, muitos com origem noutros partidos comunistas como o PCUS, o francês e o romeno, que tinham relações próximas com o PCP, documentos da CIA e do FBI, e nunca encontrei nada que suportasse essa tese conspirativa», escreveu. «Mas ela é cómoda para demonizar o 25 de Abril como intervenção soviética.»

Após a tentativa de golpe de Estado spinolista, a 11 de março de 1975, Diogo Pacheco de Amorim fugiu para Espanha, onde serviu o MDLP. «Estava no Estoril, fui de imediato para a quinta do meu avô em Monção e atravessei a fronteira a salto», contou ao *Público*. «A casa onde a família, nas férias e nas datas festivas, se reunia, era uma casa grande, no alto de um monte, na margem do rio Minho, que fazia fronteira com Espanha», recordou, sentimental. Para matar saudades do torrão pátrio, ia até La Guardia, povoação galega do outro lado do rio. «Ainda hoje recordo a sensação de olhar para a casa, tão perto, mas tão longe, e de me ter perguntado se alguma vez lá voltaria a entrar.»

Em maio, e depois de aguardar pelos seus documentos, chegou a Madrid. Fez parilha com José Miguel Júdece e outros: durante seis meses, produziram análise política para Spínola, disse. Liam relatórios e outras informações recolhidas pela Rede de Acção Interna do movimento em todo o país, da qual constavam operações e vigilâncias do MDLP. «Coisas mais ou menos paramilitares. A nossa análise foi sempre negativa. Desaconselhámos tudo», garantiu ao *Público*.

Diogo Pacheco de Amorim negou a violência que, de algum modo, está subentendida no poema da sua autoria sobre esses tempos. «Que eu saiba, não pusemos

bombas. Não meti nenhuma bomba, não soube que se tivesse posto nenhuma bomba e toda a estratégia do MDLP não apontava para que isso fosse feito», afirmou. «E se houve alguma bomba, nunca seria com a minha aprovação.»

O deputado do Chega e vice-presidente da Assembleia da República em 2024 não tem apenas problemas com a memória: também desmente os mortos. Fê-lo, décadas depois, com Alpoim Calvão, comandante do MDLP. «Até ao 25 de Novembro [de 1975] responsabilizo-me por todas as bombas, após isso nem uma», afirmou o já falecido oficial da Armada e homem de mão de Spínola.

Na versão de Alpoim, a verdade também não saiu bem tratada, mas é tarde para confrontá-lo: foi preciso esperar até à década de 1990 para o Tribunal Judicial de Vila Real atribuir ao MDLP a culpa pela orquestração do atentado que, em abril de 1976, matou o padre Max e a estudante Maria de Lurdes. Ex-operacionais do movimento assassinaram ainda dois diplomatas da embaixada de Cuba e a operária Rosinda Teixeira em maio desse ano.

Diogo Pacheco de Amorim insiste noutra narrativa sem evidências factuais. «Os comunistas estavam habituados a assaltar as sedes dos partidos de direita e de outros partidos que não eram de esquerda e começaram a provar do próprio remédio», disse, na tal «aula» da Academia Política do Chega, em 2021.

Fernando Cavaleiro Ângelo talvez pudesse ajudá-lo a reconciliar-se com a verdade. Ex-analista de informações militares, insuspeito de afinidades esquerdistas, o chefe da Divisão de Informações do Comando Naval e diretor do Centro de Gestão e Análise de Dados Operacionais publicou documentos e relatos inéditos no livro *As bombas que aterrorizaram Portugal — Os bastidores do terrorismo contrarrevolucionário no pós-25 de Abril*.

«Estes movimentos de extrema-direita que se formaram após o 28 de setembro de 1974, mas sobretudo a partir do 11 de março de 1975, reuniam sobretudo militares que tinham experiência da guerra do Ultramar, no caso do MDLP, e ligações à antiga PIDE/DGS, no que diz respeito ao ELP [Exército de Libertação de Portugal, milícias da extrema-direita criadas após a revolução para repelir os movimentos de esquerda]. A organização era muito frágil e apoiaram-se numa rede bombista do Norte composta por mercenários, sobretudo apoiados pelo MDLP», descreveu-me quando o entrevistei, em junho de 2023. «Eram basicamente uma máfia, elementos de uma rede noturna do Porto e de Braga, com promiscuidades com a Igreja Católica.»

Cai por terra, pois, a propalada luta por ideais nobres e pela democracia. «O anticomunismo era apenas o guarda-chuva ideológico que servia para encobrir negócios ilícitos: fuga de capitais, tráfico de armas, etc.», defendeu Fernando Cavaleiro Ângelo. Ao que Diogo chama «movimentos de resistência», o autor do livro contrapõe: «A extrema-direita era banditismo puro e duro.» O oficial da Armada não duvida sequer do apoio da CIA a esses movimentos, mas a escalada de tensão terá obrigado os serviços secretos norte-americanos a virar a agulha para PS e PSD.

Dentro desses dois partidos havia, segundo o atual dirigente do Chega, pessoas que faziam a ligação com o MDLP e o Grupo dos Nove, no Verão Quente de 1975, mas os segredos mais comprometedores dessas e de outras ramificações repousam, cinquenta anos depois, em sossego: do Serviço de Detecção e Coordenação da Informação (SDCI), «pouco terá sobrado sobre o terrorismo de extrema-direita», assinalou-me Cavaleiro Ângelo. «Segundo os relatos que me chegaram, parte importante da documentação terá sido destruída na noite do 25 de Novembro [de 1975].»

E a quem serviu o apagão sobre esse período? «Houve pessoas cúmplices ou ativamente envolvidas no terrorismo de extrema-direita que começaram a ter destaque na sociedade e não queriam que se investigassem estas questões», argumentou. «Por isso se passou uma esponja para ficar tudo limpinho.»

O clima de terror dessa época deve muito ao envolvimento dos serviços secretos de vários países (EUA, Espanha, França e Alemanha), banqueiros, industriais e empresários. Só uns poucos operacionais foram condenados após um processo judicial turvo, encaminhado para os tribunais militares, que durou anos. Para o especialista em informações, nada havia de luta armada. Alpoim Calvão e Spínola, chefe do MDLP, «deviam ter sido julgados por terrorismo», defendeu Fernando Cavaleiro Ângelo.

Meio século depois, porém, este é ainda um tema delicado. Quando publicou o livro, em 2023, ouviu algo semelhante ao que eu próprio escutei quando investiguei o caso do assassinato do padre Max: «aconselharam-no» a não mexer no baú do terrorismo de direita nem abrir a caixa de Pandora. «Que tinha de estar quietinho, que há coisas na História que não convém que se saibam», disseram-lhe, confidenciou.

A trajetória política de Pacheco de Amorim, licenciado em Filosofia, confunde-se, muitas vezes, com a das direitas radicais portuguesas, mais ou menos marginais, mais ou menos *mainstream*. Em 1976, de regresso a Portugal, fundou e dirigiu a delegação do Porto do Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN), do general Kaúlza de Arriaga, ultra da ditadura, e que acolheu figuras do antigo regime.

No ano seguinte, foi contratado como jornalista do semanário *O Diabo*, tribuna de imprensa da extrema-direita no pós-revolução. Entre o fim de 1979 e janeiro de 1980, introduziu as teses da Nova Direita em Portugal através do jornal e ajudou a traduzir a edição portuguesa de um livro de Alain de Benoist, principal teórico da *Nouvelle Droite*, com prefácio de José Miguel Júdice.

O Primeiro de Janeiro também o acolheu na fase em que o matutino portuense era outra das bandeiras da contrarrevolução no panorama da imprensa.

Abandonará o MIRN para abraçar o CDS no primeiro governo da Aliança Democrática (AD) e assessorar José Ribeiro e Castro, secretário de Estado adjunto do vice-primeiro-ministro Diogo Freitas do Amaral, mas terá sempre um pé na intelectualidade menos dada à frequência dos gabinetes do poder. Esteve, por exemplo,

na criação coletiva da *Futuro Presente*, revista dirigida por Jaime Nogueira Pinto, na qual escreviam José Miguel Júdice e Nuno Rogeiro.

Ideólogo de Manuel Monteiro na fase embrionária da versão populista do CDS (1995-1997), fundará depois com ele o PND.

Foi administrador da Escola Superior de Actividades Imobiliárias (ESAI), diretor pedagógico e professor. Dedicou-se à consultoria imobiliária — onde o irmão Francisco e o filho Lopo Pacheco de Amorim trabalham —, mas os negócios abrandaram com a crise financeira de 2008. Estava sem grande atividade quando reparou no fenómeno André Ventura.

Aos rótulos de extremista, Diogo Pacheco de Amorim contrapõe o autorretrato: considera-se «conservador liberal» e tem familiares ligados ao movimento religioso Comunhão e Libertação, de grande influência político-financeira em Itália.

Numa sessão pública em Santo Tirso, em 2024, disse: «O 25 de Abril está mitificado pela esquerda.» Para ele, arriscara-se trocar um governo autoritário por um regime totalitário, «infinitamente mais perigoso para a liberdade». Passou, pois, à contrarrevolução. «De imediato.» Onde ainda se mantém. «A liberdade não existe, de facto. Existem narrativas. Continua a existir censura.»

Candidato pelo Chega em várias eleições até chegar à vice-presidência do parlamento, outros elementos do clã Pacheco de Amorim seguiram-lhe as pisadas, embora sem direito aos holofotes de Diogo. O filho Lopo encabeçou a lista de Viana do Castelo nas legislativas de 2019 e prometeu defender um referendo nacional para a restauração da monarquia caso fosse eleito. Não foi. O irmão João, ex-membro do MIRN, candidatou-se pelo Chega em Coimbra. O calo político é idêntico ao do irmão. Fez parte do CDS e do PPV de Manuel Matias, mas a licenciatura em Direito na Universidade Livre, a primeira instituição privada do país, onde foi assistente-estagiário, diz muito sobre ele: a Livre apostou no resgate de académicos saneados pela revolução e inspirou-se no Centro de Estudos Sociais Vector (1970), de combate ao comunismo e aos católicos progressistas.

João Pacheco de Amorim foi advogado de Artur Mesquita Guimarães, o supranumerário do Opus Dei que impediu os dois filhos de frequentarem aulas de Cidadania e Desenvolvimento. O empresário agrícola, simpatizante do MRPP em 1974 — em nome do qual fazia pichagens em Famalicão —, é assíduo em eventos ultraconservadores e de extrema-direita. Lopo de Santiago, sobrinho de Diogo, candidatou-se nas listas do Chega pelo Porto. A sobrinha Matilde foi por Vila Real e o irmão Francisco candidatou-se pelo círculo da Europa.

Quanto ao deputado do Chega, mantém-se fiel às teses conspirativas. A direita, crê, não tem professores em Ciências Humanas por culpa dos adversários políticos. Nos cursos de Jornalismo, os docentes, garante, «são de extrema-esquerda». Aliás, «praticamente toda a Comunicação Social, com exceções, está controlada pelo Bloco de Esquerda», elucidou, em 2021, falando aos jovens «alunos» do Chega que o ouviam por videoconferência.

Quando um deles quis saber se o nacional-socialismo nazi era de esquerda ou de direita, Diogo espraçou-se. «O movimento» explicou, «estava mais próximo do Partido Comunista do que o fascismo.» Falso, como comprovou um *fact-checking* do *Observador*, sustentado na opinião dos historiadores Maria Inácia Rezola e António Costa Pinto. «Os regimes políticos associados ao nacional-socialismo e ao fascismo italiano», explicou o professor universitário, «não têm como origem política a esquerda ou o marxismo». Para o «ideólogo» do Chega, porém, era quanto bastava para que tudo parecesse o mesmo.

Diogo Pacheco de Amorim tornara-se, por fim, guru político dos seus correligionários num partido no qual a desinformação fazia parte da estratégia política de visibilidade e confrontação. Atento a Ventura desde a campanha autárquica de Loures, reconhecia no líder o perfil certo para corporizar o combate pessoal do extremismo de direita de que nunca tinha abdicado desde o PREC. Na verdade, o combate à «revolução dos cravos» nunca prescreveu, como o Chega orgulhosamente nos recorda com frequência.

PECADO ORIGINAL E SUBMUNDO

Em 2017, parte da cúpula do PSD sabia — ou então fez que não sabia — o que Ventura pensava e defendia antes de ser Ventura, o político.

O percurso e a importância no partido não o posicionavam para altos voos. Passou sem alarde pelos órgãos da JSD de Sintra e da distrital de Lisboa na mesma altura em que se entusiasmou por Sócrates e terá até votado nele. «Não tem passado político, até porque estive no estrangeiro alguns anos», diz Nuno Afonso, fundador do Chega. «Mais tarde foi eleito conselheiro nacional no congresso do PSD em Espinho. Quando foi parar às listas autárquicas foi mais pelo mediatismo que já tinha.»

Em 2015, aí sim, deu o primeiro passo para ser notado, numa entrevista ao *Jornal Económico*: queria ser candidato à Câmara de Sintra, por ser a sua terra e comentar, na televisão, problemas comuns ao município. «Criámos uma associação para preparar esse caminho», recorda Nuno Afonso. «Houve pessoas do PSD que ficaram chateadas comigo por dizer que o apoiava se ele avançasse, mas o Pedro Passos Coelho também não quis», recorda Nuno Afonso.

Pouco tempo antes, André Ventura fizera chegar a Fernando Seara, ex-presidente da autarquia durante três mandatos, a intenção de escrever a sua biografia. Mais uma que não passou da gaveta, mas o propósito não deixa dúvidas. Amigo e, na altura, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Sérgio Azevedo lança-lhe a rede para outro concelho que desesperava por um candidato mediático: Loures, câmara da área metropolitana de Lisboa liderada pelos comunistas.

Ventura terá sido escolha de recurso, mas aceita encabeçar a coligação de direita com os democratas-cristãos do CDS e os monárquicos do PPM. Tem muito a ganhar. O seu partido nem tanto, como se verá. Enquanto isso, num fim da tarde de março de 2017, Ventura desloca-se à sede da Associação Industrial Portuguesa, em Lisboa, para apresentar o livro de Jorge Castela (*O efeito Trump e o Brexit*), amigo e confidente do

seu cansaço com a política tradicional. Ao lado senta-se Jaime Nogueira Pinto, ideólogo da direita radical e sua referência intelectual.

Ventura aborda a eleição do presidente norte-americano e o «conceito de *fake news*». Interessa-lhe o facto de Trump usar o antigo Twitter para comunicar. «Dá um poder enorme não haver nenhuma espécie de intermediário», resume. «Escrevo o que quiser. Ninguém me faz a pergunta, sequer», ilustra. Ele censura o lado pernicioso, mas a lógica das «redes» excita-o mais do que o repugna. «Por trás desta perceção está a lógica de os intervenientes políticos se quererem furtar aos intermediários que fazem perguntas. É incómodo», reconheceu, mas, continuou, «é muito mais fácil [recorrer às redes sociais]. E é por isso que se utiliza isto».

No momento não o disse, mas, meses depois, garantiu ao *Observador*: «Tenho uma péssima ideia de Donald Trump.» No prefácio da obra de Jorge Castela, também da sua autoria, deixou reflexões sobre imigração e vestígios de uma teoria conspirativa em ebulição: «Será a mesma Europa se, algures em cinquenta ou cem anos, for ocupada por uma maioria de cidadãos que pratiquem a religião islâmica?», questionava. Nessa altura, porém, era a candidatura a Loures e os convites para a lista que lhe ocupavam a cabeça.

Por sugestão da jornalista Tânia Laranjo, Ventura recorre a uma agência de comunicação do Porto para a campanha. Na preparação das entrevistas, na universidade, comporta-se como um catraio traquina no recreio, sempre humorado e a brincar com tudo. «As respostas dele eram desconcertantes», conta quem viveu esse processo por dentro. «Ouvia tudo, mas não seguia o guião: chegava às entrevistas e dizia o que lhe apetecia.» Ainda assim, a equipa tem boas memórias da experiência: «De todas as campanhas eleitorais que fizemos nessa altura, a dele foi a única que nos pagou. Demorou, mas pagou.» Ventura recorrerá ainda a um *spin doctor*: o monárquico e consultor de comunicação João Gomes de Almeida.

A 12 de julho de 2017 tem início o verão quente de Loures, à moda de André Ventura, com a primeira entrevista do candidato. É escolhido o jornal digital *Notícias ao Minuto*, onde trabalha Patrícia Carvalho, mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica. No ofício, ela deixará uma marca que a levará a assessora de imprensa do líder do Chega, depois a dirigente e, em 2024, a deputada: sem irmos mais atrás, redigiu mais de cem notícias sobre Ventura no ano da sua primeira eleição parlamentar (2019). Um portefólio imbatível que a tornou apta para tudo o que viria a seguir.

Considerada «a sombra do líder», Patrícia leva, por vezes, a tarefa à letra em eventos do partido. «Eles [jornalistas] passam sempre a mensagem que lhes dá jeito passar e que, por norma, é sempre negativa em relação ao Chega e ao deputado», justificou perante jovens correligionários. Patrícia Carvalho é então a autora da entrevista do candidato a Loures, cujo título quase resume o programa para o concelho: «Há minorias que se acham acima da lei», diz Ventura.

As declarações não provocam qualquer abalo público nem os partidos da coligação eleitoral se coçam, mas, cinco dias depois, o diário *i*, também com audiências residuais, põe o cabeça de lista da coligação de direita nas bocas do país. O autor dessa entrevista é Sebastião Bugalho, eurodeputado do PSD em 2024, à época jovem jornalista próximo do CDS. João Gomes de Almeida sugere-lhe temas para vários artigos sobre o candidato. Como se tinha chegado aí?

O restaurante O Madeirense, no Amoreiras Shopping, «prédio esfuziante no estilo Miami Beach encravado numa região rica de Lisboa», na descrição do jornalista brasileiro João Gabriel de Lima, foi o ponto de encontro de Ventura e daquele consultor. A sugestão de conversarem veio do amigo comum, Gonçalo Martins, da Chiado Editora, onde João Gomes de Almeida trabalhou. Conheciam-se mal, mas logo as afinidades políticas esbateram as diferenças.

Ventura tinha um dilema: já era um «animal» de televisão, à boleia das quezílias do futebol e dos comentários de índole securitária, mas isso não bastava para fazer furor em Loures e virar os holofotes da imprensa para um concelho irrelevante face a outras disputas autárquicas. Problemas de estacionamento e de insegurança eram comuns a muitas cidades, por isso também não podia ser por aí. A boa reação de setores da comunidade negra em Loures era um bom indício, mas também insuficiente.

Admirador do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy, que, enquanto ministro do Interior, chamou «ralé» aos moradores dos bairros problemáticos de Paris, Ventura tivera contactos exploratórios com a PSP, em Loures, e das conversas guardou relatos e queixas da população e da polícia sobre a comunidade cigana. O risco era elevado. Ser «crucificado» também, admitiu, mas talvez pudesse ser por aí, partilhou com João Gomes de Almeida. Concordaram em tudo. Podia ir-se por aí, sim. E foram.

João Gomes de Almeida avisa Bugalho do potencial sísmico da conversa. Ou seja, prepara-o para declarações bombásticas do candidato.

Na entrevista ao *i*, o candidato afirma: «Os ciganos vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado.» A frase dá manchete. Nas páginas interiores há mais: «A etnia cigana, quer em Loures quer no resto do país, tem de interiorizar o manual do Estado de Direito», insistia. «E o Estado de Direito não pode ter medo deles, independentemente das consequências [...] Há um enorme sentimento de impunidade, sentem que nada lhes vai acontecer.» Ventura não se fica por aí: associa esta perceção à insegurança, responsabilizando os ciganos.

A entrevista sobressalta o Portugal sentado da política e do comentário de horário nobre. Mais: normaliza estigmas enraizados e preconceitos típicos de altercação de café ou conversa de «corrida» de táxi. A tampa da fobia étnica reprimida pela convenção social destapa-se. De vez. Ventura percebe-o quando, a seguir às declarações, entra num restaurante com o amigo e consultor, João Gomes de Almeida, e é aplaudido de pé pelos clientes.

«Essa questão foi muito discutida nos dias seguintes», recordou. «A verdade é que os estudos que tínhamos disponíveis mostravam que só 15% da população de etnia

cigana vive de rendimentos do seu trabalho.» Ventura referia-se ao Estudo do Observatório das Comunidades Ciganas (2014), mas o documento dizia, sim, que o Rendimento Social de Inserção (RSI) era a principal fonte de subsistência de 33,5% das famílias ciganas. Em Loures, 50%. Além disso, era falsa, já nessa altura, a ideia de que os ciganos vivem à custa de subsídios: como notou a socióloga Maria Manuela Mendes, especialista no tema, «uma percentagem grande trabalha», embora muitas vezes no mercado informal. Poucos anos antes das palavras de Ventura, 97% dos membros da etnia ainda estavam abaixo do limiar de pobreza (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, 2011).

Pela amostra, o candidato autárquico já estaria mais sintonizado com os novos manuais narrativos de certos líderes mundiais do que se supunha. Em janeiro, ao tomar posse como inquilino da Casa Branca, Trump garantiu ser aquela a mais participada cerimónia da História dos EUA. As fotografias aéreas da imprensa desmentiam-no, e nem era preciso puxar o filme muito atrás: Barack Obama tinha-o superado em dobro nas duas posses anteriores. Foi então que entrou em cena Kellyanne Conway, assessora de Trump. «Ele não mentiu», corrigiu. «Apenas usou factos alternativos.» O universo paralelo de André Ventura em relação aos ciganos de Loures seguiu o mesmo método: «factos alternativos». Ou perceções, termo de que ele também gosta. Talvez por isso — e porque não produzia o ruído de que precisava na campanha —, o candidato «esquecera» outra parte do estudo: apesar da mudança lenta, o RSI tinha reduzido o abandono escolar no seio da comunidade e melhorou as suas condições de vida.

Ventura limitou-se a libertar preconceitos que tinham feito o seu caminho através dos séculos e pegaram de estaca na sociedade portuguesa. A etnia foi, desde sempre, associada à preguiça, ao conformismo e à criminalidade.

As origens desta história remontam ao século XVI, quando o rei D. João III promulgou 30 leis para expulsar os ciganos e os impedir de entrar no país. Em 1756, o monarca D. José forçou-os a trabalhar nas obras de reconstrução de Lisboa após o terramoto. Em 1920, a República consagrou a igualdade jurídica dos ciganos, mas o regulamento da GNR ainda previa especial vigilância à etnia, comparada a vadios, mendigos, loucos, meretrizes e rufiões.

Em 1940, através da Fundação Oliveira Salazar, a ditadura quis tirar os filhos às famílias ciganas para os reeducar num internato mediante as leis de Deus. A ideia era que, já adultos, ajudassem a reeducar outros membros da comunidade, segundo os cânones da ditadura. Não resultou.

Em 1985 revogou-se a lei de 1920, inconstitucional, mas os ciganos continuaram sob especial vigilância das autoridades.

Em 1993, Fernando Calheiros (CDS), presidente da Câmara de Ponte de Lima, mandou destruir barracas dos ciganos com base numa acusação de tráfico de droga não provada em tribunal. Deu-lhes oito dias para abandonarem o concelho e disse que, de futuro, só podiam ali permanecer por quarenta e oito horas. A Procuradoria e a Provedoria de Justiça travaram-no. Nesse ano, entrou em vigor o Plano Especial de

Realojamento, primeira medida pública destinada a famílias ciganas a viver em condições desumanas.

Cerca de 22% dos portugueses não gostavam de ter vizinhos de outra «raça», revelava, em 2000, um estudo coordenado por Jorge Vala, doutorado em Psicologia Social e investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. No caso de vizinhança cigana, a percentagem aumentava para 37%.

Em 2002, Armando Costa (PSD), presidente da Junta de Freguesia de Gandra (Paredes), foi condenado a nove meses de prisão, com pena suspensa, pelo tribunal. «Dou mil contos a quem me trazer um cigano sério, a maioria dos ciganos rouba», dissera. «Se eu estivesse a falar de Lisboa referia-me aos negros, que lá são muitos e toda a gente sabe que roubam mais», acrescentou. Foi o primeiro português condenado por discriminação racial. A denúncia partiu das estruturas do CDS no concelho.

Durante a campanha eleitoral para as legislativas de 2002, Paulo Portas visitou a feira de Carcavelos. «Rua, rua!», gritaram os vendedores com adereços de apoio ao PS e ao candidato Eduardo Ferro Rodrigues. «Viu-se bem, são os ciganos do Rendimento Mínimo Garantido [hoje RSI]», reagiu o então líder do CDS, segundo a imprensa. Na ocasião, prometeu acabar com o «subsídio à preguiça».

Em setembro de 2012, a GNR fez uma rusga ao acampamento da comunidade cigana de Cabanelas (Vila Verde). Disparou balas de borracha, desferiu mangueiradas e bastonadas e aplicou-lhes descargas de *tasers*. Os moradores falaram de uma «noite de terror». Um ano depois, Francisco Castelo, candidato do BE à Câmara de Elvas, escreveu no seu blogue de campanha que o povo cigano «rouba, não paga impostos nem trabalha». O partido retirou-lhe a confiança política.

Em 2014, Manuel Narra (CDU), presidente da Câmara de Vidigueira, mandou arrasar o Parque Estágio, onde a autarquia alojava ciganos. Na sequência de uma rixa entre famílias, a comunidade abandonou o local. No regresso, encontrou os pertences soterrados por blocos de betão. Nesse ano, a escola EB1 dos Templários (Tomar) criou uma turma só de ciganos.

A 1 de março de 2017, as paredes das casas da comunidade de Santo Aleixo da Restauração (Moura) amanhecera grafitadas. «Vamos matá-los», «ciganos reis da droga», «morte aos ciganos» e «a próxima vez é a tiro», lia-se. Em julho daquele ano, chegou a vez de Ventura montar o cavalo da ciganofobia numa longa história de bons e maus. Ele, claro, fazia o papel do *cowboy* justiceiro.

O Frankenstein de Loures

As palavras do candidato abalaram a coligação de direita: o CDS afastou-se.

O BE apresentou uma queixa-crime, mas foi arquivada. Dentro do PSD, Teresa Leal Coelho, candidata à Câmara de Lisboa e vice-presidente do partido, e Marta Mucznik, mandatária da sua lista para o diálogo intercultural, condenaram André

Ventura e a generalização de comportamentos que «perpetuam os preconceitos e estigmatizam comunidades que fazem parte integrante do tecido demográfico das nossas cidades». Defenderam ambas «uma sociedade inclusiva, solidária e justa no âmbito da qual a diversidade e a multiculturalidade devem ser plenamente respeitadas e celebradas».

Em maio de 2021, quando o PSD estabeleceu um acordo parlamentar com o Chega, nos Açores, liguei a Teresa Leal Coelho que, com outras figuras de peso no partido, receava o contágio da «ameaça extremista». «Não me podia calar», lembrou a então vereadora social-democrata em Lisboa. «Foi um alerta, pois estava mesmo a ver o que ia acontecer, embora longe de imaginar este cenário.»

Em 2017, Teresa Leal Coelho enfrentou publicamente o candidato autárquico em Loures sem grandes apoios. Ao fazê-lo, desautorizou Pedro Passos Coelho, líder do partido que apadrinhou a estreia política de Ventura e não se demarcou da sua retórica radical populista. «Senti-me um pouco sozinha», confessou-me, mas doía-lhe mais o silêncio. Ventura era, para ela, já nessa altura, o «oportunista político típico, de caráter discriminatório, inadmissível num partido de matriz humanista».

Ainda assim, não faltou quem compreendesse o discurso. O *publisher* do *Observador*, José Manuel Fernandes, entrou na análise da tempestade política de lápis tão afiado quanto o candidato. «Só o PCP ficou em silêncio. Porquê?», questionou. «Há uma boa explicação: os comunistas vivem nos bairros onde também vivem as comunidades ciganas. Andam nos mesmos transportes públicos. Conhecem-nos. E conhecem o mal-estar», deduzia o antigo diretor do *Público*. «É fácil espetar o dedo quando apenas se frequentam os cafés chiques de Lisboa. É fácil gritar racismo quando se é da esquerda-caviar do Bloco. Mais difícil, muito mais difícil, é reconhecer que existe um problema com as comunidades ciganas. E que o problema começa no interior dessas comunidades ciganas.»

Já não era só Ventura a dizê-lo. Já não era só a população que o incentivava nos lugares públicos. Já não eram apenas os apoios provenientes de grupos e «milícias» das redes sociais, extasiadas com a circunstância de Ventura «tocar na ferida». Agora era também um dos principais comentadores políticos do país. «A recusa da modernidade por muitas comunidades ciganas tem como consequência comportamentos violentos, antissociais, de gangue. Nos bares da moda do Bloco este problema não existe. Nas periferias onde vivem os militantes e eleitores comunistas esta é a realidade de todos os dias. É por isso que, repito, o PCP está calado», continuou José Manuel Fernandes. «Enquanto nada mudar, o medo e a revolta dos vizinhos, que por regra são pobres e vivem mal, pode acabar no voto xenófobo. Se não enfrentarmos este problema, depressa veremos como os portugueses não são menos racistas do que os franceses, os espanhóis ou os gregos.»

O discurso sobre o «problema» com a comunidade normalizou-se, mas nem todas as intervenções públicas de Ventura acabavam nos ciganos. Na apresentação da candidatura, em julho, perante Pedro Passos Coelho, prometera três coisas: a vitória

contra a esquerda «retrógrada que tomou de assalto o concelho», a criação de «dez mil empregos em quatro anos», baseada num «plano muito bem estruturado», e videovigilância em todo o município. Não cumpriu qualquer delas, mas ganhou tudo isto: quase 6000 votos face às anteriores eleições, mais um vereador (tinha dois) e notoriedade nacional, além daquela que o comentário na televisão já lhe dava.

Quando analisou as receitas e despesas da campanha da coligação Primeiro Loures, a Entidade das Contas do Tribunal Constitucional manteve a suspeita de que mais de 21 mil euros de dívidas a fornecedores pudessem ter sido pagos por donativos ilegais, mas depois aceitou as explicações da candidatura. Mesmo assim, houve dinheiro recebido que não passou pelas contas bancárias oficiais, além de gastos com ações e meios de campanha nunca reportados.

Eleito vereador, Ventura agregou à equipa gente que virá a ser-lhe útil quando fundar o Chega. Um deles é o jovem são-tomense Adair Ribeiro, decisivo na dinamização das primeiras mensagens do partido nas redes sociais. O outro, mais relevante, é Bruno Nunes, independente eleito deputado municipal pelo PPM, antigo membro dos órgãos do partido durante um breve período. Vale a pena determo-nos nele.

Controverso, com uma personalidade explosiva, Nunes andou pelo CDS por via da amizade do pai com o falecido presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Krus Abecasis. Trabalhou, discreto, na primeira campanha de Bruno de Carvalho à presidência do Sporting. Associado a projetos na imprensa, comunicação e publicidade, passou pela direção comercial do *Sol* quando investidores angolanos tomaram conta do jornal. Diretor criativo e CEO da agência Orange Popcorn, Bruno Nunes deixou a sua marca, enquanto produtor executivo, em vários conteúdos, entre os quais o programa *Copa Bonita*, exibido no canal por cabo da TVI. Tratava-se de um jogo de futebol disputado num insuflável gigante regado a água e sabão, onde «mulheres sensualíssimas», de biquíni, escorregavam e disputavam a vitória. Se a jogadora que marcasse levantasse o sutiã para as câmaras, o golo valia por dois. Se toda a equipa o fizesse, contava por três.

Entre a eleição em Loures, em 2017, e a criação do novo partido de André Ventura, em 2019, Bruno Nunes e a empresa foram alvo de processos de execução por dívidas e presença assídua na lista pública de devedores fiscais, mas este deputado do Chega na AR — eleito, pela primeira vez, em 2022 — deixou outro rasto. Escreveu um livro, em coautoria, sobre uma organização «bem viva no seio da sociedade portuguesa» e com «ideias morais do mais alto valor»: a maçonaria — a que pertencia. Antes, já tinha publicado *Diário de uma stripper* (2005), romance com enredo pendular entre Portugal e o Brasil e cenas ousadas na primeira pessoa, a fazer lembrar as incursões literárias de Ventura, mas com mais erros ortográficos. Nem precisamos de sair deste tema para recordar o arsenal autárquico de Ventura, que não se esgotou no tema étnico. Se ganhasse as eleições, prometeu, Loures deixaria de ser «a prostituta barata de Lisboa».

A postura lançou o pânico no PSD. Ao mesmo tempo, 70% dos inquiridos numa sondagem publicada pelo *Correio da Manhã* concordavam com as afirmações do candidato sobre os ciganos. «Criei um Frankenstein», terá comentado o dirigente social-democrata Sérgio Azevedo ao telefone com o então jornalista Sebastião Bugalho. «Depois das eleições, tenho de lhe pôr um açaimo.»

PSD até dizer Chega!

Não foi necessário. E, convenhamos: dado o seu perfil, seria difícil domesticá-lo.

Desencantado com o PSD, de cuja liderança saíra Passos Coelho na sequência dos maus resultados do partido na maioria das autarquias, André Ventura estava cada vez mais por sua conta e risco. E tinha a tentação do trapézio político.

Logo após as eleições, ameaçou candidatar-se contra Rui Rio, ex-presidente da Câmara do Porto, na disputa interna, mas acabou a apoiar Pedro Santana Lopes, antigo primeiro-ministro, que saiu perdedor. «Não posso fazer de conta de que este é o PSD onde me sinto confortável», reconhece. Abandona o conselho nacional e, dali a uns meses, chama «autoritário pacóvio» ao novo líder, Rui Rio. No início de 2018 ainda tem os pés no PSD, mas a cabeça já está fora. Há muito, diga-se.

As conversas com Jorge Castela sobre a urgência de provocar um curto-circuito no sistema vinham desde a tomada de posse da «geringonça» das esquerdas. Acentuaram-se em 2017 e ganharam corpo no ano seguinte. O amigo, com uma profundidade ideológica que Ventura não alcança, nem quer, surpreendera-se com o exemplo que o vereador de Loures queria imitar na criação de um partido novo: o Movimento 5 Estrelas (M5S).

Ventura entusiasmou-se com a irrupção e o triunfo dos chamados «engenheiros do caos» nas eleições de março de 2018 em Itália. O termo, cunhado pelo ensaísta e conselheiro político Giuliano da Empoli no seu célebre livro sobre o tema, descreve a forma como «o poder foi tomado por uma nova forma de tecnopopulismo pós-ideológico», onde os algoritmos mandam e a ideologia vai para o fim da fila. A fachada desse «não partido» era Beppe Grillo, cómico resgatado aos circuitos *underground* e alçado a estrela dos teatros de todo o país, uma figura de *stand-up comedy* grotesca, de voz algo esganiçada, qual palhaço demagogo a destilar raiva.

Na sombra estava o seu «inventor», rosto do movimento e *master mind* do inovador «produto»: Gianroberto Casaleggio, gestor e veterano do *marketing* digital, «espécie de John Lennon pós-moderno», na caracterização de Da Empoli, «de longos cabelos a caírem sobre um rosto austero com óculos». Antes de qualquer um em Itália, ele viu como a prática política obsoleta seria subvertida pela Internet, pelas ações desreguladas de Silicon Valley e pelas pulsões digitais contra governantes até à «emergência de um movimento de novo tipo, guiado pelas preferências dos eleitores-consumidores».

Apresentava-se, então, como uma proposta política dinâmica, interativa, centrada na ideia da «democracia direta» do Facebook, do clique, do *post*, sem militância orgânica tradicional. Atrai um formigueiro nacional de ativistas, capaz de gerar receitas publicitárias ao sabor dos clubes de combate sem rosto, das redes sociais e da retórica avassaladora de indignação, denúncias e conspirações. Em certo sentido, é um movimento «religioso», autoritário na exigência de fidelização sem mácula. E tem, claro, um pastor a condizer, no papel de gestor da cólera subterrânea das massas, «alimentado por todos aqueles que, com ou sem razão, se sentem lesados, excluídos, discriminados e insuficientemente ouvidos», nota Da Empoli. À distância de uma mensagem ou vídeo partilhado pelo telemóvel, sentem-se porta-vozes desse mal-estar — de esquerda ou de direita, não importa —, que é o recurso e o «negócio» político do projeto de Casaleggio e Grillo.

O Movimento 5 Estrelas afirmou-se como «não partido»: foi criado para subverter a lógica da política e das lideranças tradicionais, em nome da democracia direta proporcionada pela Internet. O movimento era o equivalente a uma camarata digital, com uma gratificação compensadora: fazer com que cada eleitor-cliente se sentisse o centro do Universo e com poder para mudar a política da mesma forma que usa uma aplicação do *smartphone* para ser herói do seu próprio videojogo. É um novo mercado para participação política que não obedece ao sentimento de pertença a uma causa ou a afinidades ideológicas. É mais um sentimento, ao sabor das perceções, guiado por estados de alma. Percebe-se o que viu Ventura no fenómeno.

Jorge Castela, um «ultraliberal» filosófico, fugia do exemplo a sete pés, mas o ainda militante do PSD à época não está atado ao quadro teórico do advogado, onde ideias «patrióticas» pretendem dar substrato ideológico a sentimentos reprimidos e à revolta contra a velha política. Para Ventura, a «espuma dos dias» é uma maré. Queria tornar-se caixa de ressonância da indignação, da ira, do desespero e da fúria subterrâneas que os políticos e os partidos de sempre não captavam e a abstenção consumia. Eis o desafio: como extrair um projeto político a partir de um estado de emoção, não como fizera Mussolini, claro, mas num momento da História em que estes movimentos polarizados «exigem muito menos dos seus seguidores», como assinalou a escritora e jornalista Anne Applebaum?

No seu livro, Giuliano da Empoli usava a ficção televisiva britânica, *Brexit: The Uncivil War* [*Brexit: Uma guerra descortês*], sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, para exemplificar os sentimentos ocultos à mercê da «magia negra» populista. Fui ver: estava lá quase tudo para perceber parte da gestação do Chega. O Brexit e o Chega são filhos da mesma feitiçaria, seja esta mais amadora ou profissional.

De facto, André Ventura poderia vestir a pele de Dominic Cummings, o estratega político do Brexit, interpretado pelo inesquecível Benedict Cumberbatch. «Um *slogan*

não chega, precisamos de um sentimento», dissera ele enquanto matutava numa ideia forte para a campanha. Cummings pensou então no exemplo das plataformas petrolíferas. Lembrou-se de «todas as bolsas de energia, escondidas no fundo da terra, acumuladas com o tempo, a gemer e a murmurar, a aguardar uma saída, uma libertação». Fez-se luz: «Só precisamos de encontrá-las, começar a cavar, abrir a válvula e libertar a pressão. Aproveitar esses poços de ressentimento, essas pressões acumuladas ignoradas pelo tempo.» De seguida, «apelar aos corações», buscar a ressonância emocional dos influenciáveis: «As suas esperanças, sonhos, aspirações, medos, suspeitas [...] Aprender sobre eles, amá-los e atraí-los para o nosso lado. Há mais deles por aí do que pensávamos...», dizia, na ficção.

Muitos em Portugal, tal como os seus pensamentos, não eram rastreáveis pelas sondagens, não apareciam no radar dos estudos de mercado. Deixados para trás pelos partidos da rotação governativa e pelo neoliberalismo pujante, estavam esquecidos nas profundezas do seu quotidiano amargo, sem domínio sobre parte das suas vidas. O sítio exato da alma humana onde fervem fracassos, medos e fragilidades, qual panela de pressão pronta a explodir. Ventura encontrá-los-ia, sabia o que procurava. «Se pudermos alcançá-los serão nossos», diz Dominic no filme. Ele também o disse, de outra forma.

Naquele ano de 2018, porém, os tempos pareciam esquizofrénicos. A rotina do YouTube passava por levar as pessoas para o lado negro da Internet, escrevia o *Wall Street Journal*. Ou seja: recomendar aos utilizadores material fraturante, enganador, a partir de fontes extremistas.

Por cá, estávamos noutro planeta, pelo menos na aparência: segundo o Eurobarómetro desse ano, os portugueses tinham atingido o pico de satisfação com a democracia, desde 1991. Eram 72% a levar o país para a oitava posição ao nível europeu, bem acima da média comunitária (56%). Portugal registava também, na Europa, índices elevados de satisfação com o governo, à luz do European Social Survey. Ocupava o 4.º lugar em 2023. Pelos vistos, a esquerda caíra no goto do povo. Onde estava, afinal, o país de Ventura?

Em abril, João Lemos Esteves, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, convidou Ventura para apresentar o seu livro sobre o presidente norte-americano: *Dia D — O dia de «The Donald»*, editado por uma chancela da Alêtheia Editores. O vereador em Loures escreveu o prefácio no qual elogiava o «exaustivo e desapaixonado trabalho» e previu que Portugal reconheceria o serviço público prestado pelo autor. O advogado João Caiado Guerreiro redigiu o posfácio, que comparava Trump a Aníbal Cavaco Silva.

A obra era um elogio descarado ao novo «dono» da Sala Oval e pretendia desmontar a «narrativa de pura ficção» em torno da figura. A ficção era, em boa

verdade, o oxigénio do conspiracionista Lemos Esteves, condenado em tribunal (2023) por mentir e difamar o historiador e intelectual Pacheco Pereira, inventando-lhe ligações ao Irão e outras fantasias. Para cúmulo, o arguido indicou Donald Trump como testemunha.

O doutor em Direito (com 19), comentador de televisão e autarca não fez caso do «estilo» Lemos Esteves, cuja marca já podia ser detetada na altura. A nota biográfica remetia para o seu talento precoce: nascido em 1989, Lemos Esteves dizia que se estreara como comentador político aos catorze anos. Onde, não se sabe. Mas isso não preocupou Ventura. O seu fito era outro.

«Bem ou mal, a vitória de Donald Trump volta a tocar na questão essencial da filosofia liberal do nosso tempo: quem é que tem a titularidade do poder? Os partidos, as forças corporativas ou o povo? Essa é a grande questão que temos de enfrentar», afirmou, na apresentação. «A verdade», acrescentou, «é que o poder só tem um titular: nós, o povo, *we the people*». Traduzindo: Trump era o povo. Até por isso, Ventura e Lemos Esteves tinham «fé» e «esperança» no que viria daí em diante.

Uma das figuras inspiradoras do vereador do PSD olhava para a oferta política desencantado. «Não há direita nenhuma em Portugal, mas mesmo as pessoas da direita, em termos de opinião, as pessoas que votam à direita, preferem dizer que são do centro, ou vão do centro para a direita», desabafava Jaime Nogueira Pinto ao *Sapo24*. Mas Ventura estava a tratar disso. Só tinha de resolver, primeiro, o seu dilema com o PSD.

No final de setembro de 2018 lançou, na Internet, o movimento interno Chega, que será lido como «Chega de Rui Rio». Pretendia recolher 2500 assinaturas de militantes e simpatizantes num documento estratégico para recentrar o partido no seu «espaço político natural». O objetivo não confesso era derrubar o líder do PSD. Caso acontecesse, Ventura propunha-se apoiar Luís Montenegro, que chegaria a primeiro-ministro em 2024 e repetiria a eleição pouco mais de um ano depois, na sequência da queda do seu primeiro governo.

Enquanto o autarca André sobressaltava as hostes sociais-democratas da época, o colunista Ventura, do *Correio da Manhã*, ia atualizando o repertório. «Chega de neutralidade ideológica em temas fundamentais como as minorias, o casamento homossexual ou a eutanásia», escreveu.

Entretanto, o plano para afastar Rui Rio fracassa e Ventura nunca deixará de ser visto pelos apoiantes do então líder do PSD como um testa de ferro que se prestou ao papel de abrir caminho para outros. «Ele só entra em conflito com o PSD porque não consegue singrar», garante José Dias, antigo vice-presidente do Chega. «Se lhe tivessem dado alguma coisa por lá, ele nunca fundaria outro partido», crê. «O Luís Montenegro contribuiu para a queda dele no PSD», acrescenta Nuno Afonso. «Foi um dos que lhe disse para avançar e, à última hora, ele e outros cortaram-lhe as pernas. Ele sentiu-se traído.» Fernanda Marques Lopes corrobora. «Ele diz que o Montenegro o incentivou», lembra a advogada, «mas o André fez figura de rato no PSD, exatamente o

que chamou à oposição interna no Chega». «Fui traído, apunhalado pelas costas e enganado», assumiu em outubro desse ano, em entrevista ao magazine digital *Magg*. Mas havia outra narrativa, explicada, mais tarde, ao portal digital brasileiro *Marco Zero*. O PSD, argumentava, fora «incapaz de se comprometer com políticas mais duras do ponto de vista da segurança, mais duras do ponto de vista da imigração, mais duras no sentido de proteção. Entendi que era preciso dar um salto em frente. O PSD estava muito preso ao politicamente correto». Ainda antes de sair do partido, Ventura anunciou aos mais próximos o passo seguinte. «Para ele, o PSD já não tinha cura e queria fundar um movimento», rememora Fernanda Marques Lopes. «Em agosto ou setembro de 2018, o André liga-me a dizer: “Vou criar um partido e preciso de ti”», relata Nuno Afonso.

Ventura lembra-se também de uma antiga aluna e telefona-lhe: «Olha, estou a tentar formar um partido político, neste momento somos três ou quatro, tudo homens, queríamos uma mulher, gostava que entrasses nisto.» Do outro lado ouve reticências, a desculpa de uma vida profissional nos trilhos e receios de compromisso. Ventura pressiona-a: «É um partido que vai ao encontro daquilo que defendes, em que acreditas, um partido de direita mas com alguns ideais conservadores.» Convince-a. Faltava apenas o ato final para virar a página: renunciar ao cargo de vereador em Loures, mas isso ainda teria de esperar umas semanas.

O homem de ação

Outubro de 2018 foi um mês de intensos contactos. No escritório do advogado Jorge Castela, na Avenida Almirante Reis (Lisboa), André Ventura anunciou ao amigo a decisão de criar um partido e de o pôr nesse «barco». Diante dele está um nacionalista liberal, soberanista. Ao contrário de Ventura, era antieuropeísta e até conservador na questão do aborto, tema em que o então ainda militante do PSD já era mais aberto, pois rejeitava a criminalização da mulher. Castela é, a vários títulos, diferente. Mais doutrinário e consistente em termos ideológicos, rejeita o registo social-democrata de Ventura, no qual percebia condescendência com o papel do Estado na sociedade e na economia, e demasiada preocupação com *soundbytes*. O advogado é desligado de partidos, sem percurso político relevante. Por exemplo: vota nos comunistas nas eleições europeias por serem, segundo ele, os mais patriotas e defensores da saída da União Europeia. Ainda assim, Castela valoriza a rutura aberta pelos populismos de direita, corporizados pela Lega de Salvini, em Itália, e o Vox de Abascal, em Espanha, onde o perfil de Ventura se encaixa. Esse tremor de terra interessa-lhe, mesmo não sabendo que escala alcança e onde termina.

«Quero que sejas o meu Steve Bannon», desafia-o então Ventura, referindo-se ao arquiteto e estratega da vitória de Trump em 2016. É duvidoso que o futuro líder do Chega cultivasse, naquele momento, um saber aprofundado sobre as artes e manhas de

Bannon. Mais duvidoso ainda que Jorge Castela fosse a versão portuguesa do norte-americano, descontado o seu culto pela América e o desejo de abalar a modorra da política portuguesa. Figuras como Bannon não estavam, de todo, no radar de muitos daqueles que exultavam com os discursos de Ventura, pelo menos no início. As suas preocupações eram outras, legítimas muitas delas, e essas não vinham atreladas ao projeto de uma mente maquiavélica para franchisar o modelo mediático que levou Trump à presidência.

Na altura do convite de Ventura a Castela, Bannon caíra em desgraça após uma refrega pública com o clã do novo presidente norte-americano. No auge, porém, passava mais tempo na Casa Branca do que Trump: acordava quase sempre de madrugada e voltava às dez da noite. Obcecado com o plano de fazer *reset* ao sistema político, viciado em *Red Bull*, vivia a dois passos do Capitólio, numa vivenda geminada com fachada de tijolo. Era conhecida como «Embaixada *Breitbart*»: ali funcionara o quartel-general da plataforma da *alt-right* americana, cujo modelo exportava nessa altura para a Europa e o Brasil.

O termo «*Breitbart*» remete para o *site* da extrema-direita liderado por Bannon: um sistema tecnológico de produção industrial de milícias digitais e *fake news*, gabinetes de ação disruptiva nas redes sociais, criação e análise de dados. A doutrina era — ainda é — a seguinte: «Se queremos mudar a sociedade, temos de a destroçar primeiro.» Isso implicava manipular a psicologia de um país inteiro, encontrar os indecisos e «bombardeá-los em todas as plataformas até verem o mundo como nós o vemos».

Para Marta Peirano, jornalista focada no universo digital e autora de *O inimigo conhece o sistema*, Steve Bannon foi o cavalo de Troia da direita junto da classe média e de muitos trabalhadores desencantados com a «terra prometida» pelos liberais. O que ele fez foi direcionar a frustração para outro «campo de batalha» e reformular a luta de classes em termos culturais, identitários e nacionalistas. «Na sua nova versão distorcida», explica Marta Peirano, «os inimigos do povo já não são a evasão fiscal, a exploração laboral e a acumulação de riqueza, mas os progressistas, os pobres, as feministas e os imigrantes». Nessa narrativa, são eles a causa de todos os problemas.

Conhece a receita, certo? Mude-se o nome do país e temos um relato exportável para qualquer realidade nacional. Sim, Bannon tornava-se o *Big Mac* da multinacional de direita radical. «Se quiserem chamar-me uma das pessoas mais perigosas à face da Terra, usarei esse título como uma medalha», assumiu, sem modéstia.

Quando o etnógrafo e comentador político Benjamin R. Teitelbaum entrevistou o ex-conselheiro de Trump para o livro *Guerra pela eternidade: O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*, Bannon tinha atravessado o purgatório político nos EUA e estendera a aura alquimista a líderes extremistas europeus como Marine Le Pen (França), Geert Wilders (Países Baixos) e Viktor Orbán (Hungria). Na Bélgica, encabeçou The Movement, um movimento para assessorar populistas radicais e extremistas de direita em matérias de tecnologia, definição de

políticas, partilha de dados e campanhas publicitárias segmentadas. Ao mesmo tempo, pretendia criar uma «escola de gladiadores» para treinar futuros chefes daquela área ideológica. «Lembre-se», disse Bannon a Teitelbaum, referindo-se a Trump, «ele é um homem de ação [...] Você não precisa de ler livros e pensar sobre os ciclos do tempo. Você só tem de agir».

Com esta filosofia, Ventura e Castela podiam trabalhar juntos. O escritório do advogado será o primeiro centro de operações do partido em gestação. Desde logo, «Chega não foi um nome pacífico», revela Fernanda Marques Lopes. «É um nome de protesto», dissera a Ventura. «Um dia alcanças o poder e Chega significa o quê? Chega de quê?», questionou, mas o nome ficou.

«O pressuposto do Castela era este: há uma falha no sistema político-partidário português, existe um buraco a ocupar por uma formação política que defenda a Economia da Produção, de Mises e Hayek, e um sistema político baseado nas quatro ideias da Constituição americana: Vida, Liberdade, Propriedade e o Direito à Procura da Felicidade», relata Manuel Ferreira dos Anjos, que há muito deixou o CDS, após duas décadas de militante, dirigente e autarca do partido. «Esse debate ideológico é feito apenas pelo Castela, os outros só ouvem, André incluído.»

Carlos Monteiro tem uma versão mais ácida: «O Castela pensava e o André fingia que percebia...» Jorge Castela aceita redigir os alicerces doutrinários do Chega, assume a função de ideólogo, mas pretende manter-se na sombra, longe dos holofotes. No ar fica a hipótese de ser vice-presidente e até candidato destacado às eleições europeias do ano seguinte, mas resiste. Ventura será «o homem da ação», rosto do projeto, o «desagregador» do sistema. Como cedo se perceberá, a «sociedade» entre ambos revelar-se-á tão frágil quanto cartolina.

Nesse outono de 2018, o clima está recetivo a um projeto que fará do digital uma arma poderosa: segundo a imprensa, 63% dos portugueses já se informam pelas redes sociais. Em breve seriam muitos mais. Ventura não sabe o preço de um quilo de açúcar. «Nem de outra coisa qualquer», assume, mas tem pressa de dizer ao que vem. Por isso, dá entrevistas ao *PTJornal* e ao *Notícias ao Minuto*, neste caso — e de novo — a Patrícia Carvalho, futura assessora. Fá-lo antes de formalizar a saída da vereação em Loures. Espraia-se e «desenha» o Chega ao seu jeito. As ideias de Jorge Castela podem esperar. O que diz ele?

Resumidamente, quer ir buscar abstencionistas, valorizar a iniciativa privada, o mérito e o trabalho e, ao mesmo tempo, acabar com a burocracia e com os impostos que infernizam os empresários. Depois, resvala. De extrema-direita, ele? «O que me interessa é o que os portugueses acham [...] Façam como quiserem. Se defender a castração química dos pedófilos, a prisão perpétua e um sistema fiscal em que não estão uns a trabalhar para os outros é ser de extrema-direita, então eu sou de extrema-direita.» Pena de morte? «E se 90% das pessoas forem a favor? [...] Não a podemos ter?», questionava.

Em Loures, comparava: havia gente a trabalhar «para comprar os livros da escola dos filhos e pagar a casa» e a cem metros «pessoas com *BMW* e *Mercedes* à porta e casas pagas pela Câmara». Na imigração, garantia, não era nacionalista, mas europeísta. «Não sou nada a favor daquelas pessoas que dizem que não devemos receber refugiados [...]. Isso é a Europa esquecer o que passou — tivemos problemas sérios, uma guerra que esteve no nosso território, muitos europeus fugiram para outros continentes», explicou, mas... havia sempre um mas: «Não podemos ser estúpidos como temos sido até agora e deixá-los entrar à vontade. A imigração oriunda de certas partes do globo tem de ser mais controlada — há um risco maior de pessoas que vêm da Síria ou do Iraque do que de pessoas que vêm da Venezuela ou da Bolívia.»

Na violência doméstica, defendia a «regra» da prisão preventiva do agressor. Era «contra» a adoção por casais homossexuais e crítico das reformas vitalícias dos políticos. Admirava Bolsonaro, «apesar de muitos disparates ditos publicamente», de afirmações «de um total desenquadramento e de uma total arrogância política», mas elogiava-lhe a «frescura de pensamento».

Só a 26 de outubro é que André Ventura entregou a carta de renúncia ao mandato de vereador em Loures. «Não fui eu que mudei. Foi o PSD», justificou. Enquanto isso, iniciava a faceta de consultor na sociedade de advogados dos irmãos Caiado Guerreiro, assíduos comentadores de temas jurídicos na televisão. Ali se manteve quase nove meses após ter sido eleito deputado, acumulando funções e correspondentes valores salariais. Além disso, continuou no grupo Cofina (*Correio da Manhã* e CMTV) até maio de 2019, mesmo garantindo que exerceria o mandato em exclusividade. «Prefiro que me paguem os privados do que os contribuintes», reagiu.

Na sociedade de advocacia trabalhava na Finpartner, ramo de «planeamento fiscal» do escritório especializado em imobiliário de luxo e vistos *gold*. As autorizações de entrada e residência no país, atribuídas a estrangeiros de fora da UE a troco de investimento financeiro avultado, eram um modelo de atração de capital arriscado, envolto em suspeitas de branqueamento e financiamento de atividades criminosas. «O que o Tiago Caiado Guerreiro me disse é que o André fazia consultoria para coisas relacionadas com África», recorda Nuno Afonso. «Terá trabalhado na legislação tributária de Cabo Verde, por exemplo.»

A cisão estava escrita

As reuniões para a formação do Chega, no escritório de Jorge Castela, e mais tarde numa sala da Universidade Autónoma, onde Ventura dava aulas, vão começar mal e acabar pior. Uns aparecem desde o início, outros surgem com as conversas em andamento. André Ventura recorre ao seu círculo de amigos e convívios, com afinidades de centro-direita ou mesmo militância no PSD (Nuno Afonso, Fernanda

Marques Lopes, Rodrigo Taxa, Cristina Vieira, Gerardo Pedro e Floriano Rocha, por exemplo), além de um ou outro simpatizante da ultradireita da velha guarda (Carlos Monteiro). Desta lista, uns puxam outros e há quem queira manter-se discreto por continuar filiado no PSD, como é o caso de Nuno Afonso (conselheiro nacional) e Rodrigo Taxa.

Na trincheira de Jorge Castela estão nacionalistas como Pedro Perestrello (ex-PNR) que, através das redes sociais e contactos pessoais, dinamiza cerca de 70 núcleos concelhios de apoio à formação do novo partido em todo o país, de que se destacam figuras conotadas com setores mais extremistas.

A falta de jovens e, sobretudo, a parca presença de mulheres, preocupava Ventura. «A Maria Vieira, a Maria Vieira!», sugeriu Castela, animado. «A sério, a Parrachita?!», sobressaltou-se Fernanda Marques Lopes, usando a alcunha por que é conhecida a atriz. «As pessoas estão sempre a dizer que a cultura é de esquerda», insistia Castela, lembrando que Maria Vieira preenchia essa «quota» e era figura pública. No passado mais remoto, aí pela década de 1980, esta mulher do teatro, filha de um antifascista e militante comunista, também havia sido filiada no PCP.

Por vezes, convidavam-se pessoas a aderirem ao partido através de uma vista rápida aos seus perfis no Facebook e ao que escreviam, caso de Luís Graça, que virá dar gás ao Chega em Cascais.

A católica e ex-assistente de bordo Patrícia Sousa Uva e a evangélica e programadora informática Lucinda Ribeiro, uma abstencionista crónica que votara uma vez CDS, surgem pela mão de Castela. Apesar das óbvias inclinações à direita, pertencem a terra de ninguém.

Patrícia Sousa Uva chamou a atenção de Castela por causa do seu ativismo nas redes sociais. Primeiro, escandalizada com os casos dos «gangues de aliciamento» em Inglaterra, responsáveis por abusos sexuais de menores em larga escala. Os crimes seriam atribuídos, na maioria, a britânicos de origem paquistanesa, mas o relatório policial rejeitou a predominância de um grupo étnico entre os agressores. A perceção pública, porém, venceu. O relatório *Replacement Migration*, da ONU, também a deixou desconfortável. Onde o documento falava na urgência de mais imigrantes para combater a baixa natalidade e altos índices de envelhecimento na Europa, Patrícia lera outras coisas: «Querem substituir-nos, basicamente.»

Se os estrangeiros fossem poucos «e viessem por bem», ela nada tinha a opor. «Não é trezentos ou quatrocentos num bote, pelo Mediterrâneo, largados cá», contestava. «Temos pena, é lógico, mas depois eles chegam e não nos respeitam.»

Quando Castela a desafiou para as primeiras reuniões do Chega, Patrícia promovia petições *online* contra a imigração em massa. «Sou só uma ativista de Facebook, Jorge, uma dona de casa», contrapôs ela, mas ele insistiu. «Tinha os miúdos na escola e duas ou três horas livres à tarde. Em vez de ir às compras, ia escrevendo umas coisas nas redes sociais...» Para trás ficou o sonho de seguir Ciência Política.

Fez um curso de Joalheria na Fundação Ricardo Espírito Santo, mas isso não compensava o seu «interesse pelo futuro do mundo».

Pediu a Castela para pensar, ouvir o marido. Receava os holofotes pela família, pelos filhos. Com raízes familiares em Beja pelo lado paterno, guardara más memórias de vivências de meninice. «Toda a gente sabe que os ciganos se portam mal, os ciganinhos não são santinhos. Não são todos, como os islâmicos, mas uns portam-se realmente mal», afirma. «Em miúda, havia um sítio onde não passávamos. Os ciganos, coitadinhos, nem água tinham, mas assustava-nos passar perto deles de bicicleta. Toda a gente morria de medo.»

Quando participou nas primeiras reuniões, algumas por WhatsApp, deu-se uma coincidência: «Estava revoltada e com vontade de fazer alguma coisa», recorda. «Tinham-me roubado a carrinha às três da manhã, à porta de minha casa. Depois uns ciganos ligaram-me a dizer que a tinham encontrado. Queriam 600 euros para a devolverem. Tudo tanga! Sou loira, mas não sou burra», desabafa. «A queixa na polícia não deu em nada e a carrinha nunca apareceu. Tempos depois, o meu marido foi a tribunal e soube que se tratava de um gangue que roubara não sei quantos carros, mas só tinham sobrado as peças...»

A entrada no partido confirmou as crenças. E acentuou a raiva. «Quando geríamos a página do André, não imagina as coisas que chegavam: queixas, imagens, vídeos... Fiquei chocada!», recorda. «Havia ciganos que fechavam uma rua nos arredores de Lisboa, não deixavam estacionar, iam àquelas bocas de incêndio e enchiam as piscinas para os miúdos. A rua era deles e os vizinhos não podiam refilar. Já tinham ido lá a Câmara, a GNR e nada.»

Justificava-se o discurso do líder. «Por isso, o André não largava o assunto.»

Agressividade ao rubro

Nas primeiras reuniões para a criação do partido, foi apenas graças a um equilíbrio precário promovido por André Ventura que algumas conversas não chegaram ao pugilato. Com o tempo, revelar-se-ia impossível harmonizar tantas cabeças, diferenças, ambições e percursos políticos.

«Há uma cisão porque o Castela e o Perestrelo propunham o abandono da União Europeia. E a gente contrariava: uma coisa é sermos conservadores, outra é sermos radicais e ficarmos aqui isolados com a Espanha ao lado e o mar à volta», esmiúça Fernanda Marques Lopes. «Até nos chamavam “os moderadinhos”», completa. «Eh! pá, cuidado com isso... Já assumi, em entrevistas, que sou europeísta», contrapunha Ventura a Castela. O tema quase daria para uma refrega. «O Taxa pegou-se com o Castela e com o Perestrelo, quase à porrada, por causa disso», recorda Gerardo Pedro. «Se calhar, eles é que tinham razão...»

Rodrigo Taxa foi dos mais agressivos. Por *email* e nas reuniões. Para ele, as propostas de saída da União Europeia valiam «zero». E os nacionalismos puros, acrescentara, «não trazem saúde a país nenhum». Depois, «ganhou um inimigo para a vida quando confrontou o Castela», corroboram antigos dirigentes. Num texto enviado ao grupo, escreveu: «Há loucos que dizem ter em Trump o seu ídolo e o defendem em publicações, livros, entrevistas, *posts* de Facebook, etc. São casos de manicómio.»

Patrícia Sousa Uva guarda outras memórias desses encontros. «Pensei que íamos discutir ideologia, como melhorar o mundo, mas na maioria do tempo o André só falava em distribuir tarefas e “pastas”, em organizar o partido», conta. «E não partilhava o que depois dizia publicamente.»

O contributo doutrinário elaborado por Jorge Castela, vertido para textos programáticos partilhados no *site* do Chega na primeira página do partido no Facebook em dezembro de 2018, agudizava os conflitos. O objetivo era também recolher assinaturas para registar o partido no Tribunal Constitucional, entregues no seu escritório ou num apartado em Cabo Ruivo. Castela propusera um «nacionalismo liberal» na senda de Fernando Pessoa. «Tudo pelo Indivíduo, nada contra a Sociedade; tudo pela Humanidade, nada contra a Nação; tudo pela Igualdade, nada contra a Liberdade.» E citou a herança teórica de Lucas Pires, falecido líder do CDS. O advogado antecipava, desde logo, reações, «estigmas», «anátemas da moda» que, segundo ele, se colariam ao Chega. «Fascistas», «xenófobos», «racistas», «homofóbicos», «misóginos», «populistas» e o clássico «extrema-direita». Jorge Castela esperava a «ladainha» e isso não o preocupava. Para ele, o nacionalismo era «conceito proibido pelos “polícias das palavras e do Livre Pensamento”». Contudo, na declaração de princípios, o Chega assumia «a sua natureza nacionalista liberal e democrática, conservadora e personalista». O artigo é extenso, filosófico até, mas gerou poucos comentários. E nada auspiciosos. «Não vou ler isto tudo», reagiu uma das internautas. A ala mais liberal do partido que, nessa fase, ainda gatinhava, arrepiava-se com algumas passagens e há pedidos para que o gestor da página, Adair Ribeiro, retire, pelo menos, parte do conteúdo.

«O que somos e o que não somos» é outro texto, a versão oficial, mais ampla, da identidade do Chega, também publicada no Facebook. Aí se diz que o partido rejeita argumentos racistas ou xenófobos, embora se defendam travões à imigração ilegal. «Não está, nunca esteve, nem estará, em causa a ideologia, a religião ou a etnia», redige Castela. «O Chega estará, sempre do lado dos que lutam pela Justiça, pela Democracia e pela Segurança, contra todos aqueles que querem destruir o nosso modo de vida, a integridade do Estado e dos recursos públicos suportados por todos nós.» Para a elaboração de medidas e causas a defender pelo partido, Castela recebera vários contributos sobre o porte de armas, o «logro» das «alterações climáticas», o desmoronamento da União Europeia ou a propósito da «ideologia de género e dos perigos para a Civilização Ocidental», este da autoria de Diogo Bronze, católico ultraconservador recrutado por Ventura.

«Não tínhamos grandes conversas ideológicas», contraria Nuno Afonso. «O Castela criou aqueles programas, escrevia imenso, é um tipo com cabeça, mas o André nunca leu nada daquilo, nunca se preocupou», resume. «Para ele, o Chega não é ideologia, sempre foi um projeto de poder pessoal. Questiono-me se fui estúpido e não percebi ou se foi ele que mudou.»

Os relatos dos diferendos ocorridos nesses meses têm várias versões. Incluem acusações de acesso indevido a mensagens privadas vertidas num dossiê, tentativas de agressão, tensões, posições insanáveis e irreconciliáveis sobre o que devia, ou não, ser o Chega. «O Taxa, a Cristina, o Nuno Afonso e a Fernanda vinham com ideias do PSD, a favor do aborto, da adoção *gay* e essas coisas, e o Castela pretendia fazer um partido de direita a sério», resume Patrícia Sousa Uva. «O PSD é um bocadinho socialismo disfarçado de direita e eles queriam um PSD-2. Aquelas posições não me chocavam muito, embora tivesse dado a ideia de tirar o aborto do SNS», exemplifica. «Os nossos impostos estão a pagar para muitas mulheres irem abortar três ou quatro vezes, muitas delas funcionárias públicas, só para ficarem de baixa. Não são casos de miúdas, coitadinhas, com catorze anos, que engravidaram ou foram violadas...»

No *chat* do WhatsApp estalava a confusão. «Se calhar, vocês estão bem é no PNR!», respondiam os alinhados com Castela. Picardias geravam novos remos. «Ó Pedro, não me chateies», reagiu Nuno Afonso, em certa ocasião. «Tive mais gente na minha festa de anos do que tu tiveste votos em Oeiras!», ironizou, aludindo à candidatura de Perestrello naquela autarquia pelo PNR. «O André ficava numa posição neutral, a dizer tudo e o seu contrário, muito manipulador», descreve Patrícia Sousa Uva. Não seria bem assim, contesta Manuel Ferreira dos Anjos. «O André fazia propostas, chegou a sugerir a liberalização do porte de armas», conta. «Eh! pá, isso não pode ser!», respondeu-lhe Carlos Monteiro, que até tinha uma coleção de armas em casa. «Você é maluco!»

Nas redes sociais, iam-se catequizando apoios com fachada de unidade. «A Lucinda e o Pedro Perestrello organizavam isso, criavam páginas em Castelo Branco ou noutro sítio e atribuíam-nas a apoiantes», refere. «O Perestrello tinha muitos conhecimentos na política, no PNR, alguns nacionalistas por aí espalhados... O resto foi à conta da Lucinda, ela dominava a informática, é a formação dela. Se não existisse Facebook não havia Chega», garante Patrícia Sousa Uva.

As duas deram-se bem. «Sentíamo-nos as mães do partido», reconhece. «Íamos mudar Portugal, pelos nossos filhos.» Para Lucinda Ribeiro era uma missão, por ser evangélica. «Ela lia a Bíblia e puxou por mim», reconhece Patrícia Sousa Uva. «Fez crescer o Chega e criou um culto, trouxe imensos evangélicos para ajudar. Para mim, era um passatempo, no princípio estava divertida...» Sousa Uva quase não ia à missa. «Rezo. Tenho as minhas conversas com Deus, mas Ele não responde. Ou se calhar responde através de mensagens num anúncio ou numa revista qualquer.» Lucinda, a evangélica e Sousa Uva, a católica, a trabalhar para o mesmo.

«Engrossava, em 2018, a maioria silenciosa, quando percebi que a Europa estava a ser invadida», escreveu Lucinda Ribeiro num dos seus perfis pessoais no Facebook quando narrou brevemente a sua adesão ao Chega. «Pensava que era só a ameaça islâmica que pesava sobre a Europa... Ignorava tudo!» Aos poucos, interiorizou a existência de um «plano diabólico» em curso: a substituição demográfica na Europa. «Não eram só islâmicos, eram os brasileiros (que muito amo) a chegar sem número-limite, eram as ex-colónias a colonizar-nos, com a conivência de loucos com interesses económicos e políticos em África», escreveu. E vinham também «sem controlo» indianos, paquistaneses, chineses. «Como conciliar o amor a todos os homens, de toda a “tribo, povo e nação”, com a ameaça invasora?», questionava. O Chega foi a sua luz, mas também lhe revelaria um lado sombrio.

O ambiente interno foi azedando e, numa reunião numa sala da Universidade Autónoma, descambou. «Fizeram coisas horríveis, tentavam entrar no Facebook uns dos outros. A Fernanda trouxe um dossiê com mensagens que o Gerardo juntou, a Cristina fez uma peixeirada», descreve Patrícia Sousa Uva. «Aos berros, a esbracejar, acusou o Castela e os amigos de estarem a tentar dar uma “facada” no André. “É com esta gente que vamos mudar o país?!”», questionou, dirigindo-se ao advogado que a desafiara para o Chega. «Senti-me enfiada num *Big Brother*. Não havia cenas de sexo, nem nada dessas coisas, mas existia muita boataria, diz aqui, diz ali... Eu era dona de casa e não tinha muito para oferecer, mas de repente apresentam-me estas pessoas...»

«Havia mensagens do Castela e da Lucinda contra a Fernanda e o Nuno no Facebook», diz Gerardo Pedro, que assumira o pelouro da comunicação digital. «Avisei o Nuno Afonso: “Cheguei agora e já há pessoas a mexerem-se para vos entalar a todos.” A Lucinda mandou-me mensagens, fiz um bocado jogo duplo, reuni os *prints* daquela porcaria e entreguei à Fernanda», assume. «Eram umas cem páginas», conta a advogada. Havia *prints* de Luís Graça a assumir-se de extrema-direita. Cópias das conversas de Lucinda Ribeiro, em que criticava Nuno Afonso por causa da ligação ao PSD e a «agressividade» de Fernanda Marques Lopes. Havia também cópias das alcunhas que a facção nacionalista atribuía à rival: a Bruxa, a Popota, o Anão, o Gargamel, entre outras.

«Tenho aqui este dossiê para entregar ao André no fim da reunião, está aqui tudo o que vocês andam a dizer. Ainda mal começou o partido e vocês já andam a falar mal de toda a gente», arrancou Fernanda, pegando nas resmas de papel. «Nem cheguei a mostrar o documento, eles ficaram apavorados.»

Lucinda, apanhada de surpresa, negou. «Estás a dizer que é mentira?! Quem tirou os *prints* foi o Gerardo!», reagiu, brusca, Cristina Vieira. «Eu estava sentado ao lado da Lucinda, ela começou a chorar... Nunca esquecerei... São coisas que, se calhar, não devia ter feito», afirma, arrependido, Gerardo.

«Foram péssimos para a Lucinda Ribeiro», recorda Patrícia Sousa Uva. Ambas davam o litro pelo projeto de partido. «Fez-me impressão ela ter sido completamente enxovalhada, saiu a chorar, mas não se demitiu», refere Pedro Perestrello. «E pensei:

se ela aceita e resiste a isto é porque isto, para ela, é uma missão maior do que o Chega.»

«Nunca vivi uma situação tão humilhante», recordará a evangélica Lucinda Ribeiro. «Segundo o Castela, o que o Gerardo me fez era crime. Hoje percebo que andei em guerras que não eram minhas.»

O caso da recolha de assinaturas dá um capítulo à parte, a que nos dedicaremos mais adiante. Foi a gota de água, o extravasar do conflito a partir da fissura programática e uma ferida aberta que, para alguns, nunca sarou. Poderia ter sido a morte prematura do partido e teve ingredientes para isso. Foi, pelo menos, a «morte» da força política que Jorge Castela idealizara. Revelou muito sobre o amadorismo e a impreparação dos fundadores e deu os primeiros sinais de que a liderança de André Ventura pensava mais nos fins a atingir do que na lisura ou legalidade dos métodos para lá chegar.

Enquanto tentava acalmar fervuras, André Ventura tratava de outros assuntos. Um deles era o *site* do partido, cuja criação pediu ao amigo Hugo Gil, um assanhado *blogger* do Benfica, natural de Pegões (Montijo), na altura com trinta anos e a viver na Amadora. Autointitulava-se «analista desportivo». Na verdade, era funcionário da Remarkable, empresa contratada pelo Benfica «que penso pertencer a Luís Bernardo», conforme Hugo Gil declarou ao Ministério Público no âmbito do E-Toupeira, processo judicial no qual foi arguido e em que se investigaram suspeitas de corrupção, falsidade informática e violação de segredo de justiça, entre outros crimes associados ao clube das águias.

Luís Bernardo, ex-assessor de Sócrates nos governos PS, era, à época, diretor de comunicação do clube da Luz e, recorde-se, tinha prefaciado um livro de Ventura sobre o Benfica. Os documentos do inquérito judicial mostram que o futuro líder do Chega era convidado para ver jogos no camarote presidencial do Estádio da Luz, por vezes acompanhado. No processo, a SAD benfiquista acabou ilibada, mas Paulo Gonçalves, ex-assessor jurídico do Benfica e um dos contactos de Hugo Gil, foi sentenciado a dois anos e seis meses de prisão (com pena suspensa) por corrupção ativa de um funcionário judicial, também ele condenado.

Hugo Gil justificou a criação do *site* do partido como favor pessoal ao amigo André. «Esteve no início da criação do domínio quando ainda era um movimento dentro do PSD, juntamente com outros», explicou Ventura ao *DN*. Desenvolver *sites* para amigos era uma pequena parte do trabalho de Hugo Gil. Outra das facetas passava por criar páginas sensacionalistas e de *fake news*. Conforme descobriu Paulo Pena, repórter do consórcio de jornalistas Investigate Europe, as plataformas digitais em questão, apostadas na desinformação, estavam alojadas no mesmo sítio onde Hugo Gil criara a página do Chega. O domínio fora comprado à Sampling Line (Odivelas) e o

alojamento feito nos servidores Cloudflare (EUA). Por coincidência, o mesmo provedor de serviços de alojamento *online* onde o nosso já conhecido Mário Gonçalves, promotor de manifestações contra a «geringonça» em 2015, tinha registado páginas propagadoras de mentiras e meias-verdades anos antes de aderir ao Chega.

Paulo Pena notou outra curiosidade: nos seus textos enquanto *blogger*, Hugo Gil tratava adeptos, jogadores e dirigentes de adversários do Benfica, além de árbitros e responsáveis da Liga, com a mesma agenda conspirativa usada por partidos iguais ao Chega em relação ao sistema. Nessa narrativa, os inimigos são sempre corruptos, manipuladores, mentirosos e potenciais casos de polícia. Se, de um lado, o futebol é o centro dos ataques primários, do outro podem ser políticos, ciganos ou imigrantes. «A utilidade desta visão do mundo para um partido que se quer afirmar é clara: há uma legião de seguidores desta espécie de teoria da conspiração», escreveu o jornalista. No mundo digital, existem *sites* e páginas pouco recomendáveis através das quais uma legião de milhares de seguidores pode, com um clique, replicar o pior dos dois mundos.

Hugo Gil foi à sua vida ao fim de uns meses. Quando estalou o conflito entre fundadores do Chega, já estava fora.

Adair Ribeiro, que ajudou Ventura em Loures e depois se sentiu prensado pelos dois lados do conflito entre fundadores, sairá depois. De caminho, deitou abaixo o Facebook do partido, com 40 mil seguidores.

O primeiro grupo de apoio de Ventura nessa rede social aparece perto do Natal de 2018. Quando foi criado, tinha cinco administradores registados: três em Portugal e dois na Noruega. A ideia foi da evangélica Lucinda Ribeiro, também coordenadora. «Publicava-se o que o André defendia, mas vinha imensa gente por causa do futebol», lembra Patrícia Sousa Uva, outra ajudante. «Quando percebiam que não estavam ali a fazer nada por defenderem outras coisas, iam embora, mas o grupo cresceu muito graças à Lucinda, ela sabe fazer as coisas, é o trabalho dela.»

Lucinda Ribeiro agarra-se à tarefa dia e noite. «Foi das mais leais no Chega e ao André», confirma Luís Graça. O antigo presidente da mesa dá-lhe o crédito do sucesso inicial. «Quando começámos a promover o Chega e a criar páginas, o partido mais forte nas redes sociais era o PAN», lembra, «mas às quatro, cinco da manhã, a Lucinda estava nas redes a trabalhar. O crescimento do Chega, a partir das redes sociais, deve-se a ela. Depois eu, a Patrícia Sousa Uva e outros ajudávamos, embora, no meu caso, estivesse mais preocupado em implantar o partido no terreno». «Para mim foi como ter um filho», dirá Lucinda aos correligionários de partido. «Todos os tempos livres eram para o Chega.»

Quem era ela, afinal? E como foi ali parar?

A evangelização do partido

«Então o Diabo veio conhecer o ET?»

A mulher de cabelo encaracolado, unhas pintadas de vermelho e fio com pendente em forma de coração ao pescoço, virou o rosto e, com um sorriso irónico, soltou a frase enquanto estendia a mão para me cumprimentar.

Era já noite naquele 12 de novembro de 2021. Fazia frio, mas Lucinda Ribeiro esperava-me na esplanada do restaurante Sabores da Terra, no Parque Adão Barata, em Loures. Bebia chá de camomila.

Durante dois anos, nunca acedeu a falar comigo. Eu era o «Diabo», o repórter indesejado, o jornalista a evitar.

Os tempos agora eram outros: desvanecera-se a sua fixação com o Chega e André Ventura caíra do pedestal. Apanhei-a no momento de desencanto com o partido, prévio à sua demissão. Nos minutos iniciais, não me autorizou a gravar a entrevista. Nem sequer usei o bloco de apontamentos. Ouvi-a. Falámos sobre banalidades e do que nos levou ali, dos desencontros, do «preconceito» da imprensa em relação ao Chega, segundo ela. Descontraídos, pedimos um costeletão com legumes salteados para o jantar e dois copos de vinho tinto; Lucinda mal tocou no seu. Dali a pouco, disse-me: «Pronto, ligue lá o gravador.»

Tinha lido os seus livros, de descarga gratuita na Internet, todos de pendor religioso e espiritualidade cristã. Dois deles, *Adorador procura-se!*, de 2014, e *O deus desconhecido*, de 2011, tinham muito de autobiográfico.

Lucinda Ribeiro é de Meimoa, em Penamacor (1972). Nasceu na casa da avó materna, rodeada de ribeiras, campos e serras. Depois, foi morar para uma localidade vizinha, Salvador. Um quotidiano sofrido, pobre, a rezar por dias melhores na missa dominical obrigatória. O pai, guarda-fiscal, tentou emigrar para França, mas não se ambientou. A mãe, católica, fez um aborto. Era doméstica, «beata, de ajudar os mais pobres do que ela», recorda a filha. Em casa contavam-se os tostões. «Éramos a típica família que dividia a sardinha por três. A nossa casa era humilde e o carro dos meus pais foi o mesmo durante vinte anos.»

O pai, rígido, de «autoridade tirânica», segundo ela, «apenas sabia educar espancando e impondo a sua vontade pela força, pelo que cresci sendo silenciada e programada como um ser sem direito a pensar e a ser amado. A violência era uma constante e na adolescência tudo piorou». Levou a primeira estalada aos três anos. Depois outras. Tornou-se hábito. «Tu és um zero à esquerda!», ouviu do pai até não se esquecer. «A minha autoestima morreu antes de ter nascido e o crescimento foi um doloroso processo diário. Sobreviver foi, por si só, um grande milagre.»

Em casa, «guerras» diárias. «Os traumas da mais tenra infância marcaram-me de tal forma que me considerava um ser humano miserável.» Andou na catequese, mas cortou com a religião. «Tornei-me atea mais ou menos convicta, direi até tristemente convencida da inexistência de Deus. Até aos dezasseis anos, foi muito mau», afirmou,

sem subterfúgios. «Era porrada constante do meu pai, eu deitada no chão, ele a dar-me pontapés. Por vezes, também atirava facas...» Refilona e rebelde, reagiu. «Vi na televisão que as crianças têm direitos!», disse-lhe uma vez, em fúria. De nada valeu. Aliás, piorou. Di-lo sem emoção, quase mecânica. «Sou contra a vitimização no geral», justifica. «Há lugares para isso. Fui alvo de violência doméstica durante quinze anos, mas não sou vítima e não gosto que me oprimam. A vitimização é uma coisa marxista.»

A sua primeira memória política vem da infância. «Andei com o autocolante do Ramalho Eanes na escola. Via-o como salvador, com aquela boina verde. E lembro-me de ver a Manuela Eanes nas aldeias.» Mais tarde envolveu-se, sem se filiar, na JSD de Penamacor. «Quería ser professora ou economista como o Cavaco. Emocionei-me tanto que até fiz campanha.»

Estudou em Penamacor e Castelo Branco. Sentiu-se livre das amarras caseiras. Viveu num quarto alugado, conheceu as discotecas, fumava com amigos mais velhos para se integrar. Continuava a ir a casa a cada quinze dias, mas voltava a ouvir: «És um pau torto que nunca se há de endireitar.» Quando acordava, vinham-lhe à mente pensamentos suicidas. «Tomar calmantes e adormecer para sempre. Não doía, não ficaria desfigurada e estava ao meu alcance.» Nas idas a casa, roubava-os à mãe, tomava doses elevadas, ia vendo quantos aguentava, aumentava as doses. «Com dezasseis anos, sentia o fardo da vida tão pesado que era insuportável. De alma destruída», escrevia poemas mórbidos.

Foi, porém, obrigada a procurar novo poiso para morar. A poucas semanas dos dezassete anos, «ateia e moribunda», alugou outro quarto. Da varanda, vislumbrou um templo religioso. Desconhecia tratar-se de uma igreja evangélica. «Ouvi os cânticos e tudo se proporcionou para que eu lá entrasse.» Memorizou o dia: 22 de setembro de 1989. «Senti o amor do Pai como nunca tinha sentido antes», confessou. «Acho que Deus me salvou de alguma maneira.» Desde então que não mais parou de ler a Bíblia. Passou muitas noites de joelhos e de pé, com a luz apagada para sentir a presença de Deus. Ou a rezar e a meditar nas casas de banho públicas nos intervalos para o almoço.

Na universidade (Lisboa), escolheu Economia, mas enveredou depois pela programação informática. Frequentou uma igreja maior, aprendeu acordes de guitarra e a escrever canções de adoração. Casou-se, foi mãe. Quando conversámos, ela e a família frequentavam a Comunidade Cristã de Lisboa. Fez um curso de Teologia, estudou hebraico e um pouco de grego para mergulhar mais fundo nas Escrituras. Não tolera a imagem de um Deus déspota: «Afasta mais as pessoas do que as aproxima.» Diz-se evangélica presbiteriana.

Antes de se aproximar do Chega, esteve próxima da linha judaica messiânica, «a daqueles judeus que já creem no Messias». Gostou da perspetiva igualitária entre mulher e homem, até na distribuição de cargos dentro da comunidade.

Lucinda recusa o papel redutor da mulher na sociedade. «Jamais! A minha posição [sobre as mulheres] não é necessariamente a minha posição tradicional», justifica. Em casa, só o pai trabalhava. «A nossa cultura é machista. E os católicos têm essa

educação. O domínio da sociedade patriarcal, onde as mulheres são tratadas apenas como objetos reprodutores e como servas, não é a vontade original de Deus.»

Por instantes, provocava-a: não é esse um argumento de esquerda? Ela ria. E lembrava-se de conversas com Patrícia Sousa Uva sobre o tema. «Eh! pá, se não fosse a lei da paridade, estávamos tramadas», dizia-lhe a amiga. «Nós somos contra as quotas», respondia Lucinda, irónica. «E não é que lhe dou razão? Se não fosse a lei da paridade, estávamos tramadas, é verdade. O pessoal de direita domina isto. Está errado.» Revolta-se contra quem não contrata mulheres que desejem ter filhos e prejudica as que engravidam. «O meu filho tinha seis anos quando me perguntaram se eu ia ter mais. Isto é horrível.» No Chega, e fora dele, reconhece, «certos nacionalistas ainda são trogloditas, não entendem que uma mulher possa ter filhos e trabalhar. Alguns até gostariam de aplicar às suas mulheres as leis islâmicas».

Ventura e o Zé da Esquina

Lucinda Ribeiro ouviu falar de André Ventura no local de trabalho por alturas da campanha eleitoral autárquica em Loures. «Uma moça já me falara dos ciganos lá do bairro dela, coisas horríveis, subterrâneos onde guardavam grandes televisões, não sei se era verdade ou não...» O tema não a puxava, confessou. Viveu ao lado de ciganos sem problemas, sentiu-se segura. «Não tenho essa tara.» Foi a figura do jovem político que lhe despertou a atenção: «De repente, aparece a dizer umas barbaridades, achei curioso ele ser desbocado...»

Lucinda não ia a comícios e, nesse ano, o CDS — «uns betinhos medrosos» — não a seduziu. Domingo à tarde levantou-se do sofá e disse: «Tenho de ir votar naquele rapaz.» Achava-o «diferente, esquisito, ousado e maluco. Votei no André Ventura porque ouvi dizer mal dele».

De alguma maneira, identificou-se. «Muita coisa do que digo, até no meio cristão, é para despertar as pessoas. Só para espoletar o debate.» Para ela, Ventura seguiu esse método. «Fez com que pudéssemos falar. Eu não tinha coragem de dizer que sou contra a substituição demográfica e muitas outras coisas. Ele abriu-nos essa porta quando falou dos ciganos.» O mesmo valeu para o racismo. «Estava escondido, as pessoas não tinham coragem de dizer que pensavam assim», referiu durante o nosso jantar. «O meu pai fez a tropa em Angola e era um bocado racista», contou. No caso dela, o que mudou foi aderir ao Chega e passar a ser também mais «desbocada» nas opiniões. «Não sou racista, embora pareça...»

Quando o partido começou a recolher assinaturas para o registo no Tribunal Constitucional, já Lucinda era sensível a uma bandeira da coligação Basta: o perigo da «islamização da Europa». Ouviu falar do assunto na «sua» igreja evangélica à época: «Passaram um filme e dizia-se que daí a trinta anos a Europa estaria islamizada. Aquilo ficou-me.» Depois, assustou-se. «Desapareceu tudo do YouTube!» Talvez por serem

fake news, sugeri. Não se convenceu. «Muitas coisas foram banidas, agora são escondidas.»

Esse pensamento determinou a sua filiação no Chega. «Não foram questões raciais ou genéticas. Sabia lá eu o que era direita e esquerda», admitiu. «Tem de se ceder na ideologia para resolver problemas práticos. Não me interessa se são ideias de esquerda, de direita, liberais ou estatizantes.» Na Economia, queria menos impostos, mas também mais Estado. «Não gosto que áreas estratégicas — a EDP, por exemplo — estejam na mão de chineses. Têm um ditador moderno e querem conquistar tudo.» Quando se interessou por política, «achava o Trump um palhaço», confessa. «Depois percebi que era o único com coragem para enfrentar a China.»

Resumindo: «Eletricidade, água, coisas básicas, deviam manter-se no Estado.»

Na Educação, baloiçava: «Não temos de rezar o terço ou ler a Bíblia nas escolas. Acho muito bem que ensinem as meninas a não engravidarem, mas falar de sexualidade antes dos dez anos não faz sentido.»

Quando falou de imigração, Lucinda exaltou-se, revelou uma faceta quase implacável. Não vem daí a alcunha que admiradores do seu estilo e dedicação lhe davam no Chega — «Dama de Ferro» —, mas por certas posições nas quais se revelava inamovível. «Por mim, os imigrantes só vinham para cá de forma faseada», defendeu. «Sou por um nacionalismo antiglobalismo.»

Saudosa da União Europeia dos primeiros anos, «até o pessoal começar a roubar os fundos», opunha-se à perda de soberania. Abdicar de uma parte, talvez, «mas deixar de haver nações, tudo aberto», receava, «será destrutivo».

Os sinais deixavam-na insegura, até a apanha da cereja no Fundão a perturbava. «É feita por paquistaneses», espantava-se. Mal daí não vinha, matizava, «mas depois vêmo-los pelo país todo e temos medo de andar na rua. Não eram precisos e agora são? Porque é que os portugueses já não querem fazer esse trabalho?», questionou. «Os empresários não querem pagar salários maiores, mas pergunto: onde estão o BE e o PCP a defender os direitos dos trabalhadores paquistaneses no Alentejo?»

Na verdade, os comunistas faziam-no, pelo menos, desde 2012, a partir de Odemira, sem distinguir a nacionalidade dos trabalhadores imigrantes. O PCP denunciou «situações de exploração laboral, de habitação em condições indignas, de crianças sem acesso à escola». Em 2015, ainda Lucinda andava longe da política, também o BE apresentou um projeto de lei na AR para combater o «trabalho forçado e outras formas de exploração laboral» de imigrantes nos campos agrícolas. «Aquilo é miserável», concordou, já em 2021. «Devem dar-se condições e salários dignos, não são bichos!», afirmou revoltada. «E o pessoal que anda aí nos *Ubers*, a entregar comida? Dói a alma! Não falam português, devem ganhar miseravelmente, chegam aos montes, coitados.»

A dada altura do nosso diálogo, indaguei se Lucinda Ribeiro alguma vez se questionou sobre a possibilidade de o seu coração cristão bater do lado errado, mas ela teimava: aderira ao Chega também por isto.

«Um partido de gente maluca...»

Quando entrou, não demorou a perceber a «casa» onde se tinha metido: «Era um partido de gente maluca, mas corajosa.»

Criou o primeiro grupo privado de apoio a André Ventura a 19 de dezembro de 2018. Dos oito perfis que o geriam, dois eram de Lucinda Ribeiro e três de outros evangélicos: Elisa Farinha, Ana Eusébio e Constantino Ferreira. Em poucos meses, agregou quase 30 mil membros. «A princípio, eram pessoas revoltadas com as suas vidas, desempregadas.» O tom surpreendeu-a. «Vivi num ambiente protegido, quase monástico, a estudar a Bíblia, com pessoas quase santas e, de repente, estava num grupo em que diziam imensos palavrões, insultavam-se...» Ventura abriu a «caixa de Pandora», resumiu. «E isso fez com que as pessoas dissessem tudo o que lhes vinha à cabeça.» Por um lado, acreditava, «foi uma coisa libertadora». Por outro, «havia gente muito agressiva». «Vamos matar estes comunas», escreviam. «É óbvio que ninguém ia matar ninguém», desvalorizou, entre sorrisos. «Os portugueses só são assim nas redes sociais.» Por prevenção, fez uma barreira. «O partido atraiu trogloditas, atrasados mentais. Tirei do grupo uma catrefada deles.»

Extremistas de direita, pensava Lucinda, «existiam em todos os partidos». Não era fácil dar a cara pelo partido, lamentava-se, mas, nessa época, via o Chega como um sonho. «Apareceu um Ventura, muito desbocado, a dizer o que o *Zé da Esquina* e as pessoas falavam nos cafés e as pessoas aderiram. Era tudo muito puro, a maior parte não tinha interesses. Éramos mesmo altruístas.» Os apoios, garante, apareciam de todos os lados.

«Aproximou-se muita gente entre os quarenta e cinco e os sessenta anos, desencantada com a política», contextualiza Luís Graça, que ajudava Lucinda nas «redes» e arregimentava apoios no terreno. «Com a eleição do André, foi um *boom*. Apareceram muitos desempregados, classe média baixa, pequenos empresários, gente com dificuldades. Em Cascais, juntámos pessoas com mais poder económico, alguns ex-CDS.» «Abriram-se as portas a tudo e a todos», corrobora Rodrigo Freire. «Na distrital de Leiria nunca quis pessoas acima de setenta anos, por exemplo, pois alguns queriam do Chega o que não conseguiram em lado algum. Era gente perigosa, com muito tempo livre», descreveu. «O Chega nunca foi de extrema-direita. Vendeu essa imagem porque era a lacuna que existia e podia ir buscar essa gente.»

Também havia adesões oriundas de áreas políticas improváveis. «Uma vez», contou Lucinda, «veio ter comigo um senhor do BE. Gostava muito do Francisco Louçã e do Miguel Portas, mas revia-se no André e queria filiar-se no Chega. “É alguém que vem lutar contra o sistema e dizer as verdades”, pensei.» Outros tinham passado pelo PCP. «Muitos comunistas vêm para o Chega. O partido, bem gerido, dava para toda a gente entrar...», disse com convicção. «Eles também querem o bem do país, identifico-me muito com os comunistas na questão da perda de soberania», reconheceu. Lucinda Ribeiro assumia, sem maquilhagens, a sua falta de cultura geral, «mas estou a tentar

recuperar», dizia, de modo quase diáfano. Nessa caminhada leu citações de Mao Tsé-Tung, o *Manifesto Comunista*. «Emprestaram-me um livro sobre o fascismo italiano, mas é uma grande seca.» Leu-o na ânsia de perceber a razão pela qual chamavam fascistas aos apoiantes do Chega. «Às vezes, não percebo muito bem porquê...»

Do que ela percebia era de programação informática, de criar laços através das redes sociais. De encadear causas, temas, polarizar sentimentos, emoções. O meio cristão que frequentava, engajado e dinâmico, foi essencial. «Contactei evangélicos no Brasil, pessoas que até apoiavam muito a Marina Silva», ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima no mandato de Lula da Silva, iniciado em 2023.

Quando o candidato Bolsonaro foi alvo de uma facada no abdómen, em 2018, em plena campanha eleitoral, virou-se para Jair. «Comecei a ouvir *youtubers*, o Movimento Brasil Livre, que fazia muitos vídeos, o Olavo de Carvalho, o ideólogo deles... Vi ali uma mudança», assumiu. «A ideia do grupo de apoio ao André inspirou-se nisso tudo e fui mantendo contactos...» Usou uma rede semelhante, embora pouco profissional, para semear a mensagem do Chega e multiplicar grupos. «Os meus amigos eram da igreja, pedi-lhes ajuda.»

Apareceu Ana Eusébio, da Igreja Evangélica Baptista da Amadora, organização religiosa com fiéis de classe média, média-alta, com bastantes qualificações. «Ela ainda conseguiu um grupo da igreja para recolher assinaturas», recordou Lucinda. Ana Eusébio seria, pouco depois, dirigente do Chega.

Juntou-se Constantino Ferreira, octogenário, antigo pastor evangélico em Loures, com uma legião de seguidores a partir do seu blogue *Haja Luz*, que se desdobrava no Facebook. O ex-professor no Instituto Bíblico Monte Esperança e membro da Assembleia de Deus também geria o grupo fechado de apoio a André Ventura e usava a sua influência e prestígio na comunidade para promover o Chega. «Convidei 4000 pessoas, mas não são todos crentes», disse-me na primavera de 2020. Constantino procurara saber mais pormenores sobre Ventura e sentira-se atraído pela ideologia do partido. «Importa-me a doutrina cristã», esclareceu. «Não tenho outro como ele para exercer o meu voto, no meio evangélico estávamos à espera de alguém assim...» O antigo pastor não votava há muito, «mas, havendo o Ventura, não podia ficar abstencionista», justificou. «Ele é como Salazar: ambos receberam a cultura do seminário.»

A separação entre púlpito e política era sagrada para Constantino Ferreira, mas a ocasião reclamava dos cristãos evangélicos outra atitude: sair das igrejas e participar nos destinos do país. «Queremos gente de Deus no governo de Portugal e influenciar aqueles que amam Deus, defendem a moral e os costumes cristãos contra os *gays* e modernices antinatureza, antifamília, antibíblica, contagiadas pelo espírito do anticristo.» Quase uma cruzada, portanto. «Os meninos e as meninas podem ser o que quiserem, vivem como os cães fazem na rua. A corrupção, a ladroagem e o abandono é

por causa da imoralidade e de termos atirado Deus para o lixo. Queremos arrebatarmos o poder à esquerda, a esquerda é o mal do mundo», dizia-me Constantino, sem se deter. «Isto é uma guerra, percebe?», discorria, sem esperar resposta. «Um trabalho político e espiritual, são essas as nossas armas.» Pelo mesmo motivo, esclareceu, «os cristãos evangélicos apoiaram Trump e Bolsonaro. Demos um contributo para a vitória noutras regiões do mundo e queremos fazê-lo aqui. Estamos a assistir a um despertar do cristianismo. E os cristãos estão dispostos a reconquistar o que lhes roubaram».

Ao grupo juntou-se igualmente Elisa Farinha, da Igreja Evangélica de Fanhões (Centro de Renovação Cristã), que também chegaria a dirigente nacional, e Ana Vitória Ferreira, da Igreja Nova Aliança de Benfica. No Minho, a brasileira Cibelli Pinheiro e a evangélica do Partido Pró-Vida (PPV) Maria Helena Costa faziam também trabalho de mobilização, tal como Ruben Milhão, da Igreja Missionária Evangélica de Braga e antigo colaborador da Herbalife.

«Muitos evangélicos comprometeram-se com o Chega desde o início, compartilhando vídeos e textos de fiéis brasileiros contrários à agenda de esquerda (principalmente política de género e mobilização LGBTQIA+)», escreveu Riccardo Marchi no livro coletivo *The Christian Right in Europe — Movements, Networks, and Denominations* (2023), com coordenação do cientista político Gionathan Lo Mascolo. «Não havia um exército de evangélicos, é um mito criado pelos jornalistas», garantiu-me, no entanto, Lucinda Ribeiro. «Nas igrejas há muitos pastores socialistas, muita gente de esquerda. Ou pessoas que não querem saber disto», explicou.

«Há uma (falsa) ideia de que todos os evangélicos são de direita e apoiam regimes ditatoriais ou com forte concentração de poder, como foi o caso do grupo que apoiou — e elegeu — Bolsonaro no Brasil», concede o antropólogo social brasileiro Donizete Rodrigues, especialista na matéria e professor na Universidade da Beira Interior. «A situação é tão polarizada que podemos encontrar evangélicos tanto na “Marcha para Cristo” como na “Marcha Gay”», escreveu no *Observador*. Fizeram-se pontes, admitiu Lucinda. «Tentei falar com alguns pastores. Não era para darem dinheiro, era para ficarem em oração por nós. Tentei juntar um grupinho de pastores, até para levar o André a conhecer o meio evangélico, mas não consegui...» Alguns apoiaram, mas permaneceram discretos, anónimos. Outros talvez não tenham sido objeto de diligências de Lucinda Ribeiro. «O André Ventura chegou a reunir com alguns pastores importantes», revelou Nuno Afonso. «Contou-me que se encontrara com um pastor na sua casa e ficara atónito com a sua capacidade financeira», desvenda nas páginas do seu livro sobre o Chega (*Ontem éramos o futuro*, 2025).

«Se a direção conseguiu alguém da Maná, desconheço», assume Lucinda Ribeiro, admitindo, no entanto, conhecer a ligação de alguns filiados a esta igreja neopentecostal, em Mafra e Sintra, setores dos quais ela marcava distância. «A Maná não foi aceite na Aliança Evangélica Portuguesa porque os poderes do líder são considerados desproporcionais. Nomeia pastores ou substitui-os quando quer. Não é aceitável», contestou. «A Igreja Universal do Reino de Deus faz uma venda do

Evangelho. É um absurdo. A Maná ainda se rege por princípios bíblicos, mas a IURD é quase uma coisa pagã, esquisita. Fui lá várias vezes, mas, para mim, a fé é uma coisa séria.»

Passava da meia-noite quando chamei um *Uber* para Lisboa e me despedi de Lucinda Ribeiro em Loures. «Se depois tiver alguma dúvida, escrevo ou ligo», sugeri. «Sim, mas não vamos agora fazer disso hábito como se fôssemos amigos, não é?», respondeu com um sorriso provocador. «Não se iluda, não somos!», advertiu-me, de novo firme e de rosto impenetrável.

Certo. Mas voltaríamos a falar, claro.

Chega aqui, Brasil

André Ventura e o Chega são «potencialmente mais perigosos do que Bolsonaro». A frase tem outro peso se dita por um brasileiro, professor do curso de Literatura Comparada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor de livros sobre os autoritarismos de direita. «Bolsonaro jamais teve uma estrutura partidária fiel a ele, como Ventura tem», resumiu João Cezar Rocha ao *Público*.

Os cenários e os palcos atuais da ação política favorecem estes atores. «A guerra cultural é a mais poderosa máquina eleitoral do século XXI porque transfere para a esfera da política o alto nível de engajamento das redes sociais», explicou. «A extrema-direita conquistou corações e mentes.»

A campanha de Bolsonaro em 2018 foi, segundo ele, a primeira no Brasil a usar a técnica subversiva do microdirecionamento digital, da Cambridge Analytica, a mesma que foi posta em ação para a campanha de Trump. A empresa de assessoria política acabou multada por usar informações privadas de 87 milhões de utilizadores do Facebook sem os respetivos conhecimento e autorização. Na verdade, não foi uma campanha: foram várias. Diferentes, segmentadas, individualizadas. Palavra, discurso e persuasão política ciberpopulista constituem hoje a trilogia dourada dos novos líderes e movimentos destas direitas radicais e extremistas. Ou devemos usar outra definição? «Se há algo que estas novas direitas têm em comum», sintetizou o jornalista e escritor argentino Martín Caparrós no *El País*, «é a sua habilidade para fazer com que os pobres votem nelas para defender os interesses dos ricos. Descobriram que estas novas máscaras *ultra* podem dar um ar moderno e *sexy* aos políticos habituais e tentam colocá-las».

No fundo, tudo velho: só o estilo mudou. «Usar os insatisfeitos para melhorar a situação dos mais felizes é o truque mais antigo do manual», descreveu Martín Caparrós. «Por isso, de tempos a tempos, muda o nome comercial: agora chama-se extrema-direita quando deveria chamar-se grande direita, o governo tradicional dos poderosos de sempre.»

Não existe «o» eleitor típico de extrema-direita. Perfis diferentes, até contraditórios, cabem no mesmo retrato de família. Tal como o Chega, estes partidos e movimentos são uma espécie de direita *Uber* ou uberpopulista, no sentido em que resultam da uberização do mundo: simplificam a relação com o eleitor/cliente e dispensam os filtros das formações políticas tradicionais. Abarcam vastas sensibilidades do espectro político que não se identificam com a totalidade das propostas, mas escolhem as que melhor servem os seus apetites de sempre ou de ocasião. A lista de ideias é, por vezes, tão precária quanto a situação dos eleitores, viciados no contacto direto, instantâneo, quase ao clique, como numa *app*, mas agora libertos da intermediação da imprensa, dos partidos «obsoletos» e dos *gatekeepers* institucionais de outrora.

Quando o partido era ainda uma mera hipótese de sucesso, Sónia Coelho foi desafiada por Lucinda Ribeiro para administrar a página Chega Brasil. «Ela e o Castela gostavam do que eu escrevia nas redes sociais e começámos a recolher assinaturas», disse-me, em 2022, num final de inverno ensolarado, na esplanada do Café Velasquez, no Porto. Nascida em Santo André (São Paulo), no Brasil, acumulava várias formações — terapeuta da fala, médica dentista, criou o projeto Mais Expressão para mentoria, comunicação e consultoria.

De origens pobres — viviam da agricultura na região de Coimbra —, os pais emigraram para o Brasil na década de 1960. O pai trabalhou na panificação e restauração, como muitos portugueses da época, a mãe ficou em casa a cuidar dos três filhos: ela e dois irmãos, hoje engenheiros. Quando falámos, a família era dona de uma empresa de construção civil. «Viemos de baixo.» Sónia Coelho, também ex-cantora e antiga professora de canto, chegou a Portugal em 2010 para dar aulas na Universidade Fernando Pessoa, no Porto. «Estava farta da efervescência do PT, da Dilma [Rousseff], da violência, do trânsito e da pouca qualidade de vida», assumiu. «Não conhecia a política portuguesa, vim pela segurança, pelo trabalho e pela paz. Pago meus impostos, não vivo de subsídios. Portugal é um país maravilhoso, encantador, e é a minha origem também.»

A família sempre foi de direita. Sónia é kardecista, seguidora da doutrina do educador Allan Kardec, «inventor» do espiritismo. «Tenho uma visão espiritualizada da vida. Nem todas as pessoas de direita são capitalistas, extremistas, más, xenófobas, homofóbicas. Não sou nada disso.»

Vejamos: Sónia é contra a chamada «ideologia de género», conceito criado e fermentado pelas direitas católicas conservadoras e radicais para desqualificar os avanços legislativos a favor da identidade de género. «Sou terapeuta e tenho explicação científica: é uma ideia construída com base numa tese social, mas o ser humano não é só isso. Pôr na cabeça da criancinha que pode ser menina ou menino não faz sentido.» Quanto à etnia mais visada por Ventura desde a campanha autárquica de Loures, Sónia

puxou de uma frase do pai: «A questão dos ciganos é mais velha do que andar para a frente.» Pormenorizando: «Há um problema com a comunidade. São todos? Não, jamais se pode generalizar. É a mesma coisa que dizer que a mulher brasileira é assim ou assado. Há de tudo.»

Papel do Estado? «Mínimo. Moderador e não um paizinho.» Casais homossexuais? «Tem de haver bom senso, uma certa elegância, postura, não sair na rua como os cães.» Aborto? «A mulher não tem direito total sobre seu corpo porque quando interrompe a gravidez já tem um ser dentro de si. Quando as mulheres não têm causas para lutar, exageram.» Sónia Coelho não conseguia ver extremismos no Chega. «O partido não é fascista. O Chega quer autonomia e liberdade, bebe do liberalismo e do conservadorismo.» Também recusava ver-se como radical. «Sou pró-vida, contra a eutanásia e a pena de morte. Sou a favor da prisão perpétua, revista em determinados prazos. Os presos deviam trabalhar.»

Defensora do voto obrigatório — «se somos obrigados a usar cinto de segurança e a pagar impostos, porque não?» —, Sónia tentou aplicar uma lição aprendida no Brasil ao Chega: «Não se muda um país sentado no sofá.» Nesse aspeto, Portugal frustrava-a. «Há muita iliteracia política, muitos estão-se a marimbar, mas a minha maior desilusão é a classe política», reforçou, no tempo em que António Costa ainda governava. «É um país socialista, pobre, atrasado, falido, de gente cega, surda e conformista.» No Brasil, dizia, «há mais consciência política». Admirava o presidente em funções. «Demonizam-no, mas Bolsonaro não é o radical de que falam, não tem mau coração. Exige patriotismo, educação, respeito.» A imprensa, acusava, não mostrava o Jair autêntico, humilde: «Usa um relógio do mais simplório que existe, caneta *Bic*, viaja em avião do Exército, come sanduíche no meio do povo», exemplificou. «Os militares não são perdulários, gastadores. Têm amor à pátria. Os civis só fazem asneiras.»

Sónia tinha uma certa imagem do Brasil emoldurada. «O meu pai dizia que a fase mais áurea da sua vida foi a ditadura militar, foi quando ganhou mais dinheiro. Militar nenhum enchia a paciência de quem estudava e trabalhava. Foi a época de ouro no Brasil.» Por isso, continuava, os militares tiveram de impedir o comunismo. «Morreram quatrocentas pessoas, isso não é nada.» A Comissão Nacional da Verdade contabilizou pouco mais de 400 mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira, mas esse organismo — que Bolsonaro extinguiu e Lula reabriu — não contabilizou cerca de 1600 a 1700 agricultores e centenas de indígenas assassinados e perto de 20 mil pessoas torturadas.

Nos seus ofícios, Sónia Coelho dizia preservar a ética profissional. Como consultora em comunicação não ensinava a mentir, era ponto de honra, mas tinha alguns problemas com a verdade. «Toda a gente sabe que há uma rede de pedofilia ligada a políticos famosos», afirmava sobre Portugal. A terapeuta dispensava provas, bastava-lhe o que ouvia. Garantia também que Bolsonaro cortara a chamada «Bolsa Ditadura». Segundo ela, artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil ganhavam 30 a 40 mil reais mensais só porque diziam ter sido prejudicados pelo regime. «É

inconcebível, são artistas ricos», reforçou durante a nossa conversa. Na verdade, o nome «Bolsa Ditadura» nem sequer existia. Era também falso que 20 mil amnistiados recebessem todos os meses um subsídio desses. Existem, sim, indemnizações — mensais ou em montante único — pagas pelo governo federal a cerca de 4300 pessoas vítimas de perseguições políticas ou violação de direitos entre 1946 e 1988.

Nas redes sociais circularam essas *fake news*, que Sónia Coelho difundia. O caso levou Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil a processarem o sargento Thimoteo Cavalcanti, vereador em Angra dos Reis eleito pelo Republicanos, partido da IURD. Em março de 2019, bem antes do meu encontro com Sónia Coelho, já a justiça brasileira tinha obrigado o político a retratar-se das alegações caluniosas: Cavalcanti assumiu ter propagado uma mentira. Os músicos nunca receberam qualquer verba.

Sónia Coelho, porém, tinha mais para denunciar. «O Brasil foi saqueado. E está sendo recuperado. Bolsonaro levou água para o Nordeste, mas só divulgam o lado ruim.» Nova falácia. A obra para levar água às zonas semidesérticas do norte do país, atravessando quatro estados, foi iniciada e praticamente concluída durante o governo Lula. Quando Bolsonaro assumiu o poder, as obras já estavam 90% terminadas, segundo dados oficiais.

Sónia Coelho conheceu André Ventura num jantar no Porto, junto de «pessoas do povo». Nos primórdios, o líder do Chega era «mais tranquilo», com uma aura cativante. «Tem um poder de retórica e oratória incrível, invejável e imbatível. Sabe ser sintético, argumentar. Depois, a voz, os gestos, a linguagem corporal, são muito próximos do ideal», descreveu, recorrendo à sua experiência. Nessa altura, os dois falaram. Sónia já tinha políticos, magistrados e empresários entre os seus clientes. «Era para ser assessora dele, ainda dei umas dicas, mas ele começou a ter uma vida muito agitada e não deu.» Nas redes sociais, ela continuou a dinamizar a página Chega Brasil, a divulgar o partido junto de portugueses e luso-brasileiros. «Surgiram pessoas ligadas ao Bolsonaro, contactos bons», mas podia ter corrido melhor, admite.

Sónia afastou-se do Chega no último dia de 2021. Ou melhor, «das pessoas do partido», corrige. «Algumas subiram, mas são incompetentes ou têm histórias de vida estranhas. Há falta de quadros», justificou. Também ficou «chateada» com a desvalorização do seu trabalho. «Olho para os deputados e vejo o André e o Mithá a brilharem, mas não mais... E ver a Rita Matias naquele lugar, filha de um assessor, para mim não dá. É nepotismo, falta de critério.» No congresso de Viseu (2021), Sónia e outra militante, Sílvia Ferraz, entregaram uma moção sobre Ética, Transparência e Credibilidade e sugeriam um código deontológico interno. «Deu burburinho.» Para ela, o Chega era «sonho, esperança, uma paixão que me desiludiu. Tomara que o partido cresça e mude. E eu possa voltar». E assim foi: em dezembro de 2024, foi fotografada no jantar de Natal da concelhia de Santo Tirso.

Terminado o nosso almoço, Sónia Coelho sentiu-se à vontade para pedir ajuda na promoção mediática de um «amigo». Tratava-se, descreveu, de um militar bolsonarista na reserva, a viver em Portugal, que pretendia dar entrevistas, escrever colunas de opinião e, quem sabe, fazer comentários na televisão. «Você podia fazer algo? Ele é muito bom», reforçou. Confesso: o nome de Fernando Montenegro, à época, nada me dizia, mas quis ver até onde ia a história. Dias depois, Sónia escreveu-me pelo WhatsApp: enviou a biografia do coronel e *links* para vídeos dele. Antes de eu responder, já Fernando Montenegro estava sentado nos estúdios da CNN Portugal, em Lisboa: era o novo comentador de temas internacionais e assinava um espaço de opinião no *site* do canal, intitulado *A Arte da Guerra*. Nada mau para um «*kid* preto», alcunha atribuída aos oficiais de *elite* das Forças de Operações Especiais do Exército brasileiro. Bastante mimados por Bolsonaro, são treinados para missões de alto risco, de sabotagem, inteligência, fugas e evasões. Segundo a *Piauí*, pelo menos 26 «*kids* pretos» (nome alusivo ao facto de usarem um gorro desta cor) ocuparam cargos de relevo nos quatro anos da governação de Bolsonaro. Outros, escreveu o jornal *O Globo*, envolveram-se nos planos golpistas de 8 de janeiro de 2023, aquando da invasão de edifícios federais em Brasília, para derrubar o presidente eleito, Lula da Silva, e devolver o poder ao antecessor.

Fernando Montenegro, hoje luso-brasileiro, já tinha um passado em Portugal. Aos microfones da TSF, em 2018, recusou que Bolsonaro fosse de extrema-direita e negou a existência da ditadura militar no Brasil. Em 2022, admitiu à imprensa brasileira a hipótese de insubordinação dos militares contra o novo governo. Segundo o relatório oficial dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, Fernando Montenegro também incentivou o golpe: «Patriotas brasileiros, ignorem a grande imprensa nacional e internacional», escreveu nas redes sociais. «Qualquer manifestação contra o *establishment* será sempre apresentada como atos antidemocráticos. Façam o que deve ser feito.»

Já depois disto, o veterano das operações especiais ainda manteve, por algum tempo, os seus comentários na CNN, mas acabou por ser dispensado.

Em 2024, era professor de Gestão e Direção de Segurança na Universidade Autónoma de Lisboa, onde foi aluno e fez uma pós-graduação na mesma altura em que André Ventura era professor na instituição.

Assinaturas: a grande trapalhada

Campus da Justiça, Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa (DIAP) do Ministério Público, 10.^a secção. Estamos na Avenida D. João II, a cinco minutos a pé da Gare do Oriente, ícone arquitetónico da antiga zona deprimida da capital a que a Expo'98 mudou a face. Nesses terrenos nasceu a «nova» cidade. No entanto, nas imediações, e nos túneis de acesso à ferrovia, vivem centenas de imigrantes sem lar,

sem papéis, sem emprego, atulhados de colchões gastos, roupa amarrotada e cobertores coçados.

Nas torres espelhadas da «ilha» urbana da Justiça repousam alguns dos mais sensíveis inquéritos judiciais do país. Numa delas deu entrada, no dia 15 de março de 2019, o «caso» das assinaturas do Chega, que poderia ter resultado num fim prematuro para o projeto de André Ventura. Naquela data, o Tribunal Constitucional remeteu ao DIAP uma certidão na qual referia indícios de falsificação de 1813 subscrições das 7500 obrigatórias para registar o novo partido, entregues a 23 de janeiro. Por causa disso, o TC não validou a inscrição do Chega. Nos papéis, havia de tudo: cartões de cidadão que não coincidiam com os nomes, menores de idade, cidadãos já falecidos.

A Procuradoria ouviu algumas pessoas identificadas nos documentos. Paula, auxiliar de ação médica (Algueirão-Mem Martins), não reconheceu a «sua» assinatura, nem a permitiu. Duarte, menor de idade (Oeiras), negou ser a sua letra e data de nascimento. Carlos, porteiro (Oeiras), nem sabia da existência do Chega. Soledade (Lisboa) desmentiu que fosse a sua letra e não conhecia pessoas do partido. Maria (Lisboa) não assinou, não autorizou e também não tinha ouvido falar do Chega. Maria (Queluz) não permitiu o uso do seu nome.

«Só de elementos das forças de segurança eram centenas de nomes e não podiam fazê-lo», revela Nuno Afonso. «Qualquer PSP, GNR ou guarda prisional que assinava aquilo não valia.» Subscrições falsas, com a mesma letra, eram resmas. «Quem fez, não se deu ao trabalho de inventar. Foi mesmo para despachar», reage o fundador. «Deve ter sido feito por aquela gente a quem pagávamos para recolher, a um euro cada uma. O dinheiro era quase todo do André. Ele chegava a levantar dinheiro várias vezes para pagar isso. No total, deve ter gasto mais de 40 mil euros.» Quando entraram a primeira vez no tribunal com assinaturas, estatutos e declaração de princípios, os fundadores foram logo surpreendidos: «Têm de fazer um requerimento, juntar isso tudo e solicitar a inscrição», disse-lhes um funcionário. «Havia muita inocência e amorismo à mistura», desculpa-se Fernanda Marques Lopes. «Pegou-se numa folhinha branca e o André fez o requerimento inicial ali. Tirámos fotografias, ainda recolhemos mais assinaturas e dissemos: “Fixe agora era irmos às europeias”, mas depois estalou tudo.»

Meses antes, Ventura entusiasmara-se: em declarações à imprensa, dissera que a recolha de assinaturas tinha começado em novembro de 2018 e que contava «fechar» o processo para a legalização do partido num mês. «Será o mais rápido que alguma vez aconteceu na democracia portuguesa.» Na verdade, a coleta de subscrições arrastava-se há mais tempo. «O André estava muito preocupado, dizia que tínhamos de acelerar, mas adiávamos sempre os *timings*. No final de 2018, para piorar, ficámos sem a página no Facebook. E na rua foi complicado, levámos com muita ofensa na cara», recorda Fernanda Marques Lopes. Em público, Ventura dizia receber cem assinaturas diárias pelo correio, graças a quem, pagando do seu bolso, as recolhia nas suas terras.

«A maior parte das assinaturas estava em casa do André. Depois havia o apartado que ele criou, onde recolhia outras e levava para casa», conta a advogada. Jorge

Castela e Nuno Afonso também centralizavam documentos. «O Castela começou a ficar incomodado, as pessoas iam levar-lhe assinaturas ao escritório. Às vezes estávamos em reunião e batiam à porta com molhos delas recolhidas nos bairros.» Ventura contratou então a Fullquest para montar uma banca e acelerar a recolha. Dois promotores da empresa de comunicação e *marketing* angariaram 450 assinaturas em locais de grande afluência em Lisboa, mas só 320 tinham todos os campos preenchidos. A Fullquest juntou à fatura o valor de produção e aluguer de seis *outdoors* com o tema «100 deputados chegam e sobram». Por tudo, Ventura pagou 3690 euros.

«O André atirou-se de cabeça, investiu o que tinha e o que não tinha», garante Patrícia Sousa Uva. «Teve a coragem de fazer o partido, pagou cartazes, tudo ele. Nós demos uns 40 euros cada um e entregámos o dinheiro ao Nuno para pagar a uns miúdos a recolha de assinaturas.» Em Torres Vedras, Fernanda Marques Lopes montou uma banca diante do mercado. Conhecia ciganos dos processos judiciais e disse-lhes: «Pessoal, é assinar que é para o Chega e para o Ventura.» «Esse gajo não gosta dos ciganos!», respondiam-lhe. «Naaa, ele não gosta é dos ciganos que não trabalham», insistia ela. «Vocês trabalham, até se levantam cedo para vender no mercado. Vá, toca a assinar!» E assim fizeram. «Eu e o Carlos Monteiro recolhemos montes de assinaturas de ciganos. Ainda assim, fomos muito insultados: chamaram-nos fascistas, nazis, retrógrados. Para o Carlos, que esteve em Angola e tinha na altura setenta e tal anos, tanto lhe dava: para ele, até os pretos são raça inferior.»

No Porto, o segurança privado Nuno Pontes e o terapeuta de medicinas alternativas Jorge Malheiro assumiram a tarefa. Conheci este antigo candidato do PNR às legislativas (2015) e autárquicas (2017) numa cafetaria do edifício Capitólio (Porto), em fevereiro de 2020, andava ele já agastado com o partido. Calvo, com barba de druida, pertenceu ao movimento *skinhead* na década de 1980 e conheceu membros do grupo envolvido num caso que chocou a cidade: a 18 de novembro de 1989, Francisco Faustino, um estudante angolano, foi agredido à bastonada no Porto e, depois, deixado às portas da morte amarrado à ferrovia de uma estação na zona da Boavista. O Ministério Público arquivou o processo com o argumento de que o risco de morte era relativo: havia greve dos comboios.

Com os recursos, o julgamento só terminou em 1997: seis indivíduos foram condenados a penas que não cumpriram em resultado de amnistias. Veteranos dessa época tentaram aderir ao Chega, mas ele dissuadiu-os. «Disse-lhes para se acalmarem, só prejudicaria o partido. Já bastava chamarem-nos extrema-direita.» Na angariação de subscrições, recorreu a voluntários, «estudantes universitários, miúdos das escolas, amigos, gente no Facebook. Traziam duzentos ou trezentos de uma só vez, pagava um euro por cada», assume. «Eu falava com o Nuno Afonso. Depois do chumbo do TC às primeiras assinaturas, ligou-me a pedir mais. Fui ter com ele à Ericeira, uma vez, e deu-me mais de 200 euros em mão. Não havia recibos. Também tenho uma transferência do André para mim», revelou.

No início do processo, Nuno Afonso dera a ideia de se angariarem assinaturas junto de rulotes no fim dos jogos do Benfica e do Sporting. «Depois sugeri que cada amigo arranjasse vinte assinaturas entre familiares e amigos, mas não controlávamos grande parte das pessoas que depois as recolhiam», assume. «Entre nós, fizemos uma *vaquinha* de 20 euros para pagar o Porto. Em Lisboa, gastei 684 euros, acho, mas só depois de o TC chumbar a primeira entrega.»

Uma das mais ativas na recolha de assinaturas foi uma ex-aluna de Ventura em Direito Penal, ribatejana de Santarém. Cabelo escuro, porte de meter respeito, Cristina Vieira foi polícia no Exército mais de três anos e participou no *reality show Love on Top*, da TVI. «Vi o Nuno a esforçar-se imenso para as assinaturas, pôs aquilo em gajos do ginásio. Eu andei pelos bairros todos...», garantiu a outro dirigente, anos mais tarde. «As minhas mil assinaturas foi tudo à mão, 90% são dos *blacks* de bairro. Andei em todos os bairros, sou bruxa deles.» Cristina fazia também leituras grátis de *tarot* em direto no Facebook. Durante as conversas, enquanto tentava «ver» o futuro nas cartas, pedia assinaturas para registar o Chega. Pelo meio, falava do professor Ventura e do convite dele para colaborar com o partido na área da violência doméstica, dado o seu alegado calvário enquanto vítima. Na verdade, a primeira a ser convidada para a «pasta» foi Márcia Silva, outra antiga aluna do líder, mas Cristina acabaria por assumir esse pelouro. Durante anos contou a sua história na televisão, à taróloga Maya, na CMTV, e a Manuel Luís Goucha, na TVI. Murros e pontapés na cabeça, relatou, puseram-na em coma mês e meio, com um aneurisma cerebral. Também teria sido espancada à frente de quatro oficiais que nada fizeram. «Fiquei numa cadeira de rodas sem andar, sem falar e a babar-me.» Fez queixas, «todas arquivadas».

Jorge Castela sempre se recusou a verificar e controlar as assinaturas. O seu papel era jurídico, junto do tribunal. Na manhã de 6 de março de 2019, recebeu uma chamada de um funcionário da 4.^a secção. Ao chegar, esperavam-no Fernanda Marques Lopes e Nuno Afonso, que tentaram persuadi-lo a ir-se embora. «Está tudo resolvido», alegaram. Ainda assim, ele decidiu entrar. Confrontados com as falsificações de assinaturas, Castela e Pedro Perestrello descartaram responsabilidades, mas apontaram o dedo a Nuno Afonso, acusando-o de agir de má-fé. «O Jorge teve razão para ficar chocado, nós também ficámos», contesta Fernanda Marques Lopes, «mas, em vez de tentarem perceber o que aconteceu, ele e o Perestrello viraram-se contra o Nuno». Às 19h25 daquele dia, Castela desvinculou-se do Chega num extenso *email* enviado para o endereço eletrónico de André Ventura, mas partilhado com outros fundadores. O tom foi arrasador.

Primeiro, pormenorizou o caso das assinaturas invalidadas: duas centenas eram de militares e forças de segurança, outras de pessoas falecidas e menores «e, na sua esmagadora maioria (“mais de mil”)», eram falsas. «Estupefacto» e «devastado» perante tal prática criminosa, Castela reivindica a carreira profissional imaculada e acusa alguns dos recetores da mensagem de lhe mancharem o nome. Trabalhou, disse, para que o partido fosse algo mais do que «meia-dúzia de *soundbytes*». Preferia a

liberdade de pensar, escrever e dizer o que lhe apetecesse «sem sujeição» à disciplina partidária. Prezava o anonimato, a privacidade, «liberdade ambulatória, e o seu *dress code*», a fazer lembrar um *motard*. «Em nenhum caso, poderia, em consciência, “perder a minha virgindade política”, com tão baixas e tristes companhias», justificou. Muito menos, continuava, ser obstáculo a «ambições políticas mesquinhas», e «carreirismos» de «desempregados políticos». Os «tachos», «poleiros» e cargos para que fora convidado, ironizou, «ficariam, certamente, mais bem entregues ao Rato Mickey, ao Pateta, à Minnie e, se algum ainda sobrasse, à Theodora, do filme *Oz: The Great and Powerful* [*Oz: O Grande e Poderoso*]...»

O que Castela viu no Chega, «ao vivo e a cores», lembrou-lhe a razão pela qual nunca militou em partidos. «Não terá sido mais do mesmo», alegou, «mas pior do mesmo [...]: acusações torpes, cabalas, mexericos lançados, infundadamente, a várias pessoas [...] insultos, sempre lançados, cobardemente, por trás de teclados, e publicamente [...] e, bem mais grave, elaboração de um dossiê, contendo *printscreens* e “revelação”, escrita e verbal, de mensagens privadas trocadas entre vários dos presentes! Uma infeliz prática tão similar às adotadas pela FSB (antes pela NKVD, ou pelo KGB) e, por cá, nos tempos da PIDE e pelos seus informadores!»

No *email*, Castela não se exime de enquadrar, em termos penais, os crimes denunciados. E promete acionar uma queixa judicial. A amizade com Ventura permaneceria «incólume e insuscetível de ficar manchada pelos salpicos de lama com que foi visada». Quanto ao resto, «por ora, para mim, Chega!», assumiu. «Nunca me vi envolvido em qualquer tipo de fraude, nem na prática de qualquer crime, nem em qualquer tipo de associação criminosa!» Apesar de considerarem que os indícios relativos às assinaturas falsas «não são tranquilizadores quanto à forma como foram feitas ou obtidas as subscrições não validadas», os juízes do TC, graças a uma segunda vaga de subscrições, aprovaram a legalização do partido a 9 de abril de 2019.

André Ventura falou de «inquestionável boa-fé» no processo. Admitiu a existência de «lapsos de escrita» ou «constrangimentos legais», mas prometeu apresentar uma participação criminal. «Vamos ser muito firmes em levar isto até ao fim.» Nada fez. Semanas depois, o Ministério Público constituiu Nuno Afonso arguido. «Até fundar o Chega, nunca me tinha acontecido. Todas as pessoas sabem, mesmo os que me acusaram, que nada fiz de errado. E isso custou-me muito, fui-me muito abaixo nessa altura...»

Para isso contribuiu a inquirição de que foi alvo, a 12 de maio de 2019, pela procuradora Josefina Fernandes. Quase dezassete minutos de aperto. No início, Nuno Afonso atribuiu o caso a uma «vingança pessoal» de Castela e Perestrello por terem sido afastados do partido. A magistrada lembrou-lhe, porém, que teriam sido eles a afastar-se. «Isso é o que eles dizem», contrariou o inquirido. A procuradora quis saber quem pagou, recolheu e verificou as assinaturas. E se havia faturas. Espantou-se com o

facto de não existir registo de gastos. «Os promotores eram pessoas desconhecidas», reconheceu Nuno Afonso. «Nunca falámos com elas, muitas delas.»

A magistrada irritou-se. Falou em amorismo, bateu com a mão na mesa.

«Devia ter uma listagem daquelas pessoas, dos pagamentos [...] os partidos políticos são a base da nossa democracia [...] Vocês têm de funcionar de acordo com as regras...», insistiu. «Tem a possibilidade de apresentar uma lista dessas pessoas a quem entregaram os pagamentos?», questionou. «Sei lá!», reagiu Nuno Afonso. «Eram tantas...» «Foi sempre em numerário?», insistiu a procuradora. «Acho que foram quase sempre transferências. Em numerário, poucos [...] Era da conta do presidente», explicou Nuno Afonso, confirmando também a coleta de algum dinheiro entre fundadores. No fim, resumiu tudo à «boa-fé» e desculpou-se com o desconhecimento dos procedimentos legais para a verificação das assinaturas.

Corria o inquérito judicial, e já o caso era notícia, quando a direção do PNR fez chegar uma carta ao processo. O partido de extrema-direita pedia ao Ministério Público que investigasse a hipótese de dirigentes e destacados militantes, entretanto desfilados, terem acedido, de um modo ilícito e abusivo, a ficheiros internos. «Não podemos sossegar», lia-se, «perante a simples ideia de que alguns desses dados possam ter sido abusivamente utilizados para a criação do partido Chega». Numa segunda carta, a pedido do MP, o PNR indicou nomes de possíveis suspeitos. Entre eles estavam novos membros do Chega: Pedro Frade, Hernâni Costa, Pedro Perestrello e Jorge Malheiro. O presidente do conselho de jurisdição do PNR, autor da missiva, admitia o uso de dados internos para falsificar assinaturas e documentos com vista à legalização do Chega.

Numa tarde outonal de 2021, depois de consultar o processo do DIAP, arrumei as minhas tralhas e saí do elevador do edifício para um dos bancos de pedra do *Campus* da Justiça. Tirei o bloco de apontamentos e fiz dois telefonemas. «Boa tarde, desculpe incomodá-lo de novo. Lembra-se do caso das assinaturas?», perguntei a Jorge Malheiro. Lembrava-se, claro. «Consultei o inquérito: o PNR acusou-vos, por carta, de violarem ficheiros internos...» Do outro lado do telemóvel escutei um pequeno riso antes da resposta. «Nunca ouvi falar disso! Nem sequer me tenho como ex-militante do PNR, nunca preenchi papéis, nem tive cartão», explicou. «Nem sabia que havia uma base de dados. A cúpula do partido era muito fechada, inacessível», justificou. Por esta altura, já Malheiro se tinha afastado do Chega. Integrava grupos negacionistas e soberanistas e estava no radar das autoridades por ter participado numa ação de «orgulho nacional» promovida pela organização extremista Blood & Honour.

Liguei depois a Pedro Perestrello. Também parecia apanhado de surpresa. «Dá vontade de rir! Fui do conselho nacional, conheci e arrastei pessoas, mas não existiam no PNR dados sigilosos. Não sei de onde possa ter vindo isso.» Por causa das queixas do PNR, o MP abriu um inquérito à parte. Malheiro e Perestrello não tinham sido inquiridos.

Quanto ao processo das assinaturas do Chega, terminou arquivado mais de dois anos depois. Nuno Afonso foi ilibado. Faltaram provas para atribuir a autoria do crime, mas a Procuradoria não teve dúvidas sobre o rasto deixado: «As assinaturas e os elementos de inúmeros “subscritores” foram falsificados.» André Ventura nunca foi chamado a depor, mas disse: «Fomos nós próprios que pedimos ao Ministério Público para investigar», afirmou, em maio de 2019, ao portal digital brasileiro *Marco Zero*. «Queremos saber quem nos entregou estas assinaturas, e por que motivo, para que possamos também punir na esfera judicial [...] Uma assinatura ou duas, é engano. Centenas não são engano.» Na verdade, nem Ventura nem o Chega voltaram a tocar no assunto.

Chega, mas devagar: a saga do «Basta»

Há sempre quem veja o futuro antes do tempo. Alguns chamam-lhes visionários, eu prefiro chamar-lhes esclarecidos. Portugal tem um desses intelectuais, refratário às modas e, talvez por isso, antipático na sua época. Por vezes, irritam-nos, mas quase sempre nos sobressaltam e percebem, antes do comum mortal, como a democracia «é uma fina película contra a barbárie». A frase é de José Pacheco Pereira, historiador, antigo militante de extrema-esquerda na clandestinidade e figura de proa das maiorias absolutas do PSD do início da década de 1990. No início de 2019 antecipou, no *Público*, o germinar de um novo tipo de político e de política. «Um “novo Salazar”, se aparecer, será muito mais desempoeirado nos costumes, mais *yuppie*, menos beato, menos, muito menos temeroso do capitalismo, e não terá medo da exposição televisiva, bem pelo contrário.»

O tempo para alguém com esse perfil chegava. «Mil vezes mais perigoso do que ouvir Mário Machado a dizer umas enormidades sobre Salazar é ouvir e ver uma televisão cada vez mais tabloide, de manhã à noite, tratar da sociedade, do crime, da corrupção, da “ordem” de uma forma que é uma verdadeira incitação antidemocrática, ao colocar a dialética social e política como sendo “nós”, o povo, a verdade, a voz impoluta, as vítimas, e do outro lado “eles”, os políticos, o sistema, o regime.»

Não se tratava, pois, do início de uma democracia melhor, mas de «outra forma de “ordem”, direta, sem mediações, taumatúrgica». Podia ser um grupo com «coletes amarelos» ou «um homem justiceiro, impoluto, azorrague dos corruptos, seja um juiz, seja um comentador do crime, seja um manipulador de um qualquer *reality show*, seja um político salvífico que fale a linguagem punitiva do populismo moderno». E concluía: «Há vários na televisão, mas nenhum é o Mário Machado. Isso, sim, é propaganda eficaz do salazarismo.»

Em maio de 2019, o Chega estava pronto, mas não tão pronto que pudesse candidatar o seu homem providencial numa corrida a solo. «Nesse tempo», conta

Rodrigo Freire, ex-presidente da distrital de Leiria, «o André era o elo de ligação, mas o André não era o Chega», adverte. «Quando éramos só três em cada terra, o trabalho não era feito por ele. Nós falávamos do Chega e ninguém sabia o que era. Falávamos do Ventura e ninguém o identificava. Para isso, tínhamos de dizer que era o maluco do Benfica na televisão», recorda. «A forma como as coisas se fizeram foi perigosa», admitiu. «Na verdade, o André podia atrair pedófilos, racistas, criminosos e não sabia.» O partido era ainda uma versão amadora do que se desejava, não tinha feito o congresso fundador e já não ia a tempo de preparar listas para as eleições europeias dessa primavera.

André Ventura selou o acordo para a coligação Basta, candidata àquelas eleições, na Herdade da Torre (Arronches), propriedade do fadista, produtor rural e líder do Partido Popular Monárquico (PPM) Gonçalo da Câmara Pereira. Deste terá nascido a ideia, com a concordância de Bruno Nunes, então no PPM, ligado à campanha de Ventura em Loures na fase anterior ao Chega. «O André é um tipo porreiro que foi abandonado pelo PSD e só nós lhe demos apoio», justificou o líder dos monárquicos a amigos. O «matrimónio» juntou o PPV, de Manuel Matias, e o movimento Democracia 21, de Sofia Ferreira, trazido por Ventura, mas a adoção do Chega pela «família» do PPM gerou desavenças.

A coligação e o nome de Ventura para «número um» às eleições foram rejeitados, à primeira, em conselho nacional. O seu discurso e ambição surpreenderam e desconfortaram muitos dirigentes nacionais como Aline Gallasch-Hall de Beuvink, que conhecia «outro» André Ventura da Universidade Autónoma, onde também dava aulas.

A tentativa de selar a coligação eleitoral no Tribunal Constitucional foi feita antes de a criação política de Ventura se tornar uma realidade jurídica e também teve os seus imbróglios: as forças envolvidas queriam chamar Chega à coligação, mas o TC rejeitou essa e outras hipóteses por estar em curso a legalização de um partido com nome igual. Ventura amuou e ponderou não ser cabeça de lista, mas a coligação lá conseguiu acomodá-lo e manteve-o em primeiro lugar, dando-lhe primazia nos cartazes. Nos bastidores, os líderes do PPM e do Chega tinham outro acordo: se Ventura fosse eleito, seria Gonçalo da Câmara Pereira a rumar a Bruxelas. Ventura queria as legislativas.

«O PPM e o PPV foram as “barrigas de aluguer” do Chega», resumiu Luís Graça. Tratando-se de partidos conservadores, tementes a Deus, a expressão não deixa de ser curiosa. «A única forma de ir a votos era colado a outros partidos», assume Fernanda Marques Lopes. «Então fez-se aquele casamento de conveniência entre o PPM e o PPV, que era o partido mais familiar de todos: se fossem trinta filiados já eram muitos», ironiza a advogada. O rosto do PPV, desde 2016, era Manuel Matias. O partido nascera da campanha pelo «Não» no segundo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária de gravidez (2007), quando o «Sim» ganhou. Nem Manuel Matias nem o PPV tinham destaque na imprensa. O líder do partido contava histórias dos vinte anos que tinha dedicado a associações envolvidas na recuperação de toxicodependentes e na proteção de crianças e jovens vítimas de violência doméstica. Andou na rua, conheceu

bairros sociais da área metropolitana de Lisboa, alguns já inexistentes: Musgueira, Galinheiras, Casal Ventoso, Fim-do-Mundo, outros.

Na candidatura como independente pelo PPV às europeias de 2014 ficou em penúltimo, com pouco mais de 12 mil votos, o que não daria sequer para encher o estádio de futebol do Vitória de Setúbal, distrito de onde Matias é natural. Quando conheceu Ventura, nas europeias, deu-se a sintonia perfeita: «O André tinha a visão do estado do país e do futuro, de como chegar à Quarta República.» Um horizonte mítico, explicou, «em que as ideologias marxistas não tenham lugar».

Matias foi condecorado com o título de comendador da Ordem de Mérito em 2015, pelo então presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. Destacava-se o seu contributo para a «coesão social» em várias instituições, nomeadamente a designada Pelo Sonho é Que Vamos, uma cooperativa de solidariedade social onde exercera, durante dez anos, cargos de direção e administração, presidência incluída (2010-2014). Saiu do conselho fiscal em 2017, pouco antes de a instituição ter entrado em insolvência. «Ficou a dever perto de 500 mil euros a quase 50 trabalhadores», disse-me Paula Bravo, dirigente sindical, quando o processo se arrastava nos tribunais. Pelos órgãos sociais andou também Nuno Capucha — candidato, tal como Matias, nas listas da coligação Basta às europeias — e deputado municipal do Chega no Seixal eleito em 2021. Manuel Matias enviou-me um *email* a justificar-se: «Sempre dei o melhor de mim aos utentes e trabalhadores da instituição», escreveu. «Não posso deixar assim de lamentar a situação difícil da Instituição.» Pela «situação dos trabalhadores», culpava a direção da época.

A viragem de Rita Matias

Rita Matias, filha de Manuel, deputada estrela do Chega em 2024, torceu o nariz a André Ventura quando o PPV abraçou a coligação Basta, em abril de 2019. Aos olhos dela, o líder do Chega assemelhava-se a uma cópia, à escala nacional, de Trump e Bolsonaro. Ainda assim, Rita apareceu num jantar em Setúbal, a 9 de maio, para ver como era, e acabaria a tirar uma foto com André Ventura.

Rita Matias frequentou o ensino público, ambientes de esquerda, como viria a declarar. Religiosa, tocava flauta transversal, cantava, participava em iniciativas da paróquia do Seixal e da comunidade católica Shalom, fundada pelo sacerdote Moysés Azevedo. Uma das avós de Rita Matias é filha de goeses e nasceu em Moçambique, onde nasceu também a mãe. Talvez por isso, ela se diga publicamente confortável entre pessoas das antigas colónias e insegura entre imigrantes de outras paragens.

Rita Matias vem, portanto, de uma família humilde, e trabalhou para pagar os estudos. Em miúda, queria ser psicóloga.

Em casa, os pais não a deixavam ver a série de adolescentes *Morangos com Açúcar*, confidenciou durante uma viagem parlamentar. No ano de fundação do Chega, namorava a causa palestiniana — em julho desse ano, foi monitora num campo de férias no Seixal, promovido pela missão diplomática da Palestina, e até discursou. No relatório do evento, no qual agradece a experiência «transformadora», a ex-aluna da Escola Secundária Dr. José Afonso, licenciada em Ciência Política, escreveu: «Não muito longe de nós, e em pleno século XXI, existem pessoas absolutamente talentosas e generosas que todos os dias sofrem atentados à sua dignidade humana.» E continuava: «Foi um confronto para a nossa liberdade saber que neste mundo ocorrem atrocidades e injustiças tamanhas. Foi desconcertante na medida em que a dor deles agora também nos dói, a falta de liberdade deles também nos oprime. O conflito que conhecíamos dos livros de História e dos jornais, personaliza-se agora na vida de cada um dos jovens que viveram esta semana connosco.»

A Rita desse tempo queria ultrapassar estereótipos, derrubar obstáculos, «barreiras culturais ou linguísticas». Na impossibilidade de resolver um conflito internacional ou estabelecer a paz, propunha: «Podemos demonstrar o nosso apoio a este povo.» No âmbito do mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, propôs-se desbravar caminhos para uma «cultura de paz» na Palestina e entusiasmou-se com projetos de colaboração da União Europeia no Médio Oriente. Acompanhou refugiados e só não voou para os territórios ocupados por causa da pandemia, em 2020. Depois de uma curta passagem, sem convicção, pelo CDS, aderiu ao Chega. Nunca mais a Palestina foi tema académico ou inclinação, mas passou a criticar as manifestações pró-Palestina por, segundo ela, branquearem o terrorismo do Hamas.

A aproximação ao partido por parte de Luís Graça foi oposta. Veterano de movimentos extremistas de direita, foi a campanha de Loures e o facto de André Ventura tirar da cartola o tema dos ciganos que lhe chamou a atenção: «Se este miúdo fizesse um partido, ajudava-o», comentou na altura. Quando Ventura saiu do PSD, Luís Graça contactou os fundadores pelo Facebook e recolheu assinaturas em Loures com as evangélicas Lucinda Ribeiro e Ana Eusébio, entre outros. Criou a página do Chega-Cascais, na altura com mais adesões do que a nacional, e dinamizou as redes sociais com Lucinda. Ricardo Regalla e Diogo Pacheco de Amorim apareceram pela mão dele. A seguir veio Pedro Pinto, o empresário das touradas.

A 5 de abril de 2019, o Chega «fechou» um restaurante em Cascais para Ventura se apresentar a apoiantes. Luís Graça sentou-se à esquerda do líder. As mesas revelavam uma mistura curiosa de sensibilidades de direita e alguns sem-abrigo da política: ex-PSD (Nuno Afonso, Fernanda Marques Lopes e Júlio Paixão), ex-CDS (Pacheco de Amorim e Luís de Moraes Sarmiento), ex-dirigentes de partidos e movimentos extremistas (Nelson Dias da Silva e Pedro Frade), figuras do tradicionalismo marialva e das touradas (Ricardo Regalla), cristãos evangélicos (Ana

Eusébio), dirigentes do International Club (Paulo Freitas Lopes), empresários (José Belo Galinha), trabalhadores da AutoEuropa (Joaquim Chilrito) ou a autointitulada «dondoca» Patrícia Sousa Uva. Seguiu-se, dias depois, um jantar-comício na Quinta do Cortador. Seria o Chega essa harmoniosa família de capa de revista?

Hells Angels ao jantar

Se os eventos relacionados com a noite de 27 de abril de 2019 fossem ficção, talvez dessem um episódio da série *Os Sopranos*, mas certas histórias, tensões e episódios associados ao Chega não precisam de encenação nem de atores: são tão reais quanto os protagonistas, e, a eles, basta-lhes interpretar os próprios papéis. O jantar da coligação Basta no restaurante Austrália, em Faro, foi um desses acontecimentos perturbadores.

A ressaca da cisão interna colocara em confronto o grupo dissidente, de pendor ultranacionalista, e a ala mais moderada, empenhada em blindar o Chega a extremismos sem freio. O confronto físico esteve iminente. O partido ainda gatinhava, mas o clima interno equivalia ao de um bar decadente de beira da estrada.

O jantar-comício do Algarve juntou-os a todos. O alvo era Cristina Vieira, «a burlona», no dizer do grupo desavindo. Nas redes sociais, nos *chats*, o termo quase ganhou vida própria e as queixas chegaram a André Ventura. Na origem dos ataques esteve a ligação de Cristina à LibertaGia, sociedade que operava a partir das Bahamas e terá lesado perto de dois milhões de clientes a nível mundial através de um esquema fraudulento. Cristina Vieira, porém, nem sequer foi ouvida como testemunha no processo, muito menos constituída arguida. Mas, no clima incendiário que se vivia no Chega, a ex-aluna de Ventura foi um alvo fácil. Num jantar em Cascais, Cristina confrontou o grupo de dirigentes algarvios com o que diziam dela nas redes sociais. «O clima ficou pesado e, em Faro, quiseram vingar-se», contou Nuno Afonso no seu livro de memórias sobre o Chega.

Quando Cristina Vieira chegou ao restaurante, a 27 de abril, indicaram-lhe uma mesa, numa ponta da sala. Aguardavam-na três seguranças ligados aos Hells Angels, recrutados e pagos para atemorizá-la. «A malta do Nuno Afonso intimidava, fazia-me ameaças», disse-me Rui Curado, antigo coordenador das concelhias de Loulé e de Faro do Chega, quando tentei puxar o filme atrás. «Fui dos primeiros a denunciar a Cristina Vieira dentro do partido, ela não gostou. Bati de frente com o grupinho dos abutres liderados pelo Nuno Afonso, onde estava ela e o Gerardo Pedro. Denunciei ao André os ataques», relatou. «Por isso, no jantar, levei-os para uma mesa com uns *gorilas* para eles perceberem com quem estavam a lidar.»

Rui Curado aderiu ao partido com fé. «O Chega tinha tudo para ser o “tal”.» Mobilizou as hostes no Algarve, sobretudo simpatizantes de uma versão *hardcore*

daquela força política como Rui Palmeira. A eles juntou-se Rodrigo Freire, presidente da distrital de Leiria.

Outro dos alvos de Rui Curado era Gerardo Pedro, o informático das redes sociais e do canal Chega TV no YouTube. Acusava-o de aceder a mensagens privadas de dirigentes para as usar contra eles. «Chegou a criar um perfil falso do André e queria que todos aderíssemos e partilhássemos. Pedia-nos para votarmos em massa nas sondagens que se faziam. Disse-lhe que não», explicou Curado, sem esquecer outros pormenores. «O Gerardo tinha um programa informático israelita que lhe permitia aceder a mensagens. Às vezes, parecia que sabia das coisas em tempo real.»

«O que tínhamos era um perfil do André que aparecia como administrador em todas as páginas», contrapõe Nuno Afonso. «O Gerardo controlava isso.»

No restaurante, Cristina Vieira teve os «gorilas» diante dela durante o jantar. Gerardo Pedro fez conversa, a ver se a tempestade amainava. Sem efeito. Mas Cristina também tinha amigos. «Um *boss* dos [Hells] Angels em Espanha», pormenorizou, ao remexer no caso durante uma conversa com um dirigente do Chega.

Durante a intimidante situação do jantar no Algarve, decidiu enviar-lhe uma mensagem pelo Messenger a contar o que estava a acontecer. «Ajuda-me», pediu-lhe. «Tira-lhes uma foto», sugeriu o amigo. «Não posso, os gajos estão em frente», desculpou-se Cristina. «Então telefona-me e diz-lhes que eu quero falar com eles», sugeriu o interlocutor. Assim fez, e passou o telemóvel ao líder do grupo que tinha diante de si. «Vocês não têm vergonha?», atirou-lhes o confidente de Cristina. «Vão três homens para aí por causa de uma mulher?!» Enrascado, um dos matulões respondeu: «A gente vai-se já embora. Só viemos aqui para ganhar uns trocos...» Depois, segundo Cristina, «o gajo chibou-se todo: quem é que o tinha contratado, quem não tinha», descreveu. «Pagaram 1500 euros. Tenho os *prints* todos», confidenciou internamente. «Pagaram para me bater», denunciou ela no partido.

Cristina gabava-se de conhecer muito bem um certo submundo. Recebia em casa clientes de bruxaria, líderes de gangues de bairro, «os maiores bandidos que existem no país», ouviram-na dizer no partido. «Sei muito bem como essa gente funciona, sou bruxa deles há quinze anos.» Frustrada com o clima no Chega, desabafou internamente: «A gente tinha tudo na mão para ter uma cena diferente, ficávamos na História de um país. Com estas merdas, o Chega parece que só atraiu a fina-flor do entulho.» Numa das raras vezes que falámos, Cristina Vieira confirmou as ameaças sofridas no referido jantar no Algarve e a presença «de elementos ligados a um grupo conhecido e perigoso», mas não se alongou.

Nuno Afonso contou também a sua versão sobre «o jogo sujo dos gajos do Algarve» a outros dirigentes. «Disseram que eu era a cabeça da serpente, que tinham de acabar comigo, que estava a estragar o partido. Tenho essas conversas todas», revelou. «O Rui Curado contratou bandidos para intimidar o André, furar-lhe os pneus e provocar um acidente.» Num jantar em Setúbal, Fernanda Marques Lopes também avisou Ventura: «Não tens mão nisto, permites que toda a gente se ofenda e quando isto

crescer, pior», disse-lhe. «Mal eu sabia que estava a ser vidente.» No congresso fundador do Chega, mais adiante, haveria um último *round*.

Como chamar a atenção

Quem disse que a História não se repete, mas rima? Em 1922, a chegada de Mussolini ao poder, em Itália, assinalou a primeira vaga das ramificações fascistas que se seguiriam: vinte anos depois, só existiam doze estados democráticos no mundo.

Na primavera de 2019, apenas quatro parlamentos europeus estavam imunes à extrema-direita: Irlanda, Luxemburgo, Malta e... Portugal.

De Espanha, meses antes, viera «bom vento» para a família alargada de forças extremistas, «antissistema» e anti-imigração. Nas eleições autonómicas andaluzas, no «mar de plástico» das estufas de El Ejido, o Vox ganhou as eleições. Irrompeu com pujança numa região com percentagens elevadas de população imigrante a trabalhar por 30 e 40 euros ao dia.

Nesse ano, em Portugal, os imigrantes eram já 7% da população e geravam um saldo positivo de quase 885 milhões de euros na Segurança Social. Apesar do contributo para o sistema, recebiam menos do que os nativos, eram mais pobres e mais afetados pelo desemprego. «Ativa e contributiva», segundo o Observatório das Migrações, a população imigrante assumia «uma dimensão importante do reforço e sustentabilidade do Estado Social em Portugal». O Instituto para a Economia e Paz, *think tank* australiano que avalia relações entre criminalidade e desenvolvimento, colocava o país no quarto lugar das nações mais pacíficas do mundo. «Não acredito em dados de segurança vindos de entidades oficiais», contestava Ventura. De que país falava, então, o chefe do Chega?

«Uma enxurrada de notícias gerenciadas e falsas polui tanto o fluxo de informação que os factos e a verdade se tornam irrelevantes como formadores da opinião pública», explicou o historiador norte-americano Christopher R. Browning na *New York Review of Books*. A desinformação assumia muitas formas, admitia ao *Expresso* Michael Meyer-Resende, da organização alemã Democracy Reporting International (DRI). «Há propaganda em que parece impossível alguém acreditar e [...] formas de desinformação tão subtis como as que utilizam dados oficiais corretos, mas aos quais basta retirar o contexto para que revelem uma realidade completamente diferente [...]. É preciso ser perito nos assuntos para conseguir perceber e expor a manipulação.»

Nesse período, pela primeira vez, Ventura admitiu o recurso a especialistas externos na matéria. «Temos pessoas que nos ajudam em pequenas coisas, como *marketing* e campanha digital, e são brasileiros que se identificam connosco e querem ajudar e participar», disse ao jornalista Wilfred Gadêlha, em entrevista para o brasileiro *Marco Zero*, em maio de 2019, num dos mais quentes finais de tarde do século.

O repórter subiu ao último piso do prédio de cinco andares diante do Palácio dos Condes de Redondo, sede da Universidade Autónoma, em Lisboa. Na sala 500, um acanhado gabinete do professor, havia uma pequena mesa, um móvel com poucos livros, fotos de família e uma caneca do Benfica. De falas «calculadas» e «malabarismos silogísticos no limiar do que se poderia considerar racismo, xenofobia ou fascismo», o «Bolsoluso» descrito por Wilfred Gadêlha elogiou o então presidente eleito do Brasil. «Disse aquilo que não era politicamente correto, conseguiu mostrar ao povo brasileiro que é possível fazer política fora do *mainstream*», descreveu Ventura. «É o que eu acho mais importante: a capacidade de ter enfrentado os interesses instalados, de ter enfrentado, inclusive, os partidos do sistema, enfrentado a Justiça, os grandes interesses económicos e ter dito: “A partir de agora, vai ser tudo diferente.”»

Semanas antes, Bolsonaro referira-se ao seu país como se fosse um bordel. «Quem quiser vir aqui [ao Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. O Brasil não pode ser um país de turismo *gay*. Temos famílias», dissera num pequeno-almoço com jornalistas. No fundo, continuava igual, mesmo quando se referia ao período militar. «O erro da ditadura foi torturar e não matar.»

O resto da conversa de Ventura com o jornalista brasileiro seguiu a pauta dos comentários na televisão e das eleições autárquicas em Loures: aumento de penas para pedófilos, violadores e homicidas, ataque aos ciganos, redução do número de deputados — «prefiro dar o salário deles a instituições que apoiam os mais pobres» — e sedução dos abstencionistas. Na caricatura do humorista José Diogo Quintela, no *Observador*, o líder do Chega era «uma espécie de supositório humano: faz-se introduzir dentro do organismo para depois exercer a sua influência. Eis André Ventura: metade glicerina, metade convicção ideológica».

As eleições europeias aproximavam-se e o Chega «chamou» a polícia. A convite de André Ventura, dois sindicalistas da PSP integraram as listas da coligação.

Peixoto Rodrigues liderava o Sindicato Unificado da Polícia de Segurança Pública (SUP), estrutura que apoiou oito agentes da PSP da esquadra de Alfragide, condenados por vários crimes contra jovens da Cova da Moura, em 2015. O dirigente fizera greve de fome de quatro dias em defesa da melhoria das condições para os polícias e seria, mais tarde, aposentado compulsivamente por faltar oitenta e três dias ao serviço sem justificação. Nessa altura, já era arguido num caso de fraude com passes que terá lesado o Estado em 66 mil euros.

Pedro Magrinho era outro dos candidatos. Houve polémica com as candidaturas, o gabinete jurídico da PSP tentou invalidá-las, mas os dois acabariam por se manter nas listas, suspendendo funções.

Ventura tentou ainda candidatar Hugo Ernano por Braga, mas o Tribunal Constitucional chumbou a escolha por detetar irregularidades nos documentos do militar da GNR, condenado por matar a tiro um jovem cigano de treze anos durante uma

perseguição policial. Seria apenas um compasso de espera até o líder do Chega recuperar Hugo Ernano para as legislativas. Rodrigues, Magrinho e Ernano estariam, os três, na origem e dinamização do Movimento Zero, plataforma policial de apoio à narrativa securitária do partido.

As adesões de elementos das forças de segurança ao Chega tinham começado a esboçar-se em abril de 2019. «Estava sossegado no meu cantinho e recebo um telefonema do Peixoto Rodrigues», relata José Dias, à época presidente do Sindicato do Pessoal Técnico da PSP. «Queres ajudar na construção de um novo partido, do André Ventura?» «Quem?! Aquele doido, o fanático que é comentador do Benfica?», engasgou-se o sindicalista. Do outro lado da linha ouviu: «Vais ver que é um gajo extraordinário... Defende as forças de segurança, quer dar força aos polícias...»

Almoçaram no restaurante Monte Verde, em Monsanto. «Fui eu, o Pedro Magrinho, o Armando Baptista e o Ventura. O Peixoto não pôde. O Ventura perguntou-me se eu queria ser vice-presidente com o pelouro da Segurança», recorda José Dias. «Fiquei com boa imagem dele, tinha valores patrióticos, cristãos. Aceitei.»

Um dos presentes no repasto, o já referido Armando Baptista, pretendia manter-se discreto. Comandante de bombeiros, tomou a cargo a segurança do partido e do seu presidente, além de ser o oficial de ligação do Chega às forças e aos serviços de segurança e socorro. Convidado, a pedido de Ventura, por um quadro da PSP que não podia expor-se nessas funções, Armando Baptista nunca revelou quem esteve na origem do desafio. «Foi o Pedro Magrinho», garante, porém, Nuno Afonso. «Foi o primeiro a aproximar-se de mim para criar um núcleo do Chega em Sintra», reforça o fundador.

Armando Baptista seria eleito para a direção do partido no primeiro congresso, em 2019. Planos de contingência sobre deslocações, alojamento e organização de eventos, incluindo manifestações, comícios, visitas ou atos eleitorais internos, passaram sempre pelo seu crivo. «Trabalho não remunerado», esclareceu. «Quero ganhar currículo e experiência. Podia fazê-lo para António Costa [então primeiro-ministro], Rui Rio [líder do PSD à época] ou até mesmo para o Patriarcado de Lisboa», justificou.

Mestre em Ciências Policiais e Gestão de Segurança, Armando especializou-se na proteção de individualidades e testemunhas, mas os grandes eventos eram a sua paixão. Além de ter coordenado a segurança de provas desportivas e até de uma visita papal, era ex-dançarino profissional e dava aulas de dança de salão. Numa reportagem da TVI (2016), destacou os propalados méritos no derrube de preconceitos, do chá-chá-chá dos salões ao quartel. «Vamos lá ver se o comandante não é gay», cochichou-se, diz, entre a corporação de bombeiros da Azambuja quando conheceu o novo chefe.

André Ventura já era deputado quando liguei a Armando Baptista. Atendeu-me no carro. «Está a dizer-me que fui candidato do Chega em Lisboa?! Eu, Armando Hermínio Proença Baptista?! Mas isso foi publicado onde? Deve haver algum equívoco...», reagiu. O então comandante da delegação da Cruz Vermelha na Amadora ausentou-se por segundos da conversa telefónica, como se rebobinasse à pressa um

filme esquecido. «Não tenho memória disso», retomou. «Quem me falou por alto para dar o nome foi o José Dias, pois precisava de gente para encher a lista em Castelo Branco. Disse-lhe que não queria, nem tinha vocação e até podia causar-me problemas por causa das minhas funções. Pensei que o assunto tivesse ficado esquecido...» Não ficou. Armando Baptista entrou em 20.º lugar nas listas do Chega às legislativas de 2019, e logo na que foi encabeçada por Ventura em Lisboa.

Quando chamado às reuniões de direção, o «guardião do André», como é conhecido, primava pela discrição e por poucas palavras, mas, se tinha algo a dizer, não mandava recados. A certa altura, Armando Baptista esteve em alerta máximo por causa das ameaças diárias ao líder, anónimas, na sequência das posições mais extremadas de Ventura. «O André conheceu-o quando fazia o programa *Rua Segura* na CMTV», recorda Patrícia Sousa Uva. «Depois, assumiu a segurança do partido, mas começou a achar que alguns militantes e dirigentes não podiam chegar perto do chefe.»

Durante a pandemia, Armando Baptista coordenou, pela Cruz Vermelha, a Plataforma de Emergência da Área Metropolitana de Lisboa para realojar famílias alargadas, migrantes e refugiados sem condições para se isolarem ou a viver em pensões sobrelotadas. «Foi feito um esforço hercúleo para resolver os problemas e a missão foi um sucesso.»

Tendo em conta a atividade, ele não ignorava que o Chega era o elefante na sala: o partido pelo qual se candidatou e onde assumia responsabilidades de segurança, nunca abdicou das posições anti-imigração — a criminalização e deportação de imigrantes ilegais. «Não sou racista nem xenófobo», atalhou. «Caso contrário, não podia estar ao serviço da Cruz Vermelha.» A imagem de uma reunião da direção do Chega no Facebook, onde Armando Baptista aparecia em destaque, ia estragando a moldura. «Essa foto criou-me imensos problemas», assumiu. Só ia às reuniões nas quais era preciso acautelar a segurança de eventos do partido e preparar planos de contingência, mas a Cruz Vermelha repreendeu-o.

Aos poucos, a presença de militares e sindicalistas da polícia nas estruturas foi ganhando corpo. São do início do Chega as ligações de Guilherme Serra, então na distrital de Castelo Branco, à direção do Sindicato Independente do Corpo da Guarda Prisional (SICGP). Dirigente em Santarém, Luís Pedroso sucedeu a Peixoto Rodrigues no SUP. As simpatias estendiam-se a outras áreas: Vítor Silva, da Associação Portuguesa de Criminologia (APC), e Hugo Figueiro, antigo sargento do Exército com formação nas áreas de explosivos, demolições, minas e armadilhas, vigilância e contravigilância, militante no Porto e candidato autárquico no Minho em 2021.

Europeias 2019: é fazer as contas...

A presença de André Ventura na televisão e a sua postura agressiva atraíram ao partido setores, até aí, pouco dados a destapar a cara em público — e eram todos bem-

vindos. Sempre que podia, usava o seu ilusionismo mediático para acicatar a política nacional. Só não fazia milagres, embora tivesse ajudas inesperadas. No Facebook, o Patriarcado de Lisboa associou a coligação Basta, o movimento Nós Cidadãos e o CDS à «defesa da vida» e apelou ao voto nestas forças políticas. A «imprudência», nas palavras oriundas do gabinete do cardeal-patriarca D. Manuel Clemente, teve origem num gráfico publicado pela Federação Portuguesa pela Vida. O *post* foi retirado no mesmo dia, mas ainda esteve visível durante duas horas.

Para a coligação, naquela fase, toda a ajuda era bem-vinda. Se abençoada, melhor ainda, mesmo que fosse por um par de horas. Bruno Nunes deu ordens para se apresentar um orçamento de campanha ambicioso: meio milhão de euros. A mandatária financeira e dirigente do PPM, Tânia Tomaz, resmungou, mas fez-se como ele mandou. «O André Ventura começou a mandar tratar de tudo: panfletos, camisolas, cartazes, etc. A mandatária era eu e não me diziam nada.» Um dia, Tânia Tomaz recebeu um telefonema da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP) do Tribunal Constitucional anunciando que dali a dias passariam pela sede de campanha (que, na verdade, era a sede do PPM, um velho edifício em Belém). No dia aprazado, pelas dez da manhã, apareceram à porta.

«Quando vínhamos para aqui», explicaram a Tânia Tomaz, «passámos por uma rotunda com um cartaz vosso, do Basta. Você, por acaso, tem o contrato da firma que está a fazer os *outdoors*?», perguntaram. Não, Tânia não tinha. «Nem sei», admitiu. «Também já vimos panfletos. Tem o contrato?», questionou umas das técnicas. Não, Tânia também não tinha. «Nós nem sequer abrimos a conta de campanha, nenhum banco aceitou», justificou. «Já percebi que não sabe nada», comentou a técnica, condescendente. «Faça assim», sugeriu, «tente abrir a conta e mande-me os papéis todos quando souber o que se passa aqui». A conta foi aberta em nome do PPM e Tânia oficializou tudo na ECFP. Dela falaremos noutro capítulo, quando conhecermos a história do seu suplício «monárquico» até à transferência para o Chega, novo martírio.

«No início, a recolha de fundos não deu valores significativos ao Chega, mas a partir de dada altura notou-se que havia dinheiro», garantiu-me Pedro Perestrello, que se afastara do partido por causa das assinaturas mas mantinha ligações a alguns elementos mais ativos. «Em Cascais, quem organizou as recolhas de fundos foi o Luís Graça. E até havia um hotel em Lisboa para encontros», disse. A assessoria e gestão de «redes» do Chega na campanha para as eleições europeias coube à empresa de João Gomes de Almeida, o guru do *marketing* e da comunicação política a quem Ventura recorrera em Loures. A opção e a despesa, mais de 2000 euros, foram estranhas: o Chega não fazia formalmente parte da coligação e a sigla nem apareceu no boletim de voto.

Ventura fez um donativo indireto proibido, uma vez que a lei impede o pagamento de despesas de campanha por terceiros: transferiu 8610 euros da sua conta bancária para a Fullquest — a empresa que trabalhava na recolha de assinaturas do partido —, destinados a liquidar o valor do aluguer de vinte painéis de campanha. O fundador do

Chega pagou ainda dois anúncios oficiais à Cofina no valor de 133,61 euros e enviou ainda 2100 euros para a conta oficial da coligação. O seu pai também doou 10 900 euros. A aposta do clã familiar num futuro político de André Ventura custou quase 22 mil euros.

A poucos dias das eleições, Ventura caiu, de novo, em graça junto de Patrícia Carvalho, a jornalista do *Notícias ao Minuto*. Desta vez, as perguntas sobre imigração, racismo, xenofobia e discurso de ódio foram incisivas. E houve uma certa dramatização. «Se me matarem amanhã, outra pessoa há de aparecer», disse ele na entrevista, a propósito da sua eterna «luta» contra o «sistema».

O mundo do líder do Chega continuava, para efeito público, dividido entre bons e maus. «Prefiro um partido de polícias do que um partido dos ladrões que nos andaram a governar durante quarenta anos.» Sobre Bolsonaro, havia nova versão: «Sabe porque é que as pessoas o elegeram?», questionou, retórico. «Já estavam tão fartas do politicamente correto, de não haver soluções, que escolheram uma pessoa que diz que prefere ter um filho morto a um filho homossexual e que diz que vai armar a população para matar os bandidos.» Resumindo: «Quando alguém diz isto e as pessoas aderem é porque o estado de saturação já é tão grande que as pessoas aderem a qualquer coisa. E quero evitar que cheguemos a esse ponto.» Queria mesmo?

A 26 de maio de 2019, o matrimónio eleitoral com o PPM e o PPV fracassou com estrondo nas eleições europeias: não elegeu André Ventura, recolheu pouco mais de 48 mil votos e ficou atrás do Livre, PAN, CDS e CDU. Quase 70% dos eleitores não foram às urnas e registou-se a abstenção mais elevada de sempre.

Semanas antes, nas legislativas espanholas, o Vox elegera, pela primeira vez, 24 deputados. Em Itália, Salvini (da Liga Norte, ultradireita) também ganhara as eleições graças à presença viral nas redes sociais e à agressiva campanha anti-imigração. Em Portugal, a direita «antissistema» não passava, para já, de um projeto. O caudal de ilegalidades e irregularidades da campanha, identificado no relatório final de 40 páginas da Entidade das Contas, saltava à vista. Ficou por identificar a origem de mais de 21 mil euros em donativos.

Quando as multas chegaram, não podiam ser imputadas ao Chega, pois o partido nem no papel integrava a coligação. O PPV era uma inexistência desde que Manuel Matias procedera à sua extinção e passara para o lado de Ventura. O movimento Democracia 21 não contava para o efeito. Sobrava o PPM para liquidar as coimas. «Vou dar o peito às balas», prometeu o líder, Gonçalo da Câmara Pereira, mas a remeter responsabilidades para Tânia Tomaz. «É a mandatária financeira da coligação que sabe mais detalhes.» A «família» constituída à pressa para as eleições europeias desmembrou-se.

Era uma vez em Algés

As eleições europeias não desmobilizaram Ventura. Entendeu-as como um percalço. A meta era outra. Com sorte, os quase 50 mil votos do «Basta» iriam para ele numa próxima eleição, dali a meses. Mais um pouco e talvez desse para chegar a deputado.

O primeiro dia do resto da vida do Chega foram, na verdade, dois. A 29 e 30 de junho de 2019, o partido organizou o congresso fundador no auditório do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), em Algés. «Tudo muito amador, feito por nós», refere Fernanda Marques Lopes. Além de coisas básicas (águas, guardanapos, etc.), Nuno Afonso levou doces regionais de Sintra e uma máquina de café. «Um militante até mandou fazer umas bandeiras de Portugal para aquilo não ficar despido.»

Tudo parecia encaminhado para a consagração formal de Ventura e a imagem pública de um Chega unido, mas, para isso, seria preciso resolver uma guerra intestina. «O grupo do Algarve e outros prepararam uma lista contra o André», recorda Nuno Afonso. «Havia esquemas para tomar o lugar dele.» As movimentações chegam ao conhecimento do líder, que fica perturbado. Ventura sonhou com uma eleição sem fissuras e aclamação. Caso contrário, diriam: «Ainda agora foi eleito e já tem oposição.» A frase balançou-lhe na cabeça durante dias. «A primeira lista que ia aparecer contra o André seria encabeçada pela Patrícia Sousa Uva, ela é que recusou», revela Nuno Afonso.

«Houve malta do Algarve, que estava chateada com ele, que me desafiou, mas disse-lhes logo que não», confirma a própria. «Desculpem lá, o partido é do André, temos de respeitar», reagiu, brusca.

«Quando ela se afastou, o Rui Curado quis avançar», acrescenta o então vice-presidente. O dirigente algarvio via em Ventura posições de «puro populismo», ao arrepio do partido que a ala nacionalista e extremista pretendia. «É um encantador de burros, encenou uma personagem», descreveu-me Curado. «Disse ao André para convidar o Luís Graça para presidente da mesa», desvenda Nuno Afonso. «Ele é que unia os contestatários. Se aceitasse, deixaria cair os outros. E assim foi. Já nem apareceram no congresso», explica. Os algarvios revoltosos anunciaram, poucas semanas depois, que o líder tinha faltado à palavra e passaram a «meros militantes». Curado e outros saíram logo a seguir.

Com terreno livre, Ventura dirigiu-se ao primeiro congresso do Chega com um... parágrafo. Era esse o tamanho da sua moção. «Apresento-me diante de vós com uma única missão: salvar Portugal do fundo do poço em que se encontra. Salvar a nossa Pátria do profundo lodo de miséria política, humana e social para onde foi lançada por mais de quatro décadas de corrupção e compadrio.» *E finito.*

A reunião-magna teve, contudo, uma mistura de convicções, egos e ambições difíceis de gerir. Ou digerir, conforme o estômago. O caso de Manuel Ferreira dos Anjos, militante número 19, é exemplar. O antigo vereador do CDS em Sintra gastou

nove minutos para defender políticas que o presidente Milei não desdenharia para a Argentina em 2024.

«Faturar a educação pública mensalmente e a saúde pública por cada procedimento» era uma. Outra passava por instaurar um sistema fiscal «que apenas cobre impostos justos, limitados e reduzidos» sobre quem «livremente» consumia, poluía, tinha vícios e importava bens e serviços. Nesse modelo «sem burocracias, sem papéis inúteis, sem esculhambar a vida pessoal e íntima de ninguém, cada um decide o seu próprio imposto e o autodeclara na sua livre decisão», sugeriu este adorador de F. A. Hayek. Ferreira dos Anjos veste camisolas estampadas com o nome do economista austríaco-britânico, cuja simpatia por ditaduras, incluindo as do Chile e da Argentina, está documentada. Hayek enviou ainda uma carta a Salazar, à qual juntou o seu livro *A constituição da liberdade*, como contributo para prevenir «os abusos da democracia».

Aquele dirigente do Chega proclamava ainda: «Somos contra aborto, eutanásia, homicídio, *parelhas gay*, ideologia de género, adoção *gay*, casamento *gay*, barrigas de aluguer, drogas e traficantes, imigrantes ilegais, terroristas islâmicos, pedófilos e violadores, marxismo cultural, *stalinismo* fascista, nacional-socialismo totalitário, esquerdismo doentio e/ou psicopata.»

Na moção de estratégia, defendeu «um novo sistema social» com «solidariedade privada livre e benemérita», contratos semanais de trabalho, a 1600 euros no mínimo, com «todos os descontos, impostos, seguros, subsídios, férias, feriados, taxas, faltas, doenças, natais, regalias [...] da exclusiva e única responsabilidade e liberdade do trabalhador». Além disso, propunha a transformação da Caixa Geral de Depósitos em sociedade anónima, com oferta de «um lote de mil ações a cada cidadão» e «um conselho geral de 90 membros sorteados entre a população portuguesa com idade para votar».

A direita de Manuel dos Anjos era a «da honra e do orgulho viriato». Se Ventura alcançasse o poder, garantia, um governo do Chega exigiria que a China fizesse eleições livres e pedisse desculpa ao mundo pela ditadura totalitária. O mesmo executivo imaginário reconheceria «a independência de Taiwan, Hong Kong e Macau» e recusaria a colonização da China, Cuba e Coreia do Norte.

Mesmo para o Chega, aquelas ideias pareciam, com boa vontade, exóticas, mas seriam votadas por unanimidade e Manuel Ferreira dos Anjos nomeado porta-voz do partido para a Economia e Finanças.

Em junho de 2019, Ventura alcançou a consagração ao ser eleito presidente com 97 votos a favor, três brancos e três nulos. Ao seu lado, na direção, tinha Nuno Afonso, Diogo Pacheco de Amorim, José Dias, Lucinda Ribeiro, Salvador Posser de Andrade, Ricardo Regalla, Miguel Tristão, Joaquim Chilrito e Gerardo Pedro. A mesa do congresso e do conselho nacional juntou o presidente Luís Graça e Karina Marques, Elisa Carvalho e Nelson Dias da Silva. João Tilly presidiu ao conselho nacional e Fernanda Marques Lopes ficou a liderar o conselho de jurisdição nacional, ao qual se juntaram Carlos Monteiro, Madalena Bicho, Daniel Rodrigues e Maria Plácido.

«Não vai ser nada que te dê muito trabalho», justificou Ventura, ao convidar a amiga Fernanda para aquele órgão que iria dirimir os conflitos internos. Saiu tudo ao contrário, como se verá.

Ventura nem deixou arrefecer o congresso, foi logo alterar os princípios do partido. Substituiu a «defesa de um Estado laico e independente» por «Estado neutro nas questões religiosas». Onde o Chega rejeitava o racismo, a xenofobia e qualquer forma de discriminação contrária à Declaração Universal dos Direitos do Homem, Ventura preferiu «contrária aos valores da nossa cultura».

Enterrou a referência ao «nacionalismo liberal, democrático, conservador» e substituiu-a pela defesa de um Estado de Direito «forte» e «um Governo limitado e com respeito pela separação de poderes».

Em qualquer caso, prevaleceria a navegação à vista.

SALAZAR 2.0?

Para André Ventura, populismo nunca foi substância, mas adjetivo. Trata-se, no princípio e no fim, de um estilo político, não de ideologia, como o definiu o historiador e professor de Ciência Política Enzo Traverso.

A retórica que exalta virtudes «naturais» do povo e mobiliza massas contra as «elites» e o «sistema» é comum a outros projetos e líderes. Enzo Traverso dá o exemplo de Juan Domingo Péron, na Argentina, como paradigma da simbiose de «nacionalismo, messianismo político, domínio carismático, autoritarismo e idealização mística do povo». A direita radical pós-fascista e reacionária joga noutros tabuleiros.

O tempo de Ventura é o do «Populismo 2.0», na definição do cientista político italiano Marco Revelli: um projeto político ambientado no digital que usa os efeitos em rede para crescer, engajar e gerar mudanças. Marco Revelli chama-lhe a «doença senil» da democracia liberal, a «revolta dos incluídos» que acabaram marginalizados. Neste populismo cabem correntes de esquerda e direita. Daí a confusão, o caráter turvo, as zonas cinzentas das raízes de parte da militância e do eleitorado. Partidos e movimento dessa estirpe jogam a aparente «carta da normalidade», sustenta, por outro lado, Enzo Traverso: apresentam-se como aqueles que querem transformar o sistema a partir de dentro. Na verdade, porém, pretendem muito mais do que isso.

O Chega e as sombras

Durante a pré-campanha para as legislativas de 2019 era frequente encontrar, nos debates acalorados na Internet, referências a André Ventura como sendo um fascista do século XXI, espécie de Salazar em estado novo. À circunstância engatou-se uma polémica acesa daquele verão: a ideia de criar o dito «Museu Salazar», em Santa Comba Dão, terra de nascença do ditador.

Nesse período, saudosistas órfãos de referências políticas, ou dispersos por forças partidárias mais ou menos marginais, sentiram-se atraídos pelo Chega e por Ventura. A simpatia pelos «velhos tempos» e pela figura tutelar da ditadura era descarada, embora alguns procurassem disfarçar.

Tome-se o exemplo do fuzileiro na reserva Pedro Pessanha, expulso do CDS de Cascais, fervoroso seguidor do Vox e apoiante das manifestações em nome de «Deus, da Honra e da Pátria Mãe», então promovidas pelo governo polaco. A 25 de abril de 2019, assinalou a data da revolução com uma imagem do ditador no seu perfil de Facebook: «“Volta, Salazar, que estás perdoado!” Mas há aqui um pequeno-grande pormenor: perdoar de quê? Tenho dito. A bem da Nação.»

Gestor imobiliário e ex-mediador de negócios no Banco Económico (antigo BES Angola), Pedro Pessanha viveu parte da infância e juventude na Bélgica. Saiu em 1975, aos nove anos, e voltou quase duas décadas depois. «Nem Sá Carneiro nem Mário Soares marcaram o meu pensamento político», declarou à *Voz Ibérica*, «única plataforma de comunicação sem censura para a comunidade ibero-americana». Na realidade, trata-se de um *chouriço* digital recheado de falsidades. Patriota, não nacionalista, «se por tal se entende o ódio e desprezo pelas outras pátrias», combatia a criminalização das mulheres no aborto. Géneros não eram com ele: «Há sexo. E, dentro do sexo, há hétero e há homossexuais», explanou. «A homossexualidade, masculina ou feminina, é uma realidade da vida e há milénios que a Humanidade vive com ela.» Nada contra, consentia, mas «não se veja nas uniões homossexuais um substituto da família tradicional». Presidente da distrital de Lisboa, Pessanha foi eleito deputado em 2022, 2024 e 2025.

Como os textos fundacionais assinalavam, o Chega não pedia desculpa pelas trevas da História de Portugal, «nem jamais permitirá que alguém peça».

Isso incluiria, presume-se, o massacre de Wiriamu (Moçambique), ocorrido a 16 de dezembro de 1972. Em resposta a emboscadas do movimento de libertação FRELIMO, as tropas coloniais portuguesas, integradas por dois agentes da PIDE/DGS, terão assassinado 385 pessoas (a maioria crianças, mulheres e idosos), mas a contabilidade não incluiu os «varridos» nos três dias seguintes e durante interrogatórios, conforme dados da mais completa investigação feita sobre o caso, da autoria do historiador moçambicano Mustafah Dhada.

«Abater tudo o que se mexe, não deixar ninguém vivo, limpar a zona», eram as ordens superiores. Reunidos no centro das aldeias, camponeses desarmados foram abatidos, com requintes que chocaram o mundo, a partir da denúncia de padres missionários e do jornal *The Times*. Violaram mulheres, esventraram grávidas, depois mortas à coronhada, e arremessaram recém-nascidos como coelhos contra árvores ou muros. Alguns foram esmagados no chão. Soldados fuzilaram às cegas, mataram a pontapé e com paus. Jogaram futebol com cabeças decapitadas. Outros enfiaram os canos das espingardas nas bocas das crianças e disseram: «Toma o biberão!» E

dispararam. Nunca a ditadura assumiu a existência da Operação Marosca. E o Estado democrático só o fez meio século depois dos acontecimentos.

No mundo de António Mucharreira, empresário e dirigente do Chega em Torres Vedras, Wiriamu não existiu. O ex-combatente, «ultrajado e atraído» pelas homenagens a líderes e movimentos de libertação «terroristas» e «traidores à pátria», foi ao congresso do partido em Santarém (2023) entregar um documento a André Ventura. «Está aqui tudo explicado, não houve massacre.» Ovacionado e aplaudido, o organizador de peregrinações e entusiasta do salazarismo ofereceu a insígnia do Ministério do Exército a Ventura. Dias depois, o Chega eliminou dos vídeos do congresso a parte do discurso relativa a Wiriamu. «Falha de transmissão», desculpou-se o partido a Bárbara Reis, no *Público*, quando a jornalista questionou o sucedido.

Por sorte — ou azar —, o Chega tem entre os apoiantes Antonino de Melo, capitão miliciano da 6.^a Companhia de Comandos de Moçambique, que liderou, enquanto alferes, as tropas responsáveis pela chacina de Wiriamu. Para poupar munições, optaram por enfiar os aldeões nas palhotas e atirar granadas para o seu interior, descreveu a Joaquim Furtado na série documental da RTP *A Guerra*. «Quando se mata pessoas é um ato terrível, mas eu não posso deixar de pensar que isto foi feito num teatro de guerra, não é?», questionou, a gaguejar. «Quando nós somos formados, estamos preparados para matar, seja uma pessoa ou dez ou cem pessoas», explicou, entre pausas e soluços. «Foi terrível, mas hoje, nas mesmas circunstâncias, num teatro de guerra como aquele, provavelmente teria que fazer o mesmo», admitiu, por fim, o militar que, em menino, ajudava na missa e era escuteiro.

«A triste verdade», como em tempos assinalou a filósofa Hannah Arendt, «é que a maior parte do mal é feito por pessoas que não se decidem entre ser boas ou más». Antonino de Melo, praticante de tiro e candidato do Chega à assembleia municipal de Santiago do Cacém em 2021, fez a sua escolha política e doou, pelo menos, 200 euros ao Chega.

«Tenho orgulho na nossa História e na colonização portuguesa, [em] tudo o que ensinámos aos outros povos», escreveu Ventura no Twitter em 2020. «Como dizia Jaime Neves sobre a guerra do Ultramar, era mesmo assim: quando nos mandavam limpar, nós limpávamos tudo», afirmou, no parlamento, em 2024.

Em janeiro de 2023, o *Folha Nacional*, órgão oficial do partido — que partilha o nome com o jornal de propaganda nazi na Alemanha de Hitler, *Nationalblatt* no original —, publicou um «ensaio», não assinado, sobre a Guerra Colonial, «falácia imposta pela extrema-esquerda no pós-25 de Abril». O artigo poderia ter sido publicado em ditadura sem incomodar a censura: o Chega usou o termo «Guerra do Ultramar» e chamou «terroristas» aos combatentes dos movimentos de libertação. Quanto ao Exército português, afirmou-se que «manteve o seu foco na segurança das populações (branca e negra) e um padrão de guerra convencional que respeitava os padrões definidos pela Convenção de Genebra». O Chega recusava a desclassificação de documentos do conflito que matou mais de 10 mil militares portugueses e, no

mínimo, 45 mil civis, além de ter feito 53 mil feridos: «O que a extrema-esquerda pretende é denegrir o “homem branco”» e, escrevia-se, «abrir, mais uma vez, as chagas do racismo, virando povos contra povos».

O apego ao quadro mental e político da ditadura, e à figura de Salazar, nunca foram assuntos de nicho no partido. Evocados amiúde em sessões públicas e eventos do Chega, projetavam em Ventura e na sua força política a nação e o passado mitificados. Adesões e apoios financeiros vieram atrelados.

O diplomata Fernando de Castro Brandão, antigo embaixador em Caracas e Praga, historiador e cronologista português com obra publicada sobre o Estado Novo e Salazar, foi dos primeiros apoiantes e discreto doador do Chega (250 euros) até 2023, pelo menos. Carlos Fernandes, antigo candidato do PPV em 2011, comandante na TAP, aderiu ao partido e acumulava o fervor pelo regime deposto. Viria a ser autarca de freguesia em Queluz-Belas. Profícuo na partilha das virtudes de Salazar era igualmente o escritor Cândido Oliveira, conhecido pelo pseudónimo Cândido Arouca. «Só o cano frio da espingarda encostado à testa é capaz de impor algum respeito», publicou, no Facebook, o sargento paraquedista aposentado a propósito dos ordenados da classe política. Pelo Chega, foi candidato à Câmara de Aveiro, dirigente distrital e nacional.

Amílcar Ferreira, dos setores petrolífero, imobiliário, agrícola e turístico, candidato pelo Chega em Leiria nas autárquicas (2021), articulou, nos seus escritos digitais, a fidelidade a Ventura e a Salazar: «A história o julgará, não esta corja de gatunos e assassinos que a abrilada fabricou!» Além de fotos abundantes do ditador, o empresário divulgou *fake news* xenófobas nas redes sociais a partir de vídeos do Martim Moniz, «retrete a céu aberto».

«Pró-aurino», católico e monárquico, António Saldanha, forçado e cavaleiro equestre, também não separava Salazar e Ventura do discurso sobre os nativos de bem. Quando o presidente da República elogiou o contributo dos ciganos para a Restauração da Independência, indignou-se: «Que forma tão miserável, desagradecida e antipatriótica de agradecer aos 40 fidalgos e milhares de populares portugueses que sim, contribuíram e realizaram heroico ato.»

Empresário e professor, António Vieira, de Aveiro, doou 100 euros ao Chega, mas suspirava por outro tempo. «Julgo ser positivo relembrar a figura e obra do Professor Salazar, contrariando o “politicamente correto” à conta do qual muita gente se tem “governado”», escreveu no *site Salazar, Obreiro da Pátria*. O ditador, afinal, «não era contra a democracia; enaltecia-a, até», convencia-se, mas os portugueses eram impreparados. «O que ele dizia era que um povo, com as características do nosso, não tinha maturidade nem condições para viver sob um regime desse tipo. Com o atual caminhar da sociedade portuguesa, eu acho, pessoalmente, que ele tinha inteira razão», concluía.

Luís Madeira, empresário agrícola, antigo cabeça de lista do PPM em Évora e, mais tarde, candidato do Chega à Câmara de Sousel, em 2021, partilhava conteúdos do Movimento Nacional Salazarista. O ex-comando Manuel Sampaio Faria, empresário

nas áreas da segurança, imobiliário e ourivesaria, e cônsul da Guiné-Bissau em Leiria (país onde combateu e tem negócios), foi até condecorado pela ditadura (entre outras, recebeu a Cruz de Guerra de 1.^a classe), e escreveu, depois, uma carta a Salazar a pedir emprego. Boa parte destes seguidores de Ventura tornaram-se igualmente contribuintes líquidos do partido, mas esses apoios vieram também de figuras emblemáticas da extrema-direita do pós-25 de Abril.

Luís Manuel Cordovil, alferes miliciano, graduado de Infantaria, combatente em Moçambique na Guerra Colonial, recebeu a Cruz de Guerra de 4.^a classe e liderou a Operação Olho Vivo 14, assalto a um acampamento «inimigo». Após o 25 de Abril, fugiu do país. Andou por Paris, Londres e Bruxelas, em «“células clandestinas” capazes de vir a atuar em Portugal caso viesse a ser necessário», admitiu no livro *Prisioneiros de Caxias*, da autoria de Nuno Alves Caetano, sobrinho do último presidente do conselho da ditadura, Marcello Caetano.

Nestas viagens e estadias, Cordovil recebia generosas maquias e «andava nas sete quintas». Em Madrid, onde ficou até ao 25 de Novembro de 1975, ligou-se ao Exército de Libertação de Portugal (ELP), braço da rede bombista que reunia militares, legionários, ex-agentes da PIDE/DGS e outros inconformados com a revolução, aglutinados na «resistência» das direitas. Em fevereiro de 1989, o governo de Cavaco Silva (PSD) concedeu-lhe uma pensão «por serviços excecionais e relevantes prestados ao país».

Cordovil também fez um pequeno donativo ao Chega, assinalando a sua preferência política. Já o empresário e gestor Miguel Sommer Champalimaud, implicado na tentativa de golpe de Estado de Spínola a 28 de setembro de 1974, esmerou-se: deu 10 mil euros. Os vários ramos da família, com Mafalda Champalimaud à cabeça, que doou 10 300 euros, contribuíram com mais de 22 mil euros.

Também Pedro José de Mello, do grupo Mello, dono da Brisa e da CUF, doou ao Chega 5000 euros, mas não se limitou a isso: faria parte de um órgão consultivo do partido coordenado por Diogo Pacheco de Amorim. Francisco Van Uden, organizador da manifestação conspirativa de Spínola, também foi um pequeno doador do Chega. No pós-revolução, esteve na direção do Partido Liberal. Na sequência do fracasso da «Maioria Silenciosa» fugiu para Espanha, onde fixou residência e assumiu a chefia operacional do ELP a partir de janeiro de 1975.

Ex-comando, monárquico na linha de sucessão ao trono, dirigiu a estrutura militar do ELP, enquanto o antigo número dois da ex-PIDE/DGS, Barbieri Cardoso, ficou com a área das informações. Na sua versão, Van Uden esteve ligado a ações terroristas «contra o comunismo». «Ajudámos o chamado levantamento popular do “Verão Quente” de 75, em que houve assaltos às sedes dos partidos comunistas e de extrema-esquerda», concretizou, no *Sol*, o antigo operacional, agora ocupado com negócios imobiliários.

Se dúvidas havia, um estudo (*Back to the future? Populism and the Legacies of Authoritarian Regimes*) com 1500 inquiridos, conduzido pelo já referido investigador

dos populismos e das direitas radicais, Luca Manucci, dissipou-as: os eleitores do Chega são os mais nostálgicos e saudosos de Salazar e do Estado Novo.

A cor do dinheiro

André Ventura entrou para o Twitter (atual X) em fevereiro de 2019, mas quem criou a página, a pedido dele, foi uma ex-aluna na Autónoma, a quem entregou a *password*. «És a única pessoa em quem confio», justificou.

Nos primeiros tempos, pouco ativo, nem sequer editava o conteúdo: elaborava frases telegráficas e mandava publicar. A rede social sempre foi a praça digital preferida para discussão e confronto políticos — em alguns casos, para lá dos limites da sanidade. Entre os principais «clientes» estavam — e estão — jornalistas. Quando as opiniões e provocações do líder do Chega começaram a fazer tração, por várias vezes tentaram piratear-lhe a conta, mas a gestora da página também «apagou» o que lhe parecia exagerado. «Tem de ser», reagia Ventura. «Não é que pense isso, mas vai gerar conteúdo, controvérsia, partilhas.»

Os seguidores dispararam e o deputado percebeu a margem de crescimento da página. Andava frenético, queria mais ritmo, outra voragem. Por causa de algumas posições, foi suspenso várias vezes pela rede social. Ou talvez não. «Fez reclamações, andou na imprensa a queixar-se de ter sido bloqueado injustamente, mas eu é que lhe retirei o acesso uns meses para ver se ele acalmava», conta-me a ex-estudante de Direito. A partir de dada altura, o próprio Ventura passou a fazer quase tudo, ajudado pelo gabinete.

A 19 de julho de 2019 foi criada a página oficial de André Ventura no Facebook, mas o partido precisava de outras redes. «O André tinha alguma falta de cultura política e de cultura geral», explica Fernanda Marques Lopes. «Era muito focado na área dele, mas depois pedia ajuda para o integrarem em certos setores e “clubes” para poder falar com empresários, figuras públicas...»

Jaime Nogueira Pinto, ligado a associações e fundações internacionais como a Heritage Foundation, deu-lhe a mão. «Introduziu-o em certos núcleos, apresentou-lhe pessoas», continua a fundadora do Chega. «Foi o Jaime quem primeiro lhe falou do Matteo Salvini, num jantar. Ele não sabia quem era o líder da Lega», conta um advogado amigo de ambos. «É jovem, tem sangue na guelra, bom discurso, mas o gajo não percebe nada disto. É fraquinho, muito *soundbytes*», resumiam algumas figuras depois de o conhecerem. «O Castela dizia-lhe: “Não podemos viver de *soundbytes*, temos de ter propostas concretas”», recorda Fernanda. «Isso é para outra fase», contrariava Ventura. «Agora é preciso fazer barulho, sermos notados, sermos vistos.» Quem o desmente?

Jaime Nogueira Pinto ajudou-o a partir da primavera de 2019. «Conheci-o num jantar em casa de um amigo e correligionário de longa data, Salvador Posser de Andrade», respondeu-me, por *email*. No livro do investigador Riccardo Marchi sobre a fundação do partido, a versão é outra: Salvador Posser de Andrade garante que foi Jaime Nogueira Pinto a alertá-lo para a existência de Ventura em outubro de 2018. O intelectual e autor de livros sobre Salazar e as direitas só lhe deu atenção quando ele saiu do PSD. «Tive várias conversas com André Ventura como tenho com muitos outros políticos portugueses da extrema-direita ao PCP. O seu projeto pareceu interessante por ter princípios de direita nacional e independente. E nesse espírito organizei um jantar para amigos meus que não o conheciam e tinham curiosidade», contou-me. «Não fiz nenhum peditório nem pedidos de financiamento, nem financiei o Chega. Nem fiz reuniões no meu escritório para convidar pessoas para o Chega.»

A ideia era dar aos amigos a oportunidade de avaliarem o projeto de Ventura no espírito de combate ao «marxismo cultural» e ao «politicamente correto» e enquanto aproximação das famílias da direita. A isso, Jaime Nogueira Pinto nunca negou «apoio crítico». Segundo Nuno Afonso, «tentou-se que o Jaime fosse um bocado o pai ideológico do André, que não tinha substância política». Houve até um jantar entre ambos no apartamento de Ventura, próximo do Parque das Nações (Lisboa). «A dada altura, o André achou que já estava capacitado e não atendia o telefone ao Jaime», conta o antigo vice-presidente.

Na fase pós-legalização, o Chega habitou, entre motas e carros, uma garagem em Alcântara. Aí se faziam reuniões e se guardava material. Eduardo Amaral Neto, simpatizante do partido, cedeu o espaço sem custos. Descendente do último presidente da Assembleia Nacional da ditadura, consultor e investidor imobiliário, o amigo de Posser de Andrade viria a ser deputado municipal do partido na Chamusca e faria um donativo ao partido de, pelo menos, 5000 euros.

Salvador Posser de Andrade foi decisivo para que o dinheiro começasse a entrar. Ele próprio deu algum. É originário de uma família latifundiária, dona de uma das maiores propriedades da Península Ibérica, a Herdade da Palma, entre Alcácer do Sal e Setúbal, quase do tamanho de 16 mil campos de futebol. Quando entrou no Chega, Posser de Andrade era administrador não-executivo da Coporgest, empresa especializada em imobiliário de luxo e participada pelo banco de investimento chinês Haitong.

No setor do imobiliário, o Chega parecia um partido *premium*. Tinha vários dirigentes ligados ao negócio da compra e venda de habitações, em particular no segmento luxo. Consultores nessa área eram também Diogo Pacheco de Amorim e Ricardo Regalla. Este último teve ligações a sociedades de *minijets*, artigos desportivos, publicidade, hotelaria e casas de diversão noturna que recorriam a imigrantes de Leste. Além de antigo secretário-geral da Real Associação de Lisboa, foi

também relações públicas da Fundação Calouste Gulbenkian na década de 1990. Nos negócios tornou-se camaleónico, e adotou variações do seu nome sem motivo aparente: Ricardo Dias Pinto Blaufuks, Ricardo Dias Pinto, Ricardo Regalla, entre outros. Teve ainda uma empresa que organizava festas luxuosas para divorciados, e foi parceiro do fadista Mico da Câmara Pereira noutros projetos. Aquando da fundação do Chega, apresentava-se no LinkedIn como consultor de uma sociedade de mediação imobiliária liderada pela mulher de um candidato do Chega em Lisboa nas legislativas de 2019 e especializada nas áreas *prime* do eixo Cascais-Sintra-Lisboa e no segmento vistos *gold* — tal como Luís Graça. Em junho de 2018, o dirigente do Chega juntou-se a Maria dos Santos, candidata do partido em Lisboa, e fundou uma consultora de negócios e gestão na área imobiliária, atividade que exercia desde 2010. Pedro Pessanha em Lisboa, Jorge Pires no Porto, Rodrigo Freire em Leiria e Júlio Paixão em Portalegre eram, então, todos líderes distritais com negócios na área.

Posser de Andrade andou pelo CDS e pelo PND, projeto de curta duração criado a partir da dissidência do ex-líder democrata-cristão Manuel Monteiro. Um percurso idêntico ao do amigo Pacheco de Amorim. Antigo apoiante de Santana Lopes na Câmara de Lisboa, o gestor acumulou uma preciosa rede de contactos entre a elite política e financeira de direita. Usou depois os seus contactos para apresentar Ventura a personalidades de meios endinheirados. «Promoveram-se almoços e jantares. Para algumas pessoas, o André é fascinante, quase mítico, gera muita curiosidade», explicou-me. Contrariando outras versões, reforçou: dezenas de empresários e intelectuais de direita pediram que lhes apresentasse Ventura. Deu-se um efeito bola de neve. Muitas dessas pontes serviram para arrecadar financiamento, «dentro dos limites legais, claro», referiu ainda Posser de Andrade. Um trabalho «hercúleo», descreveu. «Uns davam 2000 euros ou 3000 euros» após contactos discretos. «Houve encontros no Hotel Palácio, no Estoril, mas a maior parte foi em minha casa.»

Esquivo, a fama de facilitador de negócios na área imobiliária acompanha Francisco Cruz Martins há anos. Em 2014, três indivíduos sequestraram o advogado junto à sua casa no Estoril: foi esfaqueado, espancado e martelado num dedo por causa de uma alegada dívida de três milhões de euros. O nome de Cruz Martins apareceu ainda associado a um caso de burla ao Estado angolano — teria atuado como testa de ferro na compra de ações do BANIF — e à administração do polémico empreendimento Vale do Lobo. Enquanto ex-sócio da Legalworks de Rui Gomes da Silva (antigo vice-presidente do Benfica e padrinho de casamento de Ventura), geria imobiliárias com sede no Chipre, um importante paraíso fiscal europeu. Ter sido amplamente citado no escândalo dos *Panama Papers*, por causa de ligações a sociedades *offshore*, não parecia incomodá-lo: «Quando estive no estrangeiro, tive várias», explicou-me. «Era por causa dos negócios lá fora. Se fosse contribuinte em Portugal, tinha de declarar cá. Lá fora, não tinha. Não é nada do outro mundo. Tudo normal.»

Posser de Andrade apresentou-o a Ventura durante um almoço no restaurante Parlatório, nas imediações da Assembleia. «Vi um homem sério, próximo das minhas ideias, mas não tive encontros para angariação de fundos, nunca entrei no Hotel Palácio.» Nos donativos pessoais, não chegava sequer aos 300 euros. E apesar de, internamente, lhe serem atribuídos pagamentos de materiais de campanha (cartazes, *flyers*, etc.), desmentiu.

Esta não era a frente de Nuno Afonso, mas o resultado das coletas sim.

«O Posser ajudou nas questões do dinheiro, através dos amigos. E o Diogo [Pacheco de Amorim] também, embora não tivesse onde cair morto. O Cruz Martins e o Anthony Stilwell também arranjaram financiamento», confirma o então responsável pelas contas bancárias do partido. Gestor e empresário, Stilwell apareceu nos *Panama Papers* enquanto acionista de uma sociedade registada em Andorra, encerrada em 2015. Nas autárquicas de 2021, candidatou-se pelo Chega à assembleia de freguesia da Estrela.

Em agosto de 2019 começou a entrar no partido uma série de donativos, cujo fluxo se manteria até 17 de dezembro, com valores a rondar os 11 300 euros.

Posser de Andrade contribui com 7500 euros em quatro transferências. A mulher, Mariana Fevereiro, entregou 850 euros. O advogado Jorge de Abreu deu 1000 euros. Ana Rita Tilly, filha do conselheiro nacional João Tilly, modelo, *influencer*, ex-gestora de *branded content*, *marketing* e parcerias e diretora da Magg Agency, deu 550 euros. O ex-comando em Angola e engenheiro José Rebocho transferiu 900 euros. E o próprio André Ventura entregou 500 euros. «Comprei 127 mil *flyers*. Paguei-os e distribui-os em Leiria», conta Rodrigo Freire, «mas começaram a aparecer empresários a querer meter dinheiro sem dar a cara. Era preciso oferecer-lhes “coisas” em troca, mas esses entravam por “cima”, pela direção». «Às vezes», explica o antigo líder distrital, «não era pelo dinheiro, era pela influência, pelo poder. Pense: se eu tiver uma empresa com trabalhadores que valem 300 votos em Leiria isso pode fazer a diferença...»

Rodrigo Freire guarda na memória outro episódio. Em setembro de 2019, o partido foi em excursão ao estabelecimento prisional de Évora, onde o ex-ministro do PS, Armando Vara, cumpria pena por tráfico de influências. O Chega protestava contra o facto de o ex-governante receber uma subvenção vitalícia e reclamava a sua devolução. Correu bem, passou na televisão e tudo. «À noite foram-se beber uns copos e estavam perdidos de bêbedos, exceto eu, que não toco em álcool. Fui pagar o que faltava, 27 euros, com uma nota de 200 euros, dinheiro que o André me deu de um envelope que tinha acabado de chegar.»

«A mim», acrescentou o ex-dirigente, «sempre se queixaram da falta de dinheiro e nunca se mostraram disponíveis para pagar campanhas. Se houve, foi para o bolso de alguém», suspeita. «Depois, começaram a aparecer gajos que davam 500 ou 600 euros quase todos os dias. Conheço gente que deu maços de notas para tentar comprar um lugar ao sol no partido, mas nunca vão ser nada», vaticina.

Posser de Andrade atraiu também Pedro Cassiano Neves, figura dos meios monárquicos, próxima de Dom Duarte Pio, duque de Bragança, pretendente ao trono. Jurista e historiador, de família prestigiada no meio monárquico do Estado Novo, Cassiano Neves pertence à Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e integrou o Conselho Monárquico da Causa Real entre 2012 e 2014. Por via dos laços com católicos tradicionalistas e conservadores do Brasil, Ventura terá solicitado os seus bons ofícios para a promoção internacional do Chega junto do círculo próximo de Bolsonaro. Pedro Cassiano Neves encabeçou a lista do partido em Santarém nas legislativas de 2019, mas, em muitos setores monárquicos, a simples menção a Ventura provoca urticária.

Tome-se o exemplo de João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, maior estrutura da Causa Real, a quem as aparições de Ventura provocaram «asco» e lhe deram a sensação de assistir à ascensão de um «escroque». Para ele, o líder do Chega ignora a realidade pacífica do país e dá-lhe um ar de «faroeste, antro da criminalidade mais hedionda e impune», destinado a «acicatar os sentimentos mais básicos de revolta e alarmismo». Havia, pelo menos uma vantagem nisso: «O partido do André Ventura poderá ter a virtude de vir a acolher a direita reacionária (na verdadeira aceção do termo) que, desde o 25 de Abril, apesar de não gostar muito de eleições, se sente órfã de representação», escreveu no blogue *Corta-Fitas*.

André Ventura queria barulho. Só o ruído e gritaria geravam apoio e indignação. A 16 de agosto de 2019, escreveu no Twitter: «É mesmo para instaurar uma Ditadura. De tal forma dura que quem abusar de crianças nunca mais o conseguirá fazer. Quem roubar dinheiro dos portugueses nunca mais será eleito. E quem cometer crimes hediondos nunca mais andarás em liberdade.» No mesmo dia, na mesma rede social, reforçou: «Quantos paquistaneses vão ter de cortar a cabeça a mais mulheres para percebermos o real perigo que esta vaga islâmica significa para a Europa? No dia em que a bandeira do Chega estiver hasteada em São Bento ganham um bilhete só de ida.»

Por essa altura, Andrea Rizzi, correspondente de assuntos globais do *El País*, parecia escrever de propósito para esta senda de obsessões: «Não é difícil detetar muitos dos elementos espirituais do fascismo que flutuam nas sociedades ocidentais», salientou. Entre os quais o culto à tradição, a rejeição da modernidade, o medo da diferença, a agitação das classes médias frustradas e o populismo. Todos estes argumentos eram familiares ao Chega. Num livro sobre o tio, Mary Lea Trump, sobrinha de Trump, psicóloga, chamou-lhe «o homem mais perigoso do mundo». Explicou porquê ao *Público*: «O Donald não tem nenhuma estratégia nem ideologia. Ou melhor, se tem alguma estratégia é a de saber que dividir a população e criar o caos o beneficia.» A receita podia ser americana, mas os ingredientes, agora, também eram portugueses.

«O André pisava o risco porque era a forma de ser falado e notado», lembra Rodrigo Freire, ex-dirigente. Extremistas — muitos arregimentados, ou com simpatias, por Luís Graça — sentiam-se seduzidos pelo estilo. «Enquanto atraíres esta gente que não tem interesse, as pessoas de interesse nunca se chegarão ao nosso partido», alertava Nuno Afonso em conversas com Ventura. Do meio académico, de forma assumida e pública, o Chega só conquistou o catedrático e ex-subsecretário de Estado da Cultura do PSD, António Sousa Lara, e o advogado Luís Cabral Moncada. No caso do primeiro, por pouco tempo.

Programa? Qual programa?

Em outubro de 2019, mês de legislativas, o Chega trabalhava a grande velocidade e as redes sociais davam-lhe asas.

Um grupo privado do partido no Facebook registava mais de 10 mil membros nesta altura, mas a página mudou de pele várias vezes: tinha sido criada como grupo de *Emprego & Entrevistas* (2017), rebatizada *Emprego Porto e Trabalho Porto* (2018) para, no ano seguinte, se transformar num grupo ligado ao Chega. Como me explicou Lucinda Ribeiro, fazia parte da estratégia aproveitar grupos já criados para introduzir temas da cartilha do partido ou provocar discussões para depois cativar eleitorado e engajamento. A prática ganhou impulso a seguir à eleição de Ventura. «Alguns grupos não são do Chega», disse-me Lucinda. Deu como exemplo o grupo de apoio à jornalista Ana Leal, criado já no início de 2020. «Achei que ali poderia haver muito eleitorado potencialmente nosso e começámos a fazer publicações.»

Na imprensa, o *Correio da Manhã* guindava Ventura a ator principal das peças jornalísticas. «Chega luta contra a droga em arruada na Baixa de Lisboa», titulou o diário a 26 de setembro. «Ventura surgiu ao estilo dos presidentes dos EUA e pleno de confiança: “As pessoas reconhecem o homem que diz as verdades”», lia-se no artigo assinado, certamente por lapso, pelo próprio Ventura.

A nível interno foi mais complicado, o caos instalou-se. «Era tudo muito inorgânico ainda, muito Facebook, e organizar o partido era um berbicacho», recorda Patrícia Sousa Uva. «Em agosto, ainda estávamos a tentar arranjar candidatos. Cheguei de férias sem saber o que era isso de ser mandatária...» Pacheco de Amorim tinha ido veranejar para Moledo do Minho e a lista de Lisboa estava empatada há um mês, com apenas cinco ou seis nomes garantidos. Nuno Afonso mandou então a de Setúbal, que encabeçava, para Sousa Uva ver como se fazia. «A poucos dias do prazo final, eu e a Lucinda ligámos para várias pessoas a perguntar se elas não se importavam de ser candidatas e pedimos para aparecerem em Lisboa, em plenas férias, para assinar», explica. «Fechei-me na cozinha, liguei para amigos e toda a gente que conhecia.» O trabalho entrava madrugada adentro. Patrícia Sousa Uva, Lucinda Ribeiro, Nuno Afonso, Luís Graça, Patrícia Almeida e Ricardo Regalla não descansavam. «Foram

dias inteiros ao telefone, tipo *call center*, ou a enviar formulários pelo correio», relata Patrícia Sousa Uva, como se revivesse a angústia desses dias.

A data-limite para a entrega de candidaturas, 26 de agosto de 2019, uma segunda-feira, pareceu uma miragem. «No fim de semana, os meus filhos comeram *Cerelac*. Fui buscar uma certidão, rebentei um pneu. O meu marido estava histérico», afirma, emocionada, Patrícia Sousa Uva. «Há coisas que só fiz aos meus filhos por sentir que o Chega também era meu, mas depois aquilo tornou-se um culto. O culto do André.»

A dias das eleições, as «bandeiras» e mensagens do Chega «gritavam» pelo país, em *outdoors*, mupis e cartazes. Uma campanha faustosa, visível em todo o território, com recursos e meios surpreendentes para um partido novo que, note-se, tinha fracassado nas europeias, meses antes, também feito de muito investimento pessoal. «Paguei a campanha de Castelo Branco (*flyers*, faixas) do meu bolso», garante José Dias, antigo vice-presidente. «Fiz três mil e tal quilómetros no meu carro a distribuir pessoas da minha lista, tudo de Lisboa. Só o mandatário é que era da minha terra.»

O Chega orçamentou 150 mil euros para a campanha, mas disse ter gastado pouco mais de 25 mil euros. Os técnicos da Entidade das Contas deitaram outra vez as mãos à cabeça: o partido declarou gastos (*outdoors*, telas, lonas, brindes, comícios, concertos, autocarros, sondagens e comunicação) sem documentos de suporte que permitissem fiscalizar a totalidade das despesas e dos donativos. A hipótese de financiamentos proibidos ficou plasmada nos relatórios da ECFP. «Fui mandatário financeiro apenas no papel, nunca lidei com dinheiro. Quem tratava disso era o Nuno Afonso, mandatado pelo Ventura e pela direção», disse-me Manuel Ferreira dos Anjos. «Entregaram-me uns resumos, numas folhas A4, que foram corrigidos, e nem à última hora aquilo ficou bem. Como me acusaram de estar a complicar, assinei.» Nuno Afonso devolveu responsabilidades: «Os mandatários financeiros existem para responderem pelas contas de campanha», justificou. Ferreira dos Anjos descartou-se: «A direção que resolva, não é problema meu. O Estado pode descontar o valor das multas nas verbas a distribuir ao Chega. Caso contrário, o partido que as pague, tem bens suficientes para isso.»

A poucas horas do final da campanha, as preocupações de Ventura eram outras. «Em quatro anos, se entrarmos na Assembleia da República, vamos engolir o CDS e, em oito anos, o PSD. Vamos ser o maior partido de Portugal», prometeu na festa-comício no Mercado da Vila (Cascais). O líder do Chega caminhou para a meta a pedir controlo de fronteiras para imigrantes, redução do parlamento a 100 deputados (como antes do 25 de Abril), taxa única de IRS — que, segundo especialistas na matéria, prejudicaria as famílias de menores rendimentos —, prisão perpétua revista a cada vinte e cinco anos, extinção do Ministério da Educação, sistema presidencialista, redução das comunidades islâmicas e fim do acesso gratuito ao SNS para imigrantes ilegais.

Quem redigira o programa eleitoral? E o líder, lera-o na íntegra? O que ficara escondido e quem tinha sido «atropelado» durante esse processo?

O «HITLERZINHO DE MERDA»: UMA TARDE NO ESTORIL

Tarde de 10 de setembro de 2021, ano dois da pandemia, em modo alívio, segundo ano do governo socialista de António Costa. Fazia um calor intenso quando entrei na estação ferroviária do Cais do Sodré (Lisboa) e apanhei o comboio para o Monte Estoril (Cascais). Durante os quarenta minutos de viagem, com o Tejo luz prata à minha esquerda, dei um último olhar aos apontamentos para a conversa que me esperava. O encontro demorara a conciliar-se pelo facto de sermos quatro protagonistas. Finalmente, chegava o dia.

À saída da estação, reparei nos grupos de imigrantes que ocupavam a esplanada do Expresso Bar, situado junto à plataforma, em volta de uma cerveja ou de olhar vazio nos telemóveis. Passaram mulheres negras carregadas de trouxas de roupa ou sacos de compras, algumas com crianças pelas mãos. Um cenário a remeter para quotidianos difíceis, a contrastar com o que me esperava dezenas de metros acima.

Chega, ano 1: para maiores de 18

O Intercontinental é um hotel boutique de luxo, com vista soberba sobre a chamada «baía de Cascais» e onde um café custa quatro euros. Às cinco e meia da tarde, Luís de Moraes Sarmiento esperava-me na esplanada do terraço, junto ao restaurante. Cabelo ralo penteado para trás, brilhante e com patilhas, camisa azul e calças bege, clássicas, anel de brasão, estendeu-me a mão. Tínhamos mantido contacto durante meses, sempre a «partir pedra» sobre a situação do Chega, que ele apoiara, mas no qual nunca se inscreveu.

Pouco depois chegariam António Sousa Lara e o já referido Manuel Ferreira dos Anjos, por esta altura desfilado do partido, cada qual com «aventuras» para contar

sobre o antes e depois da eleição de André Ventura, em 2019. Pedi licença para colocar o gravador no centro da mesa e registar a conversa dessa tarde. Reforcei o pedido quando Sousa Lara, último a chegar, se sentou.

«Mais do que de direita, sou conservador e monárquico, mas só porque vivo numa República», assinalou, humorado, o sexagenário Moraes Sarmento. Teve três influências: o pai, José Luís Pinto Gonçalves, o jornalista espanhol e amigo Luís Maria Anson (ilustre da direita espanhola, ex-diretor do diário *ABC* e fundador do *La Razón*), e a educação jesuíta, «apesar de detestar os jesuítas». É de família poderosa e influente, maior acionista individual da Cimentos de Leiria, depois Grupo Champalimaud. Os dias decorriam com a normalidade dos afortunados. «No verão, éramos umas 40 pessoas, primos, tios, etc. Havia a sala de jantar dos pequenos e a dos grandes. Só aos catorze anos se ia para a mesa dos adultos. A criada tocava o sino para se lavar as mãos e cinco minutos depois tínhamos de estar religiosamente à mesa, penteados, de risca feita», descreve. «Íamos para a praia no Estoril, com as criadas. Almoçava-se em casa, à tarde fazia-se a sesta e davam-se mergulhos na piscina. Vida santa!»

Sarmento «chumbou» no 4.º ano do liceu. De castigo, foi, em agosto de 1974, guardar cabras para a propriedade da família no Alentejo. «Ao fim de semana ia ao monte e fez-me lindamente. Cheguei a casa no dia 30 — ainda não tinha sido ocupada —, estava toda a gente à mesa e gritei: “O povo unido jamais será vencido”», ri-se. Ainda antes da maioridade, trabalhou na secção de publicidade do jornal *O Dia*, onde simpatizantes pelo anterior regime tiveram guarida após a revolução. Nesse tempo, o chefe de redação — e mais tarde seu diretor — era o jornalista João Coito, salazarista assumido, mas reverenciado por setores de esquerda. «Conheci gente fantástica: o Vitorino Nemésio, primeiro diretor, era brilhante.»

«Com o 25 de Abril», diz, «ficámos a zeros. Contas congeladas, empresas nacionalizadas, sete irmãos. A nossa casa do Estoril estava ocupada por 80 pretos...» O pai morreu com quarenta e seis anos. Ele, filho mais velho, continuou a estudar, entrou para a Católica. No jornal, seria assessor da administração. «Fiquei amigo de jornalistas que eram do chamado “Grupo dos 24”, que saíram do *DN* em conflito com o José Saramago.» Retoma o fio familiar. «Lá em casa existia uma filosofia: não havia dinheiro colocado na Suíça, em herdades ou prédios. Todo o dinheiro era posto na empresa. Perdemos uma fortuna», lamenta. «Quando se dão as nacionalizações, recebi títulos de indemnização de classe XII, que venciam 2,5% quando a inflação estava a 30%. Como já estava no CDS, onde me filiei em 1974, tanto chateei o [ex-ministro das Finanças e fundador do partido] João Morais Leitão que ele fez uma lei, em 1981, para esses títulos serem utilizados pelo seu valor nominal para comprar empresas indiretamente nacionalizadas [fora dos setores básicos da Economia].» Moraes Sarmento pegou então nesse dinheiro e comprou — «com a ajuda do presidente do Instituto de Participações do Estado, João Lencastre, também do CDS» — uma série de

centrais de betão da Cimentos de Leiria, a Norbetão. «Aquilo esteve anos a dar lucro e depois vendi em *cash* à Cimpor.»

Na política, há pergaminhos familiares de que se orgulha. O bisavô, António Eduardo Vilaça, antigo ministro do rei D. Carlos e Par do Reino, nomeado pelo monarca com caráter vitalício e hereditário, é um deles. Os avós eram empresários, ilustres do Estado Novo, da Câmara Corporativa. Adolfo Suárez, líder do primeiro governo espanhol após a ditadura franquista, e Ronald Reagan são duas referências. «Em Portugal — você vai ficar chocado — sou um defensor da obra do Salazar. O Salazar limado, com um bocadinho de abertura, fazia uma *Commonwealth* à portuguesa e tinha controlado tudo.»

A revolução revelou-se, para ele, um disparate. «Não foi uma coisa de capitães, de heróis e não sei quê», diz, com desprezo. «Foi feito por uma cambada de cobardes que não queria ir para a guerra, uma coisa corporativa, de patentes baixas», continua. «Não houve nada ideológico, mas o PCP aproveitou o facto de lhe abrirem as portas.»

O fim do regime começou dentro. «O Marcello Caetano quis estar bem com Deus e o Diabo e não soube controlar a Ala Liberal.» Um retrocesso, diz. «Tenho menos liberdade hoje. Se escrever um artigo contra o governo, no dia seguinte tenho as Finanças em cima. Até pelas redes sociais, somos mais vigiados do que antes. Nesse tempo, os polícias também não eram assim tantos como isso», faz crer. Para trás ficou, aos seus olhos, «um país rico e irrepetível, mesmo com o esforço colonial. Morreu menos gente na guerra do que morre por ano aqui na marginal...»

Espanha é a outra «pátria», quase um prolongamento familiar, afetivo. O progenitor era amigo do rei Juan Carlos I, cuja família se exilou em Cascais, a «Riviera portuguesa», refúgio dourado da realeza europeia. «O meu pai era dez anos mais velho do que o Juan Carlos», precisa. Depois, foi a vez de Espanha acolher «exilados» da revolução. «Muitos amigos do meu pai foram para lá a seguir ao 25 de Abril.» Os primeiros quatro anos de Sarmento no país vizinho foram passados a gastar dinheiro e a investir em caçadas aos fins de semana e programas de campo para socializar. Enquanto isso, ia mantendo relações com o rei e a infanta Margarida, irmã deste, com quem ainda fala.

Na década de 1990, comprou o veleiro *Giralda*, do pai deles, Juan de Borbón e Battenberg, conde de Barcelona. «Odeio mar, mas foi um ótimo negócio que fiz em Madrid às três da manhã, numa noite de copos. Durante dez anos, qualquer careta ou presidente de banco que vinha a Portugal queria andar no barco», refere. «Além do rei, claro, que vinha incógnito, por vezes, e me ligava: “Luís, vamos dar uma volta, organize aí um almoço”», sugeria-lhe. «Tive muitos passeios privados de barco com o rei e o príncipe na altura, e isso ajudava imenso nos negócios.» Vaidades, mas também orgulho: Moraes Sarmento foi condecorado com a ordem de Isabel, a *Católica*, concedida «por atos de lealdade ao país por parte de cidadãos espanhóis ou estrangeiros». Os seus negócios estão, na prática, do outro lado da península, mas desaguam em Portugal. «Represento grupos empresariais, faço os investimentos deles e

outros, a título particular, com sócios espanhóis», descreve. «Estou lá como estou aqui. A minha agenda vale ouro.»

Nessa tarde no Estoril, falou de outros laços, entre os quais a ligação ao partido de ultradireita liderado por Santiago Abascal. «Oficialmente, sou delegado do Vox em Portugal.» A amizade com Iván Espinosa de los Monteros, à época dirigente desta força política extremista, porta-voz no Congresso dos Deputados e responsável pelas relações internacionais, tinha vinte anos. A proximidade era extensiva à esposa, Rocío Monasterio, presidente do Vox em Madrid e um dos rostos mais mediáticos do partido naquela altura. «Conheço vários dirigentes, temos amigos em comum», reforçava.

Entretanto, juntou-se à mesa, e à conversa, Manuel Ferreira dos Anjos, de fato clássico de tons leves e envelope pela mão. Dentro, cópias de discursos seus nos congressos do Chega. O diálogo recua ao ano de 2019, quando tudo começou, sem esquecer os percursos políticos de ambos. Um pingue-pongue a que se juntaria, dali a pouco, António Sousa Lara.

Manuel Ferreira dos Anjos (MFA) — O Jorge Castela convidou-me para o Chega, nem sabia quem era o André, pois não ligo ao futebol. Ouvi falar dele em Loures. Fui vinte anos do CDS, entrei a 25 de novembro de 1974, com dezoito anos.

Luís de Moraes Sarmiento (LMS) — E eu em julho de 1974. Era o militante número 50. O António Tânger Corrêa [dirigente nacional do Chega] foi o primeiro presidente da Juventude Centrista, fez parte dos órgãos. O Tânger saiu do país a correr a 25 de novembro de 1975 porque no dia anterior fez um discurso de que ainda hoje se fala. «Somos os mais puros, os mais genuínos e os mais verdadeiros», disse ele, tipo Hitler. (risos). Fomos cercados no Teatro São Luiz pelo MRPP e a sede do partido foi incendiada...

MFA — Fui tudo no CDS. De presidente da concelhia até «vice» da distrital. Vice-presidente da mesa do congresso. Vereador em Sintra.

LMS — Ainda ontem me fez impressão uma fotografia, de 1985, em que organizei a ida do Freitas do Amaral, em campanha eleitoral, ao rei de Espanha. Os únicos vivos sou eu e o rei...

MFA — Ainda estive na campanha presidencial do Basílio Horta. O CDS não o apoiou e, na noite das eleições, em frente ao Altis, estava ele e mais dois gajos: o chefe de gabinete e eu. Até fazia a pena...

LMS — Estava-se mesmo a ver que a linha do partido, com o Paulo Portas a mexer nos cordelinhos, ia para um populismo que não era nada democrata-cristão, conservador. Quando decidi sair estava no congresso do Altis, em

1992, com o António Lobo Xavier, o Basílio e outros na lista da comissão política. O Manuel Monteiro foi eleito líder, esperei quinze dias e desfiliei-me.

MFA — Apoiei o *Manel*, ganhámos o congresso. Comparei-o a um *Golf GTI*, novinho em folha, e o Basílio Horta a um *Mercedes* com 300 mil quilómetros. O CDS tinha os liberais do Lucas Pires, os conservadores do Adriano Moreira e os democratas-cristãos do Freitas. Éramos liberais na economia, conservadores nos valores e democratas-cristãos no social, mas baralharam isto tudo... O Chega cometeu o mesmo erro.

LMS — O Chega é pior, nem ideologia tem. Gosto de genealogia e, um dia destes, ainda vou descobrir que o Ventura tem sangue cigano... Topo um judeu à distância e, no caso dele, até a fisionomia é de cigano...

MFA — O Pacheco de Amorim foi meu funcionário. Eu era dono da ESAI [Escola Superior de Actividades Imobiliárias] e ele professor. Pu-lo na rua, o gajo ficou chateado...

LMS — Agora foi ele a pôr-te na rua...

MFA — Não, foi o Rodrigo Taxa. Fiz um comentário sobre *gays* e o gajo zás!

Meses antes, num grupo privado do Chega no WhatsApp, Manuel Ferreira dos Anjos questionou se o conselho de jurisdição nacional se tinha ajoelhado ao lóbi *gay*. Foi suspenso e abandonou a militância.

MFA — No Chega, nunca houve reuniões ideológicas. Era o que de mais oportunista havia, conforme o vento...

LMS — Numa reunião, discutimos nomes de eventuais candidatos à Presidência da República e o Ventura avançou com a ideia da [jornalista] Manuela Moura Guedes ou da [apresentadora de televisão] Cristina Ferreira. Disse-lhe: «Ó André, isto aqui não é o movimento do Beppe Grillo...» Ficou furioso!

MFA — O Chega é, desde o início, um projeto de poder pessoal. Todos tinham objetivos, eu também: queria ser candidato à Câmara de Lisboa. Ele não achou graça. O Castela produzia documentos de reflexão, por iniciativa própria, mas o André nunca deu contributos ideológicos.

Aparece Sousa Lara, bem-disposto, blazer coçado, camisa clara, indumentária sem grandes artifícios. A conversa toma outros rumos. O gravador continua no meio da mesa, o recém-chegado é avisado disso e não se opõe. O que fazem estes homens aqui? Logo após a saída de Jorge Castela e Pedro Perestrelo do Chega, delegou-se a produção de

um programa eleitoral para o partido, com sólidas bases teóricas noutras figuras. A direção inclinou-se para o catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e do Instituto de Altos Estudos Militares para coordenar o grupo, sob tutela de Pacheco de Amorim. O professor ficou conhecido pelo célebre veto da obra *Evangelho segundo Jesus Cristo*, de José Saramago. Enquanto subsecretário de Estado da Cultura dos governos do PSD, no tempo de Cavaco Silva como primeiro-ministro, impediu o romance de se candidatar ao Prémio Literário Europeu. «Não representa Portugal», justificou.

Envolvido no polémico caso da Universidade Moderna, da qual foi vice-reitor entre 1990-1999, foi acusado pelo Ministério Público de quatro crimes de apropriação ilícita, associação criminosa e administração danosa, condenado em primeira instância e ilibado após recurso, tal como a maioria dos arguidos. Em 1998, Dom Duarte autorizou que Sousa Lara tivesse tratamento de Dom. Ciência Política, colonialismos, doutrinas políticas e das ideologias abrangem grande parte dos seus escritos, mais de 60 livros e livretos. Quando se juntou à conversa em Cascais, o seu currículo tinha 31 páginas e, dali a meses, a condecoração com a Cruz de São Jorge de 1.^a classe, pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Em 2019, durante meses, o grupo coordenado por Sousa Lara tentou dar uma base ideológica ao Chega e estabelecer as principais propostas para as legislativas desse ano. Reuniu duas a três vezes por mês num gabinete da associação cultural da Academia de Letras e Artes, no Estoril, por ele presidida. Ao grupo juntou-se Luís de Moraes Sarmiento, amigo de sempre (os bisavós de ambos foram sócios em fazendas angolanas). Definiram-se os porta-vozes: Sousa Lara (Segurança e Geopolítica), Moraes Sarmiento (Relações Externas), Ferreira dos Anjos (Economia), Patrícia Sousa Uva (Assuntos Sociais e Família), José Dias («vice» da direção nacional do Chega, com o pelouro da Segurança) e Cassiano Neves (Cultura e Ambiente). Diogo Pacheco de Amorim nunca apareceu.

António Sousa Lara (ASL) — O Estado oprime, sobretudo, a classe média, com uma conjugação sinistra de impostos diretos e indiretos. E inventa taxas, taxinhas e *taxetas*. O Estado não tem mãe rica, como eu! (risos) A mãe rica somos nós. Estes filhos da puta esmagam a classe média, mas toleram a

traficância e a corrupção instalada com a maior desfaçatez! A ideia fundacional do Chega era libertar o povo da escravidão...

LMS — Foi isso que nos atraiu...

ASL — Sou professor de Ciência Política e Relações Internacionais e acrescento uma coisa com a qual tenho de ter cuidado por causa dos serventuários: o maior inimigo de Portugal é o capital financeiro apátrida. A esquerda anda a fazer bobós aos George Soros da nossa terra. Há uma ligação, prostituída, entre o capital financeiro e a esquerda. Há um rotativismo entre PS e PSD: é o jogo das cadeirinhas... Direita nunca tivemos, mas havia uma esquerda que, mal ou bem, denunciava isto. O [Álvaro] Cunhal! Até o [Carlos] Carvalhas! E o Jerónimo [de Sousa], bom homem! Gosto dele e ele sabe, mas calaram-se todos. Se você der cabo disto, ficam borregos à solta. Sou um anarquista, mas o meu bisavô era milionário, o homem mais rico de Angola. O meu avô era arquimilionário, fez fortuna em cima do que herdou. O meu pai era razoavelmente milionário, a minha mãe também. Não posso ser anarquista com milhões, tenho de administrá-los. Então sou, ao mesmo tempo, o Dr. Jekyll e o Mr. Hyde. O dinheiro está na Suíça, declarado ao fisco. Onde é que invisto? Philip Morris. Os gajos que fumam morrem com cancro? Que se foda! É dinheiro. Antes da covid, já o metia nas farmacêuticas. Sou sócio das Pfizers, dessa merda toda. Não quero *BMW*, nem empresas tecnológicas. Invisto em ferro. Há guerra? Aço! Há paz? Aço! Nestlé? Pode estar na merda, mas qual é a única coisa que você faz? Dá de comer ao puto. As farmacêuticas foram o maior negócio da Primeira Guerra Mundial. A malta não estuda, eu estudo...

António Sousa Lara segue imparável, cómico, cénico, há quem estique o pescoço nas mesas próximas, atraído pela voz e pelo caudal argumentativo...

ASL — Uns senhores de um banco estrangeiro pediram para falar comigo. Quando perguntei porquê, disseram: «Por causa da sua carteira. Entre rendimentos e valorização, o senhor tem mais dinheiro do que os Correios da Suíça.» O que é que faz?, perguntaram. «Sou professor catedrático.» O que ensina? Geopolítica. E Economia? Muito pouco. Então como faz a carteira? Estudo História. Dou aulas no curso de formação de oficiais do Exército. Fui formador do SIS [Serviço de Informações de Segurança]. As primeiras gerações do SIS tiveram-me a mim como professor...

Interrompo: «Tão esclarecido, como é que se foi meter no Chega?»

ASL — Estava irritado com o PSD. O Rui Rio é meu amigo, mas aquilo não era nada. Sou de direita, mas não sou fascista, até porque sou judeu. Criámos um grupo de elite para fazer o programa do Chega, mas o Diogo Pacheco de Amorim baldou-se. Queríamos destruir o socialismo fiscal interno, a educação pública socialista, e devolver poder às regiões, municípios, escolas. É preciso destruir o Ministério da Educação, é um coio de comunistas. E destruir a teoria do género e essas paneleirices que andam a ensinar às crianças, essa lavagem ao cérebro... É radical? É! Mas dou aulas há quase cinquenta anos. A prova de ingresso no instituto, para Relações Internacionais, é História e Geografia. Estamos no grau zero. Não sabem nada. Quem sabe História acaba comunista, no sentido marxista-leninista dialético, ou é de direita porque percebe o sentido da História. Estes cabrões querem acabar com a memória, os Descobrimentos! Se acabarmos com a memória, o passado não existe. Isto era o nosso programa para o Chega, mas os gajos deitaram tudo para o lixo. Ah, e queríamos a valorização das Forças Armadas e da polícia.

Sousa Lara pede uma água com gás, mas o hotel não tem a marca que deseja. Pede uma água tónica, contrariado. «Daqui a bocado tenho de ir beber água do mar...», comenta. E continua...

ASL — O capital financeiro quer reduzir drasticamente a população. Inventa pandemias, neste caso criada pelos americanos e pelos chineses em parceria. Já morreu muita gente, mas não chega. Atenção: apanhei covid, sei que existe, mas agora é preciso uma segunda dose de pandemia. Vão criar um novo socialismo de rosto humano, bonzinho, de reconhecimento facial no meio da rua, e vão-nos controlar. O 5G é fundamental para isto porque facilita o acesso em rede às suas e às minhas informações. Tenho dois telemóveis de Israel, sem Internet. Fiz o meu ADN em cinco agências, uma delas da Mossad. Pelo lado da minha mãe descendo de uma data de judeus. O meu pai vem do rei David.

LMS — Eu sou descendente do inquisidor-mor da Península...

Volta-se ao Chega, ao tempo das discussões programáticas e outros pormenores...

ASL — O inspirador do Movimento Zero foi o Zé Dias... Apoiei desde o princípio. Tenho uma pós-graduação em Informações e Segurança. Uma das coisas que propus e estava no nosso programa, era criar uma espécie de Montepio, como a PSP tem, administrado pelo Dr. Pedro Clemente, que foi meu aluno, primo direito do cardeal-patriarca. Seria uma espécie de banco do povo

para a polícia. Queria fazer uma coisa dessas com uma percentagem grande do que é apreendido em armas, carros... As armas iam para leilão...

LMS — Nós é que puxámos a carroça, mas o Diogo Pacheco de Amorim boicotava. Achava que lhe fazíamos sombra...

ASL — O Ventura não pode dizer que não sabe dos nossos documentos.

MFA — Nós mandávamos tudo por *e-mail*. O Ventura recebia tudo.

ASL — Antes de conhecê-lo, parecia-me um gajo habilidoso, falava bem. O PSD devia ter pegado nele, metiam-no na comissão política ou noutra merda e davam-lhe um lugar de cabeça de lista na Amadora. E o gajo calava-se. Mais tarde, ia para deputado, e calava-se. Depois davam-lhe um lugar de secretário de Estado da Piriquita e o gajo calava-se outra vez. Não fizeram nada disso. Os partidos cometem muitas vezes esse erro. O gajo tem algum brio, mas é um Hitlerzinho de merda, não tem mais nada. Aquela cabecinha está muito incompleta. É quero, posso e mando.

LMS — É um projeto unipessoal.

ASL — O gajo atacou-me por causa da subvenção vitalícia. «O senhor tem uma reforma da Assembleia da República?», perguntou. «Não, não tenho. Enquanto estiver ao serviço do Estado não posso», disse-lhe. «Sim, mas quando acabar vai receber 1300 euros», insistiu o Ventura. «Se Deus quiser, vou.» «Não admito!», disse ele numa reunião na sede provisória. Estavam umas vinte pessoas: aquele gajo que arranjava dinheiro, o Posser de Andrade, o Nuno Afonso, essa malta toda... O Ventura toma aquilo de ponta e eu disse-lhe assim: «Não posso abdicar de uma coisa dessas, mas faço um negócio consigo. Quando me reformar, se houver qualquer menos valia, você compensa.» O homem ficou doido! Não ia renunciar a nada, claro... Depois, o Diogo pensou assim: «Como é que se põe este cabrão na rua?» É um merdas, nunca há de ser nada. Tem cabeça, mas é incapaz de vender um peixe. E tem uma inveja telúrica.

No seu livro *Ontem éramos o futuro*, Nuno Afonso nega esta versão de Sousa Lara. Diz que tanto André Ventura como ele confrontaram o antigo governante com a existência da subvenção vitalícia. «Mentiu-nos duas vezes (o que nos disse foi que não se lembrava)». Na reunião da «garagem», em Alcântara, em janeiro de 2020, o desenlace foi confirmado, em ambiente tenso. E Sousa Lara demitiu-se de porta-voz.

MFA — O Diogo vendeu ao Ventura a ideia de que o professor Sousa Lara era perigoso para ele, podia fazer-lhe sombra, pelo prestígio e tal...

ASL — O gajo tem instinto de sobrevivência. Vem do PSD, um ninho de cobras...

LMS — Quando escrevi ao André a dizer que não colaborava mais, chamei ao Chega um partido de subsídio-dependentes. Estavam todos à espera que o André fosse deputado para terem um ordenado fixo.

ASL — Ele tinha direito a «x» assessores. Dividiu o ordenado ao meio para ter oito. Um artista, mas, enquanto não houver alternativa, voto no Chega. Tenho uma visão comunista, mas ao contrário. É preciso equilibrar isto para a direita e voto no que está mais à mão, mas aquilo vai-se desmoronar. Vai começar tudo a gamar, vão aparecer escandaleiras. Quando o grupo parlamentar aumentar, vai perceber-se que há um gajo que fala e os outros são morcões. Como ele capou tudo à volta, não há quem saiba falar ou tenha ideias.

LMS — Tive uma primeira reunião com o Ventura no Hotel Ritz. Conheci-o através do Rui Gomes da Silva. Embarcámos de forma altruísta. O Diogo chegou a dizer-me: «Rezo todos os dias para que o André seja eleito, é a única maneira de ter um ordenado fixo.»

ASL — Isto não é direita, é uma merda populista. A grande virtude do Chega foi desarticular o sistema. Usou a técnica do judo. Nada ficou igual. Havia um rotativismo de prostituição. Estive dez anos na AR, fiz a revisão constitucional com o Marcelo Rebelo de Sousa, ia a minha casa, tratava-me por tu, mas agora não me conhece. Conheço isto tudo por dentro, são pseudoelites. O Chega pôs em causa o pântano da máfia, mas o Chega nasce daí, é uma emanção do pântano que se travestiu de populismo — não de direita. O Chega deu ao sistema um discurso pseudomoral, mas sem consistência. O partido tinha de funcionar na lógica do nosso grupo: o chefe ouve toda a gente, tira a bissetriz, justifica porque vai por aqui ou por ali e decide. Não há cá democracia...

LMS — Defendi no nosso programa o que agora se defende na Dinamarca: os imigrantes não são para receber subsídios, são para trabalhar. É inadmissível haver uma comunidade de presos, 70% estrangeiros, vinte e quatro horas de braços cruzados. Vão para as obras! Façam como antigamente: vão com uma corrente fazer estradas, limpar matas. Estamos a carregar o Estado com funcionários que não fazem nada e têm peso cada vez maior na despesa pública quando temos uma série de parasitas a viver de subsídios ou de reinserções sociais. Ponham os tipos a pintar, a recuperar casas, há tanta coisa para fazer... Seria uma forma de prepará-los para a reinserção social. O que temos hoje é isto: estão quinze anos na prisão e ainda saem piores. Cometem logo outro crime para irem dentro porque já não sabem viver cá fora...

A maioria da população prisional, à época, não era estrangeira. Segundo dados oficiais, nacionais e internacionais (relatórios da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e do Conselho da Europa), estava pouco acima dos 15%. A maioria dos detidos nas cadeias era esmagadoramente composta por portugueses.

ASL — Tenho polícias a dizer-me isto: há madraças no meio de Lisboa, na Mouraria, na outra banda, a fabricar gajos do Daesh. O que é isto?! Estes gajos têm de ir embora. Ai a lei não permite? Faz-se uma nova! Ai é intolerância religiosa? Rua! Rua daqui para fora! O Afeganistão é a prova do que eles querem: destruir as mulheres, matar os cães... puta que os pariu, pá!

MFA — Nunca tivemos problemas com os ucranianos, os gajos são cristãos ortodoxos. Chegam aqui e estão em casa. Agora, os muçulmanos, os *ayatollahs*, são malucos, têm uma cultura que nos odeia. Não somos nós que os odiamos. Alguma vez tivemos problemas com os brasileiros?

Interrompo e pergunto: «E o Chega financia-se como?»

MFA — Através dos militantes. São 14 mil gajos a pagar, a 20 paus, mínimo, cada um. A quota é livre. O José Lourenço, [ex-líder distrital] do Porto, tinha uma quota anual de 10 mil euros. Há militantes que entram nesta lógica, há muitos a dar 500 euros por mês...

ASL — E aqueles gajos encapotados que arranjavam dinheiro?

MFA — Nas legislativas de 2019, alguém pagou os *outdoors*. Só se consegue ter *outdoors* no país inteiro se alguém pagar diretamente ao gajo dos *outdoors* sem passar pelo partido. O Chega é um partido pessoal do Ventura. Ele é o partido e o partido é ele. Só tem *yes men* à volta. Os outros têm de ser corridos. O Regalla trabalhava numa casa de putas em Setúbal, andava metido com uma fulana de Leste e depois ela também trazia umas amigas para trabalhar. Depois foi-se embora e aquilo fechou tudo...

São 20h50 quando António Sousa Lara e Manuel Ferreira dos Anjos se despedem. Moraes Sarmiento fica. Combinámos petiscar noutro lugar, ainda tenho perguntas para fazer, nomeadamente sobre a relação com o Vox. Jantámos perto, na esplanada do Jardim do Lago, no Estoril, veio um pica-pau para os dois. Pergunto: «Que pontes fez para o Chega em Espanha?»

LMS — Estava com as relações exteriores do Chega e levei o André ao primeiro encontro com o Vox, em Madrid. Foi quando cortei relações com o Posser de Andrade. Deu-lhe um ataque de ciúmeira: achava que estava a pôr-me em bicos de pés, mas foi o André quem me pediu o favor. Ainda por cima, paguei do meu bolso a viagem... O almoço correu pessimamente porque os tipos do Vox perceberam que ele só queria a fotografia. Chegou uma hora e meia atrasado. O Diogo também foi. E, sem avisarem, ainda levaram o Regalla.

A 14 de setembro de 2019, houve um encontro entre Chega e Vox em Madrid com o objetivo oficial de «formar um grupo de trabalho ibérico e uma plataforma política comum» na Península, segundo adiantou ao semanário *Sol*/ fonte do partido.

LMS — Fomos recebidos pelo Javier Martín, do departamento de Relações Exteriores, e o Ruben Gallardo, vice-secretário de Relações Institucionais do Vox Madrid. Podia ter ido ao Abascal, mas não joguei logo com as cartas todas, quis ver como corria... Durante o encontro, ainda tentei que o André levasse a conversa para a parte ideológica, mas ele só queria saber como é que eles tinham votos e se havia *carcanhol* para vir dali, mais nada. Depois tentou ir a Sevilha a um comício do Abascal para se encontrar com ele, mas avisei-o de que ele não o receberia. Depois desse almoço, pensei: não tenho vida nem educação para isto.

Moraes Sarmento molha o pão no pica-pau. Pergunto: dos temas de que o Chega mais fala, algum o deixava desconfortável? A questão dos ciganos, por exemplo?

LMS — Tenho uma herdade em Moura, o Monte das Brenhas, vizinho de um acampamento de ciganos, a 500 metros. Nunca tive chatices. Uma vez roubaram-me um cavalo e fui falar com o patriarca: «Viu para aí um cavalo?» E ele: «Ah, patrão, podia ter dito que era seu e a gente não o roubava.» Se tratarmos bem os outros, não há problema. Os tipos do PAN e do BE irritam-me pela desonestidade intelectual. Acima de tudo, sou democrata-cristão, e a doutrina social da Igreja, que é um bocado salada russa porque dá para tudo, mas é a base do bom relacionamento. Em Moura, votei duas ou três vezes na CDU. Não me choca nada. Convidei para jantar o bispo D. António Dantas e o então presidente da Câmara, Pós-de-Mina. Sou estruturalmente de direita, mas não gosto de exageros, nem do fundamentalismo de setores da Igreja, mas se calhar até sou mais à direita do que eles, por exemplo. Sinto-me pessimamente

com populismos. Não é *snobice*, nem sequer *snobice* intelectual, mas sinto-me cada vez mais elitista. Tem de haver mérito. Se estiver a falar com alguém de extrema-esquerda, convicta, isso merece a minha consideração. O Jorge Sampaio, por exemplo, era um homem com grandeza...

A conversa caminhava para o fim...

LMS — Não sou adepto de futebol, mas nos primeiros tempos do Chega senti-me no meio de *hooligans*, tudo diferente da minha educação cívica e política. Estavam ali por interesses pessoais, mais nada. Ainda fiz parte, no tempo do CDS, dos chamados jovens quadros da NATO, uma escola de formação. Havia preocupação de formação política. Hoje, nada! Se um tipo tem jeito para falar, fala e pronto. O Ventura percebeu que havia um nicho de mercado político: o dos descontentes e ressentidos primários, que estão sempre contra tudo.

Luís de Moraes Sarmiento afastou-se do Chega. Enviou uma carta a André Ventura a queixar-se de «desconsiderações, faltas de respeito e mentiras, falta de ética e deontologia». No verão de 2024, os amigos Iván Espinosa e Rocío Monasterio, ambos vinculados a negócios imobiliários, também tinham saído do Vox. Diferendos com o líder Abascal e o seu carácter autoritário deterioraram relações. Por essa altura, Abascal era apresentado como um líder entrincheirado no seu castelo, desinteressado da democracia interna, e já quase todos os fundadores tinham abandonado o partido criticando a liderança autocrática do Vox. Um processo com algumas coincidências com o que se passaria no Chega.

Quanto ao programa esboçado, foi, em 2019, alvo de «corte e costura» por parte de Pacheco de Amorim. O dirigente da «velha guarda» da direita fez um *puzzle* com ideias de Castela, excertos das propostas do grupo coordenado por Sousa Lara e pitadas — por vezes passagens inteiras — decalcadas do antigo programa do PND, partido do qual fez parte. «O André nunca leu o programa do Castela ou do Pacheco de Amorim. Eu também não», admite Nuno Afonso. «Ficou pior o segundo porque o Manuel Ferreira dos Anjos teve influência na parte económica. Se já era mau o primeiro, imagine o segundo.» Depois apareceu um documento com «70 medidas para reerguer Portugal», escrito a contrarrelógio por Nuno Afonso. E foi com ele que Ventura foi às eleições.

Ventura eleito, país no divã

6 de outubro de 2019. O PS ganha as eleições legislativas e o Chega entra no parlamento: André Ventura é eleito em Lisboa, com pouco mais de 22 mil votos. É o sétimo partido mais votado, com 1,29% e 67 826 mil eleitores no país, um pouco acima da capacidade de lotação do Estádio da Luz.

Portugal deixa de ser um dos quatro países onde a direita mais assanhada não está representada no parlamento.

Com exceção de Lisboa, é no Alentejo que o Chega obtém percentagens acima da média, sobretudo em territórios com baixo poder de compra e presença de comunidades ciganas (Moura e Elvas). É a taxa de abstenção mais elevada de sempre: mais de 5,5 milhões de portugueses ignoram o ato eleitoral. A maioria da população não vota. Ventura tenta vender uma certeza logo após a festa. «O Chega vem para reforçar a democracia, não para a minar», garante. «Não há razões para qualquer tipo de alarmismos.»

A entrada de Ventura na Assembleia e as aparições posteriores no plenário representaram, para muitos, um milagre há muito aguardado. «Depois de o André ser eleito, ficámos em êxtase! Para mim, foi como se visse um cego a ver ou um paralítico a andar!», escreveu a dirigente nacional Lucinda Ribeiro, mas parte do país (políticos fiéis ao decoro institucional, setores da imprensa e do comentário *mainstream*) deita-se no divã e interroga-se: o que aconteceu para merecermos Ventura e o Chega? Onde falhámos? Era preciso escavar fundo.

Em países europeus, onde estes casos ganharam outro substrato, estudavam-se há muito fenómenos de «insurgência eleitoral» e os efeitos da geografia do descontentamento ou do ressentimento. Em Portugal, segundo os geógrafos Paulo Madeira, Katielle Silva e Jorge Malheiro, «áreas pobres ou em declínio, muitas vezes negligenciadas durante muito tempo pelo poder político, ao ponto de este lhes ter feito sentir que são “lugares que não importam”», revoltaram-se através do voto. No fundo, vingaram-se do facto de serem deixadas para trás, algo que a França e o Reino Unido tinham experimentado, neste último caso com o Brexit. Analisados os mapas da votação por município, estes investigadores encontraram uma correlação eleitoral entre o partido de Ventura e a coligação liderada pelo PCP. Ou seja, «onde o Chega teve mais votos, a CDU perdeu mais». Os problemas económicos na origem deste quadro apareciam, também, associados à presença de imigrantes, de comunidades ciganas e a um maior peso do RSI.

Alentejo: ir aonde ninguém ia

Depois do fiasco das eleições europeias, o Chega não dormiu. E se alguém esteve de olhos bem abertos foi Luís Graça, o dirigente nacionalista associado à facção extremista, para muitos o repelente neonazi do partido.

«O Alentejo era uma região de grande pobreza e onde as pessoas ainda vivem com muitas dificuldades. Havia zonas aonde os políticos não iam há muitos anos. Então aparecemos nós», contou-me quando, em 2024, nos encontrámos num bar em Viana do Castelo, por alturas do congresso do Chega na cidade. O presidente da mesa marcou o primeiro conselho nacional, em julho de 2019, no auditório do Museu da Tapeçaria, em Portalegre. Não foi ao acaso. «Temos de ir aos locais mais pequenos», sugerira a Ventura. «Levei o André a Estremoz, a Beja, passei a andar muito pelo Alentejo...», revelou Luís Graça. Outros viraram o quotidiano pessoal e profissional de pernas para o ar pelo Chega. Júlio Paixão, por exemplo, morava em Lisboa, era vendedor e empresário consolidado, mas os pedidos de Ventura para mobilizar o novo partido no Alto Alentejo motivaram-no e foi para Portalegre preparar o terreno.

Luís Graça, por seu lado, estudou o fenómeno Trump e o que se passou nas antigas zonas industriais em França, na província. «Só com gente de esquerda é que lá íamos», explica. «O operário, as pessoas da classe trabalhadora, com a deslocalização das fábricas e das empresas para a Ásia, começaram a perder empregos e qualidade de vida. E a esquerda deixou de estar tão perto delas.»

Não era nos escritos de Nicolas Mathieu ou Didier Eribon que Luís Graça se inspirava para traduzir mudanças sociais que levaram antigos eleitores comunistas em França para a extrema-direita, mas os argumentos coincidiam. Podiam até, com esforço, explicar outras mudanças no Alentejo. «Sem apoiar a extrema-direita nem por um nanossegundo, acredito que um comunista que vota na Frente Nacional o faz porque perdeu o emprego e exige proteção económica e de identidade», afirmou Nicolas Mathieu, autor de *Leurs Enfants après eux*, crónica da decadência industrial francesa. Na ficção e na vida, o escritor não encontrava motivos para idealizar a classe operária, nem mesmo quando lhe reconhece atenuantes para «quase tudo».

Retorno a Reims, poderoso testemunho autobiográfico de Didier Eribon editado em 2019, parte do mesmo pressuposto, e ambos o fazem sem renegar as raízes operárias de esquerda e os territórios retratados nos seus livros. «Ser comunista não tinha quase nenhuma relação com o desejo de ver instaurar-se um regime semelhante ao da URSS», descreve, a dada altura, Eribon. «Na realidade, a adesão aos valores comunistas baseava-se em preocupações mais imediatas e mais concretas.» Ou seja: «Tratava-se de um protesto, não de um projeto político inspirado por uma perspetiva global.» Tal como Nicolas Mathieu, também Didier Eribon se desalinha das narrativas doutrinárias que idolatram a classe operária e lhe retiram complexidade e contradições. No seu livro, dá exemplos dos discursos familiares e dos operários nas décadas de 1980 e 1990, em tudo semelhantes à atual retórica extremista e excludente da direita: entre outros, o desejo de expulsar imigrantes e instaurar a «preferência nacional» no acesso ao emprego e às prestações sociais, o endurecimento da repressão penal, o apreço pela pena de morte. «A captação, pela extrema-direita, do antigo eleitorado comunista (ou de eleitores mais jovens que começaram logo a votar na Frente Nacional, visto parecer que os filhos dos operários votaram na extrema-direita

mais fácil e sistematicamente do que os pais) foi possibilitada ou facilitada pelo racismo entranhado que era uma das características dominantes dos meios operários e populares brancos», escreve Eribon. Sentimentos que, acusa, «o Partido Comunista não se privou de bajular, de forma odiosa, em numerosas ocasiões».

Luís Graça, nacionalista identitário do Chega, não estava, pois, desfasado da realidade além-fronteiras e de como esta podia ser interpretada em «casa». Por isso, entre os conselhos dados a Ventura figurou este: «Não devemos atacar o PCP, temos de atacar o Bloco de Esquerda. O Bloco é que faz o combate cultural», reforçou, explicando: «Muitos militantes e eleitores do PCP são tradicionalistas, com valores. Um exemplo: não sou aficionado das touradas, mas muitos comunistas ainda são. No BE não há disso...» Graça assumia a sua empatia pelo «mercado» da esquerda. «O Chega não pode alienar esses eleitores», repetia nas reuniões. «Portugal é maioritariamente de esquerda, mas há um território comum entre o eleitorado do PCP e do Chega: algum tradicionalismo, a componente patriótica, um certo lado conservador», afirma, convicto. «O PCP preserva as tradições, a nossa cultura, sempre fez bom trabalho nessas áreas. Vais por esse país fora, às aldeias, mesmo em sítios onde os comunistas não são tão fortes, como no Minho ou na Beira Baixa, e não faltam associações culturais dinamizadas por gajos do PC», descreve.

Luís Graça bateu muito nessa tecla dentro do Chega. «Sempre falei da necessidade de irmos por estes caminhos», garante. «Tens de criar maiorias ideológicas. O PCP perdeu eleitorado, mas porque o mundo do trabalho mudou. Precarizou-se. A luta de classes agora é a luta das causas e o Chega entrou nesse mundo», enuncia com um recado: «As pessoas com dificuldades querem lá saber se os jornalistas dizem que o Graça é nazi e o Ventura é fascista. Primeiro, sabem que não é bem assim. E depois estão a marimbar-se para o que vocês escrevem.»

«Qual foi a reação de Ventura?», perguntei. «Percebeu que era por aí?»

«Ele percebe as coisas muito rápido», sorri Luís Graça, com uma leve ponta de ironia. «Penetrámos no Alentejo profundo e deu certo, essa é a verdade.»

Era uma vez o PCP

Os exemplos de que Luís Graça falava existiam. Eu próprio conhecia o perfil, falei com alguns, mas dois ficaram-me na memória.

Se rumássemos a Odemira, no litoral alentejano, encontrávamos o apicultor Manuel Cheta, com meio século de vida cumprido em março de 2020. Até há uma dúzia de anos votara sempre na CDU, a coligação do PCP com «Os Verdes». Depois, sofreu picadas de desilusão até descobrir o Chega. «Fui saltitando. Escolhia os que mentiam menos, mas casos como o do Sócrates deram-me a volta ao estômago.» Quando ouviu Ventura falar de corrupção, disse: «É este!» Por razões profissionais, Manuel Cheta percorria o país e arrebitava a orelha para conversas de café. «Chamem-lhe racismo ou

xenofobia, mas há questões que deixaram de ser tabu. Existe muita gente a pensar como o André.»

O percurso de Carlos Tasanis, jovem empresário em 2020, também foi dar ao mesmo destino de Manuel Cheta, mas com mais história e controvérsia pelo meio. Desde logo, o passado fora, para ele, um lugar difícil: abandonado pela mãe, órfão de pai, viveu com uma avó e uma tia, pobres. Na escola, reprovou algumas vezes. «Vizinhos e comerciantes ajudavam-me muito. Sempre estive ligado à política porque era a forma de retribuir. Já cresci em crise, toda a minha infância foi em crise.» Aos dezasseis anos já viva sozinho e estudou até fazer dezassete. Inscreveu-se nos Comandos em 2010, fez a recruta, o curso. Aos dezanove anos, estava no Afeganistão. Oito meses. Mais tarde, desiludiu-se com a vida militar e saiu. O dinheiro das missões deu-lhe para abrir um bar, mas correu mal. Emigrou, viajou pela Europa, trabalhou nos Países Baixos. Quando falámos, frequentava, enquanto trabalhador-estudante, o 3.º ano de Relações Internacionais na Universidade de Évora.

Tasanis tinha um carrinho, adaptado por ele, para vender batatas fritas nas feiras e outros eventos. Vivia disso. Cresceu no Alvito, andou com as gémeas do Bloco de Esquerda, Joana e Mariana Mortágua, na escola. A família votava no PCP. «Todos eles eram comunistas, bastante fanáticos.» Em miúdo, viam-no nas campanhas eleitorais e caravanas da CDU, de bandeirinha na mão, «mas os tempos mudaram e os partidos não se adaptaram». No caso dele, a pirueta foi de monta: passou a elogiar Salazar, «um bom homem» e «melhor estadista de sempre». Detestava a ideia de um país multicultural, *united colors*, a fazer lembrar a publicidade de uma marca de roupa. «Os portugueses são brancos e europeus.»

Tasanis pertenceu ainda ao núcleo de Évora do movimento NOS, de Mário Machado. Depois de algumas desilusões, apareceu o Chega. «O André devolveu-me um bocadinho o orgulho e acreditei que é possível viver num país melhor.» Não foi apenas ele a mudar. «O eleitorado comunista piscou o olho ao discurso do André», garantiu. «A minha família, apesar de pequena, simpatiza com ele, votou no Chega em 2019. E todos eles eram do PCP.»

Mais uma vez, a narrativa sobre a comunidade cigana ajudou. «O voto foi para mostrar indignação. A forma como André discursa ajuda», reconheceu. Dava o exemplo do Alvito, onde a percentagem do Chega foi superior à de âmbito nacional. «Há cada vez mais ciganos. Saíram de um pequeno bairro onde viviam, foram para o meio da vila e isso revoltou as pessoas. O povo trabalha, vive em condições miseráveis e aqueles que nada fazem têm mais regalias.»

Esse era o caminho que Prudêncio Canhoto recusava trilhar. «Não alimento ódio social contra brancos, amarelos, azuis, classe social, profissão, região, clube, etc.», reagiu o antigo mediador cigano da Câmara de Beja, oriundo do bairro da Salvada, eleito «Cigano do Ano» no âmbito de um programa do Conselho da Europa. Depois dos resultados de 2019 e da entrada de Ventura no parlamento, o então presidente da Associação de Mediadores Ciganos de Portugal sentia-se em terreno minado. «Já cá

estamos há quinhentos anos», lembrou, «mas o sentimento entre as comunidades é de revolta e de medo... e eu tenho medo desta revolta.»

Prudêncio Canhoto lembrava a exclusão dos ciganos de trabalhos sazonais no Alentejo em detrimento dos novos migrantes, o quotidiano sofrido. «Em alguns casos, nem os cães abandonados vivem em piores condições», garantiu. Havia medo, sim, e uma raiva a nascer-lhes nos dentes, como diz uma canção de Sérgio Godinho. «A maior parte dos ciganos vive do RSI, mas os nossos jovens querem uma oportunidade de trabalho e são poucos a tê-la», referia. «Illegalidades praticadas por um cigano são imputadas a todos, mas nunca ouvi dizer “foram os alfacinhas” quando não é assim.» Havia membros da comunidade em lugares destacados (políticos, advogados, assistentes sociais, polícias, professores), mas a parte negativa prevalecia. Prudêncio, sempre a domar maus instintos, fazia dos bons exemplos uma missão enquanto pastor evangélico. Ao Chega e aos seus apoiantes, não respondia nem dava pasto para conflito. «Não me misturo com gente que utiliza a árvore para caracterizar a floresta.»

Carlos Tasanis, ao contrário, só via a «floresta». Enquanto Prudêncio Canhoto travava ímpetos entre os seus, ele mobilizava jovens entre os vinte e os trinta e cinco anos para o Chega através de *chats* privados nas redes sociais e grupos no WhatsApp e no Telegram, embora na altura muitos estivessem a mudar-se para o Instagram.

Gabava-se da sua rede de contactos em Évora. No Alvito, distrito de Beja, mobilizou amigos de infância para votar e passar a palavra. «Consegui que umas dez pessoas se demitissem do PSD e ingressassem no Chega. Todas as semanas aparecia gente a querer inscrever-se no partido.» Nos grupos, notou a adesão de abstencionistas crónicos, «a maioria a trabalhar, alguns pequenos empresários, estudantes, licenciados».

De notar que ele próprio não aderiu «à maluca». Quis perceber quem mandava no Chega além de Ventura. As indefinições ideológicas ainda lhe faziam confusão naqueles meses de 2020. «O partido não sabe se é conservador, nacionalista ou mais liberal. E o programa é um bocado confuso», mas bastou Ventura escaqueirar o politicamente correto para o seduzir e dispensar rótulos. O seu modelo era o italiano Salvini. «Gosto de pessoas do povo, humildes. Ele tem essas qualidades. É um líder natural, não é feito em laboratório.»

Muitos meses depois desta conversa, Carlos Tasanis saiu do partido. O pretexto, já se contou, foram as suspeitas de uma entrada em massa de elementos ligados a organizações de cariz extremista ou fações neonazis.

Luís Graça, entretanto, não se limitou a conhecer bem o Alentejo e a dar-lhe importância eleitoral. Também aí recrutou gente da sua linha ideológica, mas mesmo outras zonas do território não lhe eram inóspitas. «Sabia que teríamos grande votação no Algarve porque, quando estive no PNR, os melhores resultados da área nacionalista eram ali e na Margem Sul: Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.» Nas

legislativas de 2019, recordou, «o Chega não conseguiu capitalizar esses concelhos nas primeiras eleições, só depois. No Algarve foi diferente». Já Lisboa é uma história com contas à parte. «O André foi eleito graças à equipa que trabalhou as redes sociais e a grande parte do setor nacionalista e identitário, que não gostava do partido nem dele, mas, por respeito a mim, votou Chega», contou. «Recebi muitas mensagens de telemóvel neste sentido: “Temos de começar por algum lado e, se calhar, pode ser por aqui.” Houve pessoas que foram votar, tiraram fotos e depois enviaram para mim com *emojis* a vomitar», pormenorizou. «Ainda guardo isso...» Em Lisboa, o PNR perdeu 2369 votos em relação a 2015. «Se eu não estivesse no Chega», atesta Luís Graça, «essas pessoas não tinham uma referência».

A ressaca do PSD

Por agora, avancemos uns meses ao encontro do Centro Cultural de Viana do Castelo. Nessa «nave» com vista para o rio Lima, desenhada pelo arquiteto Souto Moura, no fim de semana de 7 a 9 de fevereiro de 2020 os sociais-democratas coroaram Rui Rio no 38.º congresso, após a vitória nas eleições diretas contra Luís Montenegro e Miguel Pinto Luz. O Chega não foi o tema principal dos discursos daquele conclave, longe disso, mas, a julgar pela ressaca da derrota do PSD nas legislativas, meses antes, André Ventura seria o ausente mais presente nas conversas de bastidores. Por isso, tentei a minha sorte.

A intervenção de abertura de Rui Rio foi lida nas entrelinhas. «Não temos qualquer afinidade com as forças de direita, nós não somos nem seremos nunca uma força de direita», afirmou, citando o fundador Sá Carneiro, palavras ditas em 1978. Uma coisa, alertou Rio, era o PSD liderar a direita contra a maioria de esquerda. «Outra, completamente diferente, é sermos nós próprios a direita.» E isso ele não queria.

Na manga lateral de acesso ao auditório encontrei Hélder Silva, então presidente da Câmara de Mafra. A liderança dos autarcas do PSD dava-lhe uma panorâmica privilegiada sobre o que me levava ali. «O Chega está a entrar em alguns setores sociais — bombeiros, polícias, professores, médicos — que são pilares essenciais do Estado», admitiu sem disfarçar a inquietação. Estávamos, recorde-se, no início de 2020. «Há um descontentamento em relação à política e aos partidos que, por vezes, resvala para uma linguagem quase militar. A brecha foi aberta e o alargamento dessa brecha pode ser perigoso», alertava o autarca. «Os partidos tradicionais, PSD incluído, adotaram medidas que tendem a enfraquecer as forças policiais, mas a polícia, quando atua, não pode pensar na censura mediática que eventualmente terá...» Ficou o recado.

Depois procurei Gonçalo Valente, à época líder da distrital de Beja. Quando lhe falei de Ventura suspirou, como se adivinhasse. As sobrancelhas acentuaram o ar resignado. «Na nossa região, o Chega andou à boleia de grupos de forçados, gente da

tauramaquia e associações de caçadores. Falou de questões do mundo rural que as direções dos partidos tradicionais em Lisboa ignoram.»

Para ele, Ventura tinha escutado o grito mudo do eleitorado, a corda tensa, invisível, à espera de quem nela tocasse e a libertasse. «Ele percebeu a abstenção», sintetizou o empresário de Ourique. «Os cafés têm sempre a CMTV ligada e a agenda dele é reflexo dos noticiários do canal. Pode ter um discurso cheio de nada, mas, para muitos, é uma mão cheia de tudo.» Causas e temas «foram subtilmente aproveitados». O Chega encontrou-se «com aquilo que as pessoas querem ouvir», disse-me, à conversa num canto do recinto. No seu distrito, o PSD perdeu quase 6500 votos e o único deputado eleito. «Muitos militantes», contou-me Gonçalo Valente, desgostoso, «devolveram o cartão e disseram-nos na cara que o Chega era melhor».

A eleição de Ventura marcou o início de um fenómeno difícil de travar. «O Chega tem grande margem de progressão, poderá subir exponencialmente. Arregimentou, até em termos financeiros, setores que não se sentem representados pelos partidos tradicionais. Foram buscar votos a todo o lado, mas o PSD e o CDS foram os mais afetados.» Era, pois, preciso, segundo ele, antecipar danos. «É um erro de cátedra pensar que Ventura é um fenómeno urbano», justificou. «Esse pensamento só servirá para reduzir os outros partidos à insignificância.» O PSD não devia, pois, erguer muros. «É preferível ter o Chega por perto, incluí-lo numa eventual aliança à direita, em vez de reagir com intolerância. Não abrir esse horizonte será um grande erro estratégico.»

Nesse fim de semana, enquanto matava saudades das bolas-de-berlim do Manuel Natário, pousei os olhos num artigo de Pacheco Pereira, no *Público*, sobre Trump, que já então destruía a imagem dos adversários por todos os meios. «Nunca um político em democracia usou, com maior desprazo, a mentira como instrumento de poder», descrevia o cronista. O presidente dos EUA inovara na manipulação, nos mecanismos das redes sociais, na criação de uma ecologia mortífera feita de agressividade tribal. A política transformara-se, enfim, num *reality show* no qual a mediação da imprensa já não contava e a televisão era usada como máquina de propaganda eficaz. Os comícios e insultos serviam apenas para inflamar a sua «base».

Era esta a cartilha de Trump, segundo Pacheco Pereira, e já estava entre nós. «Tem de haver coragem para combater a demagogia e o populismo, que são dois dos mais perigosos adversários da democracia», afirmou Rui Rio no encerramento daquele congresso do PSD. Era, por certo, verdade, mas a «verdade» do Chega também já estava a fazer caminho. Sem precisar de jornalistas ou mediadores de qualquer espécie e, sejamos francos, sem se preocupar muito com o que o líder do PSD dizia.

E Cléon entrou na Assembleia

Um dos paradoxos da democracia é a capacidade de gerar o seu próprio déspota. A frase é de Simon Schama, historiador britânico, no *Financial Times*. À data de publicação do ensaio, André Ventura era ainda uma hipótese de deputado. Quando o li, semanas depois, as palavras de Simon Schama pareciam vir com alarme.

O escritor remontava à Grécia antiga para resgatar o perfil de Cléon, denunciado por Aristóteles e Tucídides, que se exibia na arena política «como o flagelo do *establishment*» ao qual, na verdade, pertencia.

Satirizado por Aristófanes na peça *Os cavaleiros* por encarnar o símbolo da classe «indesejável» dos demagogos, Cléon era, nas palavras de Simon Schama, a marca registada da «grosseria cómica (ah, é apenas Cléon sendo Cléon)»: excitava a multidão, violava o decoro convencional da assembleia ateniense e fazia-o com gritos histriónicos e aparições vulgares, amigáveis ao público.

Cléon, «a fajardice em pessoa, a linguinha mais afiada que já se viu», na narrativa dramatúrgica, é o retrato de um tipo de político contemporâneo: disfarçado com a máscara do serviço permanente ao povo e à pátria, mistura e confunde assuntos, agita conspirações infundadas, atordoa as massas, atrofia o bom senso coletivo e persegue, ericado, os adversários políticos. «Como o pescador de enguias, se as águas estão calmas não pesca nada; mas se as revolve de cima para baixo, a pescaria é grossa.»

Quem navega à tona desta encenação prefere a oclocracia à democracia. O termo terá sido cunhado por Políbio, no século II a. C., e nele cabem o princípio, o meio e o fim do momento atual, «turbopopulista» e de caos digital. Trata-se de um sistema assente numa forma degenerada de prática política e de governo, alimentada a rancor. Dispensa a razão, o bem comum, as leis e a mediação institucional, e corporiza os piores instintos da multidão caótica, desinformada e desorganizada, que assim impõe a sua «tirania».

A 30 de outubro de 2019, na estreia em plenários parlamentares, André Ventura empacotou a sua visão do estado na nação em setenta e dois segundos. Criticou as «gorduras» e o programa do governo. O estado da Saúde. A corrupção. O enriquecimento ilícito. A promiscuidade dos deputados com empresas privadas. As esquadras policiais fechadas. Os impostos elevados. O custo de vida. A idade para mudança de sexo. E mais alguns assuntos.

A enxurrada de argumentos não visava construir algo a partir das denúncias, verdadeiras ou falaciosas. O objetivo era afogar os oponentes em tópicos e impedir uma reação articulada. Desse modo, conseguia «diminuir e degradar potenciais respostas, contribuindo para a construção de um contexto de falência das instituições, pessimismo generalizado e desconfiança em relação ao sistema político vigente», como notou Manuel Cruz na sua tese de doutoramento em Ciências da Comunicação sobre *A narrativa populista do Chega na Assembleia da República*.

Este método tem um nome: Gish Gallop ou Galope de Gish. Para um populista com pretensões messiânicas, consiste em confeccionar uma amálgama de tópicos, dados e percepções que sobrecarregue o oponente e projete o orador, perante as massas, como um cavaleiro solitário na sua cruzada contra um sistema perverso, corrupto e falido. Bárbara Reis referiu-se ao tema no *Público*, citando um artigo da *America — The Jesuit Review* a propósito da degradação dos debates escolares nas instituições de ensino dos EUA: os alunos diziam 300 palavras por minuto quando o ritmo de uma conversa normal são sessenta.

O artigo, escrito em 2017 por um caloiro de Yale que, nesse ano, integrou a equipa vencedora do campeonato nacional de debates do ensino médio, tem, no entanto, mais para espremer. O autor é Jack McCordick, hoje colunista do *The New York Times*, da *Vanity Fair* e da *New Republic*. Que dizia ele?

Os debates escolares, outrora incubadoras de génios e da próxima geração de líderes do século XXI, transformaram-se em palcos de oradores maquiavélicos a debitar frases a ritmos alucinantes, sem prezar o rigor ou a verdade. Deram lugar a argumentos bizarros, absurdos, pouco ligados ao mundo real, do tipo «um novo programa de pensões de reforma desencadeará uma guerra nuclear» ou «a sobrelotação das prisões destruirá a camada de ozono». Quanto mais apocalíptico o resultado, melhor o efeito. De tradição educativa nos EUA, estes debates já quase não produzem pensadores livres, comprometidos com a busca da verdade. Segundo McCordick, são mais um jogo intelectual, de domínio das habilidades discursivas através de técnicas usadas para esconder e confundir, inspiradas no boxe e destinadas a «espancar» o adversário até à submissão. «Os problemas que assolam o debate no ensino secundário estão espelhados na nossa esfera pública», resumia.

Em Portugal, André Ventura aperfeiçoou o modelo a partir do ringue mediático proporcionado pela sua eleição. Os bastidores do quotidiano do deputado eram, a esse respeito, elucidativos, mas não desvalorizemos. «O André é supertrabalhador, muito esforçado», reconhece Nuno Afonso, na altura chefe de gabinete. «Logo no início do mandato», prossegue, «discutiu-se algo que não era da minha área nem da dele. Estive dois ou três dias a estudar o tema, a preparar resumos, etc. Entreguei-lhe o *paper* uma segunda-feira ao final do dia, ele viu aquilo à noite e, no dia seguinte, discursou, sem ler. “Foda-se, este gajo é mesmo bom!”, pensei. “É ainda melhor do que eu imaginava!”» Para o também fundador do partido, o mérito era evidente: «O André é jogador de grande área, em dois metros faz a diferença.»

Gerardo Pedro viu algo parecido. Numa campanha eleitoral, foi a Leiria encontrar-se com Ventura para fazer um último vídeo para o tempo de antena do partido. No fim de uma arruada, levou-o à sede local para filmar. «Pôs-se à minha frente e, durante dez minutos, tau, tau, tau, gravou sem papéis e sem repetir uma palavra. No fim, caiu no chão, de joelhos, todo rebentado...» O dirigente nunca viu

nada igual. «Impressionante! Aquela porcaria sai-lhe mesmo assim. O gajo é muito bom, muito inteligente.»

A frente parlamentar, recinto de eleição, era uma extensão dos comícios, e vice-versa. Nos bastidores, improviso e remendos costuravam o mediatismo. «Um dia gostava de assistir a uma reunião de outro partido para perceber se é tudo assim...», zomba Gerardo Pedro. «Era tudo em cima do joelho», recorda o então responsável pelos conteúdos digitais do Chega e do deputado, que andava pelos corredores da Assembleia sempre artilhado de computador portátil, telemóveis e câmaras. «Uma vez por semana ia de Santarém a Lisboa fazer vídeos e tal. Estava com a malta no parlamento e assistia a tudo. Saía uma notícia de merda de manhã, algo que estivesse a *bombar*, e arranjava-se logo maneira de fazer um projeto de lei sobre isso», descreve. «Era assim, tudo à parva!»

Nuno Afonso confirmou a prática a Alexandre Malhado, autor de *Dias de raiva*: «Abriamos o *Correio da Manhã*, basicamente», explicou. «Ele [Ventura] lembrava-se de qualquer coisa que estava na ordem do dia.» E daí nascia uma iniciativa parlamentar, uma declaração aos jornalistas no próprio dia. Algumas, apesar de anunciadas, nunca chegaram a entrar nos serviços da Assembleia. «Os projetos, as propostas, era tudo na base da caça ao voto, com o André a dar ordens...», sustenta Gerardo Pedro. A forma como a mensagem e as prestações do líder surgiam nos canais e páginas digitais do Chega dava ares de alto profissionalismo, apesar de recursos amadores. «Cinco minutos depois de ele terminar um discurso, aquilo estava *online*», envaidece-se. «A maior parte dos títulos do material publicado na Chega TV, no YouTube, eram quase sempre sugeridos por ele: o “arrasa”, os títulos bombásticos, André isto, André aquilo... Tudo ele!»

A linha gráfica da comunicação do Chega, com letras garrafais, como se gritassem, tinha sido definida por Gerardo. O trabalho diário para o partido e para o deputado confundia-se. Gerardo fazia-o de casa, uma ou outra vez em Lisboa. O pico de visualizações, de engajamento, ocorreu após a eleição de Ventura. «Logo no dia a seguir!», reforça. «Um vídeo da primeira intervenção dele no parlamento teve 400 mil visualizações... O gajo nisso não dá hipótese.»

André Ventura, Patrícia Carvalho e Gerardo Pedro produziam, os grupos nas redes sociais faziam o trabalho de evangelização. «A Lucinda era muito boa nisso, muito forte», reconhece. «Havia centenas de grupos. Se não era administradora, estava ligada de alguma forma. Os “cheganos” punham tudo a circular muito rápido, uma doideira, nunca vi igual.»

«Por circunstâncias que combinam, como sempre na História, intenção e acaso, o Chega chegou e tornou-se o polo de atração populista que nunca existiu autonomamente desde o 25 de Abril», resumiu Pacheco Pereira no *Público*, reconhecendo méritos ao partido. O Chega, elogiava ainda, «fez uma excelente campanha eleitoral, começou a servir de magneto para toda a direita radical, desde os saudosos do salazarismo, aos nacionalistas e aos identitários, absorveu parte do PNR, parte dos lesados do BES, os

proto-gilets jaunes [«coletes amarelos», movimento de protesto] penetrou na polícia e na GNR, e começou a crescer no terreno fértil que vai das redes sociais à rua», descrevia, antes de finalizar, de novo premonitório: «Com um tribuno capaz na Assembleia, com o treino dos debates do futebol, tem todas as condições para crescer. É apenas um começo...»

Quando se estreou no parlamento, Ventura explicou a uma repórter do *Público* os seus propósitos. Parecia menos aferroado, mais ponderado. Ou estaria apenas a reclamar aceitação e a ensaiar manobras para se convencer — e aos outros — de que era o contrário da sua versão zangada? As congratulações e felicitações de Salvini, do ministro conselheiro da embaixada do Brasil e do príncipe Bertrand de Orléans e Bragança (descendente da família imperial brasileira e referência do movimento tradicionalista no país) davam indícios de que o partido tinha acendido uma pequena luz além-fronteiras.

Ventura não gostava de se ver associado «a um conjunto de disparates» ditos por Trump e Bolsonaro sobre mulheres e homossexuais. Também recusava parcerias com movimentos que tratassem mal determinados grupos sociais ou deixassem dúvidas quanto à natureza democrática. O Aurora Dourada, por exemplo, constituía «um bando de criminosos». A direita dele era outra. Ele até podia querer, admitiu, «uma democracia mais musculada do ponto de vista da segurança e da justiça», mas, para o Chega, «os alicerces da democracia são fundamentais». Tentava, pois, convencer-nos: «Não vai haver extremo nenhum em Portugal e acho que isso se deve muito ao Chega e ao papel que o Chega vai ter.» E colocava-se a jeito para o escrutínio: «No final da legislatura, vão reconhecer que é um partido democrático.»

Tal não significava ignorar circunstâncias ou causas de fenómenos ameaçadores na Europa. «Sabe porque é que a AfD está a crescer apesar de ser um partido ridículo, extremista e desumano?», questionava. «Porque os políticos como os nossos preferiram olhar para o lado e dizer que os problemas são pontuais e deixaram crescer os extremos.» Ou seja, «o Brexit, a Lega italiana, a Polónia, o Vox, o Chega, são uma reação das pessoas a uma ideia que nunca foi sufragada», vulgo Europa das nações. Ele queria presidencializar o regime. «Permitia poupar cerca de 20 milhões de euros por ano», justificou. «A Quarta República seria verdadeiramente democrática.» Noutros temas, foi Ventura novamente. Prometeu «penas de cinquenta anos ou prisão perpétua para violadores em série, homicidas, terroristas, pedófilos». Já os ciganos receberam palavras suaves, com entrelinhas carregadas. «Não os queremos tratar mal, não lhes queremos retirar acesso a bens essenciais do Estado», tranquilizou. «Queremos é que percebam que a comunidade cigana, como todas as outras, tem que interiorizar o Estado de Direito.» Se lhe atribuíam a autoria de um discurso excludente, Ventura reagia «contra soluções que passem por colocar as pessoas em centros e guetos como se fossem animais», mas considerava um «disparate» dar a nacionalidade imediata a quem nascesse em Portugal. «Não é só uma questão física, tem de haver um mínimo de

identidade para se ser nacional de um país. Vamos opor-nos totalmente a essa ideia, mas não nos opomos a que quem cá reside e esteja integrado tenha direitos políticos.»

A deputada de origens guineenses Joacine Katar Moreira, eleita pelo Livre, podia sossegar. «É residente em Portugal, fez cá uma parte do percurso dela, tem um direito legítimo.» Ventura prometeu votar a favor de Joacine ter mais tempo para intervir na Assembleia «devido ao problema de gaguez». A frase funcionou como um apito para os seguidores. Nas redes sociais do Chega, multiplicaram-se observações jocosas sobre a deputada e, em poucos meses, ouviríamos Ventura propor que Joacine fosse «devolvida ao seu país de origem» a propósito do tema das «reparações coloniais».

Chamem a polícia

Nos primeiros meses após a sua entrada na AR, as prestações do líder do Chega ganhariam importância desmesurada face à realidade objetiva: era o único deputado de uma força política com menos de um ano de existência, mas tirou partido da encenação televisiva, da avidez mediática pelo conflito.

O «tema» Chega perturbou jantares de família, abalou convívios e matrimónios que davam como adquiridas certas visões do mundo, mas isso era antes de aflorarem assuntos como o dos ciganos, polícias, imigrantes e subsídios sociais pelo prisma de Ventura. «Ah, nisto ele tem razão», ouvi vezes suficientes da parte de pessoas das minhas relações. Tudo era novo, disruptivo, inexplicável, desapiedado. Ventura compensava a falta de substrato ideológico com uma narrativa provocadora nas redes sociais, viral, desestabilizadora, propícia a fazer do jornalismo «declarativo» e do «Portugal sentado», impreparado e depauperado, o seu megafone.

Tal como o Vox, em Espanha, carburara a partir das sobras, dos assuntos ignorados ou negligenciados por outros, como retratou Anne Applebaum no livro *O crepúsculo da democracia*, também o Chega seguia o guião. Para a escritora norte-americana, parte dos sintomas estava presente, há muito, nas sociedades ocidentais: a oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, ao feminismo e à imigração (sobretudo muçulmana). A fúria apontada à corrupção. O aborrecimento com a política convencional.

«Portugal é um país onde o populismo não dá votos», disse, anos antes do advento do Chega, o secretário-geral da ONU, António Guterres, mas o mito da exceção nacional caiu por terra, estilhaçando tudo à volta. Os jornalistas também não estavam, no geral, preparados para lidar com o tipo de retórica, de impulsos e excitações de um partido assim. Talvez não levássemos em devida conta os efeitos da exposição prolongada a Trump e Bolsonaro. Por último, muitos pensavam que a memória coletiva herdada do 25 de Abril de 1974 consolidara, pelo menos, uma ideia mínima, consensual e perene, de democracia, pluralismo e liberdade que nos protegeria de um projeto político de rutura com esses valores de convivência.

Setores marginais e fragmentados já não se exibiam apenas de cabeça rapada, camuflado e braço estendido, ou em circuitos intelectuais semiclandestinos da nova direita. Enquanto uns tinham entrado em declínio, outros aglomeraram-se, de forma mais ou menos assumida, no Chega. Pela minha parte, antes de tudo, queria perceber o fenómeno, mas tendo presente um provérbio da Gronelândia que li num episódio da série política dinamarquesa *Borgen*: «Mandar calar um fantasma só o faz crescer.»

As forças de segurança foram o primeiro «mercado» profissional na mira de André Ventura. Antes e depois da eleição. A 21 de novembro de 2019, cerca de 13 mil agentes da PSP e da GNR, mas também bombeiros, guardas prisionais e profissionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) manifestaram-se em Lisboa, rumando às imediações da escadaria do parlamento para protestar contra a falta de segurança e a degradação das condições de trabalho. «Respeito, Dignidade, Valorização» lia-se em alguns cartazes, enquanto se exibiam números de camaradas mortos em serviço e de suicídios nas esquadras. O Movimento Zero, nascido a partir de uma rede inorgânica de polícias e militares, juntou-se a associações sindicais, promotoras da iniciativa.

O deputado do Chega, envergando camisola e pulseira do movimento, fundiu-se com a multidão, escudado e quase levado em ombros para se dirigir às massas. Foi o único parlamentar que o fez. A sua imagem icónica junto de quem protestava, com a Assembleia em fundo, faria as delícias de grupos do partido nos canais e páginas digitais. A coreografia e o simbolismo ajudaram: ele estava do lado «certo». A estigmatização dos participantes por parte de outros sindicalistas, as críticas da oposição, a indignação de intelectuais e as alusões à infiltração das forças policiais pela extrema-direita ampliaram os efeitos do episódio e deram a Ventura, e ao Chega, uma dose extra, e prolongada, de visibilidade.

«Antes do Chega, já havia Movimento Zero», garantiu-me José Dias, o polícia sentado na direção do partido. «Nasceu da ineficácia sindical e ganhou força nas redes sociais. Era tão diversificado que não dava para instrumentalizar», explica o antigo sindicalista, «mas o André, esperto, percebeu o impacto público daquilo e aproveitou a onda. Por isso, surgiram as camisolas e as pulseiras. Eu também fazia contactos, mas não os dava ao partido. Percebi mais tarde que fui claramente usado».

O movimento aparecera no Facebook em maio de 2019. A 29 de setembro, uma publicação na página oficial do partido nesta rede social anunciava que o Chega suspenderia as atividades de campanha eleitoral para homenagear um polícia agredido em Sintra. Ao mesmo tempo, a atitude simbólica despertou a atenção pública para o tratamento dado às forças de segurança pelo governo socialista. O gesto do Chega obteve o segundo maior envolvimento digital daquele período eleitoral, com mais de 1000 reações, 136 comentários e 280 partilhas, segundo um trabalho académico de Rafael Lopes sobre a importância das redes sociais para os *outsiders* políticos.

Vice-presidente do Chega à época, Nuno Afonso fez a ponte com o Movimento Zero por altura da manifestação. «Estavam órfãos de representação política e significavam muitos votos, bastava multiplicar os profissionais no ativo pelos agregados familiares. Coordenei tudo com o Hugo Ernano, foi o melhor momento político do André», recorda Nuno Afonso. «Nas traseiras da AR, estavam outros polícias preparados para intervir contra os próprios colegas, a tensão era grande. Disse-lhe para ele agradecer aos que estavam cá fora, mas também aos que estavam a trabalhar, para mostrar que eram todos iguais. E isso caiu bem.» Se grande parte dos integrantes do Movimento Zero já se identificava com as posições do deputado, as portas escancararam-se. «Sabia que tínhamos muito apoio nas forças de segurança e nos sindicatos pois conhecia muitos dos operacionais, eram, e são, meus amigos», assume Nuno Afonso. «Tentei tirar proveito político disso pois estava ali um isco, mas o facto de o Chega ter conseguido, nessa altura, alguma influência e dinâmica nesses setores também se deve ao falhanço dos outros.»

Polícias e militares inscritos no Chega «não havia, eles não podem ser filiados», disfarçou Nuno Afonso, numa esplanada em Carnide, em 2022, sorrindo. «Não podem, mas são», retorqui, com base nas minhas investigações e documentos a que tivera acesso. Ele calou-se e sorriu de novo. Era um tema delicado. Abordá-lo-ia com outra profundidade mais tarde quando, após longos meses de «pesca à linha», consegui finalmente destapar o «braço armado» do Chega.

Uma coisa Nuno Afonso confirmou: nas eleições regionais da Madeira (2019), as primeiras a que o partido concorreu, não havia nomes em número suficiente para compor a lista. Então, falou com elementos do Corpo da Guarda Prisional e do Grupo de Intervenção e Segurança Prisional (GISP) no Funchal e, na sequência da conversa, 40 guardas e os seus familiares disponibilizaram-se para completar os quase cem lugares da candidatura.

Com experiência militar e na área da segurança privada, Samuel Martins conheceu bem as entranhas e ramificações do partido, do qual foi militante. Seguiu o movimento nas «redes» e participou na manifestação diante do parlamento. «Aquilo nasceu à margem do Chega, mas, aos poucos, o André viu ali o seu miniexército», conta o ex-dirigente da distrital de Leiria, que fez segurança em eventos daquela força política. Samuel, «Sam» para os amigos, ajudou ao protesto e viu o partido «atrair o descontentamento e ressentimento de elementos dos corpos de segurança, dos setores militares, da vigilância privada e a arrastar ex-militares com experiência de combate e guerrilha».

Anos depois, quando cortou de vez as amarras com o Chega ao ponto de retalhar, à tesoura, o cartão de filiado, disse-me: «Ainda não percebi se o Chega quer a Quarta República ou o Quarto Reich, mas espero bem que o André nunca alcance o poder», avisou. «Ele rodeia-se de gente com uma fé cega, mas ainda não tem os meios. No dia em que os tiver, acordamos em ditadura.»

No território digital, multiplicavam-se *posts* racistas e xenófobos da autoria de agentes da PSP, militares da GNR e guardas prisionais. Em muitos desses perfis surgia o símbolo do Movimento Zero e era feita propaganda ao Chega. No *Expresso*, Manuel Morais, ex-vice-presidente do maior sindicato da PSP e antropólogo com um mestrado sobre policiamento em «zonas urbanas sensíveis», condenou a presença do deputado no protesto do Movimento Zero. «Senti nojo. Houve um assalto de Ventura à manifestação», assumiu. «Se este é o caminho, preocupa-me muito.»

Os ódios de simpatizantes ou militantes do Chega nas páginas digitais estavam bem identificados por esta altura: eram dirigidos, entre outros, ao ex-chefe de governo José Sócrates (acusado de corrupção), à jornalista Fernanda Cândia, ao banqueiro Ricardo Salgado, ao «escurinho» António Costa, ao «papagaio» Marcelo Rebelo de Sousa, ao «pedófilo» Ferro Rodrigues e às «manas» Mortágua. A isso juntavam insultos racistas e xenófobos, por vezes com recurso à exibição de vídeos manipulados ou descontextualizados. Os elogios iam para Salazar ou figuras públicas como o «superjuiz» Carlos Alexandre, magistrado cuja fama se deve a vários processos mediáticos que teve em mãos, sobretudo ligados a corrupção política, e que também pronunciou Mamadou Ba pelo crime de difamação a Mário Machado, quando aquele o implicou nas circunstâncias do assassinato de Alcindo Monteiro.

No fim de 2019, o espaço mediático estava consumido pelas diatribes de André Ventura e as encenações do Chega. O programa eleitoral desaparecera por momentos do *site* oficial do partido. O líder procedeu a alterações para que o texto assumisse, entre outras passagens, o compromisso com a escola e a saúde pública. «Não compete [ao Estado] a produção ou distribuição de bens e serviços, sejam esses serviços de Educação ou de Saúde», escrevera-se, porém, no documento sufragado nas urnas. Era mais uma prova de que Ventura não o teria lido. «Ele quis sempre tudo pouco estruturado, avulso», crê a fundadora Fernanda Marques Lopes. «Nem sequer leu o programa, limitou-se a validar a porcaria do *copy-paste* do Pacheco de Amorim.» Um erro coletivo. «Um disparate», concorda a ex-presidente do conselho de jurisdição, que recorda o desconforto pela insistência nos ataques às minorias. «Defendo gangues, defendo pretos», reagia também Cristina Vieira, indignada com os estigmas e generalizações na praça pública. «Ventura não acredita em coisa alguma. Ou melhor, ele acredita, em cada momento, naquilo que lhe dá mais jeito acreditar», resumiu o cronista João Miguel Tavares, no *Público*.

Em balanços jornalísticos de 2019, Ventura foi considerado a «personalidade do ano», no caso do *Expresso* por escolha da esmagadora maioria dos leitores. Nos canais partidários no YouTube, o Chega liderava preferências, com quase 29 mil subscritores. A soma da tração digital das outras nove forças políticas não chegava sequer para lhes fazer cócegas.

Longe das luzes da ribalta, o partido continuou a complicar a vida aos técnicos da Entidade das Contas e a deixar um rasto de suspeitas. No relatório sobre a prestação de contas anual, este organismo alertou para a eventualidade de estarem a ser canalizados para o partido «financiamentos proibidos». O dinheiro tinha começado a entrar, disso não havia dúvidas, e a candidatura presidencial de Ventura bem iria precisar. Ao mesmo tempo, havia no partido um certo submundo por descobrir. Qual era a face oculta do Chega?

O CAVALEIRO DAS TREVAS

Quando 2020 começou, o partido já trazia um dilema de trás: a escolha do candidato presidencial nas eleições do ano seguinte. O Chega dividiu-se quanto à hipótese de o próprio líder encabeçar essa batalha, e o conselho nacional na Nazaré, a 11 de janeiro, partiu-se ao meio. A favor de Ventura, argumentou-se que o Chega teria mais uma hipótese de ocupar o espaço público, angariar mais aderentes e donativos. Marcelo Rebelo de Sousa possuía aura de vencedor antecipado dado os seus índices de popularidade, mas as eleições eram um ensejo para, num curto espaço de tempo, voltar a testar André Ventura.

Antes disso, formularam-se outras soluções; o próprio líder o terá feito. Francisco Moita Flores foi sondado. O antigo inspetor da PJ, escritor e ex-autarca em Santarém riu-se da sugestão do amigo, mas saiu em sua defesa no Facebook dias após a eleição do deputado: «A brutalidade dos insultos contra André Ventura resulta de uma enorme ignorância sobre o visado», escreveu.

O partido tentou outras hipóteses. «Sugeri-lhe o tenente-coronel Marcelino da Mata e ele não fazia ideia de quem era», lamentou-se o ex-dirigente nacional Carlos Monteiro, referindo-se ao mais condecorado militar do Exército português, falecido em fevereiro de 2021, de covid-19.

Por um acaso, o tema veio à mesa num almoço no restaurante Pedra Bela, em Santa Maria da Feira, quando, em reportagem, conheci Américo Santos, empresário de São João da Madeira e pai de Pedro Nuno Santos, ex-ministro do PS e eleito líder socialista em 2024. Diante de uns panados com arroz de feijão, ele respigou as suas memórias coloniais. «Conheci o Marcelino da Mata muito bem.» Furriel de artilharia, Américo Santos viveu por dentro «o abandono de Guileje» pelas tropas portuguesas, drama maior, mortos a monte. «Já tinha uma opinião formada sobre a guerra, o meu pai era de esquerda, mas a consciência política ganhei-a lá», assumiu. «A dada altura, já não havia caixões nem espaço na enfermaria, os corpos acumulavam-se nas *Berliet*.

Quando me pediram para identificá-los, dei nomes à sorte, já não os reconhecia.» Dores e memórias que nunca chegaram ao céu. «Aprendi a ser ateu na Guiné. Quando se vê o que eu vi lá, não pode haver Deus.»

Havia, porém, um Deus negro: Marcelino da Mata. «O gajo tinha para aí uma dúzia de homens sob comando dele e direito a tudo. O que se disse dele não é nada, foi muito pior», assume Américo Santos. «Matava indiscriminadamente, puxava de faca e siga. Por isso era um herói para aquela gente», descreve. «Não fiz nada que não visse fazer do lado contrário», ter-se-á desculpado Marcelino. No pós-revolução, o militar conspirou nas hostes da chamada rede terrorista de extrema-direita, liderada pelo MDLP, de Spínola. Estava em Madrid, na «base logística» do movimento, com ex-membros da PIDE/DGS e outros opositores do 25 de Abril, quando Angola proclamou a independência (1975). Em 1996, já era segurança privado: tinha sido recrutado por um núcleo de cooperantes liderado por José Braga Gonçalves que tomou de assalto — «à moda mafiosa», segundo investigadores do processo — a Universidade Moderna.

Nuno Afonso insistiu na avaliação de outras opções. «Arranja-me uma lista de dez possíveis candidatos e falo com todos», desafiou-o Ventura. «Dei-lhe a lista, com nove nomes», confirma o primeiro. «O Jaime Nogueira Pinto era um», mas Nuno Afonso também sugeriu candidatas. «Portugal ainda não está preparado para ter uma mulher como presidente da República», respondeu Ventura, mas falou com uma delas, Manuela Moura Guedes, que pediu tempo para pensar e, depois, recusou. A outra sugestão era Suzana Garcia [eleita vereadora do PSD na Amadora, em 2021], mas com essa ele não falou. «Ela não gosta do André.» Porém, nos grupos de apoio ao Chega nas redes sociais sonhava-se com essa «dupla de sonho» no parlamento. Destravada para uns, corajosa e sem papas na língua para outros, Suzana Garcia promovia o Movimento Zero e tinha a língua afiada, também treinada nas prestações televisivas sobre temas criminais. As suas posições assemelhavam-se às do Chega: defendia a castração química de pedófilos e a prisão perpétua. Atribuía aos estrangeiros «grande percentagem» da culpa nos «incidentes criminosos» e, a exemplo do deputado, esteve ao lado de Hugo Ernano, militar da GNR, condenado por matar um jovem cigano.

O «superjuiz» Carlos Alexandre e o comentador Hernâni Carvalho foram outros nomes avançados por Nuno, mas foram afastados. Resultado: as presidenciais ainda vinham longe, mas Ventura estava pronto para o «sacrifício».

Porta aberta a extremistas

A 16 de janeiro de 2020, a *Sábado* identificou Luís Graça como ex-membro do grupo que estivera na origem dos extremistas de cariz neonazi, Nova Ordem Social (NOS), fundado por Mário Machado. O dirigente do Chega negou, mas havia registos, fotos e vídeos da ligação ao núcleo de Cascais e da sua participação, em 2011, numa ação do Movimento de Oposição Nacional (MON), organização-mãe da fase

embrionária do NOS, relacionada com o Dia da Restauração, em Lisboa. Graça aparecera a montar e a agitar as bandeiras ao lado do filho homónimo e de *skinheads*.

Não era a única figura oriunda desses setores mais violentos. Nesse ano são identificados, pelo menos, seis dirigentes do partido com passado idêntico: além de Luís Graça, Nelson Dias da Silva (secretário da mesa do conselho nacional), Hernâni Costa (líder da concelhia de Torres Vedras), Jorge Malheiro (coordenador na Maia) e Tiago Monteiro (conselheiro nacional, líder do núcleo de Mafra e ex-responsável pelo movimento NOS em Sintra, que se demitiria por pressão do próprio Ventura). O então vice-presidente da distrital de Setúbal, Carlos Carrasco, era também antigo membro do MON e ex-candidato autárquico pelo PNR, e, nas legislativas de 2019, integraria a lista pelo distrito. Anos antes, Carrasco fora expulso do CDS e anunciara contactos com Marine Le Pen e Alessandra Mussolini, neta do fascista italiano, para a criação, em Portugal, de um partido agregador das direitas radicais.

Ventura faz então uma afirmação categórica sobre esta aparente «invasão»: não toleraria militantes e dirigentes ligados a atos ou movimentos violentos, subversivos ou racistas. Prometia controlo apertado das admissões e filtragem de casos para eventual expulsão. Seria cruzada informação de perfis públicos nas redes sociais e *sites* de movimentos extremistas e introduzidas mudanças nas fichas de inscrição para averiguar os últimos cinco anos do passado político e ideológico do candidato a militante.

O líder do Chega desculpou-se com o facto de o partido ser novo e não dispor de meios nem estruturas para aplicar um crivo mais apertado. Em poucos meses, segundo os seus dados, o Chega passou de cerca de 1000 militantes, antes das eleições, para mais de 8000. «Consciente» do perigo de inscrições em massa — havia suspeitas de entradas simultâneas de mais de uma centena de pessoas —, Ventura assegurou um «levantamento exaustivo» do fluxo de inscrições desde a sua eleição. «É a saúde da nossa democracia que está em causa e é a imagem do Chega enquanto partido parlamentar que está em causa», justificou.

Estaria ele tão preocupado assim? No início do ano, Nuno Afonso, então vice-presidente, recebeu a informação de que elementos com cadastro criminal, ou «carreira» de longo curso em áreas políticas violentas, estariam a ser arregimentados pela ala mais radical do Chega, personificada em Luís Graça, para se filiarem. «A lista de extremistas que se preparavam para entrar no partido, e que entreguei em mão ao André, tinha nomes ligados ao assassinato de Alcindo Monteiro. Era extrema-direita dura», recorda o fundador do Chega. «Eu sabia que o Graça ia propor esses nomes, já tinha suspeitas de que vagas de pessoas desse género podiam entrar, havia gajos do Nova Ordem Social, a extrema-direita a sério, mas quando mostrei a lista ao André, a resposta foi: “Não faz mal, queremos os votos de toda a gente.”» Entre os nomes listados estava o de João Martins.

Ventura nem sequer fez tenções de demitir o presidente da mesa. «Quando saiu o artigo sobre as ligações do Graça ao NOS, o André disse que era uma perseguição e não quis deixá-lo cair», adianta Nuno Afonso. «Em Portugal, temos muitos extremistas

cor-de-rosa, por moda, mas esses não são extremistas, são “estrumistas”. Só dizem merda», ironiza Rodrigo Freire, conhecido no partido por Rodrigo «Canoa», alcunha herdada do avô. «São gajos que dizem que matam e esfolam, mas se levarem um chapadão de um garoto calam-se», exemplifica o antigo presidente da distrital de Leiria.

«Esses sentiram-se atraídos pelo partido. Para eles, era um passatempo, no Chega podiam dar azo à sua “estrumice”», relata, pormenorizando: «O Graça alimentou a entrada dessa gente porque é um “estrumista”. Estive com ele muitas vezes até às cinco ou seis da manhã, na presença da minha mulher e de outras pessoas. Nessas situações, o álcool fala muito, mas um gajo sóbrio como eu ouve bem. O Graça gritava a plenos pulmões que não havia gajo mais nazi do que ele. Ouvi-o sempre dizer isso», afirma.

José Dias, vice-presidente à época, desconhece decisões de escrutinar nomes ou filiações controversas. «O Chega quis captar gente em massa, sem qualquer crivo», atesta. «Qualquer contestatário do sistema, ou simplesmente do contra, foi parar às fileiras do partido, uma invasão total.»

As promessas de filtrar a entrada de indesejáveis continuaram no tinteiro. «Ao conselho de jurisdição nunca chegou nada», garante Fernanda Marques Lopes.

Só a meses do congresso de Coimbra, em maio de 2021, é que Ventura anunciou ao semanário *Sol* a exigência do registo criminal para candidatos autárquicos. «Quero garantir que não há bandidagem no Chega.» Mas o exemplo do ex-subchefe da guarda prisional José Reis Pedro provava que o filtro de Ventura era defeituoso ou, na pior das hipóteses, nem sequer era usado. Demitido pelo diretor-geral dos Serviços Prisionais, este militante do Chega foi condenado a um ano e oito meses de pena suspensa por ameaçar funcionárias de um hospital privado de Paredes e militares da GNR com uma arma por ter sido impedido de visitar a mãe, internada com covid-19. O partido ignorou e Reis Pedro foi terceiro nas listas do Chega à Câmara de Lousada (2021).

Os novos estatutos, onde a exigência daquele registo ficaria, pela primeira vez, inscrita, tinham sido aprovados no congresso de Coimbra, em maio. «Numa reunião, perguntaram se devíamos escolher cabeças de lista para as autarquias através de entrevista e do registo criminal, para haver algum rateio», conta José Dias. «Concordei e apresentei o meu, mas isso nunca foi cumprido. Depois admiravam-se que entrasse bandidagem e gajos sem escrúpulos», acusa o candidato à Câmara da Amadora (2021).

Calejado nas zaragatas do PREC e na segurança das campanhas eleitorais da primeira AD (1979/1980), o ex-militar da GNR Bento Martins impusera-se nas iniciativas do Chega antes da eleição de Ventura. «Evitei que a proteção ao presidente do partido fosse infiltrada por antigos membros do PNR e extremistas do Nova Ordem Social, habituados a treinos paramilitares na Ucrânia», disse-me o antigo dirigente da distrital de Setúbal e segurança do corpo de proteção de Ventura em iniciativas públicas. «Enquanto pude, afastei a esterqueira neonazi que rondava as ações do partido com a cumplicidade de dirigentes nacionais.» Até que o próprio deputado se

tornou um problema. «Abracei o projeto por causa da pessoa, mas o Chega é uma pandilha. Ao André não lhe interessam pessoas com os olhos abertos.»

Graça, a «besta negra»?

Luís Graça não se livra — em parte, até assume — da má fama angariada junto de setores mais moderados do Chega.

Em resumo, acusavam-no de infiltrar extremistas no partido, de querer transformar o projeto político numa versão mais nacionalista e identitária e de servir de ponte para apoios internacionais, ideológicos e financeiros ligados a forças de tendência neofascista ou neonazi. «Uma coisa medonha!», desabafou quando conversámos na tal cervejaria de Viana do Castelo, em janeiro de 2024. «Isso era tudo para meter medo ao André, jogos de poder. Não faziam isso por convicção, sabiam lá eles o que era o Aurora Dourada ou a AfD... São uns impreparados. Só sabem comer e beber, mais nada.»

A divisão esquerda/direita era, para ele, datada. «Podem dizer que sou de extrema-direita, não tenho preconceitos. Neste momento, a extrema-direita só pode ser democrática...» Depois das fissuras internas de 2021, que culminaram com a sua demissão do cargo de presidente da mesa nacional, Graça afastou-se. «Cometi um erro, grave», assumiu. «Não enviei o anexo de um *email* ao Tribunal Constitucional e pus o meu lugar à disposição», justificou, remetendo para os acontecimentos do final daquele ano.

Na sequência do acórdão do TC, de setembro de 2021, que obrigou o Chega a improvisar outro conclave no final do ano para corrigir decisões irregulares, Luís Graça saiu do radar. Os militantes souberam do facto pelo próprio Ventura, durante um jantar em Gaia, semanas depois. «O presidente da mesa nacional desapareceu. Ninguém sabe onde está», acusou o líder do partido. «Se temos hoje um congresso marcado é também porque ele falhou, mas quem teve de dar a cara fui eu nos dias a seguir [...] Ninguém sabe do presidente da mesa. Deixou de cumprir as suas funções no partido e deixou, sobretudo, de responder aos militantes [...] Este é o partido que temos», desabafou Ventura.

Na altura, liguei ao secretário-geral, Tiago Sousa Dias, para indagar o que se passara. «O líder e o Graça conversaram, o André pediu-lhe explicações, ele admitiu o erro e demitiu-se. Ele já manifestara, há meses, o desejo de sair de funcionário. Alegou que ia abrir um restaurante em Rio Maior e afastar-se.»

Quando Graça apresentou a demissão, Ventura não fez rodriguinhos. «Aceito», respondeu de imediato. O Chega rescindiu o seu contrato de funcionário e destituiu-o dos órgãos nacionais. «Arrumei os *tarecos* e não fiz nem mais uma palha. Também não me apeteceu ajudar à transição», explicou-me o antigo dirigente nacional. «Foi um momento pessoal e profissional difícil. Não me apetecia atender o telefone e, como não

tinha o número do tribunal gravado, desliguei, mas disseram-me que na sede guardaram a carta registada que eles me enviaram. Não sei, nunca a vi, isolei-me um mês ou mais.»

Os meus primeiros esforços para chegar a Luís Graça, em 2022, resultaram apenas em mensagens de boas intenções. Soube que o restaurante por ele aberto em Rio Maior tinha sido vandalizado por motivos nunca esclarecidos, tentámos acertar um local e um dia para conversar, mas, durante um ano, não foi possível por recuos e imprevistos da parte dele.

Até que, ao final de tarde de 12 de janeiro de 2024, entrei na Ribeiro's Brewers com o meu camarada de ofício Delfim Machado, do *Jornal de Notícias*, durante a paragem do congresso do Chega em Viana do Castelo. Vi-o na penumbra, ao balcão, sozinho, a beber cerveja. «Luís Graça?», disse, tocando-lhe no ombro. Surpreendido, desculpou-se pelo longo silêncio e marcámos a conversa. «Aluguei um quarto numa residencial aqui ao lado e desta vez não passa.»

Encontrámo-nos no dia seguinte, ao princípio da noite, no mesmo local, quando o congresso do Chega intervalou para jantar. Graça apreciou o ambiente «revolucionário» do espaço, dividido com um arco a meio, a fazer lembrar o interior de uma abadia medieval, e os clientes de indumentária *motard*, os jovens animados e um certo ar marginal idêntico ao que ele cultivava. Cabelo branco, puxado atrás, blusão de cabedal, pediu uma cerveja. Imitei-o. Jantámos e acabámos já passava da meia-noite. Havia quase quatro anos de Chega para digerir e uma biografia para desvendar. «Podes tratar-me por tu, somos da mesma geração», sugeriu. Acedi.

Luís Graça nasceu no Campo Grande, em Lisboa, em 1964. A família é de Ferreira do Zêzere, humilde, católica, pouco praticante. «Não tenho caldo religioso.» Os avós andavam na labuta do campo. Os pais rumaram novos à capital para trabalhar, sem se conhecerem, apesar de oriundos daquele concelho. Conheceram-se num quarto, na Estefânia.

O pai trabalhava na construção, a mãe em casa de outras famílias. Depois, empregaram-se na Faculdade de Letras de Lisboa. Graça viveu de perto as contestações académicas à ditadura e guardou memórias dos «gorilas», os seguranças das faculdades. O pai, com acesso a informação no topo da hierarquia do meio académico, pressentiu a revolução. «Qualquer dia há um golpe de Estado», avisou. Pediu transferência para Moçambique, mas o excesso de zelo com dois «pides» ficara registado e não o deixam partir. «A PIDE andava à noite no lixo, nas imediações da universidade, a catar papéis, e o meu pai, valente e vigilante, pediu-lhes para se identificarem e eles recusaram. Andava sempre com arma e aquilo não acabou bem», resume.

Depois, veio a revolução. «Tinha dez anos quando se deu o 74.» É a forma de Luís Graça se referir ao 25 de Abril. «Foi um golpe militar. Se fosse uma revolução as

peças teriam vindo para a rua, de forma espontânea, derrubar o regime», que Graça não tem dúvidas em classificar como ditadura: «Mas fascismo só houve um, o italiano», contrapôs. «O Salazar gostava de modelos conservadores: algumas coisas de Itália, outras da Alemanha, e adaptou isso à nossa realidade.»

Viveu em Rio de Mouro (Sintra) e na Amadora. São desse tempo as leituras, à esquerda e à direita, para perceber a revolução. «Gostava de História e alinhei na cena nacionalista. Fui à sede do MIRN para me inscrever, mas mandaram-me embora: “Tu és muito novo”, disseram.» No CDS nem pensou. «Eram uns betinhos. Vestia-me como eles, mas sempre andei com os metaleiros e os *punks*. Gosto muito de *heavy-metal*», assume.

Desafiam-no a inscrever-se na JSD, em 1978. «Não me revia muito naquilo», confessa. «O hino ainda era o da Internacional Socialista, o nosso mural na Amadora quase podia ter sido pintado pela UDP...», graceja enquanto mastiga uns amendoins. «Havia uma contradição: a militância era de direita, mas a linha política era de esquerda.» Contudo, deixa-se ir. Destaca-se na JSD local. Ganha a associação de estudantes do liceu da Amadora. Com dezasseis anos, representa a «jota» na direção do PSD.

Enquanto isso, trabalha com o pai num negócio de motos e bicicletas. Matricula-se na Faculdade de Direito, mas não termina o curso. «Já ganhava bastante dinheiro para a minha idade», justificou. Ainda faz as campanhas de Cavaco. Em 1998, sai. «Desiludiu-me ver uma data de gente a dar origem aos BPN desta vida.»

Um amigo da época juvenil é José Paulo Henriques, «Zé Gato», antigo líder da Juventude Centrista (JC) da Amadora. A alcunha inspira-se no nome e nas semelhanças físicas com José Henriques, antigo guarda-redes do Benfica, mas a amizade funda-se noutras afinidades. Fundador do Movimento de Acção Nacional (MAN) e de publicações racistas e xenófobas, «Zé Gato» execrava a «falácia democrática», a «partidocracia» e o universo de «canalhas e traidores» gerado pela revolução. Integrou organizações salazaristas e saudosistas da ditadura. Dirigente do PNR contestado pelos alegados tiques autoritários, dado o poder que detinha na área financeira e logística, saiu após um congresso conturbado, fundou a Alternativa Portugal e associou-se a grupos de *skinheads* apostados em ações violentas de rua que, entre outros episódios, originaram os homicídios de José Carvalho e de Alcindo Monteiro.

«Não estive no MAN, mas conhecia elementos que lá andavam, quase todos da Amadora. O “Zé Gato” contactou-me quando foi para o PNR.» Luís Graça seguiu-o.

«O partido», admite, «não me satisfazia por inteiro. Quando houve problemas com a entrada do Mário Machado em força, fiquei a ver de longe, até o José Pinto Coelho ficar à frente daquilo». Conselheiro nacional do PNR, Luís Graça queria mexer no programa, no discurso. Apresentou um manifesto, mas o documento foi interpretado como um desafio à liderança e saiu. «Nessa altura, era dono de um bar e tinha muitos contactos. Saí e veio muita gente comigo.»

Dessa época, sobrou uma das suas referências políticas: o ex-dirigente nacional Humberto Oliveira, candidato do PNR a eleições presidenciais e europeias. Historiador, «incondicional admirador» do Estado Novo e de Salazar — «referência de seriedade e patriotismo» —, prefaciou e apresentou uma «lisonjeira» fotobiografia do ex-diretor da PIDE, nas palavras de José Pedro Castanheira. A obra, explicou o jornalista, ignora a responsabilidade de Silva Pais no assassinato de Humberto Delgado. Doutor honorário pela Academia Nacional de Ciências da Educação da Ucrânia, Humberto Oliveira negou, num artigo no semanário *O Diabo*, que os campos de concentração fossem campos de extermínio. «Identifiquei-me muito com as ideias dele», assumiu Luís Graça.

A esta altura da conversa, já com o Jack Burger na mesa, tenho dificuldade em processar tudo o que ouço. Luís Graça está em piloto automático, agora já todas as barreiras caíram, e a história continua...

Dentro do PNR, frutificou o combate cultural através da tendência Oposição Nacional. «Quando saio, o Vítor Luís Rodrigues [veterano do setor nacionalista, antigo *compagnon de route* do comentador Nuno Rogeiro] e outros vieram falar-me. Então passou a chamar-se Movimento de Oposição Nacional.» Outra desilusão. «Ainda fui presidente da mesa, mas desliguei-me pouco depois. Aquilo começou a ter muita gente inútil para o projeto.»

Graça não deixou de fazer amigos, conhecer personagens da sua área ideológica e agregar mais umas quantas. «Ajudei o Nelson Dias da Silva, o Rui Roque e o Rui Amiguinho a concretizar a Associação Portugueses Primeiro, por exemplo», movimento e figuras já identificadas nos capítulos iniciais. Os dois primeiros seriam, mais à frente, militantes e dirigentes do Chega.

Do partido aproximaram-se, pois, alguns saudosos do MAN e das ações de supremacia branca associadas à claque Juve Leo, do Sporting. Ex-dirigentes do PNR, Pedro Marques e Pedro Frade (candidato por Lisboa na lista de Ventura) foram recrutados ativos na campanha do Chega para as eleições legislativas de 2019. O consultor financeiro Rui Roque, antigo dirigente e candidato do PNR, e ex-diretor de campanha do Aliança, de Santana Lopes, passou também para o partido. As suas simpatias eram públicas. «O Fascismo está no amor permanente ao sentimento de pertença», escreveu no Facebook.

Machado, NOS e o Chega

O tema mais delicado veio a seguir: afinal, que ligações tinha Luís Graça a setores da criminalidade neonazi, embrulhados em nacionalismo e na sigla Nova Ordem Social (NOS)?

«Nunca estive com o Mário Machado», jurou, uma e outra vez, olhando para a minha cara de desconfiado. «Não foi o caso, mas, às vezes, podemos estar num sítio e

não saber quem está à nossa volta...», sugeriu enquanto ligava o telemóvel. «Olhe aqui...», disse, abrindo uma página no Facebook. «Este é o Ricardo Regalla numa quinta no Alentejo, numa festa, com elementos dos Hells Angels...», descreveu. «Não é um encontro dos Hells Angels, percebeu? É o Regalla numa festa onde também estão gajos dos Hells Angels... Não vou dizer mais nada sobre isto, mas podemos sempre fazer a pergunta: ele sabia?»

Em 2014, após uma saída precária de Mário Machado da prisão de Alcoentre, Luís Graça recebeu uma SMS: desafiavam-no a juntar-se a cerca de 50 elementos de extrema-direita em Peniche para fundar o NOS. «Não fui.»

O MON fora considerado o embrião do novo projeto de Mário Machado e havia imagens de Graça numa ação do movimento. «Apenas ajudei os miúdos a pôr umas bandeiras...» O seu nome também aparecera numa listagem, então de acesso fácil via Internet, como coordenador do NOS em Cascais. «Ficou essa pegada digital, sim, mas nunca fui a reuniões ou atividades do núcleo», teimou. «Sabia que o Pedro Marques [que também aderiu, embora por pouco tempo, ao Chega] estava envolvido, ele falou-me, mas nunca entrei naquilo», insistiu. «Não foi um não, mas também não foi um sim...»

Na altura da formação do Chega, amigos e conhecidos com percurso no movimento neonazi de Mário Machado, ou ainda membros, contactaram-no. «Alguns passaram pelo PSD e tinham pensado fazer outra formação política, mas queriam ajudar o Ventura, no terreno, a organizar o partido», desvendou.

O que fez Luís Graça? «Disse que ia ver como poderia ajudá-los. Fizemos umas reuniões, mas nunca participei. Ajudei, mas depois nada se concretizou...» Talvez não seja bem assim, reconsidera. «Os nacionalistas identitários, gente mais à direita, aderiu em força ao Chega, é verdade. Também muitos abstencionistas», confirmou. E ele, na sombra.

Outro dos inscritos nessa vaga, próximo de Graça, foi o portuense Pedro Quintanilha, antigo dono de uma empresa de vigilância privada. Há anos debaixo de olho das autoridades policiais e dos serviços de informação pelo acesso facilitado a armas, foi mercenário na Síria, integrou milícias curdas, passou pelo NOS e participou em iniciativas dos neonazis da Blood & Honour. Deixou o Chega quando derrotaram a sua facção numas eleições da concelhia do Porto, mas o apoio ao partido manteve-se até se aproximar dos extremistas e negacionistas de direita do partido Aliança Democrática Nacional (ADN) e do movimento Habeas Corpus.

«Comecei a ganhar muito apoio nas bases, mas custou muito segurar aquele partido», admitiu Luís Graça, sem disfarçar a mágoa. «Houve quem visse no Chega uma oportunidade por razões não políticas. E pensaram que eu era um obstáculo», acusa. «Nunca percebi o esquema mental de alguma gente, até porque, se ajudei a fazer crescer o Chega, também estava a ajudá-los. Nunca estive ali por cargos: nem para deputado nem para varredor.»

Áustria não, jantares sim

Luís Graça foi também suspeito de estar na sombra de um golpe, ainda em 2019, para derrubar André Ventura, tomar conta do partido e guiná-lo ainda mais à direita.

«Criaram essa narrativa da conspiração para derrubar o André... Um absurdo!», enervou-se. «Alguém pensa que o Chega tem viabilidade sem o André?! Alguma vez quereria tirar-lhe a liderança?!», afirma, levantando a voz. «Não tenho perfil, oratória nem carisma. À beira dele, tenho a quarta classe, mas eles vivem destas conspirações. Depois, os mesmos que me acusaram dos financiamentos ilegais para o partido vêm dar-me abraços e tal», reagiu, pousando o copo. «Foi mais uma narrativa criada para me destruir.»

Lembro-lhe as notícias e investigações publicadas. «Essa história foi criada internamente, não pelos jornalistas», atalha. «Veio do Nuno Afonso e de outros daquele grupo, de certeza. Criaram-na para assustar o André.»

Insisto: «Que responsabilidades teve na angariação de donativos então?»

«A Manuela Estêvão, líder da distrital de Santarém na altura, jurou pelos filhos dela que viu um cheque meu ou vindo da Áustria, já nem sei... Primeiro, como sabe, um cheque deixa registos e tinha logo a polícia à perna. E seria meio caminho para ilegalizar o partido», explicou Luís Graça. «Essas situações levaram a um megaprocesso em França por causa dos financiamentos russos à Le Pen. Agora imagine o que aconteceria em Portugal: o Chega já não existia», afirmou. «Os contactos internacionais que tenha ou possa ter são pelas minhas simpatias ideológicas. Isso é uma coisa. Outra, bem diferente, é falar-se de financiamentos», recordou Graça, insistindo: «Não tenho a mínima suspeita de ter entrado dinheiro no Chega vindo de países de Leste ou do centro da Europa. Nem valia a pena...»

O início do partido foi complicado. «Já éramos partido e não tínhamos conta bancária. Nem quis meter-me», assegurou. «O André deu muito dinheiro do bolso dele, mas depois começámos a ter muitos militantes. Era preciso dinheiro para fazer um cartaz, fazia-se um jantar, por exemplo, mas estive sempre muito à margem disso... O Posser de Andrade é que arranjou bastante dinheiro: falava aos amigos, um dava 100 paus, outro 200, por aí...»

Interrompi-o: «Foi mais do que isso...» «As pessoas podem dar à volta de 10 mil euros, é o limite, mas, às vezes, recorre-se a alguns artifícios: um gajo quer dar 30 mil euros ou 40 mil euros e não pode, mas dá 10 mil euros, a mulher outro tanto, o filho também e pronto... Faz-se assim.»

Pergunto-lhe pela sua relação com André Ventura, como evoluiu, enquanto ele pede mais uma imperial. «Acabou por ser fácil trabalhar com ele», admitiu. «Ideologicamente, já sabia como funcionava o André, não podia exigir muito. Era ambicioso, queria protagonismo. Creio que é sincero na intenção de fazer alguma coisa por Portugal, mas não sou romântico.»

OS DIAS DO «VALE TUDO»

Haveríamos de voltar a Viana. E ao mesmo bar.

Por agora, regressemos a 2020.

Janeiro foi um mês de frenesim extremo por conta das diabruras de André Ventura dentro e fora do parlamento, condicionando assim a agenda política e centrando em si as atenções. O Chega estreava uma forma individualista de fazer política, adequada à fluidez, controvérsia e efemeridade do *online*.

Uma hiperpolítica, como a definiu o historiador britânico Anton Jäger, no sentido em que reconfigura o debate na esfera pública e o coloca ao nível mais primário. Uma ação assente no enlace fugaz, de curto prazo, de pulverização temática, de trincheira. Baixa em todos os aspetos: de baixa política, baixo custo, baixa duração e baixo valor.

«A extrema-direita tem mais capacidade em aproveitar o alcance das redes sociais e das grandes plataformas», afirmava então Paulo Pena à *Meios & Publicidade*. O jornalista dava o exemplo do Vox, recente à época e sem base de apoio social. «Rapidamente se tornou o mais comentado nas redes sociais em Espanha. As pessoas diziam bem e mal, mas o facto de estarem sempre a falar dele provocou uma ascensão na notoriedade.»

A multinacional «fábrica de mentiras», expressão a remeter para o título do livro de Paulo Pena sobre *fake news*, instalara-se na ocidental praia lusitana, por mares nunca dantes navegados, parafraseando o poeta. «Em Portugal», especificou, «a corrupção é o grande tema [dos *sites* de desinformação]», mas a realidade era distorcida sem descanso. «Somos o terceiro país mais seguro do mundo, atrás da Islândia e Nova Zelândia. Abrindo os *sites* de desinformação vemos crimes a toda a hora.»

Um exemplo era o *site* *Bombeiros24*, megafone digital de *fait divers* e criminalidade, com tiques xenófobos e securitários. Esteve até registado na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) a título provisório, mas o seu negócio

era o *click-baiting* (caça ao clique) para gerar receitas de publicidade através do serviço de anúncios da plataforma Google. Para tal, fazia uma «pescadinha de rabo na boca», com milhares de interações entre o *site* e as redes sociais. Ventura partilhou «informações» veiculadas pelo *Bombeiros24* a propósito de alegados crimes cometidos por ciganos.

Entre racismo e imigração, o líder do Chega mantinha a sua agenda onde a propaganda e desinformação continuavam de braço dado. Outro dos seus fetiches, uns meses à frente, será o *site Direita Política*. «Refugiado recebia 875 euros de subsídio de integração e foi agora preso por planejar atentado terrorista», escreveu o presidente do Chega nas redes sociais a partir de uma «notícia» pescada naquela página. Nem o caso aconteceu em Portugal, nem a pessoa era refugiada. Ventura demorou a apagar o comentário, mesmo quando o Facebook classificou a publicação como *fake news*, mas, a cada clique, o *Direita Política* faturava a partir de anúncios automatizados pelo Google. Publicava falsidades a sustentar a narrativa de Ventura e ele partilhava as histórias. A conta do líder do Chega gerava muito tráfego para o *site*.

O *Bombeiros24* era também uma ideia de negócio a partir de desinformação. Nem todas as notícias eram falsas ou inventadas, mas, explicava Paulo Pena, «o Chega aproveita o discurso de pânico desses *sites*». Em 2024, o *Bombeiros24* já não existia como tal. Durante anos mudou de pele, uma e outra vez. Continuou a usurpar o nome «bombeiros» até se transformar no *site Digital Luso*, em atividade à época da publicação deste livro.

Fazer uma boa maquia era o fito de quem o havia criado, «embora, em alguns casos, seja notória a tentativa de ganhar dinheiro para financiar um projeto político», especificou Paulo Pena. «Estes *sites* são rentáveis porque facilmente duas pessoas conseguem criar 40 perfis numa rede social. Estes 40 perfis disseminam uma história qualquer por páginas e grupos no Facebook. Ao fim do dia, essa história chegou a milhares de pessoas. Com esses milhares de cliques os autores estão a receber o valor do contrato publicitário que o Google lhes paga. É um negócio muito rentável.»

Em conjunto com o MediaLab, do ISCTE, o jornalista fez um levantamento exaustivo do tema. Foi, de resto, pioneiro na matéria em Portugal, com artigos publicados no *DN* antes de Ventura transformar o discurso populista em Loures num mercado mais vasto para o Chega. Entrevistada por Paulo Pena, uma *fact-checker* americana resumiu o imbróglio: a contratação de verificadores de factos por parte do Facebook era, afinal, uma manobra de relações públicas. Ou seja: a rede social queria apenas ficar bem na fotografia e mostrar que tentava conter a desinformação e as *fake news* quando, na verdade, a produção era feita, a 90%, dentro do próprio Facebook. E isso estava fora do alcance dos verificadores de factos. «Significa que os *fact-checkers*, mesmo sendo eficazes na sua tarefa, só conseguem lidar com 10% do problema», explicava Pena.

Uma prova da eficácia do Chega no universo digital foi o discurso de Ventura no parlamento, a 25 de Abril de 2020, o primeiro em pandemia. No topo dos vídeos mais

vistos do dia, superou à légua a corrente humana de *Grândolas* cantadas à janela ou à varanda por causa do confinamento. Quando o deputado terminou de discursar, as imagens difundiram-se em larga escala e ultrapassaram, dias depois, as 120 mil visualizações. No início de maio, com a covid-19 a impor alterações radicais à vida em sociedade e à agenda política, a Chega TV ultrapassou os oito milhões de visualizações no YouTube e registou quase 50 mil subscritores.

Campo de batalha privilegiado pelo Chega antes e durante a pandemia, as milícias digitais do partido faziam do Facebook o seu recreio, onde assumiam posições e relatos típicos da pós-verdade. Entre outras, passava-se a ideia de que o governo e a esquerda fomentavam o incesto nas escolas, a sexualização precoce das crianças e a destruição dos pilares judaico-cristãos.

Lucinda Ribeiro, candidata do Chega por Castelo Branco (2019), administradora de dezenas de grupos afetos ao partido e a Ventura, difundia artigos contra a suposta masturbação dos filhos pelas mães ou a islamização do continente. Partilhou ainda um falso tuíte de Mariana Mortágua, do BE, a assumir que o pai, o antifascista Camilo Mortágua, era um criminoso. Para a evangélica do Chega, quem não queria ser chamado extremista de direita estava no partido errado. «É mesmo isso que nos vão chamar e coisas piores...», publicou numa das suas páginas pessoais no Facebook.

As sondagens reais eram «marteladas» pelo partido para dar a ideia de que o Chega estava logo atrás do PS, então governo. E André Ventura esperava que alguém acreditasse? Sim, esperava, e muitos acreditaram. Num mundo onde os factos são relativos e a crença do indivíduo é que conta, «um convertido é muito mais do que um afiliado ou simpatizante», é uma arma, explicou Marcio Sergio Christino, magistrado brasileiro e autor de *Pós-verdade e fake news* (Matrix, 2023).

«O tipo de afirmações que fazem não se destina apenas a convencer-nos de que uma falsidade é verdadeira», sustentou Lee McIntyre, investigador no Centro para a Filosofia e História da Ciência da Universidade de Boston. «É uma afirmação de poder. É a capacidade de dizer: “Agora vives na realidade que eu defini para ti.”» De repente, sinalizou o historiador britânico Richard J. Evans, as mentiras tornaram-se «factos alternativos». Podem ser à volta de uma rede mundial de pedófilos. Ou da reciclagem de uma conspiração. «Apareceram mais teses da sobrevivência de Hitler em forma de livro no século XXI do que nos cinquenta e cinco anos anteriores», indica o especialista no Terceiro Reich.

Substituir uma verdade pela mentira já não é, pois, suficiente: o objetivo é fazer com que desistamos da verdade como um todo. Se toda a gente mente sempre, a consequência não é passarmos a acreditar na mentira: é nunca mais acreditarmos em nada, resumiu Hannah Arendt. «Uma pessoa que já não acredita em nada não consegue tomar decisões. Fica privada não só da capacidade de agir, mas também da capacidade de pensar e julgar. E com essas pessoas podes fazer aquilo que quiseres», explicou a

filósofa alemã. O súbdito ideal do totalitarismo não é, pois, o nazi ou comunista convicto, como Arendt alertava, «mas aquele para quem já não existe diferença entre o facto e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (que constituem os critérios do pensamento)».

O estatuto da verdade desmoronou-se. A lentidão da democracia, e das suas decisões, face a um mundo vivido ao clique, viciado no *scroll* do ecrã e em séries de sucesso nas quais crimes e conspirações se resolvem em quarenta e cinco minutos, aplainou o terreno para os autocratas, a passividade, o cansaço e a fadiga dos cidadãos. «O problema não é o facto de haver pessoas que querem mandar», alertou a filósofa e académica Myriam Revault d'Allonnes. «O problema é haver pessoas que querem obedecer. Porque é que elas se deixam levar?»

Renascera, pois, um admirável mundo velho, em versão digital, para o «ativismo» do Chega. Tão admirável que dirigentes, militantes e eleitores do partido fariam dele um uso obsessivo, paranoico e persecutório em campo aberto ou através da criação de perfis falsos no Facebook.

A estratégia foi válida para a afirmação pública do Chega, mas também na confrontação interna, onde a ebulição revelou meios e métodos típicos de uma «associação criminosa», para citar a expressão em tempos usada pelo fundador Jorge Castela para se referir a colegas de partido.

Milícias de perfis falsos

Em miúdo, Rodrigo Freire já era, no seu autorretrato, um rapaz de trabalho. Gostava de tratores agrícolas e dizia-se que conduzira ainda antes da idade para tal. Engenheiro civil, aventurou-se no setor imobiliário. Obstinado, vivia para os números. «Não tenho salário. Para mim, o dia 1 do mês é igual ao dia 31. Quando faço um negócio e ganho uma pipa de massa, isso tem de me dar para três ou quatro anos.» Quando lhe perguntei o que fazia, explicou: «Compro prédios inacabados, coisas só com telhado, paradas há dez anos ou mais.»

Os eventos de que falaremos a seguir reportam ao início de 2020, mas só conheci Rodrigo Freire quando, em 2022, foi ao meu encontro, no Porto, depois de um dia passado em Guimarães nas suas andanças do imobiliário.

A verdade é que não começámos com o pé direito.

No início da pandemia, descobri um «exército» de perfis falsos criados ou incentivados por um grupo de WhatsApp da distrital a que Rodrigo presidia. Chamava-se *Fofinhos de Leiria*. «Inventem perfis falsos», apelara Rodrigo numa mensagem. «Peçam às amantes ou ao vosso amigo colorido, peçam o mesmo que eu peço, não peçam para aderirem, peçam para convidarem.» Quando lhe liguei, Rodrigo exaltou-se e contestou a minha interpretação: tinha sido, justificou-se, «uma brincadeira em contexto privado, destinada a mobilizar o partido e divulgar e replicar as suas posições

e atividades nas redes». Depois, especificou: «Uso dois perfis identificados. Enquanto político no ativo talvez devesse ser mais contido, e admito que algumas coisas possam dar a ideia de serem feitas por *robots*, mas somos muito dinâmicos e voluntaristas. Sou contra os perfis falsos e nunca os incentivei», descartou-se na altura.

Do grupo em causa, criado nas legislativas de 2019, faziam parte, segundo ele, «admiradores do Chega e do André. Sou o único com responsabilidades políticas». Entretanto, alertou-me, já teria identificado «o traidor» que supostamente me fez chegar o conteúdo das mensagens.

Outro dos «Fofinhos» era o militante João Caldas Silva, com ligações aos grupos *Por Um Portugal Decente* e *André Ventura a Presidente* no Facebook. Ele alimentava seis perfis e denunciava com frequência a alegada censura e bloqueio da rede social às suas partilhas. «Cheguei a ter nove perfis com o meu nome verdadeiro. Não uso perfis falsos, nem preciso.» João Gil Matias, candidato do Chega nas legislativas de 2019 e outro dos identificados nas mensagens, despachou-me em segundos ao telefone: «Não comento.»

As trocas de mensagens entre os membros do grupo eram elucidativas: «Já convidei e *reconvidei* todos os que eram “convidáveis”», escreveu João Caldas Silva. «Engenho partilhado sistematicamente em todas as páginas e grupos de apoio.» Dias depois do meu telefonema falhado, dedicou-me um *post* no Facebook. «Ao especial cuidado do garotinho Miguel Carvalho/pseudojornalista [...] ranhoso de merda [...] reles aldrabão [...]», escreveu. «Espero que te faças um homem e que entendas que como profissional és uma vergonha! [...] Eu estou ligado à causa animal e isto de lidar com animais dá-me experiência para lidar com bestas como tu e esses infiltrados [...] Quando tiveres tempo e tomates... aparece num jantar do partido e eu terei todo o gosto em te dizer na cara tudo isto e muito mais [...]. Resta-me desejar-te a ti e a esses infiltrados um feliz natal e que o menino Jesus vos foda. Pois se for eu a foder-vos vai custar-vos muito mais! Agora faz como os coninhas dos infiltrados. Faz uns *prints* disto e vai fazer queixinhas [...].»

Algum tempo antes, falei com o diretor de uma agência de consultoria estratégica digital e monitorização de redes, habituado a remexer neste caldo digital e com clientes em organismos do Estado e instituições privadas. No mínimo, disse-me, haveria cerca de 20 mil perfis falsos ligados ao Chega.

Com a maioria da população trancada em casa por causa da covid-19 e a proliferação de grupos e partilhas negacionistas da pandemia, o fenómeno ganhou uma dimensão tresloucada. «É uma atuação típica de força militar», descrevera-me aquele especialista. «Os exércitos digitais do Chega são extremamente organizados e eficazes a replicar conteúdos.»

Gerardo Pedro, o informático e dirigente nacional com o pelouro da gestão de conteúdos e da propaganda digital do partido, trabalhava para uma sociedade angolana

especializada em sistemas e tecnologias de informação, mas estava mais interessado em falar do sucesso dos canais de comunicação do partido. Era o arquiteto na sombra do sucesso, embora a dedicação de muitos outros, com Lucinda Ribeiro à cabeça, contribuisse para o êxtase. «Temos cerca de 1000 novos subscritores por semana no YouTube», garantia-me. Desmentiu o recurso a rebanhos de perfis falsos e outras artimanhas para inflacionar as visualizações e partilhas. «Sou eu que faço a gestão do canal do YouTube do Chega e não existe nenhuma conta falsa, nenhum *bot*, nem existe tática nenhuma para a angariação de subscritores, *likes* e comentários, e todo o tráfego é orgânico», assegurou no Facebook. Real ou fictício, o Chega tinha o canal partidário mais visto na Internet.

Ainda em 2020, o nome de Gerardo Pedro seria colado à disseminação de perfis falsos na Internet na sequência de um comentário publicado no *site PPLware*, dedicado a tecnologia e inovação. Um tal de Manuel da Costa, provavelmente nome fictício, denunciou um empresário de trinta e oito anos, de Santarém, responsável pela criação de 180 mil perfis no Facebook e partilhas de 730 milhões de *posts* em pouco mais de um ano. O uso de milhares de contas diferentes para difundir material idêntico em poucos segundos terá feito disparar alarmes nos responsáveis do Facebook. «A VPN usada foi identificada e todas as contas dele bloqueadas. Entretanto, veio dizer que não fazia nada do que o acusam, e que encerrou a empresa, que tinha um único cliente, para um volume de negócios de 700 mil euros anuais: o partido Chega.»

A idade de Gerardo Pedro correspondia, mas aqueles pareciam números absurdos, megalómanos. Ainda assim, o comentário gerou perguntas. Alguém quis saber a quem se referia o autor do texto. Um outro participante, «Vítor N», antecipou-se e garantiu que o visado era Gerardo Pedro. O *PPLware* tinha bastantes seguidores, sobretudo especialistas da área. A meu pedido, o diretor do portal tentou identificar o autor para posterior contacto comigo, caso aceitasse falar, mas a investida revelou-se infrutífera.

Quando publiquei a história dos perfis falsos na *Visão*, o caso ganhou uma dimensão inesperada. A 22 de maio de 2020, trabalhei madrugada dentro. As reações tinham sido violentas, o artigo motivara múltiplas reações, entre as quais muitas ameaças e insultos. O Chega contaminava parte da minha vida pessoal e profissional desde janeiro desse ano e, agora que a porta se abria, tinha de a manter aberta. Então, o telemóvel tocou. Eram quatro da manhã.

Quando vi o nome, estranhei: *Gerardo Pedro? A esta hora?!*, pensei, mas atendi. Gerardo estava assustado, quase atropelava as palavras. Pedi-lhe para falar devagar. «Foda-se, você lixou-me a vida com a história dos perfis falsos...», desabafou. Na verdade, eu não associara o nome dele aos 20 mil perfis. «Mas quem leu deduziu que era eu», reagiu Gerardo.

A razão principal do telefonema, porém, não era essa. «Estão a querer fazer-me a folha. E à minha família», dizia, sôfrego. «Recebi telefonemas anónimos e mensagens. Até dizem que vão fazer uma espera à minha filha na escola. Não durmo e não consigo

sair de casa...» As ameaças de morte, perseguições várias e promessas de tarefas invadiram-lhe o telemóvel.

Chamavam-lhe «porco fascista», racista e termos do género, prometendo ajustes de contas. «Não posso provar, mas também recebi ameaças que virão dos setores extremistas do partido, é a minha sensação.»

«Fez queixa à polícia?», perguntei. «Sei quem são algumas pessoas e, se as denunciasses, a minha vida num meio pequeno como Santarém seria um inferno», escudou-se.

Nessa madrugada, Gerardo Pedro falou com Ventura.

Face ao ocorrido, ter-lhe-ia comunicado a decisão de abandonar o partido, sem olhar para trás. «O homem dos computadores e das câmaras», conforme o descreveu um dirigente, estava amedrontado e queria proteger-se. «Tive um cigano à minha porta, dono de um *stand*...», contou ainda Gerardo. «Ouve lá, afinal és tu que andas a fazer isso no Chega?!», atirou-lhe o outro, à queima-roupa, com ar de poucos amigos. «És doido?! Tu conheces-me desde puto, pá!», respondeu Gerardo. Um grupo nas redes sociais colocara *prints* da notícia com a cara dele. «Foi uma semana fodida...», disse-me.

Na verdade, não abandonaria o partido nessa altura. Nem deixaria de ser funcionário, pelo menos durante mais algum tempo, mas sairia dos órgãos nacionais. «Nunca fiz perfis falsos», continuava. «Se alguém o faz, é condenável e está a prestar um péssimo serviço ao partido. O meu papel foi sempre o de criar conteúdos. Nem sequer sou eu que os distribuo.»

O tema, contudo, não saíra da atualidade. O jornal *O Minho* também descobriu perfis falsos associados a elementos do Chega que estavam a «invadir» grupos de Facebook do distrito de Braga com propaganda. Um dos casos era o de «Filipe Martins». Publicava com insistência propaganda do Chega no grupo *Barcelos Atual*, à época com mais de 13 mil membros, mas a foto do perfil era a de um mascarado com uma garrafa de plástico, retirada do Google, já usada em notícias internacionais sobre «máscaras criativas» no combate à covid-19.

Ninguém conhecia «Filipe Martins». Todos os concelhos — catorze — tinham páginas de Facebook ligadas ao Chega, apesar de só em três deles haver núcleos oficiais, mas todas replicavam os mesmos *posts*, gerando mais de 40 mil *likes*.

Há algumas páginas, contei que, em 2022, Rodrigo Freire veio ao meu encontro no Porto. Corria setembro. Estacionou num parque subterrâneo e apareceu na Rua do Bonjardim perto das sete e meia da noite, em passo acelerado. Arfava. Pálido, encostou-se a um dos mecos junto à queijaria da esquina. Preocupado, fui à pizaria em frente comprar-lhe água. «Ainda não comi hoje...», explicou, enquanto dava goles na garrafa. «Quando estou a trabalhar esqueço-me de comer. Só como quando o meu dia acaba... Às vezes tenho estas crises.»

No restaurante Antunes, Rodrigo pediu um bife. Enquanto granizava a carne de sal em doses fartas, começou a desbobinar retalhos da sua vida. «A política, para mim, era podridão, não me puxava. Em famílias de trabalho nunca se discute política», explicou-me. O avô materno ligara-se muito a padres. Ele não ia à missa. «Fui religioso até aos vinte e cinco anos, mas os escândalos da Igreja que vêm a lume não são invenções. É só desculpas. É só pedófilos.»

A conversa seria longa e acabaria numa esplanada da Baixa do Porto a horas tardias. A ela regressarei, mas, antes disso, convém atalhar dois assuntos delicados, com epicentro em 2020, que Rodrigo Freire tinha para contar.

Primeiro, os perfis falsos. Afinal existiam, mas o «terrorismo» não ficava por aí.

«Hoje sei a quem pertencem 99% deles», revelou. «Pela minha parte, sei o que inventava e o que difundia. Por exemplo, quando você começou a escrever coisas sobre o Chega, quem fazia as capas falsas da *Visão* a gozar consigo era eu.» Não me espantei. Se havia dúvidas da força das milícias digitais do Chega, a artilharia usada revelava o contrário.

Durante semanas, apoiantes, militantes e dirigentes, muitos deles encavalitados na *hashtag* #ResistênciaChega, difundiram nas redes sociais quatro capas diferentes da revista para caricaturar os meus trabalhos e defender Ventura — designado por alguns «Capitão Portugal». A isso juntavam uma alucinação, bastante difundida na altura: o governo teria dado 15 milhões de euros à imprensa para fazer face às perdas de receitas com a pandemia. Como contrapartida, os jornalistas deveriam atacar o Chega.

«A nossa máquina de guerra, copiada um pouco de um grupo da direção nacional, era boa!», descreveu-me Rodrigo. No auge, a sua distrital teve uns 400 militantes. «Rapidamente chamei a mim todas as páginas, era o único administrador. Tinha mais de 50 e 100 grupos do WhatsApp em Leiria a meu cargo», assumiu. Se alguém colocava um vídeo fora do contexto, ele entrava logo em campo. «Tens dois minutos para tirares essa merda e a vida inteira para não voltar a repetir», ameaçava. Se respondessem algo do género «ah, tu não mandas em mim», bloqueava-os. «Inventávamos a contrainformação. A história dos “abutres”, por exemplo: todos os dias relatava sempre um acontecimento diário dentro do partido. E o “abutre” retratado sabia que era para ele. Sou um provocador nato e eles saíam logo da toca...»

Segundo, o plano para afastar Nuno Afonso, tema revelador dos subterrâneos do partido. O fundador e vice-presidente tinha influência nas estruturas locais, mas, segundo Rodrigo, «alguns líderes distritais não concordavam que fosse ele a liderar a coordenação autárquica. Tínhamos no grupo o Pedro Pinto, que já tinha feito esse trabalho no CDS. Conhecia as terreolas todas, das festas e das touradas, e era o melhor para a função. Até para retirar poder a Lisboa, à direção nacional...»

Os conspiradores reuniram várias vezes por WhatsApp e também por Zoom.

«A nossa preocupação era com o poder que o Nuno Afonso estava a ter. Tinha muitos afilhados e enteados no país e era exímio a criar brigas...»

Era preciso detê-lo. A qualquer custo.

Telemóvel, a «máquina de guerra»

Os conflitos duravam há muito. Nuno Afonso sabia-o. E andava a par das movimentações. Na última semana de janeiro de 2020, falara longamente com um dirigente distrital sobre isso. Preocupavam-no as conspirações, sobre as quais já estava bem informado.

Atribuía «o jogo sujo» aos «gajos do Algarve», conotados com a ala extremista.

Falou de Luís Graça e das ligações deste ao NOS, de Mário Machado, nas suas conversas no interior do partido. «O Tiago [Monteiro] saiu porque teve tomates. O Tiago estava no *site* do NOS como responsável pelo núcleo de Sintra, mas depois viu que era tudo uma cambada de racistas e veio-se embora. O Graça era responsável pelo núcleo de Cascais. Está no *site* do NOS desde 2015. Só que o gajo diz que é mentira. Entre outras coisas, ele diz ao André que nunca falou com o Mário Machado na vida dele e eu sei que falou.»

O então vice-presidente estava saturado, queria apenas fazer o seu trabalho em sossego na Assembleia. «Eles que se matem uns aos outros», reagiu quando falou com um conselheiro nacional. «O meu trabalho está a ser elogiado pelos outros partidos. Há deputados a dizer que gostavam de ter um chefe de gabinete como eu...» Só havia um problema: ele e Ventura tinham feito mal as contas à vida parlamentar. «Não contámos com os impostos e com essa merda toda e estou a ganhar menos...»

Nuno Afonso conhecia o partido da capa à contracapa, frente e verso. «Quando tivemos a guerra com o Perestrello, um amigo meu, que investiga esses movimentos extremistas, disse-me: “O Luís Graça é dez vezes pior...”», revelou no mesmo diálogo. No partido, dizia-se atacado pelas costas, alvo de maquinações e acusado de usar o trabalho autárquico para oferecer lugares. «Qualquer dia *passo-me* e dou um murro ou um estalo a alguém...»

Nuno Afonso via-se como o último obstáculo do assalto extremista ao poder. Se ele caísse, essa ala ficaria com o líder «na mão».

Na outra trincheira, acusavam-no de querer o lugar de Ventura. «Esses filhos da puta não têm moral para me dizer seja o que for», reagiu. «Nós tivemos uma reunião: eu, o Graça, o Regalla, Diogo. Disse-lhes tudo. Tudo! O Graça até gaguejava. Achavam que faziam as coisas sem eu saber, mas tiveram azar. Chamaram-me cabeça da serpente, que tinham de acabar comigo. Não quero o partido tomado por atrasados mentais. Enquanto aqui estiver isso não vai acontecer», prometia, mas Ventura dera a Luís Graça terreno livre para angariar militantes. «Deixou-o fazer listas em Évora, em Portalegre, no Porto e no Algarve. Uma parvoíce! Entraram os gajos do NOS, da extrema-direita a sério, gajos com problemas na Justiça, envolvidos no assassinato do Alcindo [Monteiro], eu é que dei os nomes ao André», criticou na mesma conversa.

O Chega tornara-se, para muitos, um seguro de vida — pessoal e político. «Estamos a receber trezentos e tal mil euros por ano. O partido está a ficar com muito poder e torna-se apetecível...», enquadrrou Nuno Afonso.

O Chega existia há menos de um ano e nem quatro meses haviam passado desde a chegada de André Ventura ao parlamento, mas a missão «pôr o Nuno Afonso a andar» estava em curso. E valia tudo.

O plano, segundo Rodrigo Freire, tinha a concordância dos líderes distritais de Braga, Aveiro, Évora, Lisboa e Coimbra, pelo menos, mas não ao ponto de saberem do trabalho dos «canalizadores» para consertar o que estava mal.

A cúpula de Leiria, onde o presidente da estrutura conhecia bem «as valências de cada um», comprometera-se a dar uma guinada ao processo em curso, o plano prático da operação. Eram precisas... provas.

Voltemos ao diálogo com Rodrigo Freire no restaurante Antunes.

«Como o fizeram?», perguntei. Ele não mastigou. «A hierarquia era Regalla, Graça, Pacheco de Amorim, mas quem distribuía “jogo” eram o Regalla e o Graça.» Recebidas as ordens, Rodrigo, bom soldado, tratou de recrutar, na expressão dele, «o laçao para fazer o serviço».

A conversa tomou um rumo constrangedor. «As gravações clandestinas já eram uma prática frequente no partido nessa altura...», explicou, sem aparentes sobressaltos de consciência. Por um lado, os telemóveis serviam para promover o «bem» — Ventura e o partido —, mas também se transformavam em «máquinas de guerra» contra adversários internos ou em conflitos de vários tipos. Nessas ocasiões, áudios, vídeos e *prints* eram utilizados como munições para comprometer ou chantagear «inimigos», «ratos» ou «abutres» dentro do Chega. Uma atividade contínua, onde não se hesitava em revelar segredos pessoais, por vezes íntimos, profissionais e políticos. Tudo pelo assalto ao poder. Ou para defendê-lo. Ou, simplesmente, para «pulverizar» obstáculos. Qual seria a extensão?

Quando gravações ilegais já circulavam a nível interno e uma das fações definiu Nuno Afonso como próximo alvo, Rodrigo Freire trocou mensagens no WhatsApp com o dirigente nacional e responsável pelo protocolo, Ricardo Regalla.

Rodrigo Freire quis saber se Ventura tinha ouvido os áudios. Ricardo Regalla garantiu que não, caso contrário, justificou, estariam a entregar a fonte dos mesmos. Mas ambos concordaram que era preciso, com urgência, abrir a época de caça a adversários internos, com Nuno Afonso à cabeça. Definiram então como objetivo tentar comprometê-lo, dando-lhe «corda» nos telefonemas: saber com que jornalistas falava, se estaria a montar o assalto ao poder com mais dirigentes, entre outras preocupações.

«O Nuno Afonso caiu no erro de dizer coisas que não lembram ao diabo. Está gravado», comentou Rodrigo, sem assombro, durante o nosso repasto no Antunes. «Não fiz as gravações, alguém as fez, mas não me orgulho disso», descartou-se. «A Fernanda Marques Lopes também estava para ser despachada...»

«André Ventura sabia destas práticas?», questionei-o. Ele sorriu.

«Mandava gravar?», insisti.

«Era informado de que o trabalho estava feito», respondeu Rodrigo, sem adiantar mais.

Segundo Nuno Afonso, a gravação de telefonemas era comum. Ele conhecia várias. Uma de Manuel Matias, que diz ter-lhe sido entregue por Bruno Nunes, outra de Pacheco de Amorim. Em ambas, era ele o visado pelas críticas. Perguntei-lhe se Ventura sabia desses métodos, dos áudios ilegais que circulavam. «É possível...», respondeu, lacónico. Anos depois iria mais longe: «O próprio Ventura contou-me que grava conversas, calculo que para ter ascendente, no futuro, sobre essas pessoas», relatou no seu livro de memórias sobre o Chega. «Disse-me que gravava conversas e até tinha conversas minhas gravadas», precisou. A tática, especificou o ex-dirigente, é a de falar a sós com o interlocutor, sem testemunhas, palavra contra palavra. Nuno Afonso deixou então um aviso para políticos e empresários, sobretudo dirigentes de outros partidos: «Quando falarem com ele, levem inibidores de sinal.»

Haveria mais vítimas destas práticas, ainda em 2020. E depois. «Neste partido, usou-se de tudo nas lutas internas», revelou-me Luís Graça em Viana do Castelo. «Fizeram gravações clandestinas de assuntos da minha vida privada para me prejudicar. Alguém gravou e passou a outros. Isto é brutal! Os meus adversários sempre foram políticos, é esse o meu combate. Alguma vez usaria um meio desses?!», referiu, com ar enojado. «Uma militante contou-me pormenores de gravações minhas que ouviu... Fiquei estupefacto!»

Outros escândalos rebentariam com estrondo, internamente.

Quanto à «operação» Nuno Afonso, não era um capítulo encerrado: os encontros e conspirações, com a presença de Ventura, durariam ainda alguns meses, até ao congresso de Évora, em setembro de 2020. Enquanto isso, outras histórias e personagens se atravessariam no caminho.

CHEGA INTERNACIONAL CLUBE

Na noite de 25 de janeiro de 2020, Fernando Serra Rodrigues, um vendedor de sofás de cabelo grisalho, salazarista e viciado em *fake news*, vestiu um casaco clássico, colete creme, camisa branca e gravata escura e foi jantar ao Mercado Ferreira Borges, no Porto.

Era o primeiro comício de André Ventura na cidade, destinado a angariar fundos para o partido. O evento custou quase 6800 euros e, na altura, o endereço do Chega e a morada do líder confundiam-se: para todos os efeitos, incluindo a faturação das despesas, a casa de Ventura e a sede eram uma e a mesma coisa.

O espaço multiútil do jantar, rebatizado Hard Club, encheu. Nem Fernando Serra Rodrigues nem o amigo, José Luís Cardoso, quiseram perder pitada. José Luís, também admirador de Salazar, participou no programa *Casados à Primeira Vista*, da SIC. O «conde», como era apelidado, tinha quase 25 mil seguidores no Instagram e aparecia nas chamadas «revistas do coração», às quais falou sobre a insolvência pessoal, as dívidas fiscais e a «psicose delirante» de que dizia sofrer. José Luís já era famoso, mas o amigo em breve lhe seguiria os passos.

Fernando Serra Rodrigues tirou uma fotografia com o líder do Chega e ocupou as primeiras filas, em pé. Quando o presidente do partido colocou a mão direita no peito e a sala, em uníssono, cantou o hino nacional, ele esticou o braço direito e fez a saudação nazi. Como era hábito no Chega, havia um vídeo da cena, que se tornou viral. Porém, a história mais interessante dessa noite era outra, embora também tivesse ocorrido no mesmo cenário.

O líder do Chega fora escoltado até ao recinto por membros da claque do FC Porto, Super Dragões, e da secção de boxe do clube, à época patrocinada pelo cônsul honorário de Portugal na Florida, o açoriano César do Paço, que também esteve

presente e chegou ao local ao lado de Ventura. Claque e ilustres entraram juntos e ali permaneceram até ao fim do evento.

Na preparação desta ação arriscada, de proteção a um ferrenho comentador televisivo do Benfica, esteve um homem vaidoso e de perfil multifunções. Uma vez empresário, noutras consultor, assessor e «facilitador» de negócios, José Lourenço não passou do segundo ano do curso de Estudos Europeus. Saiu do CDS, onde militou durante anos, para se filiar no Chega.

Além de vice-presidente da distrital — seria depois presidente na sequência de eleições em que o acusaram de se comportar como um *gangster* —, era também «conselheiro» do referido cônsul e «doente» pelos «dragões». Convencera-se de que o Chega lutava contra «o centralão» e «as zonas cinzentas» da política. «Só um povo resignado e imbecilizado, burro de carga e besta da nora, como dizia Guerra Junqueiro, aceita isso. E olhe que cito de cor...», disse-me ao telefone, entre viagens e aeroportos.

Afetos futebolísticos à margem, elogiava o «raciocínio lógico-dedutivo muito apurado, a inteligência e a cultura fora de série» de Ventura, mas não era sectário, dizia. «Conheço grandes incompetentes de direita e grandes trabalhadores de esquerda.» Também não era racista. «A minha mulher é negra», justificou. «Uma mulher calada é uma pistola com silenciador», escreveu, contudo, no Facebook. «Se o Chega for tomado por extremismos, saio no mesmo dia.»

De 2016 a 2020, José Lourenço esteve na lista pública de devedores fiscais. Tinha uma livrança bancária por pagar e, oficialmente, já não possuía bens. «Paguei as dívidas com o meu património», revelou.

O seu *habitat* natural eram os negócios. Sobretudo na Colômbia e no Brasil.

Organizou fóruns de investimento no Nordeste brasileiro com convidados portugueses de renome, entre eles o ex-ministro Paulo Portas, o eurodeputado, líder do CDS e ministro em 2024 Nuno Melo, o ex-deputado e várias vezes governante do PSD José Cesário, e o empresário Manuel Serrão, investigado em 2024 pelo Ministério Público por suspeitas de associação criminosa e fraude na obtenção de subsídios da União Europeia na ordem dos 40 milhões de euros, e o «superespião» Jorge Silva Carvalho, CEO de uma empresa de segurança privada, ex-diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e comentador televisivo, condenado a quatro anos e seis meses de prisão por violação de segredo de Estado, acesso ilegítimo a dados pessoais, abuso de poder e devassa da vida privada.

Nesses fóruns havia também diplomatas, deputados, autarcas, líderes de associações empresariais, industriais e comerciais. E, claro, uma rede de amigos brasileiros, que acolhia e patrocinava os eventos, como era o caso do governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, e do candidato a deputado estadual, Célio Alves, de quem José Lourenço fora «conselheiro político».

Ricardo Coutinho, preso em 2019, era apontado pela justiça brasileira como líder de uma organização criminosa que desviou dinheiro público para financiar campanhas eleitorais. Acerca do comunicador Célio Alves existiam casos nos tribunais sobre

alegadas agressões à ex-mulher e a uma namorada. Foi condenado a um ano de reclusão e perda de direitos políticos por violência de género. Quando José Lourenço os conheceu ambos já tinham problemas judiciais, mas ele reivindicava as amizades e elogiava as qualidades políticas dos dois.

«Ele teve negócios em João Pessoa, na Paraíba, coisas pouco claras», recordava, entretanto, Carlos Páscoa, ex-deputado do PSD eleito pelo círculo Fora da Europa. «Através de um funcionário do nosso consulado em Recife, chegaram-me informações pouco abonatórias. Tentou ser cônsul honorário na região para ter projeção, mas não passava de um mero facilitador de negócios.»

José Lourenço residiu no condomínio Enseada do Coqueirinho, em Manaíra, João Pessoa (Paraíba), a dois passos da praia, mas deram-no «em lugar incerto» quando lhe moveram um processo no Brasil por difamação (2018). Lindolfo Pires, ex-governante na Paraíba, acusou Lourenço de «extorquir dinheiro público», fazer «ameaças veladas» à sua integridade física e comportar-se como um «conquistador» que dava ordens à antiga colónia, mas era para o lado que ele dormia melhor.

Lourenço: a última entrevista

O papel político de José Lourenço no Chega e as ligações ao antigo cônsul honorário de Portugal em Palm Coast chamuscaram ambos e originaram controvérsias e suspeitas sobre os financiamentos do partido. Do deslumbramento às ameaças públicas entre José Lourenço e César do Paço, a relação degradou-se, as faíscas deram em labaredas e seguiram-se processos judiciais e um «lavar de roupa suja» em público. Pelo caminho, o Chega não se livrou de suspeitas tóxicas.

A combustão não amainou quando, em maio de 2023, numa das vezes em que José Lourenço aterrou uns dias no Porto, o desafiei para um almoço na zona de Campanhã.

Desde 2020 que falávamos com intermitência pelo telefone e fui, de alguma forma, «ouvidor» das variações do seu termómetro emocional em relação ao Chega e ao próprio César do Paço, para quem trabalhava. Na altura em que nos encontrámos, Lourenço já estava fora do partido. Lamentava não ter detetado a tempo «o projeto de poder pessoal de Ventura».

Havia algo de bazófia nele. Queria mostrar que conhecia este e aquele, que os obstáculos se removiam com jeitinho, poder e influência — e em alguns casos tinha razão. «Quando você começou a escrever umas merdas sobre mim na *Visão*, pensei: “Mas quem é este caralho, armado em urso?! Se calhar vou ter de me chatear e dar-lhe duas *talochadas* no focinho”», recordou, divertido. «Tu não fodes o gajo? Ele é do Porto. Ainda por cima é portista», acicatava-o Luís Graça, contou-me José Lourenço. «Se é portista, não entra mais no Dragão», respondia, a desvalorizar. Nunca passou disto. «E se hoje estou aqui, é para falar sem filtro.»

Como conheceu o cônsul César do Paço?

Conhecia-o há uns anos, pá, falávamos pelo Facebook. Estive para trabalhar com ele uma vez, mas ele pensou que era *bluff*. Trabalhava para um grupo de materiais de construção, o César não me disse nada e arranquei para a Colômbia.

Que proposta de trabalho é que ele lhe fez?

Oh! pá, basicamente, abertura de portas. Nunca me disse assim, mas era isso. Na altura, nem tinha noção da fortuna dele. Depois comecei a ver coisas que só via em filmes. Não é normal um gajo entrar numa garagem e ver *Rolls Royces, Ferraris, Bentleys*! O pior carro que ele tinha era um *Maybach*. Aquele nível de vida, pá, só o tinha visto em filmes. Uma puta de uma casona, estilo colonial, que um gajo até se perdia lá dentro. Havia dinheiro para seguranças, para tudo, um aparato do caralho! Entrei num mundo que não era o meu. Parecia um conto de fadas. Era a mesma coisa que um diabético entrar numa pastelaria. No consulado, era ele quem pagava aquela merda toda. Dizia que gastava 500 mil dólares por ano, mas talvez fossem uns 300 mil... «Se o gajo é cônsul, o Estado já o deve ter investigado», pensei.

Ele também pediu ajuda para aumentar as vendas do produto dele, da Summit Nutritionals. Disse-me que era uma empresa muito grande, o nome é uma coisa pomposa, não é? Soa a multinacional. Ele mandava supostas fotografias da fábrica, que ficaria no fim do mundo! Nunca lá fui e só mais tarde vi que ele não produz nada, só vende. A multinacional, afinal, estava reduzida a uma funcionária em Cascais. No Brasil era eu e uma secretária. Nos Estados Unidos, vi que aquela merda funcionava dentro da antiga casa dele.

Notas do meu caderno (1): César do Paço nasceu nos Açores (1965). O pai era chefe de uma repartição fiscal e a mãe emigrou para os EUA após o divórcio. Aos trinta anos, também ele lá foi parar. César ainda guarda um brinquedo de infância do pai: um soldado da Alemanha de Hitler, com suástica e tudo, a fazer a saudação nazi, do qual, de resto, tenho a fotografia.

Segundo a narrativa oficial, César do Paço formou-se em Psicologia em Inglaterra, viveu no Chipre, Austrália (onde vendeu enciclopédias), Tailândia e Macau. Nos EUA, ainda de acordo com a sua versão, iniciou a atividade empresarial em 1997, a vender produtos farmacêuticos a granel. Fundou, depois, a Summit Nutritionals, que comercializa produtos a partir de cartilagem animal para a indústria farmacêutica e alimentar.

Apresenta-se como filantropo, apaixonado por causas humanitárias, cães e carros. A sua coleção particular incluía um *Aston Martin 007 Bond Edition* (cópia 96 de um total de 150). O preferido, porém, era um *Ford Mustang Saleen* de 750 cavalos e caixa manual. Sócio do Trump National Golf Club Bedminster, César do Paço «coleccionou» condecorações de polícia e de xerife honorário por causa dos donativos e ofertas de cães K-9 às esquadras e condados. Nos EUA, é um «fervoroso» adepto do Blue Lives Matter, contramovimento de defesa das forças policiais, e, em Portugal, apoiou o Movimento Zero, no mesmo espírito. Segundo diz, faz doações anuais às forças de segurança que variam entre um e dois milhões de dólares.

Na sua mansão, podia beber-se um conhaque *L'Or* de Jean Martell, de 4000 euros, e havia sempre caixas de champanhe *Dom Pérignon*. Quando foi escolhido para cônsul honorário (em 2014, convidado por Paulo Portas e nomeado por Rui Machete), ofereceu-se para pagar todo o serviço do posto consular desde que o Ministério dos Negócios Estrangeiros nomeasse um funcionário. Em dado momento, as autoridades dos EUA retiraram a César o privilégio de atravessar rapidamente, e com procedimentos inspetivos mínimos, as fronteiras do país, mas o empresário desmentiu. Tudo se deveu a uma confusão de nomes, alegou, mas a Agência de Fiscalização de Alfândega e Proteção de Fronteiras norte-americana (CBP, no original) confirmou ao ex-advogado de César do Paço a revogação do estatuto de «viajante confiável».

Um dos amigos de infância do César é o açoriano Hélder Antunes, também empresário nos EUA. Que negócios tinham?

Sim, estiveram metidos na Stardivision. O César dizia que lhe tinham fodido 200 mil euros. Até andei atrás de um sócio, que se dizia militar do Exército. Fui a casa do gajo com pessoal dos Super Dragões para lhe dar um aperto, mas não morava lá ninguém.

Como é que César do Paço sabia que você abria «portas»?

Sempre fui conhecido como homem dos contactos. Durante muito tempo, fui o responsável internacional pelo CDS, nomeado pelo Pedro Morais Soares, embora discordasse da [antiga presidente] Assunção Cristas.

Antes de começar a trabalhar para César do Paço informou-se sobre ele?

O Pedro Coelho, da SIC, perguntou-me se eu conhecia o registo criminal do César, mas a entidade empregadora era ele. Ele é que tinha de pedir o meu registo criminal. Sabia que era um gajo rico, mas não tinha noção da dimensão. Pensei que rico queria dizer «gajo que vivia bem», não aqueles patamares. O César tinha sempre dinheiro no bolso. Para ele, andar com 10 mil ou 15 mil euros era vulgar. Se alguém lhe abria a porta do carro, dava uma nota de 20 euros.

Notas do meu caderno (2): Quando promoveu César do Paço em Portugal, Lourenço chamou-lhe «homem das causas de pessoas comuns» numa entrevista ao Novum Canal, televisão digital do Porto onde vários conteúdos eram sobre o Chega. «Tem o coração do tamanho dos Estados Unidos. De uma educação sublime, dos mais altos valores, mas duro ao nível de negócios.»

Segundo a reportagem da SIC *A Grande Ilusão*, da autoria de Pedro Coelho, em 1991 César do Paço foi acusado de crime de roubo qualificado, tendo o Ministério Público decretado a sua prisão preventiva, seguida de um mandado de captura. Contudo, acabou por não ser julgado pelo facto de ter fugido, sendo declarado contumaz entre 1994 e 2002. Teria roubado o relógio e algumas joias a uma namorada. O processo foi arquivado. «No período em que vivi e trabalhei no Algarve relacionei-me com algumas raparigas estrangeiras», assumiu o empresário. Atribuiu a queixa a despeito ou vingança. Negou ter sido notificado ou contactado. «Sempre vivi de forma legal no território de Macau, tratei sempre dos meus documentos pessoais e, assim sendo, nunca tive conhecimento de nada. Posteriormente, fui para os EUA e a situação manteve-se», explicou à *Visão*. «A minha indignação prende-se com o facto de ter sido julgado, condenado e declarado contumaz sem nunca ter sido ouvido no processo. Diabolizaram a minha pessoa com o objetivo de atingir o Chega e André Ventura.» Condenado por peculato e emissão de cheque «careca», ficou com o registo criminal imaculado quando, em 2004, pagou menos de 800 euros de multa para limpar o passado, revelou a SIC.

Que ligações políticas tinha o César?

Dizia-se apartidário, mas tinha sido militante do CDS. Desde a juventude. Mandou-me fotografias e tenho cartões dele. Quando se desfilou, fui eu que escrevi a carta dele e da mulher, Deanna, que também era militante, coordenava o CDS na América e foi candidata pelo círculo Fora da Europa.

Notas do meu caderno (3): José Lourenço procura fotos no telemóvel. Tem algumas da residência do ex-cônsul e de César do Paço com polícias. «Isto é o cofre dele dentro do consulado. Com armas», aponta para uma imagem. «Isto é que o fodeu. Dentro do consulado, ele não podia ter armas. Um secretário da embaixada tirou fotografias e o Fezas Vital, antigo embaixador, arrumou com o César.»

Notas do meu caderno (4): Quando, em 2020, perguntei a César do Paço que donativos fizera a forças políticas, o empresário mandou o seu advogado à época, Carvalho Araújo, responder por escrito: «Nunca financiou ou alguma vez financiará qualquer partido.» O CDS desmentiu-o oficialmente: confirmou que recebeu de César do Paço, pelo menos, uma transferência de 10 mil euros, feita a 16 de abril de 2019, ano em que a mulher do empresário, Deanna, encabeçou a lista do partido centrista pelo círculo Fora da Europa.

Quando começou a trabalhar como «conselheiro»? Quanto ganhava?

Em 2018/2019. Comecei por ganhar 4000 euros, depois 4500 euros, no final 5000 euros. Quando viajava, ele pagava as despesas. Às vezes, dava-me bónus de 1000 dólares, por aí. E pagava-me o apartamento em São Paulo, em Alphaville, zona chique. Era o único gajo teso que vivia lá. Tenho um cartão American Express platina, sem limite, dado por ele. Foi com esse cartão que paguei as refeições com o Ventura e dirigentes do Chega. Não foram baratas.

Como é que ele conheceu o presidente do Chega?

Um dia, estava no Brasil, descansado, e ele manda-me uma fotografia do André Ventura. «Conhece?», perguntou. Conhecia-o da televisão e, como imagina, não ia à bola com ele! Era um *cartilheiro* do Benfica e do Luís Filipe Vieira. Aliás, ele preocupa-se muito com os ciganos, mas o Vieira fodeu-nos mais dinheiro do que os ciganos todos! Adiante. «Arranje maneira de a gente se encontrar com ele», disse o César. Liguei à minha amiga Manuela Estêvão, que tinha sido mandatária do Ventura em Santarém. E ela fez a ponte. Marcou-se um almoço no restaurante Solar dos Nunes, em Lisboa, em finais de 2019, creio. O

César frequentava aquilo, tem lá fotografias dele e da mulher. Ia sempre para a sala de cima, reservada. Depois, filiámo-nos no Chega. Foi o Diogo Pacheco de Amorim quem nos inscreveu.

Notas do meu caderno (5): À *Sábado* (2023), César do Paço contou outra versão: «A minha relação com o Chega durante alguns anos foi de mero simpatizante [...] Aderi recentemente ao partido [...] O Chega trouxe uma esperança de mudança, sobretudo no combate à corrupção», justificou. «Quando o Chega e André Ventura aparecem, fiquei entusiasmado com a ideologia e o seu discurso, rapidamente percebi que o mesmo tinha potencial para chegar a primeiro-ministro. A partir daí manifestei vontade de o conhecer [...] Afável, culto, com um refinado sentido de humor e, sobretudo, um grande patriota», descreveu-o. À *Sábado* e à *Visão* (2024), confirmou o que desmentiu aos jornalistas durante anos sobre o Chega: «O único apoio que dei foi financeiro», reconheceu. Uma «transferência de 10 mil euros». Quanto à afinidade ideológica, afirmou: «Sempre fui de direita e assumi a minha posição de conservador. Não sou contra as mudanças sociais, mas critico aquelas que, radicalmente, querem mudar o conceito de família, de escola e de religião [...] Acredito imenso no André Ventura e apoio a sua liderança no Chega. Creio que um dia ele chegará a primeiro-ministro.»

Quem esteve nesse almoço no Solar dos Nunes?

O César, o André e eu. O César teve uma abordagem cautelosa, elogiou as intervenções dele, disse que o podia ajudar. Meses depois, almoçámos no parlamento e aí também já esteve o Diogo Pacheco de Amorim. O Ventura nunca pediu nada ao César, nem lhe deu muita confiança. Quem dava era o Diogo. É extremamente culto, mas não tem onde cair morto. Andava à rasca porque tinha dívidas e ia substituir o André no parlamento quando ele fosse candidato à Presidência. Na altura, fomos a um quartel de bombeiros, o César mandou-me fazer umas compras e o Diogo disse que tinha o frigorífico avariado. Liguei ao César a perguntar se podia comprar-lhe o frigorífico e assim foi. Depois até me ligou a Worten por causa da garantia... Assisti à ascensão deste núcleo duro do André. O Pedro Pinto não tinha dinheiro para se vestir. Pedia uns fatos ao Pedro Moura [empresário, dirigente da distrital do Porto] e não pagava.

Notas do meu caderno (6): A 18 de abril de 2020, Ventura entregou equipamentos aos Bombeiros Voluntários de Carnaxide,

«generosamente doados» por César do Paço, juntamente com o seu representante em Portugal, José Lourenço, e o vice-presidente, Pacheco de Amorim. A ação foi «embrulhada» na propalada campanha do Chega junto dos militantes para apoiar instituições que combatiam a pandemia na linha da frente. «Paguei obras de remodelação num quartel de bombeiros assim como a adjudicação de um autotanque», assumiu César. O empresário doou também 60 *tablets* a uma escola básica de Vila do Conde. Na ação participaram Lourenço e outros militantes do Chega. No estádio do Canelas, em Gaia, foi também feita a entrega, via Lourenço e Fernando Madureira (Super Dragões), de 60 *tablets* e 60 teclados doados por César «a crianças desfavorecidas do concelho», na presença de militantes e dirigentes do Chega.

César anunciou a criação de uma fundação, mas o registo da mesma seria feito em Cabo Verde. Lourenço era o administrador e diretor-executivo. Prometeu que a fundação seria «pau para toda a colher», tendo em vista «fins beneméritos e filantrópicos». O conselho consultivo integrava Nuno Melo (CDS, que pediu para sair quando o assunto foi referido pela SIC), José Cesário e Carlos Gonçalves (PSD), e Pacheco de Amorim (Chega). «Coloquei a questão ao André e ele não levantou objeções. É um cargo não remunerado», garantiu-me Diogo. «Não entrou um cêntimo do Dr. César no partido.» Mais tarde, à SIC, confirmou que 10 mil euros foram, afinal, parar aos cofres do Chega.

Quando, em 2020, César do Paço decidiu processar a revista onde eu trabalhava por causa dos meus artigos sobre ele, Pacheco de Amorim, que, entretanto, aceitara integrar a Fundação DePaço, mandou uma mensagem ao então já exonerado cônsul, oferecendo-se para tudo o que ele precisasse e dando conta da sua alegria pelo facto de César ter decidido enfrentar a *Visão*, a cujos responsáveis e jornalistas chamou miseráveis.

Quanto às dívidas de Pacheco de Amorim, elas existiam. Em outubro de 2021, confirmei que o deputado do Chega, em substituição de Ventura, tinha o ordenado do partido penhorado por causa de dívidas que rondariam os 15 mil euros. Uma delas era reclamada, em tribunal, pelos herdeiros da credora, entretanto falecida. A outra, confirmou-me o próprio Diogo ao telefone, dizia respeito a um cartão de crédito de 1998. «Logo eu que não gosto de cartões de crédito e já não lembrava de ter tido um...», desabafou, explicando: «Quando entrei para o parlamento, fui confrontado com esta dívida e disse logo ao meu

advogado que era para resolver.» Na altura estaria, pois, em fase de solução.

Pacheco de Amorim era assessor parlamentar de André Ventura desde 25 de outubro de 2019, altura em que se tornou funcionário do partido. Confirmou-me a penhora do vencimento que recebia do Chega «em cerca de 400 euros», mas desvalorizou. «Não sabia de nada até entrar para a Assembleia. Foi nessa altura que fui notificado», assumiu. «Quanto à dívida pessoal, é óbvio que me lembro dela e comecei a pagá-la, mas a pessoa que me fez o empréstimo faleceu e pensei que isso se resolveria de forma pacífica. Para meu espanto, fui confrontado com uma ação de penhora da família relativamente ao valor. Quando veio a crise no ramo imobiliário, no qual trabalhava, os clientes desapareceram e a situação não ficou fácil», justificou, «mas posso garantir que tenho uma vida correta e que, até hoje, emprestei muito mais dinheiro do que aquele que devo». Pacheco de Amorim assegurava ainda que as dívidas em causa eram, no total, inferiores a 15 mil euros. Em 2023, o Chega entregou um projeto de lei para impedir o financiamento dos partidos com verbas destinadas aos grupos parlamentares. Impunha que a subvenção pública para assessorias obrigasse a cumprir a função em exclusivo na Assembleia. Diogo, porém, era um dos assessores do Chega que recebia por dois lados: partido e AR.

Que ajudas deu o César a instituições, com o Chega por perto?

Douu bens: frigoríficos, fogões, etc. O Chega entregava e o André fazia figura de corpo presente.

Notas do meu caderno (7): Quando Lourenço se candidatou a presidente da distrital do Porto, César do Paço escreveu no Facebook: «É o homem da minha confiança com acesso a muita coisa minha [...] É o homem certo para assumir a distrital do Chega no Porto, da mesma forma que sei que é o homem certo para caminhar ao lado de André Ventura [...] Fiz o que nunca faço, apoiar um político. Cansei-me de ler injustiças sobre um homem que é da minha inteira confiança.» Em 2020, liguei a Miguel Tristão Teixeira, antigo líder do Chega-Madeira, que se demitira da direção na sequência de várias polémicas, entre as quais a da relação com César. «As ligações privilegiadas do empresário ao partido são claras e preocupantes. André Ventura foi alertado para os riscos da proximidade», disse-me. «Lourenço é uma espécie de testa

de ferro do César e os negócios parecem sempre estranhos. Temo que o Chega se associe a situações menos claras, até porque ninguém acede a informações sobre o dinheiro que entra e como é gasto.» Lourenço considerou «abusivo» ser referido como testa de ferro e negou a existência de ambições políticas ou interferências na vida partidária por parte de César do Paço.

Porque se candidatou?

O André e o Diogo diziam que o Porto era incontrollável: só tinha gajos de extrema-direita, violentos. A [arquitecta] Ana Motta Veiga, coitada, só levava com gajos com tatuagens. Não sabia que o Porto ainda tinha *skinheads*. Quando me apercebo que existem uns gajos de extrema-direita dentro do partido, começo a correr com eles. Nas primeiras eleições, o Jorge Honorato, de Santo Tirso, ligava-me e dizia: «Ó Lourenço, esta merda está cheia de *skinheads* e seguranças!»

Como montou a segurança para André Ventura no célebre jantar?

O André, quando vinha ao Porto, hospedava-se num hotel em Famalicão, com nome falso. Tinha medo, até porque o padrinho de casamento dele, o Rui Gomes da Silva, já tinha levado uma *talochada* na Foz por causa do Benfica. Se houvesse *stress*, metíamos o André na parte de cima do Hard Club e fechávamos as escadas. Dias antes, o «Macaco» [Fernando Madureira, então líder da claque Super Dragões] veio ter comigo e mostrou-me as mensagens no telemóvel. Perguntavam: «Tu vais deixar esse filho da puta entrar no Porto?!» O Nandinho [Fernando Saúl, à época *speaker* do Estádio do Dragão] escreveu qualquer merda nas redes sociais e teve mais de 20 mil *likes*. Era só pessoal a malhar no Ventura. E pensei: «Vou ter de pôr segurança a sério, senão ele vai levar nos cornos.» Marquei então o jantar para um sábado, 25 de janeiro. Nesse dia o Porto jogava fora [em Braga, para a Taça da Liga] e a maioria da claque estaria lá...

A quem recorreu?

A homens dos Super Dragões, outros do boxe. O «Macaco» depois disse: «O Ventura só vem ao Porto se entrar contigo, não tem passaporte para andar aqui.» O André estava cheio de medo. Recorri a uns doze ou treze, malta da pesada. A dada altura, fui fumar um cigarro e o André perguntou-me: «Ó Zé, eles têm registo criminal?» Eu ri-me. «Não precisam, André, vêm todos da missa!» «Isto vai dar merda», dizia ele. «Mas é melhor dar merda que levars nos cornos», respondi. «Agora escolhe: queres mandá-los embora, manda, mas

depois não te queixes.» Ele tinha medo que aparecesse uma faca do nada, algo assim. Havia risco efetivo. Quando percebi isso, fez-se uma «caixa de segurança», mas, para todos os efeitos, o André não teve segurança nessa noite, percebe? Nem guardas pretorianas nem tropas de elite. Eram meus amigos e foram lá beber um copo (risos)...

Como é que você faz a ponte do César para o boxe do FC Porto e depois para a compra de capital do Canelas, propriedade de Fernando Madureira?

Pá, primeiro foi o boxe. O César dava 10 mil euros por ano à secção e eles tinham lá os painéis do produto dele e da empresa. Quando a SIC fez a reportagem sobre o César, o Pinto da Costa deu logo ordens para retirar tudo... Fomos almoçar e o César lembrou-se: «E se eu comprasse o Canelas?» E eu disse: «Não sei se está à venda.» E ele: «Mas eu posso mudar o paradigma daquilo.» Queria levar o clube à primeira liga, dizia. Falei com o «Macaco». «Tens interesse?» «Tenho», disse ele. «Mas se ganhar o que é meu e ele não me vier cá foder a cabeça.»

Houve gente do Chega que disse que o César queria o Canelas para lavar dinheiro. Você admitiu publicamente que circulou isso.

Sim, mas não é verdade. O César gastou 127 500 euros com o Canelas para ter a maioria do capital da sociedade, mas, claro, o «Macaco» não dormia. E eu também o ajudei, um gajo tem de ajudar os amigos, não é? Mas sem ganhar nada, palavra de honra! A dada altura, pusemos o César de lá para fora: eu é que tinha a procuração. O César tinha dado aquele dinheiro para comprar a maioria da SAD. E nós dissemos-lhe: «Ok, mas além desse dinheiro, tem de investir na época futebolística.» Claro que ele não percebeu um caralho daquilo. E quando percebeu que tinha de meter mais dinheiro, mandou foder o Canelas. E o «Macaco», como imagina, porreiro da vida: «127 500 euros já cá estão!»

Fernando Madureira ainda foi a Cabo Verde... Em que contexto?

Convidei-o, queria mostrar ao Fernando que estava perante um homem potente. Esteve previsto o Ventura ir antes, mas não deu por causa da pandemia. A viagem com o «Macaco» foi já quando o César foi tomar posse como cônsul honorário.

Saíam sempre artigos elogiosos sobre César do Paço num jornal da comunidade portuguesa nos EUA...

Era eu quem os escrevia. Todos! Ele utilizava o *Luso-Americano*, o diretor é o Luís Pires. Eu mandava o textinho e as fotos e saía a notícia. Quando a mulher do César foi candidata pelo CDS, escrevi tudo. Aquilo era tudo pago. O Luís tinha preços especiais porque publicava muito.

Notas do meu caderno (8): Quando, em 2020, falei com a direção do jornal, responderam: «É publicidade paga. Cada página custa 600 a 700 dólares.» Em regra, os «artigos» eram escritos em tom de magnanimidade sobre os feitos filantrópicos de César.

E os jatos privados que o César usava, eram dele?

No início, acreditei que sim, mas não eram: fretava-os.

Quem manda e tem prestígio na comunidade portuguesa é o Tony Amaral, que não gosta do César. No meu tempo, o César não ia muito à Florida. Arranjou lá uma casa num condomínio *top*, claro, para o consulado de Palm Coast, mas a residência dele é em New Jersey. Ele queria era os passaportes diplomáticos. Em Cabo Verde, arranjei-lhe quatro. Dois para ele e para a mulher e os outros dois para as filhas menores...

Notas do meu caderno (9): Em 2020, durante meses, contactei ex-governantes nacionais e meios diplomáticos portugueses, nos EUA e junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, para me informar sobre a exoneração de César do Paço de cônsul honorário, supostamente a pedido dele. Soube então que tentara, em diversas ocasiões, a concessão do passaporte diplomático, o que lhe foi recusado.

Como surgiu a ideia de criar a Fundação DePaço em Cabo Verde?

Ele queria fazer coisas e a fundação dava-lhe mais *status*. Até foi ideia do ministro. O Tony Amaral, grande rival dele nos Estados Unidos, tem a Fundação António Amaral... Fui eu que registei a fundação do César. Ele queria ser cônsul honorário de Cabo Verde na Florida. E a mulher seria consulesa em New Jersey. Quando falámos com o ministro da Administração Interna, o César prometeu carros da polícia, cães, o que precisassem. Queria mostrar poderio. O primeiro contacto para abrir portas é feito através do advogado Carvalho Araújo, de Braga. É ele quem fala com um cabo-verdiano, o Cristiano Monteiro, amigo de infância, antigo deputado, radicado nos EUA, mas que se mexia bem na política de Cabo Verde e também esteve lá connosco. Ele apresenta-nos a umas pessoas e, a partir daí, o César correu com o Carvalho

Araújo. Depois transferiu para Cabo Verde mais de 20 milhões de dólares. Só eu transferi dezasseis ou dezassete, era sempre eu que tratava disso com a administração do banco.

Notas do meu caderno (10): Os documentos confirmam as palavras de Lourenço, que aparece como requerente na constituição da fundação, na cidade da Praia, ilha de Santiago, a 24 de novembro de 2020, tendo como subscritor César do Paço. O objeto social da instituição passa por iniciativas sociais, beneficência e filantropia.

O que se seguiu?

Rondámos o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Filipe Tavares, para arranjar os passaportes diplomáticos. O César tinha-se encontrado com o embaixador Carlos Veiga, antigo primeiro-ministro de Cabo Verde, nos EUA, e ele fez a ponte. O César ofereceu um *Mercedes* ao ministro, mandou o carro para lá. Falei com ele e tratei da papelada toda. Quando se garantiram os passaportes diplomáticos, já estava tudo em clima de festa. «Agora temos é de ganhar dinheiro», disse-me o César. O Ministério Público de lá arquivou tudo, mas o César foi cônsul por pouco tempo.

Notas do meu caderno (11): Uma série de reportagens da SIC destapou o caso do carro entregue ao ministro, mas havia mais pormenores: o *Mercedes* referido por José Lourenço, modelo *CLA 180*, que seria destinado ao ministro Tavares, rondaria os 50 mil euros, pagos em três prestações a uma empresa de Sanguinheira (Cantanhede), que o teria exportado para Cabo Verde em dezembro de 2020. Uma empresa de comércio de viaturas do Porto faturou também à empresa de César mais de 2000 euros relativos a peças para o automóvel antigo daquele governante, com entrega na embaixada em Lisboa e despachado para Cabo Verde. Tavares demitiu-se. E nem César nem a mulher permaneceram como cônsules. César diz que o *Mercedes*, afinal, era para seu uso, mas como deixou de ser cônsul desistiu da fundação e fechou a conta bancária que abrira. «O ministro ficou com o carro e pagou-o com o dinheiro dele.» Tavares explicou que já tinha parte do valor necessário e solicitou um empréstimo bancário para o que lhe faltava, a pagar em noventa e seis meses. O contrato para a compra teria sido efetuado em janeiro de 2021.

O Ministério Público cabo-verdiano arquivou o caso. A Procuradoria portuguesa abriu-o.

Em 2023, a empresa de César em Cascais foi alvo de buscas da PJ no âmbito de uma investigação ao caso de Cabo Verde e do *Mercedes*, entre outros. A PGR falava em alegados crimes de corrupção e branqueamento de capitais. «Obviamente que [a PJ] não vai encontrar nada porque não há nada para encontrar», reagiu César.

Em março de 2020, também Ventura e Pacheco de Amorim deveriam ter-se deslocado àquele país a convite de César, mas as restrições impostas pela pandemia impediram a viagem. Na agenda, segundo o presidente do Chega, estariam reuniões bilaterais com o presidente da República de Cabo Verde e vários ministros, mas não seria bem assim: quando o seu nome foi ventilado, ainda antes do cancelamento, as autoridades cabo-verdianas terão reagido com incómodo à eventual presença de Ventura no país. Por lá já estavam César do Paço — «o meu amigo», dizia Ventura —, Deanna DePaço e José Lourenço. A deslocação estaria incluída num périplo internacional mais vasto.

Quando o ministro Tavares se demitiu e veio à baila a ligação de César do Paço ao Chega, também André Ventura reagiu com a habitual tática de levantar uma questão quando confrontado com outra totalmente diferente: «O governo de Cabo Verde deveria sobretudo preocupar-se com a razão pela qual tantos jovens cabo-verdianos são obrigados a emigrar para Portugal e outros países da União Europeia, muitas vezes sem quaisquer condições ou perspetivas, porque no seu país não encontraram um governo capaz de dar soluções.»

Quanto dinheiro deu César ao Chega?

Inventou-se muita coisa... Quando veio ao jantar-comício do Mercado Ferreira Borges, o André pagou o hotel no Palácio do Freixo, as despesas dele e da comitiva com o cartão do partido, mas o César tinha-se prontificado a pagar as estadias, uns mil e tal euros, e deu-se um envelope ao Diogo para isso. Nesse dia, o Diogo bebeu uma quantidade enorme de champanhe ao pequeno-almoço... Que eu saiba, houve três donativos à volta de 10 mil euros cada. Há um, oficial, do próprio César, por transferência. Há outro da mulher, da mesma conta. Avisei-o para ter cuidado, mas ele disse que a conta era conjunta e não ligou. E há outro em dinheiro, da secretária da Summit em Cascais, entregue ao Diogo. Chegou também a transferir dinheiro para o [funcionário, secretário pessoal de Ventura e dirigente] Luc Mombito, uns 3000 euros, para ele alugar uma casa. Depois o Luc apareceu com umas *t-shirts* novas, do Blue Lives Matter, que o César lhe dava, mas o Ventura nunca concordou com essas

transferências. Lá nisso... O André nunca deu bola ao César, nunca lhe deu estatuto.

Notas do meu caderno (12): Na única declaração que me fez, por escrito, sobre César do Paço, Ventura reforçou a existência de «uma relação de respeito e admiração» com o empresário, dado o seu «reconhecido sucesso internacional». O antigo cônsul honorário disse que esteve três vezes com o líder do Chega, mas queixou-se das notícias: «Inicialmente tudo não passou de um mal-entendido. As questões para as quais a comunicação social queria respostas deviam ter sido feitas a mim, diretamente, e isso não aconteceu. Hoje estou arrependido por não o ter feito, mas tinha pessoas que o faziam por mim e eu confiava nelas. Agora entendo que esse foi um erro tremendo. Só percebi o tamanho do desastre quando vi a dimensão a que isto tinha chegado. De repente, só por ter feito um donativo legal ao Chega, passei a ser vilão e bandido sem perceber como», lamentou à *Visão*. «Toda a imagem que criaram à minha volta é de uma injustiça enorme, o que, claro, me magoou muito. Alguns órgãos de comunicação social fizeram de mim um indivíduo tenebroso, com ligações ao submundo da extrema-direita na Europa, mais concretamente em Portugal, e até hoje isso vai fazendo moça», insistiu. «Não sou, garantidamente, o maior financiador do Chega. Aquilo que fiz foi fazer um donativo dentro dos valores legais, mas isso não me transforma no maior financiador.» Nuno Afonso confirma, porém, que terá havido, pelo menos, mais um donativo, em numerário, através da funcionária do cônsul na sede da Summit em Cascais. Quanto ao pagamento do hotel no Palácio do Freixo, Nuno Afonso também tem uma versão idêntica. «O André tinha receio de receber oferendas de valor elevado, pois é ilegal para um deputado da nação», explicou no seu livro. «Pagou com o cartão do partido, mas alegadamente houve restituição dessa verba, cortesia do senhor cônsul.»

Não houve mais encontros à mesa?

Um jantar no Solar dos Nunes, em novembro de 2020, creio. O César não foi, mas disse-me para convidar o André e o Diogo. O André levou também o Regalla. Eu tinha encomendado um *Barca Velha*, de 900 euros, por aí. E ainda veio outra garrafa, de 600 euros ou 700 euros. E digestivos. Beberam bem. Mais de 2000 euros. O César *passou-se* com a conta...

Havia gravações de conversas telefónicas entre dirigentes?

Eu fui gravado várias vezes...

Dizia-se que você geria a distrital do Porto como um *gangster*...

Se calhar, no início, teve de ser. Havia uma extrema-direita muito violenta. De resto, nunca seria vassalo de Lisboa. Nem para ser deputado! Nunca entrei no Estádio da Luz e tenho um orgulho do caralho nisso!

Financiamentos: nunca viu nada estranho?

Havia uns jantares em que se entregavam uns envelopes, dinheiro vivo, e aquilo supostamente entrava nas contas do partido, mas não sei mais nada...

Notas do meu caderno (13 e última): Entre 2023 e 2024, César e Lourenço ameaçaram-se mutuamente. Em privado e em público. Também anunciaram queixas-crime um contra o outro. César reagiu: «Era meu colaborador e, a determinada altura, começou a colocar os interesses do Chega à frente dos da empresa, e isso eu não podia permitir [...] É com isto que tenho que lidar desde que conheci este senhor», explicou, referindo-se depois às buscas da PJ na sede da sua empresa em Cascais, cuja origem atribuíra a Lourenço. «Ele tentou extorquir-me dinheiro», justificou. «É por isso que tenho queixas contra ele em Portugal e no Brasil. Sei que a queixa é dele porque os documentos que enviou para a PJ enviou também para alguém que me conhece e que me fez chegar. Esperava que eu pagasse para não fazer a queixa, mas como não tenho nada a temer não o fiz e ele avançou.» Entretanto, o empresário consolidou a sua relação com outras figuras — José Pacheco (deputado regional, dirigente e líder do Chega-Açores) e Bruno Mascarenhas (deputado municipal em Lisboa) — como, de resto, foi público, em 2023 e 2024, nas redes sociais.

Lourenço e César tinham processos um contra o outro quando, a 30 de abril de 2025, José Lourenço faleceu no Brasil, aos cinquenta e quatro anos. Segundo um amigo da família, ficou doente durante uma viagem a Portugal. Pensou que era uma virose, mas quando regressou ao Brasil foi internado de urgência e ficou em coma. Nos exames, descobriu-se uma bactéria que lhe terá afetado o sistema nervoso central. Quando parecia que ia recuperar, ainda que lentamente e com sequelas, teve uma paragem cardíaca fulminante. Erika Lourenço, a viúva, confirmou-me o óbito pelo telefone um dia depois. O funeral foi

em Gaia, a 9 de maio de 2025. No nosso último encontro, Lourenço havia-me confiado diversos documentos sobre histórias e episódios que relatou.

Quanto a César do Paço, voltou aos holofotes em 2025 em Portugal. Associado e patrocinador do International Club of Portugal, marcou presença, ao lado de Gouveia e Melo, num almoço-conferência do almirante nesta instituição, pouco antes de o militar anunciar a sua candidatura presidencial.

Nas semanas que antecederam as eleições legislativas de 18 de maio de 2025, César participou em ações de campanha do Chega, com destaque para um jantar da distrital de Viana do Castelo, ao lado de Diogo Pacheco de Amorim. «Votar no Chega não deve ser encarado como um mero protesto», escreveu no seu *site* na Internet. «Trata-se de uma afirmação consciente de soberania, justiça, ordem e dignidade cívica. É a expressão de um anseio por restaurar a verdade no debate público e a coragem na ação governativa.»

O REINO DO PREGADOR VENTURA

No início de 2020, o PSD parecia velho, o CDS quase desaparecera e a Iniciativa Liberal dava os primeiros passos, mas sem o estrondo do Chega. A 5 de fevereiro, o partido teve o seu primeiro grande «banquete» pós-eleitoral no restaurante Montes Claros, em Monsanto. «Venha Conhecer André Ventura» era o lema. O jantar atraiu cerca de 100 pessoas da aristocracia lisboeta, dos grandes escritórios de advogados, das elites empresariais e financeiras, além, claro, de dirigentes do Chega, dispersos por 14 mesas gigantes. Não foi divulgado à imprensa: era suposto permanecer reservado.

O objetivo passava por promover Ventura junto de meios endinheirados, influentes e ciosos da sua discrição, fascinados com a eleição do deputado ou, pelo menos, curiosos com a sua ascensão fulgurante na cena política. Cada comensal pagou um mínimo de 65 euros. Acima disso, daria o que quisesse. Por mais 50 euros, os presentes podiam levar para casa um livreto mal-amanhado, de pouco mais de 100 páginas, com a «matriz ideológica» do partido, os textos fundadores e alguns extras. *O dia em que gritei Chega!* tinha Ventura na capa, em pose enfatuada de combate, com punho cerrado e rosto *photoshopado*.

Para a ocasião, foram impressos e encadernados 100 exemplares. O trabalho gráfico custou menos de 500 euros e a venda daria receita considerável se não sobrassem, como foi o caso, bastantes exemplares.

Houve quem reclamasse o dinheiro do jantar de volta pelo facto de Ventura só ter aparecido quando parte dos comensais já tinha saído. «O André chegou tão atrasado, por causa da votação do Orçamento na Assembleia, que a maioria das pessoas acabou por ir embora e foi um fiasco», disse o então militante Manuel Bragança, presente em Monsanto.

Quem lesse o livrinho, jamais poderia dizer-se enganado. O Chega propunha-se reduzir as «funções sociais» do Estado a um patamar residual. Educação e Saúde

públicas deixariam, na prática, de existir. Defendia a redução de ministérios, a privatização dos transportes públicos, a criação do Ministério da Família e o reforço da Justiça e da Administração Interna. O partido rejeitava a inclusão do «crime de ódio» na lei penal. Batia-se contra «fronteiras escancaradas» e pela «deportação dos imigrantes ilegais», ou até mesmo dos legais que cometessem crimes leves. Com o Chega, os refugiados só teriam direito a «título precário» de residência. A nacionalidade atribuir-se-ia, «prioritariamente», a descendentes de portugueses. O partido advogava o «desmantelamento» do sistema tributário e o fim do IRS. Se governasse, reduziria cargos políticos «ao estritamente necessário» e atribuiria aos votos em branco «lugares vagos nas assembleias eletivas».

Podendo, o Chega acabaria com o «aborto-a-pedido», as «cirurgias de mudança de sexo pagas pelos contribuintes» e os «ventres de aluguer». Reivindicava a atribuição de um cheque-incentivo à natalidade, o regresso das mulheres ao seu papel de mãe e a restauração do conceito de família alargada: o modelo que «reúne, sob o mesmo teto», pais, filhos e avós.

Naquelas páginas, evocava-se o pensamento de Adam Smith, John Locke, Edmund Burke, Roger Scruton, Ludwig von Mises e Frederich von Hayek e dispensavam-se os valores da Revolução Francesa. O partido proclamava-se também «isento» de compromissos com a Revolução de Abril. Não daria guarida «aos bizarros poderes de organizações sindicais», queria a «supressão de qualquer financiamento a organismos feministas radicais» e a redução dos «custos de “empregabilidade”», entre os quais «salários», «contribuições para a Segurança Social» e «custos de despedimento». Havia até uma metáfora imobiliária: «Podemos estar em desacordo sobre se vamos construir uma catedral ou um centro comercial, não podemos é, estando de acordo sobre o centro comercial, construir uma catedral.»

O Chega era pelos «direitos merecidos» contra os «direitos adquiridos». Reivindicava-se da «Direita Identitária» ou «Nova Direita». E, «sem quaisquer complexos, como um partido “securitário”», defensor do «reforço da autoridade moral do corpo policial». Logo na introdução, Nuno Afonso citava a estrofe de uma canção-bandeira de Zeca Afonso para ilustrar o estado a que a esquerda votara o país. Mas, afinal, de que lado estavam os *Vampiros*?

Boa parte dos presentes fora desafiada para este encontro por Jorge de Abreu, fundador da sociedade de advocacia Abreu & Marques. Do seu escritório participaram mais dois elementos, que transferiram cada qual 130 euros para as contas do Chega: a sócia Teresa Ribeiro, ex-mandatária da Iniciativa Popular de Referendo sobre a Eutanásia, e o consultor e jurista Luís Cabral de Moncada, que ajudou a redigir o programa do Chega para a Justiça.

Amigo do rei emérito de Espanha, Juan Carlos, e ligado a prestigiadas organizações internacionais, Jorge de Abreu foi dos primeiros contribuintes avultados do Chega: entre 2019 e 2020, doou ao partido mais de 3000 euros, parte dos quais

relacionados com o pagamento de jantares do referido evento de Monsanto, com o qual o Chega gastou 5750 euros.

Na lista de presenças e pagantes apareciam, entre outros, Francisco Cruz Martins (advogado citado nos *Panama Papers*), Floriano Abecassis Schmidt (gestor), Luís Mendia de Castro (conde de Nova Goa e executivo de vários bancos), Jorge Pona Franco (assessor militar), João Gonçalves Gomes (empresário), João Franco O'Neill (antigo administrador do Metro de Lisboa), José Motta Veiga (advogado, maçom e ex-deputado do PSD), João Vicente Ribeiro (ex-administrador do BPN), a baronesa Marlies Dornberg, Anthony Stilwell (gestor), José Morais Cabral (ex-CDS, fundador da patronal CIP e ligado a negócios farmacêuticos), João Talone (sexto visconde de Ribamar, gestor e ex-CEO da EDP), Cristina e Teresa Roque (herdeiras do falecido banqueiro Horácio Roque, do BANIF) e André Gomes (advogado do empresário Joe Berardo).

Nem todos, note-se, ficaram «clientes» de Ventura e do partido. «Apoiante, eu?! Não, credo!», reagiu Rita Salgado, empresária do ramo alimentar ligada ao movimento ultracatólico Schoenstatt, quando lhe telefonei. «Fui por curiosidade. Paguei e vim embora. Nunca votei nem votarei Chega.»

Houve, porém, surpresas. «A presença do Humberto Pedrosa espantou-me, até porque na altura tinha negócios com o governo por causa da TAP», recorda Manuel Bragança. O empresário, líder do grupo Barraqueiro, negou ter ido ao jantar, apesar de testemunhos em sentido contrário e da inscrição do seu nome na listagem dos lugares nas mesas. Desmentiu também ter transferido 5000 euros para o partido, mas aí desculpou-se: David Pedrosa, o filho, é que usara a conta conjunta para enviar o dinheiro.

Outros sentiram-se... abusados.

A pedido de um amigo, a consultora de uma multinacional de auditorias pagou 520 euros por várias inscrições. «Não fui ao jantar por razões profissionais, mas fiz a transferência para um NIB que me indicaram e nunca imaginei que o dinheiro fosse parar ao Chega. No meu entender, estava apenas a pagar as refeições», lamentou. «Considero um comportamento abusivo, inaceitável. Não era minha intenção dar dinheiro ao Chega, mas participar numa discussão de ideias com o deputado André Ventura.» Falou-me sob anonimato por recear ser despedida.

Afonso Bragança Mendes pagou dois jantares em Monsanto através da conta da sua sociedade de caça e exploração florestal, mas «desconhecia» que as empresas não podiam dar dinheiro a partidos. Manuel Champalimaud, um dos maiores acionistas dos CTT, pagou o jantar através de uma das suas sociedades.

O brasileiro Drummond

Nome sonante da lista de participantes era Aristóteles Drummond.

Cravejado de comendas, o antigo assessor de ministros brasileiros, investidor imobiliário em Portugal, é um velho admirador de Salazar: tem mais de 100 livros sobre o ditador. Militante do Progressistas, herdeiro de forças vinculadas à ditadura militar brasileira, Drummond integrou brigadas paramilitares que combateram os comunistas. «Jornalista e escritor» com dupla nacionalidade, foi cronista do *Jornal do Comércio*, em Portugal, no final da década de 1980, órgão de imprensa que funcionava como porta-voz dos interesses patronais, então dirigido por António Rebelo de Sousa, irmão do presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Quando desafiado pelo amigo Jorge de Abreu, que pagou 130 euros pela presença no «jantar de adesões de Monsanto» promovido pelo Chega, Drummond escrevia nos semanários *O Diabo* e *Sol*, mas a relação com o país vinha da década de 1970. Quase familiar, a proximidade a políticos e empresários do Estado Novo de Salazar começara no tempo do avô, Augusto de Lima Júnior, chefe da missão brasileira à Exposição do Mundo Português.

Os empresários Manuel e Mário Vinhas, que implantaram a cerveja *Skoll* no Brasil, eram dois dos seus melhores amigos. Nas visitas a Portugal, Drummond frequentava a imponente Herdade do Zambujal, onde, nos tempos áureos, os Vinhas faziam festas e caçadas. «Recebiam o que havia de melhor da sociedade europeia», recordou. «Com os Cravos», escreveu, a recalcar Abril, «a propriedade foi saqueada e, três anos depois, o Zambujal foi devolvido, embora os touros de raça tenham virado churrasco nas mãos dos bandidos de um movimento semelhante ao MST [Movimento dos Sem-Terra] brasileiro».

António Posser de Andrade, patriarca da família do ex-dirigente e financiador do Chega Salvador Posser de Andrade, era outra referência dessa época, a quem tratava por «tio». Drummond pôde devolver o acolhimento quando os «exilados» do regime deposto pelo «pesadelo» de Abril de 1974 rumaram ao Brasil. A sua casa abrigou muitos «hóspedes» dessa época e ele até mandou celebrar uma «missa por Portugal contra o comunismo». A igreja encheu.

Acompanhou Marcello Caetano nas compras de toalhas, panelas e outros utensílios domésticos para a sua casa no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro, quando o último chefe de governo da ditadura aí se exilou. «Fiz o almoço de pazes do Marcello com o [antigo presidente da República] Américo Thomaz.» Spínola contou com os seus bons ofícios no Brasil, quando ali se instalou após a primeira tentativa de golpe de Estado frustrada. Segundo Drummond, empresas do político direita Carlos Lacerda custearam a estada.

O encontro secreto de Spínola com o histórico líder socialista, Mário Soares, em Genebra, no final de 1975, deve muito ao jogo de Drummond nos bastidores. O estatuto de «refugiado» concedido ao general pela ditadura militar restringia viagens e atividades políticas, mas o amigo moveu influências e garantiu-lhe um passaporte. Na hora de escolher a identificação, Spínola aceitou a sugestão de que constassem os seus dois primeiros nomes, António Ribeiro, iludindo assim as autoridades. A viagem foi

marcada «discretamente» na Varig e o ex-presidente da República encontrou-se então com Soares para, juntos, segundo o brasileiro, salvarem Portugal do comunismo. «A união dele com o general Spínola» foi, para Drummond, «a solução natural».

Drummond publicou um livro prefaciado por Jaime Nogueira Pinto, *Cartas de Lisboa — Uma visão da direita esclarecida sobre a história luso-brasileira*, e, por cá, simpatizava com o CDS, mas só até à chegada de Ventura ao palco político. «O Chega pode não ser o ideal», advertiu, «mas é importante como voz que defende o trabalhador e não o infrator, a polícia e não os ladrões rurais ou urbanos “com imunidade racial”».

O intelectual conservador e católico brasileiro propunha «acabar com a banalização das greves» e varrer a esquerda do panorama. Drummond, que conhecia um lote de políticos e empresários influentes no país, viu com entusiasmo o Chega despertar a elite e juntar homens e mulheres de diferentes tendências rumo ao «progresso capitalista». A divisa do brasileiro era a mesma de Salazar — Deus, Pátria e Família — acrescida de Trabalho, lema que Ventura também adotaria a partir de 2021.

O partido e as massas

Quando o Chega apareceu, era frequente ouvir-se e ler-se que dera voz ao obscurantismo nacional e normalizara, no espaço público, conversas até aí envergonhadas. Os seus votantes foram «encaixotados», pelos adversários, no mesmo lugar onde se guardam memórias turvas da História, passados mitificados ou, digamos, mumificados.

Estudos pormenorizados sobre a geografia e sociologia eleitoral do Chega ainda tardavam e os seguidores do líder eram, com frequência, reduzidos à ignorância ou à condição de néscios, pelos vistos a única explicação plausível para acreditarem naquele projeto político. Seria mesmo assim?

Meses após as legislativas de 2019, na primeira sondagem pós-eleições coordenada pela equipa do ICS e do ISCTE-IUL, o Chega era o único a subir.

E o perfil do seu eleitorado merecia outro olhar.

Segundo o investigador Pedro Magalhães, mesmo tendo em conta uma amostra pequena, o partido de André Ventura descolava das comparações com as direitas radicais do espaço europeu. Desde logo, pela paridade entre mulheres e homens, pela presença de jovens trabalhadores (dos vinte e cinco aos quarenta e quatro anos) e por incluir menos operários e mais empregados de escritório. Não existiam sinais de que os seus votantes fossem menos instruídos do que os do PSD ou do CDS. E estes até eram mais religiosos. Os eleitores do Chega diziam-se mais ao centro. Pareciam mais politizados e interessados do que o votante tradicional de direita. Preocupava-os o estado da Saúde, a corrupção e a Justiça.

Mais de um terço completara o secundário, acima da instrução média dos adultos. E 40% das intenções de voto no partido estavam na Grande Lisboa.

A mediatização de Ventura enquanto deputado único foi de tal forma ampla e persistente que o Chega deu a ilusão de ter uma massa de apoiantes superior à realidade. Com esse lastro informativo, quase podia prometer mudanças para o dia seguinte ou ganhos futuros ao virar da esquina.

A propaganda era incitadora e divisionista, uma mistura de regeneração nacional com sebastianismo identitário à boleia de um ativismo digital, audaz e disruptivo. «A direita roubou-nos o *punk* porque dá votos», resumiu o comediante espanhol Ignatius Farray. Para o humorista, a direita, despudorada, falava para pessoas reais, enquanto a esquerda vivia presa ao que gostava que elas fossem.

Uma fotografia «tipo passe» dos cidadãos nacionais, publicada pelo European Social Survey dois anos antes do advento do Chega, dera de nós um perfil antipático no retrato de «família» europeu: entre 40 mil inquiridos de 20 países, os portugueses revelaram-se dos povos mais intolerantes.

Segundo Alice Ramos, coordenadora do estudo, mais de metade acreditava na existência de raças ou grupos étnicos «menos inteligentes». Os indígenas acreditavam que um quarto da população não nascera no país quando, na realidade, eram apenas 8%. «O cidadão português não tem noção de com quem vive», assinalou a cientista social. O repertório anti-imigração de Ventura estava por todo o lado. «É na comunicação social que ele é perigoso», explicou Alice Ramos. «Na Assembleia, ele está num ambiente de discussão, na CMTV entra na casa das pessoas como se discutisse futebol. Já o conhecem.» O risco maior era a exposição dos cidadãos ao discurso mediático puro, sem mediação nem contraditório. «E esse é o perigo dos Venturas: criar uma câmara de eco que as pessoas ouvem» e acionar, nas suas cabeças, o interruptor do populismo: «Se agora não me toca, mais cedo ou mais tarde vai chegar a mim.»

Após outubro de 2019, o Chega foi invadido de pedidos de inscrição oriundos de todo o país e das mais diversas classes sociais e ofícios. Conforme já referido, o fluxo descontrolado encravou num processo de recolha amador e sem filtro. Instalou-se o caos e permitiram-se registos, no *site* do partido, de nomes, moradas e *emails* falsos com os mais diversos intuitos.

A profissionalização da gestão de quotas, militantes e cadernos eleitorais só ficaria completa quase dois anos após a fundação. Para isso, o partido entregou o serviço a dois anarcocapitalistas da Neurons Paradise, João Pereira da Silva e Pedro Figueiredo. Ou, como eles gostam de se autointitular, conservadores libertários. As ramificações dos sócios e gestores da empresa estendiam-se a sociedades e servidores em Itália e no Dubai.

A gestão do cliente Chega era feita pelo angolano de nascença João Pereira da Silva, motorista da Uber até 2019 e combatente radical da «hegemonia cultural da esquerda» em fóruns e outras páginas digitais. Sobre a difusão de perfis falsos associados ao partido, riu-se e desconversou: «Encontrei no Chega um grande movimento, espontâneo e voluntarioso. É uma cultura diferente de outros partidos. Ainda há um certo idealismo.» Em 2023, Pereira da Silva desligou-se da empresa e do Chega. Passou a viver em paradeiro desconhecido no estrangeiro. Pedro Figueiredo ficou.

Com a Neurons, o Chega passou de quadros *Excel* defeituosos e pouco fiáveis para uma base sólida, quase automática, de manutenção de listagens de filiados, alertas, cobranças e recebimentos integrados com a contabilidade.

Ainda assim, cruzando documentos internos, perfis públicos nas redes sociais e fontes oficiais abertas, era possível fazer um primeiro retrato das bases do partido e mostrar o caudal de contribuintes fiéis ou financiadores de vulto, pelo menos até desandarem do Chega por dissidência, fastio ou expulsão.

Havia de tudo no Chega — dir-se-ia que Portugal, nas suas várias facetas, estava representado no partido.

Desde logo, mais homens do que mulheres, a larga distância, mas, à cabeça, centenas de polícias, militares (no ativo e na reserva), guardas prisionais, operacionais e inspetores do SEF, bombeiros, seguranças privados e ex-combatentes na Guerra Colonial distribuídos pelas mais diversas profissões.

No caso de elementos das forças de segurança, proibidos por lei de se filiarem em partidos, dezenas tinham cargos superiores ou sindicais. Um elemento da PSP, do corpo de segurança pessoal do presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, doou um pequeno valor ao Chega.

Entre os filiados, havia efetivos dos três ramos militares com experiência em zonas de conflito como o Afeganistão ou Kosovo, e até um guarda prisional e *sniper*, calejado em operações internacionais ao serviço do Exército francês. Aparecia ainda um tenente-coronel da Agência Espacial Portuguesa, especialista internacional em crises e conflitos armados. Comandantes de corporações de bombeiros eram em número razoável, bem como entusiastas do *airsoft*, atividade onde os jogadores simulam operações policiais, militares ou recreativas com armas de pressão e projéteis não letais. Antigos dirigentes de movimentos e partidos extremistas (NOS, PNR) marcavam forte presença, provavelmente relacionados com as vagas de adesões já referidas.

A militância no Chega incluía uma grande quantidade de professores, de vários graus de ensino e disciplinas. Havia-os em todo o território, e uma parte deles ocupava, ou desempenhara, cargos nas administrações escolares e na direção de sindicatos, incluindo em estruturas afetas à CGTP. Em listagens de donativos surgem contributos de dezenas de docentes ao partido que vão de 50 euros a mais de 1000 euros, por vezes em várias tranches.

Outras dezenas de filiados possuíam percurso sindical ou haviam tido funções em estruturas dos trabalhadores nos transportes, telecomunicações, aviação, seguros, correios, banca, ferrovia, metalomecânica, saúde e energia. Notável, igualmente, era o número de académicos, dirigentes e investigadores em prestigiadas instituições nacionais e estrangeiras. No distrito de Braga, por exemplo, filiaram-se largas dezenas de estudantes da Universidade do Minho, sobretudo brasileiros radicados na região, religiosos e apoiantes de Bolsonaro. Entre o corpo docente da mesma instituição também se inscreveram devotos de Ventura, sobretudo nas áreas de Ciência, Tecnologia, Turismo e *Marketing*.

Havia um lote razoável de mediadores imobiliários, gestores hoteleiros e turísticos (muitos no segmento luxo), construtores civis e diretores de grupos com investimentos em centros comerciais. E empresários e gestores com sociedades registadas em *offshores*, citadas nos *Paradise* e *Panama Papers*.

Entre os magistrados, surgia um juiz jubilado do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra e um antigo procurador da comarca de Lisboa, em ambos os casos com donativos da ordem dos 1100 euros. Aproximou-se do partido um conjunto de gestores de fortunas, consultores e analistas financeiros, além de economistas como José Maria Álvares, colocado na JP Morgan, em Londres, mediatizado por liderar uma manifestação em Lisboa contra as medidas sanitárias durante a pandemia. À época, era estudante de gestão na capital britânica e militante do Chega. «Os primeiros contactos internacionais foram feitos pelo Luís Graça, através do seu filho e do José Maria Álvares», revela o fundador Nuno Afonso.

O partido seduziu monárquicos (alguns bem próximos dos duques de Bragança), ex-militantes do CDS e do PSD, antigos candidatos, autarcas e ex-militantes locais do PS, da CDU e do BE ou de pequenas formações políticas como o MRPP, PPM, MPT, Aliança, Nós Cidadãos, PURP e outras entretanto extintas, como o PND. E, já agora, também dirigentes de televisões locais digitais, radialistas, produtores de conteúdos, técnicos de audiovisuais, um cronista social da *Nova Gente*, uma antiga secretária de redação do *Diário de Notícias* e até colunistas ocasionais do *Observador*, como era o caso de um contra-almirante especialista em assuntos esotéricos.

Também lá estavam pastores evangélicos e líderes de igrejas (brasileiros, sobretudo) em zonas urbanas (Lisboa) ou no interior de distrito do Porto (Felgueiras), e até dirigentes de estruturas do Chega (tesoureiros, por exemplo) que acumulavam funções nas Assembleias de Deus. A esses juntava-se uma numerosa lista de católicos ultraconservadores ligados a movimentos marianos, fraternidades, irmandades cristãs, estruturas diocesanas, misericórdias, centros paroquiais e escuteiros. Um cônego e chanceler da Cúria Arquidiocesana de Braga e um padre de Viana do Alentejo também aderiram ao partido, tal como membros do Opus Dei e até maçons.

As primeiras centenas de aderentes incluíam executivos bancários imaculados e personalidades da aristocracia lisboeta ou do interior do país que ajudaram ao financiamento do partido, com pequenas ou grandes verbas. Um dos pequenos

doadores, mas com pergaminhos, foi, em 2020, Luís Palha, pai da atriz Júlia Palha, da sociedade agrícola de Vil Figueiras, da Quinta das Areias em Castanheira do Ribatejo, trineto de vários condes e candidato independente pelo Chega à Câmara de Benavente em 2021.

Havia também adesões de cadastrados, condenados por burla qualificada e tráfico de droga agravado, mesmo entre classes abastadas. Era extenso, de resto, o rasto deixado por militantes, dirigentes e eleitores do Chega nos tribunais. O rol de delitos envolvia homicídios, tráfico de armas, agressões, fraudes, burlas, extorsão agravada, insolvências, dívidas fiscais, cheques «carecas» e contumácia, além de escândalos políticos ou do *bas-fond*. Em Braga, a GNR fechou um bar de alterne gerido por um militante do partido. E outros dirigentes eram associados a «negócios» antigos de casas de prostituição e tráfico de mulheres de Leste em bares de Carcavelos e Setúbal.

O partido também acolhia duas faces do mesmo mundo.

O taxista Florêncio Almeida (filho), ex-motorista do falecido banqueiro João Rendeiro, suspeito de atuar como testa de ferro dos negócios ruinosos da família do antigo dono do Banco Privado Português (BPP), era um deles, mas Durval Cardoso, líder do movimento de lesados do mesmo banco, cujo colapso custou ao Estado e a clientes centenas de milhões de euros, também lá estava.

Os atletas e dirigentes federativos das várias modalidades de tiro e hipismo estavam bem representados, tal como os praticantes de artes marciais, entre os quais se incluíam dirigentes de associações e federações de *Jiu-Jitsu* e *Krav Maga*. E *motards*.

Filiaram-se empresários de futebol, treinadores, atletas e dirigentes das ligas profissionais e amadoras secundárias em Portugal e no estrangeiro, um número razoável de árbitros, técnicos e jogadores de *futsal* masculino e feminino, além de treinadores e árbitros de andebol, dirigentes regionais de basquetebol, ciclistas, ginastas, patinadoras, dançarinas, canoístas, tenistas, automobilistas e campeões de equitação.

Os ficheiros continham músicos e compositores clássicos (alguns deles emigrados), fadistas, bailarinos, organistas de paróquia, vocalistas de banda de *covers* de *rock* e *hard rock*, um antigo membro dos Pop Five e um finalista do concurso de *rap* *Hip Hop Pobreza*, além de concorrentes de *reality shows* televisivos como *Casa dos Segredos*, *O Amor Acontece* ou *Quem Quer Casar com Um Agricultor*. O Chega juntava ao rol de doadores antigos diplomatas e um subsecretário de Estado Adjunto e do Orçamento do cavaquismo, que passou pelo governo de Macau e deu 1000 euros. Surgiam igualmente os nomes de ex-conselheiros de embaixadas (México e Noruega) ou responsáveis pela internacionalização da economia no tempo do primeiro-ministro Santana Lopes (2004).

Do estrangeiro também vinham filiações e doações, de emigrantes em Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Suíça, Suécia, Luxemburgo, Eslováquia e Irlanda do Norte. Entre os imigrantes, predominavam brasileiros e ucranianos. Marcelo Rabêllo, diretor da revista de direita luso-brasileira *Veritas Liberat* e ponta de lança do setor

bolsonarista e de figuras do «gabinete do ódio» do Palácio do Planalto em Portugal, mas também o enfermeiro Thiago Moreno que, em 2019, em Coimbra, tentou agredir com ovos o ex-deputado federal brasileiro Jean Wyllys (PT), vencedor do *Big Brother Brasil*. Thiago, antigo candidato a vereador pelo centro direita brasileiro, ex-PT, era português desde 2022 e promovia o culto evangélico e o investimento em ações nas redes sociais. Além de Ventura, claro.

Alistaram-se no Chega donos de quintas famosas a norte e de herdades com *pedigree* a sul, acionistas de *holdings* de investimento e ex-administradores e gestores do grupo BES, mas havia um défice considerável nos setores culturais. Era um deserto de intelectuais, pelo menos com intervenção cívica destacada.

Por fim, entre militantes e doadores, também não faltavam perfis curiosos e uma certa miscelânea.

Uma psicóloga clínica especialista em extraterrestres. Um militar na reserva ligado a um grupo de pesquisa de OVNI.

O «embaixador 5 estrelas» de uma multinacional cosmética polaca treinado por Susana Torres, *coach* do futebolista Éder, autor do golo que deu o título de campeão europeu a Portugal em 2016. Um intermediário de futebolistas radicado no País de Gales. Um dirigente do Clube Português do Deutsch Kurzhhaar, fundado por fervorosos amantes da raça *braco alemão*.

Uma mulher que processara um hospital privado por encontrar compressas cirúrgicas esquecidas na vagina. Uma ucraniana de Lviv, «estilista de unhas», radicada em Portugal. Um pastor da Igreja de Deus do Sétimo Dia. Uma astróloga especializada em Astrologia Esotérica Reeditada e Constelações Sistémicas Integradas, que deu 100 euros.

Um *chef* de restaurante em Versalhes. Um «tutor de Direito Virtual» do núcleo de Londres do Chega. Um brasileiro acusado de maus-tratos à filha e tentativa de homicídio da ex-mulher por enforcamento.

Um empresário com negócios na Estónia em serviços de informação, processamento de dados, hospedagem de *sites* e portais. Um *designer* russo-português de São Petersburgo especialista em tecnologia *blockchain*, usada em transações de criptomoeda.

O sócio-gerente de uma funerária da freguesia de Arroios (Lisboa), que deu mais de 3500 euros ao partido. Um romeno-português, porteiro de seminário, praticante de boxe e *kickboxing*.

Uma empresária, produtora de açafrão de qualidade mundial. Um ex-ministro da Guiné-Bissau, um antigo dirigente juvenil do partido cabo-verdiano PAICV e um ex-administrador da empresa de transportes interilhas de Cabo Verde.

Um luso-espanhol candidato pelo Vox nas eleições municipais em Madrid.

Dirigentes das claques Super Dragões (FC Porto), *No Name Boys* (Benfica) e Juventude Bracarense (Braga), e de núcleos regionais do Sporting.

Touradas, Cristina e fúria

Um setor fortíssimo no eleitorado do Chega, até mesmo em donativos, era o dos toureiros, forcados, cavaleiros e criadores de cavalos, de gado bovino e caprino. Embora não aficionado, André Ventura exibira o charme junto deste meio, após a fundação do partido, com a ajuda de dirigentes: o antigo cavaleiro Nuno Pardal, da Associação Nacional de Toureiros, suspeito de práticas sexuais com menor num caso que veio a público em fevereiro de 2025, Pedro Pinto, ex-empresário tauromáquico e divulgador do meio, e Ricardo Regalla, também vinculado a associações e meandros tauromáquicos.

Amigo dos três, Miguel Alvarenga, diretor do *Farpas Blogue*, também ajudou.

O antigo jornalista de *O Diabo*, *O Crime* e *O Título* e ex-presidiário de fim de semana no Linhó por abuso de liberdade de imprensa apoiou a penetração do partido na arena das tradições quando figuras dessa fileira suspiravam (e já desesperavam) por um político disposto a enfrentar ativistas do ambiente, do clima e dos animais e ousasse uma pega das antigas ao PAN, a força política que elegera quatro deputados em 2019.

Em dezembro desse ano, a pretexto do jantar de Natal da distrital de Lisboa, Ventura lotou duas salas da cervejaria Trindade, no qual se inscreveram dezenas de apoiantes ligados às touradas, entre os quais membros da tertúlia Valores e Tradições, o antigo cabo dos Forcados de Cascais, Francisco Cano, o já falecido forçado dos Amadores de Cascais, Alfredo Guaparrão, o matador de touros Paco Duarte e o cavaleiro David Gomes. Nas redes sociais, alguns apoiantes do Chega deliravam com imagens de cavaleiros a exibirem orelhas cortadas aos touros na praça.

O partido abrigava membros do IRA (Intervenção e Resgate Animal), associados a organizações de segurança privada, à claque Juve Leo (Sporting), a movimentos marginais de extrema-direita e a crimes violentos (agressões e roubos) a pretexto das suas missões, segundo a TVI e a *Visão*.

Na origem das fúrias do setor e de outras figuras do latifúndio, coudelarias e ganadarias contra o Chega esteve, mais tarde, a contratação de Cristina Rodrigues para assessora jurídica e chefe de gabinete do Chega no parlamento. A advogada representara ativistas encapuzados do IRA implicados em episódios de violência para resgatar animais alegadamente em risco. Eleita deputada pelo PAN, saiu para passar a parlamentar «independente». Enquanto isso, o partido acusou-a de ter eliminado milhares de *emails* quando se desvinculou e encaminhou o caso para o Ministério Público. Ela negou.

À parte a defesa animal, Cristina Rodrigues posicionava-se como progressista, democrata, apoiante das bandeiras feminista e LGBTQIA+, e apresentou um projeto de lei a favor do fim das corridas de touros e da criação de apoios para a reconversão de praças tauromáquicas. O parlamento chumbou a proposta com o contributo do Chega.

Em 2022, Ventura recrutou-a. «A nomeação da Cristina Rodrigues veio provocar um verdadeiro *tsunami* por aqui», lamentou, numa mensagem de telemóvel enviada a

Ventura, o então líder da distrital de Portalegre, Júlio Paixão.

Era só o princípio.

O *Farpas Blogue*, até aí aficionado de Ventura, deu lastro à contestação. O «incidente», escreveu-se, criou «brechas» entre o líder do Chega e figuras do mundo tauromáquico: «Estão a virar as costas ao partido que apoiavam.» Muitos não percebiam como era possível compatibilizar, no Chega, personalidades com passados tão distintos como Cristina Rodrigues ou Ricardo Regalla, por exemplo. O então diretor de relações públicas do partido liderara associações tauromáquicas, defendera a construção de uma praça de touros em Cascais e era lobista desse meio. «Os cavalos precisam de ser montados, os toiros toireados, o gado de carne comido e até os cães e gatos têm de cumprir as suas missões — mesmo que de companhia — e ser rentáveis para poderem subsistir e ser felizes! Caso contrário... zás!!!», afirmou numa entrevista.

Confrontada com o caso Cristina Rodrigues, «Mané» Romão Tavares, candidata do partido à Câmara de Alter do Chão em 2021, falava em «desilusão» e demitiu-se da distrital de Portalegre. «A minha dignidade está acima de tudo. Quando uma casa começa a ser mal frequentada, eu deixo de lá entrar...» Para ela, a contratação de Cristina Rodrigues ultrapassava a linha vermelha, embora a dela se revelasse bem elástica no Facebook: chamava «escroque do indiano» ao primeiro-ministro António Costa, publicava vídeos falsos de Lula da Silva e assumia a sua islamofobia e aversão à «ciganada».

«Muitos de nós iremos desfiliar-nos também», garantiu o matador Hélio Dias.

João Lynce, candidato à União de Freguesias de Santarém (2021), nascido numa família de agricultores alentejanos e ribatejanos, tinha confiado em Ventura para livrar o país da «gentalha» que destruía o mundo rural, as tradições e a sociedade cristã. «Tudo vai ser proibido se não estiver na cartilha marxista e/ou maçónica», pregava em nome de Deus, Pátria e Família. Em 2022, zangou-se. A nova «empregada» do Chega, na sua definição, era um «sapo» que não engolia, «exatamente o oposto daquilo que defendo e que está no programa do partido». Porém, ainda apoiou o Chega nas legislativas de 2024.

O empresário João José Comenda, dono da Sociedade Agrícola da Herdade dos Hospitais, outrora rabejador dos Forcados Amadores de Montemor-o-Novo, também se despediu do Chega na sequência da contratação de Cristina Rodrigues. «Senti uma enorme desilusão e até traição», explicou no Facebook.

Ainda esperou um *volte-face*, mas a «arrogância das respostas de certos meninos já instalados» e o facto de «começarem também eles a ganhar a vida com este partido» levaram-no a desistir. «Fiquem lá com essa senhora e divirtam-se porque o meu voto nunca mais vai para o vosso partido», anunciou o promotor de touradas, criador de bovinos e de cavalos árabes.

Quanto a Luís Forinho, vereador na Câmara do Entroncamento, desvinculou-se com queixas sobre a falta de democracia, o compadrio e a escolha de Cristina Rodrigues. Com ele saíram mais três deputados municipais. «Quando anunciaram esta

contratação, liguei para Lisboa e questionei os motivos. Disseram-me que no partido não havia ninguém com o arcaboço e o conhecimento jurídico dela», revelou. «Achei vergonhoso, considerando os quadros que temos. O Chega é a maior desilusão política.»

Até aí, só se dera por este fenómeno autárquico do Entroncamento por causa das afirmações bombásticas: «Sou homofóbico, não gosto de *gays*, lésbicas, transexuais, pedófilos, violadores», assumiu o eleito do Chega que se tornou independente e assumiu o «nojo» pelas relações homossexuais. «Homem com homem dá crocodilo, mulher com mulher dá tapete persa.» Em novembro de 2024, já desfilado, obrigou à interrupção de uma sessão da assembleia municipal por se apresentar na reunião com uma *t-shirt* do movimento de extrema-direita 1143, de Mário Machado.

Era um facto: «A entrada da Cristina Rodrigues foi o maior rombo no número de filiados», garantiu-me um dirigente do partido. «Fez perder muitos militantes.» Estávamos em 2024 e já ela era deputada, mas as suas posições sobre outras matérias haviam provocado, anos antes, reações abespinhadas das alas religiosas do Chega: Cristina tinha defendido a publicação de conteúdos escolares promotores «de uma educação sexual abrangente, acessível a todos, fundada nos direitos humanos, na igualdade, no respeito e prazer mútuos e numa sexualidade livre de coerção».

O discurso pró-aborto e pró-liberalização da canábis de Cristina eriçara-os ainda mais. Maria Helena Costa, evangélica, à época militante do Chega, acusou a ex-deputada do PAN de contribuir para a proliferação da pedofilia nas escolas e apelou à mobilização «contra a erotização precoce das nossas crianças» e a «podridão moral». No partido, Pedro Frazão não destoava. Nuno Afonso cita um jantar em Santarém em que o deputado e vice-presidente do partido terá defendido a proibição da interrupção da gravidez mesmo no caso de eventual violação de uma criança de doze anos.

Estranhos no seu próprio país

Façamos um exercício distópico com base nos primeiros anos de filiações e apoios financeiros: se quisesse, o Chega teria meios, especialistas, ramificações e, provavelmente, recursos para criar um «exército» e ensaiar uma tentativa de golpe de Estado à moda antiga.

No entanto, os tempos são outros.

André Ventura é já produto do modelo «Cavalo de Troia» usado por radicais e extremistas de outras paragens para minar democracias por dentro e torná-las frágeis como papelão.

O cruzamento de fontes abertas e documentação interna do Chega revela com nitidez outra «fotografia» da militância e do seu eleitorado: dezenas de filiados que fazem, há anos, por vezes décadas, sem sucesso, o caminho das pedras para alcançar

um emprego público, uma vida normal, um quotidiano digno. Sentem o orgulho e a autoestima roubados. E a vergonha exposta.

Já bateram a todas as portas. Candidatam-se a lugares nas autarquias (para serralheiros ou cantoneiros, por exemplo), a hospitais, escolas. Também ao SEF e às polícias, perto ou longe de casa. Muitas vezes não possuem habilitações para a função a que se candidatam. «Chumbam» ou faltam à avaliação psicológica, às provas de aptidão cultural, físicas ou de conhecimentos.

Alguns relataram as suas histórias a Manuel Luís Goucha, na TVI, mas, quando abordados, a maioria recusa expor esses altos e baixos por ter mudado de vida, por não desejar assumir a militância no Chega em público ou até mesmo pelo facto de já não pertencer ao partido.

Não era esse o caso de Rute Cirne, do Algarve, proprietária de um *stand* de automóveis em Albufeira, militante do Chega e delegada eleita ao terceiro congresso do partido que aconteceu em Coimbra, em 2021. Em janeiro do ano seguinte, quando já vendia carros, queixou-se no programa *Linha Aberta*, da SIC: vivia com os três filhos numa casa da autarquia sem condições, pela qual pagava 330 euros. Lamentou o estado das paredes dos quartos, os fungos nos colchões e os estragos na roupa e sapatos.

Os apoios públicos para atenuar as suas dificuldades económicas ficaram registados em atas municipais: um subsídio de arrendamento de 175 euros atribuído em 2016, uma casa com renda convencionada cinco anos depois. Trabalhou no supermercado Lidl para pagar contas. «Fui sempre uma revoltada.» E mais ficava quando saía à rua. «Não sou racista, mas às vezes, confesso, roço um bocadinho...», advertiu. E porquê? «Isto está cheio de imigrantes, andam em bando, recebem subsídios para tudo», queixou-se. «Por isso, tudo aquilo que o Ventura diz faz sentido. Se pudesse, casava com aquele homem!»

O «exército» do Chega engrossou graças a pessoas como Rute. Ou Ricardo e Fábio, que chumbaram na candidatura ao quadro permanente da GNR por inaptidão e falta de conhecimentos culturais. Graças a Bernardo, excluído de concursos na área diplomática. Graças a Cláudia, que faltou a provas de conhecimentos de empregos públicos para vigilante de museus ou assistente técnica no ensino e foi considerada inapta nas provas médicas e culturais na GNR.

Graças a Célia, formada em Gestão e Administração de Serviços de Saúde, operadora de vendas numa loja de eletrodomésticos e auxiliar numa escola: concorreu a empregos em cinco autarquias, mas também faltou a entrevistas, falhou entregas de documentos e percebeu que as habilitações não chegavam para o SEF, hospitais ou institutos.

Graças a Paulo, motorista de ligeiros, que falhou o concurso público na área da saúde por desistir da avaliação psicológica.

Graças a Porfirio, candidato sem sucesso a assistente operacional ou motorista em escolas e municípios.

Graças a Hugo, ex-emigrante, criador de um negócio de fruta, entretanto falido.

Graças a Aurélia, que falhou tentativas para praça da GNR, sapadora florestal ou para a bilheteira de serviços de transportes públicos.

Graças a Thiago, antigo profissional do «lazer/hospitalidade», «comercialmente astuto», entusiasta e *trader* de criptomoedas na lista pública de devedores fiscais, que deu 100 euros ao Chega. «Este governo de corruptos prefere continuar a salvar a má gestão de bancos e empresas privadas em vez de usar o dinheiro dos nossos impostos para o nosso bem», escreveu no Facebook em 2021.

Graças, enfim, a muitos outros que, mesmo perdidos nos labirintos da administração pública, entregues a trabalhos precários, ao desemprego, a esquemas avulsos e dissabores profissionais, continuaram a pagar quotas ou transferiram pequenos donativos regulares para o Chega.

Esta espécie de «liga dos esquecidos», ou de ressentidos mais ou menos anónimos, foi absorvida pelo discurso populista contra as elites e por vãs promessas de prosperidade.

Muitos acreditam em rumores, conspirações infundadas. Acima de tudo, prevalece neles o seguinte raciocínio: quando se saem bem, o mérito é deles. Se falham, acreditam na culpa alheia e na ideia, como diz Ventura, de que o «sistema» não os favorece, está viciado e sempre a favor dos «mesmos».

O líder do Chega foi, para eles, o *cowboy* montado na falta de fé nas instituições. Apresentou-se como alguém rebelde, perturbador e politicamente incorreto, num tempo de descrédito com a generalidade dos políticos. Deu-lhes um discurso para responder a ansiedades profundas e angústias pessoais e profissionais de longa data. Ventura desrespeitava em público aqueles que parte da população despreza e isso era, para ele, um trunfo.

Entendi melhor essas circunstâncias depois de ler os trabalhos da socióloga norte-americana Arlie Russell Hochschild a partir de cinco anos de convívio e entrevistas com muitas dezenas de apoiantes de Trump. Com rara intimidade e humanidade, ela retratou os sentimentos mais profundos daquele eleitorado. Percebeu como o presidente dos EUA agarrou numa narrativa coletiva de injustiça e a distorceu a seu favor.

Uma analogia de Hochschild encaixava na fotografia que eu próprio tirara no terreno durante mais de cinco anos de andanças pelo «país de Ventura»: imagine-se parado a meio de uma longa fila que se estende em direção ao horizonte, onde à sua espera está a versão portuguesa do sonho americano, mas, enquanto aguarda, vê outros passarem à sua frente. Muitos são negros e ciganos, beneficiários de campanhas antidiscriminatórias ou de assistência social. Algumas são mulheres focadas na carreira profissional, a lutar por empregos que nunca tiveram. Outros são imigrantes e refugiados. E, enquanto espera nessa fila imóvel, pedem-lhe, quase lhe exigem, que sinta afinidade, ou até pena, por todos eles. Você até tem bom coração, mas questiona-se: «Afinal, quem decide por quem devo sentir compaixão?»

Então, vê o chefe de governo a incentivar os «fura-filas» a avançarem. «Ah, ele está do lado deles», pensa. «Ele não será um deles também? Sim, como é que esse “escurinho” chegou onde chegou?» Enquanto espera a sua vez, ele usa o seu dinheiro para ajudar quem não respeita a fila. Toma partido e fá-lo sem vergonha. Ou seja: na sua cabeça, o governo tornou-se um instrumento para redistribuir o dinheiro de todos por «indignos». E conclui: *Este já não é o meu governo — é o deles*.

Para eleitores menosprezados, inflamados pela desconfiança, preconceito e insegurança laboral, Ventura tornou-se o transgressor com que sonhavam: o único capaz de os reconfortar ou vingar através de uma retórica de punição e humilhação dirigida àqueles que vivem numa «bolha», falam de cátedra e nem reparam na existência destes eleitores.

Para todos os efeitos, sentiam-se estranhos no seu próprio país. E eram estranhos para o seu próprio país.

O Messias em Portalegre

Em fevereiro de 2020, até uma polémica ocorrida com o futebolista maliano Marega, então no FC Porto, foi aproveitada por André Ventura.

O atleta abandonou o relvado do estádio D. Afonso Henriques, em Guimarães, durante um jogo com o Vitória local para a principal liga portuguesa, depois de insultos racistas. Quando tocava na bola, ouviam-se, nas bancadas, expressões ruidosas como «macaco», «chimpanzé», «preto», sempre acompanhadas de sons a imitar símios.

O jogador decidiu não continuar em campo, para desespero dos próprios colegas e treinador, que tentaram demovê-lo, sem sucesso. «Senti-me uma merda...», disse Marega a uma rádio francesa. Do coro de indignação nacional pela forma como o jogador fora tratado emergiram boa parte da opinião pública, diversas personalidades e políticos. Apenas Ventura destoou. Criticou o «país de hipocrisia em que tudo é racismo e tudo merece imediatamente uma chuva de lamentos e de análises histórico-megalómanas. O nosso problema não é o racismo. É a hipocrisia», afirmou. «Por mim, não passarão.»

André Ventura não perderia, claro, a oportunidade de juntar achas à fogueira.

Fazia parte da estratégia que ele assumia como necessária, em mensagens nos grupos fechados do partido no WhatsApp, para criar alvoroço. E ele sabia para quem falava.

A poucos dias de Ventura se lançar, formalmente, na corrida presidencial, o caso dava-lhe propulsão bastante para se apresentar em força naquele que foi dos maiores eventos organizados pelo Chega: o jantar-comício de Portalegre, a 29 de fevereiro de 2020, um sábado, no qual participaram 500 pessoas.

Nessa altura, eu já acompanhava o partido há meses. Desde janeiro que passava o meu quotidiano a conversar com militantes e dirigentes locais do Chega para melhor os

entender e conhecer.

Portalegre, onde o partido obteve melhor percentagem de votos a nível nacional nas legislativas de 2019, foi o distrito escolhido para Ventura apresentar a candidatura a Belém. Quando lá cheguei, instalei-me no Hotel José Régio, no centro da cidade, a pouco mais de 600 metros da capela do Calvário. O nome do alojamento não era um acaso: a decoração centrava-se na obra e na figura reverenciada na cidade. A casa-museu do autor de *Cântico Negro* estava próxima e José Régio frequentara o próprio hotel.

Enquanto arrumava a bagagem, lembrei-me de resgatar passagens do escritor descobertas em tertúlias poéticas da minha juventude. José Régio, «democrata, socialista e cristão», fora censurado pela ditadura por causa dos escritos ficcionais, mas também pelas violentas intervenções cívicas e políticas. *O Recurso ao Medo*, de 1949, visado pelo salazarismo, soava-me, naquele contexto, mais atual do que nunca:

«É o medo que tolhe até os impulsos mais generosos, faz desistir até das aspirações mais justas, afoga até o grito mais espontâneo, e, em suma, corrompe e assombra até a mais clara visão da vida [...]. Será que se servem do medo — esse medo que torna a alma pequenina, embaraçada, inerme, encolhida — para continuarem manietando um povo que já ousou dizer não aos seus reis, quando lhe parecia que os seus reis exorbitavam?»

Cheguei à Praça da República pelas cinco da tarde. Havia fitas de Carnaval e uma camioneta da PSP. Estava frio quando Ventura, de fato escuro, camisa branca e gravata vermelha, apareceu. Aguardavam-no umas 200 pessoas, a maioria da região, mas também militantes e dirigentes vindos de várias zonas do país, devidamente engalanados para o momento solene.

Imperavam fatos completos com *pins* de Portugal na lapela, vestidos de veludo, casacos de pele, um parque automóvel onde se viam alguns *Mercedes* e, pelo menos, um *Porsche*. A maioria das pessoas afetas ao Chega seguiu em cortejo pelas ruas das redondezas. Ele não se aproximou dos cafés e, durante a breve caminhada por ruas desertas, estreitas, de comércio fechado, da parte antiga da cidade, não largou a mão da mulher, Dina, de vestido rosa, e foi seguido de perto por Bento Martins, responsável pela segurança.

Subiu a rampa empedrada até à Igreja de São Lourenço, e aí se ajoelhou e rezou cinco minutos para a fotografia e as imagens televisivas. A mulher afastou-se por instantes, ele fez o sinal da cruz e beijou o dedo como se cumprimentasse Jesus, gesto praticado pelos católicos mais apegados à tradição. Depois, saiu e desceu a escadaria.

Na passeata até ao Rossio, acenou para dentro de uma loja chinesa, deu um passou-bem a alguns dos guardas à porta do posto da GNR e dirigiu-se ao monumento de homenagem aos mortos da Grande Guerra, onde baixou a cabeça, respeitoso, como

se rezasse de novo. Depois, a comitiva entrou na associação do Grupo de Forcados Amadores de Portalegre, espaço forrado a cartazes de touradas épicas e das suas «estrelas».

Brindou-se ao momento com vinho, branco e tinto. «Se o Marcelo cá vier, dê-lhe uma coisa pior», brincou Ventura, de copo na mão. «Isto é que é cultura, emprego», dizia-me Pedro Pinto, da distrital de Beja, ao balcão, olhando as paredes e os objetos em volta alusivos à festa brava. «Pelo menos, enquanto o PAN não mandar em tudo», gracejava. «Porque é que o Chega teve tão bons resultados no Alentejo?», perguntei-lhe. «Temos problemas graves com a comunidade cigana», justificou, molhando os lábios numa cerveja. «O André fala dos nossos problemas. O mundo rural está esquecido. O interior só não acaba porque ainda estamos cá», dizia, orgulhoso, aquele que viria a ser líder parlamentar do Chega.

Pedro Pinto nasceu em Portalegre e passou pelo jornalismo, na Rádio Íris, em Samora Correia, mas queixou-se da pressão dos políticos e abandonou as lides. Antigo diretor da revista *Ruedo Ibérico*, definia-se «amante e defensor da tauromaquia», mas, enquanto empresário do meio, nem todos guardam boas memórias das suas atividades. Em Beja, por exemplo, corridas de toiros organizadas por ele deixaram um rasto de dívidas. «Incobrável», lê-se numa fatura de 2013, de quase 600 euros, relativa a serviços de prevenção efetuados em São Matias por uma corporação de bombeiros do distrito.

Pedro Pinto está na política há muitos anos. Entrou no CDS em 2007, ocupou cargos de destaque, candidatou-se a uma junta de freguesia e representou o partido no programa *Real e Político*, da Rádio Portalegre. Abandonou o CDS em 2018, quando Assunção Cristas rompeu a coligação liderada por Ventura em Loures. Em algumas ocasiões, elogiou Salazar no Facebook, com vivas à mistura. «Forças de expressão», desculpou-se.

«As pessoas ainda têm medo de perder o emprego por dizerem que são do Chega, mas isso há de passar...», garantia, ao balcão da associação de forcados, o antigo comentador residente do magazine tauromáquico da RTP, *Faenas*.

Fato azul berrante e gravata vermelha, magro, cabelo curto, Júlio Paixão, então líder da distrital de Portalegre, era o cicerone do grande evento do Chega. E estava em pulgas com a presença de Ventura. Empresário, proprietário de oito *Ubers* em Lisboa e vinculado ao ramo imobiliário, ele quase deixara de ter vida para se dedicar à implantação do partido no distrito.

Os resultados do Chega em Portalegre eram também uma vitória dele. Fizera uma campanha à antiga, porta a porta, «não houve uma a que não batêssemos», reforçou. Nos cafés, não se limitou a entregar panfletos: sentava-se com os clientes e discutia.

Júlio Paixão falava do esquecimento da região pela classe política da capital. «A maioria dos nossos votos veio de pessoas descontentes com a esquerda», garantia, mas havia outras explicações. «Elvas e Campo Maior vivem paredes-meias com a comunidade cigana. São pessoas que trabalham das oito da manhã às oito da noite,

recebem ordenados mínimos e moram ao lado de bairros de etnia cigana que, como todos nós sabemos, vivem do RSI, não trabalham e têm grandes carros à porta. As pessoas estão revoltadas com isso», explicou, fazendo uma pausa. «Atenção: o Chega não é contra ciganos, nem pretos, nem amarelos, nem brancos. Nós queremos é que as pessoas se integrem na sociedade e paguem impostos. Dessa forma, serão muito bem-vindos ao Chega e à nossa sociedade.»

Do Canadá, onde estava radicado há quase quatro décadas, viera Fernando Martins, empresário imobiliário e promotor de investimentos estrangeiros nascido em Mogadouro, de onde emigrou aos vinte e quatro anos. Ventura fascinava-o. «É ágil, honesto, fala pela pátria. É um dos únicos a defendê-la neste momento, aprecio quem tem essa coragem», disse-me, sem tirar os óculos escuros nem as mãos de detrás das costas. «Nunca estive virado para a política, mas paira uma escuridão sobre o futuro da nação», lamentou-se, deitando o olho ao ambiente festivo em volta. «Preocupo-me. Tenho filhas, netos. Quero segurança e estabilidade. O Chega tem uma moral e normas boas para as famílias e as camadas mais desfavorecidas.»

Nessa noite, o parque de feiras e exposições de Portalegre *vestiu-se* a preceito para o mais alto momento do Chega desde a fundação. Muitos militantes pareciam saídos de uma linha de montagem têxtil: vestiam fatos azuis e gravatas vermelhas idênticas, como se fosse traje oficial. Houve cantares tradicionais e até uma arara chamada *Aurora* que, por instantes, desassossegou Ventura e a mulher, mas deu boas fotografias na imprensa.

Ventura, o antídoto

Há vários dias que eu aguardava uma brecha na agenda de André Ventura para falarmos. Não foi fácil, mas em Portalegre aconteceu.

Recebi a minha credencial de imprensa, onde o evento era identificado como «apresentação da candidatura á Previdencia da Republica» (*sic*), e, como o repasto demorava, encostámo-nos a um balcão. O «pingue-pongue» demorou meia hora, com um grupo de dirigentes à volta.

«O que é isso de ser um candidato antissistema? Acha que o país tem consensos a mais? Não está a extremar a sociedade portuguesa?», perguntei-lhe, quase sôfrego, sem intervalar.

Ventura fala depressa, é articulado, como se antecipasse todas as perguntas.

«Há, de facto, demasiados consensos na sociedade portuguesa, como vimos recentemente quando o parlamento se uniu para não discutir a castração química de pedófilos, enquanto a maioria das pessoas cá fora quer discuti-la», respondeu. Ele chegara à política para acabar com isso e consensualizar, fora da Assembleia, outras opiniões.

«A minha preocupação é abanar o sistema e as pessoas têm de senti-lo», insistiu, desvalorizando os perigos da radicalização. «Porque é que há coisas que não se discutem? A castração química, a prisão perpétua, o trabalho nas prisões... São temas que foram discutidos em países desenvolvidos, depois uns aceitam ou não. Um parlamento hermético, fechado à discussão sobre alguns assuntos, é que leva ao extremismo, ao aparecimento de políticos fora da lógica partidária, que depois vêm a dizer que esta gente não nos representa e é preciso destruir isto tudo...»

Lembrei-lhe que esse mais parecia o seu próprio perfil... «Eu digo-o dentro do sistema, quero reformá-lo por dentro. Não quero uma reforma violenta.»

Diogo Pacheco de Amorim fumava, sorria e ouvia. «Não aprecio muito o estilo do presidente Bolsonaro, embora lhe reconheça algum valor político, mas eu não gostava de ver esse estilo acontecer em Portugal», continuava Ventura.

«Sou o melhor antídoto contra o extremismo.»

E o partido era o quê? «Pouco me importa se chamam ao Chega direita radical ou extremista», desvalorizava. Dava como exemplo o facto de votar ao lado do PCP e do BE quando as propostas eram, segundo ele, boas para as populações. «Não tenho preconceitos ideológicos, nada! Até nisso quebramos a lógica esquerda/direita», orgulhava-se, recusando entrincheirar-se à moda antiga.

«Quais são as vantagens e os riscos de uma liderança personalista como a sua?», questionei-o. «Um partido não pode viver à volta de uma pessoa. E o risco é as pessoas não distinguirem o partido da pessoa.» Várias vezes, ao longo dos anos seguintes, me lembraria desta resposta. Para muitos dissidentes, Ventura confundiu o partido com o seu projeto de poder pessoal.

«Prometeu blindar o Chega a extremismos», recordei-lhe, entretanto, mas havia o caso Luís Graça e adesões em massa de militantes conotados com essa área ideológica. Não se atemorizou: «Quando foram feitas denúncias de que havia dirigentes que tinham pertencido a movimentos de natureza extremista, como é o caso do NOS, chamei-os a todos e perguntei se era verdade ou mentira. Nuns casos, era verdade e saíram. Noutros, era mentira. No caso destes, exigi que apresentassem processos judiciais contra essas denúncias», descreveu. «Quem for identificado como tendo enganado ou mentido ao líder, perde a minha confiança política.» Se algo aconteceu desde aí, nunca se soube.

Falei-lhe, por fim, do tema dos financiamentos, quase a desafiá-lo para um compromisso de honra. «Pode garantir que o partido não teve financiamentos externos ou, se quiser, fora da lei?» Bento Martins, o segurança, ex-GNR, estava atento e revirou os olhos. «Completamente», respondeu Ventura. «No dia em que ficasse demonstrado que o Chega recebeu financiamento fora da lei, o meu lugar estava imediatamente à disposição. Seria sinal de que falhei na minha principal obrigação, que é garantir que somos um partido sério contra o sistema. Um partido assim», continuou, «não pode ir buscar dinheiro ao exterior sabendo que a lei o proíbe. Dou a minha palavra de honra que, logo que comecei a ouvir questionar os financiamentos, pedi a toda a gente que

responde pela organização do partido que se certificasse de que não entrou dinheiro nas contas bancárias do Chega de forma abusiva. Pelas minhas mãos ou que tenha conhecimento, garanto que não entrou um cêntimo de financiamento externo. Caso se descobrissem falcatuas com dinheiros no Chega, o meu lugar era imediatamente fora daqui, jamais o toleraria».

Um ano mais tarde, Bento Martins, já desligado do partido, recordou este episódio quando falámos ao telefone. «Lembra-se quando, em Portalegre, perguntou ao André sobre os financiamentos externos?», perguntou. «Nem sabia onde me meter», desabafou o antigo segurança do líder do Chega. «Na altura, suspeitávamos que não era bem assim como o André dizia... E, ao ouvi-lo falar, pensei: “Oxalá nunca tenhas de engolir isso...”»

O jantar-comício de Portalegre, a 20 euros por pessoa, assemelhou-se a uma boda. Maria Lopes, do *Público*, descreveu o cenário como ninguém: «O casal sempre junto, a enorme sala com mesas de saia rodada e postas festivamente, a dupla de *jazz* de Badajoz a acompanhar a refeição, a sevilhana depois do discurso e antes da sobremesa. A destoar, só os dois seguranças a ladear a mesa de Ventura — e outros dois a guardar a dançarina.»

Quando o presidente do Chega se levantou para discursar, os apoiantes, de braço estendido ou ao alto para filmar com o telemóvel, em direto para o Facebook, receberam-no em apoteose. O vídeo que passava em fundo ajudava: letras góticas, a imagem do líder trajado a cavaleiro, com armadura e escudo, a frase «Por Portugal, Pelos Portugueses».

André Ventura insistiu no repertório habitual, mas reivindicou o papel de escolhido, por vontade de Deus. «Sou uma pessoa religiosa», admitiu, em modo missão de salvamento da pátria. «Quero fazer um país grande como os nossos avós o deixaram. Este regime é para acabar», prometeu. «O homem, dizia o poeta, é a História e as suas circunstâncias.» A frase saíra atabalhoada. E o «poeta» era, na verdade, um filósofo, Ortega y Gasset, mas quem, nas mesas com 500 adoradores, saberia ou queria corrigi-lo?

Houve apenas um momento de incómodo: foi quando Ventura comparou Dom Duarte, pretendente ao trono, com o «corta-fitas» da República Marcelo Rebelo de Sousa. Monárquicos retorceram-se nas cadeiras. Depois cantou-se o hino nacional, de braço direito no peito.

No fim, Ventura foi dar uma entrevista com algum aparato num espaço que simulava um estúdio de televisão, à Kuriakos TV, o tal canal da Igreja Maná. A estação generalista, disponível nos «pacotes» de assinatura das operadoras por cabo, tornou-se um mundo à parte no império neopentecostal do apóstolo Jorge Tadeu, com elevada percentagem de produção própria, entre filmes, séries, programas e livros.

Dois dias depois, Portugal registaria os primeiros infetados com covid-19. A meio de março, as primeiras mortes. Nada seria como dantes. Nem o Chega.

Júlio Paixão, cicerone e mentor daquela noite de fevereiro de 2020, demitiu-se de presidente da distrital de Portalegre em abril de 2022. A história da sua saída, que contou ao *Expresso*, envolveu mensagens ignoradas por Ventura, muitos telefonemas não atendidos, jantares nunca concretizados e até promessas de dinheiro para a distrital. «Ventura serviu-se de Portalegre para se tornar o fenómeno que é hoje», lamentou-se Júlio Paixão, sem evitar os remorsos pela anestesia prolongada. «Com a minha ingenuidade, deixei-me levar naquele engodo.»

DEUS NO COMANDO

Entre o final de fevereiro e os primeiros dias de março de 2020, com a pandemia a obrigar o governo português às primeiras restrições sanitárias, o Chega tratou de burocracias.

Nesse período, o partido arrendou a sua sede na Rua Miguel Lupi, n.º 12, em Lisboa, a dois passos do parlamento, por 2500 euros por mês. Segundo Nuno Afonso, quem assegurou parte do pagamento das rendas foi José Lourenço, então conselheiro de César do Paço, através do próprio cônsul. No primeiro ano, o Chega gastaria mais de 5500 euros mensais com o aluguer de 13 sedes.

A 4 de março de 2020, tive o meu último almoço com um dirigente do partido antes das restrições severas da pandemia. Pedro Costa, do núcleo do Chega em Valongo, marcou encontro para a Adega Figueiroa (Porto).

Dono de uma empresa de metalomecânica, engenheiro mecânico e apicultor, moreno, cabelo quase rapado e barba, a caminho dos quarenta anos, Pedro Costa andou pela juventude do CDS e pelo PNR, mas achou este último «excêntrico». Definia-se como nacionalista e liberal, «não extremista», e, embora partilhasse referências a Salazar no Facebook, garantia: «Não sou saudosista nem salazarista. A esquerda foi necessária em ditadura, mas agora não.» Respeitar o passado, mas não viver nele, era a sua divisa.

Parte das entradas do almoço, com mapas à mistura, foi passada com Pedro Costa a falar-me do potencial dos recursos mineiros em Portugal sem que eu lhe pedisse, mas percebia-se o estudo e dedicação ao tema. Lamentava as concessões da exploração das minas a multinacionais quando tínhamos, por exemplo, a segunda maior jazida de ferro da Europa em Torre de Moncorvo. «Pobre é a governação, não o país», lamentava-se.

Vivera no Canadá quinze anos e continuava a ter passaporte canadiano. Correu mundo (Países Baixos, Angola, Gabão) a trabalhar em refinarias, empresas de extração de petróleo. Quando se envolveu no Chega, promoveu jantares de amigos, onde juntou

micro e pequenos empresários, com vivências no estrangeiro, no final de 2018. Aproveitou ainda os seus contactos de norte a sul por causa do negócio das abelhas para divulgar o novo partido como se fosse mel. «Até falei com um comunista, o Manuel Cheta, também apicultor. Tenho 4000 livros, é o meu vício, e então obriguei-o a ler Marx e Engels, ele não sabia nada dos teóricos do comunismo», lembra. «É isto que queres para ti?», perguntou-lhe. O outro, referido em capítulo anterior, aderiu ao Chega, já se sabe. «Qualquer pessoa que tenha amor próprio e trabalhe de sol a sol não pode ser comunista», concluiu Pedro. «O socialismo e o comunismo só funcionam com pessoas pobrezinhas.»

Pedro Costa ajudou a recolher assinaturas para a fundação do partido. Havia gente a interessar-se pelo Chega dos catorze aos noventa anos, assegurava. Promovia encontros regulares nos cafés, até na sua oficina, «com muito espírito de voluntariado». Nas legislativas de 2019, gastou mais de 1000 euros em folhetos e *flyers*. «Isto não entra nas contas do partido. A génese do Chega são pessoas como eu. Gente a quem nada caiu no colo.»

Foi então que um dos temas mais agitados por Ventura lhe «caiu» no prato da sopa. «Só conheço um cigano que trabalha. Evoluiu socialmente e foi expulso pela comunidade. Sou empresário e ando de *Fiat*, mas tenho fotos de acampamentos de ciganos com *BMW 320* à porta. E, agora, diga-me», questionou, retórico, «a ASAE [Autoridade de Segurança Alimentar e Económica] alguma vez multou ciganos numa feira ou lhes perguntou de onde vem o material?» Racista, ele? «Não vá por aí...», advertiu, entre garfadas, como se esperasse o confronto. «Tenho família no Leste europeu e em África, nunca poderia ser racista, nem anti-imigração. Conheço o melhor modelo de integração de imigrantes, o Canadá. Eu que o diga...»

O Chega vinha para mudar tudo, pensava. «Somos desbocados, politicamente incorretos, frontais, mas também atentos, observadores, modestos. Não procuramos grandeza, mas já não nos comem de cebolada», afirmou, desafiador. Para Pedro Costa, havia, porém, conquistas irreversíveis que o partido deveria manter intocáveis: «Os direitos das mulheres, das minorias, etc. Vi casos de mutilação genital com os meus próprios olhos e pais a ensinar os filhos a bater nas mulheres. Como posso defender isso?!», dizia, agastado. «Segregar pelos antecedentes, pela cor de pele, não faz sentido...» Numa matéria, ia mais longe: «Castração química de pedófilos é pouco, tem de ser física!», defendeu, agressivo. «O riso e o sofrimento é que deixam memórias...», justificou, sem disfarçar a expressão perversa.

No Chega, vestia a pele de vigilante das adesões, de avaliação de perfis. «Sou uma espécie de PIDE interna», revelou. «Não quero que o partido se desvie das razões da sua fundação. Em pouco tempo, já abrimos a porta a gente dispensável, tive de segurar alguns pelos colarinhos...» Para ele, a batalha do Chega pela sua afirmação política tinha de fazer-se na base do confronto, do estrondo, do rumor. «Quando os temas defendidos pelo Ventura substituírem as discussões sobre futebol à mesa do café, estará alcançado o objetivo. Mesmo que discordem dele...»

Desse dia em diante, raras vezes tive notícia de Pedro Costa. Soube, entretanto, do seu desagrado com o rumo do partido e as polémicas internas. Em outubro de 2021, publicou no Facebook uma imagem de Ventura vestido à Hitler. Com bigodinho e tudo. Resultado: rompera com o partido.

Como confinar ciganos

Aos olhos do público, à beira do primeiro confinamento da população de março de 2020 por causa da covid-19, André Ventura sentia-se tão intocável quanto parecia.

Era tudo para levar à frente, «arrasar» — pelo menos, era esse o verbo mais exercitado nos vídeos do líder difundidos pelo Chega. Os adversários de esquerda eram para reduzir a pó, como prometeu no congresso das direitas organizado pelo Movimento Europa e Liberdade (MEL).

Dentro de casa, porém, o Chega ardia de indisciplina e contestação.

Após uma reunião em Setúbal, conselheiros nacionais, cúpulas distritais de Setúbal, Santarém, Leiria, Portalegre, Faro e alguns militantes enviaram uma carta à direção. Entre muitas questões e dúvidas sobre o funcionamento do partido e a democracia interna, perguntavam quem geria as contas bancárias, quantas existiam e quem as movimentava. Também pretendiam saber quem pagava *outdoors* e outros materiais de campanha e quais os dirigentes remunerados. «No primeiro jantar do Chega, cada um dos presentes deu 50 euros: para onde foi o dinheiro?», repisavam. Manuela Estêvão, a farmacêutica de Santarém que liderava a distrital, foi uma das presentes neste encontro mais ou menos secreto. Por essa altura, conta Nuno Afonso, ela considerava Ventura «um puto mimado». Chamava-lhe «garoto» por WhatsApp e acusava-o de ser «o único culpado» da confusão em que se encontrava o partido.

No início de abril, Ventura perdeu a paciência e demitiu-se. Fá-lo-ia mais vezes. Convocou então eleições para se recandidatar ao cargo. «Farto e cansado» dos boicotes internos, «convidava» todos os críticos na sombra «a darem a cara». A azia resultava dos reparos à sua liderança, da violência verbal nas redes sociais, das mensagens privadas divulgadas em público.

O Chega, agora mais relevante, influente e endinheirado, transformara-se num passe-vite, onde a mais pequena divergência transpirava para a imprensa e uma legião de seguidores se digladiava, por vezes de forma literal, na praça pública.

O crescimento da «sua» força política atraía, segundo Ventura, «o pior» da vida política, do sistema e «aqueles que procuram sempre um lugar ao sol, a todo o custo, sem regras». Os inimigos internos — mais adiante chamar-lhes-ia «ratos» — queriam, na versão dele, amansar o Chega. «Fartei e cansei dos que internamente estão sempre a acenar com o fantasma do racismo, que estamos a ser extremistas, que temos que nos moderar», criticou. «Esta é a linha e génese do Chega, sem medo de o discurso não ser o politicamente correto. O contrário será fazer do Chega um partido do sistema.»

A abstenção do deputado na votação do decreto presidencial que renovou o estado de emergência durante a pandemia gerou contestação. Muitos queriam que votasse contra, Ventura escudou-se noutras preocupações, entre as quais a situação de «endividamento das empresas e famílias».

Uma das causas desta irritação, conhecida apenas nos bastidores, foi a reação interna ao plano de confinamento proposto por Ventura para a comunidade cigana. A discussão sobre o tema gerou celeuma e originou críticas diretas ao líder nos grupos de WhatsApp da direção e das distritais, bem antes de Ventura verbalizar a ideia em público.

Fernanda Marques Lopes lembra-se de ouvi-lo dizer algo semelhante a isto: «Devíamos arranjar um campo, um sítio qualquer onde puséssemos os ciganos todos em confinamento...» Houve reações de cabelos em pé. «Ó professor doutor, não se podem fazer propostas dessas! Isso é xenófobo, não se pode dizer uma coisa dessas...», terá reagido, quase de mãos na cabeça, o até ali sempre fiel Rodrigo Taxa, num rebate de consciência. «Uma pessoa com estas ideias é um perigo, e lembro-me de pensar: “Se ele é assim agora, como será com mais votos?”», refere a advogada e dirigente na época. «Estigmatizar as pessoas daquela maneira era um absurdo.»

Para a história do Chega, a verdade é esta: ninguém o travou.

Ainda que mais suavizado, Ventura usou o argumento em público e obteve o retorno desejado: polémica, contestação, apoio e abaixo-assinados contra e a favor. Tudo centrado nele e na sua «proposta».

Ricardo Quaresma, futebolista internacional, referência da Seleção Nacional, cigano, respondeu-lhe nas redes sociais: repudiou o «populismo» de Ventura e recomendou «olhos abertos» aos seus leitores. «A vida é demasiado preciosa para ouvirmos vozes de burros... isto se queremos chegar ao céu.» Ventura não se ficou. «Se o Ricardo Quaresma, em vez de me atacar, sensibilizasse a comunidade cigana a cumprir as mesmas regras a que todos os restantes cidadãos estão obrigados, talvez a generalidade dos portugueses o compreendesse muito melhor», reagiu no Twitter.

Para o calculismo de Ventura, inesperada terá sido apenas a reação do grupo Cofina, então proprietário do *Correio da Manhã* e da CMTV, onde o líder do Chega colaborava: decidiu afastá-lo. «Recentemente foram ultrapassadas algumas linhas vermelhas e também já era altura de repensar os painéis», assumiu Octávio Ribeiro, na altura diretor-geral editorial. «Não se trata de censura, mas», reforçou, «considerámos que as suas posições colocavam em causa direitos previstos na Constituição, como o direito à vida e a igualdade dos cidadãos perante a lei».

A proposta de confinamento dos ciganos dera a Ventura guia de marcha do jornal e da estação televisiva. Se havia dúvidas, Octávio Ribeiro dissipara-as.

As reações da comunidade cigana não se limitaram, porém, a Ricardo Quaresma.

João Montóia, ex-jogador do Varzim e do Leixões, também não se ficou, nas páginas do desportivo *O Jogo*. «Fiz tropa, fui para a guerra, lutei por Portugal e esse senhor não fez nada disso. Estive na Guiné 25 meses», reagiu nas mesmas páginas onde

se destacava a Girl Power, uma equipa feminina de futebol composta por jogadoras de etnia cigana, ligada à Cruz Vermelha, que trabalhava com a comunidade do bairro de Santa Tecla (Braga).

O efeito pretendido, esse, estava conseguido: indignação e aplausos. Até a habitualmente blindada TSF caiu no engodo. «Apoia a proposta do Chega ou considera que ela é racista e inconstitucional?», perguntou a estação de rádio aos ouvintes do *Fórum TSF* na manhã de 7 de maio, o programa diário de antena aberta líder de audiências.

«A minha sorte», reconheceu Ventura, «é ter entrado na política na época das redes sociais». Riccardo Marchi explicava porquê: «Há muita gente a meter-se com ele. É impressionante a quantidade de cantores e atores que o fazem», analisou. «É uma bandeja, é uma prenda que lhe dão todos os dias: quando uma figura pública o ataca, abre-lhe a possibilidade de ripostar imediatamente. E isso dá-lhe visibilidade.»

Os apoios a Ventura e ao Chega vinham também de uma facção religiosa bastante ativa. O meu passo seguinte foi desvelá-la.

Adesão e revolta evangélica

Nos primeiros meses de 2020, multiplicaram-se sinais do respaldo de setores evangélicos às teses de André Ventura.

A evocação de Deus, feita pelo líder do Chega, e a agenda conservadora e reacionária ajudavam, mas havia mais. «A razão principal do envolvimento dos líderes evangélicos na política é a busca de poder, que, quase sempre, se materializa em ganhos económicos», explicava o antropólogo social brasileiro radicado em Portugal Donizete Rodrigues. «Tendo influência política, conseguem mudanças na legislação para protegerem as suas igrejas, autorização para construir templos, isenções fiscais, subsídios por parte do Estado, etc.» Ventura nada prometera, nem era certo que o fizesse, mas, pragmáticos, líderes evangélicos perceberam que, naquela conjuntura política, dominada por católicos e maçons, Ventura era a opção certa, explicava ainda o especialista em religiões e docente na Universidade da Beira Interior.

A ligação evangélica à política portuguesa e a sua busca por poder e influência na realidade nacional vinham de longe.

Em 1989, a IURD chegou ao país à boleia da globalização do protestantismo neopentecostal e da entrada massiva de imigrantes brasileiros. Em 1995, o seu líder, Edir Macedo, criou o Partido Social-Cristão, mas o tribunal indeferiu o registo alegando que a lei proíbe forças políticas de cariz religioso. O líder era Luís Farinha, diretor e editor-chefe da *Tribuna Universal* e *Folha Universal*, «testa de ferro» da IURD enquanto dono de uma das rádios da igreja. Nos editoriais, fazia a defesa dos ciganos e dos imigrantes. Criou-se então o Partido da Gente, cujo símbolo era uma

vassoura. Concorreu às legislativas de 1995 já sem o apoio formal da IURD, contornando a lei, mas foi um fiasco. Dissolveu-se em 1999.

Numa noite de janeiro de 2022, numa cafetaria do Campo Pequeno, encontrei-me com uma investigadora académica que levava anos a frequentar cultos evangélicos e a infiltrar-se em grupos abertos e privados das redes sociais. Aquele era o seu objeto de estudo e ela fazia uma observação direta participada, pelo que pediu para não ser identificada.

Dias depois da nossa conversa, enviou-me uma amostra de quase 200 igrejas da Grande Lisboa. Embora nessa área geográfica existissem mais de mil, a lista era suficiente para ficar com uma ideia da panorâmica geral do fenómeno.

Havia nomes tão exóticos quanto misteriosos: Assembleia de Deus Fogo para a Europa, Igreja Batista Cristo Vive em Células, Igreja do Avivamento em Portugal ou Igreja Evangélica Bola de Neve. Muitas não estavam inscritas na Aliança Evangélica Portuguesa, não tinham estatuto de igreja radicada no país (não podiam reclamar benefícios fiscais), e algumas não apoiavam, declaradamente, organizações ou partidos populistas.

«Pouco antes do Chega», contou, «a maioria dessas igrejas já era contra a “ideologia de género” nas escolas, o aborto, o casamento *gay* e a eutanásia. Havia grande simpatia por Trump e gostavam de algumas propostas do CDS e do PNR». Nas neopentecostais, Assembleias de Deus e outras igrejas ultraconservadoras, o proselitismo em nome das ideias do Chega ganhara força. «Não apenas por combaterem a identidade de género, mas também pelo discurso anticorrupção e a islamofobia.»

Os concelhos de maior influência evangélica eram, nessa altura, Lisboa, Amadora, Loures, Seixal e Almada. E o ideário do Chega conquistava devotos nas igrejas. «Os setores evangélicos, os movimentos negacionistas e o partido cruzaram-se. A Lucinda Ribeiro e outras dirigentes quiseram mesmo esse contágio», contou a minha interlocutora. Também havia episódios caricatos: «Pessoas que dizem não ser do Chega e depois aparecem ao lado do Ventura a tirar fotografias», assinalou. E coincidências: «A Igreja Maná é muito parecida com o Chega. O discurso do Jorge Tadeu é populista. Uma vez fui lá para o entrevistar e ele andava sempre cheio de seguranças», recordou.

O antropólogo social Donizete Rodrigues e dois colaboradores (Kaique Cardoso e Maria Isabel Tomás) iniciaram pesquisas na área metropolitana de Lisboa (Margem Sul incluída, de enorme concentração de igrejas evangélicas) e descobriram predileção pelo Chega e Ventura. A agenda populista, neoliberal, conservadora, de direita radical, racista, xenófoba, nacionalista e homofóbica, decisiva nos EUA de Trump e no mandato presidencial de Bolsonaro no Brasil, revelou-se atrativa para o movimento neopentecostal em Portugal. No restante *puzzle* evangélico, não faltavam apoios às causas do Chega.

A equipa de Donizete detetou o que, à luz do dia, ainda encadeava e confundia certas mentes. «Para além de atuarem nas redes sociais, os “evangélicos ativistas”

escrevem livros, organizam palestras, fazem petições *online*, etc. O Chega é muito atrativo para estes grupos», sintetizou o investigador brasileiro.

A pesquisa escavou mais fundo. «Muitos líderes e pastores evangélicos fazem, nos cultos, grandes elogios ao Chega e, em particular, ao seu líder Ventura», revelou Donizete. «Fazem uma aberta campanha política, e isso ocorreu com mais evidência nas eleições legislativas de 2019.»

A realidade era vasta. «Desenvolvemos um trabalho regular com jovens evangélicos na área metropolitana de Lisboa, tentando perceber o seu modo de vida, e começámos a perceber a devoção pelas ideias do Chega», explicou-me. O contorcionismo político e o discurso camaleónico de Ventura pouco importavam, desde que preenchesse os buracos temáticos valorizados por essa ampla rede, cuja presença no país aumentava em aderentes e templos. «As igrejas evangélicas são de e para imigrantes», referiu Donizete Rodrigues, acrescentando, no entanto, que «o movimento pentecostal conseguiu converter muitos nacionais — em algumas igrejas, inclusive, predominam os portugueses».

Não era possível quantificar, dar números, mas o padrão não oferecia dúvidas. A pandemia reforçou e acelerou essas tendências. O Facebook e o WhatsApp tornaram-se os meios privilegiados para angariar novos apoios e eleitores para o Chega, como, de resto, a evangélica Lucinda Ribeiro e o antigo pastor e professor Constantino Ferreira confirmaram. «Para termos o nosso país governado por Deus, teremos de ter homens e mulheres tementes a Deus na governação do nosso país. E, sem dúvida, unidos no Chega e com André Ventura no leme, teremos Portugal acima de tudo e Deus sobre todos», escreveu nas redes sociais o veterano dos setores evangélicos.

Por outro lado, impunha-se cautela. «Categorizar este complexo e diversificado segmento religioso como evangélicos é muito problemático e pouco preciso», advertiu Donizete Rodrigues. «Embora sejam todos de base protestante, há diversidade de movimentos — protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais e enormes diferenças doutrinárias, rituais, visões de mundo e maneiras de estar e atuar na sociedade, em particular na política.»

Quando, em maio de 2020, publiquei na *Visão* a reportagem na qual referia a influência evangélica no Chega, e vice-versa, fiquei atordado. Para uns, eu hipotecava as hipóteses de salvação no céu bíblico, caso exista. Para outros, apenas traduzia o que ouviam e liam. Diversos setores, igrejas e organizações evangélicas repudiaram o artigo. A minha caixa de *email* foi bombardeada.

A leitora Anabela Fernandes desafiou-me «a conhecer Jesus» para não dizer «tantas mentiras!». Jorge Tinoco notou «ignorância e falta de profissionalismo». Filipe Nunes lamentou «calúnias e estigmas lançados sobre uma comunidade de dezenas de milhares de pessoas» e acusou-me de populismo à Ventura.

Luís Cabral de Moncada, jurista, professor de Direito, ficou «escandalizado». Para o militante do Chega, o artigo era «um conjunto frustrante de considerações bolsadas a propósito de um deputado eleito. Utiliza para o efeito argumentos apoucados arrebanhados entre os que agradariam à direita mais reacionária até aos invejados pela extrema-esquerda mais primitiva numa demonstração de confrangedora pobreza mental e moral. Em suma», concluiu, «é um escarro e envergonha o jornalismo português».

O pastor Joed de Souza, da Terceira Igreja Evangélica Baptista de Lisboa, usou as *Conversas Cristãs*, no YouTube, para criticar a «ignorância» e «agressividade» contra o pensamento da maioria evangélica do país. Óscar Afonso protestou em nome dos «cristãos que, através das suas IPSS, têm socorrido os mais necessitados não olhando a cor, raça ou etnia». A conclusão era óbvia: «Os comunistas estão outra vez a inventar falsas notícias contra os evangélicos.»

A Aliança Evangélica Portuguesa (AEP) foi das mais queixosas.

Com 700 igrejas filiadas e implantação nacional, relevou, através do secretário-geral Josué da Ponte, a faceta integradora das diferentes igrejas, «a maioria delas radicadas há várias décadas, tendo sobrevivido à perseguição política e religiosa, desde os tempos da Inquisição, passando pela ditadura do Estado Novo». Em momento algum, garantia, «os cultos evangélicos são usados para fins diferentes da proclamação dos valores exarados nas Escrituras». Pelo contrário: «As igrejas evangélicas não promovem partidos políticos nem angariam militantes para movimentos desta natureza.»

Contestou-se a alegada generalização do termo «evangélicos». As queixas da AEP estenderam-se a Donizete Rodrigues. «Ou estão equivocados — não sabem que há evangélicos históricos que apoiam o Chega/Ventura —, ou estão a tentar demarcar-se desta ligação porque sabem que isso é prejudicial para a imagem da instituição», reagiu o investigador. «No Brasil», explicou, «acontece o mesmo: há muitos representantes e fiéis de igrejas protestantes históricas que apoiam Bolsonaro, mas não o fazem publicamente. Deixam os pentecostais — conotados como pobres, negros e analfabetos — dar a cara por ele».

A Igreja Maná acusou-me de promover o preconceito e a discriminação contra a comunidade evangélica, caindo no mesmo erro de Ventura e do Chega. Pedro Ferreira, relações públicas, reforçou: a Maná «não promove partidos políticos, não angaria militantes nem dá qualquer sentido de voto».

A IURD também protestou: «Em momento algum utilizou os seus cultos para fins diferentes do que aqueles que professa.»

Nas redes sociais, outros evangélicos se levantaram. «Vi pastores a apoiarem claramente o André Ventura», escreveu Maria Oliveira. «Tenho lido coisas que me deixam os cabelos em pé, e algumas declarações são de líderes que pertencem à Aliança Evangélica. Completamente extremistas e ridículas.»

A página da AEP no Facebook entupiu de comentários. Durante semanas, o debate aqueceu. «Não percebo o espanto», reagiu Ana Luís. «Era uma questão de pouco tempo

até se constatar o óbvio. Basta seguir o *feed* de muitos que se dizem cristãos evangélicos para se perceber o que os mesmos defendem: uma agenda ultraconservadora e em que o cristianismo é politizado em extrema-direita de forma vergonhosa.» Para a internauta, estava tudo às claras. Há muito tempo. «É ver alguns comentários aqui plasmados, e na página da Aliança Evangélica, daqueles que defendem um partido de extrema-direita em nome de Jesus. Vergonhoso», reagia Ana Luís. «Vamos pagar caro a forma leviana como se tem deixado, nas nossas igrejas, propagar esta praga.»

A própria Lucinda Ribeiro, mobilizadora de apoios para o Chega nesses setores, admitiu: «Há realmente pastores que nos apoiam, mas não o tornam público.»

Renata Pires, outra evangélica, não mascarava: «Isto não é nenhum *lobby*. Simplesmente as propostas do Chega aproximam-se do que acreditamos.»

Donizete resumia: «Se a AEP fizer uma etnografia interna, ficará surpreendida com o resultado — há membros e líderes de igrejas suas filiadas que apoiam o Chega, só não querem aparecer», insistia o investigador.

Nos Estados Unidos da década de 1930, muitos agitadores fascistas eram pastores evangélicos. Usavam a rádio e os panfletos políticos para passar a palavra e mascaravam as simpatias pelo nazismo e pelas ideias totalitárias com a religião, para não o fazerem em campo aberto. As técnicas eram as mesmas da psicologia de massas usada por Hitler, especificou Iray Carone, doutora em Filosofia e professora no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, que faleceu em 2025: a representação do líder como pequeno grande homem, o ataque aos inimigos escondidos e protegidos pela democracia, mensagens orientadas para reformados, lunáticos, classe média rancorosa ou ressentida, fundamentalistas religiosos, etc. «Em suma», escreveu Iray Carone, «a paranoia utilizada como uma forma de comando da sociedade».

A equipa de Donizete Rodrigues confirmou, pois, a sintonia entre facções, líderes e pastores, de predominância neopentecostal, e o ideário do Chega na Grande Lisboa. Se era assim, só me faltava entrar nesse território.

Da Maná ao convite do Chega

Conheci João Viegas nas páginas de *Aleluia!* (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015), de Bruno Vieira Amaral. Num capítulo do livro, o autor traça o perfil do pastor que deixou a Igreja Maná ao fim de mais de duas décadas, mas sem se divorciar de outros ramos da árvore evangélica.

Em dezembro de 2020, João Viegas também interveio na polémica digital à volta do meu artigo sobre os evangélicos e o Chega. Meses antes, contou-me, fora convidado, «de forma indireta», a entrar para a direção do Chega. Saíra da Igreja Maná algo traumatizado e fundara o seu próprio ministério.

A experiência dava-lhe um radar para as movimentações, recrutamentos e obsessões dos líderes das igrejas que levavam a política para o altar. «É gente com muitos recursos financeiros», disse-me. «Olham para Ventura como Messias político e testa de ferro dos seus interesses.»

O líder do Chega lembrava-lhe os rapazes com quem jogava futebol em criança: «Como não tinham talento, gritavam muito para nos tirar a bola.» Apesar da adesão de fações mais radicais da igreja, o problema, advertia, aconteceria no dia em que o líder do Chega tivesse «poder concreto para expulsar ciganos ou filhos de africanos. Aí já ninguém o tira», receava João Viegas. «Quero todas as igrejas cristãs com o Chega. Todas. Sem medo nem preconceito», teclou Ventura no Twitter, em agosto de 2020. «Todos os outros partidos já demonstraram que se envergonham da nossa história e da Fé do nosso povo. Nós não! Eu não! Deus no Comando!», proclamou.

Num final de tarde de janeiro de 2021, apanhei um táxi em Lisboa e fui ao encontro das instalações dos Ministérios João Viegas, situadas no rés do chão de um típico prédio suburbano da Pontinha (Odivelas), com marquises. Recebeu-me um homem anafado de quarenta e dois anos, barba e cabelo grisalhos, duplo queixo, óculos de aro escuro e olhar cintilante. Casado, sem filhos, guiou-me pelas modestas salas da sua igreja, com cafetaria e livraria. No salão principal havia uma enorme cruz branca luminosa, junto ao altar, onde um grupo ensaiava um pequeno concerto para uma cerimónia.

Entre 60 a 80 pessoas passavam por ali a cada fim de semana. Bem mais assistiam *online* ou por vídeo, em Portugal e no estrangeiro (Luxemburgo, Suíça, Inglaterra, Brasil, EUA, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe).

Umas 20 pessoas trabalhavam diretamente com João Viegas. «Não imitamos nenhuma igreja. Rompemos com a doutrina e os costumes antigos e errados, mostramos a verdade da palavra de Deus e não nos envolvemos em política.» Havia balizas, claro. «Não aceitamos o discurso de ódio. Não discriminamos nem julgamos. Não há qualquer menorização das mulheres. Tenho pastoras. A minha mãe é pastora, ajuda-me na igreja, dá aconselhamentos. Está a ouvir o piano a tocar? Tenho uma pianista que é uma maravilha...»

Opções sexuais não eram obstáculo. «Se entrar um *gay* na minha igreja, recebê-lo-ei com todo o amor de Jesus. Posso não aprovar, mas não julgo», garantiu. «Se entrar aqui uma lésbica, e já tive várias, vou amá-las e pastoreá-las. A minha postura vale para assassinos, presos, etc. Ninguém é condenado para a vida.» Como interpretava ele, por exemplo, a ciganofobia ou a islamofobia que Ventura instigara? «Tenho um cigano na igreja. Enfiar esses conceitos pela goela das pessoas abaixo está errado.»

A igreja que não se vê

Entrei no escritório de João Viegas, recheado de livros, com pilhas de documentos pelo chão e a secretária desarrumada. As funções religiosas ocupavam apenas parte da sua vida: durante o dia, era administrativo no Hospital Beatriz Ângelo (Loures), na área dos relatórios clínicos.

A sua igreja não estava registada na Aliança Evangélica Portuguesa (AEP). «O discurso da Aliança é uma contradição. Primeiro dizem: “Nós não temos nada a ver com o Chega”, mas depois muitos membros das igrejas associadas à AEP apoiam o discurso do Ventura.»

O pastor nasceu em Cascais, numa família de classe média. O pai foi chefe da programação de cinema na Lusomundo, com passagens pela Intercine (sociedade gestora das salas das ilhas e do litoral do país), pelo cinema Oxford, desaparecido, e, mais tarde, pelo Quarteto, com Pedro Bandeira Freire. «Fui muitas vezes buscar as folhas de ocorrência aos cinemas, no nosso velhinho *Fiat 850*, eu deitado no banco de trás a fazer-lhe companhia, de noite», recorda, emocionado. «Tempos fantásticos. Eu ia ao cinema e nunca pagava, bastava dizer que era filho do senhor Viegas.»

As férias eram passadas nos camarins do Cineteatro da Nazaré. «Vi um dos primeiros concertos do António Variações, repleto de gente, naquela zona.» A mãe era doméstica. Depois dedicou-se aos afazeres religiosos. Feito o 12.º ano, em julho de 1997, o pai impôs-lhe que se fizesse à vida. «Se não fores para a faculdade, vais trabalhar.»

João Viegas trabalhou numa papelaria, em centros de explicações e, mais tarde, até foi chefe administrativo da Fresta, a empresa que detinha os direitos da publicação da revista *Playboy* em Portugal. Não pude evitar um sorriso. «Quis-se fazer uma cópia — entre aspas — da edição americana. Sem nu integral, sem nu frontal», especificou o pastor. «Lidei pouco com a revista, estive mais nas negociações com alguns intervenientes, fui muitas vezes controlar a qualidade de impressão à Sogapal, em Queluz, e a eventos.»

João cresceu na Igreja. A mãe converteu-se em 1975 e ele foi consagrado com apenas três meses. «Ela mudou radicalmente», conta. «Deixou de fumar, levou a sério o conceito bíblico, tentou que o meu pai a acompanhasse, mas ele, com o cinema e muitos espetáculos, não foi por aí.» O irmão acompanhou-a até aos doze anos. Já ele, nunca se desligou.

Mãe e filho iniciaram o caminho religioso na Assembleia de Deus de Cascais. Ao fim de uns anos, instalou-se um sentimento de insatisfação, um ambiente morno, parado. «Depois», desvenda, «apareceu um homem que mal sabia falar português, da África do Sul, com treino bíblico e doutrina transformadora, inovadora na altura. E atraiu multidões». Em setembro de 1984 fundou a Igreja Maná, hoje um império religioso e mediático. Chama-se Jorge Manuel Guerra Tadeu, apóstolo Jorge Tadeu para os seguidores. «Em 1985, juntámo-nos à Maná.» A minha curiosidade redobrou. «A origem da igreja é portuguesa», continuou João Viegas. «Fui eu que fiz a primeira página para a Wikipédia, entretanto alteraram.»

Tudo começou com um pequeno grupo familiar em casa do próprio Tadeu, em Tires. Engenheiro civil, «percebia de pontes, estruturas, mas eram poucos conhecimentos. Depois dedicou-se a tempo inteiro à igreja».

A chegada da Maná provocou uma revolução no meio religioso. «Até aí, os pastores vestiam fato e gravata pretos e blusa branca. Cresceram durante a época terrível do Estado Novo e não se libertavam dessa rigidez. A Maná trouxe a liturgia sul-africana e americana, agarrou nos hinos antigos dos coros, atualizou letras, usou hinos novos, muito frescos na altura, e as pessoas batiam palmas e levantavam as mãos...», recorda.

«As mulheres não podiam cortar o cabelo, maquilhar-se. A minha mãe parecia o monstro da Lagoa Negra!», conta, divertido. «Tinha monocelha, pelos nas pernas, cabelo até ao *fofinho*. Era bonita, mas aprisionada por uma má interpretação da primeira epístola aos Coríntios, em que Paulo diz à mulher para não se adornar demasiado, pois as prostitutas da altura exageravam para atrair os homens.»

Jorge Tadeu causou uma revolução. «Era gingão, falava melhor inglês, dava calinadas no português, e as pessoas achavam um piadão. Em trinta e tal anos disse sempre *cidadões*...» Tadeu rodeou-se de quem sabia: «E tinha uma grande mulher, que sabia pôr um travão quando as coisas começavam a derrapar...»

O apóstolo criou um séquito. «Está supergasto, mas continua a achar-se o maior», refere o pastor. «Na altura tinha boa imagem. Passou a igreja de um pequeno grupo familiar para uma sala nos bombeiros sapadores, depois Avenida de Roma, e, de repente, alugou um espaço para 600 pessoas na Praça de Espanha...»

No início, o número de seguidores da Maná não impressionou, «mas um dia», conta João, viu uma multidão à porta da igreja e pensou: «Pronto, é agora que me vão fechar as portas.» Enganou-se. Era uma multidão à espera para entrar. A princípio, João Viegas viveu um idílio. «Havia honestidade, amor. As pessoas entravam de uma maneira e saíam diferentes. Lembro-me de sairmos do culto a cantar pelas ruas, nos transportes públicos, felizes da vida», garante.

A Maná deu-se ao espalhafato, alugou o Campo Pequeno para o congresso. «Coisas que chocaram o país muito conservador, católico, habituado a um protestantismo rígido, muito cinzento», recorda João Viegas. «A princípio, os pastores resistem muito ao Tadeu, pensam que lhes vai roubar o sustento», relata. «Mas, se por um lado criticavam e desdenhavam, por outro queriam ser como ele...»

Até 1992, aconteceu muita coisa. «A convenção das Assembleias de Deus sofre um rombo, dá-se uma cisão», relembra. «A maioria dos pastores das igrejas grandes liberta-se, cria as próprias denominações: Igreja Cristã Manancial de Águas Vivas, Centro Cristão Vida Abundante, por aí...»

A mãe de João Viegas entrou a tempo integral para a estrutura da Maná. «Quando a conheceu por dentro, a desilusão foi grande. A Maná era uma máscara. O próprio Tadeu dizia aos pastores e bispos do meu tempo: “Quem vem às nossas reuniões só vê aquilo que eu quero, quem entra na estrutura vê o resto.” E o resto era muito mau. Fuga

aos impostos, invejas, ciúmes, jogadas de bastidores, muita coisa», diz João Viegas. O desconforto é notório, há segredos que nunca revelará. Depois, vieram o exagero, a megalomania, situações menos claras. A igreja tem um *boom* entre 1993 e 1997. «Cresce que é uma loucura. E ele cada vez se engrandece mais. E esse foi o grande problema...»

Aparecem então os aviões. «O primeiro avião é antes da década de 1990. Era um *Cessna*, quase igual ao que vitimou o Sá Carneiro. Ele queria muito comprá-lo para se movimentar. E nada disto é normal...» A Igreja ou grupo Maná já teve sete aviões diferentes. Na versão oficial, são utilizados por Tadeu para visitas missionárias, campanhas, convenções, encontros com e para homens de negócios, e visitas de supervisão das igrejas pelo mundo fora. Os deslumbramentos sucederam-se.

Qual fora o clique? João Viegas recorda: «O pastor Tadeu conheceu um casal do Brasil, o Estevam e a Sônia Hernandez. Também se consideravam apóstolos, tinham um monte de igrejas e convidam-no a ir lá porque precisavam da sua ajuda: o filho deles tinha um problema de saúde e acreditavam que o pastor podia salvá-lo», conta.

Receberam-no de helicóptero, voaram até à fazenda, maior do que a região de Lisboa, com cavalos à solta, um luxo impressionante. «Ele vivia em Loures, partilhava a casa com a administração central da igreja, eles na cave e no 1.º andar, e ele nas águas-furtadas. Nem cortinados tinha. O carro, um *Audi 80* cinzento, era o mesmo há quinze anos. E, então, ele pensa: “O que é que eles têm a mais do que eu? Seiscentas igrejas? Seiscentas igrejas, tenho eu! Se têm igual, também sou apóstolo!”»

À sua volta, conta João Viegas, os *yes men* insuflaram o ego: Tadeu não devia apenas ter avião, mas também um carro novo e até uma casa. «Comprou uma quinta no Pinhal Novo, mas deu uma barraca descomunal, perdeu dinheiro. Depois comprou outra em Montemor-o-Novo. Mandou pôr luz na quinta, contratou seguranças e pôs pessoas da igreja a trabalhar para ele. E eu pensei: “Um líder religioso não precisa de seguranças, a menos que tenha medo do que anda a fazer e com quem anda a lidar.”»

Depois foram os carros de luxo. «Todos os anos trocava de *Mercedes*», relata o pastor. «Cada vez melhores, com ar condicionado e bancos independentes, mais amortecedores, blindados e não sei quê...» Em redor também beneficiavam. «A maioria ganhava bons salários, outros tinham casa paga, outros gasolina, mas depois os negócios dele no Brasil deram buraco e o BANIF suspendeu os créditos.»

«Créditos?!», reagi, surpreso. «A Maná vive de créditos. Quando os consegue, nota-se logo: compra, faz, constrói, etc. Quando começa a pagá-los, aperta com o povo: *levantam-se* quatro ou cinco ofertas por reunião — uma oferta para o apóstolo, para o avião, para isto e para aquilo... O Tadeu já fez seis ou sete campanhas para comprar o edifício onde está a sede da igreja, em Alvalade, mas ainda hoje é arrendada, nunca comprou o espaço.» Tadeu e a mulher eram também donos de um iate em 2014, mas a Maná continua a denominar-se associação religiosa sem fins lucrativos. «Há muito dinheiro mal gasto. Se as pessoas soubessem...»

João Viegas viu o lado cinzento, o exagero, «muita coisa má». Diácono, presbítero, pastor, passou por todos os postos da hierarquia. Quando saiu, era bispo com sete igrejas a cargo. «Demiti-me no dia 22 de junho de 2007, no dia dos meus anos.»

Faço a pergunta que Bruno Vieira Amaral lhe deve ter feito: se havia tantas injustiças à vista, desilusões, negociatas, interesses, porque demorou tanto a libertar-se? Quis isolar-se, proteger o que podia, tal e qual uma ilha, mas a acumular inquietações, angústias, dividido entre denunciar e protestar. «Foi uma fase muito difícil...», assume, com a voz arrastada, como quem carrega ainda arrobos de arrependimento. Saiu em silêncio, mas houve pedras no seu caminho. Obstáculos e malfetorias inspiradas por antigos correligionários. «Fui seguido e ameaçado.»

Ao longo dos anos, João Viegas foi-se sentindo amarrotado pela obediência ao líder, a autoridade, a hierarquia. «No início não era assim. Já percebe por que é que ele se identifica tanto com o Chega e o André Ventura, não é?»

Os objetivos políticos nunca foram estranhos ao apóstolo Tadeu.

Em 2015, Marinho Pinto, então fundador do PDR, usou a primeira assembleia de filiados para acusar «hordas da Igreja Maná» de se infiltrarem naquela força política, roubarem fichas de inscrição e tentarem influenciar a composição da direção. A Maná desmentiu.

Tadeu gaba-se de ter, na igreja, juízes, «pessoas das “secretas”», governantes. «Durante anos, pediu aos pastores para instruírem as pessoas a votarem em branco. Queria saber quantas eram para estimar a percentagem daqueles que pertenceriam à igreja.»

Os evangélicos não devem envolver-se na política, «pelo menos nas questões partidárias», precisa João Viegas, «mas criaram-se redes de influência. Não conseguiram fundar partidos religiosos, mas agora têm o Chega. Estão lá evangélicos de muitas igrejas brasileiras radicadas em Portugal, até das mais pequeninas, com 30, 40, 50 pessoas... O líder do Chega é uma espécie de Jorge Tadeu da década de 1980. Muita gente olhou para ele como alguém que daria um chuto no cinzentismo da religião protestante. O Ventura não alcança os evangélicos que estão noutros partidos, mas alcança os insatisfeitos, os ressentidos».

O maná Chega

Autoridade e submissão, um livro reeditado pela Maná desde 2008, da autoria de Tadeu, tem passagens a fazer lembrar o modo como Ventura impôs ao partido as suas leis, a visão disciplinadora, por vezes autocrata. Ações, gestos e atitudes que originaram centenas de processos no conselho de jurisdição, sanções disciplinares, expulsões de militantes e repetições de congressos pelo facto de o Tribunal

Constitucional não reconhecer legalidade a certas medidas restritivas da liberdade e democracia internas.

Descontemos, para começar, o facto de o «manual» da Maná considerar o marido «a autoridade máxima no casamento», na família e perante os filhos. «Muitas senhoras casadas têm problemas de saúde porque não obedecem ao seu marido», escreve Jorge Tadeu. Em 2024, entrevistada no canal desinformativo do *influencer* Sérgio Tavares no YouTube, a jovem dirigente Rita Matias não andou longe da doutrina da Maná quando foi convidada a revelar o perfil do seu homem de sonho: «Empregado, mas que sustente a família, que eu sou tradicional», afirmou. «Um homem que perceba que a ansiedade fica para a mulher. Ele tem de ser o garante da casa, nomeadamente do ponto de vista sentimental», especificou.

Obedecer ao patrão e à pessoa que Deus indicou como autoridade faz parte da filosofia da Maná para a igreja e a sociedade. Na doutrina Maná, rebelião, insubmissão e desobediência são pecados imperdoáveis. «O Chega tornou-se convincente nestes meios pelo mesmo discurso», diz João Viegas sem pestanejar. «Tivemos anos maus por causa da crise do *subprime*, o povo ficou exaurido e existem muitos dissidentes de outros partidos, insatisfeitos com quase tudo. E é aí que o Ventura entra. Fala o que gostam de ouvir, com veemência, e quem acredita naquilo vai ao delírio. Seja no futebol, na política ou na religião.»

Lucinda Ribeiro, uma vez mais, foi a chave. «Ela entrou pela Assembleia de Deus, pelas igrejas ultraconservadoras. Acreditou nele, no discurso, na visão, e começou a espalhar. O Constantino Ferreira, pastor na reforma muito respeitado pela velha guarda, ajudou a passar a palavra, a mobilizar a retaguarda evangélica...»

A dúvida é se existiu uma campanha declarada de setores evangélicos pelo Chega em eleições. «Houve, pelo menos, pastores nas reuniões a dizerem para se votar no Chega», afirma João Viegas. Para a Maná, crê, «o Chega significa influência e negócio», atesta o pastor. «O Tadeu sabe que pode tirar dividendos: alterações a leis ou possibilidade de ter um deputado Maná para ajudar a mexer os cordelinhos, por exemplo... Acredite no que lhe digo.»

João Viegas foi convidado a integrar a direção do Chega. «Em outubro, novembro de 2020, recebi uma mensagem do pastor evangélico Davide Pereira, que está na Finlândia e já se intitula apóstolo, a fazer a ponte para um encontro com o Dr. Pedro Frazão [deputado do Chega]...»

Filho de Reganha Pereira, histórico da Assembleia de Deus da Amadora, Davide Pereira é antigo pastor da igreja evangélica de Rio de Mouro (Sintra) e irmão de Pedro Xavier Pereira, outro ex-pastor, condenado a sete anos e meio de prisão por diversos crimes, incluindo burla, falsificação de documentos e insolvência dolosa.

Davide Pereira candidatou-se em 2024 pelo ADN (círculo Fora da Europa). Anos antes, porém, «trabalhava» para o Chega. «O Davide sempre quis ter os focos e as luzes apontadas para ele. Dessa vez, quando me falou, queria ajudar o Chega. Desafiou-me para uma reunião com o Pedro Frazão, dirigente do partido, sem compromisso.

Queriam convidar-me para a direção porque, dizia o Davide, era importante ter evangélicos na política, levar a vontade de Deus à nação... Ora, eu nem sequer penso assim...», descartou-se João Viegas, recusando o convite. O outro insistiu. «Se aceites, nunca mais tens de te preocupar com a ação social da Igreja», ter-lhe-á sugerido Davide Pereira. «Mais uma razão para não aceitar», respondeu, brusco, João Viegas. «A partir daí não houve mais conversas.»

Em 2020 e 2021, anos de realização da segunda e terceira convenções do Chega, Ventura incluiu o líder da Maná, Jorge Tadeu, nos convites pessoais para Évora e Coimbra. Conforme as listagens dos eventos documentam, não o fez com lideranças de outras igrejas ou confissões religiosas. Abriu três exceções, duas delas por razões sentimentais, presume-se: o padre Mário Rui, da Igreja de São Nicolau, e o sacerdote António Fernandes, amigo de longa data de Ventura. O outro foi Constantino Ferreira, pastor evangélico. Mário Rui mandou dizer que não ia «por causa do sacerdócio» e não entrava em partidos políticos. António Fernandes tinha a agenda cheia de missas no fim de semana.

Jorge Tadeu não foi a Évora (2020), mas a assessora de imprensa, Patrícia Carvalho, confirmou a sua presença em Coimbra (2021), ao entregar a lista de convidados aos jornalistas no último dia do congresso. Além do apóstolo Tadeu e da esposa, a bispa de origem holandesa Christel Tadeu, a comitiva da Maná incluiria o casal de empresários Maria da Graça e António Nunes, então militantes do Chega, e membros da igreja que, entretanto, saíram.

Tadeu confessou-se honrado, mas, à última hora, por razões desconhecidas, nem ele nem a mulher apareceram. Explicou-se então num vídeo difundido nas redes sociais da Maná. «Se eles me convidam porque é que eu não havia de ir a uma festa deles?», questionou, de sobrolho carregado. «Jesus foi a festas de casamento, almoçou e jantou no meio de prostitutas. Nós somos a casa de Deus, está aberta para os malandros, está aberta para os ladrões, para os assassinos, para as prostitutas, para toda a sorte de pessoas.»

No início de fevereiro de 2022, enviei uma SMS a Pedro Frazão, então deputado de fresca data. Tinha recebido no meu telemóvel uma foto dele com o apóstolo Jorge Tadeu, ambos sorridentes, e perguntei-lhe a que se deveria aquele encontro, não fosse dar-se o caso de ser uma imagem manipulada, algo habitual nas guerras internas do Chega. «Foi numa reunião de diálogo inter-religioso», respondeu. «Tenho a “pasta” das relações com as igrejas e confissões religiosas, foi um encontro nesse âmbito», reforçou. A reunião ocorrera em novembro de 2020, ou seja, coincidia com a altura em que João Viegas havia sido desafiado para o encontro com Pedro Frazão, supranumerário do Opus Dei e professor no Colégio Planalto, escola católica da prelatura só para rapazes.

Em outubro de 2023, num livro coletivo já citado, Riccardo Marchi, conhecedor profundo dos meandros do Chega, ocasional orador e orientador de sessões e *workshops* do partido, radiografou o panorama geral. A Igreja Maná, escreveu então,

«tem prestado muita atenção nos últimos anos a intelectuais e políticos de direita, incluindo os envolvidos no movimento social-cristão e no partido populista Chega, convidando-os para entrevistas no seu canal de televisão, Kuriakos TV», assinalou o historiador e politólogo.

Ventura foi várias vezes entrevistado pelo canal desde 2019, mas o «desfile» de dirigentes, deputados e outros eleitos do Chega na TV da Maná já incluiu Pedro Pinto, Pedro Frazão, Mithá Ribeiro, Tânger Corrêa, Rita Matias, José Maria Matias, Bruno Mascarenhas e Pedro Arroja, entre outros, e alguns mais do que uma vez. A Kuriakos não se limita a fazer entrevistas: já cobriu vários eventos e convenções do partido. «O Chega tornou-se um partido atraente para a direita cristã, sejam evangélicos ou católicos. A sua atratividade foi aumentada pelo perfil religioso de André Ventura, um antigo aluno do seminário com uma propensão para usar a linguagem religiosa para fins políticos», concluiu Marchi.

Pedro Frazão manteve a «pasta» referida. A 31 de março de 2025, participou, em Lisboa, numa caminhada pelo Dia Nacional da Memória das Vítimas da Inquisição, organizada pela brasileira Vera Garcia, à qual se juntaram dezenas de pessoas. O embaixador de Israel em Portugal, Oren Rosenblat, dividiu «palco» e discursos com o deputado do Chega. O estudante maltês Ian Farrugia preparava nessa altura um trabalho sobre a Inquisição para o Laboratório de Jornalismo Digital da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica e juntou-se ao grupo. «O evento não tinha vínculo com a comunidade judaica de Lisboa e provavelmente nenhum dos presentes era judeu. Não sei bem o que os organizadores fazem», admitiu.

Vera é neta, pelo lado materno, de um português, identifica-se como psicóloga e mudou-se para Portugal em 2020 para coordenar o ramo nacional do movimento TJCII (Rumo ao Segundo Concílio de Jerusalém), apostado na reconciliação mundial entre líderes cristãos e judaico-messiânicos. Na verdade, boa parte dos presentes estava bem identificada pela promotora da iniciativa. «Somos um grupo de cristãos que entende, pela Bíblia, que o *chamado* e a eleição de Israel como povo de Deus para ser luz para todas as nações é eterno. Portanto, o trabalho que fazemos é principalmente orar para que os cristãos em Portugal e em todo o mundo tenham os olhos abertos para esse entendimento. Também tento encontrar pastores e líderes cristãos para partilhar essa visão e promover, com a ajuda de Deus, a unidade na Igreja. Meu principal contacto é com os evangélicos», explicou Vera Garcia a Ian Farrugia. Segundo ela, que viveu vinte e seis anos nos EUA, onde pertenceu à sinagoga messiânica Baruch HaShem (Dallas, Texas), foram enviados convites a pessoas de duzentas igrejas da região de Lisboa, além de outros endereçados a elementos da Associação Lusa Portugueses por Israel, das duas sinagogas de Lisboa e do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel. Ian Farrugia, porém, manteve conversas com alguns dos presentes e saiu convencido de que muitos participantes, sobretudo evangélicos, eram próximos do Chega.

O «cisma» de Braga

As tendências ultraconservadoras e mais religiosas do Chega têm um especial carinho por Braga. A devoção é justificada. Da cidade minhota partiu, a 28 de maio de 1926, a sublevação militar, abençoada por setores retrógrados da Igreja Católica, que, contagiando outras unidades, marchou até Lisboa para derrubar a Primeira República e instaurar a ditadura.

Em agosto de 1975, a mesma aliança, com a colaboração de forças políticas de direita, dirigentes locais do PS, empresários e agricultores, virou a página da Revolução de Abril com uma manifestação de rua «contra o comunismo» que acabou com o incêndio da sede do PCP na cidade e outros atos de vandalismo.

A revolta do Verão Quente teve as suas figuras tutelares: o arcebispo D. Francisco Maria da Silva e o cónego Eduardo Melo, o emissário da hierarquia católica que garantiu logística, proteção e até parte do financiamento da rede terrorista de extrema-direita, a quem o sacerdote nunca negou as bênçãos.

O Chega é orgulhoso herdeiro desse levantamento contrarrevolucionário, como os seus dirigentes gostam de lembrar. E como os simbolismos não acabam aqui: Filipe Melo, sobrinho-neto do cónego Melo, foi eleito deputado pelo partido em 2022, 2024 e no ano seguinte.

A sua chegada a líder distrital, em 2021, resultou no maior «cisma» interno a nível local: católicos e evangélicos engalfinharam-se na luta pelo poder, com manifestações xenófobas, ameaças e cenas de violência à mistura. Uma «guerra santa». O universo religioso contrário organizou uma lista opositora à de Filipe Melo, encabeçada por Ruben Milhão, pastor da Igreja Missionária Evangélica de Braga, e as redes sociais ofereceram, à saciedade, um olhar sobre os conflitos entre duas candidaturas e fações religiosas.

Eugénia Santos, mais conhecida por Jenny, crismada pelo cónego Melo, candidata a vice-presidente na lista «católica» e ligada a ginásios de Braga, investiu no Facebook contra a «seita» que, segundo ela, pretendia tomar conta da cidade e do partido. A resposta veio célere: «Os cristãos evangélicos não são carneiros nem fazem parte do ginásio da autora desta infâmia», reagiu Maria Helena Costa, da Associação Família Conservadora e, à época, do Chega.

«Estamos a ser ameaçados e difamados nas redes sociais, e não só, por pessoas potencialmente perigosas, que usam o nome do partido e o representam e que não hesitam em ameaçar e insultar abertamente militantes e simpatizantes do Chega que não estão ao lado deles», denunciou depois a brasileira e evangélica Cibelli Almeida, dirigente local, num *email* enviado à direção e ao «tribunal» do partido, o conselho de jurisdição: «Caso se concretizem as ameaças constantes — como visitas de “Hulks” e da dona do ginásio onde treinam [...] teme-se que haja violência e até algo mais trágico antes e até durante o ato eleitoral.» O clima entre as duas listas era tal que um militante colocou um vídeo nas redes sociais a lamber uma bala.

Ruben Milhão ainda tentou a pacificação. «Mudem a vossa postura urgentemente antes que isto ainda acabe mal. Filipe, sabes perfeitamente que infelizmente há gente capaz de tudo», terá dito ao candidato opositor, mas não houve lenços brancos.

Entrou então em cena a «guerra psicológica». Um candidato da lista de Ruben Milhão sugeriu uma ação de solidariedade com o objetivo de «ajudar as crianças necessitadas» através da angariação de roupa, alimentos e brinquedos. Cibelli Almeida «disparou» pedidos de amizade nas redes sociais. «Convidei agora 2500... virá gente de todo tipo [...] Amanhã convido mais 2500... brasileiros, africanos... opositores, apoiadores, enfim, se alguém entrar e fizer asneira avisem, please!», escreveu no grupo de WhatsApp da lista de Ruben Milhão.

«Não vai ser uma BRASILEIRA que vai mandar nos destinos de um partido nacionalista, patriótico», reagiu Filipe Melo no auge das tensões, com o termo grafado em maiúsculas, nas redes sociais. Depois apagou «brasileira» e substituiu por «senhora», mas já era tarde.

No início de dezembro de 2020, a polémica de Braga entrou pela reunião da direção do partido. «O senhor Filipe Melo tem um problema», comentou Lucinda Ribeiro. «Falei com o senhor e ele não tinha entendido. Depois reconheceu o excesso e tirou logo o que escreveu, mas aquilo em Braga está a ficar muito mau.» Estava e iria piorar.

Cibelli Almeida argumentou que a sua lista tinha gente de todos os credos e religiões e contestou a narrativa sobre a alegada seita que queria tomar conta do partido. «Na verdade», comentou no âmbito de um trabalho académico, «a campanha suja não foi nossa. Na véspera da eleição, algumas dessas pessoas tiveram as suas casas e negócios vandalizados».

A brasileira que se tornara um quisto para a facção católica chegou a Braga com o marido em 2011 para se matricular no doutoramento em Comunicação na Universidade do Minho. Um ano depois vieram os filhos, então adolescentes. Em 2017, já tinha cidadania portuguesa. Graças aos brasileiros, a população de Braga disparou. Dos 193 mil habitantes existentes na época desta polémica, cerca de 7200 eram oriundos do país «irmão». O número não incluía os ilegais, as duplas nacionalidades, cidadania europeia ou quem tinha processos de regularização pendentes. Ou seja: eram mais.

Da família PT ao Chega

Numa tarde amena de setembro de 2021, subi os lanços de escadas de uma decrepita galeria comercial, nas imediações da estação ferroviária de Braga, e entrei na sala 28, da Be Braga Consulting, fundada por Cibelli Almeida.

Mulher de meia-idade, na casa dos cinquenta, loura, com um vestido negro prático e leve de verão e uns ténis brancos, recebeu-me num espaço pequeno, com poucas

cadeiras. Estava à secretária, onde repousavam folhetos informativos, um computador portátil e uma chávena de café.

Cibelli fazia consultoria em serviços de mobilidade. Na prática, auxiliava outros brasileiros como ela a legalizarem-se e a instalarem-se na região. Ex-promotora da Duolife, multinacional farmacêutica polaca da venda direta de cosméticos e produtos dietéticos, era colunista motivacional do portal brasileiro *Leia Já*. Apaixonada por Braga, prometia ficar por lá até ao fim dos seus dias. «Sofri muita violência no Brasil, fui mais de vinte vezes assaltada, levei golpe de revólver na cabeça, e um dos motivos de vir para cá foi esse. Já estava num processo de intolerância», explicou.

As ligações da família à esquerda de Pernambuco eram históricas: um tio estivera no radar da polícia política da ditadura militar e foi, mais tarde, deputado estadual do Partido Comunista Brasileiro. «Minha avó, matriarca da família, era uma referência política. Muitas pessoas iam falar com ela antes de eleições. Juntava as pessoas e dizia em que elas deviam votar. Era dona de casa, mas tinha muita influência.» O período da redemocratização do país seduziu Cibelli, mas a estrada levou-a por outros apeadeiros, na margem direita. «Sou bolsonarista, como muitos que têm vindo para Braga», assinala. «Tem as loucuras dele, mas defendo-o.» Por vezes, o papel político e o evangelizador são um só. Cibelli Almeida aproveita os processos de legalização de imigrantes para angariar filiados para o Chega. «São brasileiros que já votavam em Bolsonaro», disse à revista brasileira *Piauí*.

No Brasil, era professora universitária, consultora e líder de uma associação de recursos humanos. Evangélica, seguia o teólogo Augustus Nicodemus, antigo pastor da Igreja Presbiteriana do Recife, à qual Cibelli e o marido se ligaram há mais de três décadas. Filiada na Igreja Cristã Presbiteriana de Portugal, que não admite a ordenação feminina, Cibelli Almeida também frequentou o templo de Ruben Milhão durante um período de cinco anos. Desde então, dá conferências para mulheres cristãs em todo o país. «Aparecem senhorinhas, mulheres, muitos casais jovens», relata. «Homens é difícil, andam pelos cafés da vida.»

Nessas palestras, Cibelli Almeida deu corda à sua agenda religiosa: contra o direito de uma mulher interromper a gravidez, a eutanásia, a «ideologia de género», as uniões homossexuais. Cita amiúde passagens da obra do pastor norte-americano Douglas Wilson, defensor de uma visão «benigna» da escravidão, sustentada, diz ele, numa justificação bíblica.

O respeito pela cultura e tradições do país de acolhimento é sagrado para ela. «Defendo a imigração responsável.» O Chega toca nesses pontos, «mas o partido é estigmatizado», queixa-se. «O André levantou a questão dos ciganos porque toda a gente falava nisso. Cigano, brasileiro, todos têm de trabalhar, se quiserem e puderem.»

Nesses encontros de grupos religiosos, conheceu Maria Helena Costa. A dupla fundou e dirige a Associação Família Conservadora. Em 2018, Maria Helena, «investigadora na área das religiões e das seitas», andava em sessões do PNR a diabolizar «a agenda totalitária» da esquerda na companhia do líder do partido de

extrema-direita, José Pinto Coelho, e de João Martins, preso pelo homicídio do cabo-verdiano Alcindo Monteiro.

A associação compara desejo sexual masculino, pedofilia e homossexualidade às malfetorias citadas nas Escrituras: «O facto de [os homossexuais] serem geneticamente inclinados a fazerem coisas imorais não os torna certos.» Cibelli e a amiga queriam falar para além dos muros da Igreja sobre os valores em que acreditam. Por isso, antes de o Chega ser uma realidade, as duas entraram no CDS através da Tendência Esperança em Movimento, de Abel Matos Santos.

O psicólogo clínico e sexólogo fazia odes ao ditador Salazar nas redes sociais. Considerou a PIDE das melhores polícias do mundo e chamou «agiota de judeus» ao diplomata Aristides de Sousa Mendes, que salvou mais de 30 mil pessoas da perseguição dos nazis. O CDS mostrou-lhe a porta de saída, mas o Chega acolheu-o. Cibelli Almeida e Maria Helena seguiram-lhe os passos, com a desculpa de que o CDS não era duro o suficiente a combater a «ideologia do género».

Em 2019, Manuel Matias procurou-as para integrarem as listas do Chega por Braga que o então fundador do PPV encabeçaria às legislativas. Cibelli candidatou-se em segundo lugar, tornou-se mandatária e dirigente distrital. «O Ruben Milhão era mais conhecido do que o Manuel Matias», admite, «mas tivemos muitos votos porque influenciámos pessoas das nossas igrejas».

A possibilidade de levar a agenda religiosa para o partido foi o chamamento. «O meu foco é a educação, a ideia de que a escola não deve ensinar ideologia. Os filhos não são do Estado. Eu é que disciplino, eu decido», descreve. «O Diogo Pacheco de Amorim apoiou-nos, mas nós não somos políticos, somos apenas gente do bem. Não temos a manha, nem o traquejo, de outros.»

Até Filipe Melo usar um discurso xenófobo contra ela, Cibelli Almeida não tinha razões de protesto. «Braga acolheu-me, fui muito bem aceite pelos portugueses e militantes do Chega, mas indignei-me com o que ele disse: foi xenófobo e machista», reconheceu, quando conversámos, em 2021.

Queixou-se à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e à «jurisdição» do partido contra essa «prática criminosa». O caso e outras posições que assumiu complicaram-lhe a vida no partido. Foi suspensa duas vezes. Uma por causa dessas guerras paroquiais, outra por contestar a chamada «lei da rolha» de Ventura para disciplinar os comentários de militantes nas redes sociais e a divulgação dos aspetos perversos da vida interna do Chega. Cibelli saiu do Brasil, aderiu à direita radical de outro país, foi hostilizada enquanto estrangeira no próprio partido e, mesmo assim, continuou a achar que o seu lugar era no Chega. «Não é obra para qualquer um», comentou o jornalista João Gabriel de Lima quando a entrevistou para a *Piauí*. «A democracia interna não era respeitada», disse-me Cibelli. Sentiu-se perseguida como mulher e cristã.

Prometeu não desistir da queixa contra Filipe Melo, mas fê-lo quando a optometrista e amiga Mónica Lopes, antes ameaçada pela outra facção do partido,

aceitou o convite de Filipe Melo para um cargo na distrital de Braga.

Enquanto contestou as diretrizes nacionais na facção de Cibelli, Mónica era bastante acessível aos jornalistas, até insinuante. Nos congressos, chamou-me várias vezes a atenção para pormenores polémicos, esquemas criminosos de dirigentes locais e nacionais, e incentivou-me a seguir o perfil falso com o nome Sérgio Pereira, no Facebook, onde eram denunciados casos e figuras do partido. Por vezes, fê-lo até por WhatsApp. Ainda guardo as mensagens. Quando foi seduzida pelo poder distrital em Braga, os *posts* de Sérgio Pereira diminuíram. No congresso de Santarém, em janeiro de 2023, evitou os jornalistas, de quem, tempos antes, se abeirava com frequência.

Uma tarde, puxei pelo braço de Filipe Melo quando ele se preparava para subir umas escadas. «Parabéns!», disse-lhe. «Porquê?», reagiu, surpreendido. «Já conseguiu calar a Mónica», provoquei-o. Ele sorriu. «Chamei a Mónica, disse-lhe o que ela estava a fazer à minha família. Falei com o André, combinei que ela fosse chamada para o nosso lado. “Quer trabalhar, quer participar?”, perguntei-lhe. Ela aceitou», disse o deputado, acelerando o passo. Até pouco tempo antes, Filipe Melo era dos principais alvos do perfil falso. Nunca mais se repetiria.

Quanto a Cibelli, encontrei-a mais ou menos na mesma altura em Vila Praia de Âncora, no Minho, numa iniciativa do Habeas Corpus, o movimento liderado pelo ex-juiz negacionista Rui Castro e onde existem membros neonazis. «Já há alguma decisão em relação à sua queixa por xenofobia?», questionei-a. «Está resolvido. Tudo pacificado e explicado», respondeu. Espantado, perguntei se isso se deveria ao facto de Mónica Lopes ter entrado para a direção distrital de Filipe Melo. «Miguel», reagiu ela, como se explicasse o bê-á-bá da política. «A nossa prioridade sempre foi a de influenciar uma agenda política. Estaremos onde for preciso a lutar por isso, é o mais importante. O que passou, passou.»

Pacificada, Cibelli Almeida não perdeu o olhar crítico. «Deus pode estar a usar o André Ventura para mudar a História de Portugal como utilizou Bolsonaro para mudar a História do Brasil», disse-me, sem pestanejar. «Um enviado de Deus é uma coisa, mas discordo da idolatria, de chamar Messias e isso. O André não é o dono do Chega: os donos somos nós, os militantes.»

O perfil do líder tem características para atrair apoios no meio religioso. O discurso ajuda. «Nós somos como aquelas seitas religiosas: fortíssimos», dizia Ventura. «Quanto mais nos atacam, mais nós crescemos e ganhamos. A diferença é que, no nosso caso, não são crenças absolutas. É a crença do povo português.» Sim, para André Ventura, «o Chega é como uma religião». De 2020 em diante, aplicou a analogia às conveniências. Na abertura do congresso de Évora, em pandemia, considerou a presença de 600 pessoas um «milagre» porque, justificou então, o partido demonstrou capacidade de «converter e andar por todas as terras do país a levar a mensagem».

Sempre alinhado com os setores mais tradicionalistas da Igreja, crítico do Papa Francisco, a quem acusou de «destruir as bases do que é a Igreja Católica na Europa», Ventura reivindica o apoio informal da hierarquia católica, e do seu rebanho, ao partido. «O Chega é a religião dos portugueses comuns.»

Nem tudo, porém, são améns.

Quando me encontrei com a evangélica Lucinda Ribeiro, em Loures, o tema veio à conversa. «Não gosto que se fale de Deus de qualquer maneira», protestou, já então a contar os dias para abandonar o partido, o que aconteceria com estrondo. «Acredito que Deus tenha, ao longo da História, escolhido pessoas para determinadas missões. O André diz que sentiu um chamamento, queria ser batizado, mas não sinto que Deus seja algo muito consistente nele.»

Na sua fase de veneração, Lucinda fizera crer no contrário. E contagiou outros nos meios evangélicos. Sempre que via um grupo grande, no Facebook, no qual pudesse promover Ventura e o Chega, entrava. Se tivesse a vantagem de passar a moderadora, aproveitava. A dada altura do nosso encontro, foi ao telemóvel e abriu uma série de páginas. «Faço parte de cem grupos, mas sou moderadora em cerca de trinta», explicou. «É incrível como são tantos!», disse, espantada. Havia algum tempo que não fazia a contabilidade. «Temos um grupo por distrito. Todos criados por mim por ordens do partido, com um alcance de 100 a 150 mil pessoas, talvez», estimou.

A fundadora Fernanda Marques Lopes reconhece o peso evangélico da fase inicial do partido. «Havia preconceito também, não da minha parte. Só receava que levassem para o Chega a cegueira da Igreja», explica, «mas o André gostava porque as evangélicas traziam muita gente, muitos militantes. E qual era o melhor sítio para se divulgar um culto? Num culto».

«Sou muito religioso e acredito que o que me aconteceu a mim e ao Chega na História de Portugal, desde o meu percurso de comentador até ao parlamento, é um milagre», escreveu Ventura nas redes sociais. «Ele não tem bagagem cristã para isto tudo. Julga-se crente, mas saiu do seminário e fez a vida que qualquer ateu faria. Afastou-se do meio católico e aconselhei-o a ter cuidado na forma como fazia o discurso. Ele exagera e não é bom», avisou-o Lucinda Ribeiro.

Quando se desfilou, em dezembro de 2021, a evangélica espalhou a sua desilusão. «Ajudei a nascer o Chega porque acreditei que era algo que Deus queria que eu fizesse. Entretanto, o André revelou-se um Saul e não um David. É um grande ator», ilustrou. A metáfora bíblica sobre os primeiros reis de Israel não podia ser mais explícita: David era «amado e respeitado» pelo divino, mas André Ventura encaixava no perfil de Saul — desobediente a Deus e apenas interessado em erguer monumentos a si próprio. Ou, como ele próprio disse um dia a Nuno Afonso, «quero que as pessoas adormeçam a pensar em mim e acordem a pensar em mim».



CONTRA AS ELITES, VENHAM AS ELITES

Aquele almoço de 18 de junho de 2020 quase pedia férias antecipadas para os lados da Quinta do Barruncho.

Na requintada residência de Loures serviram-se queijos da serra e de cabra, *vichyssoise*, garoupa e outras iguarias regadas a colheitas vinícolas de excelência, mas a presença de convidados especiais e os temas em cima da mesa pediam uma certa solenidade e discrição. Desafiado por João Maria Bravo, um grupo de empresários e homens de negócios acorreu à propriedade de pergaminhos aristocráticos para ouvir, conhecer e aconselhar o convidado de honra e controverso deputado da nação: André Ventura.

A quinta pertencia ao clã do anfitrião desde 1957. Paredes-meias com a propriedade onde Ventura se sentou à mesa com aqueles homens abastados e influentes, nasceu, na década de 1960, o bairro de barracas da Azinhaga do Barruncho. Nesta zona, milionários e pobreza extrema viviam separados por um vale: João Bravo tinha um heliporto nas traseiras do palácio, os outros tinham ratos, cobras e lixo à porta de casa, escreveu o *Expresso* em 2015.

Mesmo invisíveis, os «muros» permanecem. E não são metafóricos, embora também se prestem a isso. De um lado, «os privilegiados do antigo império». Do outro, «os “condenados da terra” das antigas colónias». Pedro Varela, antropólogo da Universidade de Coimbra, investigador em Direitos Humanos, estudou o Barruncho pobre, bairro de maioria negra, onde cresceu um dos poderosos narradores da miséria do país, Allen Halloween, *rapper* de origem guineense, conforme lembrou num ensaio publicado no já extinto *Setenta e Quatro*.

E o senhor todo-poderoso da outra banda, João Bravo, quem era?

A história dos Bravo não se distinguia da de muitas famílias poderosas de extração nacional. Era um enredo ligado à escravatura, ao colonialismo, à ditadura do Estado Novo e à guerra em África, segundo Pedro Varela.

A exploração de escravos por parte dos Bravo terá começado numa fábrica de tabaco no Rio de Janeiro, no século XIX. Os antepassados do dono da Quinta do Barruncho compraram pessoas raptadas em Benguela, Congo, Cassanje, Cabinda ou Songo. Os dados são do próprio pai de João Maria Bravo, baseados em documentos da família publicados em livro.

A fortuna acumulada com a escravatura e os negócios de mercadorias permitiram à família tornar-se acionista de três bancos, dos dois lados do Atlântico. A ditadura de Salazar ajudou: os contratos celebrados com o Estado Novo trouxeram-lhe os benefícios da Guerra Colonial, com vendas de paraquedas, motores e material sobresselente para aviões e aeronaves militares. O pai de João Bravo representou a Dornier (aviões), a Bell (helicópteros) e a Boeing em Portugal, Angola e Moçambique, entre 1963 e 1983, e criou em Tires uma empresa de hangares de helicópteros e aviões. Representou o setor das armas e da caça na Câmara Corporativa, dirigiu o Clube Português de Tiro a Chumbo e foi vice-cônsul do Luxemburgo.

Em 1968, os Bravo compraram a herdade alentejana do Manantio, em Moura, ocupada após a revolução e devolvida à família em 1985. «O cenário é paradisíaco, com a piscina infinita, o amarelo da terra pontilhado pelo verde das azinheiras e, ao fundo, o Alqueva. Há atividades na barragem e passeios a cavalo e de balão», descreveu o *Público* quando a visitou.

Não falta quem recorde a celebração de aniversário de João Maria Bravo, em setembro de 2015, naquela propriedade. O dono da herdade, «Bico» para os amigos, inaugurou os festejos com uma entrada de gala, vestido de toureiro, em cima de uma charrete puxada por dois cavalos, enquanto se ouvia ópera em fundo. Durante a faustosa festa de três dias, com 200 convidados, mulheres em biquíni à moda da série *Marés Vivas* encenaram um rapto. Houve ainda, segundo a *Sábado*, uma viagem de barco no Alqueva, dançarinos profissionais, DJ e um concurso *miss* e *mister T-shirt* molhada. Numa das noites, alusiva à temática *África Minha*, João Bravo recriou os safáris africanos: na tenda gigante onde decorreu a festa, com o chão coberto de lenços de leopardo, exibiu animais embalsamados caçados por ele.

O anfitrião de Ventura na Quinta do Barruncho teve uma infância e juventude de menino de ouro. Era, porém, calaceiro nos estudos, a «ovelha negra» do clã. Ainda assim, frequentou o Colégio Alemão por tradição familiar e rumou à Suíça a seguir à revolução, onde cursou Gestão de Empresas numa universidade pública de Lausana. Se, na quinta portuguesa, tinha seis cavalos e meia dúzia de empregados, no estrangeiro aprendeu a cozinhar e a fazer a cama.

Com a maioria das empresas da família afetadas pelas nacionalizações no pós-25 de Abril — outras pararam ou faliram —, João Bravo ligou-se ao pai na siderurgia (1979), área nobre dos negócios de família até ao início do século.

A *holding* Sodarca, certificada pela NATO, é propriedade de João Bravo desde 1989. Lidera o fornecimento de armas, munições, tecnologia e equipamento militar ao Estado, no âmbito das Forças Armadas e de Segurança. No conjunto de empresas

inclui-se a Helibravo, com uma frota de helicópteros e um avião executivo para diversos fins, entre os quais o combate a incêndios. Quando ofereceu o almoço ao líder do Chega, em maio de 2020, na vigência dos governos socialistas de António Costa, a Sodarca e a Helibravo já tinham faturado ao Estado perto de 33,3 milhões de euros. O último contrato, celebrado em abril desse ano com o Exército, valia mais de 17 milhões.

João Bravo, afamado «caçador de negócios», teve magnatas norte-americanos do petróleo a caçarem na sua herdade, em Moura, e organizou safáris de três semanas em África para clientes de luxo, com refeições de peças de caça frescas servidas por nativos. Até o 25 de Abril de 1974, ao qual não dispensa simpatias, lhe facilitou bons negócios. «A maioria das pessoas, naquela altura, comprava armas por medo, para defender-se dos excessos da revolução.» Depois as vendas estagnaram, mas ele antecipou-se: quando, na década de 1980, veio a moda dos fatos de treino e dos ténis, Bravo teve margens de lucro de 300% com produtos comprados ao preço da chuva em Taiwan e na Coreia. Outras receitas vieram do aluguer de helicópteros para filmes, anúncios e produções televisivas, e das famosas reportagens de trânsito dos canais de televisão e das estações de rádio.

Convidados de luxo

Quando lhe telefonei a propósito do almoço restrito na Quinta do Barruncho, em junho de 2020, João Bravo não se encolheu nos elogios ao convidado de honra do repasto. «Desde 1974 que o país se afunda e este já é o governo mais caro de sempre. O André Ventura é o único que coloca o dedo na ferida e fala do que queremos ouvir.»

O empresário dizia-se «farto de Ricardos Salgados, dos tipos do Banco Privado, dos Sócrates e de outros que andaram a brincar connosco. Há reformados que trabalharam a vida inteira a ganhar 300 euros, já falimos quatro bancos e houve gente que se suicidou», descreveu. «Caminhamos para a bancarrota.»

Em tempos, apoiou o CDS de Paulo Portas. Nas legislativas de 2019, o PSD. «Ainda não conhecia o Ventura. Os trabalhadores da minha herdade no Alentejo é que me falaram dele com entusiasmo.» Até aí, não sentira vontade de se aproximar de um político, mas assim foi. «O André é brilhante, fala uma linguagem simples. Como imagina, tenho excelentes contactos nas forças policiais e militares e garanto que ele conta com muitos apoios. Só não existem mais adeptos declarados nessas áreas porque não se podem manifestar.»

João Bravo ouvira falar bem de Ventura «em todo o lado» e decidiu juntar alguns amigos: «Empresários de sucesso que desejavam ouvi-lo e perceber para onde vai e o que pretende. Queríamos aconselhá-lo, pois anda muito sozinho e precisa de se rodear de pessoas ao seu nível, e também perceber como podemos ajudar a que tenha mais votos, mais meios e popularidade.»

Apoiar o Chega e mobilizar outros empresários à volta de Ventura para que pudesse ganhar as eleições e chegar a primeiro-ministro era o objetivo. «Em termos de ajuda financeira — e é óbvio que o partido vai precisar — far-se-á também o necessário, dentro da lei e com transparência», prometeu. Nesse ano de 2020, João Bravo deu ao Chega perto de 5200 euros, embora pequena parte desse valor (195 euros) fosse transferido da sua empresa de helicópteros, a Helibravo, um lapso habitual, não permitido por lei.

Quem eram, afinal, os seletos comensais, cujos prestígio e atividades pesavam muitos milhões na economia nacional e até além-fronteiras?

Na Quinta do Barruncho esteve Miguel Félix da Costa, cuja família liderou, durante setenta e cinco anos, a filial portuguesa da multinacional de lubrificantes Castrol. O empresário encabeçava a Slil, *holding* com participações no imobiliário de luxo, hotelaria e turismo, e geria a Sociedade Agrícola de São Cristóvão, na Herdade de Mata Ladrões, em Montemor-o-Novo.

Apaixonado por cavalos e carros de corrida, Félix da Costa participou numa manifestação do Chega em Lisboa. «Apoiei Ventura porque as esquerdas mais radicais pretendem destruir os nossos valores e cultura.» O desafio do Chega, dizia, era «conseguir despertar e motivar uma direita adormecida que não vota e apenas sabe criticar. Ventura tem capacidade de mover montanhas e arrastar milhões de potenciais votantes», acreditava o empresário.

No partido, via guarida para a iniciativa privada pujante, «forças de segurança fortes, motivadas e bem equipadas», dignidade para a classe médica e apoio a uma justiça que pusesse fim à corrupção «que ela própria criou e fomenta».

Entre 2021 e 2022, Miguel Félix da Costa deu, pelo menos, 2750 euros ao Chega.

Carlos Barbot, outro dos convidados especiais do almoço, não se impressionou com as alusões ao carácter extremista do Chega. «Sou contra posições racistas e xenófobas», interrompeu-me, ao telefone. «O Ventura veio abanar o sistema, pôr as pessoas a pensar, e isso é positivo», assumia o patrão do império industrial Barbot, cujos negócios vão das tintas ao imobiliário, e de Portugal continental às ex-colónias (Angola, Moçambique e Cabo Verde), com passagem pela zona franca da Madeira.

O então cônsul honorário do Paraguai no Porto foi à Quinta do Barruncho «por mera curiosidade» e de espírito aberto. «Queria ouvir o Ventura e encontrei o que esperava: uma pessoa frontal, que diz o que pensa», explicou. «Ele abre o leque à direita, que estava muito limitado.» Carlos Barbot saiu mais cedo do almoço, não ouviu falar de dinheiros. «Apoio financeiro ao Chega? Daqui até às eleições admito muita coisa», gracejou. «Não tenho posições fechadas e apoio quem faz bom trabalho.»

Paulo Côte-Real Mirpuri também disse presente. Liderava a Air Luxor — que acabou sufocada em dívidas — e regressou à ribalta com negócios em terra, pelo mar e por entre as nuvens. Na pele de filantropo da Fundação Mirpuri, fazia gala em apoiar pesquisas médicas, a conservação marítima e a vida selvagem, entre outras missões de «responsabilidade social». Apaixonado por vela, golfe, ténis e passeios a cavalo,

segundo a biografia oficial, era CEO da Mirpuri Investments e geria negócios na aviação, imobiliário, florestas, agricultura e saúde, com ramificações internacionais. Liguei-lhe para saber a que se deveu a sua presença no Barruncho. Através da sua assessoria, disseram, de forma lacónica, que se limitou a ir a um almoço «para o qual também foi convidado André Ventura».

Sócio do escritório de advogados BSGG, João Pedro Gomes também se sentou à conversa com o líder do Chega. «Não sou de esquerda, mas não pertenço a partidos. Se lá estivesse o Rui Rio, também iria», justificou o ex-presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal. No almoço, andou-se à volta das propostas de Ventura para gerar riqueza e diminuir o peso do Estado. «É brilhante, podia estar a ganhar muito dinheiro num grande escritório, mas anda por aí a dar o litro. A imagem de extremista que lhe colam é um completo exagero», criticou.

Outro convidado, Francisco Sá Nogueira, gerente da área turística da Helibravo, empresário e experiente consultor do setor, onde foi vice-presidente da Espírito Santo Viagens e CEO da Netviagens, não quis falar de um assunto que considerou «de natureza privada».

Outro dos presentes, mas silencioso em público, foi o comendador Jorge Ortigão Costa, então presidente da *holding* agroalimentar e familiar Sogepoc, onde se reunia uma das trinta maiores fortunas globais, segundo a *Forbes*. O empresário apareceu nos *Paradise Papers* e *Offshore Leaks* pelas ligações a sociedades em paraísos fiscais. Em 2020, deu 5000 euros ao Chega.

Quem não fez segredo da ida à Quinta do Barruncho foi Francisco Cruz Martins, já referido noutro capítulo. Apontado como dos mais ativos na promoção do líder do Chega, negou tal importância. «Não falámos de financiamentos ao Chega, até ficava mal estarmos ali a discutir essas questões, mas, no final, o sentimento geral foi no sentido de termos de ajudar o Chega e o André nisto. Quem quiser dar dinheiro, dá, mas terá de fazê-lo dentro da lei.»

Cruz Martins intitulou-se «liberal de direita e democrata-cristão». Gostou do Chega, «fazia falta um partido assim». Deliciava-o ver Ventura a «abandar o *statu quo* e a atacar os compadrios políticos». Caçador, o advogado ouviu aos parceiros de tiro em Mértola as razões do voto em Ventura nas legislativas de 2019: o abandono das pessoas do campo, a desertificação do mundo rural. «Só ouço falar bem do gajo. Isto é um país de esquerda, dificilmente ele será primeiro-ministro, mas fazia falta um tipo assim.»

Alguns dos empresários, incluindo o anfitrião do almoço, foram convidados pessoalmente por Ventura, ao longo de anos, para as convenções do Chega.

Quanto ao líder do partido, apresentou-se no almoço da Quinta do Barruncho acompanhado pelo vice-presidente, Diogo Pacheco de Amorim. Conforme referido, trocaram-se ideias sobre propostas e objetivos do partido, discutiram-se cenários eleitorais, avaliaram-se necessidades desta força política e a disponibilidade dos presentes para ajudar e fortalecer Ventura. Embora as versões não coincidissem, ter-se-ão também abordado eventuais contributos financeiros ao Chega. «Foi um almoço para

trocar impressões, as pessoas queriam ouvir o André», garantiu-me Pacheco de Amorim, negando ter discutido questões de dinheiros. «Tive uma atitude discreta na mesa e nem sequer me compete falar desses assuntos...»

Ninguém ignorava quem era Ventura nem o que defendera até ali, tonitruante, sobre raça, etnia, imigração e os «portugueses de bem». De resto, durante todo esse tempo ele pareceu disponível para agradá-los — e aos seus interesses — e era difícil resistir-lhe. Depois, alguns usaram as suas contas bancárias para lhe mostrar apreço e ajudar o partido a impor-se. Não havia nisso sinais de impostura ou viscosidade: era o que era.

Com alguma imaginação, poderiam ser personagens saídos das páginas de um romance distópico de Ayn Rand, norte-americana nascida em São Petersburgo (Rússia), para muitos a «filósofa do egoísmo». *A revolta de Atlas*, com mais de 30 milhões de exemplares vendidos, a «bíblia» dos conservadores e neoliberais de outrora, agora inspira neorreacionários e *influencers* da direita alternativa, tecnocapitalista. Nele, a autora mostra os empresários como bons da fita e os desafortunados como únicos culpados da sua condição. A premissa é: quem não tem poder ou dinheiro, está por sua conta.

A realidade alternativa de Ayn Rand não andava muito longe da prometida por Ventura. Em parte, o espírito do almoço do Barruncho já estava passado a papel, no projeto de revisão constitucional do Chega: «Não se trata de ir ao encontro do que querem os portugueses, nem de aumentar a receita fiscal, nem de melhorar a justiça fiscal», explicou, no *Público*, a economista Susana Peralta. «Eliminar a progressividade dos impostos tem um único objetivo: aumentar o rendimento dos mais ricos. Como programa político, é respeitável, mas é mais honesto dizê-lo claramente.»

Coleta de província

Na capital, entre as ditas elites, sobressaíam pergaminhos e luzes da ribalta.

Baronesas, condes, advogados, figuras da alta finança, gestores de fundos imobiliários, empresários de sucesso, membros de movimentos ultracatólicos, salazaristas convictos e descendentes de admiradores do nazismo, o rol de financiadores ocasionais ou habituais do Chega assemelhava-se a uma grande família onde cada um dava o que podia.

Em 2020, José Paulo Duarte, administrador do grupo de transportes Paulo Duarte, empresário de Torres Vedras cujos investimentos se distribuíam pelo imobiliário, combustíveis e negócios agrícolas, doou 5325 euros ao Chega, mas o dinheiro para as causas de Ventura não provinha apenas dos grandes centros urbanos ou de certas elites empresariais.

O negócio de Paula Dantas costurava-se à volta de golas, punhos, folhos e fitas. Os remendos do país político e os tricôs da vida partidária diziam-lhe pouco, e o seu desencanto com certos líderes da nação daria pano para mangas, mas desde 2019 que

ela tinha novo «santo» no altar a encher-lhe as medidas. «O Chega é muito discriminado pelas suas ideias. Por isso, decidi ajudar o Ventura», explicou-me a patroa de uma empresa têxtil de Barcelos.

Paula Dantas gostava de ver Ventura de crista levantada no parlamento e fora dele. Em 2020, com a crise pandémica às costas e doze trabalhadores a cargo, transferiu 5000 euros da conta da sua sociedade para a campanha eleitoral do candidato a Belém. «A minha inexperiência na política é tal que nem sabia que era proibido as empresas financiarem partidos...», desculpou-se. «O Chega devolveu-me o valor e voltei a transferi-lo, em nome pessoal.» A empresária não era militante, mas o filho de nove anos escrevia cartas ao deputado. O marido, José Barbosa, era dirigente da concelhia de Barcelos do partido, simpatizante da Monarquia e identificara-se com o ideário do antigo PNR num passado recente.

O distrito de Braga sempre foi boa almofada financeira para o Chega. Aos 5000 euros da empresária de Barcelos juntara-se donativo igual entregue por Rui Filipe Alves, dono de negócios nos ramos têxtil, automóvel e imobiliário. «Também já dei dinheiro ao PSD, mas o Chega trouxe mudança e ruído. E ainda pode trazer outras coisas...», acreditava este simpatizante, nada arrependido da aposta feita em Ventura. «É preciso apoiar partidos à margem do PS e do PSD para se saberem as verdades.»

As fotografias de «família», com a presença de Ventura, num jantar do Chega no restaurante Dona Júlia, em novembro de 2020, despertaram a atenção para outro tipo de «apostas», ao estilo Las Vegas. Filipe Melo, o presidente da distrital, pensou em grande quando juntou o líder e meia dúzia de industriais e empresários do distrito à mesa. Nada mais deveria transpirar, exceto as imagens que eles quisessem. Fora da ementa estava um tema que exigia recato: angariação de fundos. «Pediram 10 mil euros a cada um para ir à mesa», disse-me Fernando Silva, mais conhecido por Fernando «Feitor», durante um café na cidade. O vereador e antigo coordenador do Chega em Vila Verde foi um dos que juntou com Ventura, mas as expectativas de Filipe Melo saíram goradas: uns terão dado bem menos do que aquele valor, outros nem compareceram. Os tempos, justificaram alguns ausentes, não estavam para grandes gastos. Outros, porém, ficaram chateados: tinham 2500 euros para dar e não foram convidados.

Fernando «Feitor» investiu no partido e na carreira autárquica até abandonar o Chega em 2023, empurrado à força. Segundo fontes da região, conhecedoras do seu perfil, viveu grande parte da vida nos EUA, onde se terá casado com a equatoriana Maria Cardenas, para quem o socialismo se resume a duas palavras: «Pobreza e desordem.» Regressado ao Minho, o empresário, que teve vários negócios (construção civil e imobiliário, entre outros), tentou a política. Antigos vizinhos, pessoas das suas relações e setores da imprensa local reconhecem-no como «bruxo», especializado em maleitas de amor e dinheiro em Ribeira do Neiva (Vila Verde), além de outros biscates no mundo do «ocultismo».

Entre 2016 e 2017, fez uma campanha aguerrida pelo PS concelhio e, enquanto suplente, substituiu deputados eleitos na assembleia municipal. Aos poucos, soltou a

verve sem embaraços. O deputado municipal terá sido expulso do PS por comentários como este: «Depois de um mês, volto ao Facebook devido a um bando de LGBTIPedófilos que andam sempre a denunciar algumas de minhas publicações por ter vindo a repugnar essas aulas de ideologia de género às crianças e os sete milhões de euros que este governo aprovou para esse fim. Ou seja, para alimentar esses tiranos.» Depois, passou a militante do Chega, até se tornar vereador independente e romper com o partido.

América proibida

Dias volvidos sobre o inspirador encontro de Loures em casa de João Bravo, André Ventura voltou às manchetes e notícias, no *i* e no *Correio da Manhã*. Segundo anunciara no conselho nacional de Beja, Trump convidara-o a participar na convenção republicana de Jacksonville (Florida), em agosto de 2020.

Era, segundo ele, a prova definitiva da importância crescente do partido, agora além-fronteiras. E os conselheiros nacionais aplaudiram.

Quando vi a notícia, desconfiei. Donald Trump convidou André Ventura...? Como assim?! Quem conhecia Ventura nos Estados Unidos para que um convite do presidente norte-americano lhe chegasse? Mais: Ventura prometera, em público, interceder junto de Trump para que Marine Le Pen e Matteo Salvini fossem também convidados para o evento.

Parecia um *sketch* dos programas do humorista Ricardo Araújo Pereira, mas pedi à assessora do partido, Patrícia Carvalho, cópia do convite. Quando o li, sorri. Afinal, quem convidava Ventura era a desconhecida Republican Hispanic Organization, liderada por um tal Jay J. Rodriguez, natural de Porto Rico. O grupo seria composto, na maioria, por cidadãos do arquipélago que não integra oficialmente os EUA. Porto Rico é um Estado livre associado, com direitos limitados, e os seus habitantes não votam para a presidência norte-americana.

Residente na Florida, Rodriguez produzia conteúdos. Era um animador de rádio e comediante com menos seguidores e visualizações do que Ventura e o Chega nas redes sociais. Nos seus perfis digitais, partilhava *selfies* e outras imagens em poses anedóticas ou junto de mulheres sensuais, por vezes seminuas.

O convite enviado a Ventura, com erros ortográficos, era extensivo a Pacheco de Amorim e Jorge Pereira, então dirigente de uma associação luso-venezuelana de Espinho e militante do Chega.

Demorei semanas a desmontar a manobra. A ajuda de Genaro Pedroarias foi preciosa. Este dirigente da Republican National Hispanic Assembly (RNHA), única organização hispânica oficialmente reconhecida pelo Partido Republicano, não sabia quem era o homem que convidou Ventura. Pedi pormenores, enviei-lhe cópia do convite e mantivemos contacto por *email* e telemóvel, em espanhol, por vezes a horas

tardias. Num primeiro momento, Genaro admitiu que o grupo fosse «independente» ou protagonizado por um «impostor». Pelo meio, ia dizendo: «Nem eu tenho lugar garantido na convenção republicana. É tudo de acesso muito restrito, mais ainda em pandemia.» Era a forma diplomática de se referir ao absurdo daquele convite. Só após vários dias e contactos, o sempre prestável dirigente da organização republicana encontrou a agulha no palheiro: «Jay vive em Orlando e tem um grupo pequeno, talvez até seja o único membro.»

Nem a RNHA, da qual era secretário de imprensa, podia credenciar convidados estrangeiros para a convenção, quanto mais o misterioso porto-riquenho. «A menos que se trate de convite pessoal, entre amigos», ironizou Genaro. «Não pertencemos às estruturas oficiais republicanas, mas, através de contactos internacionais, decidimos convidar o partido de Ventura», disse-me Rodriguez quando, por fim, o localizei. O autor do convite não especificou muito mais e não sabia explicar como tinha descoberto o Chega.

Quando publiquei a história do «convite» de Trump que nunca existiu, recebi um *email* da assessora Patrícia Carvalho a pedir a correção da notícia. Pelos vistos, a organização de Rodriguez garantia, num novo documento enviado ao Chega, ter plenos poderes para convidar quem lhe apetecesse. A folha era assinada por dois «dirigentes»: Santiago Saenz e Nathalie Carpio. Na verdade, nem a Internet sabia quem eram. Como é óbvio, não havia nada para corrigir. A convenção foi, entretanto, cancelada por causa da pandemia.

A única aproximação do Chega ao «Clube Trump» ocorreu apenas na Quinta do Paul, em Leiria, em agosto de 2020, quando Anthony Manesa, ativista do Partido Republicano nas campanhas de Trump, foi conhecer Ventura. Nascido em Moçambique, criado nos meios supremacistas brancos de Pretória, na África do Sul, e a viver em Las Vegas, Manesa tirou fotos com Ventura, defendeu as polícias e propôs uma medida radical que recordava dos tempos coloniais para combater a covid-19: fumigar as ruas das cidades, de camião, com uma mistura de cloro ou lixívia. Se a receita matava larvas dos mosquitos, porque não fazê-lo contra o coronavírus? Só a «falta de visão dos idiotas socialistas» o impedia.

Em janeiro de 2025, Ventura esteve, finalmente, na América. «Primeiro português convidado para a tomada de posse de Trump», anunciou, eufórico, nas redes sociais, sobre a sua presença na cerimónia que inaugurou o segundo mandato do chefe de Estado dos EUA. Desta vez, sim, havia convite, mas dirigido ao Patriotas pela Europa, grupo europeu do qual o Chega faz parte. Ventura foi, pois, à boleia até Washington. Para recordação, nem uma fotografia com Trump.

Realidade alternativa

Entre finais de junho e agosto de 2020, o Chega organizou duas manifestações «contra o racismo». Na primeira marcha pelas ruas de Lisboa, a 27 de junho, o partido gastou quase 1600 euros no aluguer de um autocarro, lonas e máscaras, chamando a Lisboa 1200 apoiantes de todo o país. «Portugal não é racista», «Todas as vidas importam», «As polícias merecem respeito», «Orgulhosos da nossa História», «André Ventura: nunca caminharás sozinho», eram frases exibidas nas faixas e cartazes. «Por muitas ameaças que me façam, este movimento nacional já não vai parar, nem se vai vergar», pregou Ventura.

A 25 de julho, o ator negro Bruno Candé, pai de três crianças, foi assassinado em Moscavide, à luz do dia, por um ex-militar em Angola. Evaristo Marinho disparou dez vezes. Quatro dos tiros foram mortais. «O que há no assassinato de Bruno Candé é uma tragédia, não racismo!», escreveu Ventura nas redes sociais. «Portugal não é um país racista, acabem lá com essa ladainha.»

O autor dos disparos foi condenado a vinte e dois anos e nove meses de prisão por homicídio e posse ilegal de arma. Segundo o tribunal, agiu por ódio racial. Os dois discutiram por causa de um cão, mas o ato criminoso foi movido a expressões que não deixaram dúvidas ao coletivo de juízes.

«Preto de merda, vai para a tua terra.»

«Tens toda a família na sanzala e devias também lá estar.»

«Fui à cona da tua mãe e daquelas pretas todas!»

«Tenho armas em casa do Ultramar e vou-te matar.»

Na segunda manifestação pelas ruas da capital, a 2 de agosto de 2020, motivada pelo caso, o partido retomou o mote «Portugal não é racista!» Aí, gastou mais: perto de 4300 euros em *merchandising*, camião, palco e som.

Enquanto, em Portugal, ensaiava a disputa das ruas à esquerda, o Chega continuava sem levantar voo na cena internacional, embora Pacheco de Amorim, Ricardo Regalla e Manuel Matias tivessem bons contactos entre ilustres da aristocracia e do conservadorismo católico, alguns com inclinação pela saga dos «três pastorinhos» e do milagre de Fátima.

Foram acionados os bons ofícios de Luis Roberto Lorenzato, então deputado ítalo-brasileiro da Liga Norte. Em julho de 2020, visitou o parlamento e tirou fotos com Ventura. Dois meses depois, articulou o encontro entre o deputado nacionalista e populista Matteo Salvini, em Florença. Mais fotos.

Os elogios mútuos e promessas de uma Europa «ao lado dos que trabalham e pagam impostos» geraram uma partilha de Eduardo Bolsonaro nas redes, dirigida ao deputado português. E expectativas. «Se vier ao Brasil certamente será bem-vindo. Já estudei em Coimbra e fui muito bem acolhido pelos irmãos portugueses, será uma satisfação retribuir», tuitou o então presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, filho mais novo do então presidente do Brasil, embora

ignorante de quem pudesse ser Henry Kissinger, conforme admitiu numa entrevista à *Piauí*.

Naquele setembro de 2020, Ventura levou Pacheco de Amorim e Ricardo Regalla a Itália. Há uma foto dos três, no avião, de máscara cirúrgica, mas a de Diogo é especial: tem a marca do produto para cães do empresário e antigo cônsul honorário César do Paço, financiador do Chega.

Apesar dos compromissos, houve tempo para alguma descontração, a expensas do partido. Entre viagens, hotéis, restaurantes, carro alugado e mais uns extras, os dois dias em Roma custaram ao Chega menos de 3000 euros, preço simpático pelo saltinho posterior a Florença e a fotografia com Salvini.

Lorenzato, condecorado por Bolsonaro, só não fazia milagres em Ituverava, no interior paulista, onde enraizou a sua fazenda e produção vinícola. O município repudiara o deputado pelo facto de ele dar a entender, nas redes sociais, que a população, excetuando a elite, não tinha noções de higiene nem era culta.

Na família Lorenzato há oito padres e 27 freiras. Luis Roberto pertence à Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, instituição leiga do Vaticano e associação pública internacional de fiéis, para a qual só se entra pagando. Os contactos eram ainda facilitados pela ligação a Fátima: Lorenzato foi elogiado pelo intenso trabalho em prol da Fundação Histórico-Cultural Oureana, promotora das devoções marianas, e das relações luso-brasileiras.

A fundação gere o património do já falecido John Haffert, amigo de Salazar e íntimo de bispos da ditadura. O milionário globalizou o fenómeno das «aparições» no tempo da Guerra Fria e fundou o Exército Azul, multinacional mariana que a extrema-direita americana usou para combater o comunismo. A instituição é dirigida por Carlos Evaristo, conselheiro de Dom Duarte e nomeado cônsul honorário do Brasil em Fátima pelo governo Bolsonaro.

Ventura também envolveu a realeza e o peso da História na tentativa de abrir portas à internacionalização do partido.

A 4 de setembro de 2020, o líder do Chega foi recebido na residência oficial do duque de Bragança, em Sintra, depois de um pedido de Pacheco de Amorim.

O vice-presidente do Chega e Dom Duarte são amigos de longa data. Ventura teria solicitado ao pretendente ao trono ajuda e contactos para a promoção internacional do partido, sobretudo junto de Bolsonaro, de quem a dinastia de Orleães é apoiante. O presidente do Chega terá causado «boa impressão» e pareceu «bem preparado» a Dom Duarte, mas, quando contactei a Casa Real, fonte oficial resumiu o encontro a mera apresentação de cumprimentos e discussão de temas da atualidade. De facto, do lado de lá do oceano o deputado federal Luiz Philippe não recebeu telefonemas do primo Duarte, mesmo tendo sido cogitado para «vice» de Bolsonaro. «Não estou sabendo nada do que se passa em Portugal, nem no campo económico nem no campo político. Não sei sequer o que é o Chega», admitiu, na altura, quando falámos por WhatsApp.

Amável, o fiel bolsonarista, descendente da família imperial portuguesa e defensor de uma frente de direita internacional liderada pelo Brasil, olhava para a realidade nacional com certa pena: «Para vocês é que é difícil, né?», perguntou. «Sem apoio internacional vocês estão *ferrados*. É só a União Europeia dar uma *chocalhada* e Portugal deixa de existir...», ironizou.

O mistério húngaro

Em 2020, visto de fora, o Chega era insignificante.

A sua família política europeia olhava com certa bonomia para o deputado reguila do parlamento português e para as diabruras típicas de quem queria chamar a atenção dos adultos na sala.

Estávamos nisto quando, semanas antes do congresso de Évora, uma pequena nota noticiosa, inserida no jornal satírico *Charlie Hebdo*, me despertou a atenção: falava-se de Ventura. Jean-Yves Camus assinava um texto curioso. Associava os convites internacionais para o conclave do Chega à influência de Mário David, antigo secretário de Estado dos Assuntos Europeus e, à época, conselheiro de Viktor Orbán na liderança do governo húngaro. Ventura era, segundo o articulista, amigo daquela figura-chave, antigo assessor de Durão Barroso no governo e na Comissão Europeia, conhecida por se movimentar na sombra das instâncias europeias e que estaria a apresentar o Chega a alguns parentes ideológicos europeus, mais ou menos afastados.

Jean-Yves Camus também não era um nome qualquer. Jornalista, cientista político especializado em extrema-direita, chefiava o Observatório de Radicalismos Políticos da Fundação Jean-Jaurès. Se dava uma informação destas, era porque estava «bem calçado».

Os convidados estrangeiros ao congresso do Chega eram, na maioria, do partido de Marine Le Pen, que enviou uma mensagem vídeo, tal como a Liga Norte, de Salvini. Em Évora, também esteve um ex-ministro de Sarkozy, Thierry Mariani, o belga Gerolf Annemans, o austríaco Georg Mayer, o eslovaco Ludovit Goga e outros membros do *staff* do grupo europeu Identidade e Democracia (ID), além de observadores de partidos de extrema-direita europeus.

Camus não tinha mais dados para apresentar, mas, numa troca de *emails*, sugeriu-me que olhasse para «uma rede muito interessante à qual Mário David está talvez ligado, o Instituto Danúbio, *think tank* do [partido] Fidesz em Budapeste. Faz a ligação entre Orbán e os círculos conservadores americanos e britânicos em particular». Recolhi mais informação, junto de antigos eurodeputados do PSD e jornalistas húngaros, sobre Mário David. Quando lhe liguei, ouvi-o rir-se do outro lado. «Como sabe», disse num tom arrastado e vagamente trocista, «continuo a ser militante do PSD, é esse o meu partido...» Não tinha lido a nota de Camus no jornal nem parecia preocupado. «Nem sequer conheço André Ventura.»

Militante do PSD desde 1979, veterano da política europeia, Mário David acompanhou o alargamento da Europa a leste quando era secretário-geral do grupo liberal no Parlamento Europeu e seguiu Durão Barroso até Bruxelas. Tornou-se depois um dos homens mais fiáveis de Orbán, que o condecorou Cavaleiro da Ordem de Mérito da Hungria pela defesa dos interesses do país.

Na América Latina, também o conheciam bem.

Em 2020, contactei a economista colombiana e ex-assessora no Parlamento Europeu Viviana Vieira Giraldo que, cinco anos antes, publicara uma investigação sobre o fracasso fraudulento dos negócios portugueses na Colômbia na publicação digital *Las 2 Orillas*. Segundo ela, Mário David abriu caminho político aos negócios do filho, Pedro Vargas David. O pai, dizia Viviana, «sempre pensou que política e negócios deveriam andar de mãos dadas».

Vargas David dirigiu a campanha presidencial de Cavaco Silva para a juventude em 2011, a expansão internacional da Jerónimo Martins e a instalação de grupos nacionais no mercado colombiano, entre os quais a Prebuild, que deixou um rasto de burlas e incumprimentos. «O eurodeputado português usou a sua posição privilegiada para acordar a entrada de empresas portuguesas no nosso país, ao mais alto nível», afirmou Viviana Giraldo.

Mário David fundou e integrou a direção do Conselho Internacional do Centro para o Diálogo Global e Cooperação (CGDC), um lóbi de políticos e empresários para promover negócios a nível global no qual figuravam ex-presidentes, antigos ministros, um comandante supremo da NATO, banqueiros, especuladores financeiros, personalidades da lista de maiores fortunas da *Forbes* e até um ex-presidente do Fórum Económico Mundial. O secretário-geral Stamen Stantchev foi alvo de processos e condenações relacionadas com esquemas de privatizações obscuros e uma rede criminosa de espionagem industrial.

Em julho de 2024, o Chega elegeu dois eurodeputados e abandonou a ID para integrar o tal novo grupo político em Bruxelas e Estrasburgo promovido por Orbán, denominado Patriotas pela Europa. O grupo agrega a extrema-direita de vários países e tornou-se a terceira força política no Parlamento Europeu.

Semanas antes, uma investigação do *Expresso*, do *Direkt36* (Hungria) e *Le Monde* (França), baseada em documentos confidenciais, revelou que o governo Orbán investiu 45 milhões de euros na compra da cadeia televisiva Euronews, cujo *chairman* é Pedro Vargas David. O investimento secreto do filho de Mário David, através de um fundo totalmente ligado ao Estado húngaro e gerido pela Alpac Capital de Pedro, fora sempre dado como falso.

O controlo da Euronews surgiu associado à compra do semanário *Nascer do Sol* e do jornal *i* por parte de Vargas David e do sócio minoritário na Alpac, Luís Santos, filho do ex-selecionador de Portugal, Fernando Santos. Embora não existam indícios de interferência editorial, um memorando interno indica que o plano passa por fazer daquele canal «o meio de comunicação social mais influente e informativo da União

Europeia, com a missão de responsabilizar Bruxelas» e «atenuar a ideologia e o preconceito de esquerda».

Em Portugal, a Alpac foi multada em 100 mil euros pelo regulador do mercado (CMVM) por várias infrações, entre as quais falta de transparência. Pedro Vargas David e Luís Santos pagaram 25 mil euros e 12 500 euros de multas. O filho de Mário David tem também uma participação na 4iG, gigante húngara das telecomunicações, cujas ligações ao Fidesz, no poder, são íntimas.

O amigo Orbán

A proximidade entre André Ventura e o regime de Orbán acentuou-se à medida que o Chega conquistou deputados no parlamento português, influência política e lastro internacional, sobretudo através de Espanha, França e Brasil.

Para diversos dirigentes do Chega, a Hungria é um modelo a seguir. A agenda é, de resto, idêntica. Ventura até podia citar Orbán, a pretexto das medidas que adotou no partido. «É preciso acertar nos ratos com força à primeira, senão eles sobem pela pá e mordem-nos», disse o húngaro ao *The Guardian*, em 2018. O líder do Chega usou o termo «ratos» para se referir a adversários internos.

«Viagem ao fim da democracia» foi o título da reportagem publicada na *Visão* no outono de 2012, da autoria de Paulo Pena, primeiro jornalista português a conhecer de perto o novo modelo húngaro. Com Orbán, contava o repórter, a Hungria tornou-se um país onde regras básicas do Estado de Direito, o pluralismo e as liberdades cívicas entraram em modo «alarme».

O início dessa vaga, a partir de 2010, tinha um parentesco com a entrada do Chega na Assembleia da República, em 2019. Na Hungria, também tudo começou a mudar a partir do ressentimento e do populismo. Pedia-se prisão para os políticos do sistema, o fim da corrupção e dos privilégios. «Orbán percebeu, melhor do que ninguém, este sentimento de fadiga», escreveu o repórter. «E trocou as voltas ao seu próprio programa de liberalismo económico, copiando todas as propostas da extrema-direita e criando no país uma guerra entre “verdadeiros húngaros” e os inimigos, internos e externos.»

O programa de «austeridade» húngaro consistiu em despedir, do Estado e do setor privado, quem se opunha ao governo. A nova polícia política estava cada vez mais presente no quotidiano, embora invisível: escutas telefónicas e buscas domiciliárias podiam ser feitas sem mandado. Havia medidas orwellianas, como as cartas enviadas aos cidadãos, com um código QR e uma fotografia de Orbán, para o governo saber o que pensavam desta ou daquela medida. Um governo do povo? Na visão da «Branca de Neve», sim. Na versão da «Bruxa Má», era a forma de o «chefe» do país criar uma base de dados sobre a geografia e o pensamento dos húngaros. Regressava «a grande Hungria»: os taxistas davam descontos a quem reproduzisse um *slogan* da extrema-

direita, os ciganos eram perseguidos ou abandonavam a Hungria e os judeus esmurrados nas ruas.

Seria este o exemplo inspirador do Chega anos depois?

«Naqueles tempos», esclareceu Paulo Pena, «a Hungria já não parecia uma democracia estável, mas Orbán era um respeitável primeiro-ministro do Partido Popular Europeu (PPE)». Poucos meses depois, seria convidado de honra das Conferências do Estoril (2013), com o alto patrocínio do presidente da República, Cavaco Silva. O líder húngaro estava na moda.

«Deputados e assessores do PSD apontaram-me um enviesamento contra Orbán», recorda o ex-repórter da *Visão*. «Várias queixas chegaram ao Dr. Pinto Balsemão [dono do grupo Impresa, então proprietário da revista]. Fui convidado para almoçar por László Hubay Cebrian, húngaro que vive desde jovem em Portugal, ex-executivo da Disney e presidente da Câmara de Comércio Luso-Húngara», conta Paulo Pena. «Porque detesta a Hungria?», perguntou-lhe, logo que se sentaram à mesa. «Não detesto», explicou o jornalista. «Caso contrário, não a usaria como espelho para o que se passava em Portugal: a frustração de 10 milhões de europeus a quem também faltava esperança, futuro e dinheiro.»

A 3 de maio de 2013, Orbán participou nas tais Conferências do Estoril para falar de «Liderança Política e Globalização», ao lado do antigo presidente da África do Sul, De Klerk. Na véspera assistiu, em lugar VIP, ao Benfica-Fenerbahçe, no Estádio da Luz. O empresário húngaro László Cebrian, que almoçou com Paulo Pena, moderou essa conversa. «Enquanto demasiados políticos optam por fazer as coisas bem, são os grandes e corajosos líderes que fazem as coisas *de bem*», disse, apresentando Orbán à audiência.

O palestrante declarou o fim do Estado-providência e defendeu uma sociedade baseada no mérito, gabando-se de premiar quem trabalha mais e de aplicar o código de trabalho mais flexível da Europa. Confessou-se a favor de um líder forte para guiar e dar rumo ao país, fiel à identidade nacional e religiosa.

Quando Hélder Gomes, do *Expresso*, o questionou sobre o tratamento dado às pessoas sem abrigo e aos homossexuais, respondeu: «A Constituição diz claramente que o casamento é exclusivamente entre um homem e uma mulher», reagiu, logo aplaudido pelos presentes e pelo moderador. «Uma família precisa de um homem e de uma mulher. Não é contra ninguém, mas é, digamos, uma tradição com quatro mil anos [...] É uma boa opção», resumiu. «Só muito mais tarde, em 2019», recordou Paulo Pena, «o PPE suspenderia, sem o expulsar, o partido de Orbán que, como é natural, tenta agora ser o chefe das extremas-direitas europeias».

Em maio de 2021, Jaime Nogueira Pinto passeou com Viktor Orbán, durante uma tarde, na Foz do Douro. O primeiro-ministro húngaro estava no Porto, para uma reunião da União Europeia, e o admirador propôs-lhe uma conversa andante, publicada no *Expresso*. A dupla banqueteou-se com os seus temas prediletos: a defesa da «família tradicional», a necessidade de filhos para evitar o declínio da nação e a dependência

do trabalho imigrante. «Fui considerado praticamente um Belzebu quando disse que o que precisávamos era de crianças húngaras para podermos deixar o país, não a imigrantes, que não conhecemos, mas aos nossos netos. Foi a minha frase mais iliberal», declarou Orbán nessa entrevista.

Em outubro desse ano, Riccardo Marchi enquadrrou-me a relação do partido com os parceiros externos. «Os militantes do Chega são muito pragmáticos. Se um líder populista de direita está em alta, cooptam a imagem, puxam pela ligação. No momento em que estiver em baixa, trocam por outra pessoa.»

A entrada na ID devera-se a isso. «O Salvini e a Le Pen eram os mais badalados. Ventura quis ligar-se a eles entrando naquele grupo europeu quando não havia necessidade», referiu Marchi. Podia ter esperado, trabalhado contactos com outros grupos, mas quiseram aderir.

Enquanto isso, Ventura e Orbán foram trocando cartas.

Primeiro o líder do Chega escreveu a Orbán, a convidá-lo para o congresso de Évora (2020). Se alguém duvidava da fixação de Ventura em Orbán, bastava consultar os seus perfis nas redes sociais, mas, «numa linha consciente e lúcida, Orbán tem procurado fazer do seu país um centro de resistência política e cultural à nova vaga do *wokismo*, reunindo à sua volta uma série de dirigentes e de intelectuais europeus», dizia Jaime Nogueira Pinto, em 2021, ao semanário *Novo*. «Ventura é um excelente tribuno, é uma pessoa que não tem medo», reconhecia o intelectual das direitas radicais. «Foi um fator positivo na política portuguesa.»

Orbán terá agradecido a Ventura, em 2022, as felicitações pela sua vitória nas eleições parlamentares desse ano, e tê-lo-á desafiado a visitar Budapeste.

Ventura assumiu a «proximidade» entre o Chega e o Fidesz e «admiração pessoal» por Orbán. No outono de 2022, o presidente do Chega encontrou-se em Roma com Balázs Orbán, diretor político do líder húngaro e das pessoas mais influentes do país, para, segundo ele, preparar os combates políticos na União Europeia. Em fevereiro de 2023, recebeu no parlamento dois representantes de Orbán, ambos dirigentes do Fidesz para as Relações Internacionais: Kinga Gál e Ádám Samu Balázs.

Em maio daquele ano, Ventura aterrou em Budapeste, capital do «estado mafioso pós-comunista», na versão do sociólogo húngaro Bálint Magyar.

O líder do Chega, convidado a falar no fórum conservador das direitas mundiais (CPAC, na sigla original), interveio no painel intitulado «No Country for woke men». Ventura defendeu a identidade europeia contra os esquerdistas e liberais que, acusou, «estão a destruir o nosso modo de vida». Denunciou os «grandes grupos financeiros» que estariam a pagar os ataques à família, aos valores cristãos e à liberdade. Nomes? «São os grupos de George Soros, a grande finança, a *big tech*», pormenorizou. «E também querem tomar conta dos *media* para destruir os valores em que acreditamos.»

Durante os dias em Budapeste, Ventura reuniu com Orbán e visitou, a convite dele, as instalações do clube de futebol Puskás Akadémia. Manteve ainda encontros de longa duração com o ator e ex-playboy mexicano Eduardo Verástegui — para quem o aborto

é crime contra a Humanidade — e Matt Schlapp, apoiante de Trump e lobista profissional acusado de agressões sexuais a homens, apesar do seu casamento «tradicional» e dos cinco filhos.

Após o regresso, Ventura foi recebido na embaixada da Hungria em Lisboa pelo chefe de gabinete de Orbán, o advogado Gergely Gulyás, para discutir, segundo a versão oficial, o futuro da direita europeia e o fim do domínio dos burocratas de Bruxelas. Poucos meses depois, os deputados Mithá Ribeiro e Pacheco de Amorim seriam convidados pela embaixadora, Emília Fábián, por ocasião do Dia Nacional da Hungria.

Em novembro desse ano, foi a vez de José Maria Matias, das relações internacionais da Juventude Chega e irmão da deputada Rita Matias, viajar até ao congresso dos «jotas» do Fidesz, na capital húngara. Matias é membro do European Fraternity, organização de cariz cristão, e um defensor «militante» do modelo húngaro, para quem tudo aquilo é do melhor que existe na Europa, escreveu no *Sol*.

Aos poucos, o partido conquistava o palco principal, tirava fotografias com os maiores, recebia mensagens de apoio por ocasião de eleições e entrou, por direito próprio, no seletivo clube das direitas reacionárias e extremistas da Europa, com uma asa luso-tropicalista virada ao Brasil.

No último dia de janeiro de 2025, o ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, Péter Szijjártó, convidou Ventura para almoçar na embaixada daquele país. «A Hungria tem sido um baluarte de defesa de muito daquilo que a Europa devia ser», afirmou o líder do Chega na ocasião. A que se referira ele? À luta «contra a propaganda LGBT nas escolas, contra a ideologia de género, contra a cultura *woke* que está a dominar neste momento a Europa».

Chega e Orbán: as falsidades

Outrora liberal, Orbán transformou-se no menino-bonito da propaganda de Trump e Bolsonaro. Ao mesmo tempo, fez da Hungria o farol europeu dos movimentos e das elites de extrema-direita que, às claras ou nos bastidores, pretendem impor a sua agenda ultraconservadora.

Segundo a historiadora norte-americana Ruth Ben-Ghiat, a sua reinvenção como extremista e defensor da civilização branca contra os «globalistas» deve muito a Arthur Finkelstein, o mago republicano da consultoria política especializado em campanhas «projetadas para despertar raiva e medo nos eleitores e polarizar o eleitorado».

Arthur Finkelstein deu-lhe ainda um «vilão» para ele usar como lhe aprouvesse: o magnata e filantropo George Soros. Por coincidência, o mesmo que financiou os estudos de Orbán nos seus tempos de defensor da democracia liberal.

«Ele é o anticristo. A pessoa mais perigosa do mundo. Um velho rico, um especulador que causou o colapso da libra esterlina em 1992, a crise asiática de 1997 e

a crise financeira de 2008. Primeiro destruiu a União Soviética e depois a Jugoslávia para abrir passagem para africanos e árabes para que pudessem expulsar os europeus. Patrocina extremistas de esquerda, quer depor o presidente dos EUA e lucra com o tráfico de drogas e crimes financeiros. Em criança, entregou judeus aos nazistas, embora ele próprio seja judeu.»

Isto é o que encontramos nas redes sociais sobre Soros, como descreveu o premiado jornalista Hannes Grassegger no *Das Magazin* (Suíça). De verdadeiro, só o facto de ele ser judeu. Tudo o resto é falso, mas colou.

A narrativa é explorada, na versão nacional, pelo Chega. Em 2022, o deputado Filipe Melo acusou Rui Tavares, líder do partido Livre, de receber 300 mil euros das instituições ligadas a Soros. Ventura também aludiu a esses financiamentos num debate na televisão em 2024. De novo, falso. Também em 2022, dirigentes e parlamentares, como Pedro Frazão, difundiram um artigo de Álvaro Peñas, «analista internacional» e colaborador de publicações nas quais a desinformação é hábito: «O consórcio de Soros contra o Chega» era o título do ensaio dirigido aos jornalistas de investigação portugueses que publicaram um trabalho sobre o racismo e a xenofobia no interior das forças de segurança. O *Folha Nacional*, jornal do Chega, fez manchete com o tema.

«A Europa não pertence a George Soros ou a Bill Gates: pertence aos cidadãos comuns que a pagam com o seu trabalho e os seus impostos», insistiu Ventura, num encontro do grupo europeu ID, em Antuérpia, em junho de 2022. «Um grande partido só é grande se tiver presença internacional. Os outros andam a soldo dos George Soros e outros que tais e de máfias internacionais e dos Catars da vida a encher os bolsos. Isso não faremos e nunca acontecerá», afirmou Tânger Corrêa, vice-presidente, em janeiro de 2023, no congresso de Santarém.

O amigo Orbán tornou-se mais palatável a quem deseja uma autocracia sem sujar as mãos, sustenta Ruth Ben-Ghiat. Enquanto na Rússia os adversários caem da janela ou são envenenados, ele «conta com formas mais sub-reptícias de ameaça e pressão», afirmou a historiadora. Às vezes, porém, os seus pensamentos saltam o muro. Em julho de 2022, Orbán conferenciou na Universidade de Verão Bálványos (Roménia). Fez um «discurso nazista puro, digno de Goebbels», comentou um conselheiro do governante húngaro que renunciou ao cargo.

Contada pelo escritor especialista em populismos John Ganz, na *The New Statesman*, a história tem outros contornos. Na sua intervenção, Orbán citou o romance distópico do explorador Jean Raspail, *Le Camp des Saints* (1973). Precursor da teoria conspirativa de «A Grande Substituição», suscitou a admiração de Ronald Reagan, é o livro de cabeceira de Steve Bannon, inspirou Marine Le Pen — que Raspail conheceu em criança — e é apreciado por Jaime Nogueira Pinto, conforme o próprio admitiu no *Observador*.

A edição portuguesa, *Mortos: Duzentos milhões — todos nós* (Europa-América, 1977), tem uma sinopse sugestiva. «Um romance perturbador: o fim do homem branco sob a invasão do mundo subdesenvolvido.» A obra descreve a chegada de quase um

milhão de imigrantes pobres e desamparados à costa francesa, vindos da Índia. A «civilização ocidental» é esmagada por esses «parasitas marginais que a Europa produziu às centenas de milhares e que já formam no seu seio, como um cancro, uma espécie de Terceiro Mundo voluntário», lê-se.

Tanto pelo vocabulário quanto pelo imaginário, o livro, ressuscitado na última década por líderes, partidos e movimentos racistas e xenófobos, foi situado pela revista *Nouvel Observateur* no campo «mais íntimo do fascismo». Por coincidência, Orbán vingou entre os setores extremistas pan-europeus graças à crise dos refugiados sírios em 2015, a quem chamou «invasores muçulmanos». Tal como ele, os fiéis «súbditos» de Ventura são amplificadores da teoria. A julgar pelas semelhanças inquietantes, há quem defenda que são outra coisa da mesma coisa, mas, como escreveu a argentina Ariana Harwicz, dizer «fulano é como um fascista» ainda não é o mesmo que dizer «fulano é um fascista».

BEM-VINDOS AO LODO

A incoerência entre a pujança exterior do Chega e o caos da sua vida interna irá assemelhar-se, na segunda metade de 2020, a um pântano de proporções épicas. Durante meses, os caudais que vão desaguar no segundo congresso (Évora) acumulam detritos de conflitualidade insolúveis.

Inconfidências, traições e conspirações, algumas com dimensão criminal, compõem o *remake* de versões já experimentadas pelo partido. Da reunião-magna de três dias não sairá um Chega limpo.

De trás vinha, como se contou, a estratégia de vários líderes distritais, em conluio com elementos da direção e o próprio Ventura, para comprometer o vice-presidente, Nuno Afonso, e alguns dos mais próximos. O arsenal incluiu o uso de gravações telefónicas feitas sem consentimento e outras estratégias altamente questionáveis.

A «operação» para afastar Nuno Afonso estava em marcha e deveria concretizar-se em Évora. «Reunimos por WhatsApp, por Zoom. Horas e horas. Queríamos uma reunião com o André para lhe expor os nossos problemas no que diz respeito à coordenação autárquica», explica Rodrigo Freire, então presidente da distrital de Leiria. «Qual não foi o nosso espanto quando o próprio André se antecipou e marcou essa reunião.»

As distritais críticas de Nuno Afonso e do seu «grupinho» tinham uma carta preparada, mas desistiram face à atitude do líder. «O Nuno tinha muito poder, afilhados e enteados e era exímio a criar brigas», diz Rodrigo. Numa reunião de direção, em junho de 2021, Carlos Furtado ouviu, atónito, ofensas a Nuno Afonso, então despromovido a vogal da direção, sem que Ventura contrariasse críticas e insultos. «Senti nojo», assume o antigo líder do Chega-Açores.

Meses antes, em plena pandemia, um grupo de dirigentes reuniu na sala de condomínio da casa de Pacheco de Amorim, em Cascais. «Estávamos todos de

máscara. O Regalla, o Graça, o Diogo e eu falámos da estratégia para pôr o Nuno a andar», explica Rodrigo Freire, um dos distribuidores de «jogo».

A reunião conspiratória decisiva ocorreu, porém, na vivenda de Pedro Pessanha, em Cascais, a 17 de junho de 2020, durante um almoço prolongado. «O André nega até à morte, mas os que lá estiveram, sobretudo aqueles que já saíram do partido e não têm nada a perder, sabem o que foi combinado, seja por palavras claras ou subentendidos», continua Rodrigo. «Além dos representantes das distritais de Leiria, Braga, Aveiro, Coimbra, Évora e Lisboa, estavam o Diogo, o Regalla e o próprio André.»

Com a anuência do presidente do partido, «combinou-se a estratégia para afastar o Nuno, esvaziá-lo de poderes e tirar-lhe a coordenação autárquica», recorda o antigo dirigente de Leiria. «O André já me tinha dito que o Nuno nunca seria deputado com ele, achava que lhe fazia sombra. Sendo o Chega um projeto de poder pessoal, não o podia dividir.» Na reunião, todos concordaram: Nuno Afonso não prestava. «Decidiu-se que, no congresso de Évora, se votaria contra a primeira lista proposta pelo André para ele ter o pretexto de correr com o Nuno.» Por isso, quando houve o primeiro «chumbo» dos congressistas aos nomes, ninguém se espantou: era mesmo para ser assim. «O Nuno tinha de sair naquele dia.» De resto, até havia uma gravação ilegal como trunfo, embora muito poucos soubessem desse trabalho sujo.

Do encontro em casa de Pessanha, nada transpirou. Pelo menos enquanto as comadres não se zangaram. «A degradação da minha relação com o André vem de Évora», conta, porém, Nuno Afonso. «Ele acordou meter o Luís Arezes [líder da distrital de Braga] e o Rodrigo na direção, mas, para isso, tínhamos de sair eu e a Lucinda», recorda. «Dizia-se que eu e o Nuno queríamos ficar com o lugar do André», corrobora Fernanda Marques Lopes. «Houve alguma reunião em casa do Pessanha para afastar o Nuno?», perguntou ela ao líder. «Não, isso é mentira!», reagiu Ventura. «Além de tudo», comentou Fernanda, «era injusto: o Nuno não andava a cacicar. Quem deu a volta ao país a fazer isso foi o Graça».

No início, conta Fernanda Marques Lopes, «acedíamos com muita facilidade ao André. Éramos poucos, não havia Rui Paulo Sousa nem essa gente. Depois juntaram-se os quatro cavaleiros da Quarta República a fazer o “muro de betão”: o Canoa [Rodrigo Freire], o Arezes [de Braga], o Carlos Magno [de Évora] e o Pedro Pinto», descreve. «Conspiraram contra o Nuno, mas não aprenderam a lição: quem está à volta do André, mais cedo ou mais tarde, cai. O único que se vai manter até ao fim é o Luc Mombito», assevera a fundadora.

Algumas perguntas incómodas vieram à baila nessa altura. «André, sou advogada, tenho a ficha limpa, não quero ter problemas. É verdade que recebeste dinheiro indevidamente, de fora, para o partido?», questionou. Não, respondeu o líder. «Se houver coisas ilegais, vou-me embora», pressionou ela. «Fui inspetor tributário, achas que me punha assim a jeito?!», terá reagido Ventura. «Nunca entrou dinheiro ilegal no partido, muito menos da Hungria e da Áustria, como alguns dizem...»

Fernanda, previdente, antecipou-se ao clima tenso do congresso. «Soube que pessoal de Leiria me queria dar um “encosto”, intimidar-me», revela. «Fui logo tirar licença de uso e porte de arma. E levei-a na mala para Évora...»

Quando a encontrou no recinto, José Lourenço, da distrital do Porto, abordou-a. «Sabe que lhe querem dar um encosto aqui? Mas não se preocupe, vai andar sempre um homem ou dois dos meus atrás de si. Ninguém lhe põe a mão», prometeu-lhe. «Não se preocupe, também venho apetrechada», informou Fernanda. «Ó minha amiga», reagiu Lourenço, «você apanha um apertão e de que é que lhe vale o apetrecho? Não se preocupe: vai ter uma sombra.»

Tão depressa prometeu como cumpriu. «Se eu ia à casa de banho ou ao bar, estava sempre um gajo por perto», confirma a advogada. «O Lourenço ainda me pôs um carro e uns homens à disposição, mas disse-lhe que não precisava. E nós nem gostávamos um do outro», reconhece. Para ele, nada disso importava. «Com uma senhora», dizia, «ninguém se mete».

Lourenço, porém, também tinha algo em jogo no congresso.

«O que é que tu queres?», perguntou-lhe Ventura quando a maioria dos delegados eleitos pelo Porto votava contra tudo o que emanava da direção.

«Quero a Lucinda Ribeiro fora das listas», respondeu. Pedro Pessanha, da distrital de Lisboa, exigia a saída de Nuno Afonso e Patrícia Sousa Uva.

«Estava tudo a correr bem, mas a segunda nega à lista proposta pelo André já estava fora do combinado», recorda Rodrigo Freire. «Não sei o que se passou, pois todos sabíamos que o Nuno Afonso ia ser afastado naquele dia. A verdade é que não foi.» O antigo presidente da distrital de Leiria culpa o conselho de jurisdição, o presidente da mesa, Luís Graça, e a equipa informática pelo desfecho contrário à estratégia apalavrada em Cascais: «A minha moção e a da minha mulher não foram aceites e arranjaram pretexto para os delegados de Leiria não votarem.» Rodrigo deixou de acreditar na palavra de Ventura.

No verão de 2020, a semanas do congresso, circularam referências a uma reunião entre Ventura e os líderes distritais. Na agenda, um objetivo: cozinhar uma solução para travar disciplinarmente as discórdias, ofensas e ameaças públicas entre dirigentes. «O André não gosta de censura», avisou-se em grupos de WhatsApp partilhados com a direção, «mas se isto não mudar, as pessoas vão ser convidadas a sair do partido».

O segundo congresso decorreu a 19 e 20 de setembro de 2020, na Quinta Nova do Degebe, propriedade de Maria Galhetas e do filho, Victor Galhetas, então militante do Chega, que esteve na lista pública de devedores fiscais em 2016. Custou mais de 70 mil euros, incluindo a organização de uma marcha que desaguou na Praça do Giraldo, onde o Chega tinha à sua espera uma manifestação antifascista e grande aparato policial.

Nesse 19 de setembro, a mais de 400 quilómetros, subiu ao palco do Centro Cultural Vila Flor (Guimarães) uma ficção teatral de travo premonitório, em parte inspirada na entrada do Chega na cena política. *Catarina e a Beleza de Matar Fascistas*, escrita e encenada por Tiago Rodrigues, era uma peça pensada para desassossegar. Imaginava-se o país em 2028, liderado por fascistas, e colocava-se um dilema: com a sociedade a extremar-se, será a violência inevitável em defesa da democracia? Como Tiago explicou ao *Expresso*, a extrema-direita estreou-se tarde em Portugal, tal como antes acontecia com a ficção cinematográfica ou televisiva. «Achávamo-nos imunes, mas em França, Itália, já iam na terceira ou quarta temporada da série.» Para nós, estava a começar, mas, e se Évora e Guimarães não estivessem, afinal, tão distantes quanto o real e a ficção?

Dentro do recinto, o clima era tenso. Luís Graça, por exemplo, preparou-se para o pior. «Havia muitas lutas internas», recordou o presidente da mesa. «Pessoas vindas do PSD faziam-me guerra, chamavam-me nazi. Só faltou dizerem que andava a pôr bombas e a comer criancinhas ao pequeno-almoço. E o André às vezes assustava-se com isso.» No congresso apresentaram-se duas moções de desconfiança contra Graça. «Foi tão feio. Eu fervei em pouca água, não meço as responsabilidades», admitiu, «mas ganhei. Nessas circunstâncias, é preciso saber usar a psicologia de massas».

Luís Graça aprendera a controlar os ímpetos valendo-se da experiência na área comercial. Enquanto consultor, recebeu formação em programação neurolinguística para agentes imobiliários (o acrónimo PNL). Aprendeu a «ler» o comportamento, a criar vínculos e a neutralizar as emoções negativas dos clientes. «A expressão oral representa só 20% da nossa comunicação. É preciso perceber o que nos querem dizer, gerir silêncios, ler a postura do corpo, não ser agressivo, nunca estar de frente para o outro, saber onde colocar os braços e as pernas... Tudo isso me ajudou muito nos negócios e na política», confessa o antigo *top producer* ibérico da Century 21.

Só à terceira tentativa, e no meio de tumultos, Ventura aprovou a sua lista para a direção do Chega, mas Graça reivindica um papel importante na pacificação das hostes. «Tem calma, isto no fim vai ficar tudo bem», disse, a dada altura, ao líder. «Foi muito difícil, mas, às vezes, em vez de usarmos a repressão, é melhor ir pela parte emocional.»

O congresso tinha tudo para correr mal.

Semanas antes, em setembro, o partido referendou internamente a pena de morte. Venceu o «Não», mas houve votações renhidas nas distritais: em Leiria, por exemplo, foi por um triz que o «Sim» não ganhou. No global, 44% dos militantes votaram a favor. Ventura dera a entender que a consulta havia sido exigida pelos filiados, mas Nuno Afonso desmente. «Não houve um pedido dos militantes», contou no seu livro. «Foi sobretudo para criar mais um momento mediático, agitar as águas.»

Ao mesmo tempo, o Chega continuava a ser visto como um Cavalo de Troia da extrema-direita. Segundo o *Expresso*, polícias e «secretas» monitorizavam as tentativas de infiltração ultranacionalista e neonazi no partido. «É impossível fazer a triagem»,

reconhecia Ventura. «Não queremos esse tipo de participação no Chega. Isso seria mau para mim e para a democracia.»

Como o decorrer do congresso revelaria, os extremismos não estavam apenas do lado previsível. Depois do conclave fundador de Algés, pouco participado e divulgado, pela primeira vez o Chega falava consigo próprio, sem filtros, tendo apenas a máscara e o distanciamento obrigatórios da pandemia a condicionar as alterações e os movimentos. E, mesmo assim, poucos cumpriram as normas sanitárias, valendo ao partido uma coima das autoridades.

Apesar das conspirações internas em que se envolvera, Ventura esperava consagração. A sua lista de convites pessoais para o congresso — uma mescla de velhas amigas, personalidades influentes e milionários — demonstra-o. Entre eles estava Ana Rita Cavaco (bastonária da Ordem dos Enfermeiros), Camilo Lourenço (comentador), Cinha Jardim (*socialite* e figura das televisões), Eduardo Amaral Neto (empresário que cedeu uma garagem em Alcântara para primeira sede do Chega), Eduardo Cardadeiro (economista, ligado à Universidade Autónoma, ex-administrador da ANACOM), Francisco Cruz Martins (advogado, facilitador de negócios), João Maria Bravo (líder dos negócios de armas e equipamentos militares), João Cruz Ferreira (ex-militante do CDS, especialista em regulação financeira), Jorge Abreu (advogado), Jorge Tadeu (Igreja Maná), Paulo Ralha (então presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos), Pedro Magrinho (polícia), Raúl Soares da Veiga (ex-advogado de Luís Filipe Vieira e de Moraes Pires, ex-administrador financeiro do BES), Reginaldo Almeida (administrador da Universidade Autónoma), Riccardo Marchi (historiador e politólogo), Rui Oliveira Soares (dermatologista) e Tiago Caiado Guerreiro (advogado).

Alguns confirmaram a sua presença, mas acabaram por não se deslocar a Évora. Outros declinaram, logo de início, o convite, entre eles Rui Gomes da Silva (advogado e padrinho de casamento de Ventura) e Reinaldo Teixeira (maçom e sócio de Paulo Ralha em negócios imobiliários).

Entre os observadores estavam Tiago Andrade e Sousa (gestor e ex-chefe de gabinete de Henrique Gomes, antigo secretário de Estado da Energia do governo Passos Coelho) e Nuno Saraiva da Ponte (ex-diretor-geral da in-Store Media, gestor do Via Sénior, espécie de *booking* de lares e criador da plataforma de famílias cristãs que, em 2009, vendeu milhares de estandartes com a imagem do Menino Jesus, a 15 euros cada, para pendurar nas varandas e janelas pelo Natal).

No Alentejo, a variedade da militância e dos apoiantes que contribuíam, de forma simbólica ou significativa, para as finanças do Chega impressionava. Sobretudo por se tratar de um partido com a idade de um bebé de fraldas.

O Chega estava bem representado em múltiplas geografias e setores sociais alentejanos, com destaque para as forças de segurança, grandes proprietários agrícolas,

empresários ligados à tauromaquia e bombeiros. O partido recrutou apoiantes e pequenos contribuintes em setores e forças políticas, à partida, improváveis. Havia um ex-autarca da CDU na freguesia de Vendas Novas, uma antiga militante do BE em Évora — que viria a ser candidata à Câmara pelo Chega (2021) —, um ex-candidato da CDU em Matriz (Borba), um antigo autarca socialista de Vila Viçosa e um ex-membro das listas do PS na Amareleja (2009). O Chega atraía igualmente apoiantes e doadores com presença habitual na lista pública de devedores fiscais ou chefes de loja em supermercados.

Um partido na lama

Matéria-prima não lhe faltava. Só faltava organizá-la. O congresso de Évora servia esse propósito: levar quase 600 delegados para uma região onde o partido demonstrava potencial. E o que foram lá dizer?

Jorge Jesus, então presidente da distrital de Faro e ex-integrante do PDR do advogado Marinho e Pinto, propôs a extinção dos partidos de inspiração marxista para «restaurar a democracia».

Rui Roque (Algarve), ex-dirigente do PNR e amigo de Mário Machado, apresentou a tal moção para retirar os ovários a mulheres que abortassem no SNS «por razões que não sejam de perigo imediato para a sua saúde». A polémica proposta foi rejeitada, mas ainda reuniu 38 votos.

Fernanda Marques Lopes expôs o retrato pouco edificante dos comentários de militantes e dirigentes no Facebook. «Deixam o partido na lama», afirmou a presidente do conselho de jurisdição. Enquanto se mantivesse no cargo, ameaçou, o partido não seria «uma balda».

Pedro Pinto, futuro líder parlamentar, advertiu os egos: não tinham lugar no Chega, avisou. Rodrigo Taxa, então assessor de Ventura na AR, teve uma sensação agridoce: por um lado, via declarações e provas de dedicação ao líder, «mas depois muitas dessas pessoas põem pedras na estrutura partidária».

Luísa Vaz (Porto) acusou Ventura de caucionar «comportamentos indignos, ameaças físicas e ao património». E questionava: «Como podemos afirmar a anticorrupção, o antissistema, e termos estas más práticas? Fugimos a eleições legais, transparentes e justas.»

Jorge Pires, antigo líder distrital do Porto, acusou Ventura de permitir que Pacheco de Amorim pertencesse à Fundação DePaço. «Já o critiquei», contou, «mas ele desata aos berros e diz que está farto do partido».

O delegado José Paulo Oliveira referiu-se às «controvérsias, perturbações, incómodos, incertezas, preocupações, ansiedades de poder, ambições» do Chega.

Honorato Sousa (Santo Tirso) apontou o dedo aos companheiros: «Se dessem um décimo do que o André dá pelo partido», sugeriu, «o Chega funcionava muito melhor e

teríamos tempo para malhar nos comunas, no BE, Mortágua e nessa escumalha toda».

Luís Vilela (Vila do Conde) olhava a sala e via «uma união falsa, hipócrita».

Fernando Arriscado (Póvoa de Varzim) impacientou-se com queixinhas e dói-dóis. «São todos muito sensíveis [...] Habituem-se: as confusões vão continuar, vai continuar a cheirar a poder e vai haver muita gente a tentar um tacho.»

Nuno Afonso, à época ainda vice-presidente, lembrou «uma coisa muito maluca»: a ideia de fundar o Chega em nome dos que saem de casa às seis da manhã e regressam às dez da noite, não passam tempo com a família, perdem horas nos transportes públicos, não têm dinheiro no final do mês, fazem compras de supermercado com cartão de crédito, levam os filhos aos hospitais públicos por não terem seguro de saúde e morrem à espera de operações. «São estas pessoas que precisam de nós», disse. Ou precisaria o Chega delas?

O psicoterapeuta clínico e hipnólogo José Moreira (Braga) foi inesquecível. Tinha o seu nome estampado na lista pública de execuções fiscais com uma dívida de 100 mil euros, mas enfatizou: «Aqui não haverá lugar para parasitas, lóbis ou tachos. O Chega não é nem nunca será um galinheiro fedorento, onde residem pessoas com comportamentos acéfalos.»

Para ele, a pandemia era igual a mentira. «Tenho um cérebro dentro da cabeça», justificou, caso os delegados não tivessem notado. Covid-19, medidas sanitárias e por aí adiante eram apenas uma «farsa da comunicação comunista e marxista» em nome de uma «nova ordem mundial». Na Austrália, denunciou, «morreram 33 pessoas por cada milhão de habitantes. Investiguem!», pediu. Investiguei: morreram 2037.

O delegado de Braga estava imparável: as autoridades, previa, chegariam à fase da «violência física em massa» sobre os cidadãos. E, além da futurologia, ciência era com ele. «É de uma insanidade atroz impor o uso de máscaras durante horas provocando hipercapnia, hipóxia e até possíveis cancros», acusava. Tudo culpa da «venezuelização» em curso.

Mithá Ribeiro era, na altura, militante com dias de filiação. Trazia um discurso de oito minutos, mas já era tarde para fazer psicanálise. «Não são horas para terapias de grupo, embora os partidos precisem disso.»

Noviço na casa, para ele o Chega era «a nova bússola, moral e cívica, em rutura com o consenso moral de um regime de vitimização que se organizou em torno da antiga União Soviética». E era também o primeiro filho da democracia a beber «na matriz judaico-cristã e greco-romana». Acaso os delegados estivessem na disposição de o ouvir, sugeriu que o Chega deveria assumir-se «de direita, conservador, reformista, liberal e nacionalista».

Do congresso saiu também um órgão de aconselhamento da direção à medida de Diogo Pacheco de Amorim: a comissão política nacional. «Desatinámos com isso nas redes sociais», recorda Fernanda Marques Lopes. «O André convidou-o e não disse nada à direção. Metade das coisas que ele dizia que nós tínhamos deliberado eram decididas antes. Nós só servíamos para ratificar.»

Algumas semanas após o regresso dos congressistas a casa, a moção sobre a remoção dos ovários continuava na atualidade, apesar do «chumbo» da esmagadora maioria dos delegados.

A direção propôs então suspender o militante Rui Roque por causa da questão dos ovários. «Esta proposta ataca, de forma ostensiva, não só o bom nome do partido e os seus princípios e valores, como também todas as mulheres do país na sua dignidade e direitos, tal como prevê a lei em vigor», explicou o Chega, em comunicado. A 1 de outubro, o refluxo desse episódio contagiou Lucinda Ribeiro. Na reunião de direção, a evangélica admitiu, embaraçada, que dera o «Sim» à moção. «Não a li toda», desculpou-se.

Na ocasião, Ventura falou, desgostoso, sobre desaguisados nas distritais, de norte a sul. «Não se pode perder dois terços do tempo a resolver estes problemas», afirmou, adivinhando «um mandato atribulado». Conforme admitiu, havia já, por essa altura, muitos processos disciplinares.

Aprovou-se ainda, por unanimidade, a transferência de 25 mil euros do Chega para a conta da campanha presidencial de Ventura. O líder estimara cerca do dobro, «entre privados e partido», para entrar na «corrida». Pelo menos.

Coca: «assunto classificado»

O congresso de Évora, porém, seria uma nódoa difícil de limpar.

Da primeira vez que o Chega se pusera a pensar alto, em conjunto, depois da eleição de Ventura, ficou uma imagem desastrosa, recheada de atritos, ameaças, empurrões e até armas dentro do recinto. No Algarve, por essa altura, o partido era já um caso de polícia.

Tudo descambara a partir do jantar-comício da *rentrée* do partido, a 26 de agosto de 2020, em Loulé. Jorge Jesus, líder da distrital de Faro, contrariou a direção e o próprio André Ventura e vedou a entrada ao empresário algarvio Arlindo Fernandes, ex-deputado do CDS por breve período e ferrenho do Chega ao tempo destes episódios. Arlindo esteve envolvido no abortado plano de fuga para Marrocos, meses antes, conforme relato no prólogo deste livro.

João Ferreira, arquiteto e presidente do núcleo de Portimão, enviou a Ventura, por WhatsApp, a fotografia do empresário, onde o identificava como «arguido por branqueamento de capitais, falsificação de documentos e associação criminosa», com processo pendente nos tribunais.

Era verdade, mas o líder do Chega não se apoquentou. Nem respondeu. Mais: não só outros dirigentes nacionais insistiram na presença de Arlindo no jantar, como Ventura passou pela moradia do empresário em Lagos, onde almoçou na companhia de Ricardo Regalla, Luc Mombito, Manuel Matias e Pedro Pinto, entre outros. As fotos da sardinhada na Quinta das Nespereiras, em Odiáxere, apareceram nas redes sociais e

Ventura teria mesmo sido avistado a passear num barco do filho de Arlindo. O empresário, porém, foi mesmo impedido de ir ao jantar. E a temperatura subiu.

Jorge Jesus discutiu com o líder pelo telefone, acusando-o de deslealdade e ingratidão. «Se correrem comigo, rebento com o partido e contigo», ameaçou, com testemunhas. Numa mensagem SMS partilhada com outros dirigentes, justificou a nega a Arlindo Fernandes: chamou-lhe criminoso, acusou-o de manobrar para destruir a distrital de Faro e criticou Ventura por se deslumbrar com o pedestal, sem se preocupar com as más companhias. «No dia em que o nosso partido falhar nestas pequenas coisas, significa que nunca terá espinha dorsal para mudar Portugal», escreveu.

Arlindo não se ficou: fez ameaças públicas aos dirigentes algarvios. «Prefiro o termo aviso», disse-me, quando o contactei no final de 2020, num intervalo da safra da azeitona em Aguiar da Beira, a sua terra natal. «O Pacheco de Amorim e o Rodrigo Freire fizeram com que me aproximasse do Chega. Já me basta aturar os meus netos. Quero descanso. O Jorge Jesus é um pistoleiro, um marginal», reagiu. «Quando o partido foi fundado, o André deixou entrar toda a gente, mas agora é preciso limpar. Se não acabar à chapada, vai acabar, de certeza, em processos-crime, pois eu também os meti.»

João Ferreira, dirigente em Portimão, foi um dos seus alvos. No congresso de Évora terá tentado agredi-lo e chamou-lhe javardo e palhaço. O arquiteto queixou-se à PSP, com documentos e testemunhas, das alegadas agressões e ameaças, «típicas da máfia siciliana». Arlindo enviou-lhe uma SMS à qual juntou a imagem de uma rosa pousada numa pistola.

Outro tipo de ameaças terá partido de um colaborador de Arlindo, famoso noutra época: Jaime Pinto, um dos célebres irmãos Pinto do bloqueio da ponte 25 de Abril no final do cavaquismo. Condenado por tráfico de droga e, na altura, casado com Sandra Ribeiro, vice-presidente da distrital de Faro e líder da concelhia de Loulé, Jaime Pinto faleceu em 2021. «Deixou-nos muito antes do tempo», escreveu Ventura, numa «sentida homenagem» nas redes sociais.

Em fevereiro de 2022, o líder deslocou-se ao Algarve para participar numa sessão de homenagem póstuma àquele militante. Na presença da família e de dirigentes do Chega, a distrital de Faro descerrou uma placa dedicada a Jaime Pinto, encimada por uns versos de Camões. Sandra Ribeiro, a viúva, foi eleita deputada em 2024.

Para «arrumar» com Jorge Jesus, delineou-se uma estratégia idêntica à usada contra Nuno Afonso: pô-lo a papaguear ao telefone, gravá-lo à socapa e entregar o «produto» à direção do partido. Assim, por alturas do congresso de Évora, o líder da distrital de Faro recebeu um telefonema provocador de Jaime Pinto. Dizia-lhe que o amigo Arlindo estava protegido pelo «chefe» e sugeria-lhe que baixasse armas para não se tramar.

Ao ouvi-lo, Jesus não se conteve: terá disparado em todas as direções. «Foi gravado no Hotel Vila Galé, em Évora, a enxovalhar o André», assumiu Arlindo Fernandes quando lhe liguei. «São dezoito minutos de puro histerismo, com coisas

graves, que o Jaime Pinto e a Sandra Ribeiro ouviram.» Resultado: «O André e o Diogo conheceram o conteúdo da gravação e o Jorge foi afastado.» Uma prática aprovada no topo, segundo Nuno Afonso: «Ventura conseguiu que alguns dos que tinham sido, até à data, seus amigos gravassem uma conversa telefónica.» Na verdade, resultou na perfeição.

O líder distrital nunca imaginou estar a ser gravado, apesar de esse método, como já se referiu, ser «moeda» corrente no partido para «entalar» adversários internos ou fazer boa figura junto dos chefes. Jesus sempre sugeriu a possibilidade de tudo ter sido feito a mando do presidente do Chega. Até porque havia mensagens de telemóvel a provar que Arlindo Fernandes tinha uma tarefa a executar: «Destruir a distrital de Faro.»

Em novembro de 2020, o conteúdo da suposta gravação chegou formalmente à direção do Chega depois de vertido para uma moção de desconfiança a Jorge Jesus, elaborada por dirigentes que o contestavam na distrital de Faro. O documento, assinado por João Graça (que sucedeu a Jorge Jesus como líder da distrital e foi eleito deputado em 2024), Sandra Ribeiro e Marco Vasconcelos, foi enviado à direção e tratado como «assunto classificado». Ao ler as 31 páginas, percebe-se porquê. Esses papéis, que Regalla leva à reunião da cúpula do Chega a 9 de novembro, incluem abundantes excertos do dito telefonema, mas também a descrição de outras atitudes de Jesus com suporte em vários anexos. É o retrato, segundo os seus autores, de uma «conduta muito pouco própria» do líder de Faro, descrito como «opositor» de Ventura e acusado de promover na distrital um «culto à sua personagem». Culpam-no de «inúmeros comportamentos lamentáveis» e «episódios bastante desagradáveis» para «denegrir a imagem do partido».

Primeiro, declaram que Jesus quis expulsar Luís Graça, no início daquele ano, por causa das suas ligações a movimentos neonazis. Como as notícias sobre o tema não surtiram efeito, acusam-no de elaborar um documento com argumentos para forçar a saída daquele dirigente nacional, mas os signatários da moção de desconfiança recusaram assiná-lo e ele desistiu da ideia. Jesus alegava que Luís Graça era «*persona non grata*», «nazi» e «extremista»; no entanto, meses antes, defendeu-o e abraçou-o no congresso de Évora.

O então líder da distrital de Faro também participou, com outros dirigentes e militantes, numa reunião conspirativa em Setúbal. «Se eu e o Júlio [Paixão, líder da distrital de Portalegre] cairmos, não me vou calar», ameaçou quando, certa ocasião, se dirigiu ao próprio Ventura numa reunião no parlamento. «Eu destruo o partido! E tu sabes disso!»

Num jantar informal, na presença de outros dirigentes, a 29 de agosto de 2020, Jesus foi mais longe, referindo-se a uma foto de Ventura com um militante de Loulé na madrugada da *rentrée* do Algarve que circulou nas redes sociais. «Num puro devaneio», queixam-se os dirigentes contestatários no documento enviado à direção do Chega, «desenvolveu uma teoria para justificar porque o presidente do partido, André

Ventura, se encontrava àquela hora na rua». E citam: «Só há uma explicação», terá dito Jorge Jesus, segundo o relato dos queixosos, «foi comprar cocaína, pois ele tem um fornecedor lá em cima e o daqui de baixo é o [...]» Não chega a saber-se, pois o nome foi ocultado pelos autores da moção por razões de «privacidade».

Jesus, porém, terá continuado: «Como é que vocês acham que o André Ventura aguenta este andamento? Muita coca naquela cabeça!», reproduz-se no documento. Os signatários relevam o facto de, menos de um mês depois, o *Polígrafo*, publicação digital de *fact-checking*, lançar a pergunta: «Ventura já consumiu drogas?» A coincidência, assumem os dirigentes queixosos, deixou-os a pensar na possibilidade de Jesus «encomendar notícias caluniosas e que tentam denegrir a boa imagem do partido».

Ventura tinha, a este propósito, as suas próprias contradições. Em 2016, quando defendia o Benfica de Luís Filipe Vieira na CMTV, garantiu que nunca tocou em drogas. Contudo, três anos depois assumiu ao programa do *Polígrafo*, na SIC, que, afinal, já consumira.

O documento entra depois no tema do telefonema, mas sem nunca ser feita a referência a excertos alegadamente obtidos de forma ilegal.

A conversa ocorreu a 18 de setembro, véspera do conclave de Évora. A autoria da chamada de telemóvel é atribuída a Jesus, o que ele sempre desmentiu. «O Jorge liga para um militante que se encontrava a jantar com os autores desta moção, familiares e outros militantes, onde fez questão de ofender o Dr. André Ventura com expressões menos próprias, ofensivas e gravíssimas», relata-se. O interlocutor, como já referido, era Jaime Pinto.

«Seria uma cobardia e cumplicidade da nossa parte se nos mantivéssemos em silêncio. Consideramos que não restava outra postura senão a de relatar o ocorrido», escrevem os dirigentes do Algarve.

«Não obstante e tendo em conta a pessoa envolvida», advertiram, «não queremos que a reprodução do telefonema seja divulgada publicamente, pois, temos receio da repercussão que a mesma venha a ter a nível pessoal». Decidiu-se então, alegam, «tomar nota de algumas afirmações» reproduzidas no documento, mas o conteúdo do telefonema não se circunscreveu a este grupo: foi partilhado no interior do partido e o ficheiro digital do mesmo chegou ao conhecimento da direção.

O que Jorge Jesus acrescentou de grave e atentatório da credibilidade do Chega e de Ventura, segundo os denunciante? «Este indivíduo [Ventura] é um pulha, ele só lida com bandidos», afirmou. «Nunca abdicarei do meu caráter, eu nunca, absolutamente nunca, me juntarei a gente ruim, essa gente eu vou combater, eu não vou ser neutro, eu não vou ser indiferente, eu não quero paz com gente do mal, eu quero guerra!», terá gritado, segundo a descrição explanada no documento.

Enquanto isso, Jaime Pinto dava-lhe corda. «Vou-te dizer o que eu vou fazer com o André», continuava Jesus. «Vou esperar que ele caia, eu, cinicamente, vou continuar a fazer os meus vídeos e a defender o André, porque o André, neste momento, já tem a

cama feita, mas não é por mim: o André já fez a cama dele. Ou tu achas que o dinheiro da extrema-direita não vai mais tarde ou mais cedo aparecer?», insinuou. E seguiu imparável: «Este filho da puta, um dia que seja, que tenha poder absoluto neste país, é uma desgraça», avisou. «Porque este gajo é um merdas, um traidor, um indivíduo sem caráter. Na tua frente está-se a rir e estás a virar as costas e está a negociar com o teu inimigo a maneira de tu caíres, isso revela a besta que está ali!»

Nos minutos seguintes, o ex-presidente da distrital de Faro comentou, sempre em tom furioso, e já a prever os amanhã: «Quando a máscara do André cair eu temo pela segurança dele neste país», discorreu, chamando-lhe «canalha», antes do fim abrupto da conversa: «O André não é nada, o André não é absolutamente nada. Quem é és tu, é a nossa equipa toda, estas pessoas, são as pessoas que estão comigo, somos nós, uns com os outros, é esta ligação, não é este filho da puta que nos está a tentar enterrar desde o início.»

Na noite em que recebeu o documento com a transcrição, a direção do Chega acusou o impacto do mesmo. «Quem fala pelo partido é apenas a direção. Antes de fazer ou dizer alguma coisa, falem comigo», pediu Ventura. Na mesma ocasião, o líder deu ainda a conhecer as demissões de três presidentes de distritais na sequência do congresso de Évora: Luís Arezes (Braga), Rodrigo Freire (Leiria) e Karina Marques (Aveiro). O secretário-geral, Tiago Sousa Dias, lamentou a «falta de serenidade no partido. A gestão dos ânimos à distância é difícil, mas os assuntos devem ser resolvidos. Falta muita cultura política».

Regalla submeteu então a votos a instauração de um processo disciplinar a Jorge Jesus, com pedido de suspensão imediata e com vista à sua expulsão do partido, a enviar ao conselho de jurisdição. Ventura ausentou-se da sala e não votou. A direção aprovou por unanimidade. Já de volta à reunião, lançou para a mesa a proposta que, nos meses seguintes, ficaria conhecida por «lei da rolha»: a criação da comissão de ética, destinada a aplicar a disciplina interna de forma simplificada. Sem surpresa, a proposta foi apoiada por todos.

Seguiram-se meses de demissões no Algarve. Manuel Merceano, antigo «vice» da concelhia de Albufeira, escreveu a Ventura acusando-o de transformar o Chega numa «fraude». «O senhor e a direção nacional patrocina, promovem e apoiam gentilha, escumalha, gente da pior espécie.» Numa SMS enviada a Nuno Afonso, acrescentou: «Se o partido protege e abriga criminosos, mais não é do que um abrigo a criminosos. Nós precisamos mais do que nunca [de] uma salvação para o país e para o Algarve, mas isso não significa ter que entregar o poder a traficantes de droga, traficantes de influências», acusa Merceano. «Espero que o André Ventura saiba o que está a fazer, pois aqui não permitiremos bandidagem no poder.»

Em 2024, no canal do YouTube *Visão Nacional*, de Filipe Maia, divulgador do fenómeno OVNI e de conteúdos paranormais, Jorge Jesus, então líder do Movimento Voz, elogiou deputados e dirigentes do Chega. E admitiu que, afinal, continuava a acreditar na «missão» de Ventura para Portugal.

QAnon à portuguesa

Os dias de Évora foram também profícuos em paranoias, conluios e narrativas estapafúrdias prolongadas no tempo por militantes, dirigentes e dissidentes do Chega, inspiradas no QAnon.

Decisivo para a ascensão de Trump, aquele movimento conspiracionista de extrema-direita, cuja robustez e difusão muito devem às plataformas de redes sociais, nasceu da crença de que um anónimo chamado «Q», revestido de mistério e com suposto acesso a informações sigilosas nos meandros do poder, identificara um plano secreto das elites contra os cidadãos comuns. Dessas elites sinistras fariam parte políticos, celebridades, empresários e académicos «de esquerda» ou «liberais», na linguagem norte-americana, implicados em pedofilia, rituais satânicos com crianças, tráfico humano e outras ações ilegais. Este «Estado oculto» teria como objetivo remover o inquilino republicano da Casa Branca.

A popularidade das teorias QAnon atravessou fronteiras. Gerou grupos, *podcasts*, fóruns *online* e portais alternativos de «informação» ou «pensamento *freelance*», na expressão usada — e praticada — pelo antigo apresentador da Fox News Tucker Carlson. As tensões sociais e culturais associadas ao desencanto com a classe política, à sensação de abandono, à deceção com promessas nunca cumpridas, ao medo da imigração e do «outro», estenderam a passadeira ao QAnon e derivados. Quem escolheria respostas complexas, equilibradas e factuais do ponto de vista noticioso se podia empanturrar-se com narrativas apimentadas por druidas especializados na poção mágica de *fast food* informativa e de entretenimento?

Embora desacreditadas por especialistas e instituições fiáveis, as falsas conspirações QAnon, geradoras de ameaças e casos de violência reais, atingiram picos de audiência quando as medidas sanitárias obrigaram à clausura na pandemia. Segundo um estudo do londrino Instituto para o Diálogo Estratégico (ISD no original), onde especialistas mundiais se juntam para combater o extremismo e a desinformação, o volume mais elevado de publicações QAnon ocorreu entre março e junho de 2020: passou de 344 a 898 por dia no Facebook, e de 37 302 a 89 338 no antigo Twitter. Os seguidores mais extremados do QAnon, incitados por Trump, foram decisivos para mobilizar o assalto ao Capitólio, em janeiro de 2021.

Um dos trunfos do movimento é o facto de as suas teorias serem readaptadas no estrangeiro em função das realidades nacionais e contextos locais. No Chega, começaram logo no congresso de Évora, fruto das divergências insanáveis entre dirigentes e a direção. Difundiram-se histórias sobre as supostas escapadelas secretas de Ventura ao casino de Badajoz ou a casas de alterne próximas da raia, fruto dos alegados conhecimentos de Regalla e Pedro Pinto nos circuitos da noite.

Contou-se ainda que o líder do Chega ter-se-ia ajoelhado diante de pastores evangélicos num local das redondezas, em cerimónias secretas. Sugeriu-se que a

direção mandou instalar rastreadores nos veículos de alguns opositores internos para vigiar encontros secretos e conspirações contra Ventura.

Por essa altura, um conselheiro nacional do partido indicou-me que, também no Chega, haveria um grupo, vinculado à direção, de pedófilos adoradores de Satanás ligados à tal rede internacional de tráfico sexual de menores. «Pesquise adrenocromo na *net* e depois conversamos», sugeriu-me, em tom de secretismo, como se alguém nos escutasse.

A substância era considerada «a droga das elites», com efeitos alucinogénios, de rejuvenescimento ou a caminho da imortalidade. Seria extraída de bebés e crianças torturadas ou abusadas sexualmente, pois, quando assim acontecia, o terror gerava um líquido chamado adrenocromo. O composto químico existe e resulta da oxidação da adrenalina, mas os seus propalados efeitos são do domínio da ficção. Tiveram origem no romance *Delírio em Las Vegas* (1971), de Hunter S. Thompson, e nas cenas icónicas do filme homónimo de Terry Gilliam, com Johnny Depp, no qual o consumo e a mistura de drogas são levados ao extremo. O movimento QAnon fez a reciclagem da teoria e, no final de 2024, a cena do filme sobre o adrenocromo tinha 3,5 milhões de visualizações.

«No tempo certo enviaremos as provas de que alguns dirigentes da direção estão envolvidos nisso», insistiu aquele dirigente nacional do Chega numa mensagem por WhatsApp. O partido, acreditava, «tem mais podridão do que se imagina. As bandeiras dos ciganos, polícias, etc., são manobras de distração para o que querem fazer — e fazem! — lá dentro».

Dava então um exemplo, sem que eu lhe pedisse: «O André, em cada conselho nacional ou em reuniões exaustas de horas a fio, “sai por 15 minutos” e volta sempre como se estivesse fresquinho, acabado de acordar. E mais não digo. É estranho? É.» Nessa troca de mensagens — a fonte recusava falar sobre o tema ao telefone — fui enviando *links* sobre evidências científicas que desmentiam as teses conspirativas à volta do adrenocromo. De nada adiantou. E não havia quaisquer provas de tudo o resto.

O fascínio por conspirações e realidades paralelas esteve sempre associado a sensações de medo, estranheza e ressentimento, mas, quando redes sociais e populismo se juntaram, a história mudou. Segundo Jose A. Del Real, especialista em desinformação do *Washington Post*, a tecnologia acelerou de forma drástica a difusão dessas teorias e facilitou o encontro de pessoas com crenças marginais. Daí pensarem que planos secretos, poderes ocultos e lutas entre «bons e maus» estão interligadas, nada ocorre por acaso nem é o que parece.

«Nós temos documentos que envolvem altos dirigentes do Chega. Não são é ainda em quantidade suficiente para montar um caso», explicou-me o conselheiro nacional do partido. O plural «nós» remetia para um núcleo de dirigentes, de todo o país, mas com epicentro em Leiria, que rompeu com Ventura e a sua direção e entretinha-se a investigar «a verdade» subterrânea do partido, inacessível ao público.

Nesta altura, ainda vinha longe o caso do deputado municipal do Chega em Lisboa, Nuno Pardal, assessor de Bruno Nunes em Loures e antigo cavaleiro tauromáquico. No início de 2025, este vice-presidente da distrital de Lisboa, funcionário do partido e promotor de alguns dos seus eventos, foi acusado pelo Ministério Público de prostituição de menores com um rapaz de quinze anos.

Este caso, ainda que grave, estava a léguas das conspirações alimentadas pelos «QAnons» do Chega. «O André enganou e ainda engana muitos. Se não for parado, com o tempo entramos em guerra civil. Depois será a janela de oportunidade para o *führer* entrar em ação e ter o seu próprio exército e a sua própria polícia», prognosticava a minha fonte.

Quando, no nosso jantar no Porto, abordei Rodrigo Freire, ex-presidente da distrital de Leiria, sobre este universo, percebi que também ele era «cliente» de certas teorias conspirativas. «Enquanto alguns andam nas putas tudo bem», advertiu-me. «O problema é quando passam para putas pequeninas, isso já mexe comigo.» Ele também acreditava na existência de «uma seita que caça crianças», à qual estariam ligados dirigentes do Chega. Uma teoria da qual nunca foram apresentadas provas.

Com a «verdade» me enganas

Para preparar o livro *La vida secreta de los extremistas* (edição espanhola Temas de Hoy, 2020), a investigadora austríaca Julia Ebner infiltrou-se numa dezena de movimentos conspiratórios durante dois anos. «Não existe um perfil específico com maior probabilidade de cair nessas redes», explicou.

Em Portugal, segundo um estudo sobre atitudes populistas e negacionistas face à Ciência, da autoria dos investigadores Susana Salgado, Afonso Biscaia e Maria Barretos (ICS-UL), metade dos inquiridos demonstrou um nível médio de crença em teorias da conspiração e 47% um nível elevado, enquanto 54,1% manifestaram alta adesão ao populismo. A radicalização política já nem sequer precisa da verdade: só de novas narrativas.

As conspirações não seduziam apenas dissidentes do Chega. Também atraíam dirigentes de topo do partido, fiéis a Ventura. Os colaboradores do portal *Alianza 24* e do enganoso *think tank Alianza Room*, dirigido por João Lemos Esteves, ambos ligados à plataforma desinformativa *Voz Ibérica* e, entretanto, desativados, incluíam Pedro Frazão e Manuel Matias. Nenhum se incomodou com as falsidades ali publicadas. A entrevista ao «Dr. Mário Machado», do NOS, não os perturbou. A *Voz Ibérica* e seus adjacentes glorificavam a agenda religiosa, xenófoba e anti «ideologia de género» do Chega. E isso bastava.

O próprio partido e os seus protagonistas eram enaltecidos nos conteúdos, além de darem entrevistas, como o fizeram Pacheco de Amorim e Pedro Pessanha. Grande parte desses artigos era assinada pelo pastor evangélico Davide Pereira, o mesmo que tentou

fazer a ponte entre Pedro Frazão e outro líder evangélico, João Viegas, como já se relatou.

O fundador e diretor da *Voz Ibérica*, Cالدito Auni3n, outrora próximo do Vox e autor de artigos que associavam a Organiza33o Mundial de Saúde à pedofilia, era um amigo do Chega e divulgador das teorias QAnon, sobretudo a mais famosa e disparatada, reciclada para a Península Ibérica: a de que existia uma rede pedófila em Portugal e Espanha envolvendo políticos e celebridades.

Uma denúncia anónima do mesmo teor foi feita ao Ministério Público e partilhada por Pedro Frazão a partir de um *link* publicado na *Voz Ibérica*.

A proximidade ao Chega era tal que o partido pagou a estada do diretor da plataforma de *fake news*, Cالدito Auni3n, no Hotel Ibis, em Évora, durante o congresso do partido na cidade, em setembro de 2020. Nessa altura, Pedro Frazão — eleito deputado em 2022, 2024 e 2025 — publicou na *Voz Ibérica* artigos sobre o congresso.

Bloqueado várias vezes pelo antigo Twitter, a relação do deputado com a difusão de falsidades é de âmbito criminal: o parlamentar e dirigente nacional do Chega foi condenado pelos tribunais a retratar-se e a indemnizar um ex-líder do Bloco de Esquerda por escrever que o antigo BES pagava uma avença a Francisco Louça e era «grande doador das campanhas do BE».

Em 2024, respondeu na Justiça pelo crime de difamação agravada depois de uma queixa de José Manuel Pureza, ex-deputado do Bloco. Em 2021, no antigo Twitter, Frazão partilhou o vídeo de uma jovem que alegava ter sido assediada nas redes sociais por «um indivíduo» do BE. «Já não há pureza no Bloco de Esquerda», comentou na conta entretanto apagada.

Em 2020, as «secretas» portuguesas e a PJ seguiram os passos portugueses das conspirações QAnon. E foram parar aos «movimentos pela verdade», que, na Internet, se manifestavam contra as medidas sanitárias de combate à pandemia. Nos grupos de contestação social, nos protestos ao ar livre e na disseminação de mentiras *online*, foram identificados seguidores do QAnon e elementos do Chega. Uma vez mais, havia todo um sortido de teorias: além da negação da covid-19, associava-se a pandemia a um plano e conspirações para injetar *microchips* na população.

A evangélica Lucinda Ribeiro foi uma das contestatárias das medidas sanitárias desse período: «Custou-me muito estar em casa durante a quarentena», explicou-me. «Tenho muita necessidade de ir ver o mar. E comecei a bater mal. Desobedecei mesmo. Metia-me na A5 e ia até ao Guincho porque percebi que onde estavam os ricos não havia polícia.»

Depois, juntou-se às manifestações. «Não o fiz por ser maluca, negacionista», esclareceu. «Fui para conhecer as pessoas comuns, com filhos, de idade, e ouvir o que tinham a dizer. A Patrícia Sousa Uva já ia antes de mim. Realmente, umas falavam que as vacinas eram más, mas outras só queriam que a ditadura sanitária as deixasse em paz», explicou. «Andavam lá *hippies* pelo meio também, cheirava um bocadinho a ganza. E eu nem sabia o que era», assume.

«Fui altamente *covideira* no início, mas dois ou três meses depois acordei», conta Patrícia Sousa Uva. «Então tive a minha onda negacionista», contou-me a ex-dirigente nacional do Chega. «Não me vacinei contra a covid-19. Nem os meus filhos, nem pensar!»

O grupo Médicos pela Verdade gerou partilhas nas redes sociais, a um ritmo desenfreado, graças ao *cocktail* de falsidades, teorias conspirativas e simpatias políticas e pseudocientíficas. Desde outubro de 2020 que o movimento era criticado pelas posições contra a gestão sanitária da pandemia, cuja gravidade contestava. As suas ações levaram a Ordem dos Médicos a abrir um inquérito.

Por essa altura, tentei iluminar os bastidores do Médicos pela Verdade e destapar o perfil do seu coordenador. Desde logo, saltou-me à vista o longo braço do Chega na multiplicação deste tipo de movimentos plantados no Facebook. Nas redes sociais, exercitava-se o lema «a minha ignorância é tão boa quanto o teu conhecimento», prática anti-intelectual enraizada nas sociedades e identificada por Isaac Asimov, mestre da ficção científica, em 1980. Membros e simpatizantes do partido de Ventura contaminavam e partilhavam páginas de alegados jornalistas, juristas, enfermeiros e professores «pela verdade», com milhares de seguidores, reais ou fictícios. Juntavam forças em torno do negacionismo da pandemia e alimentavam outras conspirações.

Naveguei então uns dias na morada virtual do Médicos pela Verdade, então com quase 43 mil seguidores. O projeto ter-se-á iniciado com a melhor das intenções: reunir profissionais de saúde preocupados com os doentes e a saúde das crianças, jovens e mais velhos, mas cedo se percebeu que a morada montada no Facebook não tinha seguro contra «infiltrações».

O publicitário Alfredo Rodrigues fazia a coordenação informática. Pelo menos, era essa a sua versão, mas, de acordo com o relato de membros do grupo que dele se distanciaram no final de 2020, destacava-se pelo carácter conflituoso, agressivo e persecutório. A partir de entrevistas aos principais rostos do movimento, com o médico Gabriel Branco em destaque, Alfredo Rodrigues sugeriu a criação da plataforma e assumiu o papel de «comandante das tropas» nas redes sociais, arrebanhando médicos que iam sendo sugeridos. Adiantou o dinheiro para pagar a sala no Hotel Altis, em Lisboa, onde se realizou a primeira conferência, e contou com a mobilização de ativistas ligados ao grupo Verdade Inconveniente. Apesar do seu desmentido, metade dos 2105 euros do aluguer da sala foi liquidada pela associação congénere espanhola, Medicos por la Verdad, cuja porta-voz, Natalia Prego, acabou descredibilizada pelo teor negacionista e falso dos conteúdos partilhados.

Alfredo Rodrigues tentou convencer Gabriel Branco a deixar-se entrevistar no canal digital do negacionista e dirigente do Chega João Tilly e pelo *Notícias Viriato*, órgão digital ultranacionalista, mas o médico recusou politizar o grupo. Ao Médicos pela Verdade juntaram-se a anestesiológica Maria de Oliveira e José Manuel Castro, advogado do criminoso neonazi Mário Machado. Ajudado pelo advogado, que também presta serviços jurídicos ao *night-club* Elefante Branco, célebre casa de alterne de

luxo, Rodrigues promoveu, nas redes sociais, uma recolha de fundos destinada a divulgar uma «ação popular» contra as medidas sanitárias do governo, a 50 euros por cabeça.

Durante anos, o «gestor» informático do Médicos pela Verdade representou, em Portugal, a sociedade Zeek Rewards, ligada a esquemas em pirâmide *online* que defraudaram um milhão de pessoas com promessas de rendimentos avultados. Paul Burks, o mentor dessa burla gigante (superior a 900 milhões de dólares), foi condenado a mais de catorze anos de prisão em 2017, mas Alfredo Rodrigues defendeu a empresa nos fóruns e páginas de investidores que, anos antes da derrocada, já se queixavam ou alertavam para indícios de fraude. Rodrigues recusou-se a falar comigo sobre este passado, considerando serem assuntos privados.

O propagandista da página «queroemigrar.com» no Facebook, emitida a partir de Bruxelas e com mais de 56 mil seguidores em 2020, foi guru do «desenvolvimento pessoal» e do *marketing* multinível. Tanto promovia sessões de «apoio holístico» como comentava o programa do Chega, do qual negava ser militante, mas sem disfarçar afinidades. «Um partido que pensa em nós, que estamos longe de Portugal, finalmente», saudou quando Ventura lançou o projeto político. Rodrigues comparou as propostas do Chega a «um verdadeiro tratado filosófico». «Só me lembro», dizia, «de ter tido um gozo tão grande quando li a *Utopia*, de Thomas More».

Em fevereiro de 2021 o grupo encerrou, ferido pelas circunstâncias. Alfredo Rodrigues explicou-se nas redes sociais. «O ambiente concentracionário e repressivo em que vivemos e que vem sendo acentuado desde a nossa fundação, aconselha a que por ora não se vá mais além neste formato», anunciou em comunicado.

Uma investigação de Joana Cunha, especialista em História e Teoria da Comunicação, com base numa amostra de 82 publicações do grupo e 2460 comentários, mostrou que a atividade do Médicos pela Verdade tinha pouco de verdade: resumiu-se a polarização, desinformação, conspirações e discurso de ódio. A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) aplicou ao movimento uma coima de 15 mil euros por «violação do rigor científico na conceção e difusão de práticas de publicidade em saúde relacionadas com a pandemia de covid-19».

Muitas das teorias conspirativas em circulação — «não há pandemia», «os mortos não morreram de covid-19», etc. — atraíram setores da ultradireita, os mais dinâmicos das manifestações negacionistas pela «liberdade». O relatório de Segurança Interna relativo a 2020 alertava para «riscos de radicalização violenta *online* de jovens portugueses», com tendência a agravarem-se. A clausura pandémica aumentou o tempo de exposição digital, galvanizou sentimentos antissistema, reforçou a radicalização com base xenófoba e o discurso de apelo à violência e ao ódio. Não eram boas notícias.

O pantanal é aqui

Entretanto, por muito que André Ventura tentasse dar outra roupagem ao Chega naquele outono/inverno de 2020, o partido continuava feito em trapos. Nem o presidente tinha autoridade sobre figuras do seu núcleo duro.

Em outubro, um grupo de dirigentes criou um perfil falso no Facebook com o nome Maria Lúcia Graça. O objetivo era destilar ódio e atacar outros dirigentes que detestavam ou viam como ameaça ao seu poder interno. Entre os alvos dos *posts* e comentários estavam Luís Graça, Lucinda Ribeiro, Patrícia Sousa Uva e Ana Eusébio, entre outros.

A milícia digital ocultada sob falsa identidade coordenava as suas ideias e ações a partir do grupo privado Operação Trigo Limpo, criado no WhatsApp. Ali se juntavam Patrícia Branco, Ricardo Regalla, Diogo Pacheco de Amorim, Manuel Matias, José Lourenço e André Almeida, dirigente na Maia. A palavra-passe inspirou-se numa expressão usada com frequência por Regalla: «Ó mulher, cala a boca!» (omulhercalaaboca). «Agora é preciso arranjar-lhe amigos para começar a publicar coisas...», referiu Patrícia Branco sobre o perfil falso, para começo de conversa.

Durante anos, a dirigente da concelhia de Lisboa esteve ativa na blogosfera através da página *A Mais Picante — Um Blog very Snob-Chic e Très Sarcástico* com o lema «Podemos tirar a mulher da Amadora, impossível será tirar a Amadora da Mulher». Eram escritos de puro acinte e o grupo do Chega acabou a divertir-se à grande através da inventada Maria Lúcia Graça, que adotou o estilo de Patrícia, «a mais picante».

«Anda em maquinações e conluíus pela calada [...] Faz uma voz de santinha de pau carunchoso [...] Cobra!», diziam de Lucinda Ribeiro. «Já se está a ver na Assembleia da República, mas esqueça lá isso que quem nasce para lagartixa não chega a jacaré! A Dona Patrícia chegar aos bancos da Assembleia só se for para os limpar!», ironizavam sobre Sousa Uva. «É um extremista fascista [...] Deixe de recrutar extremistas para a juventude [...] Um miserável traidor», vociferavam sobre Luís Graça. «Todos os partidos têm o seu idiota de serviço [...] Um senhor que tem como currículo ter levado as empresas da família à falência», referiam a propósito de Manuel Ferreira dos Anjos.

Confrontado com o teor dos textos e partilhas da falsa Maria Lúcia Graça, o líder do Chega prometeu a Patrícia Sousa Uva que, caso descobrisse os autores, expulsá-los-ia. «O Diogo, o Regalla, a Patrícia Branco, prima da mulher do Diogo, são todos muito religiosos, mas criavam perfis falsos, ordinaríssimos. Perguntei-me: “O que ando aqui a fazer!?”», desabafou Sousa Uva. «O André soube logo no início, mas agiu tarde. E a única consequência foi obrigar a Patrícia Branco a abdicar, por “razões pessoais”, do lugar no conselho de ética», explicou-me o ex-dirigente Gerardo Pedro. «Não foi expulsa, talvez para não se correr o risco de denunciar os outros para a opinião pública.»

Questionado por Luís Graça nas redes sociais, José Lourenço confirmou a existência do perfil, além da sua ligação ao mesmo, assim que se chateou com o

partido. «O André só teve conhecimento do suposto grupo depois de eu lhe ter dado conhecimento e enviado provas (*prints*)», explicou a Graça. «O grande incentivador era o Bispo Vermelho, o falso religioso, o lambe-botas, semianalfabeto e que roubou 500 mil euros à custa de ser benemérito», publicou nas redes sociais, referindo-se a Manuel Matias.

«O que fez Ventura?», perguntou Nuno Afonso nos escritos vertidos em livro, «mentiu, fingiu, enganou e deixou passar mais estes crimes de difamação, atentado ao bom nome e, sobretudo, inaceitáveis faltas de respeito. Mas como era o “seu lado” a atacar o “outro lado”, fechou os olhos», resumiu.

«Eu geria uma data de páginas, mas militantes do Chega criavam outros perfis só para criticar e enxovalhar. Fui vítima de vários», assevera Luís Graça. «O da Maria Lúcia Graça é da autoria de um conjunto de cobardes, com o Regalla a administrador, e foi feito num período de guerra civil interna. Frente a frente, cara a cara, acagaçavam-se todos», refere Graça, sem disfarçar a repulsa.

«Eu não tenho, mas a maioria das pessoas do Chega sempre teve perfis falsos», confirma Nuno Afonso, fundador. «Os ataques a partir de perfis falsos eram o pão nosso de cada dia», subscreve outro ex-dirigente nacional, José Dias.

No início de outubro, André Ventura desenhoo do ambiente interno e rumou a Paris a convite de Marine Le Pen. Pedro Pessanha, que o acompanhou, alugou um carro, em nome do partido, por quase 600 euros para circularem na cidade.

O encontro, dia 8, teve partes cómicas, captadas pela SIC. «É espantoso», gracejou a líder extremista francesa dirigindo-se ao interlocutor. «Percebe perfeitamente o francês, mas não sabe falar», disse a francesa. «Um pouco, um pouco, apenas que me chamo André Ventura», reagiu ele, com um ar traquina, na língua de Marine. No currículo, o presidente do Chega indicou um domínio «regular» do francês, tal como o hebraico em termos de leitura e escrita, já para não falar do arábico, onde é «bom» até a conversar. «O André não fala francês», desmente, porém, o fundador Nuno Afonso. «Por isso levou o Pessanha a Paris: ele tinha vivido e trabalhado na Bélgica.»

Regressar de Paris significava mergulhar na panela de pressão do partido, gerir tensões, egos, a mercearia da política que exasperava Ventura. Até ao final desse ano, mesmo com recurso a aplicação da diretiva 3/2020 para estancar as desavenças internas na praça pública, o líder não conseguirá ter mão no partido. E a anarquia reinante custar-lhe-á a demissão da sua mandatária nacional para as presidenciais, Patrícia Sousa Uva.

A chamada «lei da rolha» impôs sanções para referências ofensivas entre membros ou dirigentes do partido e «ataques, diretos ou subtis, à sua honra e ao seu bom nome». A publicação, na imprensa ou nas redes sociais, de «episódios ou narrativas sobre a vida interna do partido» e o menosprezo público pelos órgãos eleitos podia levar à expulsão. Nada ficava de fora do *Big Brother* de Ventura. E isso

inclui páginas públicas ou políticas, perfis pessoais e grupos públicos nas redes sociais, e até mesmo grupos de WhatsApp e outros.

«As redes sociais não são para nos prejudicar, mas para benefício. São para serem bem usadas, para atacar os nossos adversários», justificou Ventura na reunião da direção de 3 de dezembro de 2020, na qual a «lei» foi aprovada.

Naquela altura, o Chega perdera 51 militantes, mas ganhava centenas. E o líder não queria correr o risco de passar a ter um saldo negativo à custa da imagem arruaceira do partido. Na reunião, de resto, divulgaram-se vários casos de militantes suspensos. «Tem de ser, estamos no limite», explicou o chefe. «Estamos aqui para fazer política.» Patrícia Sousa Uva contestou: «Não vai dar em nada. Fazem perfis falsos, isto vai continuar», reagiu, indignada com os ataques de que era alvo no Facebook e com o garrote imposto por Ventura. «A direção é nazi», acusou. «Alguém que tem sido insultado sou eu. Alguém me tem visto a responder?», matizou Pacheco de Amorim.

Dois dias depois, uma reunião de coordenadores e militantes do Chega na Casa do Brasil, em Santarém, acabou em agressões entre os dirigentes Gerardo Pedro e Edite Ramalheira por divergências internas. «Ladra, és uma merda!», berrou Gerardo, agarrando-a por um braço, enquanto a empurrava e projetava contra uma cadeira. Ela tentou soltar-se dando-lhe um estalo. Só a pronta intervenção de Nuno Afonso evitou males maiores. Ambos apresentaram queixa-crime e Gerardo foi suspenso ao abrigo do Código do Trabalho pois ainda era funcionário do partido.

«Temos de ser intransigentes nestes assuntos», pregava Ventura, mas a «lei da rolha» só serviu para atulhar os órgãos do partido de «veneno» e desavenças típicas de um ninho de víboras. Mesmo os mais polidos perdiam as estribeiras. E nem no «tribunal» do partido havia sossego.

Nesse dezembro, foi a vez de um dos membros, Rodrigo Taxa, fiel escudeiro do líder, enviar um documento à direção a propor a demissão de Fernanda Marques Lopes, presidente do conselho de jurisdição, e a dissolução daquele órgão. Rodrigo Taxa dizia-se incompatível com a advogada. Atribuía-lhe «comportamentos e posturas indecorosas», «deslealdade pura» e uma «ausência completa de finura». Realçava as suas diferenças «de sobra» em relação a Fernanda e acusava-a de falsificar o conteúdo de decisões internas.

O resto é um retrato, pela sua pena, do Chega: «Justifico o ordenado que me pagam e não ando, como outros e outras, uns mais longe, outros bem perto, a minar a vida das pessoas. Não vivo de páginas políticas de Facebook, não estou em nenhum grupo de Facebook a intervir por ação ou omissão em qualquer conflito, não ando em reuniões de golpes palacianos a cogitar nomes para substituir André Ventura enquanto líder do partido e nem sequer sou “facebokianamente” amigo de inúmeros membros do partido, pasme-se, incluindo membros desta direção», frisou.

Para Taxa, o conselho de jurisdição estava «ferido de ilegitimidade e incapacidade em laborar de acordo com os mais básicos valores de conduta e urbanidade jurídica».

Ventura, recorde-se, convidou Fernanda para o cargo prometendo-lhe que ia ser tudo pacífico. «Foi a maior mentira do mundo», resume a jurista. O Chega vivia dias assanhados, por vezes o ambiente assemelhava-se a refregas de recreio escolar. «O Manel chamou-me parvo» ou «O Joaquim chamou-me gordo», caricatura a advogada. «Era horrível, impraticável. Fazia-se todo o tipo de queixas, anónimas também.» A dada altura, dirigentes abandonam os cargos, entram outros. A «jurisdição» tornou-se o depósito de todas as conspirações e guerras internas. «A ideia, sei-o hoje, era mesmo que aquele órgão não funcionasse. Ou funcionasse quando desse jeito», observa. «Houve momentos complicados. O Carlos Monteiro passou-se, gritou com a Madalena Bicho, cresceu fisicamente para ela. “Pá, você não bate numa mulher à minha frente!”, disse-lhe o Taxa, também a crescer para ele», conta Fernanda Marques Lopes. A fundadora não guarda mágoas. «O Taxa sempre foi corretíssimo, mas era totalmente leal ao André, só obedecia ao líder», resume.

«O Taxa chegou a ter 56 processos em mãos e não elaborou um: tinha aversão à lei», contrapõe Carlos Monteiro. «O André deixou de atender as minhas mensagens e telefonemas, havia ameaças e traições por todo o lado, mas as sugestões da direção apareciam sempre em processos eleitorais...»

Carlos Monteiro imprimia todos os inquéritos. «Foram mais de mil, só eu fiz 60/70, mas a maioria nunca foi tratada, alguns “morriam” sem ver o fim por ordens do André...» Na sequência do documento polémico de Taxa, reuniram com Ventura. «Íamos andando à estalada», lembra Fernanda. «Fiquei de pé junto à janela, mas a Madalena Bicho ameaçou dar dois tabefes ao Taxa. “Tu e o Nuno querem o lugar do André”, disse-me ele, mas não era verdade.»

A presidente da «jurisdição» continuaria no cargo por mais algum tempo, mas a conflitualidade interna não abrandou. A 10 de dezembro de 2020, Ventura informou a direção da demissão de Patrícia Sousa Uva e propôs um voto de louvor, aprovado por maioria e a despachar pelo correio, em carta privada. A dirigente abandonou o cargo de mandatária da candidatura presidencial do líder do partido. Deixou 7150 assinaturas recolhidas. Ventura não disfarçou a tensão. Propôs Pedro Magrinho para integrar aquele órgão, mas o nome não foi unânime. Uns descreviam-no como «desagradável, pouco ético», outros lembraram o facto de ser polícia. Houve quem sugerisse Rita Matias. «Quem ficar nisto tem que conhecer bem as guerras nas distritais», atalhou Ventura. «Pôr a Rita nisto é atirá-la aos leões.» Escolheu-se Rui Paulo Sousa. Será ele também quem, através da comissão de ética, executará a «lei da rolha», com poderes para denunciar quem pisar o risco. «Vou ser a pessoa mais odiada do partido», admitiu. Na verdade, foi um acumulador de cargos: dirigente nacional, mandatário do partido, responsável pelas contas a partir de dada altura, diretor de campanha e até secretário-geral.

A distrital do Porto, presidida por José Lourenço e na origem dos insultos e ofensas que resultaram na demissão de Sousa Uva, era um dos maiores focos de contestação pelas práticas e conteúdos. Havia uma Chega TV nas 18 distritais, «mas na

do Porto fizeram uma entrevista ao “Macaco”, dos Super Dragões!», criticou o vice-presidente, José Dias. Pacheco de Amorim queixou-se de *bullying* nas redes sociais e na imprensa. «Dizem que fui comprado pelo presidente da distrital do Porto. São acusações gravíssimas», desabafou. Ventura pediu à dupla Diogo e Regalla para pôr o Porto na ordem antes da chegada de Lourenço à presidência. Por esta altura, Diogo ainda estava «melindrado» com o ex-líder distrital do Porto, Jorge Pires, que o acusara no congresso de Évora de servir os interesses do ex-cônsul César do Paço e do seu homem de mão, Lourenço. «Acho mais grave a cena dos ovários», desvalorizou José Dias.

Voltaria, entretanto, à mesa, a saída de Patrícia Sousa Uva. «Não se chama vaca a uma dirigente», reagiu Lucinda Ribeiro, referindo-se aos ataques à amiga através da «falsa» Maria Lúcia Graça no Facebook. O perfil era gerido na sombra, mas nessa altura ela ainda não sabe. Tânger Corrêa, agastado com a saída de Sousa Uva, despertou da letargia: «Porque é que ela se demitiu? Gostava de ter uma clarificação», pediu.

Também eu insisti junto dela depois desses acontecimentos, mas Patrícia Sousa Uva não atendeu o telefone nem respondeu a mensagens durante meses. Um dia, porém, a porta «abriu-se». E ela abriu também o livro sobre a sua vida e os dias no Chega.

Sousa Uva sem filtro

Combinámos jantar na esplanada de um restaurante que ela recomendou, com bela vista sobre o porto de Lisboa e o Tejo: o Le Chat — Food & Cocktails, às Janelas Verdes, entretanto encerrado.

Apanhei um *Uber* para o local, a tempo de vaguear um pouco pela zona do Museu Nacional de Arte Antiga e do Jardim 9 de Abril enquanto esperava. Durante o breve passeio ocorreram-me duas coincidências: não só o nome daquele espaço bucólico correspondia à data de fundação do Chega, como o dia deste encontro, 6 de outubro de 2021, assinalava os dois anos da primeira eleição de André Ventura para o parlamento.

Patrícia Sousa Uva apareceu a fumar *Marlboro*, com o cabelo pintado de loiro reluzente, esticado, um crucifixo ao pescoço e brincos com argolas douradas a realçar o seu rosto fino e o olhar curioso. A mais velha de três irmãos, nascida em Lisboa (1977), educada num colégio católico do Restelo, tem mais duas meias-irmãs do segundo casamento do pai, alentejano de Beja. Para os manos, é a *boss*, espécie de maria-rapaz, compincha e conselheira. Os Uva têm uma costela de Mértola e outra de Monte Gordo, no Algarve. «A tia Margarida Sousa Uva [falecida mulher de Durão Barroso] era prima direita do meu pai.»

A família recebeu a revolução com o mesmo entusiasmo de um velório. «Lá em casa não gostavam nada de comunistas!», reconhece. «A minha avó ficou sem as herdades, foi complicado, mas um lado da família apreciava o Sá Carneiro.»

Direito (um ano) e Ciência Política (dois) cruzaram-se no seu caminho. O pai, «autoritário», via-lhe jeito para argumentar, modos de refilona e mandona. Sousa Uva preferia um curso de restauro, mas nenhum plano deu certo. Exceto aquilo para o qual não havia plano: assistente de pavilhão na Expo'98. Não gostava de estudar e os saltos altos fizeram a diferença.

Desistiu dos cursos, enfrentou a fúria do pai. De castigo, perdeu o carro que ele lhe dera. Trabalhou numa loja de decoração, aprendeu noções básicas de arquitetura de interiores, mas uma cunha do pai, já amansado, deu-lhe asas para o que sonhara: viajar.

Começou pelos jatos privados como hospedeira de bordo, com o empresário Hipólito Pires. Depois, entrou noutra companhia e passou a acompanhar os administradores do Banco Comercial Português (BCP), entre eles o já falecido Christopher de Beck ou até mesmo o advogado Francisco da Cruz Martins, já aqui citado nas movimentações para apoiar o Chega. «Ouvia muitas conversas esquisitas, mas desligava, era preciso discrição e, na verdade, eu não percebia nada de finanças», reconheceu. Da relação com aviões ficou-lhe uma lição para a vida: ter sempre um plano de evacuação. «Ajudou-me um bocadinho no Chega...», sorri, como quem pisca o olho.

Noutra companhia aérea, das grandes, conheceu parte do globo. No Brasil eram «férias». No Kuwait, o olhar sobre o vaivém das guerras: «Levávamos ingleses novinhos, ainda com borbulhas, e trazíamos homens desfeitos, farrapos, da guerra no Iraque.» Da Arábia Saudita, só más memórias. «Estive nos voos para Jidá, a fazer aquela coisa do Haje [peregrinação sagrada a Meca, “obrigatória” para os muçulmanos, pelo menos uma vez na vida]», conta, com um esgar de repulsa. «Não nos respeitavam por sermos mulheres. Queríamos sentar as pessoas quando entravam, mas as mulheres vão para trás, os homens na frente. Não têm malas, estão há quarenta dias sem tomar banho, cheiram mal, têm pulgas, tosem para cima das pessoas. A primeira vez na vida que pus máscara foi nesses voos. Tinha de ser, era pestilento», relata, quase sôfrega. «O trabalho do avião... Eu, uma pessoa superbem, a lidar com aquilo...» O impacto dessas memórias mantém-se. Por outras razões. «Chocou-me ver o que eram os direitos das mulheres no mundo árabe.»

Tirou um curso de Joalheria, viveu em Londres com o marido, bancário, e aí teve o primeiro filho. Morou em King's Road, no bairro de Chelsea, zona chique, mas regressou a Portugal, já com o segundo filho, e depois seguiu para Madrid, de novo atrás do companheiro, onde teve o terceiro. «Foi a minha vida: ser mãe, ser dondoca...»

Íamos entrar no tema Chega quando revi os apontamentos e percebi que deixara para trás a polémica da Zippy. Em março de 2019, Sousa Uva desancou a nova linha de roupa sem género da marca para crianças nas redes sociais: «Nem quero acreditar», reagiu. Para ela, a Zippy «preferia perder clientes de famílias numerosas» em nome do chamado *genderless*. «Um atentado às crianças. As crianças nascem rapazes e

raparigas e não vai ser uma moda estapafúrdia que vai mudar a biologia, a ciência e a evolução antropológica do ser humano. Zippy nunca mais!»

Seguiram-se insultos, ordinarices. Deixou andar. «Não quero ideologia de género no ensino, é o meu problema. Não é desrespeito, não é fazer como o Manuel Ferreira dos Anjos que é um bocado homofóbico. Essa não é a minha onda, de todo», esclarece, «mas não posso permitir que se ensinem disparates e se baralhe a cabeça aos miúdos. O meu combate é contra a tentativa de imposição», defende-se Patrícia Sousa Uva. «As crianças depois querem mudar de sexo e o Bloco de Esquerda diz que eles podem, está a ver? Sem autorização dos pais! O que é isto?!», afirma, revoltada. «Se calhar, querem reduzir população, menos gente e mais ganza, deve ser por aí...», ironiza. Por isso, gostava tanto de Orbán, o líder húngaro. «É defensor da cultura mais europeia...»

Mais adiante na conversa, Sousa Uva admitia, porém, ter exagerado os fantasmas. «Isso da ideologia de género está a revelar-se uma treta. Tenho os meus filhos na escola e, para já, ninguém lhes está a ensinar que podem mudar de sexo.» Já os receios da imigração em massa mantinham-se. «Temos uma comunidade islâmica, em Lisboa, que veio de Moçambique e nunca fez mal a ninguém, mas são poucos. Agora imagine que vêm muitos, como esta malta toda de Angola, Cabo Verde e não sei quê. É perigoso», adverte. «Bem ou mal, eles foram para a periferia, por isso só podem ser violentos, devem gostar de andar à facada...»

«Agora apareceu alguém para ajudar...»

Patrícia Sousa Uva já votou CDS, PSD e Pedro Passos Coelho em 2011 e 2015. «Tinha muito má impressão dos partidos, achava que era tudo gente vendida, mafiosos. No Chega acreditei um bocadinho, era suposto ser diferente...»

Era mandatária nacional da candidatura presidencial de Ventura quando se demitiu. «Saí por causa das confusões com o Lourenço e a distrital do Porto», justificou. «Chamaram-me tudo: vaca, tia de Cascais, mandaram-me pintar as raízes, insinuaram que eu trabalhava numa casa de alterne. Foi baixo. No Chega, há gente muito malformada.»

Para uma série de dirigentes, Lourenço foi um cancro. «Quando se aproximou do Chega», conta Sousa Uva, «recebi um *email* de um amigo em Londres a explicar-me quem ele era. Passei a mensagem ao Regalla, ao Diogo e ao Graça e nenhum fez caso. O Lourenço tentou abrir empresas, dizia que era rei disto e daquilo, que era o melhor amigo do Paulo Portas, etc. Pintava uma história...» O amigo de Sousa Uva contou mais: «Disse-me que ele não tinha dinheiro, não investiu em Londres e, às tantas, queria era que lhe dessem dinheiro para ir para o Brasil para uma casa de meninas.»

Na direção do Chega, reforça Sousa Uva, não fizeram caso. «Temos pouco dinheiro e agora apareceu alguém para ajudar», ouviu a antiga dirigente a Ventura numa reunião, quando o líder terá tentado justificar a tolerância com a postura do líder

distrital do Porto: mandatado pelo então cônsul César do Paço, Lourenço teria, segundo ela, feito um donativo que dava para pagar a sede nacional por um ano. «E se o investidor for embora, temos dinheiro para pagar a sede, não ficamos nas mãos dessa pessoa?», questionou Uva, na mesma reunião. «Podes estar descansada», terá garantido Ventura. «Depois, foi o que se viu. Aquilo tinha sido tudo combinado com o velho, com o Diogo. Sempre com aquele ar de “minha querida isto, minha querida aquilo”, mas sempre a tentar safar-se», comentou. «O Jorge Pires [ex-líder da distrital do Porto] fez quilómetros para ajudar o partido e suspenderam-no porque criticou o conflito de interesses do Diogo quando apareceu ligado à fundação do César do Paço. A Lucinda também achou uma vergonha, o Diogo deixou de me falar.»

Nada que a apoquentasse, mas algo lhe tirava o sono. «Ouvi histórias de envelopes de dinheiro a entrar no Chega, em todo o lado. Confrontei o André, mas desmentiu. Disse-me: “O partido cresceu rapidamente e não posso controlar tudo o que se passa nas distritais.”» A entrada de Lourenço foi, para ela, o princípio do fim. «Uma coisa é aturarmos o povo querido e ingénuo, mesmo no meio da sua loucura boateira, outra é esta chico-espertice.»

Entretanto, iam chegando à mesa águas tónicas com gelo e limão, pratos para *picar*: ovos mexidos com espargos, tártaro de atum, bolinhas de sapateira e camarão, pica-pau de lombo. Pergunto-lhe se não leva a mal que molhe o pão no molho da carne. «Oh, Miguel, eu também faço isso!», reagiu ela. «Tenho este ar de tia mas gosto de comer, sou bom garfo», riu-se.

Quando se noticiou que o cônsul César do Paço ia comprar o Canelas, clube de futebol dirigido por Fernando Madureira, líder da claque Super Dragões, o marido de Uva pasmou. «Tu sabes disto?!», confrontou-a. «Sei, ando a avisar...», explicou. «E continuas no partido? Diz-se que o Canelas faz tráfico de droga», insistiu ele. «O meu marido detesta o Chega, acha que o André é um aldrabão», resume Sousa Uva. «O André teve sempre grande tolerância para quem dava dinheiro e trabalhava de graça, mas não para quem o enfrentava. Na última reunião em que participei, disse-lhe tudo o que estava mal.»

Estava exausta, fragilizada. «Quando saí, tinha o meu casamento praticamente desfeito e os meus filhos abandonados por causa da recolha de assinaturas para sua excelência André Ventura. E o gajo não me deu valor», critica. Numa ocasião, Patrícia Sousa Uva esqueceu-se de um dos filhos à porta da escola. «Ele foi para casa de um amigo jogar à bola, do outro lado da rua, e eu achei que o José Lourenço tinha mandado raptá-lo», conta, emocionada. «Vivia assim, tinha medo. Nunca tinha lidado com este mundo. Eles ameaçaram toda a malta do Chega que os enfrentava, mas não deixei pisarem-me os pés. Estive cinco anos sem falar com o meu pai, ninguém me levantava a voz.»

«O Chega subiu-lhe à cabeça»

Patrícia Sousa Uva acumulou desilusões, episódios, comportamentos nada condizentes com a retórica do partido que se propunha mudar Portugal. «O Luís Graça andou com o Regalla e o Diogo ao colo, ia buscá-los, pagava-lhes coisas, dava-lhes cigarros. Quando se apanharam a receber dinheiro do partido, cagaram no Graça. Queriam correr com ele», relata. Pacheco de Amorim é tido por senador e ideólogo. «O Jorge Castela, sim, é um senhor. O Diogo é um calhau», assume Uva. Quando o primeiro abandonou o Chega, estava o partido na «barriga» do Tribunal Constitucional, foi preciso desenrascar outros textos programáticos. «Isto é um partido cheio de ideias, mas tenho em casa, na gaveta, um programa já feito», terá dito Pacheco de Amorim a Ventura, segundo a ex-dirigente. «Disse a jornalistas que eu, a Lucinda e o Graça éramos extremistas, mas escreveu um programa com coisas fascistas.»

Sousa Uva tomou também as dores de Lucinda. «Agora, o André já não precisa dos evangélicos porque cresceu para os lados do Opus Dei...» Antes um ídolo, Ventura revelou, aos olhos dela, um lado *fake*. «Aceita tudo. Às vezes, ia furiosa falar-lhe de um assunto, ele dizia uma piada, eu ria-me e pensava: “Se calhar, estou a levar isto demasiado a sério.” Ele não leva nada a sério. É uma mistura de padre com chico-esperto do futebol de Mem Martins, mal aconselhado», retrata, sem maquilhagens. «O Diogo e o Regalla são uns sacanas. O Manuel Matias fez tudo para meter lá a filha e o filho. Não têm onde cair mortos.» A antiga dirigente dividia a fama — nem sempre os louros — de dizer tudo, sem filtros, nas reuniões, com o vice-presidente, José Dias.

O líder irritava-se com a postura dela: chegou a dizer-lhe que ninguém lhe falava assim. «Sou boa a ser dura», sorri, sem disfarçar a malícia. «Quando tenho razão, sou extremamente desagradável.»

Aos poucos, Sousa Uva percebeu a gestação de um projeto de poder pessoal. «O Chega subiu-lhe à cabeça. O André era humilde, porreiro, e de repente tinha hinos, gente de pé, a bater palmas, tipo *starlet*, com seguranças, já quase não chegávamos a ele», descreve. «Quando saiu do PSD, só tinha esta alternativa e preencheu o nicho. Estava vago. Ele acredita em algumas coisas, noutras não. O Chega começa e acaba nele. E em quem está com ele. Não é ditador, mas tem o Dr. Jekyll e o Mr. Hyde dentro dele. E nós aguentámos, pois vivíamos na ilusão de que estava apenas mal aconselhado.» Não era bem assim. «O Chega é um partido, não é a empresa dele», desmonta. «O André não pode ser o olho da pirâmide com as bases a servi-lo. Teve a coragem de fundar o Chega, mas não foi a lado algum sozinho.»

A recolha de assinaturas para a candidatura a Belém abriu-lhe ainda mais os olhos a partir dos bastidores. «Uma vez disse ao André: “Estamos a criar condições para um dia meter gente horrível nas instituições, malformada, sem caráter”», recorda. «Os presidentes das distritais são organizadores de eventos, mais valia criarem empresas de *catering*», diz, sarcástica. «Faziam coisas horríveis uns aos outros. Vi no Chega aquilo que era suposto combater fora.»

No início de dezembro de 2020, com madrugadas pelo meio a tratar da candidatura presidencial, Patrícia Sousa Uva redigiu então a carta de demissão. Estava

farta. «Se eu saísse depois de entregar as assinaturas, era o André que me ia pôr a andar», desconfiou. «Tive de sair a mal. Todos queriam o meu lugar. Ele tinha-me dito que ia fazer a “lei da rolha” porque estava incomodado com os insultos que me fizeram. Então, porque não lhes disse para baixarem a bola? Afinal, era a mandatária dele que estavam a insultar...», desabafa.

As injustiças em relação a militantes e dirigentes que respeitava contribuíram para a saturação. «Entre outras coisas, acusei-os de perseguir pessoas através de perfis falsos.» A decisão de expulsar Jorge Pires exaspera-a. «Suspenderam uma data de pessoas e, quando chegou a vez do Jorge Pires, só havia três ou quatro votos contra: o meu, o do Mithá e do José Dias. Passei-me!» Durante o resto da reunião não tirou os olhos de Ventura. Pediu para falar. «Tem noção de que acabou de expulsar a pessoa que foi o meu braço-direito no Porto, que foi recolher as suas assinaturas, que tirou, todos os dias, tardes no escritório para ir trabalhar?!», acusou, virando-se depois para os outros dirigentes. «Vocês não sabiam, mas o André sabia. Têm noção de que estão a cometer uma injustiça?» O ambiente toldou-se. «Disseram que eu era uma princesa amuada», lembra. «O Diogo chamou-me tia histérica.»

No fim da reunião, Patrícia engatilhou o desenlace. «Pedi cinco minutos ao André só para deixar as assinaturas no gabinete dele, fechadas, para não roubarem. Está a ver o ambiente? Ridículo! Um partido que dizia querer mudar o país com esta selvajaria lá dentro.»

Enquanto tirava as assinaturas da pasta, desafiou Ventura. «Agora vá chamar os funcionários Regalla e Diogo e peça-lhes para acabarem de recolher as suas assinaturas. A mim, não me apanha mais», disse-lhe.

«Ah, estás a brincar, não podes, não aceito a tua demissão. Lá que te tenhas incompatibilizado com a direção...», reagiu Ventura, surpreso.

«Saio já hoje!», disse, determinada.

«Desculpa lá, mas não aceito», voltou a contrariá-la o líder do Chega.

«Como assim, não aceita?! Tenho algum contrato consigo, de dar quinze dias à casa, paga-me alguma coisa?!», troçou Sousa Uva, levantando a voz. «Estou horrorizada com a política. Pregamos para fora o que não fazemos cá dentro. Temos nepotismo, indícios de corrupção, conflitos de interesses, boateira, tudo e mais alguma coisa.»

«É assim em todos os partidos...», justificou Ventura, a tentar amansá-la.

«Não íamos ser diferentes?! Onde está o Chega que ajudámos a criar?!» Sousa Uva estava aos gritos.

«Estás muito exaltada, vou-me embora. Vai beber um *gin* para te acalmares», disse-lhe Ventura, virando costas.

«Não volto a pôr os pés nesta sede, é a última vez», despediu-se Patrícia. «Não acredito mais em si, não lhe dou nem mais um minuto da minha vida. Somos a maior fraude da História da política portuguesa. Fazemos cá dentro tudo o que dissemos que íamos combater.»

Patrícia Sousa Uva arrepende-se de não ter acrescentado algo mais: «Ele sente-se a última *Coca-Cola* do deserto. E gere o partido como gere a família. A família dele é a Dina, que é submissa, boazinha, a esposa perfeita, devota. Não fala muito, aguenta tudo, espera por ele. Havia de ser comigo! E o “filho” é a coelha que está na gaiola. Chega a casa, tira a coelha e faz-lhe festinhas!», retratou. *Acácia*, coelha doméstica do casal Ventura, faleceu em 2022.

No dia seguinte, Sousa Uva recebeu uma SMS de Ventura: perguntava-lhe se a demissão era definitiva. Ela confirmou e acrescentou justificações pessoais, da vida privada. «Se não lhe explicasse o lado sentimental da decisão, ele ia pôr o partido a falar mal de mim», justifica. Combinaram dizer publicamente que a saída era por motivos pessoais e familiares. «Sentia-me em baixo, chorava. Já não tinha o Chega, o meu marido andava a pedir-me o divórcio e eu estava sem nada para fazer. Era toda a gente a ligar-me, isolei-me», emociona-se. «E nem o nosso acordo o André respeitou. Mandou o Diogo dizer ao *Expresso* que eu tinha amuado por causa dos problemas com a distrital do Porto.» Mithá Ribeiro foi o único dirigente de quem se despediu. «A maioria dos seguidores olha para o Chega como uma oportunidade. Não leu o programa, é a malta do culto», descreve, a traço grosso.

Nas autárquicas de 2021, Patrícia Sousa Uva votou em Carlos Moedas (PSD) para a Câmara de Lisboa. «E dizem vocês, jornalistas, que sou de extrema-direita», provocou-me. No início de 2022, foi mandatária para a Família do partido de extrema-direita e negacionista ADN, de onde também já saiu. Em março desse ano, apresentou, ao lado do editor Rui Amiguiño, da Contra-Corrente, o livro *White Guilt* [Culpa branca] — *O racismo contra os brancos na era da sociedade multiétnica*, do advogado italiano Emanuele Fusi.

O SEGREDO DOS AÇORES

Como se normaliza um partido como o Chega?

Antes de mais, há mérito próprio.

Entre 2019 e 2020, passou de 700 a 15 mil filiados. Ainda sem cumprir dois anos, tinha órgãos distritais organizados em todo o território, fora admitido no grupo europeu ID e era presença assídua na imprensa, mesmo tendo apenas um deputado: o seu líder. Parte da importância e da relevância tinha sido dada por adversários e pelos indignados da espuma dos dias digital.

O fenómeno estava estudado. «A longo prazo», explicou o historiador argentino Federico Finchelstein, «um enfoque na insanidade do líder mitomaniaco, e não na ideologia mítica, a sua e a dos seus seguidores, obscurece o facto mais importante acerca da sua liderança: a realidade de que as suas mentiras fundamentalmente autoritárias e as suas fantasias racistas sobre o mundo se vão constantemente normalizando e sendo apoiadas por um amplo segmento do povo, bem como relevantes figuras partidárias».

André Ventura jogou igualmente «a carta da normalidade», explicitada por outro historiador, o italiano Enzo Traverso: com um conteúdo ideológico flutuante, apresentou-se sem as vestes subversivas dos fascismos, mas disposto a transformar o sistema a partir de dentro.

A outra parte da normalização do Chega foi atribuída a Rui Rio.

Em julho de 2020, o então líder do PSD lançou, na RTP, um desafio a Ventura: caso se portasse bem, adotasse uma linha «mais moderada», poderia haver conversas para uma eventual solução governativa logo que o PS fosse apeado.

A 25 de outubro, o PSD venceu as eleições dos Açores, sem maioria. O Chega estreou-se no parlamento regional com dois deputados. Semanas depois, os dois partidos fizeram desses resultados um laboratório: entenderam-se para a viabilização de um Executivo de direita na região autónoma. Pelo menos, assim o anunciou Ventura.

O PSD, cuidadoso, não usou esses termos, mas confirmou o entendimento, sem desvendar o conteúdo e como se chegara a ele.

Enquanto a direção social-democrata geria as implicações políticas do acordo dos Açores com o Chega, o deputado e dirigente nacional André Coelho Lima sentiu o desconforto em dose dupla. Considerado um dos mais moderados da direção, social-liberal convicto, pró-aborto e adepto de causas progressistas, tudo o separava do Chega. Involuntariamente, porém, acabou por ser o «bombeiro de serviço» na defesa desse pacto das direitas, cujas negociações não acompanhara e a cuja finalização não assistiu.

Quando respondeu aos jornalistas no parlamento e defendeu o PSD dos ataques por causa da «normalização» do Chega, Lima não dormira nem mudara de roupa. Tinha regressado poucas horas antes dos EUA, aonde se deslocara enquanto observador das eleições norte-americanas. Florbela Guedes, diretora de comunicação do PSD, fez-lhe um *briefing* apressado dos pormenores e da mensagem a passar para o exterior. O acordo dos Açores caíra no colo do deputado aos trambolhões e ele defendeu-o como pôde.

O Chega confirmou o acordo numa reunião de direção, a 9 de novembro. O líder explicou as reivindicações aceites pelo PSD: fiscalização e redução de subsídios sociais, abertura de um processo de revisão constitucional, criação de um gabinete regional de luta contra a corrupção, redução de deputados, auditoria à gestão do anterior governo PS dos Açores, à época a região com maior percentagem de beneficiários de RSI.

Segundo Rui Rio, os pedidos em nada feriam a matriz social-democrata. A sintonia ficou evidente três dias depois. Com sessenta e um minutos de diferença, Rio e o líder do Chega publicaram no antigo Twitter referências idênticas ao polémico acordo numa altura em que o mesmo inflamava a atualidade. «Sobre o avanço do fascismo nos Açores, que temos hoje? Alguma novidade especial?», provocou o líder do PSD. «Hoje não há mais nada sobre o crescimento do terrível monstro do fascismo nos Açores? Ou sobre como a direita portuguesa não cessa de cruzar linhas vermelhas? Desilusão!», escreveu Ventura, no mesmo tom. «Ao acolher o Chega no seu abraço fraterno, o PSD disse ao país: esperem, eles não são nem fascistas, nem extremistas, nem o diabo, são uns tipos porreiros que nos vão ajudar a vencer o socialismo», escreveu Nuno Afonso no seu livro. Na perspetiva do Chega, «objetivo atingido», claro.

Durante semanas, Rui Rio foi acusado, na imprensa, de normalizar o partido de Ventura, de lhe permitir vestir pele de cordeiro, de expor o PSD ao vírus do populismo e de estar ávido de poder. A sintonia de incidência parlamentar nos Açores abriu também brechas internas como há muito não se via.

Chega para aqui, Chega para lá

Quando era presidente da Câmara do Porto, Rui Rio tinha um par de frases em alemão nos seus dois telemóveis. «Pensa sempre primeiro» era uma. «Aprende sempre qualquer coisa», outra. A forma como geriu a estratégia em relação ao Chega levou os críticos a pensarem que talvez tivesse esquecido ambas.

Nas conversas telefónicas que, por essa altura, mantivemos sobre o tema, desvalorizou. Discordava do potencial ameaçador do Chega e considerava a falta de acordos de regime a principal causa do populismo.

Não era essa a opinião de outros no partido. «É um problema ético», admitiu Rui Machete, ex-ministro. «É um grande erro político do PSD que irá envenenar toda a sua atuação futura. Ver André Ventura a felicitar Rui Rio no parlamento devia ser uma vergonha para todos os sociais-democratas», afirmou Pacheco Pereira. Recrutado pela direção de Rui Rio para consultor do conselho estratégico nacional, o historiador considerava «um caminho sem retorno» a ponte entre o PSD e o Chega: «O diálogo com a extrema-direita é um erro político grave.»

Quando liguei a Jorge Moreira da Silva, o antigo ministro já tinha escrito um artigo demolidor, no *Público*, sobre o pacto açoriano com o Chega. «Não se fazem acordos com partidos xenófobos, racistas, extremistas e populistas», afirmou. «Não se conversa, informal ou formalmente, e muito menos se negocia com esses partidos. Mesmo que o conteúdo do acordo não ultrapasse as nossas linhas vermelhas ideológicas conceptuais, não existe democracia ou princípios *à la carte*; e a simples circunstância de nos sentarmos à mesa ou de aceitarmos um acordo, mesmo de mínimos, com tais partidos de extrema-direita, não só contribui para uma legitimação formal de cânones políticos que substancialmente não têm legitimação possível, como degrada inexoravelmente a nossa reputação e a nossa credibilidade.»

Quando falámos, Moreira da Silva pediu uma «clarificação» interna, um bloqueio a qualquer diálogo ou entendimento com Ventura. «Como poderá ser o PSD portador desse novo projeto político — aberto, moderno, cosmopolita, inovador, arejado — se, aos olhos dos eleitores, nos aproximamos agora daqueles que são portadores de visões perversas, sectárias, retrógradas e bafientas da sociedade?», escrevera no tal artigo.

Com a autoridade moral de quem se opôs à candidatura de Ventura em Loures (2017), a ex-dirigente Teresa Leal Coelho sugeria ao PSD um único método para lidar com o Chega: «Sem cedências, nem conversas», disse-me. «O seu ideário não é democrático. Estive contra o acordo dos Açores e preocupa-me que o Chega seja legitimado e normalizado pelo PSD. Prefiro que o meu partido perca eleições do que desvirtue os seus valores.»

Não havia como iludir as aparências: o PSD tinha um elefante na sala ou, no mínimo, a entrar pela porta dos fundos. Pedro Duarte, ex-secretário de Estado da Juventude — que viria a ser ministro em 2024 —, também discordou. «Qualquer acordo com o Chega é uma traição à matriz do PSD e deixará marcas.» Diretor da primeira campanha presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa, detestava a expressão «cerca sanitária», mas sugeria algo parecido: «A palavra “Chega” tem um significado.

É um partido que pretende acabar com o regime, tal e qual o conhecemos. Por isso, defendo linhas vermelhas, sou contra entendimentos.»

Nem Rio era uma ilha cercada de críticos e adversários por todos os lados, nem todas as vozes o encostavam às cordas. Dois fundadores do PSD corroboraram a estratégia seguida em relação ao Chega.

Um deles, Mota Amaral, com o simbolismo de ter sido líder do governo dos Açores. «Enquanto [as instituições] funcionarem, o Chega não oferece qualquer perigo nem me parece que o regime esteja em risco de colapsar.»

O outro era o militante número um e antigo primeiro primeiro-ministro.

Estava Pinto Balsemão a escrever as suas memórias quando, um final de tarde, lhe liguei. «Foi dito, desde o início, que a realidade nacional não tinha qualquer relação com os Açores. Tudo o resto é folclore», reagiu, despreocupado.

Balsemão não apreciava o Chega e futuras alianças deixá-lo-iam «desgostoso», reconheceu, mas as «linhas vermelhas» não deveriam ser apenas colocadas ao PSD. «O PCP continua a defender regimes como a Coreia do Norte e não vejo que isso tenha sido um problema para o PS quando fez a “geringonça”.»

Manuela Ferreira Leite, ex-líder do partido, não percebia a polémica. «O acordo parlamentar do PSD-Açores com o Chega está escrito, não é secreto, é transparente. Os pontos acordados não beliscam os princípios e os valores do PSD», defendeu, solidária com Rui Rio.

O que dizia, no entanto, a História?

Manuel Costa Andrade, catedrático de Direito, deputado do PPD/PSD à Assembleia Constituinte, recusou-se, delicado, a tocar no tema quando lhe telefonei. «Não sei bem o que é o Chega: não há doutrina, não há convicção, não há nada», desculpou-se. Ainda assim, aceitou a «viajar» comigo aos primórdios da democracia e do partido. «Sá Carneiro nunca quis que o PSD fosse o guarda-chuva dos fascistas», lembrou.

Era só vasculhar as memórias. O fundador, figura evocada a propósito de tudo e mais alguma coisa no partido, «era de centro-esquerda», reconheceu o próprio Rui Rio, mas, salvaguardadas as distâncias, como é que Sá Carneiro lidou com as direitas radicais e extremistas no pós-revolução?

Em junho de 1974, recusou reconhecer «as forças reacionárias que hostilizam os princípios democráticos». Quatro anos depois, já com o PREC enterrado, não mudou uma vírgula: «Não temos qualquer afinidade com as forças de direita, nós não somos nem seremos nunca uma força de direita.» Em 1979, nos Açores, com a AD, garantiu que a coligação do PSD, CDS, PPM e Reformadores deixava de fora «forças ou personalidades de extrema-direita».

João Silva Carvalho viveu esses tempos por dentro. Fundador do PPD no Porto, íntimo de Sá Carneiro, deixou o partido em pleno cavaquismo por ser regionalista e não se rever no «regabofe» de então. A memória, essa, não se apagou. «O Francisco nunca quis relações com a esquerda marxista nem com os extremismos de direita.

Mesmo a aproximação ao CDS deu-se porque o PS rejeitou entender-se connosco», lembrou. «Ver o PSD dialogar, como aconteceu nos Açores, com um partido tão repugnante como o Chega, é, para mim, um desgosto enorme. Sá Carneiro nunca desceria tão baixo.»

No início da democracia, conversar com a direita radical «era uma questão que nem sequer se colocava», garantiu-me também Balsemão. «Nem era bem desinteresse, era mais desprezo...»

Rui Rio também deixara a sua pegada política. Entre 2004 e 2018, pelo menos, insistiu em reformar o sistema político «rejeitando a habitual demagogia e o populismo fácil». Alertou ainda para «os sinais de decomposição e fratura dos regimes democráticos ocidentais perante a emergência dos populismos e dos movimentos antissistema».

O mesmo Rui Rio destas frases não se opôs, porém, a um acordo entre o PSD e o Chega nos Açores, gerando discórdia interna. Se o presidente do PSD ainda era o político que considerava o 25 de Abril a data mais importante da sua vida, como uma vez me disse numa entrevista, e que aprendeu, na juventude, no Colégio Alemão, os contextos da sinistra ascensão do nazismo, duas perguntas se impunham: estaria ele atualizado sobre as versões adaptadas do ovo da serpente? Teria Rui Rio lido os sinais?

O acordo segundo Rio

Bar do Hotel Tuela, Porto, 28 de setembro de 2022.

Peço um café, a televisão está sintonizada na CMTV.

Tínhamos falado a última vez há mais de seis meses. Decidira aguardar que ele saísse da liderança do PSD, após a derrota nas legislativas de janeiro de 2022, e se despedisse do parlamento para rebobinar a história do acordo dos Açores, mas agora com bastidores.

Rui Rio chegou às cinco da tarde, tal como combinado. Passada larga, sorriso achinesado, barba farta. Nunca o vira tão descontraído: estava com ar de quem preguiça longe dos holofotes. Seria mesmo ele? «Toma alguma coisa, sôtor?», atirou-lhe o *barman*, enquanto se aproximava para me cumprimentar. «Queria um *gin*», respondeu. «Tem preferência?», insistiu o empregado. «Bom e barato, que eu não percebo nada disso», reagiu, divertido. Sim, era ele.

Estava em paz e sossego, garantiu-me. A avaliar projetos profissionais, mas sem pressas. Recostou-se então no cadeirão.

«Por onde começamos?», perguntei, a avaliá-lo. «Não sei o que você quer, mas nunca houve conversa nacional sobre os Açores...», atalhou.

Estava instalado o tema, sem delongas. Embora Rio admitisse, à luz daqueles dias, que teria valido a pena refletir melhor sobre o que disse a propósito do acordo regional

com o Chega, o essencial mantinha-se blindado mais de dois anos volvidos: «Não houve negociação entre a direção nacional do PSD e a do Chega. Zero. Existiram conversações regionais e fui posto ao corrente.»

Na noite eleitoral, a 25 de outubro de 2020, Rui Rio olhava para a televisão quando foi confirmada a vitória do PSD na região autónoma, após décadas de governação socialista. «O resultado é bom», comentou para o lado, «mas não vejo como é possível o PSD fazer governo...»

A seguir, José Manuel Bolieiro, candidato e dirigente nacional, falou aos jornalistas e deixou a porta aberta a acordos à direita. «Fiquei a olhar», reconhece Rio. «Até falar na televisão, o Bolieiro não tinha falado comigo, e vejo-o a dizer o contrário do que eu acabava de dizer.»

Nada de ressentimentos. «Foi dando nota das conversações, civilizadamente, solidário», atesta. Quando as conversas finalizaram, Rio concordou com a solução. «Se discordasse, eles faziam na mesma», admite. O Chega viabilizou a governação «laranja» com os seus votos, mas os termos do acordo valiam pouco. «Quando muito, pode dizer assim: o PSD facilitou um pouco a vida ao Ventura ao assinar um papel.» Vem daí a dúvida ou o arrependimento. «Sabendo o que sei hoje, teria repensado se viria a público dizer [que concordava] ou se me resguardava», reconhece.

Deu a cara, contudo. Para isso, «pesou» o facto de Bolieiro alcançar «um resultado brilhante em circunstâncias muito difíceis», mas a fatura do acordo pagou-a ele, Rio, embora se queixe «das manipulações, deturpações, etc.».

O Chega colocou a Bolieiro quatro condições para viabilizar o governo. «Havia uma alternativa», admite o ex-líder do PSD. «Era dizerem “votem como quiserem” e o ónus ficava do lado do Chega.» Na prática, o que ele pretendia replicar a nível nacional: «Se eu ganhasse as legislativas de 2022, ia deixar ao Chega o ónus de votar contra ou a favor de um governo PSD.»

Já lá iremos. Antes, havia algo para desvendar: como e quando Rui Rio conheceu André Ventura? «Só ouvi falar dele quando estalou a polémica de Loures», garantiu-me. «Mas, em 2019, já estava tudo preocupado com o Chega.»

Após as eleições, só no Alentejo, onde Ventura roubou muitos votos ao PSD, havia drama. De resto, assegura, «não existia pressão para nos aproximarmos do Chega. Era maior em sentido contrário, sobretudo em setores mais intelectualizados do partido».

O primeiro contacto entre ambos, muito antes do folhetim Açores, ocorreu após outubro de 2019, no parlamento. «O Ventura gostava de te conhecer», disse-lhe Adão Silva, então vice-presidente. «Tudo bem», acedeu Rio. «Ele que venha aqui ao gabinete um dia destes.» Ventura bateu então à porta do grupo parlamentar do PSD. «Nem me lembro se tomou um café. Estivemos lá, no máximo, meia hora. Tínhamos sido eleitos deputados. No contacto pessoal, é simpático, agradável, tem piada. Foi nessa base. E acabou aí. Passado uns tempos, disse que tinha reunido comigo... E eu aprendi.»

Segundo Rio, não houve mais reuniões. «Nem mensagens», garante. «Ele chegou a enviar algumas, mas não respondi.» Ao *Expresso*, Ventura pareceu amuado. «Agora

ninguém me conhece. Se seguir as notícias no pós-governo dos Açores, ninguém falou comigo: devo ter decidido tudo sozinho. Sentei-me aqui e pensei: falei com o presidente do governo regional dos Açores, falei com o líder do PSD... Mas deve ter sido tudo da minha cabeça», ironizou.

Ventura disse não estar autorizado a especificar com quem falou. «Pediram sigilo», reforçou. «Precisam do Chega, mas têm vergonha de dizer que estão a falar com o Chega. Se esta diabolização se mantiver, o Chega não vai parar de crescer por causa disso [...] Parece que sou um ativo tóxico», queixou-se. Mais à frente, ao semanário *Novo*, levantou o véu: «Houve conversas com Rui Rio, sobretudo a pedido do próprio, mas não vou revelar mais.»

Nuno Afonso era vice-presidente do Chega quando se fechou o acordo com o PSD nos Açores: «O André disse-me que reuniu várias vezes com o Rio, no gabinete deste na Assembleia. Depois as negociações passaram para o Bolieiro. Lembro-me de estar com o André de madrugada, num hotel nos Açores, e ele ver o nome do Rio a tocar no visor do telemóvel. Depois saiu para falar com ele.» Segundo Nuno Afonso, «Ventura entrava para as reuniões com o líder do PSD no grupo parlamentar por um acesso que pouca gente conhece. A porta está lá, mas há uma televisão à frente».

Rui Rio ri-se. «Sim, na única vez que falei com o Ventura ele entrou por essa porta», confirma. «Sem ser no plenário e excetuando o encontro que lhe contei, mais nada: nem reunião, nem troca de mensagens.»

O líder do Chega terá sido, no entanto, bastante persistente. «Quando tinha um congresso ou um comício em que se justificava dizer que tinha tentado falar comigo, mandava mensagens uma semana antes, pois já tinha na cabeça usar isso dali a dias em termos públicos. Respondi uma vez “não” a qualquer coisa que me perguntou. E aí percebi que não podia fazê-lo mais. Eram coisas do género “podemos fechar isto e isto?” E eu nada.»

Segundo dirigentes do Chega, o emissário do PSD para as negociações foi Adão Silva. Ventura tinha, de resto, relações próximas, pessoais até, com alguns deputados do PSD. Sobre isso, Rui Rio não fala, mas após o breve encontro no gabinete e a SMS a que lhe respondeu, preveniu-se. «Sempre reuni com outros líderes, de todos os quadrantes, e nunca veio nos jornais. Com o Ventura, não houve reunião, nem agenda, mas apareceu na imprensa...», diz, sarcástico. «Não emendou este comportamento, será sempre difícil falar com ele.»

Luís Montenegro, primeiro-ministro eleito em 2024, passou pelo mesmo. Ventura garantiu que ele lhe oferecera um lugar no Executivo se o Chega aprovasse o orçamento negociado nesse ano. «Mentira», reagiu o chefe de Governo, mas a polémica durou semanas. Também em 2020, o líder do Chega publicitara a existência de um acordo com o PSD para um projeto de revisão constitucional conjunto. Rui Rio desmentiu.

Visto dos Açores

Deixemos Rui Rio, por momentos, no Hotel Tuela, e foquemo-nos em Carlos Furtado, um dos dois deputados eleitos pelo Chega nos Açores em 2020. O outro foi José Pacheco.

Ligado à área comercial, que acumula com atividades na construção civil e desenho técnico, o antigo candidato autárquico do PSD em Lagoa, na ilha de São Miguel, deslumbrou-se pelo partido de Ventura. Carlos Furtado viveu o acordo açoriano por dentro. Na fase idílica do enlace, o então presidente do Chega-Açores via o entendimento entre partidos como um ensaio para algo maior. «Isto terá de refletir-se a nível nacional», acreditava.

Para ele, o PSD era uma direita frouxa. Por isso, aderiu ao Chega. Sentiu-se atraído pela postura politicamente incorreta de Ventura, a audácia, «mas nunca aceitei a ideia da instigação de metade da população contra a outra metade, nem as políticas liberais delirantes de Pacheco de Amorim».

Nos Açores, o partido atraiu sobretudo a classe média. Furtado conheceu José Pacheco em 2010. Partilhavam a oposição ao PS, a falta de valores de justiça social e intergeracional. «Hoje, nem ele sabe quem é», reagiu, caricatural, referindo-se ao outro deputado eleito pelo Chega. «Dizia-se democrata-cristão, devoto do Espírito Santo e do Senhor Santo Cristo dos Milagres, e agora é uma figura encenada. Na verdade», crê, «é alguém que só pensa em si e, para sustento da sua imagem, “cola-se” à religião e ao que possa capitalizar. É uma personagem que muda de registo a cada instante, conforme o momento recomenda». José Pacheco, líder do Chega-Açores e dirigente nacional ao tempo desta investigação, não tinha melhor opinião do seu ex-companheiro. Acusou-o de «terrorismo psicológico» e de lhe mover uma «perseguição doentia».

Na noite eleitoral, nem a vontade de influenciar o destino dos Açores disfarçou o mal-estar. «Ventura foi deselegante», recorda Carlos Furtado. «Com o resultado já scrutinado, subiu ao quarto com os que lhe eram mais próximos, deixando na sala muita gente, incluindo os dois deputados eleitos. Foram discutir o que se faria nos Açores», lamentou.

Furtado pediu a Ventura uma reunião restrita no dia seguinte às eleições, mas não a teve. «A falta de cordialidade continuou.» O líder do Chega marcou a conversa para a esplanada de um restaurante em Ponta Delgada, onde também estavam José Pacheco, Pacheco de Amorim e Manuel Matias. «Queriam que o PS constituísse governo, mas sem maioria, para depois o fazerem cair na votação do programa e, então, organizar-se a “geringonça” de direita. Nunca embarquei nesta ideia.»

Ventura «foi insensível aos destinos da região, só se preocupou em usar os resultados eleitorais dos Açores para chantagear o PSD a nível nacional», refere Carlos Furtado. Houve outro «episódio desagradável»: Pacheco de Amorim exigiu-lhe, ao telefone, que desmentisse, duas horas após o anúncio, o apoio à coligação PSD/CDS/PPM. «Comecei por ser educado, mas acabei aos berros e a desligar-lhe o telefone. Durante estes dias, Ventura falou muito pouco comigo.»

O desgaste acumulou-se. «Uma situação que me enojou foi perceber que as “juras de amor” ao eleitorado morriam cedo», conta. «Na noite eleitoral, alguns já se apressavam a preparar os talheres para o “manjar do poder”.» Furtado confirma, indiretamente, a versão de Rui Rio sobre os contactos com o líder do Chega. «Segundo percebi, sabia de tudo, mas não falava com o Ventura, mandava mensageiros.»

Em menos de seis meses, o ex-presidente do Chega-Açores desistiu de harmonizar relações entre Lisboa e o arquipélago. Demitiu-se em 2021.

Os arrufos com o parceiro de parlamento regional e de partido resultaram insanáveis. «Da parte continental, era tudo um jogo de mentiras», acusa.

Em julho, Furtado passou a deputado «independente». Foi expulso.

A crise na governação estalou e Ventura retirou o apoio à coligação liderada pelo PSD regional. «Foram semanas e semanas em que Rui Rio optou por manter o nível de confronto, hostilização e humilhação do Chega. Não é possível haver dois PSD e dois Chega», argumentou. José Pacheco, porém, insistiu em novo acordo e nas garantias dadas por Bolieiro. Como prémio, recebeu uma vice-presidência do partido.

Perto do final do ano, contudo, Ventura exasperou-se: «Quando olho para aquilo que nós acordámos, percebo, não o erro, mas a ineficácia que foi aquele acordo», afirmara ao *Público* e à Rádio Renascença, agastado com um governo regional de «familiares» e «compadrios» e sem avançar com medidas propostas pelo Chega. Em 2024, após novas eleições, o Chega elegeu cinco deputados. Já sem acordo escrito, continuava a apoiar o governo de direita.

Carlos Furtado concluiu: «O Chega não é conservador, nem de extrema-direita, mas sim de extremo oportunismo», explica. «Vive apenas da notícia do dia, não mais que isso, mas ainda irá crescer antes do afundação pela falta de coerência ideológica e parca qualidade intelectual e funcional dos quadros próximos de Ventura.»

Tal como outros, Furtado viu, dentro do Chega, o grau zero da moral e da ética política propagada pelo líder do partido. «Reproduz todos os vícios que critica: o despesismo, a falta de democracia interna, o desinteresse pela resolução dos problemas», resume pela rama. «Os dirigentes alimentam a sua agenda e interiorizaram as benesses de hospedeiro do sistema.» A partir dos Açores, notou «muito dinheiro gasto em seguranças e jantares». Do «grande orador» Ventura, sobra pouco. «É narcisista, só se rodeia de quem o bajula. Pessoas íntegras têm a coluna vertebral demasiado dura para isso.»

Como combater o Chega

Regressemos, então, ao Hotel Tuela, no Porto, e àquele outono de 2022, onde a conversa com Rui Rio ramificou para a sua campanha nas legislativas de janeiro desse ano, que perdeu para o PS.

Rememora-se então o debate televisivo entre ele e Ventura. «Acabou a normalizá-lo...», confronto-o. Discorda. «A minha ideia era desmontar o extremismo dele, despir o que ele diz, deixá-lo naquela palhaçada.»

Estratégia arriscada, como se viu. «Achei que, em termos eleitorais, estancava os tipos que, querendo ir para aquele lado, acabariam por ficar neste. Eu não estava interessado no eleitorado do Chega», assume. «Interessava-me, sim, não deixar fugir aqueles que lhe permitiram eleger mais 11 deputados.» Convenceu-se de que, se fosse a jogo, esvaziava o balão que tinha pela frente.

«Estava na iminência de ver muitos votos do PSD fugirem para o Chega. Por isso, na campanha eleitoral disse “Não” a um acordo, mas não foi um “Não” aos gritos. A ideia era manter a distância, mas não hostilizar tanto que fizesse com que os votos que estavam do meu lado passassem mais depressa para aquele», explica.

Os socialistas ganharam com maioria absoluta. «O partido a que ganhei mais votos foi ao PS, entre 100 a 110 mil. Ganhámos, em termos líquidos, 160 mil votos. E perdi para o Chega e para a IL», especifica. «Quanto ao Chega, o meu discurso, naquele tempo e conteúdo, foi correto. Na forma foi muito prudente, para não assustar...» Digo-lhe que teve o efeito contrário: muitos se assustaram pelo facto de não ser mais concreto em relação ao que faria com o Chega. Concordámos em discordar.

A sua estratégia era, pois, provar que Ventura não era tão radical assim, expor os exageros. «A castração química não é cortar e dar ao gato», ironiza Rio. «Ele usa a expressão para captar votos, mas não está a defender aquilo que as pessoas pensam que está a defender.» Esse, porém, nem foi tema do debate, visto por quase 1,3 milhões de telespectadores.

Para Rio, o Chega «é uma amálgama de disparates à direita, do Deus, Pátria e Família à castração química ou prisão perpétua», descreve. «Tudo coisas que aproveita para, percebendo o desgaste do regime, fazer folclore.» Combater o fenómeno talvez passe por aquilo que falhou no debate e na campanha eleitoral de 2022, mas insiste: «A solução para o problema está do nosso lado, está no que procurei fazer e tanto criticam: despir o Chega. Se contra-argumentarmos, vai-se esvaziando.»

Estudos sobre o impacto desta estratégia nas redes sociais, por exemplo, provam o inverso: quanto mais críticas, ataques ou ódios partilhados, mais o Chega transforma isso em açúcar ou combustível a seu favor.

«A forma como a sociedade evolui é errada e extraordinariamente perigosa. Temos de encontrar o equilíbrio», sugere Rio. «Há momentos da História em que isso é fácil e popular, mas, neste momento, o centro é o pior sítio para se estar. Isto extremou. Por isso levei tanta porrada à direita e à esquerda.»

Rio informou-se sobre a origem dos ataques que sofria nas redes sociais. Falou com gente do setor, e até com um familiar que trabalhava numa empresa «fornecedora» de milícias digitais. «O partido que tinha mais perfis falsos era a IL, não eram o Chega nem o BE», soube. «Eram às dezenas e faziam-no de forma ordinária. São empresas

que contratam miúdos e lhes dizem: “Para aquele, escreves sempre contra, para o outro é a favor”», denuncia.

Quanto ao Chega, mantém-se avesso a cordões sanitários. «Sou cético em relação a uma estratégia de isolamento», assume. «Só serve para ele crescer. Levar o ostracismo ao limite é perigoso. O Chega não tem gente, preparação ou estrutura sequer para a dimensão que já tem, quanto mais para aquela que poderá ter.» Estávamos em 2022, o partido tinha 12 deputados. Dali a ano e meio, teria 50. Em 2025, eram já 60.

Entre 2020 e 2022, Rio foi acusado de normalizar o Chega, mas seria Luís Montenegro, chefe de governo em 2025, a fazer acordos parlamentares a nível nacional com o partido de Ventura no IRS e nas restrições à imigração e à obtenção da nacionalidade. A coligação AD, liderada pelo PSD, retirou ainda a sexualidade e a saúde sexual e reprodutiva dos conteúdos da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento no ensino, uma bandeira antiga do Chega. Do «não é não» à extrema-direita, tantas vezes proclamado por ele e pelos seus próximos, Montenegro deu o dito por não dito e sentou Ventura à sua «mesa».

Anos antes, a 4 de julho de 2022, então já investido líder do PSD, encontrámo-nos pela manhã na sua cidade-natal (Espinho), na lendária gelataria Esquimó, para dois dedos de conversa e um café. Quando lhe falei da relação com o Chega, Montenegro, na altura ainda na oposição, sorriu: «Não vale a pena insistir», advertiu. «Não vou violar os nossos princípios, nunca o farei.» Minutos antes reforçara a urgência de o PSD recuperar um valor caído em desuso: «Há um estigma sobre nós, a ideia de que a nossa palavra não é para levar a sério», admitiu. «Agora é preciso mais do que a palavra dada.»

OS «INIMIGOS DO POVO»

Em 2021, «fizeram-me» homossexual, amante do meu camarada Pedro Coelho (SIC), companhia de Paulo Portas nas sessões noturnas dos cinemas de Lisboa, «correio» de droga e agente de Cuba e da Venezuela em Portugal. Era essa, pelo menos, a versão que o Chega documentara a meu respeito, mas, antes desse delírio, muita água correu por debaixo da ponte.

O partido começava a «engordar»: as receitas do primeiro ano completo de atividade superaram os 600 mil euros. E apenas com um deputado. Quase 113 mil euros foram para gastos com pessoal. As despesas com a sede oficial, alugada já com 2020 a correr, rondaram os 30 mil euros.

Em dezembro, o Chega contratou o aluguer de um *Renault Talisman 1.5 dci Zen* por trinta e seis meses, para o líder, a 400 euros mensais. Fernanda Marques Lopes viu-o chegar a um jantar com Luc Mombito ao volante. «Olha lá, André, compraste um carro para o partido?», questionou-o. «É *renting*», explicou. «O conselho de auditoria não tem de saber?», insistiu a advogada. «Sou presidente, posso comprar o que me apetecer, não vou pedir autorização para comprar uma mesa ou um carro», respondeu Ventura, ríspido. «Ai isto já é por tua conta e risco? Apanhaste o partido feito e já é tudo teu?», provocou-o ainda Fernanda. «Não tenho de te dar satisfações», reagiu o líder, cortando a conversa.

Durante o tempo em que manteve o controlo sobre as despesas, Nuno Afonso apanhou-lhe os hábitos: almoços por largas dezenas, por vezes centenas, de euros à conta do Chega, «estadias, refeições, aperitivos e digestivos para todo o seu grupinho, pagos com o cartão do partido». Isto, pelo menos desde dezembro de 2019, ou seja, já com o salário de deputado, pormenorizou o também fundador no livro no qual recorda a sua passagem pelo Chega.

Em janeiro, mês de eleições presidenciais, o candidato Ventura contava com um total de 2,25 milhões de interações no Facebook e cerca de 10 mil artigos publicados a

seu respeito. Em dois anos, segundo o MediaLab, foram-lhe feitas cerca de 37 mil referências em 3143 *sites* de notícias diferentes.

Estava com o gás todo. E em todo o lado.

André Ventura dominou os primeiros debates televisivos. O formato curto, a dois, bola cá, bola lá, favoreceu-o. Traquejo tinha ele: aprendeu na CMTV. Impunha os temas, gerava conflito, instigava o pandemónio no ecrã, a berraria. Mesmo quem não caía na tática, acabava chafurdado. Por mais que os adversários tentassem, não havia saída limpa.

O ponto alto desse período foi a curta visita de Marine Le Pen a Lisboa, a 8 e 9 de janeiro, para dar ímpeto e plumagem internacional à campanha. Num jantar-comício em Sintra, a francesa disse: Ventura «é um grito que vem do coração, um sinal do céu», capaz de «secar as lágrimas do povo».

As viagens de cinco elementos da comitiva da líder do Rassemblement National (RN) terão custado ao partido, no mínimo, cerca de 5600 euros. Le Pen não prescindiu da assistente pessoal, Catherine Griset, e do guarda-costas, Thierry Légier, julgados em França por apropriação fraudulenta de fundos europeus para fins partidários. Ricardo Regalla usou ainda um cartão bancário do Chega para comprar a peça da Vista Alegre que a líder da extrema-direita francesa levou para casa. Durante a estada, Le Pen fintou o protocolo, desistiu de visitar o Mosteiro dos Jerónimos e preferiu ir às compras.

A campanha corria bem a Ventura. E nem as picardias de Serpa o atazanaram. No anfiteatro local, surpreenderam-no com uma *performance*: enquanto discursava, de frente para o público, as cortinas do palco abriram-se nas suas costas e delas surgiu um esqueleto, usado como adereço numa peça de teatro. Ninguém se deu culpado pela encenação.

Um comício em Portalegre correu-lhe pior. Até a nível interno.

Numa noite ao estilo Trump, mas a fazer lembrar espetáculos de segunda categoria, distribuiu impropérios pelos opositores. A Jerónimo de Sousa, então secretário-geral do PCP, chamou «avô bêbedo». Partilhou o comentário no seu antigo Twitter, mas a antiga aluna que ainda lhe geria a rede social apagou-o.

Fernanda Marques Lopes estava em casa com covid-19 quando leu a notícia. «Não sei como eram os teus avós, mas os meus não eram bêbedos», escreveu-lhe, numa SMS. «O que interessa é aparecer», respondeu Ventura. Quando isto acontecia, Nuno Afonso lembrava-se sempre de uma frase de Roger Stone, lobista e consultor político de campanhas presidenciais norte-americanas, preso por práticas «sujas» decorrentes das suas atividades: «É melhor ser infame do que não ser famoso.»

O líder do Chega também ensaiou o seu momento «antirracista» de campanha. Na noite de sábado, 16 de janeiro, na sede de candidatura em Bragança, anunciou a presença de elementos da etnia cigana no local como «exemplo» de abertura do partido. Ventura rodeou-se de Fátima Gomes, dona de uma rulote na capital do nordeste transmontano, e do sobrinho desta, Natanael André. Na ocasião, Fátima demarcou-se das atitudes dos próprios ciganos: «Sou completamente diferente. Embora seja da etnia,

não me revejo nalgumas coisas da cultura e da vida deles», adiantou. A seu lado, Natanael concordou: era preciso «todos trabalharem», disse, «para o país andar para a frente».

Nem vinte e quatro horas tinham passado quando Fátima Gomes publicou nas redes sociais um pedido de desculpas pelas ofensas «involuntárias» à comunidade. «Um mal-entendido», justificou. Poucas horas depois da ida à sede do Chega, o sobrinho Natanael gravou um vídeo de cinco minutos no qual confessava não ser cigano nem se identificar como tal.

Nascido em Portugal e criado em Madrid, Natanael foi convidado a aparecer na sessão quando «já estava na cama». No local, contou, «o segurança do senhor Ventura agarrou-me pelo braço e meteu-me lá dentro [...] Entrei porque me agarraram». Depois, sim, manteve-se no local «de livre vontade». Natanael pediu desculpa aos ciganos pela polémica. Assegurou ter amigos entre a comunidade, alguns dos quais até já tinham estado com ele na cadeia. «Não quero ofender nenhum tipo de etnia», insistiu, após receber mensagens ameaçadoras. «Não sou esse género de pessoa.» No seu «portunhol», assustado, Natanael confessou-se distante da política: «Gosto é de fumar um *porro* [charro] de erva e estar com os amigos tranquilamente.»

O salvador da pátria

Dias depois, na tarde de 21 de janeiro, à saída do Auditório Charlot (Setúbal), André Ventura foi atingido por um objeto, projetado a partir de um grupo de manifestantes, do outro lado da rua, quando se encaminhava para um dos três *Mercedes* pretos, topo de gama, de vidros fumados, da campanha.

Os elementos do Chega viram uma «chuva de pedras» e ovos. O comandante da PSP de Setúbal, Viola Silva, acrescentou «objetos cortantes». Os repórteres viram ovos, sim, além de caixas de pastilhas elásticas, isqueiros, garrafas de água e uma tampa das jantes de um carro. Havia uma pedra no chão, junto ao carro de Ventura, e ao entrar magoou-se numa perna.

«Percebemos, desde o início, que ia acontecer qualquer coisa porque eles [os apoiantes de Ventura] estavam demasiado “acesos”, vivaços», contou José Chorão, operador de câmara da TVI. Do outro lado da rua ouviu-se um coro de cânticos racistas, dirigidos a Ventura, «como se estivesse orquestrado». O *cameraman* filmou o arremesso de objetos, mas foi impossível identificá-los. Exceto um. «Tenho um vídeo que mostra, perfeitamente, o lançamento de uma pedra», atirada por alguém que, assegura, entra nas imagens, «lança a pedra e sai». O enviado da TVI foi atingido na perna. «Não era para mim.»

Os jornalistas assistiram, à distância, a conversas entre a PSP e os seguranças de Ventura. «Isso ainda vai acicatar mais os ânimos», ouviu Débora Henriques, então na SIC, a um polícia. Depois, Ventura saiu. E voaram objetos. «Limito-me a constatar um

facto», afirmou Débora. «As melhores imagens desse momento são da miúda das redes sociais do Chega [Rita Matias] que vem atrás do Ventura e nem sequer está a filmar o Ventura, está apontada para o ar, na direção dos manifestantes, ainda antes de terem sido arremessados quaisquer objetos, se é que me faço entender.» «As melhores imagens das pedras arremessadas são deles, que filmavam tudo», concordou Cláudia Rosenbusch, na altura na TVI. «Tinham as câmaras apontadas aos lugares de onde vinham as pedras, é estranho que os repórteres de imagem profissionais não tenham conseguido imagens como aquelas.» Entre os manifestantes havia ciganos, mas «não eram só eles que estavam ali, havia outras pessoas, infiltrados».

Maria Lopes, do *Público*, não teve meias-palavras para explicar as declarações do comandante da PSP à RTP. «Mentiu mesmo. Disse que houve um constante arremesso de pedras contra o Ventura, o que não aconteceu, de todo. Aquilo foi só para justificar a intervenção da polícia sobre os manifestantes», crê. «Voaram duas caixas de pastilhas, uma das quais lhe acertou na cabeça, e uma pedra, uma única pedra arrancada da calçada, que passou perto. Depois, vieram isqueiros, garrafas de água, ovos e outros projéteis, incluindo mais pedras — mas o candidato já tinha sido retirado do local», descreveu Filipe Luís, da *Visão*. Seria isso suficiente, perguntava, para Ventura retirar dividendos políticos da agressão e imitar a paulada que levou Mário Soares, em janeiro de 1986, na cidade vidreira da Marinha Grande e que virou a seu favor o rumo da eleição presidencial?

Em Setúbal, a tarde terminou com uma «limpeza de rua» e uma carga policial sobre manifestantes. A campanha deu a Ventura pretexto para recorrer à mitologia de um certo Portugal. E nada como Guimarães, onde fez um comício, para evocar simbologias históricas.

Autoproclamado «homem do leme», ali apelou à «reconquista» do país e à fundação da Quarta República. O crepúsculo, com a frouxa claridade a pousar no castelo em fundo, dava ao cenário os tons épicos que inspiraram a cruzada. A sua candidatura, disse, representava «a alvorada, o renascer que Portugal precisa». E por aí fora. «Deste castelo ecoa a voz que diz “não desistam”, ecoa a memória daqueles que antes de nós lutaram. Perante este castelo, eu me ajoelho em memória de Portugal, porque Portugal merece esta luta, merece esta entrega e merece a dádiva de uma vida.»

Havia, se tanto, 50 manifestantes a chamar-lhe racista e fascista vigiados por forte aparato policial, mas do lado do orador estava «o Exército Popular Português» que ele dizia encabeçar, «de todas as raças, etnias e religiões». Entoou-se uma canção que associava Ventura a «Jesus da Galileia».

Durante a campanha comparou-se ao primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques, tendo até visitado o seu túmulo, na Igreja de Santa Cruz (Coimbra). Chamou a si o papel de homem providencial. Reivindicou o sacrifício e o espírito salvífico da independência de Portugal corporizado pelo *Santo Condestável* D. Nuno Álvares Pereira, «a força dos genes» e até a bênção do céu quando chovia, como ocorreu em Leiria.

Ele, sim, estava «do lado certo da História», na luta «do bem contra o mal». Nunca menos. «Sou a voz do património dos portugueses de bem e trago comigo todas as histórias de Portugal.»

Em Leça da Palmeira (Matosinhos), com um tempo de enregelar os ossos, trocou o passado longínquo por um «fato» mais contemporâneo. Pôs-se a jeito para comparações com o general Humberto Delgado e o fundador do PPD/PSD. «Quero ser o herdeiro daquele projeto de transformação que deu pelo nome de Francisco Sá Carneiro», afirmou, em modo espírita, como se falasse com os mortos. «Se ele me estiver a ouvir neste momento, sabe aquilo que eu quero», garantiu. «Entregar, como ele, toda a minha vida ao serviço de Portugal.» Se o antigo primeiro-ministro ouviu, não se sabe, mas já tinha *respondido* em 1976. «Temos de saber merecer o respeito e a credibilidade do Povo, sem o que este passará a acreditar em pessoas apenas e a esperar salvadores. E daí à direita, o passo é único e pequeno», afirmou.

«Tal como movimentos da direita autoritária conservadora do século XX, André Ventura procura legitimar-se através da História», analisou a historiadora Elisa Lopes da Silva, no *Expresso*. «Não há uma necessidade de correspondência com a verdade, o que vem também dos primeiros movimentos fascistas», referira o sociólogo Nuno Dias. «Se acham que é fascismo querer que os corruptos não voltem ao poder, então, sim, nós somos fascistas», assumiu o próprio Ventura, «o político mais ameaçado e perseguido desde o 25 de Abril», palavras dele.

As lições do Tonecas, versão Ventura

Na «loja» de André Ventura há de tudo: História e heróis de Portugal reciclados para efeitos eleitorais, retórica aos molhos para apoiantes, veneno para infieis, patranhas e ilusionismo para multidões.

Nesse janeiro de 2021, o grande auditório do Teatro de Vila Real teve direito a um espetáculo completo. Convidado do programa de rádio da Youth Academy e da Universidade FM, transmitido ao vivo com alunos e professores na plateia, o líder do Chega ensaiou a peça «Eu sou o maior democrata que este país teve e terá», frase servida logo de entrada pelo próprio.

Para início da atuação, deu um exemplo das estratégias de «venezuelização» que contra ele se urdiam. «No manual de Filosofia do 11.º ano é apresentada, como exemplo de falácia, uma declaração minha. Eu não morri há duzentos anos. Estou aqui ainda», queixou-se. «Como é que o Estado se presta a colocar um opositor político como exemplo no manual de Filosofia?!»

Nem o manual era do 11.º ano, nem a referência estava na obra. Tratava-se, sim, como descobriu o *Polígrafo*, de materiais de apoio à disciplina, no 10.º ano, que os professores podiam, ou não, utilizar. «Os ciganos vivem quase exclusivamente de subsídios do Estado», era a frase citada, com uma imagem do líder do Chega. Os

autores, Catarina Pires e Carlos Amorim, escolheram-na como exemplo de *argumentum ad populum*, recurso falacioso usado «quando se sustenta que uma proposição é verdadeira por ser aceite como verdadeira por uma parte significativa da população».

O Alto Comissariado para as Migrações tinha dados que desmentiam Ventura: situava em 33,5% a percentagem de famílias ciganas com RSI, e essa informação também constava dos materiais escolares. O economista Carlos Farinha Simões, especialista em pobreza e desigualdades, desmontava a falácia da narrativa do partido: o RSI «é das prestações sociais em que há menos fraude». Se os beneficiários de etnia cigana são mais numerosos, isso devia-se ao facto, segundo ele, de as condições de pobreza «serem mais gravosas». Mesmo assim, as prestações «muito dificilmente ultrapassam os 5-10% do total».

Indiferente, o então candidato presidencial cavalgou ainda mais o tema predileto. «Eu acho graça... sai uma notícia a dizer que vamos ter uma cigana a licenciar-se. Pode-se dizer que é cigana. Há um crime que é cometido por ciganos, não se pode dizer que são ciganos.» Ecoaram palmas na sala.

Avancemos uns meses para conhecer a história de Carlos Maia, o cigano que Ventura associou a desacatos ocorridos numa esplanada de Reguengos de Monsaraz no verão de 2021, dos quais resultaram três feridos. O líder do Chega acusou o empresário de dirigir um *Ferrari* «com o dinheiro dos contribuintes», dando a ideia de que o veículo em causa esteve na origem dos incidentes e do atropelamento das vítimas. Usou então uma fotografia do *Ferrari* e de ciganos, que circulava nas redes sociais, com matrícula e tudo, rasurada pouco depois. «Depois dos desacatos em Reguengos de Monsaraz, nada como um passeio em família... com o dinheiro dos contribuintes, claro!», comentou.

A associação ao caso de Reguengos era falsa. Ventura sabia-o. Engenheiro de construção civil e investidor imobiliário, Carlos Maia não recebia RSI e dava emprego a operários guineenses, ucranianos, portugueses e brasileiros. Na sequência do caso, enviou um *email* ao Chega a alertar para a relevância criminal da acusação sem fundamento, mas não recebeu resposta.

«Exporem-me nesta situação, tirem-me da minha vida particular... Eu tenho de me defender», declarou ao *Expresso*, cortando rente a ideia de que os ciganos estão ligados à subsidi dependência e ao banditismo. «A etnia cigana não é só uma família. Há ciganos que eu não conheço. Eu agora sei lá o que se está a passar em Reguengos de Monsaraz ou em França. Desconheço isso. Estou no meu trabalho», protestou. Com quatro filhos a estudar, Carlos Maia percorreu sobre o óbvio: «Uns ciganos estão mais integrados na sociedade do que outros.» O mesmo ocorria noutras comunidades. «Como é que as pessoas podem trabalhar se não lhes dão oportunidade?», questionou a propósito da associação do RSI aos ciganos. «Farto-me de descontrar e, se calhar, desconto mais do que o Dr. André ou qualquer outro deputado.»

Como os catraios que tocam às campainhas e fogem, Ventura apagou a publicação polémica das redes sociais. A seu pedido, o militante e ex-GNR Hugo Ernano ligou a Carlos Maia e convidou-o para jantar. Com Nuno Afonso, Fernanda Marques Lopes e Pedro Pessanha à mesa, numa quinta em Caneças (Sintra), o líder do Chega desculpou-se e prometeu-lhe uma retratação pública.

Nessa tarde, porém, e ainda antes do encontro, tinha voltado ao ataque, sem emenda. «Houve ciganos que colocaram a minha imagem no lixo, mas sinto que os portugueses de bem estão ao meu lado e estão fartos deste sistema corrupto e incompetente!», escreveu Ventura nas redes sociais. Quanto às prometidas desculpas públicas ao empresário cigano, foram de *Ferrari*.

Não era a primeira nem seria a última tentativa de aproveitamento de questões idênticas por parte do Chega.

Em julho de 2022, o partido instrumentalizou a morte de um militante, na sequência de um desaguizado de rua com um grupo de jovens, atribuindo a autoria do crime a um gangue ou a motivações políticas. Ambas mentira, mas não tardou a ser insinuado, nas redes sociais, que o filiado do Chega teria sido morto por um cidadão negro. No Facebook e no Telegram, grupos de extrema-direita juntaram mais falsidades.

Tanto Ventura como o deputado Pedro Pinto deram corda ao episódio apesar dos desmentidos categóricos do filho da vítima, Hugo Lourenço. Nada a fazer: na narrativa do partido, o pai passou a ser o militante do Chega morto às mãos de um gangue. «Nós sabíamos», contou o filho à CNN Portugal, «que o agressor não era negro, mas sim branco. Mais ainda, sabíamos que ele já se tinha entregado à própria polícia e confessado, ainda antes da declaração do líder parlamentar, Pedro Pinto». Além do luto, a família teve de lidar com a politização descarada e a voragem desinformativa. «Usou-se a morte de um homem para tentar propagar o ódio, algo que não posso aceitar», condenou o filho. Do Chega, a família nunca recebeu um pedido de desculpas.

Uma campanha à Trump

Até ao final da campanha presidencial de André Ventura, o Chega manteve-se na senda da manipulação, especulação e escândalo para capitalizar eleitorado. Os métodos eram *made in América*.

Nas redes sociais, alguns dos seus dirigentes disseminaram, em larga escala, suspeitas e conspirações sobre fraudes nas mesas de voto durante a votação antecipada por causa da pandemia. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) desmentiu, mas que importava isso?

Era preciso vigilância, pediu a evangélica Lucinda Ribeiro, pois o Chega não tinha controlo total sobre o processo eleitoral. Pedro Frazão partilhou falsas imagens de urnas abertas. Joaquim Chilrito, ex-dirigente nacional, de Setúbal, alimentou casos

idênticos, atribuindo a conspiração ao então ministro Eduardo Cabrita. Pedro Pessanha, líder da distrital de Lisboa, usou uma imagem de televisão sobre a votação antecipada, com urna aberta: «Mesa de voto... Vila Nova de Gaia... Por acaso, só por acaso, foi onde votou a Catarina Martins [líder do BE]», escreveu. A história não pegou, mas entreteve.

Uma investigação no âmbito do curso de Ciências da Comunicação, da Escola Superior de Educação de Viseu, sobre a cobertura mediática das eleições, comprovou outros efeitos: o *Correio da Manhã* foi o jornal que mais vezes se referiu a Ventura. O Chega teve tantas menções quanto Marcelo. E o partido nem sequer era para ali chamado, pois tratava-se de presidenciais. O estudo dava conta da força mediática do líder: as publicações de Ventura na página pessoal tinham, em média, 3419 gostos. O maior número (13 mil) fora obtido na sequência da alegada «chuva de pedras» em Setúbal.

A página oficial do partido no Facebook gerou, em média, 1423 gostos por *post*. Sem o filtro jornalístico, que desprezava, o Chega agigantou-se. No território sem lei das redes sociais, as narrativas agressivas, o discurso de ódio e as informações falsas eram gasolina. Mesmo quando usava fontes credíveis, a informação era manipulada, contrariando o sentido geral da notícia, referia-se naquele estudo.

A 24 de janeiro de 2021, quase meio milhão de eleitores votou em André Ventura.

Marcelo ganhou e o líder do Chega, apesar da boa votação, obteve o terceiro lugar, atrás da socialista Ana Gomes, que Ventura prometera «dizimar». Quase 147 mil euros de subvenção estatal entraram nos cofres do Chega, um valor seis vezes superior à quantia paga ao vencedor das eleições. Uma vez mais, as contas da campanha exasperaram os auditores da ECFP do Tribunal Constitucional.

Numa reunião da direção do Chega, cinco dias após as eleições, Ventura falou dos resultados. «Muitos votos vieram do PSD e CDS.» Depois desculpou-se pelo facto de não ter informado os restantes dirigentes e pediu, «com a máxima urgência», a transferência de 10 mil euros do partido, a juntar aos 25 mil euros do princípio da campanha, para a conta da sua candidatura.

No relatório, a ECFP considerou a entrega do valor total de 35 mil euros do Chega à candidatura de Ventura uma violação da lei por se assemelhar a um arranjo contabilístico: não foi adiantamento uma vez que acabou devolvido ao partido. A entidade também não identificou a origem de quase 10 mil euros de donativos nem obteve documentos relativos a milhares de euros em despesas eleitorais.

Quanto à campanha, aí sim, o líder do Chega surpreendeu. «Estava à espera de um perfil populista próximo do que em tempos foi protagonizado por Marinho e Pinto, mas Ventura revelou-se mais extremista do que nunca», disse-me a politóloga Marina Costa Lobo. Era inevitável recorrer, de novo, a Teresa Leal Coelho, à época vereadora social-democrata na Câmara de Lisboa. «Dói-me o silêncio sobre estes fenómenos com evidentes paralelos na Europa. O populismo ganhou força e as pessoas reagem sem racionalizar», diagnosticou.

Teresa Leal Coelho não mudara de opinião sobre Ventura nem sobre o Chega. «Já viu o que seria o país ser governado com o contributo de uma agremiação deste tipo?» Mas havia fatores a ponderar: «Muitos democratas manifestaram insatisfação e empoderaram o Chega. Ainda assim, espero que os votos de protesto não sejam capturados por esse partido.» Só havia uma solução: «Não podemos deixar Ventura falar sozinho.»

Segundo um estudo do investigador Alexandre Afonso, da Universidade de Leiden (Países Baixos), Ventura teve mais votos nos municípios com maior percentagem de população cigana e de beneficiários de assistência social.

O sinal vinha das legislativas de 2019. Em 2021, num novo estudo que pesava os dados das eleições presidenciais, os indícios saíram reforçados.

Ameaças e intimidações

Na sala do Hotel Marriott, em Lisboa, onde festejou o terceiro lugar nas presidenciais, passou quase despercebido o facto de os dirigentes do Chega pedirem aos jornalistas que abandonassem a sala para permitir ao partido verificar as carteiras profissionais de todos. Os repórteres recusaram, alguns até estavam a fazer diretos televisivos. A presença de muitos seguranças dava um ar paranoico ao cenário. E o Chega justificou as cautelas e procedimentos em relação à imprensa com o ocorrido no episódio de Setúbal: a «chuva de pedras» que só o partido e a PSP viram.

A relação tensa do Chega com os repórteres marcou a campanha presidencial de Ventura, mas vinha de trás. Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, os autores da grande reportagem da SIC, em quatro episódios, sobre o Chega (*A Grande Ilusão: O ódio saiu do armário*) foram insultados, assediados e ameaçados *online*. Pedro Coelho, que trabalhou na investigação com os jornalistas José Silva e Andrés Gutierrez, denunciou a vaga intimidatória no próprio canal. As mensagens publicadas no universo digital, analisadas pelo Instituto Internacional de Imprensa (IPI), incluíram, durante semanas, ameaças de violência física contra Pedro Coelho. Sugeriam que fosse espancado, violado, baleado. Uma corda ao pescoço «era pouco». Pano de fundo? «Acabar» com os jornalistas.

Parte dos comentários mais violentos contra o repórter da SIC partiram de dois dirigentes do Chega, Luc Mombito e Nuno «Pit» Pontes. Por causa do teor destes conteúdos, foram acusados, em 2024, pelo Ministério Público, de dois crimes de ameaça agravada e atentado à liberdade de imprensa. Pontes, «vice» da distrital do Porto e deputado municipal em Gondomar, era, à época, segurança privado. A PJ encontrou-lhe em casa uma pistola calibre 6.35 mm e 36 munições, e foi também acusado de posse ilegal de arma.

No comício do centro de congressos da Alfândega, no Porto, que acompanhei, a relação do partido com a imprensa pareceu ainda mais degradada. «Também veio cá?

Há alguma coisa para investigar?», atirou-me Patrícia Carvalho, diretora de comunicação, quando me viu junto de outros camaradas de ofício e das mesas reservadas para a imprensa. «Ainda posso estar aqui ou não?», reagi, irónico. «Se eu mandasse, não estava», devolveu ela. «Esse tempo ainda é capaz de demorar, Patrícia», sugeri.

Nada, porém, comparável às penosas jornadas de trabalho dos camaradas de ofício que, durante semanas, acompanharam a caravana eleitoral do Chega, marcada por incidentes, ameaças e intimidações. O relato desses dias, quando também enfrentaram restrições por causa da pandemia, está vertido num relatório da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), com testemunhos dos próprios. A iniciativa teve origem num pedido da missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) que acompanhava a campanha.

O ponto alto da hostilidade foi um jantar-comício em Braga, a 17 de janeiro de 2021, no qual Rui Paulo Sousa, diretor de campanha, instigou o clima: «Os nossos inimigos, os nossos adversários estão lá fora. Não estão todos lá fora, infelizmente. Alguns estão cá dentro.» Seguiram-se insultos, ameaças, vaias e apupos dirigidos aos repórteres. «Era vê-los mortos», ouviu-se. «Se eu tiver de dar um tirinho, dou um tirinho», disse outro comensal.

Durante o jantar, o Chega trancou os repórteres numa sala. Duas horas e meia depois, chamou-os para ouvir os discursos. Um apoiante foi captado pela RTP a fazer a saudação nazi. De regresso à sala principal, Maria Augusta Casaca, da estação de rádio TSF, ouviu as massas do Chega, sobretudo homens, entoarem cânticos típicos de claque de futebol, dirigidos aos jornalistas: «Pouco importa, pouco importa/não interessa que eles falem bem ou mal/Queremos o André Ventura presidente de Portugal.»

«Se o olhar fuzilasse, tínhamos caído ali todos redondinhos», recordou Paula Costa Simões, então editora de Política da TVI. Os repórteres foram filmados como «uma manada de touros a entrar na arena», entre vaias, recordou José Chorão, operador de câmara do canal. No fim, saíram em grupos por recearem agressões. Um carro de reportagem da Antena 1 ficou sem o limpa-pára-brisas.

Ventura nunca desautorizou o diretor de campanha e, nos discursos, criticou a «hostilidade» da imprensa. Apesar da tensão permanente, foi a única vez que os jornalistas decidiram ser notícia, saturados do *bullying* diário e crescente.

No dia seguinte, em Viana do Castelo, repórteres e *staff* de comunicação do Chega conversaram sobre os acontecimentos do jantar-comício em Braga. Patrícia Carvalho e Ricardo Regalla pediram desculpa. «Estávamos todos muito nervosos», justificou Regalla. «Não estamos nervosos, estamos a fazer o nosso trabalho», reagiu Débora Henriques, então repórter da SIC. «Mas vocês têm de perceber que as pessoas estão nervosas, a vossa abordagem é muito hostil em relação ao Chega», defendeu-se o responsável pelo protocolo no partido. «Não tenho agenda política, sou jornalista», respondeu-lhe Débora.

Nesse almoço-comício, os jornalistas ficaram fora do restaurante. Horas sem acesso a salas ou WC. Quando um repórter precisava de ir à casa de banho, fazia-o com a condição de manter o telemóvel no bolso. A PSP não tinha manifestantes para vigiar, mas estava ali, contou Madalena Salema, da Antena 1, para «guardar os jornalistas». No fim, Ventura falou aos repórteres: «Tal como eu tenho sido ameaçado, hostilizado e intimidado nos últimos meses, e condeno, faço o mesmo em relação a vocês, condeno veementemente», afirmou, sem se demarcar das palavras de Rui Paulo Sousa em Braga.

Em algumas ações, a comitiva do Chega foi recebida com agressividade por manifestantes, mas os apoiantes culpavam a imprensa por reportar as cenas de contestação ao partido. O mesmo ocorria quando os jornalistas relatavam o incumprimento das regras sanitárias. «Nunca fiz uma campanha como esta», contou Débora Henriques (SIC), tarimbada nestas andanças eleitorais. «Desde o primeiro minuto que se sentia tensão e hostilidade permanentes.»

A partir dos púlpitos dos comícios, dirigentes ou candidatos insinuaram que a imprensa recebera apoios de 15 milhões de euros do Estado para atenuar os efeitos da pandemia no seu negócio e estava comprada pelo governo. A equipa de filmagens do Chega apontava também as câmaras aos jornalistas. «Ventura andava sempre numa bolha de segurança», referiu Madalena Salema que, na altura, contava mais de duas décadas de campanhas. «As jornalistas da TVI e da SIC foram bastante intimidadas.»

Nas redes sociais, o tom dos ataques entrou, por vezes, na esfera criminal. A liderá-los, a partir de montagens adulteradas das peças televisivas, esteve João Tilly, *youtuber*, conselheiro nacional e líder da distrital de Viseu, eleito deputado nos anos seguintes. Cláudia Rosenbusch (TVI) e Débora Henriques (SIC) foram as principais vítimas. O repertório era deste calibre: «À primeira reportagem dava-te logo um pontapé no... que ias a correr ter com a mamã»; «Comigo não te safavas, pá, nem tu nem a tua amiga da SIC, vocês estavam feitas num oito»; «Sua atrasada, pá, tu merecias mesmo aquilo que eu sei»; «Vocês foram pagas para cobrir a campanha do homem, estão a receber à custa daquilo que ele diz e faz [...]»; «Oh atrasadinha, tu e a tua amiga da SIC são as maiores atrasadas que eu vi ao longo da minha vida»; «A tua colega da SIC ainda consegue meter mais [nojo].»

Nos vídeos, Tilly chamou «pulhas» e «miseráveis» aos jornalistas, sugeriu expulsá-los das redações e prendê-los. Cláudia Rosenbusch descobriu um perfil falso em seu nome no Facebook. Mal o denunciou, a página desapareceu. Os insultos dos apoiantes do Chega contra ela incluíam «putéfia», «suína», «pena não ter levado uma pedra na boca». Apresentou queixa. Além dos relatos desta hostilidade, os jornalistas ouvidos pela missão da OSCE falaram dos insultos de Ventura a opositores «com base na sua aparência», da desinformação e das declarações depreciativas sobre ciganos e quem vive de subsídios estatais.

Eu, agente infiltrado

A 19 de fevereiro de 2021, chegou a minha vez.

Seis dias após o nascimento da minha filha, André Ventura publicou no Facebook e no Twitter uma imagem do meu rosto com o seguinte título, em letras garrafais: «Jornalista da *Visão* que fez reportagem sobre o Chega é comunista e escreveu biografia de Cunhal. O que poderíamos esperar?» No *post*, escreveu: «Durante meses, houve dias em que me surpreendi com esta perseguição do jornalista Miguel Carvalho e das reportagens da *Visão* sobre mim e sobre o Chega. Sabia — assim como todos os apoiantes do Chega — que se tratavam maioritariamente de mentiras, mas mesmo assim questionava-me! Agora, a ser verdade isto, já não me questiono mais. Nem eu, nem nenhum militante ou apoiante do Chega. Agora sabemos do que se trata!»

O texto gerou 502 comentários e 549 partilhas no Facebook até dezembro de 2024. Alguns foram apagados. Como este: «Alguém sabe onde ele vive?»

«Mais um energúmeno desta esquerdalha que *está a levar* o país ao fundo», comentaram.

«Estes bandidos *nao* deviam ser aceites por pessoas civilizadas pois o *idolo* deles *e'* a Coreia do norte e *so pararam quando la'* chegarem», gatafunharam. «Um aborto da natureza, em que a culpa aqui é da parteira», concluía alguém. «Desejo-te a mesma sorte que *têm* um javali numa Montaria», vociferavam. «Anda aqui para a Suíça trabalhar na vinha *passa te* logo a dor de corno», convidavam.

«Este *cabrao* jornaleiro, não *denifica* a profissão», insultara outro.

«Este menino devia ser punido, é uma vergonha», lamentavam-se.

Também havia gente solidária: «Pura tática nazi...», resumia um internauta.

Limitei-me a publicar este texto no meu mural no Facebook: «André Ventura e o Chega precisam reforçar com urgência a sua equipa de investigação. Há coisas ainda bastante amadoras, mesmo numa formação política recente (já agora: se o partido precisar de fotos mais atuais, é favor contactar pelo *mail* através do qual o deputado não responde às perguntas da *Visão*). Por último: se algum dia as ameaças aos jornalistas se concretizarem, já sabem a que porta bater para encontrarem o autor moral.»

As mentiras de Ventura caíam por si próprias: não escrevi a biografia de Cunhal — da autoria de Pacheco Pereira —, e o pequeno livro de citações do líder histórico do PCP que publiquei em 2006 fazia de mim tão comunista como salazarista, já que também escrevi uma obra sobre Salazar. Quanto às reportagens, Ventura nunca as desmentiu. Usou-as, sim, nas redes sociais, para se vitimizar. As ameaças geradas a partir do seu *post* eram outro assunto. Ventura sabia o que provocava nas «redes» quando apontava o dedo a alguém: o «rebanho» ia atrás do «pastor», por vezes disposto a vingá-lo.

A 24 de fevereiro, o Sindicato dos Jornalistas condenou-o pelas «falsas insinuações», pelo desencadear de comentários agressivos e a «inaceitável tentativa de

intimidação». O que eu não imaginava, porém, era aquilo com que o Chega se entretinha nas horas vagas.

Um mês depois, a 20 de março de 2021, alguém, ligado ao partido, produziu uma espécie de «relatório» de oito páginas com dois alvos, grafados «targets»: Pedro Coelho e eu.

Sobre o repórter da SIC, diziam-no «protegido» pelo ex-ministro da Administração Interna, Rui Pereira, por sinal figura das simpatias de Ventura. Segundo o documento, Pedro Coelho liderava um instituto universitário que funcionava como «centro de *intelligence*». Isso permitia-lhe receber doações e «ocultar comissões e financiamentos para trabalhos jornalísticos e políticos», estratégia semelhante, escrevia-se, à do Podemos, em Espanha. As ligações chegariam ao magnata George Soros, da Open Society Foundation.

Referiam-se delirantes ligações de Pedro Coelho ao branqueamento de fundos para Arafat através da Fundação Mário Soares, da família do ex-presidente, de Pacheco Pereira e do ex-líder parlamentar do PSD, Duarte Lima. A ocultação de capitais destinados ao terrorismo teria contado ainda com a ajuda do advogado José Miguel Júdice, através de quem seriam canalizados fundos para terroristas do Irão e outros baseados na Tunísia e na Líbia.

Naquelas páginas, Pedro Coelho «era» e «fazia» muitas coisas.

Acedera, de forma «ilícita», a meios informáticos do Chega. Teve ajuda dos serviços secretos franceses na investigação ao partido. Políticos do CDS ajudaram-no a estabelecer pontes para informações e fundos na Alemanha.

Na SIC, teria protegido Paulo Portas de investigações sobre os seus negócios internacionais, o escândalo BES e o caso de pedofilia da Casa Pia. «Fez» investigações sobre Angola por encomenda de Soros, que teria um plano para assumir o controlo da Sonangol. Tudo eram «favores» ao magnata húngaro e aos seus representantes em Portugal. E Pedro Coelho nem tinha de se mexer à cata de informações: tudo lhe era entregue por serviços secretos e empresas de *intelligence* e segurança. «De onde virá tamanha loucura?!», respondeu-me Pedro quando lhe dei conhecimento do conteúdo do documento.

No meu caso, segundo o «relatório», eu teria privado com Álvaro Cunhal e, através dele, estabelecido a ponte para uma célebre entrevista que Paulo Portas e Miguel Esteves Cardoso lhe fizeram na década de 1990, quando eu tinha dezanove anos. Aliás, eu tornara-me, segundo o Chega, próximo de Portas. «Era sua companhia nos filmes de fim de semana à noite *em* cinema San Jorge e cinema próximo da sede *de* Independente», assim mesmo, a patinar noutras línguas. Para o autor ou autores do documento, eu era homossexual — como se isso fosse ofensivo — e próximo dos irmãos Portas, incluindo o falecido Miguel.

Visitava «frequentemente» a Venezuela a convite do embaixador «em *Lisbon*», Lucas Romero, «das pessoas mais *perigosos* do *chavismo/madurism*», que me teria permitido ser o único jornalista português a entrevistar o antigo presidente Chávez. Sim, eu seria «um dos principais ativos das embaixadas da Venezuela e de Cuba» em Portugal.

As minhas viagens para Caracas seriam pagas pela embaixada e, em troca, eu transportaria droga para Portugal. «Pelo menos três agências de *intelligence* têm *info* que Miguel Carvalho chegou a viajar para Caracas com passaporte diplomático», escreve-se. O passaporte teria sido emitido por Paulo Portas quando era «Ministro das *Relações Exteriores*».

Além destas minhas atarefadas ocupações, eu recolheria informação para a embaixada da Venezuela, incluindo «infos» pessoais e íntimas para agentes daquele país iniciarem «*ações* de vigilância e reação». Segundo o «explosivo» documento com origem no interior do *Chega*, eu canalizaria para a diplomacia venezuelana «perfis pessoais, fotos, informação pessoal» de João Tilly, Pedro Frazão, Diogo Pacheco de Amorim e André Ventura. E se havia poupado Jaime Nogueira Pinto nas minhas reportagens, isso era também por influência da diplomacia venezuelana, de quem o ideólogo das direitas era amigo para proteger os seus negócios em Portugal e África.

Pedro Coelho e eu seríamos também muito amigos. «Nos bastidores», lê-se, «comenta-se mesmo que são amantes». Davam-se exemplos de circunstâncias em que teríamos emparelhado profissionalmente, a pretexto de prémios e bolsas de jornalismo ou em eventos públicos. Na apresentação do meu livro sobre o terrorismo de extrema-direita no pós-revolução teria estado Johana de la Torre, embaixadora de Cuba em Portugal à época, «uma das *personas non gratas* cubanas do US State Department, conhecida por suas ligações a *carteis* de droga». Ah, de acordo com os papéis do *Chega*, a obra da minha autoria foi financiada por um instituto ligado à embaixada de Cuba.

Resumindo: tornara-me um «ativo» da Venezuela e da ilha do Caribe e tinha usufruído, além disso, da proteção do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) em troca de conselhos para lóbis de empresas nacionais, «sobretudo Mota-Engil e Grupo Pestana», nesses países latino-americanos.

Nunca consegui identificar a autoria do documento, mas obedecia a uma prática habitual do *Chega* nas redes sociais e no seu discurso público formal: misturar mentiras descaradas com meias-verdades.

Sim, trabalhei no semanário *O Independente*. Sim, estive na Venezuela (quatro vezes) em reportagem. Sim, ganhei prémios e uma bolsa de investigação jornalística. Sim, entrevistei Cunhal. E Portas que, de resto, era, creio, administrador do grupo SOCI quando negociou comigo, a pedido da diretora Constança Cunha e Sá, a minha mudança do *DN* para *O Independente*, em 1997 (escapou-lhes esta para adensar o mistério e o perfil).

Não era, aliás, a primeira vez que o meu nome surgia, com laivos conspirativos, ligado a Portas. Nessas teses, o Chega estava bem acompanhado por figuras de outros governos. Em 2009, então na *Visão*, enviei à ministra da Educação do governo Sócrates perguntas para um perfil que estava a elaborar sobre uma autoritária diretora-regional do Norte, geradora de várias polémicas. Fonte amiga, à época no gabinete do ministério, confidenciou-me que um dos assessores, ao invés de responder célere às minhas questões, se entreteve a recolher informações a meu respeito. Após aturada «investigação», chegou a esta luminosa conclusão, partilhada com o gabinete: «É da linha do Portas, não é dos nossos.»

Quanto ao documento, aparentemente nunca foi utilizado pelo Chega. Nem a autoria identificada, apesar de haver sinais de que terá sido escrito por alguém sem domínio, de origem, do português. Em diversos parágrafos a escrita derrapava para uma mistura de castelhano com inglês, mas qual seria o objetivo? Disseminar *fake news* e manchar a reputação de dois jornalistas? Fazer circular o documento a nível interno? Ou simplesmente provocar animada galhofa, como sugere a enigmática inscrição «R.IS.US.» no topo da primeira página do documento? Ou tudo junto?

«Temos de jogar baixo»

Em apenas dois anos, o Chega gerou nas redes sociais o efeito de uma «doença infecciosa»: quem entrava em contacto com conteúdos da ultradireita, para combatê-los ou manifestar-se negativamente, tornava-se hospedeiro da sua propaganda, contaminava outros ou acionava o clique dos que ainda estavam indecisos em aderir às narrativas do Chega. A doença, a julgar pelos tempos mais recentes, não tem cura à vista.

O antigo Twitter era exemplar: em abril de 2019, quando fundou o partido, Ventura tinha uns míseros 131 seguidores. No início de 2021, ultrapassava os 60 mil. Regra básica: partilhar conteúdos do Chega para denunciar e atacar os seus argumentos amplifica o original, ajudando-o a atingir «zonas» mais longínquas do mundo digital. Como explicaram o politólogo Jorge Manuel Fernandes e o físico Miguel Won, dar tração ao Chega, pela negativa ou pelas partilhas amistosas, aumenta a sua visibilidade e «empurra» novos seguidores para os braços de Ventura. Um «efeito cascata» que potencia a probabilidade de votarem no Chega em próximas eleições.

Mesmo assim, o chefe estava insatisfeito. «Nas redes sociais, somos pouco profissionais. Temos maioria, mas pouca articulação e massa», afirmou na reunião de direção, a 29 de janeiro de 2021. Ventura queria mais dinâmica, mais presença no YouTube, no WhatsApp. «Temos muitas vezes de jogar baixo, ser agressivos nas redes, atacar, entrar em grupos, estar no telemóvel de todas as pessoas», insistiu.

De fora, também não faltava ajuda, ao jeito «vale tudo». Em abril de 2021, o canal bolsonarista *Brasil de Olho* republicou nas «redes» um vídeo com a «notícia» de uma «ameaça de morte com uma arma ao deputado português André Ventura». As partilhas

do conteúdo fizeram-se a grande velocidade. O «autor» da suposta ameaça dizia-se senegalês e agiria em defesa do ativista de direitos humanos Mamadou Ba, com quem o Chega mantinha um confronto digital aceso. A publicação original apareceu no fórum brasileiro *Adrenaline*. A conta não tinha seguidores, mas «seguia» os perfis de Ventura, Pedro Frazão e outros nomes do partido. Na sequência de uma investigação sobre desinformação, da autoria de Ana Sofia Pereira e Catarina Magalhães para a antiga TVI24 (hoje CNN), o «artigo» foi denunciado em massa e o Twitter eliminou os registos.

Por vezes, o partido esforçava-se por parecer simpático a certa imprensa. Ou, melhor, a alguns dos seus donos, mas vamos por partes.

A 10 de dezembro de 2020, Nuno Afonso, na altura vice-presidente do Chega, enviou um *email* à direção editorial do *Jornal de Notícias*, à época propriedade da Global Media, liderada pelo empresário Marco Galinha. Aquele dirigente dizia ter recebido diretamente de Marco Galinha o contacto do então diretor-geral editorial e administrador, Domingos Andrade, com o intuito de passar a publicar colunas de opinião no *JN*. À mensagem, o ex-dirigente do Chega juntou a sua biografia, foto e dois artigos. A direção ignorou a «cunha» e nunca convidou Nuno Afonso para escrever, como o próprio me explicou.

O fundador do Chega confirma, sem dar pormenores, que falava regularmente com Galinha e até eram próximos, mas este negou conhecê-lo. Disse-o, por exemplo, numa comissão parlamentar à qual foi chamado devido à situação laboral do grupo. Estava em causa a posição coletiva, e inédita, dos conselhos de redação da Global Media (*JN*, *DN*, *TSF* e *O Jogo*) e de jornalistas do caderno *Dinheiro Vivo* onde denunciavam «interferências», «ingerências» e «condicionamentos» editoriais protagonizados ou instruídos pelo «patrão», mas desmentidas por este. A mais acérrima defesa de Marco Galinha e do grupo foi feita, durante dias, por Nuno Afonso, numa série de vídeos, em quatro episódios, divulgada no YouTube e intitulada *A Masmorra do Bloco de Esquerda*.

Um deles foi transmitido a 24 de maio de 2021, véspera da audição do empresário na Assembleia por videoconferência. Nele, o então chefe de gabinete de Ventura no parlamento acusou o BE de querer controlar a imprensa através de «carradas de avençados», alguns dos quais Galinha já teria dispensado, poupando assim 200 mil euros, revelou. Com recurso a informações de acesso reservado provenientes da Global Media, Nuno deu o exemplo da deputada Mariana Mortágua, na altura colunista do *JN*, que, segundo ele, recebia mais de 5000 euros anuais pelas crónicas semanais. «Vai deixar de receber», garantiu. Como é que ele sabia?

Nem Marco Galinha nem Nuno Afonso esclareceram como foi possível tamanha fuga de informação interna, confidencial, daquele grupo de comunicação para o Chega, mas o nome da deputada do BE era citado com frequência pelo empresário nas reuniões da administração com a direção editorial: Galinha queria o seu afastamento por recesso,

dizia, ações judiciais contra o grupo e outros prejuízos por pagar colaborações a «pessoas politicamente expostas».

As direções editoriais resistiram como puderam às pressões e advertências vindas de cima e blindaram ainda mais a independência editorial com um parecer favorável da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), mas Mariana Mortágua despediu-se das colunas do *JN* a 25 de abril de 2022. «Como Marco Galinha acabou com esta crónica», foi o título do último artigo, no qual elogia a direção editorial, mas denuncia os sucessivos «entraves» da administração do grupo à sua colaboração com o jornal.

Para o desfecho terão contribuído, segundo Mortágua, as denúncias que fez a propósito dos negócios do sogro e sócio de Marco Galinha, o empresário e «oligarca russo» Mark Leivikov. Este antigo sócio do ministro da Indústria e Comércio Andrei Dementiev foi constituído arguido no âmbito da Operação Monte Branco, conduzida pelo Ministério Público, focada em duas redes suíças ligadas ao maior esquema de fraude fiscal e branqueamento de capitais a atuar em Portugal. Galinha processou Mortágua, mas os tribunais deram razão à deputada, relevando a «importância social» das suas opiniões.

Marco, porém, não era o único Galinha das relações de Nuno Afonso. O irmão, José Belo Galinha, empresário e militante do Chega, também se dava bem com o vice-presidente do partido. A linha política aproximou-os e depois veio a amizade. Quando José Belo se candidatou à liderança da distrital de Leiria — e perdeu —, o dirigente nacional apoiou-o.

O então CEO da Global Media era, contudo, o mais importante da família, até pelas ramificações internacionais. Marco Galinha tornara-se muito próximo do lusodescendente Devin Nunes, ex-líder do Comité de Inteligência da Câmara dos Representantes e bastante ativo a desmentir a interferência russa na primeira eleição que levou Trump à presidência. No outono de 2022, Devin Nunes esteve em Portugal, alojado num hotel em Cascais, propriedade de Galinha e do sogro russo. Assistiu a um jogo de futebol de Portugal com o empresário português e reuniu-se com políticos, entre eles Paulo Portas, como o próprio me confirmou. O PSD e o Chega terão sido incluídos na rota de charme de Devin Nunes para promover a rede social de Trump, a Truth Social, da qual era CEO antes de se instalar na Casa Branca, em 2025, para liderar o conselho consultivo dos serviços secretos.

Há muitos anos, Galinha apoiou José Sócrates e, mais tarde, Miguel Pinto Luz, numa das «corridas» à presidência do PSD.

Se dependesse de Marco Galinha, a Ponte 25 de Abril continuaria a chamar-se Ponte Salazar, como escreveu nas redes sociais. Aí também se queixou dos assaltos aos veículos do seu grupo empresarial nestes termos: «Sempre os mesmos, hoje não foram apanhados por pouco, não sei qual é a raça ou cor, mas são ladrões e devem receber o RSI», afirmou, indignado.

Marco é apoiante de Trump e acionista da Truth Social, onde tem página pessoal. Considera-o o último espaço digital para os «guerreiros da liberdade» e derrete-se em elogios ao presidente norte-americano.

Para o empresário, a Global Media era, antes da sua chegada, «uma empresa completamente falida, onde quem mandava verdadeiramente era uma organização, o BE», partido «completamente enraizado na TSF». Em fevereiro de 2024, alegou que uma greve dos trabalhadores da estação de rádio, com salários em atraso, havia sido organizada pelo Bloco.

André Ventura não diria melhor.

AUTÓPSIA DE UM CRIME

A desumanização dos seus alvos é o traço de muitos líderes autoritários do passado e da atualidade. É uma prática recorrente de André Ventura. Na campanha presidencial de 2021, atingiu o ponto de reboçado.

A 6 de janeiro, aos primeiros minutos do debate televisivo com o candidato Marcelo Rebelo de Sousa, o líder do Chega exibiu uma imagem de tamanho A4 na qual se via o presidente da República abraçado a sete membros de uma família do então sobrelotado bairro de Vale de Chicharos, vulgo Bairro da Jamaica, no Seixal.

Em fevereiro de 2019, Marcelo visitara-o, de surpresa, por breves momentos. Aí foi fotografado com três dos envolvidos em confrontos violentos com a PSP naquele local, no mês anterior. O caso deu origem a um processo e a arguidos, polícias e residentes. «Esta fotografia mostra tudo o que a minha direita não é», afirmou Ventura, sem ocultar a cara de uma criança de três anos. «O candidato Marcelo juntou-se com bandidos, um deles é um bandido verdadeiramente, que tinham atacado uma esquadra policial.»

«Ninguém foi condenado, ainda não há nenhuma decisão da justiça», contestou o visado. «Fui lá como fui a muitos outros bairros, para mostrar que o presidente da República não tem medo de ir a qualquer dos bairros, vai tão depressa a bairros de ciganos, como vai de africanos, como vai àqueles que não o são», defendeu-se. «Vai e não discrimina.» Até porque, frisou, o bairro em causa não era caso de polícia, mas «de injustiça social».

Ventura não se comoveu: «Isso para si foi mais importante [do] que os portugueses.» «Essa distinção diz tudo sobre si», reagiu Marcelo. «Portugal é feito, desde sempre, de povos que vieram... de germânicos, de África, vieram de todos os pontos do mundo, não há portugueses puros. Não há portugueses puros e impuros», explicou.

Uma família contra o populismo

Fernando Coxi, de origens angolanas e nacionalidade portuguesa, assistiu ao debate. Nem teve tempo para digerir as palavras de Ventura sobre a família. Uma neta sentiu os efeitos através do boca-a-boca e dos cochichos na escola.

Meses depois, defendidos *pro bono* pela advogada Leonor Caldeira, os sete elementos da família Coxi, identificados na fotografia exibida por Ventura, avançaram com um processo contra o Chega e o seu líder por ofensas diretas e ilícitas à sua honra e direito à imagem. Por temerem a reincidência, os queixosos pediam que a justiça prevenisse a repetição de atos idênticos.

O Bairro da Jamaica, execrado por Ventura, era um conjunto de prédios inacabados onde viviam sem condições, perto de 250 famílias. As precárias «casas» ameaçavam derrocada, os danos na saúde de crianças e adultos estavam identificados, os ratos eram habituais, as infiltrações de águas da chuva e de descargas sanitárias eram diárias, a discriminação dos residentes na procura de trabalho era histórica e quotidiana. Em 2022, o Chega votou contra o orçamento municipal que propunha realojar as famílias em habitações reabilitadas. Tal só ocorreria em 2024.

Para Ventura, os Coxi ilustravam a «bandidagem». Os seus membros, acusava, «vieram para Portugal para beneficiar única e exclusivamente daquilo que é o Estado Social». Cerca de dois milhões de espectadores viram o debate em direto e seguiu-se ampla repercussão mediática, à qual os «pirómanos» do partido no digital juntaram mais «fósforos» nos canais oficiais do Chega nas redes sociais.

Ventura foi entrevistado na TVI e voltou ao tema.

O partido usou a fotografia dos Coxi numa montagem de campanha da candidatura presidencial, na qual se procurou induzir a diferença entre candidatos: Marcelo aparecia ao lado de pessoas negras, os «bandidos» do bairro social, e ele, Ventura, com os «portugueses de bem», representados por homens brancos, do Movimento Zero.

Quatro dos alvos de Ventura eram, afinal, portugueses. Os outros três tinham autorização de residência há década e meia. Um dos Coxi fora condenado em três ocasiões por crimes de menor gravidade. Nunca esteve preso. Cumpriu as medidas dos tribunais e não reincidiu. Nenhum atacou uma esquadra policial, como afirmou Ventura.

Fernando, com o 9.º ano de escolaridade, era segurança no Centro de Saúde de Corroios e ajudava no combate à pandemia. Julieta, com o 5.º ano, fazia limpezas e trabalhou durante a covid-19. Cinco dos sete autores da queixa não recebiam prestações sociais. Vanusa era operadora de *call center* e recebia subsídio por doença profissional, indexado ao salário, por incapacidade de trabalho: aguardava uma cirurgia há três anos. Mesmo empregados, ela e o marido beneficiavam de prestações de abono de família. Aurora recebia RSI por se encontrar em pobreza extrema. Uma «fortuna» de 276,33 euros por mês e mais 97,42 euros de apoio mensal pelos dois filhos. Quando Ventura a incluiu na «bandidagem», estava inscrita no Centro de

Emprego do Seixal e procurava trabalho depois de ter sido despedida da restauração por causa da pandemia.

«Por ser um bairro social não quer dizer que toda gente seja um bandido, antes de ser bandido são pessoas, são humanos independentemente da cor!», reagiu o futebolista Rafael Leão nas redes sociais. O avançado do AC Milan e da seleção de Portugal cresceu no Bairro da Jamaica, para o qual remetia o seu *alter ego* na música. Way 45, o nome artístico adotado, é uma referência ao código postal daquele núcleo habitacional, entretanto abandonado.

A 10 de maio de 2021, Ventura foi ao Tribunal Judicial de Lisboa responder pelas suas palavras na televisão. Na ação cível, a família Coxi pedia uma retratação pública do líder do Chega, a difusão da sentença e uma multa de 5000 euros de cada vez que repetisse idênticas acusações. Interrogado pela juíza Francisca Preto, no Palácio de Justiça, Ventura não se arrependeu. Voltaria a fazer o mesmo em nome do combate político, justificou. «Não referi a cor da pele, nem a origem ou o estrato social», desculpou-se. Vanusa Coxi, a queixosa, estava sentada atrás dele na sala de audiências e esforçou-se por conter as lágrimas. A juíza insistiu, mas Ventura recusou ler em voz alta o que havia dito e escrito sobre a família Coxi.

A 21 de maio, o tribunal tomou em devida conta a atitude. «Esta diferenciação redutora entre bons e maus, entre pessoas de bem e bandidos, não reflete a natureza humana, nem pacifica as comunidades humanas», lê-se na sentença.

Para a magistrada, o réu usou a liberdade de expressão para emitir um juízo de valor sobre pessoas da família Coxi «que as diminui e marginaliza». Embora notasse o cariz discriminatório das frases de Ventura, o tribunal valorizou apenas «o caráter ilícito das declarações» e «a ofensa aos direitos de personalidade» dos queixosos. Ventura e o Chega foram condenados à sanção de 5000 euros por cada infração, caso repetissem declarações ou publicações, escritas ou orais, ofensivas do bom nome dos Coxi. Obrigados a suportar os custos da publicação do conteúdo da sentença na imprensa e nas redes sociais ligadas ao partido, ser-lhes-ia ainda aplicada uma multa de 500 euros por cada dia de atraso na publicitação da sentença no antigo Twitter.

A 6 de setembro, enquanto o recurso da sentença aguardava decisão, um segurança do Chega apanhou Rui Paulo Sousa e Rodrigo Taxa na sede do partido e juntou-os a Ventura e a uma pequena comitiva para uma visita relâmpago ao Bairro da Jamaica destinada a aparecer na televisão. Estavam previstos encontros com moradores, comerciantes e forças de segurança, como informara, na véspera, a diligente Patrícia Carvalho aos jornalistas. «A ação», esclarecia, não fosse haver dúvidas, «não tem qualquer caráter provocatório ou de incitamento ao confronto. Visa demonstrar que o Chega se preocupa e quer fazer reais mudanças nas áreas onde aponta críticas às comunidades ou às infraestruturas. Consciente das questões de segurança potencialmente existentes, o Chega está a articular com a polícia toda a deslocação e permanência no Bairro da Jamaica».

Ventura chegou à Travessa Vale de Chicharos, à entrada do bairro, cerca das 13h30. Esteve meia hora no local, acompanhado de uma dezena de polícias, uns fardados, outros à paisana, que já o aguardavam.

Luciano Alvarez, do *Público*, questionou o superintendente da PSP sobre os motivos da presença de polícia numa ação de campanha eleitoral. «O senhor vive aonde?», atirou-lhe Viola Silva. O homem no comando das operações era o mesmo que vira, em Setúbal, a lendária «chuva de pedras» atirada a Ventura que nenhum jornalista no local presenciou.

Durante a curta visita ao «Jamaica», o líder do Chega chamaria «bandidos» de novo a alguns moradores, mas, frisou, também estava ali para «ver a realidade» e mostrar «pessoas de bem».

Dias depois, a 14 de setembro de 2021, conheceu-se o desenlace do primeiro recurso do Chega e do seu líder no caso da família Coxi. «Os réus usaram a fotografia como arma de segregação social», concluiu o Tribunal da Relação de Lisboa, confirmando a sentença de primeira instância, mas com uma carga adicional. No acórdão, é relevada «a vertente discriminatória em função da cor da pele e da situação socioeconómica dos autores».

Condenados a retratarem-se das ofensas, Ventura e o Chega não o fizeram. De resto, o líder do partido repetiu-as em várias declarações públicas.

Memórias de Leonor

Ao início de uma tarde de novembro de 2021, dirigi-me às imediações do Quartel do Carmo (Lisboa), palco da última cena do fim da ditadura, e entrei no espaço do Fábrica Coffee Roasters, na esquina da Rua das Flores.

Dali a pouco chegava a jovem advogada Leonor Caldeira, ainda ofegante da caminhada, num vestido preto sem mangas, cabelo solto e brincos dourados.

Ela pediu um chá e uma salada, debicada sem pressa, tal como as memórias do dia em que a família Coxi lhe «entrou» em casa. Estava de cama, trancada no quarto, com covid. Embora debilitada, deitou o olho ao debate na televisão. Quando voltou a consultar o telemóvel, tinha uma mensagem do amigo João Marecos. Ele vira um tuíte indignado do jornalista do *Fumaça* Ricardo Esteves Ribeiro e reencaminhou-lhe o *print* em que o autor perguntava se algum advogado se tinha oferecido para defender as pessoas em causa *pro bono*. «Sei que estás para o lado da morte, mas quando estiveres melhor não te queres meter nisto?», perguntou-lhe João, também advogado, por SMS. «Claro que quero, bora lá!», respondeu Leonor Caldeira.

Nos dias seguintes falou com Ricardo, que não conhecia. O *Fumaça* fizera um trabalho no «Jamaica», a equipa tinha contactos por lá. Num sopro, já estava numa videochamada com Fernando Coxi, o «senhor Fernando», o mais velho da fotografia exibida por Ventura na televisão, pai de alguns protagonistas da imagem e avô da

criança. «Se quiserem fazer alguma coisa, estou aqui para vos ajudar. Um processo judicial é chato, mas trabalho de graça e tentaremos um apoio para não pagarem custas judiciais», explicou Leonor Caldeira. «Nós queremos agir», ouviu do outro lado, com firmeza. «Não estávamos presentes quando fomos ofendidos e ninguém nos defendeu.» Mal recuperou, Leonor pegou no carro e foi ao bairro falar com todos.

A família Coxi já tinha uma ideia formada sobre Ventura. «O senhor Fernando é fervoroso fã do Marcelo, pelo menos desde que foi visitá-los», conta a advogada. «Eles têm algumas ligações com malta cigana. E os ciganos têm uma imagem horrível do Ventura, sentem-se perseguidos. Os afrodescendentes também, mas menos.» Quando se encontrou com a família, Leonor regressou de coração partido. «Não estavam revoltados, mas sim tristes, simplesmente tristes», ilustra. Assistiam ao debate quando ouviram Ventura chamar-lhes bandidos. Havia crianças na sala, «todos têm muitos filhos». A miudagem comentou, na escola foi falado. «Foi desconfortável, muito triste. Sentiram-se envergonhados e humilhados.»

Nas semanas seguintes, a advogada recolheu o registo criminal de todos. E provas de que não eram «estrangeiros de mal», mas outros portugueses de bem. «Três deles não tinham nacionalidade portuguesa porque simplesmente não podiam pagar os 250 euros necessários», explica. «Fomos tratar disso, até porque, tal como muitos, eles preenchiam os requisitos todos para serem portugueses, mas há quem não possa pagar aquele valor...»

Neste vaivém, Leonor tirou o retrato ao «Jamaica». E às suas gentes. Quando a conheceu, Vanusa Coxi era presidente da associação de moradores, falava muito sobre o realojamento. Outros queriam continuar ali: havia comércio, mercearias, discotecas. O «Jamaica» foi planeado para ser um parque empresarial, mas a falência da construtora deixou os prédios ao abandono, sem luz nem saneamento e de tijolo à mostra, como as costuras das vidas dos que ali assentaram. «Foi invadido por pessoas que não conseguiam pagar renda, das ex-colónias», conta Leonor Caldeira.

Essa é a história de Fernando e Julieta Coxi. Ele saiu de Angola para trabalhar em Portugal com o filho mais velho. Os dois pagaram um quarto, mas Fernando quis a mulher e os oito filhos por perto. «Ele com um salário de pedreiro, ela nas limpezas.» Não dava para uma casa do tamanho de uma equipa de futebol. «Então, invadiram aquele sítio.» Antes de as famílias serem realojadas, Fernando vivia num apartamento mesmo ao lado.

Leonor não adivinhava o ruído mediático. No primeiro dia de julgamento, ninguém sabia quem ela era. «Passei pelas câmaras, saí e voltei várias vezes do tribunal, a fingir que não era nada comigo.» Não era, de facto. «Depois chegaram carros com vidros fumados, o Ventura saiu e apareceu imensa gente com espírito de claque e uma grande cena à volta dele.»

Leonor tinha vinte e oito anos e cinco de advogada quando defendeu a família Coxi. Sentiu os olhares, a antipatia da equipa jurídica do Chega, mas receava contestação mais robusta e sofisticada, até pela formação jurídica de Ventura. Surpresa,

também, foi a aparente falta de preparação das testemunhas do partido. Ali, a «miúda» era ela. «Em retrospectiva, subestimaram-me.»

A juíza assumiu a inquirição e Leonor nem precisou de fazer as perguntas que engatilhara. «Ele ficou a rir-se na minha cara, com aquele ar tipo “se não me queres fazer perguntas é porque tens medo de mim”.» Pura estratégia. «Não vou negar: ele intimidava-me, mas também não lhe quis dar muito palco.» A inquirição da juíza correrá bem, para quê estragar, pensou. «Depois, o Ventura pôs aquele ar de *good boy*, de pessoa razoável, sem histerias, de boa-fé, mas a juíza foi direta e nada dramática. A dada altura, ele admite ter-se excedido por causa do debate, da narrativa política», descreve. «Às tantas, a juíza diz-lhe: “*Okay*, já percebi, mas o senhor ouviu a senhora Vanusa dizer-se ofendida, os filhos foram confrontados na escola e sentiu-se humilhada”», comentou a magistrada. «Posto que está a dizer que não fez por mal, que só queria falar de política, tem alguma coisa a dizer a esta senhora?», perguntou. Por instantes, descreve Leonor, o líder do Chega transfigurou-se. «Passou de razoável a teatral. E disse: “Tenho um dever de verdade para com este tribunal e os portugueses e, portanto, nesse âmbito, digo que faria tudo igual.”» Era a confissão. «Ele alimenta-se disso, sabe que as pessoas querem essa coisa da falta de arrependimento, da honra e do dever», refere a advogada dos Coxi. «O caso não era de justiça criminal, mas um processo cível, mais objetivo. E a juíza estava sem paciência para aquela charada toda.»

Seguiu-se, aos seus olhos, um desastre ambulante chamado Tiago Sousa Dias. «Não estava preparado», recorda Leonor. No seu entender, o então secretário-geral do Chega revelou-se «amador, como se tivesse feito tudo em cima do joelho». O partido era também réu no processo e precisava de se defender de uma publicação no seu Twitter oficial onde foi usada a imagem da família Coxi numa montagem. «Tiago deu a entender que não tinha lido nada do que eu escrevera», resume Leonor. «Desconhecia quantas contas tinha o Chega, barafustava. Recusou ler o que havia sido publicado, mas depois a juíza leu e ele atirou culpas para Luc Mombito, também testemunha, que, segundo ele, também mexia nos conteúdos digitais a título não oficial...»

O ambiente, segundo Leonor, foi, por momentos, constrangedor. Até porque Mombito se apresentou em tribunal como motorista de Ventura, secretário e gestor das redes sociais do partido. Afinal, quem mandava nas publicações? Tiago e Mombito diziam coisas diferentes. «No Chega deram aquilo como ganho», assume a advogada a explicar a trapalhada.

Provou-se, assim, que o partido instrumentalizou a família Coxi para efeitos de campanha eleitoral. Leonor escolhera a sustentação mais sólida possível. Podia ter pedido indemnização por danos, mas esse era um caminho arriscado. «Não podia sujeitá-los a perderem contra o Ventura depois do que passaram.»

Após a condenação, o líder do Chega negou a intenção de se desculpar. «Sim, não cumpriu a sentença, não se retratou. Podíamos ir por aí, fazer esse número», admite, «mas havia uma desproporção enorme: de um lado, um líder político em ascensão, com

mediatismo, do outro uma família marginalizada. A condenação era mais importante do que a retratação em si», reconhece Leonor Caldeira. «A palavra do tribunal tem mais peso do que a dele.»

Para ela, aquilo não era política. «Tudo o que o Ventura faça ou diga tem uma atenção mediática exagerada, e nessa altura muitos jornalistas permitiram que ele mentisse, sem contraditório. Ele dizia “prendam-me” quando não se tratava disso, era um caso cível.» Depois, dizia que não tinha sido notificado. «E eu com a notificação dele aberta no computador, estava no processo», especifica. «Tudo tanga, mentira, mas ninguém o confrontou. Aí o meu sangue ferveu.»

A vitória compensou tudo. A «miúda» encostou Ventura às cordas com três decisões favoráveis na Justiça. «O acórdão da Relação é muito importante porque condena-o por aquilo que disse, mas também por discriminação por causa da cor da pele e da situação socioeconómica da família Coxi», destaca.

Estávamos em 2021, a justiça cível não discutia estes temas. «Arriscaria dizer que, pelo menos na jurisprudência publicada, não existia.» Por isso aquele triunfo era tão decisivo. «Tratava-se de delimitar linhas vermelhas, isto é: “A partir daqui não passas, e se passares voltas a ter outro processo, e da próxima vou pedir indemnização, vou pedir dinheiro.”»

Apesar das motivações desta ação, Leonor não tem uma visão redutora da liberdade de expressão. Pelo contrário. «Aquilo que tu podes dizer deve ser muito protegido. Sinto que, às vezes, na esquerda — e eu sou de esquerda —, caminhamos em terrenos um bocado pantanosos, de “não se pode dizer ou vou fazer queixa”. Compreendo o impulso, mas temos de nos moderar. Sou a favor de as ideias se combaterem noutro campo. As pessoas devem guerrear-se e escrutinar-se ao máximo, discutir ideias, sem pudores sobre a sensibilidade. Temos de reservar as queixas e a repressão para uma coisa muito limite», explicou ao *Público*. Foi assim com os Coxi. «São eles os heróis desta história. Não fizeram apenas uma coisa boa para eles, fizeram-no por todos dali para frente. Acho isso incrível!», reconhece Leonor Caldeira.

O efeito da decisão junto de colegas também a surpreendeu. «Trabalhava num escritório de advogados, uma coisa corporativa, sempre à volta dos negócios, e, quando este processo sai, alguns pensaram: “Espera lá, afinal há outra forma de ser advogado...”», rememora. «Colegas meus entusiasmar-se com a possibilidade de fazer coisas interessantes, politizadas, de interesse público, de direitos humanos, que têm impacto na nossa vida comunitária.»

O caso da família Coxi, no entanto, continuou. Semanas depois do meu encontro com Leonor nas imediações do Chiado, conheceu-se a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, a que Ventura e o Chega recorreram para tentar limpar a imagem relativa à discriminação, de cariz xenófobo e racial, das suas palavras. Nada feito: o tribunal superior manteve a condenação. Quanto aos Coxi, havia um processo pendente. Em fevereiro de 2022, ano e meio após o início do julgamento sobre os confrontos no Bairro da Jamaica, o Tribunal de Almada condenou membros da família e o agente da

PSP Tiago Andrade a penas suspensas, indenizações e multas. «Nada de bom surgiu daquela noite de festa», resumiu Dora Fernandes, presidente do coletivo de juízes.

«Há duas bitolas distintas na questão da violência policial», crê, contudo, Leonor Caldeira. «É muito mais fácil um cidadão médio ser arguido pela sua atitude violenta contra um polícia do que o contrário.» Quanto à decisão do tribunal, releva a banalidade da mesma: «Todos os dias, neste país, há pessoas condenadas a pena suspensa ou por crimes menores.»

Quando precisou de puxar o lustro à imagem, Ventura continuou ao seu estilo. «Fui a tribunal sempre que me acusaram de difamação, racismo, discriminação. Venci em todos os processos. Em todos, o tribunal deu-me razão», afirmou no parlamento, em outubro de 2024. Uma vez mais, mentia.

VIAGENS NO PAÍS DO CHEGA

O Chega começou a preparar o «assalto» às autarquias e a ampliação da sua dimensão territorial logo no início de 2021, prometendo duas coisas: escolher figuras calejadas de outros partidos e filtrar os indesejáveis com cadastro.

«Vou exigir a todos os candidatos autárquicos o registo criminal. Quero garantir que não há bandidagem no Chega», repetia Ventura ao *Sol*.

Segundo Nuno Afonso, então coordenador autárquico, o perfil dos eleitos a recrutar andaria por aqui: vereadores, presidentes ou outros autarcas do PSD e do CDS, figuras locais com experiência e, reforçou, sem cadastro criminal.

No avanço à conquista das cidades e freguesias o partido deu nas vistas, mas sobretudo através de «artistas» de diferentes especialidades: malabaristas e contorcionistas políticos, equilibristas ambiciosos, animadores com queda para o burlesco e feras oriundas de outras arenas, partidárias e criminais.

«Vamos ganhar câmaras!», garantiu Tânger Corrêa, numa reunião de direção, em fevereiro de 2021, tentando convencer os pares a incluírem o PSD em futuros acordos na gestão das autarquias. Ninguém o levou a sério.

No final de março, o Chega pediu um empréstimo de 5000 euros ao Banco Invest para a campanha eleitoral. Vários candidatos queriam também financiar-se a si próprios com donativos de 5000 euros, mas o partido propôs-se, desde logo, cativar uma percentagem desse valor: 25% segundo Rui Paulo Sousa, 15% sugeriu Ventura, para compensar os custos nacionais com a campanha. Afinal, seriam retidos 10% dos donativos locais.

O Chega criou um portal para receber dinheiro e, nos primeiros dois dias de ativação, teve 208 donativos para a campanha, perfazendo 8000 euros depositados. Ventura sugeriu fiscalizar-se a «bolsa» de candidatos a candidatos e escrutinar nomes, para impedir listas com familiares e habilidades do género. Preocupação estranha vinda dele. Em 2019, não se preocupou com o facto de Gonçalo da Câmara Pereira

(PPM) incluir familiares na lista que Ventura liderou às europeias pela coligação Basta. Nas legislativas desse ano, o clã Pacheco de Amorim forneceu cinco candidatos ao Chega, três dos quais cabeças de lista. Manuel Matias também os tinha. Nas distritais e concelhias havia muitos outros casos. Mais à frente, em 2023, o próprio líder nomearia o seu cunhado, Miguel Nunes, para o conselho de auditoria e controlo financeiro.

No início da primavera de 2021, a direção aprovou a escolha dos primeiros 65 candidatos (pouco mais de 21% do total) às eleições autárquicas de 26 de setembro desse ano. Havia nesse primeiro lote casos problemáticos. Outros juntaram-se depois.

Em poucos meses, a jurista Teresa Sequeira, de Mértola, preferiu ir às urnas como independente. No Chega, justificou, havia maior preocupação com a «marca» e o líder do que com a candidatura e o seu projeto para o concelho.

Ricardo Costa, de Fafe, prometeu acabar com «os compadrios, os favores e os tachos», mas o seu historial era, digamos, demasiado elástico: fora candidato do PSD/CDS à freguesia de Ribeiros (2009) e, em 2013, apresentou-se à mesma freguesia por um movimento de cidadãos eleitores apoiado pelo BE.

O empresário Henrique Pizarro, de Guimarães, pintou paredes «com letras vermelhas» antes da revolução. «Eu não era comunista, era contra o fascismo», explicou, sem renegar a sua militância no PSD.

Fernando «Feitor», eleito vereador em Vila Verde, abandonou a «seita», palavras dele, em 2023, propondo-se «internar o homem», ou seja, Ventura.

A jurista Raquel Rodrigues, de Albufeira, tinha uma obsessão com «casos não isolados cometidos sempre por indivíduos indostânicos, de assédio sexual e rapto de menores de idade, assim como de uma violação a uma mulher».

O jurista Nuno Beirão, de Odivelas, levou Hugo Ernano, condenado por homicídio, para a assembleia municipal. E ainda contratou um dirigente da Jota do Chega durante um ano para assessor na vereação.

André Almeida, da Maia, incluiu na lista funcionários do seu infantário. E a esposa como mandatária.

O bancário Nuno Godinho, de Tomar, demitiu-se do partido menos de dois meses depois das eleições, «farto da política». A candidata a vice-presidente levou o companheiro, o pai e a mãe para as listas.

Afonso Brandão, de Palmela, alvo de um suposto ataque com arma branca durante a campanha, também meteu a esposa nas listas.

O funcionário público Henrique Freire, do Seixal, passou a independente em seis meses. Acusou o Chega de não ser democrático, de apostar «em chavões populistas» e «frases feitas». Denunciou «condutas negociadas no escuro dos gabinetes», «metodologias tirânicas e totalitárias» e «obediência cega».

O vereador Mauro Oliveira, de Sesimbra, empresário luso-brasileiro, passou a independente antes do final de 2021. «Como é que esse brasileiro foi eleito?»,

perguntavam-se os próprios companheiros de partido. «Comecei a sentir o preconceito e racismo do partido. Aquilo tudo de que se fala veio à tona.»

Em junho de 2023, a gerente comercial e ex-PSD Marta Zúquete, eleita na freguesia de Agualva e Mira Sintra, contestou o cartaz da Festa da Juventude. «Só vejo artistas que não são portugueses.» Badoxa, Irina Barros e Piruka são negros, de nacionalidade portuguesa. Isso mesmo lhe disseram na assembleia durante a sua intervenção. «Nós também temos artistas portugueses, tão bons, e porque é que nenhum deles consta aí?», insistiu a autarca do Chega. Os eleitos locais, já impacientes e em coro, berraram-lhe: «São portugueses!» No Facebook, Marta Zúquete continua obcecada com a «invasão» de imigrantes e as «ameaças» à nacionalidade e identidade.

Em Setúbal, um candidato tinha armas ilegais em casa.

A prevalência do patriarcado nas escolhas também fez moça. «Eu, ao princípio, não reparava, estava na minha a pensar noutras coisas, mas a maior parte são mesmo homens», admite a ex-dirigente nacional, Lucinda Ribeiro. «Nas autárquicas, várias mulheres queixaram-se de que era muito difícil entrar. São sempre abordadas com outros interesses, para obterem delas outras coisas. Não sei como é nos outros partidos.»

«Ter lastro nacional», assume Nuno Afonso, era o objetivo, «mas, ao tentar ir a tudo, obviamente acabámos por escolher gente incapaz, sem qualidade», reconhece o coordenador autárquico dessas eleições. «Às vezes, o único gajo disponível num sítio arranjava mais dez pessoas, fazia uma lista e pronto.»

Quando entrevistado pelo Rádio Clube da Covilhã, Carlos Curto, cabeça de lista à Câmara e membro da IURD, não tinha propostas nem ideias para apresentar e, dos nomes da sua lista, só se lembrava dos familiares.

Em São Brás de Alportel, o número um à autarquia, Bráulio Moreira, ex-militar e empresário agrícola, participou num debate do jornal *O Sambrense* e deixou pérolas desconexas: atacou «o indiano vingativo» António Costa e misturou Salazar, que admirava, com a perda dos territórios de Goa, Damão e Diu e a sua situação psiquiátrica. Em vídeos e no Facebook, Bráulio ensinava as crianças «a dar peidos com os braços» e falava por metáforas erótico-pornográficas ou recorria a expressões mais explícitas. «Onde é que foste buscar este gajo?!», reagiu Nuno Afonso, incrédulo, num telefonema para o presidente da distrital de Faro. «Ó Nuno, eu entrevistei-o e juro que ele não era assim...», reagiu João Graça. Depois de o ouvir numa assembleia municipal, onde se queixou de um «ataque de cães vadios» a um rebanho, o Chega recrutou-o. Mais tarde soube-se que já tinha matado um cão à pancada.

À porta das autárquicas de 2021, o Chega tornara-se «o partido dos esquecidos», composto, em parte, por figuras secundárias «desapontadas, interessadas e mobilizadas politicamente», mas encalhadas noutras forças políticas, explicou o politólogo Pedro Magalhães. Gente à procura de subir ou alcançar algo. Em resumo, frustrados: opunham-se ao «sistema» porque o sistema não funcionou para elas. O Chega era uma segunda oportunidade.

Hammerskins nas listas

O caso da adesão de extremistas encartados era de outra gravidade.

Tiago Leonel era um exemplo da inexistência do filtro prometido por André Ventura para os identificar. O candidato à assembleia municipal da Amadora e, em segundo lugar, à freguesia da Falagueira-Venda Nova, tinha sido, em maio de 2020, um dos 27 acusados pelo Ministério Público no processo dos Hammerskins, um grupo neonazi fundado nos EUA, na década de 1980, que espalhou o terror em zonas de Lisboa durante três anos. Noutras épocas, o topo sul do estádio do Sporting era o maior território *hammerskin* em Portugal, através da presença do Grupo 1143, ligado à claque Juventude Leonina.

Homicídio qualificado na forma tentada, dano com violência e discriminação racial, religiosa ou sexual, eram os crimes atribuídos a Leonel em coautoria. Quando o escolheu para as listas, o Chega não podia ignorar a acusação e o passado do candidato.

Aquele analista de dados pertencia à banda *skinhead* BiBo (Blood In, Blood Out), da qual fazia parte Nuno Cláudio Cerejeira, sobrinho-neto do cardeal Cerejeira (velho amigo e confidente de Salazar), já condenado por dez crimes: do seu historial fazia parte o envolvimento na noite de violência *skin*, de junho de 1995, que culminou com a morte de Alcindo Monteiro.

Tiago Leonel era membro dos Portugal Hammerskins. Nas comemorações nacionalistas do 10 de Junho de 2015, em Belém, o seu discurso foi recebido com a saudação nazi.

A banda BiBo atuava em palcos marginais das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e interpretava temas do grupo nazi *punk* ODIO de incitação ao ódio e à violência, nomeadamente *The Horrible Jew* («Ó horrível judeu / Vais morrer esta noite») *NS, o Nosso Ideal* («Somos a nova elite / Contra esta podridão / A verdadeira Estirpe / Da nossa ariana Nação! [...] Contra os porcos terroristas lutaremos até morrer!») e *Dentro do Estádio* («Pedras cadeiras e petardos / Gritos de Guerra / Braço esticado / Sieg Heil!»), entre outros.

Na madrugada de 31 de agosto de 2014, um grupo *hammerskin*, no qual se incluía Tiago Leonel, amolgou a pontapé e rachou o pára-brisas de um carro do qual puxaram e agrediram um indivíduo que, para eles, aparentava ser homossexual. A jovem vítima levou golpes na face, no abdómen e no tórax, até cair por terra, inanimada. Ficou com sequelas físicas permanentes num pulmão.

A 17 de janeiro de 2015, Leonel envolveu-se em agressões e insultos a clientes do bar Fontória (Lisboa), onde se organizavam festas *gay-friendly*.

No seu apartamento na Falagueira (Amadora), a PJ encontrou cachecóis de claques «ultra» de futebol e dos Hammerskins, propaganda internacional, material informático e vestuário com conteúdo neonazi.

Foi condenado em 2008 a uma multa de quase 2000 euros num outro processo dos Hammerskins, no qual Mário Machado acabou sentenciado. Em junho de 2022, o tribunal atribuiu, de novo, a Tiago Leonel uma pena suspensa de três anos e nove meses por envolvimento em crimes de ódio e ofensas contra cidadãos negros, homossexuais e militantes comunistas. O arguido saiu em liberdade.

Em setembro de 2023, notícias sobre Leonel recolhidas pela plataforma alemã de investigação independente e antifascista EXIF davam o candidato do Chega na Amadora a viver na Hungria, onde se casou e procurou refúgio junto do movimento *hammerskin* local e numa banda de *rock* de direita. Nessa altura, mantinha contacto com o enfermeiro geriátrico Thomas Gerlach, veterano do movimento neonazi e seu líder histórico no estado alemão da Turíngia, com pontes com a Rússia e Portugal.

Como já se relatou, o Chega esteve, desde a sua fundação, contaminado por setores extremistas. À vista grossa, Tiago Leonel era, pois, apenas mais um exemplo dessa «irmandade» no partido de Ventura.

João Branco, cabeça de lista do Chega à União de Freguesias Selho S. Lourenço e Gominhões e ex-dirigente concelhio do partido, também integrava, nessa altura, o Grupo 1143 de Mário Machado, do qual administrava a célula de Guimarães no Telegram, enquanto trabalhava numa loja de produtos alimentares e bebidas alcoólicas.

José Rafael Silva, de Braga, não foi candidato, mas era outro elemento dos Hammerskins condenado por atos violentos — neste caso, contra o ativista antifascista Jonathan da Costa — que aderiu ao Chega em Braga.

Também Tirso Faria, dirigente concelhio em Santo Tirso e delegado ao congresso do Chega em janeiro de 2024, continuava fiel ao 1143, de Mário Machado. O seu Facebook era, aliás, um tributo frequente ao criminoso neonazi, sem que o partido se preocupasse. Pelo contrário: Tirso aparecia com frequência em ações políticas do Chega no município com outros dirigentes.

O partido e o seu líder continuavam a demarcar-se de certas conotações, mas, para muitos dos seguidores destas causas, o Chega continuava a ser visto como «braço» político: podia não ser o ideal, mas era o que estava à mão para normalizar a narrativa da supremacia branca, racista e xenófoba.

O tema já não era sequer mera perceção para as autoridades. Fontes policiais e judiciais confirmaram ao *Expresso*, a 6 de agosto de 2021, a adesão de membros do Portugal Hammerskins ao Chega. Tratava-se, sobretudo, de veteranos, «muitos com passado de violência». Desligados dessas «atividades», apareciam agora em comícios, jantares e fóruns *online* do partido de Ventura.

A popularidade do Chega motivou o impulso de filiação. «Eles veem o partido como uma plataforma mais vasta», explicava ao semanário uma das suas fontes. No Chega, alegava-se, «podem passar mais despercebidos e espalhar com facilidade o ódio racial e teorias mais radicais. Ou seja, aproveitam-se de um mecanismo legal para

potenciar a sua mensagem», defendia «um alto responsável» que investigava o universo da extrema-direita. Na sede da Rua Miguel Lupi, em Lisboa, desconhecia-se oficialmente o tema. «Todos são bem-vindos desde que se convertam à mensagem do Chega», referia, porém, o gabinete de comunicação, garantindo a averiguação de «todas as infiltrações de movimentos extremistas» de modo a «agir disciplinarmente».

Não era fácil, convenhamos. Até porque certas simpatias, ou inclinações, estavam já normalizadas por certa imprensa *mainstream*, sem filtro.

Lucas Claro, candidato nas listas do Chega à assembleia municipal de Cascais em 2021, encabeçada por Diogo Pacheco de Amorim, foi fotografado com extremistas e neonazis na tarde de 10 de junho de 2022. O estudante de Relações Internacionais juntou-se a um convívio do Dia de Portugal, no Bairro Alto, em Lisboa. No perfil digital de um ex-membro do NOS havia imagens — depois apagadas — do jovem com elementos dos movimentos Força Nova e Blood & Honour. «Conheci algumas pessoas nesse contexto, mas nem sequer me identifiquei com elas. Não há qualquer ligação, nem haverá», garantiu. «É ridículo tentarem-me ligar a ideologias que mataram pessoas com atentados terroristas», defendeu-se. «Se algo me inspirou foi a direita francesa.»

Um dos promotores do convívio foi o ultranacionalista João Martins, tradutor da obra *A grande substituição* para Portugal através da editora Contra-Corrente. Os dois conversaram. Quinze dias após este encontro no Bairro Alto, Lucas Claro publicou o primeiro artigo de opinião no *Observador*. Tema: «A Grande Substituição». Na versão dele, «não é uma conspiração ou um mito, é um facto». Trata-se, alegou, de uma «mudança demográfica» para substituir portugueses por imigrantes.

Seria Lucas Claro «testa de ferro» do ideário nacionalista e neonazi na chamada imprensa de referência, como suspeitavam as autoridades? «Nem sequer sabia que o João tinha traduzido esse livro», reagiu, revoltado, quando lhe telefonei.

O texto gerou indignação pública e congestionou a caixa de comentários do *Observador*. «Foi editado por lapso», explicou-me o *publisher* José Manuel Fernandes, que se demarcou do mesmo.

Lucas Claro, esclareceu José Manuel Fernandes, não era colunista, mas um «espontâneo»: enviava textos para publicação. Apesar do sururu provocado pelo artigo — ainda disponível em 2025 —, o «espontâneo» escreveu outros para o jornal digital. O «lapso» repetir-se-ia: em fevereiro desse ano, o *Observador* publicou um artigo de opinião do próprio João Martins sobre imigração. Após denúncia pública do SOS Racismo, eliminou-o.

Lucas Claro e João Martins não estavam isolados. «A Grande Substituição» tem adeptos no Chega. A começar por Ventura. O líder levou o tema ao plenário da AR, em outubro de 2021, e resgatou o discurso da ocasião para as redes sociais, em maio de 2022, após o massacre terrorista num supermercado em Buffalo (EUA), que matou dez pessoas, inspirado na dita conspiração: «A União Europeia, no seu conjunto, tem vindo a ser substituída demograficamente por filhos de imigrantes. Ninguém querera que

daqui a vinte anos a Europa seja composta maioritariamente por indivíduos vindos de outros continentes.»

O termo «A Grande Substituição», usado pelo teórico da conspiração francês Renaud Camus, inspirou o manifesto do terrorista australiano de extrema-direita Brenton Tarrant, condenado a prisão perpétua pelo atentado de Christchurch, na Nova Zelândia (2019), contra muçulmanos e que provocou 51 mortos e perto de meia centena de feridos.

Embora não apelem diretamente à violência, estas narrativas e discursos «servem de base justificativa para validar e legitimar a violência perpetrada por outros, causando sentimentos de crispação social e revolta dirigidos contra minorias sociais», explicou-me Cátia Moreira de Carvalho, investigadora na área do terrorismo e prevenção da radicalização. Nem existe um plano para substituir «europeus» etnicamente homogêneos e brancos por muçulmanos, nem a identidade europeia deixou de ser partilhada por pessoas de várias etnias e religiões. «Estudos demonstraram que não é o que está a acontecer nem se prevê que aconteça nas próximas décadas.»

Manual de campanha

Durante a campanha autárquica de 2021, fiz um dossiê sobre o quotidiano eleitoral do Chega, acompanhei várias ações no país, sobretudo a norte, e entrevistei apoiantes e candidatos.

Depois de lhes seguir as pisadas, voltei para ouvi-los sobre as suas desilusões.

O pontapé de saída do partido, para consumo interno, fora dado em Santarém, na convenção autárquica de julho. No auditório do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas (CNEMA), Ricardo Regalla, responsável pela área do protocolo na direção, pediu atenção aos pormenores nos jantares-comício por razões de segurança do próprio André Ventura.

As preocupações não eram infundadas. Pouco tempo antes, a direção reunira na sede para avaliar ameaças e riscos. As tentativas de acesso ilegal ou de apropriação da conta de Ventura no Twitter estavam em alta, além das ameaças de morte e ataques pessoais quotidianos. Era frequente a equipa de suporte daquela plataforma ser alertada, às vezes de madrugada, para evitar que a página fosse pirateada.

No gabinete de Ventura receberam-se telefonemas preocupantes de alguém identificado com o coletivo Anonymous, ligado ao movimento *hacker*. Uma militante da Ameixoeira, bairro de Lisboa, ouviu ciganos, no café, dizerem que iam matar o líder e a família. Assustada, ligou para a sede.

Eram dias tensos. Armando Baptista, coordenador de segurança, estava alerta, mas era preciso passar a mensagem «às tropas» sobre a melhor maneira de lidar com este quadro, as suas origens, motivações e tipologia.

Em relação às deslocações e estadias de Ventura — ou «a entidade», como era descrito no papel —, adotaram-se cuidados severos, dignos de altas instâncias. Para prevenir atentados, a suíte ou quarto de hotel não podiam estar acima do 5.º andar porque a maioria das escadas dos bombeiros só alcança esses pisos em situações de emergência. Todos os hóspedes das habitações ao lado, por cima, abaixo ou em frente tinham de estar identificados, mas, de preferência, esses quartos seriam ocupados pelos seguranças, familiares e *staff* do partido.

Suítes ou quartos expostos a outros edifícios eram evitados, bem como o acesso a partir de outras varandas, escadas de incêndio ou terraços. Tetos falsos eram proibidos: podiam esconder explosivos. Onde Ventura se hospedasse, e segundo as regras de prevenção internas, o Chega pedia que se desligasse a vigilância audiovisual e se substituíssem tapetes e carpetes em mau estado. A reserva nunca podia ser feita em nome da «entidade» Ventura.

Na convenção, a diretora de comunicação, Patrícia Carvalho, deu uma «aula» aos candidatos e partilhou técnicas de postura corporal: falar devagar, não revirar os olhos quando ouvissem perguntas, evitar mexer demasiado as mãos para não denunciar ansiedade. «Se as colocarmos na cintura é sinal de agressividade, se temos os braços cruzados estamos à defesa, se mexermos no cabelo — coisa que nós, mulheres, fazemos algumas vezes — é sinal de nervosismo.» A cartilha para as redes sociais pedia linguagem «simples» e «espontânea», com cautelas. «É à vontade, mas não é à vontadezinha», brincou. A vantagem era não haver intermediários, mediação jornalística. «É assim que vamos fidelizar eleitores e conquistar novos.» De modo a evitar arremedos de ocasião, contradições e polémicas, Patrícia pediu «articulação»: exigia ser informada de pedidos de entrevista e de convites para debates.

Para ilustrar a importância da mensagem, a responsável de comunicação deu o exemplo das notícias televisivas sobre as prestações de Ventura no plenário da Assembleia. «Por norma têm um minuto, mas são sempre reduzidas a dez segundos. Já fiz uma contagem e uma vez foi de sete segundos em horário nobre, enquanto outros têm trinta, quarenta segundos. Um minuto até, às vezes!», queixou-se. Clareza e eficácia eram, pois, a solução. «Só assim vamos conseguir ultrapassar estes bloqueios.»

Para Pedro Arroja, na altura uma adesão recente ao Chega, o renascimento da esperança passava por Ventura e pela introdução do divino no discurso político. «Quem omite Deus», criticou, «passa a raciocinar com aquilo que o Papa chamou de “realidade amputada”». Antes de sair do púlpito, o economista falou de uma paixão juvenil: a tourada. Sobretudo a «pega de caras», pelo confronto «entre o homem e a besta» e a vitória da inteligência sobre o porte físico. «Tem-me ajudado na vida a ganhar muitos combates onde de um lado está um homem e do outro lado está uma besta!»

Por acaso, a «besta» estava mesmo ali ao lado. «Vou lutar em cada rua, em cada página de Facebook, em cada canal de televisão, em cada intervenção no parlamento,

até perceberem que a besta, neste caso, sou eu», assumiu Ventura no discurso final. «Se o toureiro, às vezes, luta com a besta, eu também sei ser uma besta às vezes.»

Jenny e o sistema

Nessas eleições, fui a Braga. Eugénia Santos, mais conhecida por Jenny, ignorou as minhas primeiras investidas telefónicas para acompanhar uma ação da sua campanha a 17 de setembro de 2021. Candidata à presidência da Câmara, fora aconselhada por Ventura a não me dar entrevistas, contou-me quando finalmente me atendeu o telemóvel, ia eu a caminho da cidade.

Loira, de crucifixo na orelha, blusa às flores, bolsa da marca *Bimba y Lola* a tiracolo, ténis *Nike*, panfletos nas mãos, Jenny revelou-se tímida no contacto com o comércio local. Dez minutos pelas ruas de Braga bastaram para que a candidata baixasse a guarda em relação à presença do repórter mal-amado. «Se o Chega fosse extremista, não estava aqui», esclareceu-me. «É preciso desmistificar isso. Será que a sociedade andou estes anos todos a conviver com fascistas e não sabia?!», ironizou a *personal trainer* após posar com duas ciganas. «Não é só para a fotografia», advertiu-me. «Tenho apoio de amigos ciganos e até prometeram dedicar-me uma música. Sou de direita, mas não sou racista nem xenófoba. E já era Chega antes do Chega.»

Jenny guardava facetas por desvendar. «Cresci entre homens, mas nunca me intimidei, sempre mostrei o que valia», reagiu a ex-preparadora física da equipa de futebol sénior do Merelinense. Dona de um ginásio, filha do médico e ex-comando angolano Fernando «Valongo», antigo jogador do FC Porto, Boavista e Salernitana (Itália), formada em Humanidades, Jenny imaginou-se vereadora do Desporto e Ação Social. Outrora candidata independente em listas do PS, também votara PSD noutras eleições.

A sua candidatura era, em parte, consequência do triunfo da trincheira «católica» na luta de facções religiosas que agitou o Chega em Braga. «Setores evangélicos quiseram tomar conta do partido», justificou, enquanto caminhava. Opositores internos invadiram-lhe a sessão de apresentação das listas e devolveram os cartões de militante, acusando a distrital de «xenofobia» por causa de ataques à ex-dirigente brasileira, a evangélica Cibelli Almeida.

Seguiu-se outro desconforto: o ex-companheiro e o cunhado de Jenny foram detidos por alegadas ligações a uma rede de tráfico de armas. Nada a abateu e nada a ligava aos factos, garantiu-me fonte da PJ. «Separei-me há anos e a minha linha vermelha são os meus filhos», justificou. A confirmarem-se os crimes, não olhava a laços de família nem de sangue: pedia uma sentença «pesada e sem clemência», à boa maneira da retórica penal do Chega.

Jenny não foi eleita para a Câmara apesar do bom resultado. Depois, vieram as desilusões com o partido. Primeiro, quando o Chega deixou cair a bandeira da

violência doméstica. A seguir, quando viu documentos comprovativos das dívidas do então líder distrital e deputado eleito, Filipe Melo, entre outras suspeitas.

Jenny Santos apoiara-o, mas, em janeiro de 2022, juntou-se a três dirigentes locais do Chega à época — Marcelino Cunha, Paulo Martins e José Peixoto — e o grupo viajou até ao Hotel Segredos de Vale Manso, em Castelo do Bode. Ventura, que ali se hospedara durante a jornada de campanha na região, prometera recebê-los, dada a gravidade da situação.

Caía a noite quando a embaixada minhota se encontrou com o líder e lhe mostrou a papelada sobre os casos fiscais e judiciais de Filipe Melo. «Não posso ter uma pessoa deste tipo ao meu lado, na Assembleia...», desabafou Ventura, aparentemente agastado. «É contra tudo o que defendemos.» Após uma troca de impressões, pediu-lhes para esperarem. «Aguardem pelas eleições e depois falamos», prometeu.

Eleito deputado em 2022, 2024 e 2025, Filipe Melo rodeou-se, na distrital, de dirigentes com problemas na Justiça, como João Gomes, deputado municipal do Chega e ex-diretor-geral da SAD do Braga. O gestor «desiludido com os políticos» e disposto a «romper com o sistema instalado» foi condenado por extorsão e obrigado a pagar 4000 euros ao Estado. Leonel Araújo, líder concelhio em Amares, continuava, em 2024, na lista de devedores ao fisco.

Jenny, por seu lado, foi castigada pelas suas denúncias e suspensa por um comentário nas redes sociais. «Depois bandidos são os outros!», escreveu quando viu, em 2022, a foto do presidente do Chega com os novos deputados. No *post* do Facebook, o líder referia-se à sua «equipa fantástica», Filipe Melo incluído. «Ventura provou que não é antissistema, é o próprio sistema», concluiu Jenny, antes de sair do partido.

E o Porto aqui tão perto...

Na tarde de 18 de setembro de 2021, a caravana do Chega desaguou no Porto.

A arruada limitou-se a uns escassos 200 metros e André Ventura passou pela Rua de Santa Catarina como um foguetão. Duas centenas de «fiéis», vindos de todo o distrito, com bandeirinhas, montaram «tenda» horas antes, junto à capela das Almas, alguns atónitos por nem sequer terem visto o líder passar.

Ao «cortejo» aderira uma figura típica, uma mistura entre Tiririca e aquele tio exótico comum a várias famílias. Orlando Cruz colecionou muitos «ex» na vida: ex-taxista, ex-candidato à Presidência da República (três vezes, dirá) e ex-cabeça de lista pelo antigo PURP (Partido Unido dos Reformados e Pensionistas). Agora candidatava-se a presidente da junta de freguesia de Oliveira do Douro, em Gaia, pelo Chega. Apareceu de megafone a dizer mal do PS e de Ricardo Salgado. Na outra mão tinha o microfone, pois também vestia a pele de diretor e «jornalista» da Rádio Esperança Popular, «voz das forças de segurança».

Engenheiro eletrotécnico, reformado, foi taxista e camionista. «É uma honra trabalhar e não viver de rendimentos mínimos.» O seu percurso travestia-se de roupagens lendárias, cómicas ou assim-assim. «Estive doze anos em Espanha, vivi no Brasil. Fui candidato em três países diferentes, fica a saber...» Um *globetrotter* à força. «As mulheres são um bocadinho chatas de aturar e tive de casar com uma espanhola e com uma brasileira», explicou, mas era «a brincar». Orlando Cruz fizera «coisas tão bonitas» como entrar no programa *Apanhados* da SIC e dar o nome *Passos Coelho* a um burro.

A poucos metros, de bandeira de Portugal na mão e boina militar posta, estava Germano Miranda, minhoto de Barcelos, antigo combatente em Moçambique. Há muito que aparecia em eventos do Chega, por vezes de camuflado. O *Folha Nacional*, jornal do partido, contou a sua história.

Regressou a Portugal a 24 de novembro de 1974. Para trás, um passado «glorioso», em troca d'«a maior falácia», a Revolução de Abril. «Dizem que foi pelo povo, para libertar o povo... são tretas. São tretas bonitas, mas são tretas!» Em parte, acreditou nelas. «Votei no MES [Movimento de Esquerda Socialista] quando vim do Ultramar.» Quando descobriu Ventura, viu nele «o patriota» que lhe faltava. «Gosto da maneira como vê a sociedade. É um pilar da democracia, se ele fosse extremista, eu não estava aqui. Que ninguém no Chega se atreva a pensar numa ditadura», avisou. Germano Miranda trabalhou quase toda a vida nos correios. Em 2021 ganhava 900 euros de pensão de reforma. Tinha três filhas e a família votava no Chega.

Quase «morto» no deserto

Ainda não falei do candidato à Câmara do Porto pelo Chega, mas ele existiu. António Fonseca, então presidente da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto, eleito nas listas de Rui Moreira, desentendera-se de vez com a maioria camarária, que o acusou de falta de lealdade e de usar verbas do executivo para outros fins.

Zangado, decidiu ir à refrega eleitoral como independente. «Houve muitas pessoas do Porto que caíram antes de se colocar a hipótese do António Fonseca», confirma Nuno Afonso. «O Hugo Ernano é que deu uma ajuda», explica o então coordenador autárquico. «O Chega não é nazi, pois não?», ironizou Fonseca quando falou comigo, a justificar a escolha. «Se fosse, ficava preocupado, mas é um partido legal e vivemos num país livre.»

Bem relacionado com as forças policiais e os empresários de bares e discotecas noturnos, liderava a Associação de Bares da Zona Histórica do Porto (ABZHP).

Nessa área de negócio, um dos amigos mais próximos do autarca era Manuel Carvalho, proprietário da popular Taberninha do Manel e de alojamentos turísticos, cujas simpatias pelo Chega e pelo seu líder eram assumidas e conhecidas. Num vídeo

gravado na marginal de Gaia, partilhado no Facebook, saiu em defesa do «bom rapaz» Ventura. «Que se f...o Estado Social, andamos a pagar a esses bandalhos que não querem trabalhar, por isso temos de ter mão de obra estrangeira.» Carvalho financiou a candidatura de Hugo Ernano pelo Chega, no Porto, em 2019, conforme revelou, perante testemunhas, no jantar-comício de Ventura em Leiria, em agosto de 2020. «O meu pai do Norte», chamava-lhe o ex-militar da GNR.

António Fonseca contava com simpatias de rua e outros apoios populares na «sua» freguesia. Na contabilidade eleitoral não foi assim: teve pouco mais de 2800 votos, um dos piores resultados do Chega a nível nacional. E ficou em último lugar na união de freguesias que liderara durante anos. Nem precisou de sair do partido, já que nunca se filiara, mas havia muito para contar sobre aquela experiência.

Meses depois, subi a escadaria da associação liderada por António Fonseca, na Rua das Flores, para uma revisitação, a frio, da campanha frustrada e da passagem sem glória pelas listas do Chega. De estatura baixa, óculos de aros leves e cabelos grisalhos volumosos, Fonseca recebeu-me de camisola de gola alta cinza, *blazer* azul e calças de ganga.

Ao convite da distrital do Chega, António Fonseca disse: «Isto terá de passar sempre por uma conversa com o vosso *boss*.» Semanas depois, jantou em Lisboa com Ventura, o deputado Rui Afonso e outros dirigentes. Exigiu definir o programa e a escolha da lista à Câmara. «Eu é que conheço a cidade.» Segurança e corrupção eram temas de concórdia. Noutros não transigia: «Sou amigo das comunidades hindu, do Bangladesh, muçulmana, contribuem para a economia local. E há mesmo quem precise do RSI, pois não tem condições para trabalhar ou não arranja emprego», assumiu, embora receoso da reação.

«O programa é seu, as prioridades são suas», acedeu Ventura. «Entusiasmei-me», reconhece Fonseca. «Tendo em conta o que diziam dele e do Chega, foi porreiro!» Mesmo assim, pediu tempo. Adivinhou resistências dos mais próximos. De facto, os íntimos «passaram-se», os amigos torceram o nariz. «Era só pessoal a dizer para não aceitar, incluindo o meu filho, família, tudo. Diziam que ia destruir o património político acumulado. Estou feito ao bife, pensei.»

Era, porém, a oportunidade de provar a sua «filosofia» para o Porto.

Fonseca imaginou-se nas mãos de um partido profissional. «Assumi que tinham capital, estruturas, logística, uma máquina humana no terreno.» Por isso, aceitou. Às primeiras reuniões, nas quais se misturavam dirigentes concelhios e candidatos de todo o distrito, perguntou-se: «Onde é que me vim meter?!» Viu-os engalfinhados por causa de «bocas» no Facebook, assistiu a «tiroteios» de acusações e temeu o ricochete na campanha. No final de uma reunião, chegaram a vias de facto. «Houve batatada e chamaram a polícia.»

Fonseca sugeriu que se sinalizassem, com urgência, pessoas para as mesas de voto. «Noutras eleições, preocupei-me que houvesse sempre um elemento nosso em cada uma. Eles nem 5% conseguiram! Caricato.» No terreno, tirando os cabeças de lista, não conhecia outros membros das listas às freguesias. «Os próprios candidatos a presidentes não conheciam as equipas. Comecei a ficar mais preocupado ainda.»

Sede de campanha, nada. «Não temos dinheiro», desculpou-se Rui Afonso.

«Não havia local para reunir e à sede concelhia não dava para ir porque andava lá tudo à batatada», lamentou-se. Fonseca e a sua equipa fizeram campanha sozinhos. Do partido, nem agenda, nem orientações, nem materiais de campanha suficientes. «Fizeram pouco mais de três mil e tal *flyers* para toda a cidade, ridículo.» Havia mais de 207 mil eleitores inscritos.

«Nunca pensei lidar com um partido, que até passava uma imagem nacional agressiva e dinâmica, onde as pessoas não percebiam o que andavam a fazer», contou. «Além de não saberem, também não queriam ouvir quem sabia. Nada, nada! Os candidatos às juntas, salvo uma ou outra exceção, diziam: “Votem no Chega para a junta e para a câmara em quem quiserem.” É verdade!», reforçou.

Quando escolheu os treze candidatos efetivos à Câmara, Fonseca comentou com Rui Afonso que só lhe faltava encontrar os cinco suplentes. «Se você quiser, arranjamós já», respondeu-lhe o líder distrital. Fonseca engoliu em seco. «Foram às listas que tinham e zás!, escreveram os nomes de mais cinco!», descreve. «Não soube quem eram, nem talvez seja relevante para o caso, mas, pelos vistos, é o *modus operandi* do Chega.»

A 11 de setembro, Fonseca pensou em desistir. Ventura não lhe respondia às mensagens, mas, numa reunião de emergência, Rui Afonso e Jerónimo Fernandes, coordenador concelhio, demoveram-no: tudo mudaria e até haveria sede de campanha, prometeram. «Foi para me aguentarem até à arruada no Porto, caso contrário o Ventura não vinha fazer nada...»

A ação de campanha «foi uma vergonha, até me senti mal. Os seguranças sacudiam-me para o lado e eu tinha dificuldade em acompanhar o André». O trajeto durou dez minutos, se tanto. «Depois passaram a ideia de que eram milhares de pessoas... Tudo treta!» Fonseca viu amadorismo por todos os lados. «O partido não tem bem concelhias ou distritais», explica. «São estruturas de palha: de um momento para o outro, caem e ardem.»

O ex-candidato ficou com uma sensação amarga. «Usaram-me. Fui a barriga de aluguer do Chega.» Nas contas da campanha do Porto enviadas à ECFP, o partido apresentou pouco mais de 20 mil euros de despesas e receitas superiores a 25 mil euros. «Deram a ideia de que não havia dinheiro, era o discurso nas reuniões, mas desconfio muito das pessoas que dizem que não têm dinheiro», ironizou Fonseca. «Se existiu, foi aplicado em fins que desconheço.»

Os «segredos» de Cidália

Em 2021, o líder do Chega decidiu dar um sinal do seu compromisso com o Portugal esquecido: foi cabeça de lista à assembleia municipal de Moura, no distrito de Beja. Não era um tiro no escuro. O partido obteve alguns dos melhores resultados da sua estreia em eleições neste concelho. E depois, claro, havia ciganos, o que sempre convinha ao seu discurso empolado.

O truque já se tinha percebido em pré-campanha, a 30 de julho, quando o Chega marcou um comício para o Largo Sacadura Cabral, em frente à Câmara, para apresentar os candidatos a oito dos catorze municípios do distrito. «Foi provocatório. Inflamou o ambiente e gerou a reação previsível», lembra Ana Moisés, então candidata à Câmara de Serpa, já desvinculada do partido.

André Ventura foi interrompido por protestos e gritos de «fascista» vindos da numerosa «delegação» cigana mobilizada para o evento. «Lutamos por aqueles que trabalham, pagam impostos e sustentam este país», tentou articular, com apupos em fundo. «Outros acham que podem ameaçar, condicionar e impedir-nos de falar», teimou, enquanto os protestos aumentavam de volume. «Estão muito enganados. Este país é nosso. Nosso!»

«Um dia se escreverá», prometeu, «que foi em Moura que demos início à Quarta República, a República dos portugueses de bem, que têm regras, que têm leis, e não aceitam trabalhar para outros viverem à sua custa». Depois anunciou, quase profético: «Não deixarei a vida política sem que esta sagrada terra do Alentejo e este fantástico concelho de Moura sejam respeitados.»

A frase perseguiu-lo nos meses seguintes. «Homens e mulheres que aqui vivem merecem que se dê um exemplo daquilo que será a governação do Chega em todo o país.» O público gritou por Cidália Figueira, candidata a liderar o município. Ele continuou. «Nunca vos abandonarei! E nunca me faltará a voz para vos defender», prometeu, uma e outra vez, já a polícia dispersara os manifestantes ruidosos. «O André mediu a audiência e tirou proveito dela», descreveu-me Cidália quando reviveu essa memória. «Havia imensos polícias e um grupinho de etnia cigana a boicotar, mas ele pegou no público que tinha e usou-o com fervor», conta. «Havia uma sensação de hipnotismo.»

Cidália Figueira soube pela imprensa da candidatura de Ventura à assembleia municipal de Moura, quando ela própria ainda não era candidata. Logo aí, sentiu-se um adereço. «Só o conheci no comício, nem sequer conversáramos ao telefone», explicou. «Ninguém conseguia falar com ele, era como o papa. Primeiro tínhamos de falar com o sacristão, depois seguia-se o padre, o bispo e o cardeal», brincou o marido Rui Ribeiro, polícia de profissão, quando, na manhã de 23 de abril de 2022, nos sentámos nos sofás do Hotel Vila Galé, em Évora. Por esta altura, Cidália já tinha «enterrado» o Chega.

Nascida em Moura, ex-emigrante em Frankfurt, para onde foi com os pais aos quatro anos, Cidália voltou ao Alentejo aos sete, com a mãe, para fazer a escola primária. O pai ficou na Alemanha quase duas décadas, a trabalhar em fábricas. Antigo combatente em Angola, «dizia-se socialista, mas», conta a filha, «era muito conservador, do tempo em que as mulheres serviam para ficar no lar».

Cidália engravidou aos vinte anos. No final da década de 1990, depois de passar pela frota de autocarros da autarquia, o pai tornou-se motorista do presidente da Câmara pela CDU, José Pós-de-Mina, considerado, à esquerda e à direita, autarca-postal do que restava do «domínio» comunista do Alentejo.

Nessa altura, já Cidália era funcionária administrativa da Câmara. Ficaria com Pós-de-Mina três mandatos, saltando depois para o apoio ao gabinete jurídico. «Sempre votei CDU. Mais pelo presidente. Gostava da postura, era correto, humano. O concelho evoluiu.» Com a sua saída, em 2013, assessorou os novos vereadores e não gostou da gestão do sucessor, Santiago Macias. Quando a Câmara «virou» PS, em 2017, Cidália ficou apenas cinco meses a gerir a frota do município. Pediu então transferência para Beja e foi tirar o curso de Solicitadoria.

Ao seu lado, Rui escuta a conversa, atento, pontuando-a aqui e ali. Ela não quer que ele se estique. «É polícia e pode ter problemas», justifica, mas o marido não se apoquenta. «Sempre estive ligado à política», conta. Em 1976, sem saber ler nem escrever, viu Otelo Saraiva de Carvalho em campanha presidencial, em Almodôvar, onde morava. «Quero conhecer aquele homem», disse ao pai, atrevido. Manuel Ribeiro, que viria a ser presidente socialista do município, fez-lhe a vontade e ele andou ao colo do candidato.

Mais tarde, leu sobre o militar, formou opinião. «O pessoal do Chega diz mal do Otelo a torto e a direito. Chamam-lhe bandido, dizem que pôs bombas, matou e não sei quê, mas foi um dos mentores da liberdade e, se calhar, hoje estaria arrependido ao ver o que fizeram com essa liberdade. Não era este país que os militares queriam», reflete. «A democracia deve muito ao Otelo e o país não lhe reconheceu isso», critica.

Pode não parecer, mas Rui também apoiou o Chega. Ainda andou na JS, mas desencantou-se. «Continuei sempre de esquerda, do PS, mas afastei-me. A dada altura, era tudo igual.» Quando o Chega apareceu, mudou. «O Ventura tinha um discurso bonito. Cativava forças de segurança, militares, funcionários públicos. Dava a cara, mas depois de o conhecermos pessoalmente...» Deixa a frase a meio, revirando os olhos. Rui é mais politizado do que Cidália, ainda inexperiente. «Tens de ver os debates, ver as coisas com outra abrangência», dizia-lhe o marido quando ela se candidatou. «Sou mais de me dedicar ao trabalho. Tenho atritos com colegas porque não suporto injustiças.»

A «moura» de Ventura

Cidália Figueira não foi a primeira escolha do Chega para Moura, a única Câmara que Ventura esperava ganhar naquelas autárquicas. Por alguma razão, Francisco Tojo, o preferido, declinou a proposta, mas sugeriu o nome dela. «Por ser mulher e da terra, senti-me importante», admite. «A lista era muito fraca, nem concorremos a todas as freguesias. Não escolhi os nomes, nem os conhecia, mas gostava de ouvir o Ventura e senti a adrenalina.» Apenas Rui Rodrigues, ex-CDS, prometeu ajudá-la. «Percebeu que tinha caído ali de paraquedas», reconhece. Além de integrar a lista para a assembleia municipal, «ele preparava os meus tempos de antena, as intervenções, textos, debates, tudo! Mas falhei bastante...»

Nas redes sociais, a candidata partilhava as ideias do programa eleitoral com erros ortográficos e gerava paródia. As fotos dela, sozinha, à noite, a distribuir propaganda pelas caixas do correio, numa rua deserta, era um quadro de abandono, mas nada fez tanta mocha como o debate promovido pela Rádio Planície com os candidatos, transmitido em direto da biblioteca municipal.

Ao minuto 51, a jornalista Patrícia Pato pediu à candidata do Chega para falar das ideias para o Plano Diretor Municipal (PDM). Durante três longos minutos, Cidália não soube articular uma frase. Mexeu nos papéis, enrascada, com os segundos a pesar arrobas. Pediu para se repetir a pergunta e nada. De novo. A cena foi confrangedora. Depois, leu o programa ao calhas.

Uma parte da cartilha do Chega ela sabia. «Temos muitos subsidiodependentes e vamos ter de os pôr a trabalhar. Como? Pô-los a trabalhar, vão para o centro de emprego em vez de irem para as filas da Segurança Social.» Os candidatos do PS e da CDU abanaram a cabeça. «Não tive preparação política para aquilo», reconhece. «Quem fez todo o programa foi o Rui Rodrigues, meu mentor. Quando dava uma entrevista telefónica, fartava-me de chorar...»

A insegurança, a falta de apoio e de meios do Chega, o contravapor de outros candidatos da lista, desgastaram-na. A ligação ao partido não ajudou. «Foi muito difícil arranjar uma sede. Dizia-se que era para o Chega e as portas fechavam-se, mas lá nos emprestaram um espaço, era eu a varrer, o meu marido a ajudar nas limpezas.» Nas suas costas, dizia-se que o Chega tinha duas listas, tal a divisão entre candidatos. André Linhas Roxas, candidato da CDU, antecipou: Ventura «está a usar Moura como um trampolim para as suas ambições, para a sua agenda, não está preocupado com quem aqui vive».

Enquanto isso, os ciganos mobilizavam-se: reuniram representantes dos quinze bairros para decidir em quem votar para «barrar» o Chega. A isso, juntava-se a rejeição no terreno. «O Rui Gato, segundo da minha lista, militar, deu 2000 *flyers*», revela Cidália, «mas ficaram 1500 dentro das caixas». Se Moura era a grande aposta autárquica do Chega, não parecia. «Éramos tão poucos que, nas listas, estávamos quase todos em duplicado.»

Com as eleições a aproximarem-se, Cidália trocou mensagens azedas com o dirigente Pedro Pinto. «Até parece que os nossos opositores são aqueles que deveriam

estar do nosso lado», comentou ela. Andou sozinha, embaraçada, a entregar *flyers* às vizinhas da mãe. Queixou-se da falta de apoio da direção, do silêncio de Ventura. O dinheiro foi outro problema. «A campanha foi paga por nós. Em géneros», revela. «Mandámos uma fatura para o partido para, pelo menos, pagarem os cartazes. Nem resposta deram», acusa o marido. «Eu pedia dinheiro constantemente, mas a única coisa que eles pagaram e colocaram em Moura foi o *outdoor*», completa Cidália.

«O Ventura disse à Rádio Voz da Planície que ia gastar 4000 euros em Moura», recorda Rui. «Quase implorámos 1000 euros ao Nuno Afonso, mas ele dizia que não tinha dinheiro», explica. «Então, se vocês andam a dizer publicamente que têm 4000 euros para a campanha, onde é que anda o dinheiro?», perguntou.

O orçamento previsto foi, de facto, aquele, mas nos documentos da campanha de Moura enviados à Entidade das Contas, o Chega declarou quase 6800 euros de despesas. As receitas, contando com a subvenção, quase chegaram aos 8900 euros. «Desconheço», respondeu-me Cidália. «O Pedro Pinto disse-me que o *outdoor* foi pago pelo Ventura.» De resto, «os cartazes colocados em Moura foram pagos por mim, o Chega não financiou nada». A sede, lembrou, fora cedida a título gratuito e os *flyers* oferecidos. «Havia algum dinheiro para a campanha do André em Moura», contrapõe Nuno Afonso, «mas, numa estação de serviço do Alentejo, amigos meus ouviram quatro dirigentes nacionais a discutir a forma de dividi-lo», revela, reservando os nomes dos envolvidos para outras núpcias.

O antigo braço-direito de Ventura revelou ainda um outro caso, relativo à campanha eleitoral de Cascais, em que 10 mil euros terão desaparecido sem deixar rasto. Ou melhor, «numa reunião sobre esse tema», contou Nuno Afonso, «o mandatário financeiro confirmou que o dinheiro teria sido utilizado para pagar outras despesas». Quais? Nunca se soube. Nem quando.

Em Moura, Ventura ainda apareceu num jantar na cidade. «Não fui, já estava zangada», conta Cidália. «Não era para o povo, o povo não tem 25 euros para ir a jantares.» Apesar de candidato em Moura, o líder do Chega manteve, até à última, segredo sobre o local onde assistiria à noite eleitoral, embora já o tivesse escolhido há semanas. Cidália esperou por um sinal. «Fiquei passada!» Uma jornalista disse-lhe: «O Ventura está em Braga.» Caiu-lhe tudo. «Ele andava onde havia dinheiro», justifica a vereadora.

Na noite eleitoral, a 26 de setembro, Cidália teve 1001 votos (14,35%), mais do triplo da média nacional, e a vitória do PS foi disputada à unha com a CDU. Na assembleia municipal, Ventura conquistou 1766 votos e o Chega elegeu seis deputados que nunca se entenderam. Uns saíram, outros ficaram e, por vezes, até votam de forma diferente. «Para mim, ganhei», resume a candidata independente. Dezenas de ciganos festejaram nas ruas depois de passarem os últimos dias a apelar ao voto contra Ventura.

A 15 de outubro, véspera da tomada de posse, Rui Rodrigues, eleito para a assembleia municipal, foi ameaçado por um cigano na estrada de Estrela para Moura. Após uma perseguição automóvel, o professor encostou o carro. «Amanhã não vais

assinar o papel, ouviste?», disse o desconhecido, apontando-lhe uma faca. A mensagem era simples: Rui não devia tomar posse. «Cheira-me que isto foi encomenda de gente do Chega», comentou Cidália, desconfiada. «Eles foram votar em massa no PS, mas nunca fui intimidada pela comunidade cigana. Nem maltratada. Só umas bocas, nada de especial», contou.

Nesse mesmo dia, ao final da tarde, ela, o marido e Rui Rodrigues dirigiram-se a Évora para uma reunião na sede do partido com Ventura e outros dirigentes. Cidália fervia. Dois dos dirigentes, a quem chamava «traidores», também apareceram, e isso só a enfureceu mais. «Queriam que eu renunciasse antes da tomada de posse, mas sou de gancho, não me intimidam.»

«Vamos acalmar, sossegar e falar cordialmente», pediu Ventura, receoso. «Disse-lhe tudo», conta Cidália. «Que a campanha tinha corrido mal, que os candidatos não apareciam nas reuniões nem nas arruadas e desculpavam-se com idas à caça», revela. «Ele não me olhava nos olhos.» «Amanhã temos a tomada de posse, temos de estar unidos», insistia o líder. «Unidos?! Com estes traidores?», reagiu ela. Falou das ameaças pela calada a Rui Rodrigues. «Tudo aponta para que tenha sido a mando de algum dos candidatos do Chega, pois só esses tinham interesse. Que cigano saberia qual era o lugar do professor na lista? Queriam afastá-lo, mas fomos buscá-lo e ele foi à tomada de posse.»

A reunião acabou como começara: mal. Depois, tudo ficou mais claro. «Na tomada de posse, o André nem sequer me cumprimentou, não me dirigiu a palavra. Toda a gente viu isso. Foi aí que decidi.» Dois dias depois, a 18 de outubro, informou-se das regras para passar a vereadora independente. Contactou Cristina Rodrigues, ex-parlamentar do PAN, para se aconselhar: também ela tinha passado a deputada não inscrita na Assembleia antes de se aproximar de Ventura e de se candidatar pelo Chega.

No início de novembro, Cidália passou a autarca independente. «Nepotismo, tachismo, clientelas? Fazem igual. É um partido do sistema.» A direção contra-atacou. O caso de Cidália, disse Bruno Nunes ao *Observador* a 11 de novembro de 2021, já tinha sido «sinalizado» pela direção por haver, segundo o novo coordenador autárquico, «um voto constante ao lado do PS». Até à altura destas declarações, tinham decorrido apenas duas reuniões camarárias. A maioria das decisões, banais para a gestão do executivo, fora aprovada por unanimidade, mas a vereadora votou quatro vezes contra e absteve-se em duas propostas do PS.

Bruno Nunes efabulou mais: garantiu que a retirada de confiança estava em cima da mesa há semanas por causa da «ligação» entre os socialistas e Cidália. «Percebemos que existia uma aproximação e que poderia resultar num acordo de atribuição de pelouros por parte do PS à eleita do Chega», explicou, insinuando a existência de «favorecimentos pessoais» e ameaçando entregar o caso ao Ministério Público se as suspeitas se confirmassem. «Não sou vendida, não preciso de migalhas», escreveu Cidália Figueira a Bruno Nunes, por SMS. Ameaçou ainda trazer a público a

questão das verbas da campanha do Chega. «Paguei a minha do meu bolso e agora pergunto: para onde foi esse dinheiro?»

Quanto a Ventura, o líder que prometera nunca abandonar Moura e fazer do concelho o exemplo da governação do Chega no país, faltou a todas as sessões da assembleia municipal desde a eleição, excetuando a tomada de posse e a primeira reunião sobre o orçamento, em 2021.

Nas redes sociais, escreveu que era o único autarca a abdicar de salários e abonos, «um enorme desapego», no seu autoelogio, quando, na verdade, os deputados municipais apenas recebem senhas de presença. E presenças em Moura foi coisa que Ventura praticamente não teve. «Ventura é o Chega e o Chega é Ventura. Ele adora-se, ele idolatra-se», resume Cidália Figueira. «Peço a Deus para não deixar este homem governar o país.»

O concelho alentejano tornou-se, isso sim, emblemático para perceber os bastidores e perversidades da gestão política do Chega. O rasto nebuloso aí deixado inclui o crime cometido por Vítor Ramalho, candidato do partido na freguesia de Póvoa de São Miguel. Em outubro de 2021, na sequência de uma discussão, disparou vários tiros em direção a um casal de imigrantes. O caso só seria julgado no final de 2024, mas, antes disso, eu ainda voltaria a Moura para contar essas e outras histórias do município fetiche de Ventura, microcosmos da sua popularidade.

Voto e debandada

Nas autárquicas de 2021, o Chega falhou a conquista de uma câmara, mas, mesmo sem apresentar candidatos aos 308 municípios, conseguiu o tal «lastro nacional» à boleia de mais de 206 mil votos: elegeu 19 vereadores e obteve 171 mandatos para assembleias municipais e 205 nas de freguesia. Nos municípios onde o Chega elegeu vereadores, foi o PS que mais perdeu.

Aquele já não era apenas o partido urbano do deputado único. A mancha eleitoral da ultradireita estendeu-se pelo país, pontuando de autarcas do Chega as zonas mais longínquas do mapa, mesmo tratando-se, em alguns casos, de «aberrações» políticas. «Tivemos más experiências, eram pessoas que não sabíamos quem eram, ou melhor, de quem tínhamos só uma vaga ideia», admitiu André Ventura à *Sábado*, em 2022.

De onde viera aquele crescimento autárquico?

Dois estudos comparativos entre o Chega e o Vox, dos investigadores Luca Manucci e Lea Heyne, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), concluíam que os eleitores dos dois partidos eram mais permeáveis a conteúdos «alternativos» das redes sociais, em especial o Facebook, terreno fértil para a propagação de mensagens da direita radical.

No caso da imprensa tradicional, optavam por tabloides e outros *media* virados para o entretenimento. «Considerando que Ventura tem um passado como comentador

de futebol na CMTV», explicavam os autores, «não surpreende que aqueles que leem o *Correio da Manhã* à procura de informação política tenham mais probabilidades de votar no seu partido».

Havia outro dado: apoiantes e votantes do Chega eram, tendencialmente, do sexo masculino, jovens, religiosos e viviam, em maior número, nas zonas rurais. Como notavam os investigadores, já não estávamos perante velhos nostálgicos da ditadura, mas à mercê de uma nova geração atraída pela extrema-direita.

Em França, há anos que o escritor e tradutor Édouard Louis se debruçava, a partir da sua experiência familiar e comunitária, sobre a transferência eleitoral do operariado de esquerda para os braços de Marine Le Pen. Essa realidade só em parte poderia decalcar-se para o contexto português, mas Édouard abria, numa entrevista ao *Expresso*, outras vias de reflexão.

Na maioria das vezes, as forças de esquerda «deixaram de falar da pobreza, da precariedade, da dor, seja do varredor de rua, seja do operário ou do talhante», descodificou. «A classe operária deixou de se sentir representada. Os seus corpos deixaram de ser reconhecidos. Se o único espaço que se oferece às pessoas para dizerem que sofrem é na extrema-direita, então as pessoas usá-lo-ão», ilustrou Édouard, cáustico. «Uma vez, ao chegar a casa, a minha mãe, que nunca leu Zola, ou sequer um livro, olhou para a capa do livro que me tinham dado na escola e disse: “Esse homem esteve do nosso lado, do lado dos pobres.” Quando me lembro disto, penso: “Ela sabia que alguém deste meio, do meio da literatura, estava a lutar do lado dela, e isso era um orgulho para ela.” Quem está a ocupar este lugar hoje?», perguntava o escritor francês.

Após as autárquicas, Ventura quis travar a tentação de eleitos do partido para fazerem acordos em municípios de esquerda e assim viabilizarem executivos ou orçamentos. A I Convenção de Autarcas do Chega marcou-se com o propósito de estancar abordagens e movimentações já em curso.

A 2 de outubro de 2021, um sábado, apanhei uma camioneta do Porto para Santa Maria da Feira, depois um táxi para Nogueira da Regedoura, e entrei, manhã cedo, no Centro Social Luso Venezolano. O ambiente era sonolento, com muitas cadeiras vazias. Nos melhores momentos do dia, não mais de cem pessoas. Por onde andavam as centenas de autarcas eleitos pelo país?

Ventura exigira-lhes a adoção de uma «malha ética» para impedir «favores a familiares ou ajudas a amigos». Acordos: só à direita, admitiu, mas sem papéis assinados, sobretudo com o PSD. «Estamos sob muita pressão», justificou. Mithá Ribeiro comparou a vida pública em representação do Chega a um «ritual de iniciação próprio das sociedades primitivas. Impõe sacrifício, abnegação e a sujeição dos iniciados ao desprezo dos outros, à dor e à violência, psicológica e física». Esperava-se que os eleitos do Chega resistissem e impusessem «um muro de princípios morais e

cívicos, um muro de betão existencial» entre eles e a esquerda. «Toda e qualquer aproximação só é possível no campo da direita», elucidou, a travar entusiasmos. «Estamos ainda longe de provar aos portugueses quem somos.»

Para o então responsável pelo gabinete de estudos, havia «um problema sério de identidade» na relação do Chega com o povo. A eleição autárquica era a oportunidade de resolvê-lo. Mithá sugeria atrair o pequeno comércio, bombeiros, comunidades cristãs, idosos, camionistas, mas educadores e professores seriam a chave do sucesso. «São cerca de 150 mil.» Um mercado apetecível. «Lembrem-se sempre de uma frase de Lenine», disse, despertando os presentes do seu torpor só por citar aquele nome. «Às vezes, as piores pessoas dizem coisas acertadas: “Uma minoria organizada vale mais do que uma sociedade inteira.”»

Naquele evento, Pedro Frazão, vereador em Santarém, viu nos 395 autarcas eleitos pelo Chega uma «legitimidade moral, social, humanitária», mas, em 2024, abandonou o município. «Nunca visitou as 18 freguesias, não acompanha os principais acontecimentos na cidade, não conhece a realidade do concelho», afirmou Manuela Estêvão, farmacêutica e líder concelhia do Chega, ao *Mais Ribatejo*, resumindo o mandato de Frazão. Na convenção, Hugo Morgado, eleito municipal em Leiria, até inflacionou os números: «Somos 400 Venturas espalhados por Portugal.» Três anos depois já eram menos, contando com ele: desfilou-se e passou a deputado independente naquele órgão autárquico.

A debandada foi, de resto, imparável: dos 19 vereadores eleitos pelo Chega em 2021, apenas oito se mantinham nos cargos no final de 2024, tendo boa parte deles passado a independentes.

Mithá, um intelectual no Chega

A meio da convenção dos autarcas, fui com Gabriel Mithá Ribeiro ao bar do Centro Social Luso Venezuelano onde, horas antes, para matar saudades de Caracas, bebi uma cerveja *Polar* e provei o *pabellón*, um ensopado de carne desfiada com arroz e feijão preto cozido, prato nacional da Venezuela. Ali estava eu, entre camisolas da seleção *vino tinto* e imagens emolduradas de Simón Bolívar, a fazer jus à minha pele de «ativo» do governo da Venezuela em Portugal, conforme o Chega se entretinha a fantasiar.

Cordato, sempre sorridente, com um fato escuro clássico, camisa branca e gravata azul-celeste, que lhe dava um cerimonioso ar sacerdotal, Mithá seria, dali a meses, deputado. Moçambicano de nascença, de ascendência africana, indiana e árabe, foi batizado no catolicismo e educado no islamismo... À chegada a Lisboa, em 1980, a família viveu, durante um ano, numa barraca, no Vale do Jamor, enquanto ele trabalhava nas obras como servente de pedreiro.

Homem da História e da Psicologia Social, é doutorado em Estudos Africanos e fã de Freud. Deu aulas em Almada e, por razões familiares, sentiu-se «adotado» pela freguesia da Guia (Pombal), à qual agradeceu o acolhimento da igreja local — «não havia muita gente bronzada como eu», brincou, quando falou à *Piauí* —, e tornou-se católico praticante. Preocupa-se, desde a filiação no partido, em setembro de 2020, com a identidade ideológica do Chega, diria mesmo obcecado em defini-la.

É um intelectual temível. Temível à antiga, munido de um saber raro no Chega, com cultura clássica, capaz de medir forças com adversários a um nível elevado, ou não fosse um leitor ávido das ideias e narrativas de esquerda, «o inimigo».

Há coisas datadas na conversa que se segue, outras pulverizadas pelos anos, mas retrata outra forma de estar no partido, pouco valorizada internamente. Se tivesse o dom de Ventura para a oratória inflamada e a capacidade de tocar nas cordas do ressentimento humano, Mithá Ribeiro seria um líder político ameaçador, como poucos, da ordem social estabelecida.

Que «ritual de iniciação primária» enfrentam os autarcas do Chega?

Foram os outros que decidiram, de forma unilateral, que somos fascistas, de extrema-direita, neonazistas, populistas, tudo. Isto é violência simbólica, terrorismo mental. É um ritual de iniciação idêntico ao das sociedades primitivas africanas. Quem é do Chega deu a cara em situações violentas e de dor: colegas, vizinhos e familiares viraram-lhes as costas. Os adversários fizeram *bullying*, mas isso só reforçou a nossa identidade interna.

De que é feita essa identidade?

Somos de direita, conservadores, liberais, nacionalistas, mas ninguém precisa identificar-se com todos os nossos valores. O Chega tem de ser um movimento político e cívico, abrangente, com dimensão moral. Queremos consolidar a democracia. As instituições — Justiça, Educação, Família — falharam e a inexperiência das pessoas do Chega é uma desvantagem, mas permite espírito aberto para construir o projeto com elas, com autorresponsabilidade, matriz moral que deriva da tradição judaico-cristã e greco-romana.

A questão religiosa é um problema no partido?

Reivindicamos a religião enquanto herança civilizacional e cultural, mas o presidente André Ventura não quer o Chega fechado em nenhuma confissão religiosa. Temos de ser um chapéu de aba larga. Em campanha, conversei com evangélicos e católicos. Disse-lhes: o partido é autónomo, mas tem abertura e quer aproximar-se de segmentos, grupos, identidades e instituições que se

autoexcluíram ou foram marginalizadas pelo regime. E algumas delas são comunidades religiosas. A abstenção não caiu do céu.

Esses setores não olham também para o Chega como um projeto de poder?

Podem vê-lo desse modo e até serem salvos pelo Chega, mas esses não são os que queremos. Temos de arrumar cada macaco no seu galho.

A matriz moral que propõe não choca com um partido de ressentidos?

O Chega é um partido de ressentidos! O André destapou a panela de pressão onde estavam os reprimidos. Quando isso acontece, há excessos. Essa gente saltou da panela e viu no Chega a instituição que precisava para exercer essa liberdade, mas depois bateu de frente com uma hierarquia, estatutos, normas claras. Resultado: alguns estão ressentidos com o regime e com o Chega. Ficaram ressentidos com o abandono da ideia de Quarta República e fizeram-me saber, mas o novo programa é radical. Ser radical dá muito trabalho, mas havia, e há, no Chega, quem pense que basta ser radical nos comportamentos e atitudes. Queremos gente, com todas as aspas, civilizada, cordial, que respeita instituições e normas. O radicalismo tem de incidir nos valores e princípios.

Ventura não se limitou a libertar a panela de pressão para poder usá-la?

Roma e Pavia não se fizeram num dia. Há ressentimentos que me doem, até pessoalmente. Entrei com o comboio em andamento, mas houve quem se juntasse no Chega no momento mais difícil, quando era preciso construir o partido. O José Dias e outros saíram, mas não me canso de agradecer o que fizeram. A saída deles dói-me. Uma instituição forte converte todos. Houve indisciplina, tudo bem, mas esse problema não pode ser eterno. O Chega deve ter força moral, cívica, institucional e programática para converter até os mais desalinhados. Quando temos um alcoólico na família, mandamo-lo porta fora ou fazemos tudo para integrá-lo? Quem sente afinidade pelo Chega tem de ter espaço dentro do partido e ser aceite, mesmo com as suas diferenças.

Falta ideologia?

O senso comum que o Chega atrai é matéria-prima, até porque nos outros partidos a produção intelectual é de cima para baixo. A afirmação social do partido faz-se com quem pensa, enquadra e estuda. Não é criar dogmas ou dar respostas, mas apontar princípios para que o partido se construa a si mesmo.

Temos de saber enquadrar e integrar alguém que vem da extrema-esquerda, se sente incomodado com a burocracia, a criminalidade ou com a indisciplina das escolas, por exemplo. Temos de produzir pensamento, de ler quem pensou e escreveu sobre o que queremos a partir do contributo do senso comum. O Chega nasceu com o coração. É o partido do discurso, das redes sociais, sem cábula, mas falta a cabeça. E o equilíbrio entre a cabeça e o coração.

Que leituras recomendaria aos militantes, que bases teóricas?

Ainda há jovens filiados a arrumar ideias e referências, mas recomendaria as obras do professor Jaime Nogueira Pinto sobre as direitas e outras. Perdoe o autoelogio, mas também falaria do meu livro *Um século de escombros — Pensar o futuro com os valores da Direita* (Oficina do Livro, 2019), onde, a partir do meu percurso, faço um balanço moral, cívico e intelectual. Na área mais ideológica, e apesar de não ser consensual nas direitas, admiro Olavo de Carvalho. Não o Olavo que disse asneiras, mas o escritor. *O imbecil coletivo* e *O jardim das aflições* têm pensamento consistente e equilíbrio entre o saber livresco e o saber empírico, a mais profunda filosofia e traços do Brasil mais corriqueiro. Adapte *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota* a umas 30/40 páginas, para publicar um livro com citações dele, universais, enquanto argumentos para combate político. Contactei a filha, a Inês de Carvalho, para o pai autorizar a publicação, mas veio a pandemia e fiquei com o projeto em banho-maria.

Em *Guerra pela eternidade: O retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*, o etnógrafo da Universidade do Colorado e especialista em direitas radicais Benjamin R. Teitelbaum traçou o perfil de intelectuais e ideólogos cujo pensamento é reivindicado por partidos e movimentos extremistas. Entre eles, Olavo de Carvalho. Comunista na faculdade, depois fanático da alquimia, da astrologia e dos círculos ocultistas de São Paulo, escreveu artigos para a revista francesa *Planète*, onde publicou entrevistas com extraterrestres e mortos, entre outros exclusivos do género. Convidado para o governo Bolsonaro, preferiu manobrar nos bastidores, a partir dos EUA, onde se «exilou» até morrer, em 2022.

No livro, Teitelbaum referiu-se a outras figuras reverenciadas nos meios mais intelectualizados do Chega, como o russo Aleksandr Dugin, Steve Bannon ou Julius Evola. Os dois primeiros são referidos noutros capítulos. Quanto ao ideário de Evola, foi motivo de conferência no Porto, em 2023, onde estiveram apoiantes do partido de Ventura. «Um

barão italiano estranhíssimo, conhecido pelos seus escritos antissemitas, antiliberais e antidemocráticos (defendia, por exemplo, que as mulheres deviam completa subordinação aos homens), pela sua admiração incondicional por Himmler e pelo nazismo, mas também pelas suas crenças no esoterismo e no sobrenatural», descreveu-o o historiador António Araújo, no *DN*. «É no mínimo bizarro que, em pleno século XXI», acrescentou, «os ideólogos de Trump ou de Bolsonaro tenham por guru um homem como Evola, que se intitulava “superfascista” e que acreditava em fantasmas e nos poderes telepáticos e que era um crente — e praticante — da alquimia».

Quanto a Dugin, Bannon e Olavo, tinham traços comuns, notou Teitelbaum. Desde logo, as ligações ao poder, sempre associados a um «homem forte» (Putin, Trump e Bolsonaro). A devoção ao tradicionalismo e o ativismo em nome dele eram também idênticos. Faziam política, mas na pele de conselheiros, instrutores e estrategas. «Não navego nessas águas», esclareceu, porém, Mithá Ribeiro.

Que intelectuais e pensadores o inspiram, até para perceber o que, no seu entender, podia dar a tal «estrutura moral» ao Chega?

Faço leituras muito seletivas, pesadas. Prefiro intelectuais que sejam ossos duros de roer. Max Weber, Nietzsche, o [psicólogo social romeno] Serge Moscovici, Roger Scruton, teórico de conservadorismo da nossa direita. As minhas referências são mais do pensamento social do que político. Citei-lhe Weber, mas depois há uns teóricos da Sociologia, como Norbert Elias, com quem «parti pedra». E li a fundo o [economista] Albert Hirschman. Muitos são de esquerda. Mais à direita, o Hayek, Karl Popper, Edmund Burke e, obviamente, Alexis de Tocqueville. Do Freud valorizo obras sobre a mente coletiva, *Totem e tabu* e *O mal-estar na civilização*. Quando falamos de pessoas, doenças mentais, percebemos que, muitas vezes, falham na vida, não por falta de inteligência ou de recursos, mas por desequilíbrios emocionais, morais, familiares ou outros. Esses autores permitiram-me ir atrás daquilo que equilibra mentalmente o coletivo. Aplico isso a um país, cidade, comunidade ou minoria, negra, cigana, etc. Para superar algumas questões, precisamos de uma espécie de divã coletivo: espaços sociais, institucionais ou outros para as pessoas atirarem conversa fora, falarem livremente, sem censura.

O Chega também serve para isso?

Pode servir. Ponha isto entre aspas, mas, se odeio pretos e não puder dizê-lo, nunca me libertarei nem saberei racionalizar isso. Deixemos a pessoa dizer

«odeio pretos» e depois trabalhemos o porquê. As sociedades resolveram isso, libertando o discurso sobre o sexo: as coisas equilibraram-se mentalmente.

Isso não serve, antes de mais, para normalizar preconceitos?

Se um partido quiser transformar a sociedade, tem de ser amortecedor. A crítica social livre regula melhor a sociedade do que o ordenamento jurídico. Se as pessoas criticarem livremente tudo e todos, perceberão que, para criticar o outro, têm de ser um exemplo. Não posso chamar corrupto ao outro se for corrupto ou tiver corruptos na minha identidade coletiva. Não posso humilhar racialmente o outro se ele puder fazê-lo comigo. As sociedades equilibram-se, não acho que a agressividade verbal se traduza numa agressividade física.

Acredita mesmo que ficarão a sobrar apenas trincheiras virtuais?

Há margem para deixar as pessoas soltarem-se sem temer a violência. A minha mãe é muçulmana e divertíamo-nos a dizer que éramos católicos, apostólicos, muçulmanos. Nunca abandonei as origens. Nasci, vivi e vou morrer moçambicano. O meu avô é sírio. E tenho raízes indianas e africanas. Adotei a identidade portuguesa porque a mente humana tem de habituar-se a coisas contraditórias, diferentes e complexas. Pode parecer politicamente incorreto, mas sentir-me-ei sempre português de segunda. E sinto-me bem no Chega.

Porquê «português de segunda»?

Casei-me com uma portuguesa e tenho um filho que já é muito mais português do que eu, mas uma coisa é ser português por via de um avô, ou bisavô, outra é sê-lo sem gota de sangue português ou por receber essa identidade. Não me sinto à vontade para dizer que sou um português igual a si. Não tenho os meus direitos diminuídos, mas tenho clara noção do que é uma identidade coletiva e como estes processos têm de ser intergeracionais para funcionarem.

Ser português não é apenas uma questão de sangue.

Para mim, é cultural, identitária, mas há identidades e culturas que valorizam a questão de sangue. A portuguesa é uma delas. África e Ásia estão em explosão demográfica e o homem branco anda a defender minorias sem perceber que, no contexto internacional, é a minoria.

Trump, Bolsonaro, Orbán, Salvini, Abascal são referências do Chega. De quem se sente mais próximo em termos de prática política?

Do ponto de vista simbólico, de todos, embora não sejam génios do pensamento. Num certo momento, senti-me próximo do presidente Trump, pela rutura profunda, por ser símbolo de um movimento que já tem um espaço intercontinental. E valorizo a vitória de Bolsonaro. As grandes ruturas nunca vêm do centro, que anda entretido com outras coisas, vêm da periferia, parafraseando o professor Carlos Amaral Dias. No início do século XX, essa periferia chamou-se Rússia e depois União Soviética. Até aí, não contavam com ela. O Brasil talvez seja semelhante: tem uma espécie de Lenine, que é o Bolsonaro, e uma espécie de Marx, o Olavo de Carvalho [entretanto falecido]. Não devemos ver isto como algo para provocar guerras ou desequilíbrios. É um reajuste natural da condição humana e do mundo. Sem prejuízo do nosso campo ideológico, temos de racionalizar e conversar.

O que o atraiu no Chega depois de uma passagem pelo PSD?

O PSD é um grande vazio identitário. É tudo e o seu contrário. Em certos contextos históricos, não é mau, mas numa época de profunda crise dos valores civilizacionais a direita não pode ficar em cima do muro, tem de definir-se. Quando ouvi o André Ventura, vi nele coragem e frontalidade, passei a admirá-lo e senti-me seduzido pela sua liderança. Fui à primeira manifestação com o lema «Portugal não é racista» para conhecer gente do Chega. Fui a medo, até pela minha cor de pele, e não foi amor à primeira vista, mas depois fiz a minha construção racional. E acabou por ser uma alegria: falei com toda a gente, achei aquilo civilizado, tranquilo e fui andando. E continuei a escrever, a tentar conciliar as minhas posições com as do Chega. Depois, o Pacheco de Amorim convidou-me para fundar o gabinete de estudos do partido, ideia que ele começou. A primeira coisa que fiz foi ler o programa. Estava desarrumado, era extenso, precisava de clareza. Pensei: tem de levar uma grande volta. O Diogo escreveu-o, mas, tendo em conta que os programas são sempre uma extensão do autor e, no caso, era preciso revolver as entranhas, foi cavalheiro e quem mais sacrificou o que pensava.

Há quem o veja como o verdadeiro ideólogo do Chega.

É uma carga pesada, não a quero. Como diria a Magda, personagem do *Sai de Baixo*, «me inclua fora dessa». (risos)

Mas o que é que o Chega lhe deu que você não tinha?

Deu-me uma espécie de experiência social e académica. Sabia muito de teoria política, mas nunca tinha aplicado. Se calhar, no fim desta experiência escreverei um livro sobre a minha passagem pelo Chega. O partido, como disse, é muito bom com o coração, mas precisa construir a cabeça. Eu, no fundo, vim

compensar isso. É um complemento perfeito à postura do André Ventura. O Chega é uma esperança genuína de transformação da sociedade portuguesa. Deve conquistar núcleos sociais que foram abandonados pela direita e tentar fazer braço-de-ferro com a esquerda em defesa deles.

Está a pensar em quê, exatamente?

Procurámos identidades coletivas que estão fora da democracia. O Chega deve trazê-las para a democracia. A medida do sucesso do partido será a diminuição da abstenção. Há, desde logo, que repor uma moral social. Muita gente não apanhou o comboio do 25 de Abril e os jovens são os mais sacrificados. Não é normal, nas famílias, os pais deixarem dívidas para os filhos. A moral social aceitável é cada geração deixar à seguinte um pouco mais do que recebeu. Um país que deixa dívidas às futuras gerações é uma vergonha moral. A moral familiar ou social tem de puxar pela moral do Estado para que os recursos das próximas gerações não sejam sugados. Isso implica julgar moralmente, como nunca, uma classe política que deixa dívidas.

Diz que a agenda política é controlada pela esquerda. Como sustenta isso?

Discutimos muito questões do ambiente, do género, mas há outros debates a fazer...

Mas esses debates são favoráveis à esquerda porquê? Ou será que a direita não quer fazê-los ou estar presente nessa discussão?

Não desvalorizo a questão ambiental, mas é o exemplo de um tema politizado em excesso. Se a política não metesse o nariz, a técnica talvez resolvesse. A política prostitui muita coisa. Há outro tipo de debates, do campo da direita, que não conseguimos impor. Quero discutir a família, a hierarquia, a autoridade e a ordem. São fundamentais na regulação das instituições e das sociedades, têm de estar no âmago do debate político. E a esquerda tem de ser confrontada com esses temas. O que pensa ela da autoridade? Da família? Das comunidades religiosas? Os jornalistas têm de começar a ponderar, pelo menos, a existência de outra agenda, sem silenciá-la.

O Chega não é o primeiro a condicionar a agenda mediática? Alguma vez se tinha falado tanto de ciganos, de «subsidiodependência», por exemplo?

Isso ainda dá votos, mas tem de se alargar. O André Ventura tem inteligência rara, intuição, não é um autómato, fala com o coração, mas a

intuição e o coração limitam os temas. Quando vim para o Chega, achei que era preciso alguma abertura. Mande-i-lhe dois discursos e ele nada! Depois, disse-me: «Não leio discursos, falo intuitivamente. Não consigo, não leio, não vale a pena.» Ele acaba por ficar limitado pela intuição. A intuição dá aquilo, mas é preciso abrir a mentalidade do partido se quisermos que o Chega tenha outra dimensão. Há pessoas que me convidam para almoçar e me sugerem temas fortes para a afirmação do Chega e nos quais não tocamos, como, por exemplo, o avanço do império chinês. Temos também de entrar em força no discurso académico, até porque o conhecimento tem consequências sociais e políticas.

Como vê os traços messiânicos e religiosos do discurso do líder? É possível dar estrutura moral e identitária ao Chega com essa narrativa?

A maturidade do Chega suavizará isso. O presidente ganhou-a no espaço público, onde entrou como um proscrito. À medida que ganha legitimidade, perde a carga messiânica. Não sei se precisa dela, mas já a cultivou mais.

Citou Lenine no seu discurso na convenção...

Aprendo muito com a esquerda, é uma escola! Ler o inimigo é fundamental, aliás só ando nas águas do inimigo. Dou um exemplo: o Chega apareceu como um partido de criminosos, papões e malfeitores. A expectativa social em relação a nós era muito baixa. Para crescer, precisamos mostrar um lado festivo, de convívio, esse tipo de coisas. A ideia da *Festa do Avante!*, do PCP, adaptada ao Chega, faz todo o sentido. Temos de expandir-nos com um rótulo agregador, tornar a participação no Chega uma coisa festiva, extrapartido, porque, quando a expectativa é baixa, se passarmos a ideia de que o Chega é também um lugar de festa, de gente tranquila, isso gera expectativas positivas.

O Chega já entrou num território que era, por tradição, da esquerda: a rua.

De onde não deve sair. Devemos inspirar-nos no que a esquerda faz melhor, ver como funciona, mas há uma tarefa maior: transformar um partido de um homem só num partido de muitos, coeso. Fez-se um programa novo, mas as pessoas leram-no? O forte crescimento do Chega tanto pode implodi-lo como consolidá-lo. Temos de promover muitas conversas com a nossa militância sobre o que é isso de ser do Chega. Há um campo de afirmação fácil, mas em temas muito arriscados, que originam discussões sobre o fascismo, o racismo, essa coisa toda. São temas férteis para nós, mas não podem ser discutidos à taberneiro ou rebentamos com o nosso caminho de afirmação. Quero discutir o salazarismo, mas a sociedade tem de saber que jamais poremos em causa a democracia. Há temas que convém não pisar à toa.

Como sabe, esses temas são os preferidos de muitos militantes...

Há temas a discutir, mas só quando a consolidação do Chega na democracia estiver pacificada e o partido coeso. Senão, continuarão a confundir-nos com fascistas, nazis e coisas que tais. Não queremos confusões a esse nível.

O Chega é direita radical populista ou extrema-direita?

O Chega é direita política, sem adjetivações. No máximo, direita radical. Chamar-lhe populista só porque vai atrás das sensibilidades e do senso comum é negar parte importante da dimensão humana e atirar ao lixo aquilo que define o sujeito da rua, o seu direito ao pensamento. Não podemos subjugar a sociedade a meia dúzia de iluminados que, muitas vezes, têm apenas saber livresco. O compromisso entre o abstrato e o concreto, entre senso comum e conhecimento, equilibra as sociedades. Se dissermos que o fascismo, que teve um tempo e contexto históricos, está sempre ao virar da esquina, produzimos alienados. E aí teremos uma guerra de palavras que nunca mais acaba.

As redes sociais ampliaram essa «guerra» e o Chega é o melhor a usá-la...

Temos de arranjar espaços académicos e outros espaços públicos para discutir certas palavras e porque as usamos. Já não posso ouvir a palavra colonialismo, por exemplo. O fenómeno histórico que mais contribuiu para a transformação civilizacional foi a colonização. Quando se fala em domínio do branco, é sempre colonialismo. E esse «ismo» é apresentado como crime contra a Humanidade. Aquilo que os portugueses deixaram em África nos séculos XIX e XX, em termos de cultura escrita ou da ideia de Estado fundada na lei, é idêntico ao contributo romano na Península Ibérica, mas a um chama-se colonialismo e a outro chama-se colonização. Veja o caso do racismo: a cor de pele não perdeu relevância, mas trazer o conceito do século XX para hoje faz com que o branco seja sempre culpado e carrasco. Quando digo que o racismo deixou de existir as pessoas irritam-se, mas o racismo é do tempo do nazismo, da discriminação racial nos EUA, da colonização europeia em África, do *apartheid* na África do Sul. Desapareceu. A bola de cristal que explicava isso caiu, esfrangalhou-se.

A história da colonização está mal contada e viciada, mas jamais porei em causa a justiça e a dignidade das independências africanas. Foram um salto histórico e humano fundamental. O tratamento do outro, simbolizado no negro, é dos mais importantes avanços morais da História, como foi o fim da escravatura. Não está sequer em causa o que os africanos fizeram com as independências, mas sim as lideranças que emanam daí.

Se o racismo está datado, como diz, o que lhe chamamos então?

A questão racial, hoje, não é a oposição branco/negro. É a da integração que uma maioria faz de uma minoria: perceber como uma maioria negra integra a minoria branca, como uma maioria cristã integra a minoria islâmica, e vice-versa. Se fizermos isto, perceberemos que não há problemas coletivos, mas sim individuais. Ninguém agride por questões raciais. Dizemos coisas absurdas. O racismo implicava uma discriminação económica clara, mas hoje há uma elite riquíssima negra em África, inclusive tem casas em Paris ou Lisboa, já não se pode usar esse conceito. Houve escravatura, violência branca contra os negros, racismo? Houve, mas 500 mil portugueses também foram expulsos da terra onde alguns nasceram. Eu vivia lá. Brancos foram queimados vivos por serem brancos e portugueses. Houve violência orquestrada, pessoas presas sem culpa formada, mulheres violadas, corpos esquartejados. É inaceitável que um negro como o Mamadou Ba discuta o racismo omitindo factos importantes, ou que os manuais escolares incentivem as crianças a discutirem o racismo omitindo que os brancos foram expulsos de África e foram mortos por serem brancos.

Mudava o ensino da História?

Pelo menos, a contextualização histórica, os temas e a linguagem. Não me iludo, não se mudam programas de um dia para o outro, mas falta um debate académico frontal, até sobre a própria ideia do Estado Novo. Tende-se a apagar o positivo e a sobrevalorizar o negativo. É preciso dar os dois extremos, permitir aos alunos fertilizarem o pensamento e procurarem o oito e o oitenta. Com a questão colonial, igual. Não concebo que um aluno associe a monarquia a uma coisa violenta, quando violentas foram algumas repúblicas do século XX. A criancinha não pode pensar que a república é boa e a monarquia má. E sou republicano. A formação cívica é outro problema. Ensinar o orçamento participativo nas escolas é um atropelo moral grave. Desvaloriza a autorresponsabilidade, cria parasitas sociais. Estamos a dizer às criancinhas, antes de estudarem e trabalharem, que devem dividir o fruto do trabalho dos outros. O meu pai não dividia o salário comigo: tratava-me bem, mas mandava-me trabalhar se quisesse gerir a minha vida. Depois admirem-se se tivermos uma sociedade de mimados ou de parasitas.

É por isso que o Chega diz que a escola foi minada pelo «marxismo cultural»?

Sim, sem generalizar. Os professores são um grupo grande, heterogéneo, há de tudo, mas esta época histórica favorece a influência da esquerda, até em pequenos cargos de direção nos departamentos. Nas aulas, há professores de História que comparam o André Ventura ao Hitler, ao fascismo. Militantes do

Chega com filhos em idade escolar contam-nos isso. Debatamos a sério a função cívica do ensino, a orientação moral e intelectual nas escolas, os autores escolhidos. Uma professora do meu filho dava aulas muito à esquerda e perturbava-o. Esta atitude é próxima da repressão intelectual. Na intimidade da sala de aula ninguém deve meter o nariz. Um filho, quando passa o portão da escola, é aluno, mas quando os professores têm essa tendência não estão a promover a fertilidade intelectual.

Como vê o seu papel no Chega?

Estar no Chega é um peso. O tempo começa a desaparecer e sempre fui mais de ler e escrever. Neste momento, o meu dia fica ocupado com isto e, se continuar assim, ao fim de dez anos estou burro. Nesta fase, já só utilizo aquilo que está mastigado intelectualmente, mas preciso de tempo para pensar, que escasseia. E isso, para mim, é uma preocupação.

Como se define religiosamente?

É difícil dizer. Fui batizado católico na infância, por influência da minha avó paterna. Ela mandava no catolicismo do meu pai, mas, dentro de casa, mandava a minha mãe. Então, a minha infância obedeceu sempre a um ritual islâmico. Na prática, éramos muçulmanos, mas com o rótulo de católicos. Quando vim para Portugal, sobretudo quando comecei a namorar com a minha futura esposa, em 1995, habituei-me a ir à missa católica, mas ainda não estou na fase de comungar. A minha mãe faleceu, era a figura carismática da família, e não consigo desfiliar o amor de mãe do respeito que tenho pelo islão. Veja como as coisas são: o lado familiar mais pacífico, mais cordial, mais educado, mais amigo que tive em Moçambique foi o lado islâmico da minha mãe. O lado mais estroina, com bêbedos e gente malcomportada, era o lado católico do meu pai. Para o europeu comum, o catolicismo é pacífico e o islão é violento. Na minha casa, cresci com o contrário.

O romance que publicou, *Estrada de Beirute*, é uma autobiografia?

Num certo sentido, sim. Para a tese de doutoramento, sobre o pensamento político de senso comum dos moçambicanos a propósito da questão colonial, da guerra civil e do período pós-colonial, entrevistei muitos moçambicanos. Conversei com eles, pedi que me contassem as suas vidas e juntei biografias inteiras que nunca usei. A dada altura, já tinha dez, vinte personagens. Fiz muito trabalho de campo no núcleo onde o meu avô se fixou nos anos 30, em Tete, e investiguei a história familiar. Então fiz uma mistura nesse livro, com personagens moçambicanas extraordinárias e reconstituições próximas da realidade, a partir de histórias de vida fabulosas. Acabou por ser uma

homenagem à minha mãe, que morreu em 2008. Tentei relembrar e reconstruir memórias da própria família para não se apagarem.



FAMÍLIA

CHEGA UNIPESSOAL

O ano de 2021 teve dois congressos e métodos cirúrgicos para consolidar a presidência de André Ventura. O Chega Unipessoal, como alguém lhe chamou, sujeitou à sua liderança todas as «quotas» individuais (militantes) ou coletivas (distritais), fundindo-as em nome de um projeto de poder pessoal cada vez mais notório e, por vezes, implacável.

Se alguém pensa que tudo isso se passou às claras, desengane-se. Houve fraturas expostas, desaguizados públicos e até ajudas improváveis, sim. Contudo, sem as histórias e episódios de bastidores — e até resgatados aos subterrâneos do partido —, nunca se perceberia como Ventura «privatizou» o Chega. O líder prometeu ficar à frente de Ana Gomes nas presidenciais, mas acabou atrás. Demitiu-se e recandidatou-se. Na eleição interna, quando já borbulhava contestação, preveniu-se. «O nosso caminho é tirar força às distritais», assumiu numa reunião da direção, a 29 de janeiro de 2021.

Quando me encontrei no Porto com Rodrigo Freire, dos mais leais ao «chefe» até dado momento, o ex-líder da distrital de Leiria enervou-se. Encontrávamo-nos numa esplanada da Praça da Liberdade e tinha estado a ouvi-lo durante horas sobre a sua passagem, e de outros como ele, pelo partido. Então, perguntei: «Agora, alguns de vocês dizem mal de tudo, mas como se enganaram tanto sobre os propósitos do André e do Chega? Foi uma alucinação coletiva?»

A resposta saiu-lhe em jorro, quase colérico. Não comigo. Com ele próprio.

«O Chega nunca existiu!», disse, a bater com as mãos na mesa. «O Chega existiu na nossa cabeça, não na realidade. Nós criámos uma imagem dele. Foi a necessidade de alguma coisa. Nós construímos um Chega na nossa cabeça, um holograma!», desabafou, quase rouco. «O Ventura não influenciava ninguém, percebe? Nós é que influenciávamos, nós é que transmitíamos o holograma. Quem fez isto uma vez, faz um milhão de vezes. Os únicos capazes de fazer isto somos nós, os que o idolatrámos! E isto é perigosíssimo!», admitiu Rodrigo Freire.

Fez então uma pausa, como se travasse a fundo. Vi-lhe os olhos rasos de lágrimas, ouvi-lhe a voz embargada. «O meu maior arrependimento foi trazer tantas pessoas boas para o Chega, fazê-las acreditar numa coisa que, afinal, não existe», retomou, calmo. «Dei explicações pessoais e públicas a pessoas que têm nome e rosto, mas há muitas mais que influenciei e a quem não posso dizer nada. O meu maior sentimento de culpa é esse.» Nessa altura, já todas as dúvidas se haviam dissipado da sua cabeça. «O André não é uma pessoa de bem. O Chega é um projeto de poder pessoal e não sei onde vai parar.»

O CSI do Chega

André Ventura consolidou, passo a passo, esse poder. As regras estavam ao seu serviço, por isso o Chega enfrentaria «chumbos» sucessivos no Tribunal Constitucional por causa de atropelos à democracia.

O caso do movimento Mulheres Chega comprova-o: coordenado durante um breve período por Cristina Vieira, teria núcleos e órgãos distritais, mas estava expressamente proibido de se envolver em lutas internas. Quando, em meados de fevereiro de 2021, Cristina Vieira o apresentou à direção, sugeriu o agravamento de penas para o crime de violência doméstica e a isenção de pagamento de quotas no partido para vítimas, mas apercebeu-se do quanto o projeto estava de mãos atadas. «A nomeação [da liderança] é sempre feita pelo presidente do partido», explicou. O movimento não fez história e há ainda hoje quem, no Chega, não saiba da sua (curta) existência.

O líder raramente permitiu veleidades: ter um partido na mão passa, também, por um controlo eficaz dos ficheiros. Em fevereiro de 2021, na sequência de uma reunião com Ventura, a dupla do Chega Sistema de Informação (CSI), Pedro Figueiredo e João Pereira da Silva, enviou-lhe um balanço da transição do modelo amador para a versão sofisticada da base de dados.

As melhorias na gestão de militantes e entradas de dinheiro eram evidentes. Num ano, o CSI processara mais de 14 mil recibos com a mínima interação humana, uma redução drástica do número de erros e falhas. Contabilizadas apenas as referências multibanco, o partido recebeu, até à manhã de 9 de fevereiro de 2021, uma receita em quotas e donativos superior a 285 500 euros, parte deles (mais de 59 mil euros) entrados no início daquele ano.

Na gestão da informação interna, e «com razoável grau de certeza», tornara-se «o partido mais tecnológico do panorama», garantiam os responsáveis pelo CSI. No momento de renovar o contrato para a gestão de serviços integrados do partido, a dupla preparava já os próximos passos. Além de melhorias na gestão do sistema, no acesso e cruzamento de informações e na própria dinâmica da rede social interna, a empresa Neurons propunha a criação de um modelo de registo e *vetting* de candidatos a eleições.

Traduzido por miúdos: Ventura teria à disposição dados que lhe permitiriam identificar registos criminais, medir o risco político da escolha de potenciais nomes e aceder a métricas de influência e prestígio do candidato. O CSI forneceria ao líder perfis «chave na mão» com currículo, informações sobre eventuais envolvimento em processos judiciais, dívidas à Segurança Social e às Finanças, etc. O percurso de cada «candidato a candidato» seria esmiuçado, avaliado e escrutinado pelo crivo de Ventura ou de quem ele delegasse. Porém, a julgar pelos casos polémicos nas listas às autárquicas de 2021, a falha humana, deliberada ou inconsciente, continuava presente.

Dali em diante, o CSI iria gerir núcleos internacionais, blindar ainda mais o sistema a ataques externos «e ameaças internas» e sofrer atualizações que permitissem «aumentar substancialmente» o volume de donativos e quotas.

A Neurons coordenava toda a área tecnológica, incluindo o financiamento do partido, mas a relação aprofundar-se-ia. Dois anos depois, o Chega já estudava a criação de um modelo digital de «filiação» para simpatizantes que queriam receber comunicações do partido, mantendo a relação informal. Por alturas do congresso de Santarém, em janeiro de 2023, o Chega contava mais de 40 mil militantes, mas o partido olhava com mais interesse para os «anónimos», mais numerosos e importantes para a sua afirmação pública.

A entrada da ex-deputada do PAN Cristina Rodrigues fez perder muitos filiados e houve, segundo fontes internas, uma outra vaga de saídas na sequência da investigação que publiquei na *Visão* sobre o «braço armado» do Chega nas forças de segurança (2022), mas o partido olhava em frente e tinha razões para isso: a entrada de novos militantes compensava perdas e a direção estudava modelos para atrair jovens até aos vinte e cinco anos numa altura em que a faixa entre os trinta e cinco e os quarenta e quatro anos dominava o número de filiados.

Cativar as elites

Nos dois congressos de 2021, o reforço dos poderes de Ventura foi quase total, mas, antes disso, ele precisou de levar a luta pela «sobrevivência» para a rua.

Em março, a direção discutiu a preparação da manifestação de 18 de abril contra a ilegalização do Chega.

Na cabeça do líder, a ameaça era real. «Levei isto a brincar, mas isto é a sério», advertiu. «Não é o André Ventura que está no boletim de voto, é o Chega. Se o partido for ilegalizado, ficamos sem nada.» José Dias e Lucinda Ribeiro foram incumbidos de organizar a segurança e o trajeto, mas os dirigentes dividiram-se. Pacheco de Amorim, Pedro Pinto e Ricardo Regalla foram contra a manifestação. Rui Paulo Sousa, Rita Matias, Lucinda Ribeiro, José Dias, Tiago Sousa Dias, Mithá Ribeiro e Pedro Frazão, a favor. «Não devíamos correr este risco», disse Ricardo Regalla. «A Divina Providência leva-me a confiar», contrapôs Rita Matias. «Temos de ir para a rua»,

insistiu José Dias. «É um dever de honra», corroborou Mithá Ribeiro. «Atenção à violência», pediu Diogo, cauteloso. «Vamos fazer a manifestação e passar à porta do Tribunal Constitucional», decidiu Ventura.

A dramatização pública do Chega contagiou almas gémeas. A 29 de março de 2021, Bruno Fialho, então líder do PDR e futuro líder do partido ADN, escreveu a Ventura: «Uma coisa é não concordar consigo em determinados assuntos ou com algumas posições do partido Chega», lê-se na carta, «outra é pugnar pela ilegalização do partido, utilizando argumentos bacocos, discriminatórios e que são verdadeiros atentados à democracia». Na missiva, Bruno Fialho, solidário, pede uma reunião a Ventura, na qual, antecipa, «terei oportunidade de vincar o meu apoio institucional em relação à luta contra a ilegalização do partido».

No prólogo deste livro, já se relatou o contexto da manifestação de 18 de abril. Ventura segurou uma faixa com a frase «Chega ou Morte!», e os militantes e apoiantes deixaram bandeiras de Portugal e cordas atadas, com nós de força, à porta do Tribunal Constitucional. O aviso foi dado: antes a clandestinidade.

O Chega escolhera a rua para combate corpo a corpo, mas a capacidade de atração de certas elites e outros setores influentes não podia ser menosprezada. Bastava olhar para alguns nomes do gabinete de estudos, liderado por Mithá.

A missão deste dirigente funcionaria a dois tempos: primeiro, dar ao Chega um programa coerente, reformulando a declaração de princípios; depois, pegar nessas bases para, através daquele gabinete, dar lastro a propostas eleitorais.

Fazer ressoar algum nexos e lógica na mente do eleitorado mais exigente, para lá das excitações mediáticas de Ventura, era obra.

Tirando os coordenadores das várias áreas, quase todos filiados ou conhecidos da opinião pública pela proximidade ao partido, a identidade de outros membros dos grupos de trabalho manteve-se em segredo, condição exigida por alguns para colaborarem com o Chega. Pacheco de Amorim escolheu boa parte dos nomes, ao contrário do que desejava Mithá Ribeiro.

Na área da Cultura e Património surgia, por exemplo, o arqueólogo Nuno Ribeiro, presidente da Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica, ex-candidato do CDS à Câmara de Tomar em 2017, coordenador de mais de 200 investigações arqueológicas em Portugal.

Ao «pelouro» Economia, Orçamento e Finanças, coordenado por Pedro Arroja, juntou-se o já falado Nuno Saraiva da Ponte. Ao campo do Ensino e da Ciência, liderado pelo próprio Mithá, agregou-se o investigador científico e especialista em Inteligência Artificial Carlos Fernandes, do Laboratório de Sistemas Evolutivos e Engenharia Biomédica, autor do livro *Vai ficar tudo mal*, prefaciado por Jaime Nogueira Pinto.

Na área Família, liderada por Pedro Frazão, conseguiu-se ajuda da cientista política Daniela Silva, especialista em políticas públicas e estudos da Família.

Na Gestão do Território, da responsabilidade de Pedro Pinto, recorreu-se, por exemplo, aos contributos do CEO da Inokem, Pedro Santos Martins, empresa pioneira no setor da bioquímica e biotecnologia.

Na Justiça e Organização do Estado, sob a batuta de Pedro Borges de Lemos (ex-CDS), estavam, entre outros, a jurista Aida Franco Nogueira, filha do antigo embaixador e ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, a advogada e formadora Natália Costa Campos, e Diogo Peixoto Paes, inspetor da PJ. Delegado ao quinto congresso do Chega em Santarém (2023), este elemento da antiga Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) estivera no Gabinete Nacional da Interpol. Em maio de 2024, aparecia na Unidade de Cooperação Internacional (UCI) que, entre outras funções, recebia do MP e dos serviços prisionais as certidões das condenações e outras penas aplicadas a cidadãos estrangeiros.

O gestor e engenheiro alimentar Luís Cary Cordovil, rosto dinamizador do movimento cívico de agricultores e impulsionador do bloqueio de estradas em todo o país antes das eleições legislativas de 2024, aparecia integrado no grupo que faria propostas para o Mundo Rural.

Nos Negócios Estrangeiros/Comunidades Portuguesas e Migrações estava João Gonçalves, da Horizon Capital, braço de gestão de ativos de uma sociedade especializada em estratégias de dívida privada de curto prazo ligadas a recursos naturais, em Zurique (Suíça).

No Orçamento, Finanças e Fiscalidade, destacava-se João Vicente Ribeiro, ex-administrador da Oi e da Pharol, com passagens por cargos de topo na banca, em grandes grupos empresariais e sociedades de investimento.

Na Saúde, o coordenador indicado foi o psicólogo Abel Matos Santos, ex-dirigente do CDS referido noutra capítulo por chamar «agiota de judeus» a Aristides de Sousa Mendes e ter elogiado a PIDE e Salazar. Da lista de colaboradores deste grupo faziam parte, entre outros, a médica e farmacêutica Ester Freitas, o *expert* em Medicina Integrativa e Eletromedicina Nuno Nina, o psicólogo clínico Nuno Pimentel e o major-general aposentado e ex-diretor-geral de Saúde Militar, José Gouveia Duarte.

A área da Comunicação e *Marketing* Político contava com Rui Cruz, com carreira feita nas grandes agências internacionais de publicidade, ex-diretor de *marketing* de um dos maiores grupos bancários portugueses e consultor de negócios nas áreas de estratégia empresarial e inovação.

Ao grupo de trabalho da Defesa juntou-se o gestor agrícola e monárquico Tiago Esquetim, associado ao setor do Turismo Militar e à Liga dos Amigos do Museu Militar de Elvas, e o ex-comando em Angola José Rebocho, além do atual assessor de comunicação do Chega, Bernardo Pessanha.

Certos nomes seriam o mais próximo que o partido estaria de uma elite cujo saber, prestígio e influência queria cativar; no entanto, a nível interno, nada parecia radioso.

«Temos de ficar com o melhor e afastar o pior, afastar a má moeda e ficar com a boa moeda», afirmou Ventura, à porta fechada, no conselho nacional de Santarém, em maio, a semanas do terceiro congresso.

Em Castelo Branco, por exemplo, detetara-se a «entrada massiva de militantes, alguns ligados a movimentos aos quais não nos interessa estar associados, devido a uma manifestação à frente do SOS Racismo; o problema foi identificado a tempo de impedir e afastar este tipo de militantes», referiu o presidente. O líder queria o partido «implacável» e «imparcial» em matéria disciplinar. Deram-lhe então poderes para, «em casos graves de insubordinação», suspender militantes e puni-los a seu bel-prazer. «Não queremos governar Portugal a todo o custo», justificou Ventura.

Antes de elaborar um plano ou projeto, reconhecia a urgência de «corrigir falhas programáticas, de ação política, de comunicação, de quadros e de unidade» e travar «oportunistas» da política e outros militantes incómodos. «Tudo isso pode-nos cair nas mãos em menos de um ano e temos de ter a noção disso. Estamos a prometer aos portugueses que estamos preparados, mas estaremos preparados para ser governo?»

João Tilly identificou «três ameaças ao Chega»: a tentativa de ilegalização do partido, o ataque de «fascistas e nazis», com o propósito, dizia, «de tomarem o nosso lugar», e as «agendas pessoais» que, contestou, «não podem sobrepor-se aos interesses nacionais e ao histórico do nosso partido».

Na frente interna, era também preciso recorrer ao cofre. «Vamos gastar a maior parte do dinheiro que é vosso, é nosso, é do Estado» e, prometeu Ventura, «investir muito dinheiro em *outdoors* por todo o país». Outros investimentos seguir-se-iam: na formação política e autárquica e na aproximação aos parceiros do grupo europeu Identidade e Democracia (ID), seguro de vida do Chega a nível externo na altura. «As relações internacionais», justificou Pacheco de Amorim, «funcionam como uma rede de segurança e estabilidade perante os nossos governantes e o sistema».

O partido começou a ter núcleos fortes em França e Inglaterra, sedes abertas no exterior e listagens de filiados em cidades europeias, mas, no país, ainda havia locais sem militantes, como em Paredes de Coura. O líder não queria falhas e lançou um alerta para que se multiplicassem «cuidados a todos os níveis, nomeadamente o financeiro e o fiscal, onde tudo deve ser transparente, legal e contabilizado». Logo por azar, o secretário-geral, Tiago Sousa Dias, não entregara sequer aos conselheiros nacionais uma folha A4 sobre as contas antes de serem aprovadas, apesar do «cuidado extremo», dizia, com a transparência. Várias vozes consideraram «inaceitável» votar algo que desconheciam.

Coimbra: eu *show* Ventura

Os convites para o congresso de Coimbra, no último fim de semana de maio de 2021, foram enviados a várias instituições, entre as quais dois sindicatos de guardas

prisionais, um de professores e outro de oficiais de justiça. Ventura também fez seguir os seus, pessoais.

Entre os contemplados com o gesto contavam-se representantes de topo da Igreja Maná, Jaime Nogueira Pinto, Riccardo Marchi, Francisco da Cruz Martins, a bastonária dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, o consultor de comunicação João Gomes de Almeida e o ex-dirigente sindical da Autoridade Tributária, Paulo Ralha. Considerado um dos maiores empresários portugueses, Vasco Pereira Coutinho também recebeu o convite personalizado do líder do Chega — ou não estivesse ele na «montra» dos «portugueses de bem» que Ventura gostava de exhibir. Os negócios do comendador espalhavam-se por Portugal, Brasil, Angola e China, mas ninguém registou a sua presença no congresso.

Na viagem para Coimbra, li a entrevista de Diogo Pacheco de Amorim ao *Novo*, na qual o veterano do Chega, com larga quilometragem política, revelava o seu afastamento voluntário da vice-presidência a favor do «rejuvenescimento» da direção. Como se perceberia depois, ele orquestrara parte da «limpeza» que Ventura faria nos órgãos do partido nesses dias. Curiosa era a sua explicação para a agressividade do discurso do Chega e do seu líder. «Não podemos funcionar dentro da bolha das pessoas bem-educadas porque... a maior parte das pessoas não o são — e só entendem esta linguagem», explicou. «O nosso vocabulário médio andarà pelas duas mil, três mil, quatro mil palavras. O vocabulário médio de 90% dos eleitores é de 80 palavras. Isto não é desprezo, pelo contrário: é o reconhecimento da realidade.»

Instalei-me no Hotel Vila Galé, no centro de Coimbra, onde delegados ao congresso pernотaram. Cheguei ao quarto, abri o computador e reparei que, pelas 14h40, entrara um *email* com um anexo enviado por um desconhecido chamado Kristin Odin. Temi um vírus, hesitei em abri-lo, mas cedi à tentação.

O remetente era fictício, mas o ficheiro, com 29 páginas, pormenorizava movimentos e perfis de figuras de extrema-direita de algum modo associadas ao Chega. Quase tudo me pareceu familiar. «Além de Nuno Cardoso [falado para organizar a concelhia da Covilhã] e Ana Cristina Cardoso [Castelo Branco] existem outros membros e ex-dirigentes do movimento Nova Ordem Social (NOS) no Chega», lia-se. «Desempenham cargos “menores” no partido para não atraírem atenção externa, organizam as concelhias, recolhem assinaturas e “recrutam” militantes.» No lote estava Ricardo Lopes, ex-membro do NOS, fundador da Resistência Nacional e militante do Chega nos Açores. O conteúdo do documento enviado batia certo com algumas das minhas pistas. Quem se lembrara de tal «gentileza»? Nunca descobri.

Aquele 28 de maio, data de reminiscências ditatoriais, foi o escolhido pelo Chega para marchar pelas ruas de Coimbra. Quando perguntaram a Ventura se a escolha da data simbolizava algo mais, ele sorriu. «Se fosse no dia em que nasceu Napoleão, ainda diziam que era por eu querer conquistar a Europa...»

À frente da marcha, protegido por um cordão humano de coletes azuis do Chega, Ventura foi o *one-man show* de serviço. De microfone na mão, qual líder de claque, alternou entre o hino nacional, a urgência de devolver Portugal «aos portugueses de bem» e o facto de já não haver, segundo ele, cidades que são monopólio da esquerda.

Paula Ribeiro e Maria Sá, profissionais de saúde, viajaram do Porto para se manifestarem com bandeiras e cachecóis do Chega. Ambas «fartas do PSD», aderiram ao partido de Ventura e sonhavam com uma aliança de poder para mudar Portugal. «Isto só lá vai se nos juntarmos.» Fascistas, extremistas, elas? «Nada disso», interrompeu Maria. «O que não queremos é trabalhar doze e catorze horas por dia, seis dias por semana, e tudo ir para impostos», acrescentou Paula. «Não queremos gente a viver à conta do Estado.» E lá foram engrossar a multidão que pedia o mesmo.

Enquanto organizações antifascistas protestavam contra a presença do Chega na cidade, Ventura e centenas de seguidores insistiam, rodeados de forte cordão policial: «Contra a corrupção, fascismo é distração!» De máscara posta, cumprindo razoavelmente distâncias físicas impostas pela pandemia, o cortejo, ordeiro, lá seguiu o seu caminho. Ventura prometeu que chegaria ao governo em breve. «Onde está o fala-barato?», perguntaram duas idosas, à face da estrada, estacando o passo: «Gostamos muito dele... longe!»

Junto à estátua dos Heróis do Ultramar, Ventura falou de milhões de euros desperdiçados. «Estamos sempre dispostos a colocar dinheiro nos coitadinhos de sempre, nos bandidos de sempre», acusou, sem esquecer um dos temas preferidos. «Querem ilegalizar-nos na secretaria. Estamos a caminho da ditadura. As armas até nos podem calar e os tribunais até nos podem extinguir, mas não podemos calar a indignação de um povo. Preferia meter a cabeça debaixo de água do que moderar-me. Aos que continuam a perseguir-nos pelo país todo, dizemos: vão trabalhar!»

Cristiano Gianolla, amigo que fiz por esses dias, acompanhou o percurso de perto. O sociólogo e cientista político italiano preparava, em equipa, um projeto a longo prazo sobre populismos enquanto investigador no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Com algum jogo de rins e persistência, lá conseguiu entrar no congresso do Chega e assistir a parte da «terapia de grupo» do seu objeto de estudo. Não obstante o clima incendiário de certos momentos, registou impressões positivas. «O partido mostra abertura política a grande diversidade de reivindicações da sua militância, vejam-se as cerca de oitenta moções votadas», escreveu-me, quando partilhou um pequeno balanço do que viu e ouviu.

O guardador de rebanhos

As Caves de Coimbra, local do conclave nos arredores da cidade, ofereciam um cenário mais propício a bodas de casamento. No salão principal, a presença quase totalitária do rosto de Ventura em pilares, paredes e ecrãs desconfortou militantes

avessos a cultos de personalidade, mas isso era porque ainda não conheciam a sede nacional: ali, a cara de Ventura, em aguarela, óleo, baixo-relevo ou fotografia, estava, qual *Big Brother*, distribuída por salas, corredores e gabinetes de trabalho. «Não é por um culto ao líder», explicou Pedro Frazão ao jornal digital espanhol ElDiario.es, «é porque as pessoas os oferecem e temos de colocá-los nalgum lugar».

Havia outra originalidade: a direção do Chega escondera dos jornalistas as moções temáticas. Alguns dos seus proponentes nem conseguiram apresentá-las, mas não demorei a tê-las no meu *email*, enviadas por mão amiga do interior do partido, com acesso às mesmas. Passava das onze da noite quando Rita Matias subiu de novo ao palco para, pela enésima vez, pedir aos congressistas que se sentassem para iniciar os trabalhos. Enquanto falava, alguns passaram por mim com um *gin* tónico na mão e sem pressa.

Chega — O Milagre, vídeo de abertura do congresso, com fundo celestial, era, na verdade, um panegírico visual de doze minutos sobre Ventura, com banda sonora em tom épico, narrado por Patrícia Carvalho. «Em 2018, quando um homem, sozinho, decidiu fundar um partido antissistema e de rutura com o atual regime, poucos foram os que acreditaram. Disseram-lhe que era insensato. Disseram-lhe que não seria capaz. Que era impossível, mas André Ventura, sabendo qual era o seu verdadeiro propósito, não hesitou. Enfrentou tudo e todos. Não baixou os braços, foi à luta. E provou que a força do conseguir está no acreditar. Ao seu lado, caminharam os poucos que acreditaram, mas juntos conseguiram.»

«Sozinho?! Mas que merda é esta?!», reagiu, para o lado, Fernanda Marques Lopes, então de saída do conselho de jurisdição. Nuno Afonso recusara sentar-se à mesa do congresso. Estava de pé, braços cruzados, e ninguém se aproximou dele. Estarrecido com o que ouviu, não bateu palmas.

Abandonou o recinto no início do discurso de Ventura e, às 23h46, estava do lado de fora. Fernanda Marques Lopes, Cristina Vieira e Madalena Bicho seguiram-lhe os passos. Tentaram consolá-lo, mas também estavam revoltadas. «Deixei tudo, até deixei de ir buscar a minha filha ao colégio por causa dele e do Chega...», desabafou Afonso, desconsolado. «Disse ao André no palanque: “O que fizeste ao Nuno não se faz. Ele deixou o emprego para tu chegares onde chegaste”», contou Fernanda. «Formou o partido sozinho, o caralho!», barafustava Cristina Vieira. «Eu andei nos bairros a recolher assinaturas com os pretos!»

Nuno Afonso sabia, desde a véspera, que deixaria de ser vice-presidente. Ventura sinalizara a ideia da rotatividade na direção e falou com o amigo de juventude num dos sofás vermelhos do parlamento, entre as salas do BE e do CDS. «Os “vices” não podem perpetuar-se nos cargos», disse-lhe. «Isso vale para o presidente também?», devolveu-lhe o chefe de gabinete. «O presidente é diferente», desconversou Ventura. «Quem é que tu tens para o meu lugar?», questionou, sem esperar resposta. «Nunca faria o que me fez a mim, tendo em conta o que passámos juntos e o facto de eu fazer praticamente tudo no partido...», confessou-me Nuno Afonso.

Já nessa altura, este dirigente via o partido «a caminho de ser um projeto de poder pessoal». Ao chegar ao congresso de Coimbra, teve a certeza. «Havia fotografias do André espalhadas por todo o lado, pensei que estava na Coreia do Norte», relembra. «Aquela direção foi toda escolhida pelo Diogo Pacheco de Amorim. A linha dele tem um grande ascendente sobre o André. Por outro lado, já o vi tratar o Diogo de tal maneira que, se fosse comigo, levava um *banana*, mas o Diogo sente-se à vontade para sugerir tudo e mais alguma coisa», criticou o fundador que, apesar de tudo, continuaria na direção, embora não por muito tempo. «Sou o militante número dois e sinto o Chega como meu também. É natural que esteja magoado e me sinta apunhalado», disse-me, já mais calmo, no segundo dia do congresso. «O André nunca caminhou sozinho. Cometeu um erro político terrível que vai custar-nos caro quando precisarmos de quadros com experiência.» Pacheco de Amorim descartou responsabilidades e até apreciou a «saudável turbulência». Terá partido dele a sugestão de mudar de caras e deu o exemplo, abandonando a vice-presidência. Influência não perdeu.

O Chega desse mês de maio de 2021 era uma ave rara. Tinha «recursos de um partido pequeno e necessidades de um partido grande», descreveu o secretário-geral, Tiago Sousa Dias. O discurso de saída de Fernanda Marques Lopes da liderança do conselho de jurisdição deixou o retrato mais completo.

O seu mandato durara vinte e três meses. Em setecentos dias, aquele órgão, dirigido *pro bono*, registara 718 entradas, mais de um processo por dia. Uma média de litígios sem comparação com o PSD, o partido com maior número de militantes, que não ultrapassava as 30 queixas por ano. Sem apoio e sem meios, queixou-se Fernanda, fizera-se o possível.

Durante dois anos, militantes e dirigentes focaram-se em lutas intestinas. «Queremos continuar a ter esta conflitualidade interna?», perguntou. «Qual é a alternativa que estamos aqui a apresentar ao país?» O quadro era, na versão dela, de fugir. «Ataques pessoais direcionados, tentativas de assassinato de caráter, ameaças de vários níveis, algumas delas sujeitas a tratamento criminal, boicotes, tentativas de cisão, externas mas sobretudo internas, intenções de politizar um órgão, reuniões secretas caseiras, dezenas de tentativas de pressão através de contactos pessoais, divulgação indevida de conteúdos internos, parcialidade, tentativas de apedrejamento moral», descreveu.

A advogada deixou ainda uma espécie de testamento. «Não vivo da política, nunca criei empresas para encaixar avultados subsídios, não tenho dívidas, nunca fui executada, nunca estive insolvente, nunca fui acusada, não tenho qualquer averbamento ao meu registo criminal», especificou. «Saio como entrei, de mãos limpas.» Nem todos podiam dizer o mesmo.

Outro fundador, Carlos Monteiro, também foi cáustico quando lhe pedi para me descrever a sua passagem pela direção. «Enquanto o André precisou de nós e quis ser deputado, fomos cavalos que engordam só com o olhar do dono, mas, quando se viu na Assembleia, esqueceu quem o ajudou a criar o partido. Aquilo sempre foi um projeto

de poder pessoal», comentou o antigo vice-presidente do conselho de jurisdição. «Ele passava a vida a interferir nos nossos assuntos, suspendiam-se pessoas para não participarem nas eleições internas e ainda guardo processos que terminei, mas que nunca tiveram seguimento porque sua excelência não quis. Nunca conheci ninguém com o estofo moral tão baixo. E olhe que já combati com mercenários...»

A comissão de ética era outro vespeiro. O líder criara-a para travar insultos e ataques nas redes sociais. A situação tinha atingido proporções desmedidas. «As pessoas», explicou Ventura aos dirigentes deste órgão, «tratam-se mal, discutem umas com as outras. Inclusive, há membros da direção e fundadores que estão a ser ofendidos e não pode ser assim. Nós não queremos estas pessoas aqui. Temos de começar a suspender militantes, a aplicar castigos».

No início, acreditou-se, dentro da equipa, que o objetivo era mesmo «limpar o partido de grunhos e acabar com a lavagem de roupa suja», explica um ex-membro deste órgão, mas não foi assim. «O coordenador, Rui Paulo Sousa, tinha acesso exclusivo ao *email* da comissão e percebi, até por conhecer alguns queixosos, que os processos não eram distribuídos como deviam», relata. «Havia reclamações, queixas e denúncias que nunca foram debatidas: eram eliminadas na raiz.»

A comissão de ética seria, mais tarde, «apagada» da direção na sequência de um «chumbo» do Tribunal Constitucional às ilegalidades internas cometidas pelo Chega, mas, enquanto durou, conta esse antigo membro, «serviu para o André afastar os indesejáveis. Havia decisões tomadas antes de as analisarmos». «É preciso decidir rápido, esta pessoa não pode ir ao congresso», disse, a dada altura, André Ventura aos elementos deste órgão.

Deus & Chega, Unipessoal

O líder do partido entrou no congresso de Coimbra a fazer exigências: só daria apoio a um governo do PSD se estivesse representado no Executivo. Nem os sociais-democratas governavam, nem lhe haviam perguntado coisa alguma, mas Ventura ia avisando: queria quatro «pastas» — Administração Interna, Justiça, Segurança Social e Agricultura. Num partido no qual se escutavam e gravavam conversas entre militantes e dirigentes de forma ilegal, a escolha dos dois primeiros ministérios tinha a sua graça, embora não fosse para rir.

Quanto ao Chega, só havia um sentido do qual não abdicava: «Este congresso deverá deixar claro que o caminho seguido até agora é o correto, afastando apelos de moderação ou de menor intensidade de ação», avisou. «Foi a assertividade e a desinibição política que nos trouxeram até ao patamar em que estamos hoje.» Para não perturbar a expansão do partido, pediu aos militantes que não voltassem ao tempo de «lavar roupa suja» nas redes sociais.

A sua vontade, porém, não seria atendida. Nem no contexto digital, nem naquele. «Vi um clima de agressividade não desejável», admitiu, a dada altura, o presidente da mesa, Luís Graça.

Atrás da cortina não era diferente. Num intervalo, impediram a jurista Márcia Silva de falar com Ventura nos bastidores, segundo testemunhas do episódio.

«Não tens autorização para estar aqui», disseram-lhe os seguranças. «Como assim?!», reagiu, franzindo o rosto. «Só podem entrar pessoas da direção e outras devidamente autorizadas», disse um segurança, barrando a passagem. «Não sei se sabes quem sou», insistiu a jurista. «Pertença à comissão de ética, sou conselheira nacional, fundadora e quero falar com o André, quero entrar.» «Não podes», voltou a ouvir, enquanto a empurravam do local.

Alguns congressistas assistiram ao incidente. E ouviram-lhe os comentários. «Isto é surreal!», disse, ainda em choque. «Sentei-me com o André à mesa para ajudar a criar esta porcaria de partido e agora sou barrada e não posso falar com ele?! É inacreditável!» O seu incómodo começou logo à entrada do congresso. «Pessoas a chorar por ver e tocar no André?! Isto é um susto, isto não se vê nem nas seitas religiosas!», comentou em conversa com outros delegados, eles próprios ainda a digerir o impacto do culto ao líder.

Depois, o copo transbordou. Márcia Silva escreveu uma carta de despedida a Ventura e demitiu-se da comissão de ética no verão de 2021 sem dizer uma única palavra pública. Porém, como comprovei noutras ocasiões, é um erro menorizar a capacidade sedutora de Ventura e a sua habilidade para a reciclagem. Assim, por ocasião das europeias de 2024, voltaria a falar-se de Márcia Silva que, em tempos idos, entrara no PSD pela mão de Jorge Bacelar Gouveia. Candidata em lugar não elegível na lista do Chega encabeçada por Tânger Corrêa, a aventura acabou em final feliz: foi nomeada assessora do partido no Parlamento Europeu. «Que 2025 seja o ano em que recuperamos a confiança na política», escreveu, já no novo posto, num artigo de opinião.

Situemo-nos, de novo, no congresso de 2021. Uma das moções, rejeitada pela maioria dos delegados após alguma celeuma, teve a virtude de estilhaçar a versão opaca da unidade na diversidade e trazer o incómodo zunzum de bastidores para a mesa. Segundo o documento que o engenheiro ambiental Luís Alves, ex-dirigente em Sintra, levou a votos, as «pessoas comuns» do partido estavam cansadas de ser «manipuladas pela suposta direita cristã», pelos «lóbis do Opus Dei ou do famoso centro-direita, que é aquela área da política que se deita com Deus e acorda com o diabo».

Para o militante, o Chega não podia ser «refúgio de lobistas, oportunistas, de escorraçados». Gente que, explicou, «nunca tendo ganho uma eleição», tentava impor ideias e agendas próprias. A moção era, em parte, um recado aos ex-dirigentes do PPV,

de Manuel Matias, que se fundira com o Chega, e do Aliança, de onde viera Rui Paulo Sousa.

A intervenção foi contestada, mas este antigo dirigente da JC não se deteve. «No período de transição do *apartheid* para o regime democrático na África do Sul, tínhamos as comissões da verdade e da reconciliação, mas isso não funciona num congresso de albinos, pois os albinos não pensam: funcionam como carneiros, vão atrás da ovelha negra. Não há outra forma de definir este congresso», explicou-me, ainda no recinto.

Ser ou não ser de extrema-direita não era «o» assunto. «Somos um partido de fanáticos religiosos», acusou, identificando o problema. «Você está a falar com uma pessoa de direita que é contra a criminalização do aborto. E esta gente está aqui para reverter as leis do aborto e criminalizar mulheres que podiam ser minhas filhas, que recorrem ao SNS porque não têm planeamento familiar e nunca souberam o que era ter um médico de família», censurou. Dava os exemplos de Rabo de Peixe (Açores) ou Monte Abraão (Sintra), «onde, muitas vezes, as mulheres não têm outro remédio senão fazê-lo».

Luís Alves parecia ter aterrado naquele contexto como um OVNI. «Há uma componente ortodoxa, Opus Dei, que sai reforçada do congresso. Os evangélicos foram corridos. A companheira que os representava, a Lucinda Ribeiro, foi afastada da forma mais vil e desrespeitosa. Estou à vontade porque nem sequer pertença a esse setor. Neste momento, o Opus Dei é que manda no Chega», atacou. «Os desse setor ficaram com uma *golden share* no partido, batem no peito, falam de Deus a toda a hora e o próprio André diz que foi posto no cargo por inspiração divina, mas não. Foi posto aqui porque tem uma retórica extraordinária e consegue fazer o impensável: dar facadas nos amigos que tem há vinte anos», continuou Luís Alves, sem se esquivar à pergunta sobre o que estaria em marcha. «Como vivo na parte saloia de Sintra e temos lá o humorista Guilherme Leite, vou responder como ele responderia: o deputado da Cofina fez do Chega uma empresa unipessoal.»

Lucinda Ribeiro só soube no congresso que iria sair da direção. «Foi feio», reconheceu. Sentiu-se injustiçada. «Espero que continues a trabalhar como sempre», tentou apaziguá-la Ventura. «Não é possível», respondeu. «Durante muito tempo», recordou-me Lucinda, «quem fez expandir as redes do Chega fui eu, mas o mérito do meu trabalho foi dado a outras pessoas», acusou, sem se referir a Rita Matias, herdeira da tarefa. «Era mais bonito dá-lo a uma donzela, ultraconservadora e católica do que a uma evangélica», ironiza. «A Lucinda», acudiu Patrícia Sousa Uva, «atravessou o país pelo Chega, pagando do seu bolso. Estamos a falar de gente que vive modestamente, tem filhos e contas para pagar. Onde esteve a gratidão do André?», questiona.

O caso contagiou trincheiras opostas. «Já havia coisas que o André fazia mal, quase não se podia dizer não e quem pensava pela própria cabeça corria o risco de ser

afastado», conta Gerardo Pedro, ex-responsável pela comunicação digital do Chega. «A Lucinda e eu chocávamos, nunca tivemos grande ligação, mas o que ele lhe fez em Coimbra caiu-me muito mal. Hoje simpatizo com ela e, se calhar, fui um parvalhão na altura.»

Lucinda Ribeiro vê razões mais profundas para o sucedido. «Havia uma linha católica, ultraconservadora, que queria tomar conta do Chega. Não havia espaço para outros, só para quem se submetesse a essa corrente», afirma, convicta. «Já nos livrámos dos Manás!», ouviu, a dada altura, nos corredores das Caves de Coimbra. Era uma caricatura, mas a Igreja Maná até esteve convidada para o encerramento. «Não concordei e achei estranho», admitiu Lucinda, sem se desviar do que escutou. «Para os incultos, tudo o que não é católico é Maná. Sou conservadora em muitas coisas, mas os que continuam a defender as mesmas coisas há quinhentos anos vieram do PPV.»

Sem abdicar da aparência ecuménica, Ventura pretendia atrair rebanhos de outras proveniências rumo ao poder. «Entrou o PPV inteiro, com o Manuel Matias, e entrou o Frazão, com o Opus Dei. Não acredito que o Frazão esteja no Chega sem esse apoio», admite Lucinda, baseada numa conversa com o próprio. «O Opus Dei valoriza o trabalho e os seus membros são os católicos com dinheiro, foi o que o Frazão me explicou. Se têm dinheiro não vão investir num partido onde está o vice-presidente que é supranumerário?», pergunta.

Pedro Frazão era, nessa ocasião, a nova estrela no firmamento do Chega. No congresso, exibiu a bandeira de Israel e recebeu das mãos de um amigo, judeu ortodoxo, um exemplar da Torá com dedicatória. Quando o abordei, reagiu com um sorriso rasgado à referência crítica ao Opus Dei ouvida no congresso. «Sempre assumi a minha ligação à prelatura, embora isso me traga muito mais dissabores do que vantagens», admitiu, mas não deixou a alusão sem resposta: «Porque não se fala dos membros da Igreja Maná que estão no Chega? E dos evangélicos ou elementos da maçonaria, que também os temos?», questionou, provocador. «Não aceito ser julgado pelas minhas opções religiosas, mas sim pela minha dedicação ao partido.»

Oito filhos, médico veterinário, católico de conversão tardia com a ambição de ser ministro da Família, seguidor de Madre Teresa de Calcutá — «se queres mudar o mundo, vai para casa e ama a tua família» — e sem experiência política anterior, Pedro Frazão sentiu-se «algo desconfortável» com os gritos, insultos e pateadas escutadas ao longo do congresso. «Sou de direita conservadora e, portanto, quero que a lei e ordem sejam respeitadas. Temos de aprender a falar de forma civilizada, sem violência verbal ou ataques pessoais», assumia, olhando para o futuro do Chega. Ainda assim, existia — e existe, diga-se — a versão digital de Pedro Frazão: agressiva, com provocações e insinuações delicadas sobre adversários e algumas partilhas polémicas, aparentadas com teorias conspirativas do movimento QAnon. «Tenho de me moderar», reconheceu, embora também fosse vítima do *bullying* digital. A título de exemplo, mostrou-me mensagens nas quais internautas partilhavam a sua morada nas redes sociais e sugeriam que se passasse «lá em casa» para ajustar contas.

Tudo em família

Vários militantes e dirigentes vestiam uma espécie de *alter ego* ou perfil violento nas redes sociais, sobretudo no Facebook e no Twitter, muito para lá do combate político, mas quando com eles se dialogava nos corredores do congresso eram exemplares, cordatos, recetivos.

Dirigentes nacionais de relevo, Fernanda Lopes Marques e Manuel Matias, queixaram-se de campanhas «negras» promovidas por colegas de partido, de um modo frontal ou anónimo, neste caso através de perfis falsos. «O grau de conflito entre militantes do Chega não é muito diferente da agressividade que existe na sociedade portuguesa», reconheceu a delegada Ana Nunes, de Faro, no congresso de Coimbra. O problema estava, em parte, «na massiva adesão às redes sociais» que, lamentava, «aumentam o grau de desconfiança, egoísmo, egocentrismo e promovem, quase criminalmente, a calúnia, o insulto, o cinismo, a desinformação e a ameaça».

O presidente da mesa nacional à época, Luís Graça, sobrevivera a algo mais refinado com a bênção do chefe: tentariam removê-lo da sua posição através do voto. O lugar estaria «reservado» para o antigo líder do PPV. «Estava tudo montado para me lixar», desvenda. «Coloquei o lugar à disposição antes do congresso, mas o André disse-me que teria o apoio dele se quisesse continuar. Depois andaram a fazer o trabalho de costureirinha por trás», conta. «Então, fiz-me à vida: em dez dias percorri o país, gastei milhares de euros e falei com os militantes.»

A tramoia revelou-se em Coimbra, quando Manuel Matias encabeçou uma lista para destronar Luís Graça. Ventura manteve as aparências e não tomou partido. «Pensavam que ganhariam por 30 votos. Tinha apenas as bases do meu lado, mas derrotei-os. O André acabou por respeitar, ele nisso é muito democrático...», disse Luís Graça com um sorriso, sarcástico.

Outra das particularidades dos congressos do Chega é esta: ao microfone, no palco, a qualquer momento, podem surgir figuras com posições ou práticas tão antagónicas que até se duvida que façam parte do mesmo sistema solar.

A escriturária Sara Vila, de Lagoa, pretendia que o dia 25 de novembro fosse feriado nacional dedicado à violência doméstica e às vítimas de mutilação genital feminina. Entre outras raridades ouvidas por aquelas bandas, a dirigente sugeriu a criação, nas escolas, de uma disciplina sobre violência e consultas de planeamento familiar.

O conselheiro nacional, Rui Boaventura, escarafunchou outra «ferida» aberta: o nepotismo. Na sua moção deu exemplos de «familiares ao nível dos vários órgãos ou estruturas diretivas» e proliferação de «maridos/esposas, pais/filhos, irmãos, primos, etc.». Propunha a proibição desse tipo de nomeações, extensiva às afinidades. «Divórcio também conta», avisou. Militantes com passado criminoso ou condenados em tribunal também não podiam, no seu entender, exercer cargos.

Teria sido curioso saber a opinião de Pedro Alves, de Aveiro, sobre tudo isto.

Este «português de bem», condenado por violência doméstica em 2020 num processo com relatos de agressões físicas, ofensas e ameaças do tipo «Tu queres é que eu te bata e te dê cabo desse focinho!», preferiu, contudo, desancar outras «agendas pessoais» e «interesses obscuros». Em 2023, o Chega aprovou, no sexto congresso, o veto de candidaturas internas a condenados como Pedro Alves. Em 2024, continuava presidente da distrital de Aveiro.

Congresso do Chega sem desfile de personalidades excêntricas também não seria congresso. E Coimbra forneceu uma nova fornada.

O gestor e piloto de aeronaves ligeiras, outrora um JEEP (Jovem Empresário de Elevado Potencial), José Janeiro, andou pela extrema-esquerda, mas veio de Vila Nova da Barquinha, «terra adotiva», para propor um boicote às importações da «fábrica» da China e sugerir a sua substituição por outra «localizada em Portugal». Ao afastar-se de Deus, encontrou a escrita. Lera *Sapiens* e *Homo Deus*, do israelita Yuval Noah Harari, *best-sellers* mundiais, mas achara-os básicos. «Se calhar», pensou, «consigo fazer uma coisa engraçada». E fez: em 2024, publicou a terceira obra, *XIII luas*, «saga épica» sobre os «mistérios da humanidade», escrita só com uma mão durante os tratamentos de hemodiálise. Um militante do Chega fez a capa. Na moção ao congresso em 2021, no âmbito da discussão sobre economia, referiu-se às «bancas rotas». Fernando Gonçalves, até ali dirigente nacional, licenciado em Gestão e Direito, tinha igualmente uma moção na qual se falava da «banca rota».

Cândido Oliveira (Aveiro) também era escritor, mas *freelance*. Sob o pseudónimo de Cândido Arouca, publicou duas obras sobre «amor, desejo, paixão, sexo». Preocupava-o a doutrinação «sexual» das associações LGBTQIA+ nas escolas, a confusão instalada na cabeça das crianças, «a ideia de que mesmo o anormal, o *antinatura* e a aberração sejam aceites como normais e consensuais na sociedade». A aparição de Ventura e do Chega na realidade política não eram, para ele, «fruto do acaso». Talvez não fossem, mas, antes de ver milagres, Cândido Oliveira foi expulso em 2024.

O combate à «ideologia de género» e ao «marxismo cultural» constituíam a cruzada das amigas Maria Helena Costa e Cibelli Almeida. A dupla evangélica, radicada no Minho, levou uma moção «contra uma Educação estatizada, marxista e totalitária». Para elas, a escola estava transformada numa «linha de montagem de fazer socialistas» e «instrumento de engenharia social».

Maria Helena tinha livros sobre isso, mas, num partido com tantos escritores e onde até o líder enveredara pelo ofício, Filipe Melo apresentou uma moção de 83 páginas — a de Ventura tinha sete — e uma citação de Fernando Pessoa acompanhada da imagem de dois pastéis de nata. O documento «Restaurar Portugal», encomendado a três investigadores pela distrital de Braga, propunha o uso obrigatório de «uniforme escolar» no ensino, financiado pelo Estado. «Além de normalizar todos os alunos, não promovendo qualquer tipo de lacuna socioeconómica», a medida ajudava as famílias: «Poupam na compra de roupa e na sua manutenção higiénica.»

O ex-comandante da GNR Agostinho Carvalho defendeu o «Mundo Rural» e, por associação, a tauromaquia. Presidente de três associações de caçadores, candidato à Câmara da Chamusca em 2021, criava galinhas de raça autóctone, ovelhas e borregos, e praticava agricultura biológica. Em defesa das touradas, esgrimiu a arte de Goya, Dalí e Picasso, e fez tiro ao alvo a quem reprovava a «barbárie». E o boxe? E as corridas de automóveis? «Também chocam», afirmou, «mas não é por isso que estes espetáculos são banidos». Pedro Frazão defendeu a tauromaquia numa das suas moções. Queria a criação do estatuto do «trabalhador da cultura» aplicado ao setor e um mínimo de sete «corridas» por ano transmitidas pela RTP.

A imigração ocupava o então dirigente nacional, Nelson Dias da Silva: «Portugal é uma autêntica fábrica de legalização de imigrantes na Europa», assegurou este membro do partido ligado à área ultranacionalista, entretanto divorciado do Chega. «Há uma Odemira no centro de cada cidade portuguesa e à vista de todos. Centenas e centenas de lojas de bugigangas e comércio étnico, que servem de fachada a redes de imigração ilegal e tráfico humano.»

Luís Paulo Fernandes, presidente da distrital de Leiria, também tinha uma moção contra a imigração descontrolada, os patrões e o governo socialista. «O PS *sabeá* toda», escreveu, assim mesmo. «Esta mão de obra acessível por tuta e meia está ao serviço de quem? Resposta fácil: De um tipo de patronato que tem sede de lucro e o que dá em troca à sociedade é um quase nada e esse quase nada só com uma pistola apontada à cabeça», retratou, a propósito do país onde «abundam os ricos».

Por momentos, Amélia Soares, docente de Economia em Viseu, parecia noutra onda: fora a Coimbra acusar diretores de escola de excluïrem professoras nas entrevistas de emprego por recearem que engravidassem, mas isso era só o começo. «Teremos, num curto espaço de tempo, os professores brasileiros e indianos a lecionar em Portugal», disse. Era essa, no fundo, a sua preocupação.

Sindicalismo não é aqui

Num partido no qual «mercado» e «iniciativa privada» são «santo-e-senha», recebia-se a extravagância de certos militantes e ideias com total indiferença ou ameaças de motim.

Lucinda Estrela, vinda de Faro, atreveu-se a falar de sindicalismo. E o que começou com risota acabou em pateada. A dirigente propôs a criação de uma nova central sindical influenciada, ou criada, pelo Chega para garantir «mais rendimento do trabalho, menor carga fiscal e maior formação profissional» e o estatuto de parceiro social idêntico ao da CGTP e UGT, mas foi assobiada a meio do discurso e a moção chumbada.

Em outubro de 2022, sem consultar a direção, Ventura fez um anúncio público, em quase tudo decalcado daquela proposta vaiada. Inspirou-se no Vox que, entretanto,

criara o Solidariedade com o mesmo objetivo. Na versão caseira, o Solidariedade seria, segundo Ventura, uma federação sindical de direita, alternativa «à esquerda e à luta de classes» para «agregar trabalhadores da área não socialista», sobretudo jovens a braços com a precariedade.

O nome escolhido não era inocente, claro. Remetia para a memória do movimento social e político polaco liderado por Lech Wałęsa, apoiado pela Igreja Católica e de oposição à influência soviética, decisivo para o início da democratização da Polónia em 1989. No livro *A Covert Action: Reagan, the CIA, and the Cold War Struggle in Poland* (2020), Seth Jones, cientista político e ex-funcionário do Departamento de Defesa dos EUA, prova que o antigo presidente norte-americano Ronald Reagan autorizou uma operação secreta para financiar o Solidariedade polaco, ao qual a CIA forneceu cerca de 20 milhões de dólares para imprimir jornais, transmitir programas de rádio e organizar campanhas contra o governo.

André Ventura não explicou como ia pagar a «sua» plataforma sindical. Também não pediu opiniões aos restantes dirigentes antes de avançar. Nuno Afonso não se lembra de o tema ter sido discutido e, quando soube, Pacheco de Amorim terá considerado a ideia «inaceitável», segundo a *Visão*. Ventura conhecia — bastava filtrar os ficheiros do partido — a adesão de setores sindicais ao Chega e de filiados com biografia nas organizações de defesa dos trabalhadores, entre os quais polícias, guardas prisionais, seguranças, professores, quadros da administração pública e profissionais de saúde.

«É apenas bazófia para criar manchetes», comentou José Dias, antigo vice-presidente, ele, sim, durante anos líder sindical na PSP. Na primavera de 2023, Ventura fez novo anúncio: a estrutura apadrinhada pelo Chega estaria criada e montada no verão. Umas quantas estações depois, no final de 2024, o projeto ainda não saíra do papel: na verdade, havia apenas um arremedo de estatutos.

Durante esse tempo, as redes sociais foram pródigas em insinuações sobre eventuais ligações do Chega ao STOP, o novo sindicato independente de professores liderado por André Pestana, ex-militante comunista na juventude e ligado ao Movimento Alternativa Socialista (MAS), de onde se demitiu em 2023, em conflito com outros dirigentes. Esses *links* foram manifestamente exagerados, pois a coincidência era apenas do tamanho de um camião TIR, com palco móvel e estruturas fixas (tela, luz e som) de encher olho nas transmissões televisivas. Os meios pertenciam a uma empresa de Juliana Esclareira, companheira de Ricardo Pinheiro («Ricky»), militantes e candidatos do Chega em Arruda dos Vinhos (2021). Nada que incomodasse o STOP.

Dr. Arroja ataca de novo

Ao congresso das Caves de Coimbra juntou-se, naquele maio de 2021, um economista famoso, antigo professor em Otava e ex-conselheiro do governo do Canadá. Ganhara fortunas na bolsa, pusera à venda o seu palacete na Foz do Porto, em frente ao mar, por mais de seis milhões de euros, e, então a caminho dos setenta anos, com família numerosa, sentia-se livre para assumir um papel visível na arena política. Tinha redigido o programa económico do Chega e o partido era um fato que lhe assentava bem, admitia.

Podia dizer-se muita coisa de Pedro Arroja. Cinzento não era uma delas. Para comprová-lo bastava coletar uma espécie de *best of* do seu repertório a partir de artigos na imprensa e resmas de entrevistas. Gestor de ativos e patrimónios, inclinava-se para o autoritarismo, elogiava o «milagre económico» de Salazar, Franco e Pinochet, e apoiava a liberalização do comércio das drogas. Discordava da escolha de mulheres para as direções partidárias, «sinal de degenerescência», disse-mo, em conversa à porta do recinto, horas antes de Ventura reforçar a quota feminina na sua liderança.

Arroja é pela monarquia absoluta, respeitadora da «tradição portuguesa».

Nas primeiras eleições livres (1975) votou à esquerda, no MDP/CDE. «A pensar nos pobres», defendeu, mais tarde, a transação de votos. «Se uma pessoa tem direito a um voto mas não quer usá-lo, tem de o deitar fora. Noutro sistema, poderá vendê-lo a alguém que queira votar várias vezes. Já viu quantos pobrezinhos ficavam beneficiados?», sugeriu. «Não acredito neste sistema que põe a gaiatada a votar», dizia. Abaixo dos trinta e cinco, quarenta anos, nem pensar.

Por vontade de Arroja, não se proibia o trabalho infantil. «Se a criança vai ou não trabalhar, é com os pais», defendeu. Era a favor de «uma democracia sem partidos». Aos seus olhos, o regime assemelhava-se a «uma evolução laica das seitas protestantes que visam dividir as comunidades». O economista já quis privatizar rios, polícias, tribunais, ministérios e até o ar, à boleia de «cupões de poluição». Se os ricos governassem, dizia, «não havia corrupção».

Chegou tarde a Deus, mas com passeios ao santuário de Fátima incluídos.

Mais depressa ainda vestiu a imagem de ultraliberal «esganiçado», parafraseando a expressão que colou, no plural, às deputadas do BE num comentário no Porto Canal. «Não queria nenhuma, nem dada!», justificou. «A função prioritária da mulher é cuidar dos filhos.» Segundo ele, só casais heterossexuais podem garantir uma «sociedade viável».

Subversivo e excêntrico, o filho de uma costureira e de um contabilista não constava em qualquer catálogo nacional. Chamaram-lhe «*skinhead* do liberalismo» e «*parvenu* do reacionarismo monetarista» devido ao radicalismo das ideias económicas. «Quero lá saber que não me levem a sério», afirmou, de orelhas moucas para críticas e caricaturas. Para ele, os negros não sabiam constituir família: envolviam-se com várias mulheres, mas elas acabavam sozinhas, com os filhos. «Vá a África e veja porque é que eles não trabalham. Gostam muito de sexo; nós também gostamos, mas se estivéssemos o dia todo na cama não fazíamos mais nada.»

Arroja andava desaparecido da ribalta quando, sempre à volta de Pacheco de Amorim, pisou o congresso do Chega em Coimbra. Para quem, em duzentos anos, só reconhecia um estadista acima da média — Salazar —, talvez fosse um sinal. «Portugal viveu um modelo de governação absolutamente excecional», disse sobre o ditador. «O país prosperou sempre mais com regimes de autoridade.»

A democracia entusiasmava-o enquanto «invenção cristã» e «questão de fé», mas nada de excitações. «O papa é eleito democraticamente, mas não por sufrágio universal. Imagine que o papa era eleito pelo povo. Já tinha aparecido um demagogo que, em troca dos votos, oferecia viagens ao céu para almoçar com Deus. Já não existia papa», ironizou.

As ideias do economista não fizeram propriamente escola, apesar das ondas. Nem o mediatismo lhe trouxe uma legião de admiradores: Arroja colecionou cartas anónimas, pouco meigas, a pretexto das suas opiniões. Dantes, explicou, «o professor podia pregar dois tabefes ao aluno». Agora, era ao contrário. No mundo dele, docentes, médicos, juízes, padres e chefes de família perderam estatuto e dignidade.

Pedro Arroja era contra subsídios de qualquer espécie. Portugal vive da «cunha», acusou. Sobreviveria melhor sem IRS ou IRC. Se tínhamos um país em crise por natureza, a «culpa» era feminina. «A cultura de mulher torna-nos grandes gastadores», acreditava. «Compete ao homem auferir o rendimento que permita sustentar a família.»

Em Coimbra, Arroja exultava. «Nunca estive tão próximo de um partido», confessou-me. Estava à beira de se filiar. E, claro, o seu regresso à «arena» do debate político só podia ocorrer com estrondo. Pacheco de Amorim entregou-lhe a redação do programa económico do partido. A oferta ideológica do Chega era fiel à cartilha «arrojiana»: sociedade civil, livre iniciativa, mercado e impostos baixos. «Onde arranjos espontâneos das famílias ou das empresas resolverem os problemas, o Estado não será chamado.» Dava o exemplo da *performance* das instituições católicas nos *rankings* do ensino: «Padres e freiras ensinam pessoas há milénios. As famílias não precisam de escolas públicas, sabem muito bem fazer escolhas.»

Arroja sentia «muitíssima afinidade» com o ideário do Chega. «Ao contrário da Iniciativa Liberal, que nisso se aproxima do Bloco de Esquerda, o Chega não é liberal nos costumes. Eu, se calhar, até sou, mas não fiz o programa para mim nem para os meus quatro filhos. Fi-lo para os meus oito netos.» Ali sentia-se em casa e nada o inquietava. «Portugal precisa de um partido disruptivo que ataque os problemas do país. A questão do extremismo não me preocupa, devo ser o economista a quem têm atribuído mais adjetivos, incluindo esse.»

Reformado, Arroja não precisava da política. «Não me quero eleger para nada, não preciso de agradar à opinião pública ou aos políticos», disse. A bem da nação, presume-se. Na verdade, nunca o ouvira falar assim de uma força política. «Espero que acredite que não estou no Chega à procura de emprego...», desafiou-me. «Faço-lhe essa justiça», respondi. O Chega dava-lhe esperança. Faltava cobrir a «mensagem

disruptiva» de Ventura com a roupagem «programática e intelectual». Ele queria ajudar, mas, como se verá uns anos adiante, era demasiado arrojo pensar assim. Até para ele.

Plágio, Salvini e Fátima

Num congresso no qual se citaram Pessoa, Marx, Jesus Cristo, Tocqueville, Sá Carneiro, Maria José Morgado, José Mourinho, Roger Scruton, Richard Wagner, Adorno e Lévi-Strauss, entre outros, Rita Matias bem podia atribuir parte do seu discurso final, sobre o papel da família e das mulheres, a quem o devia, ou seja, Giorgia Meloni. A líder do partido extremista Fratelli d'Italia seria primeira-ministra em 2022, mas a jovem que ascendera à coordenação da Juventude Chega e à gestão das redes sociais por ter «ideias próprias» não se limitou a inspirar-se na italiana: preferiu plagiá-la.

As intervenções de Rita Matias eram marcadas pelo fervor familiar e patriótico, com referências a Viriato e aos «Heróis do Mar» — não confundir com o grupo *rock* — «que deixavam em Portugal tantas mães e esposas que enchiam o mar salgado de lágrimas de saudade». Alguém benevolente diria que ela se limitou a reciclar um discurso de Meloni em Verona, dois anos antes, sem citá-la, adaptando-o ao contexto nacional com ligeiras modificações. Rita Matias chamou-lhe inspiração e irritou-se quando a questioneei, por SMS, sobre o episódio. «É ridículo e lamentável», reagiu. «Quem ouvir atentamente o meu discurso e o da Giorgia Meloni facilmente se apercebe de que a minha intervenção é muito mais abrangente.» Por acaso, eu e outros jornalistas fizemo-lo. Se parecia um plágio, soava a plágio e ela falava com o mesmo tom, gestos e pausas de Meloni, então era um plágio.

Foi graças a outro italiano, mas esse de carne e osso, que o congresso do Chega apaziguou e, ao mesmo tempo, se exaltou. Salvini, líder dos extremistas da Lega e suspeito de liderar uma força política beneficiária dos laços financeiros do Kremlin, foi convidado especial da sessão de encerramento. Aí, profetizou um futuro brilhante a Ventura, para gáudio de quase 400 congressistas. «Os inimigos estão lá fora», disse.

A frase não batia certo com tudo o que ocorrera naquele espaço durante o fim de semana. A prova viria logo a seguir: mal Salvini terminou a sessão de *selfies* e abandonou o salão, o Chega voltou a engalfinhar-se. Era já final da tarde de domingo e Filipe Melo, líder distrital de Braga, não calou a revolta com o burburinho enquanto aguardava na fila: «Calem-se, resolvam isso noutro sítio! Isto sai tudo lá para fora, o país está a ver-nos.»

Durante aqueles dias, Ventura personificara o primado do emocional, em detrimento da reflexão, e conduziu o partido quase sempre como queria e por onde queria, tocando a reunir. Despachara da direção os fundadores Nuno Afonso, José Dias e Lucinda Ribeiro, entre outros. Falhara o golpe para a substituição de Luís Graça, mas

acolhera rostos novos, como Marta Trindade, arquiteta do Barreiro, ex-basquetebolista federada de origens operárias. «Não pertença à elite capitalista e já não suporto ouvir falar de fascismo, sobretudo por parte de gente que nem sabe o que foi o fascismo», explicou, quando a abordei. Nessa altura, preparava-se para ser candidata à Câmara da sua terra numa lista com alguns ex-militantes do PCP.

Ventura não gostou do recreio a que assistiu no congresso, embora estivesse na sombra das zaragatas. Para governar o país, os militantes deviam, antes de mais, governar-se a si próprios, desafiou. Despediu-se então com uma imagem pretensamente heroica: «Talvez uma bala possa terminar com a minha vida, mas nunca terminará com o projeto que é o Chega.»

YMCA e a «falha identitária»

O grosso dos dirigentes reencontrou-se em julho de 2021, no Pavilhão Multiusos de Sagres, em ambiente animado, típico de verão.

Era um momento alto: com mais ou menos atalhos e engulhos, o Chega aprovaria o programa, pelo qual Mithá Ribeiro batalhara, e mais um par de regulamentos, entre os quais o disciplinar.

Ainda não havia ordem total na «casa», mas Ventura estava a tratar disso.

«A dada altura, aquilo parecia a IURD», comenta o antigo vice-presidente, José Dias. «Entradas apoteóticas, uma adoração tipo Edir Macedo. Nunca me revi nessa merda, nem me levantava!», recrimina. «Em Sagres, andaram a ver quem batia ou não batia palmas, de telemóvel, uma coisa pidesca.» Segundo ele, as pessoas viram os sinais, mas a necessidade de estatuto e de agradar ao chefe «era mais premente».

Adequar o partido à sua expressão nacional deu azo a piruetas. Em dois anos, pelo menos no papel, o Chega deixou cair a extinção do Ministério da Educação e a gratuidade do SNS para indigentes. A «liberdade contratual» — na prática, o fim do Código do Trabalho e dos tetos no arrendamento — também desapareceu. O Estado, antes «residual» nas funções sociais, reaparecia valorizado enquanto prestador de serviços de saúde e de um «ensino de qualidade de acesso universal e gratuito», destinado a quebrar «ciclos endémicos de pobreza, exclusão social e falta de prosperidade coletiva».

Dos beneficiários de RSI e de subsídio de desemprego que, no programa de 2019, eram obrigados a prestar serviços à comunidade, nem sombra.

E evaporara-se também a «proibição da propaganda da agenda LGBTI no sistema de ensino». Em 2021, além da «família natural», o Chega já respeitava «outros modos diferentes de partilha da vida em comum».

Aqui, nem tudo correu bem. «No fim, eles puseram a música *YMCA*, dos Village People, a tocar e fui direto ao palco», conta Gerardo Pedro, que chegou dias antes a Sagres para montar o estaminé e comprar quase 6000 euros de lonas para o conselho

nacional. «Mas o que é esta merda?!», disse, fulo, abeirando-se de Ventura e dando-lhe um safanão na mão. «Não tens vergonha de estar aqui a dançar a música dos *rabetas*?!», perguntou, tentando sacudi-lo.

«Ele estava a dançar, aquela dancinha de merda que ele faz, e estive quase a mandar-lhe um *estaladão*», rememora Gerardo. «O gajo ficou ofendido, mas eu não quis saber. Aquilo foi muito mau.»

Depois, conforme se vê num vídeo divulgado nas páginas do Chega e noutras, Gerardo saiu do palco, com os polegares apontados para baixo, a manifestar a sua revolta. «Essa mudança no programa sobre as questões dos casais *gay* foi inspirada por ele. Uma vez, estávamos na sede e ele disse, meio a brincar, meio a sério, que era preciso apostar também nessa área, pois trazia muitos votos. Ou seja, não o fez por convicção. É por ser um cata-vento», discorre.

A homofobia assumida de Gerardo Pedro fora apenas a expressão pública mais visível de uma certa revolta interna — e até desfiliações — contra aquilo que, no Chega, alguns consideraram «concessões ao universo homossexual». Semanas antes do conselho nacional, a direção suspendeu o fundador, Manuel Ferreira dos Anjos, por comentários insultuosos a propósito da alegada infiltração do «lóbi *gay*» na direção do partido. Antes que o expulsassem, saiu ele.

Ora, ao contrário do que Mithá Ribeiro sugeriu em Sagres, o Chega não tinha apenas «uma falha identitária demasiado séria». Esse era apenas um dos dilemas. «O problema mais grave do Chega está no interior desta sala. Tal como a solução», alertou. A aprovação do novo programa do partido, «respeitador da complexidade do ser humano», era um dos passos para, segundo Mithá, «elevar o debate».

Chega, versão académica

No final de outubro de 2021, pareceu-me boa ideia passar dois dias num congresso sobre neofascismos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dava-se o caso de Riccardo Marchi estar por lá, a apresentar os resultados preliminares de uma investigação de dois anos sobre o Chega.

Não precisei de motivação extra. Marchi é motivo de ódio e estima na relação com as direitas radicais.

Os críticos da academia consideram-no demasiado próximo do seu objeto de estudo do ponto de vista ideológico. O seu livro, *A nova direita anti-sistema — O caso do Chega* (2020), é a prova do «crime»: 67 investigadores acusaram-no, no *Público*, de branquear e normalizar o partido de André Ventura. Marina Costa Lobo esmiuçou: «Estamos perante um exercício panegírico ao Chega», escreveu a politóloga neste jornal. «É pouco para um cientista social, realmente, quer seja de história ou de ciência política, mas chega perfeitamente como um panfleto partidário.» «Nem uma autobiografia é tão politicamente controlada», criticou Daniel Oliveira no *Expresso*.

No entanto, a produção académica de Marchi sobre as franjas radicais ou extremistas da direita nacional é relevada por outros setores académicos, nacionais e internacionais, à esquerda e à direita. E é inegável o apreço dos protagonistas do seu «objeto de estudo» pelos trabalhos do italiano nascido em Pádua, habitual comentador de televisão nestas matérias.

Ao longo dos anos, contudo, Marchi foi dando pistas sobre as suas afinidades. Isso inclui a presença em *workshops* e seminários do Chega, *online* ou ao vivo. À época, era ainda coorientador do mestrado de Rita Matias, «uma tipa com cabeça e pensamento político, mas muito jovem», advertiu.

Em 2024, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, o historiador contou uma história de infância emblemática a propósito de um aniversário do dia 25 de Abril de 1945 que, em Itália, assinala a vitória contra o nazismo e o fascismo. Marchi, nascido em 1974, era criança e ia com os pais no carro. «Porque é que hoje não se vai para a escola, o que estamos a festejar?», perguntou, na sua inocência, vendo a agitação nas ruas. «Filho, hoje festejamos o fim da guerra», respondeu a mãe, evitando pormenores. «Mas ganhámos?», insistiu, excitado. «Não, perdemos...», desvendou ela. «Pararam a escola, é um dia de festa nacional e perdemos?! Estamos a festejar o quê?!», questionou, «congelado», como admitiu perante a audiência.

«Desde os catorze anos, sempre fui muito influenciado pela nova direita italiana e francesa», revelou numa entrevista ao *i*, em 2017, conduzida por Sebastião Bugalho. «O conceito de Ocidente liberal não me pertence», aprofundou. «A ocidentalização do mundo, a ideia de que chegámos ao topo do modelo perfeito em termos de valores e estrutura política, que daqui se pode irradiar para todo o mundo e que quem não reconhece essa superioridade é um atrasado — ou a encarnação do diabo —, essa visão não faz parte do meu esquema mental.»

Marchi chegou a Portugal ao abrigo do programa Erasmus. O facto de se tratar de um país com quase meio século de «autoritarismo» às costas pesou na decisão. A direita contrarrevolucionária foi a prioridade a desbravar. «É um interesse intelectual que tem também uma afinidade ideológica. Não com o radicalismo de direita português, mas com correntes de direita alternativas ao domínio do pensamento liberal. Algumas delas interessam-me, e nalgumas delas reconheço-me.»

Um dos poucos a quem Marchi chama mentor é Marco Tarchi, cientista político, ideólogo da Nova Direita italiana e sobrinho de Angelo Tarchi, antigo ministro da República Social Italiana (RSI). Conhecida como República de Saló, foi a segunda e última encarnação do regime fascista com Mussolini e estado satélite da Alemanha nazi. Dirigente juvenil do Movimento Social Italiano (MSI, pós-fascista), de onde o expulsaram, Marco Tarchi especializou-se em populismos. Dele, Marchi traduziu um ensaio para a revista *Crítica XXI* sobre as diferenças entre populismo e fascismo. Aproveitou «para despoluir a mente e sem a tralha de costume, demonizadora do primeiro e/ou do segundo».

Nascido, criado e educado numa democracia liberal, Marchi não quer morrer liberal-democrata. «Quanto mais estudo os fascistas históricos, menos aceito este género de simplificações. Falamos de milhares de rapazes que passaram anos nas trincheiras da Primeira Guerra e, regressados a casa, decidiram tomar o destino do seu país; milhares de rapazes que, em 43, quando toda a gente, inclusive muitos do próprio regime, foi atrás dos Aliados, enfrentaram a derrota certa por um sentido profundo de honra», elogiou no *i*. «Perante estes percursos de vida, as necessidades demonizadoras da propaganda política atual são as que menos me interessam.»

Sebastião Bugalho, mais tarde eurodeputado pelo PSD, ainda lhe lembrou que estava a referir-se a ideologias responsáveis por catástrofes bélicas e humanitárias com milhões de mortos. «O trágico faz parte da história do homem», resumiu. «Se pensa que a ordem mundial pós-1945 conseguiu depurar a história humana do trágico, está enganado.»

Com um quadro de Francisco Laranjo (*I'll be hard to handle*), a tinta da China, nas costas, Marchi falou dos resultados preliminares da investigação sobre o Chega numa sala da Faculdade de Letras do Porto. Com uma amostra de 3183 filiados, num universo de quase 30 mil (homens, na grande maioria), avaliou ideias e valores da base militante do Chega e da «alma radical da direita portuguesa». Às respostas, juntou-se o trabalho com *focus groups*. Pelos canais internos, o Chega pediu aos militantes para colaborarem *online*, de forma anónima, com Marchi e a especialista Sofia Serra Silva.

Três em cada quatro militantes do Chega acreditavam na existência de «raças mais trabalhadoras do que outras». A maioria responsabilizava os imigrantes pelo aumento da criminalidade e o BE era o partido mais odiado, a larga distância dos outros. No geral, os filiados não tinham atividade política anterior, mas a minoria que passara por outros partidos optara, sobretudo, por PSD, CDS e PS, embora também houvesse ex-membros do PCP, Aliança e PNR [rebatizado Ergue-te, mas extinto em 2025]. A maioria acreditava que a democracia é a melhor forma de governo e considerava o país corrupto; rejeitava a adoção de crianças por homossexuais e partilhava as queixas comuns a cidadãos ativos no mercado de trabalho: perda de poder de compra, queixas em relação ao Estado, etc.

Corrupção, justiça e imigração/subsidiodependência justificaram, por esta ordem, a atratividade pelo Chega. Marchi concluiu: «A alma da direita radical não é uma franja lunática e integra-se na tendência da população portuguesa. Eles mesmos não se percebem como extremistas ou radicais.» Havia um dado extra: ao contrário dos filiados, Ventura, esse sim, radicalizara-se entre 2020 e 2021. «Insiste muito nas questões das minorias, em particular da minoria cigana», descreveu Marchi, «enquanto a parte militante não está muito interessada nesse tema».

Ventura: dizer e fazer

No fim da sessão, fomos conversar para o bar da faculdade. Quando entrevistou Ventura, em 2020, para o seu livro, Marchi ficou «impressionado» com a visão do presidente do Chega sobre a gestão da liderança. Rezava assim: «Tenciono ter um partido de 15/20%», assumiu. «Para isso, preciso alargá-lo a todas as sensibilidades de direita. Não posso ter um partido personalista, centrado em mim. Preciso de cooptar pessoas importantes de outras sensibilidades para fazer dele a Casa das Direitas.»

Saiu ao contrário. «O que o André me disse não é o que fez, mas isso deve muito à extrema conflitualidade interna. Como líder, concentrou todos os poderes e controlou o aparelho do partido, mas, quando começou a crescer, o Chega era um saco de gatos», anuiu. Ventura ter-se-á dado conta dos riscos de afrouxar a mão de ferro. «Haveria fações internas em guerra constante e fragilizaria o partido, mas a estratégia levou à saída de quase 80% dos fundadores», sintetizou Marchi. «Os que entrevistei em princípios de 2020 saíram. Outros foram secundarizados.»

Uma coisa era evidente: «O André é o seguro de vida daquele *inner circle*, dos tipos que têm milhares de *selfies* com ele, e de outros, mais autónomos», sinalizou. «O Chega é extremamente chamativo para figuras de segunda e terceira linha dos partidos *mainstream*, fracassados politicamente, até a nível distrital, ou vindos da abstenção.» Havia um problema que talvez se tenha eternizado. «O Chega tem grande dificuldade em cooptar quadros bons a todos os níveis, distritais e nacionais. A “marca” ainda queima, do ponto de vista da opinião pública», acreditava o investigador. «Há bons profissionais, reconhecidos, mas esses não querem estar associados à “marca” Chega para não serem “extremistas”. Sobram os que têm telhados de vidro. O partido é obrigado a baixar o nível de exigência dos quadros.»

As autárquicas de 2021 espelharam essa realidade. «Foram a quarta força política, mas atraíram gente questionável», referiu Marchi. Nessa altura, o historiador e politólogo ainda acreditava num salto qualitativo nas legislativas seguintes e num controlo mais apertado das listas em lugares elegíveis. «Se, em seis meses, metade do grupo parlamentar tiver problemas de dívidas e porcarias várias, será o suicídio», vaticinou.

Houve casos do género ao longo do tempo — como Pacheco de Amorim, Filipe Melo, Rui Paulo Sousa e Miguel Arruda, por exemplo — mas, entre três legislaturas (2022, 2024 e 2025), o Chega passou de uma dúzia de parlamentares para sessenta, reelegendo deputados ditos «problemáticos» e acrescentando outros.

Para Marchi, o partido é antissistema no sentido de romper a alternância PS/PSD. «A esquerda sabe que o povo do Chega é, no fundo, o povo português. Os *cheganos* não se mobilizam pela memória histórica do Estado Novo, pela reivindicação do império, etc... Nem de longe!», afiançou. «O André defende muito o 25 de Novembro de 1975 como sendo a construção da democracia. É o discurso da direita *mainstream*, sempre foi...»

Minorias, ciganos, não eram as principais preocupações da militância. Nem sequer a sua linha ideológica. «Duvido que a base do Chega ligue muito a programas.

Nem sei quem os leu...», admitia, «mas o partido precisava de um programa mais estruturado, o do Diogo foi escrito à pressa, era uma misturada. O Mithá fez bom trabalho, mais coerente. Não vês ali uma maluquice difícil de defender como a privatização total do SNS...».

Marchi não vislumbrava, porém, qualquer ideólogo do Chega. «O partido funciona muito ao sabor dos *soundbytes* do André. Ele não precisa de ideólogos, obedece à sua própria sensibilidade.» Um exemplo: «As quatro condições impostas para alianças nas autárquicas, incluindo os planos para as comunidades ciganas, não foram discutidas no partido. Ele inventou-as. O Chega funciona muito ao sabor do seu instinto. Até agora, resulta.» E nem sequer faltava gente disposta a pagar por isso...

Como camuflar donativos

Às 11h39 de 12 de abril de 2021, uma mensagem deu entrada no endereço eletrónico do Chega: «Gostaria de encontrar informação sobre a maneira como poderemos apoiar financeiramente o vosso partido, sem nos tornarmos militantes.» O pedido fora remetido pela «assistente do Sr. Alain Bonte», a partir do *email* de uma sociedade de investimentos imobiliários (SEII). A «empresa-mãe» estava registada no Luxemburgo e a sede em Alcabideche, no mesmo local onde o cônsul honorário da Roménia no Estoril geria o posto diplomático e grande parte dos negócios.

Francês de origem, cidadão português e comendador agraciado pelo Estado romeno, o presidente da Fundação Bonte dividia os principais investimentos nacionais e internacionais pelo imobiliário, indústria farmacêutica, seguros e informática (sobretudo na área dos jogos digitais). Em Bucareste, entre outros edifícios, uma das empresas controlava uma área equivalente a dois campos de futebol em espaços comerciais de rua, destinados a arrendamento.

Mecenas, filantropo, colecionador de arte, Bonte tinha, entre os parceiros de negócios e gestores de confiança, António Beja, cônsul honorário da Moldávia, e a jurista Catia Rădulescu, das mulheres mais poderosas da Roménia segundo a *Forbes*. À revista, em 2014, Catia desdobrou-se em elogios ao «investidor de elite, com formação nas grandes escolas europeias».

No núcleo duro do empresário cabia ainda a mulher, e também sócia, Isabel Maia d'Aguiar, filha do falecido produtor e realizador francês Ayres d'Aguiar, de origens açorianas. Estavam juntos na vida e nos negócios, passassem estes por Lisboa, Bucareste, Estocolmo ou Sliema, em Malta.

A 1 de junho de 2021, pouco mais de um mês após o envio do *email* ao Chega pela assistente do marido, Isabel transferiu 10 mil euros para uma conta do partido, conforme atestam os extratos financeiros depositados na ECFP do Tribunal Constitucional. Contactei os gestores da SEII para obter informações sobre as motivações do apoio financeiro ao Chega. Não tive resposta.

Naqueles primeiros anos de existência, o Chega aprimorou a forma de atrair outros fluxos financeiros sem levantar ondas legais. Por um lado, importava manter discreta, tanto quanto possível, a proveniência dos donativos. Por outro, mesmo contando com a eterna falta de recursos da Entidade das Contas, interessava despistar a fiscalização relativa aos seus extratos bancários.

O partido contratou a empresa de pagamentos digitais de Santa Maria de Lamas IfThenPay, propriedade de uma multinacional polaca desde o final de 2023. A opção permitiu ocultar a origem dos donativos para fins de escrutínio público, embora a transparência da informação bancária deva estar disponível e identificável para averiguação e controlo legal por parte das instituições competentes, entre as quais a Entidade das Contas.

Nos seus relatórios e auditorias, a ECFP queixou-se, por diversas vezes, da impossibilidade de identificar doadores, uma vez que, nos extratos bancários, centenas de transferências estão apenas assinaladas pela designação da aplicação digital de pagamentos usada pelo Chega. Não há nomes. Em agosto de 2021, Ventura contestou a alegada falta de transparência dos financiamentos: «A IfThenPay», explicou, «coleta os pagamentos individuais que depois transfere para as contas bancárias do partido, uma informação que é toda ela transmitida pelo partido à ECFP». Não era bem assim, mas já lá vamos.

O pagamento por referência multibanco, espécie de MBWay para empresas, é o mais utilizado nos pagamentos digitais no país e tem sempre origem numa conta bancária nacional, esclareceu a empresa, insuspeita. A plataforma não permite pagamentos a partir do estrangeiro, incluindo países *offshore*. O método, alega, é utilizado por todos os partidos para receberem quotas e donativos. A identificação dos doadores é 100% rastreável, desde a origem até ao beneficiário efetivo. Cabe às forças políticas dar os nomes dos doadores à Entidade das Contas. Empresas como a IfThenPay só estão obrigadas a reportar os pagamentos ao Banco de Portugal e à Autoridade Tributária.

Em 2021, o secretário-geral do Chega, Tiago Sousa Dias, admitiu falhas na documentação, mas garantiu: «Temos os recibos dos donativos todos, incluindo os que chegaram por essa aplicação», afirmou à *Sábado*. Contudo, três meses após a data-limite para a entrega das contas partidárias de 2020, o Chega não enviara à ECFP os nomes associados às transferências, havendo, pois, segundo a entidade, «doadores por identificar».

Os militantes podem dar o dinheiro que quiserem, para eles não há limites legais. Só os doadores individuais têm um teto e, na altura, estava um pouco abaixo dos 11 mil euros. O *Expresso* fez um exercício: se um empresário quisesse dar ao Chega um valor superior ao permitido e evitar que se soubesse, bastaria filiar-se — ou alguém por ele — e transferir o dinheiro através de plataformas idênticas à IfThenPay. Como o recibo da origem das transferências não é incluído nas contas anuais enviadas à ECFP —

disponíveis para consulta pública —, o partido só seria obrigado a divulgá-lo no âmbito de uma auditoria, mas André Ventura não se referira a este pormenor.

Ora, desde a entrada em vigor do contrato com a IfThenPay, na primavera de 2020, e até final de janeiro de 2022 — e só através daquela plataforma, note-se —, o Chega viu entrar quase 313 mil euros na conta bancária destinada a donativos. Em nenhum caso se identificou a origem da transferência. Nas primeiras semanas de 2022, o partido recebeu também, a partir da plataforma Stripe, idêntica à IfThenPay, mais de 6300 euros «anónimos».

À porta das legislativas de 10 de março de 2024, Ventura negou a violação da lei no caso dos donativos e financiamentos proibidos. «O Chega é o partido mais transparente do país», garantiu. Os culpados, segundo ele, eram agora os bancos: alegadamente, recusavam identificar os doadores. Ameaçou recorrer ao Ministério Público para os obrigar a divulgar os nomes. Como se explicou, não era às entidades bancárias, mas ao Chega, que competia informar a ECFP sobre a origem das transferências «camufladas». De resto, o partido também não o fez, nem em 2021 nem em 2022.

De acordo com a investigação de um consórcio transfronteiriço europeu de jornalismo liderado pela plataforma *Follow the Money*, divulgado em maio de 2024, uma fatia cada vez maior do financiamento privado, no caso 97 milhões de euros, ia para partidos europeus de extrema-direita ou direita radical.

De congresso em congresso

Perdoe o leitor os ziguezagues temporais, mas situemo-nos de novo em 2021.

Caminhava o ano para o fim quando o Tribunal Constitucional, na sequência de um pedido de avaliação do Ministério Público, obrigou o Chega a repetir o congresso de 2020 por diversas ilegalidades e irregularidades que, segundo o TC, feriam a democracia interna e transparência. A decisão invalidou tudo — estatutos, eleições, órgãos —, incluindo a criação da famosa comissão de ética.

O Chega incorreria nestes erros em congressos seguintes, como demonstram as queixas enviadas ao tribunal redigidas pela advogada Fernanda Marques Lopes, militante número três, fundadora do partido e «besta negra» de Ventura nestes conflitos jurídico-institucionais, embora, dos dois, só Ventura possa ostentar o 19 como nota final de curso na Faculdade de Direito.

Mesmo com todas as tentativas de Ventura para disciplinar o partido, a pacificação demorava. Havia focos de tensão por todo o lado, com dissidências e processos disciplinares à mistura, mas, ao mesmo tempo, o PS e restantes parceiros da esquerda parlamentar (BE, PCP e PEV) culpavam-se mutuamente pelo fracasso das negociações do Orçamento de Estado, provocando a queda do governo. O Chega festejou o desenlace: a braços com guerras intermináveis a nível interno, recebeu a

notícia como uma bênção. O «cheiro» a poder, proporcionado pelas eleições antecipadas para janeiro de 2022, fez alguns críticos baixarem armas e o partido privilegiou a unidade. André Ventura respirou.

Daí em diante, o nervosismo passou a ser outro: quem mereceria a confiança do chefe para assegurar um lugar elegível nas listas quando as sondagens davam por garantido que o Chega teria a sua primeira bancada parlamentar?

Nas eleições internas de 6 de novembro de 2021, Ventura recebeu uma votação «à coreana» (quase 95%), «pulverizou» a oposição interna e prometeu levar o Chega ao governo. Não conseguiria nem uma nem outra.

Marcado para o Expocenter, em Viseu, no último fim de semana de novembro, o quarto congresso era um regresso às origens da minha cobertura jornalística do Chega: quase dois anos antes, acompanhei ali o meu primeiro jantar do partido com o deputado único, agora à beira de sentar uma dúzia na AR.

Confesso que, dada a previsível ausência de contraditório, o facto de ter de viajar e hospedar-me três dias em Viseu para assistir a uma «missa» repetida de Ventura fez-me ponderar os custos da deslocação. «Acha que, mesmo assim, valerá a pena ir?», indaguei dias antes, durante um breve telefonema para um dirigente nacional. «É assim, Miguel: para todos os efeitos, você é um filho da puta, não leve a mal. Mas é o NOSSO filho da puta, percebe? Não pode faltar», escutei, enquanto uma gargalhada se desvanecia em fundo.

Dia 26, apanhei um autocarro no Porto, rumo a Viseu, e alojei-me num apartamento em frente ao Jardim das Mães, numa casa do século XIX.

Liguei a dois ou três dirigentes e militantes do Chega para saber se estariam presentes, e a Cristiano Gianolla, o investigador italiano que conhecera em Coimbra e, tal como eu, repetia a dose em Viseu.

Tinha dois planos extra em vista: fazer uma entrevista de vida a Pedro Frazão, com a qual ele concordara, e tentar que Rita Matias baixasse a guarda às minhas investidas por SMS para o mesmo efeito. Saíram furadas. Frazão «fugiu-me» durante todo o congresso e depois escreveu-me a desculpar-se. Rita foi mais frontal: «Consigo não falo!», disse-me, de sobrolho carregado.

Se tivéssemos falado, ter-lhe-ia pedido para relatar a sua ascensão até à coordenação da Juventude Chega. Havia, pelo menos, uma versão.

Em 2020, o «consultor» Carlos Martins encabeçara a Lista Futuro, candidata à presidência da primeira «Jota». Martins fundara a editora Gladius Editions para publicar um único original: *Trump, desafiar o status quo*, escrito pelo próprio, e logo começou a ser convidado para debates televisivos em horário nobre enquanto «especialista» no presidente norte-americano.

Carlos Martins era outro dos frequentadores dos renovados territórios ideológicos da direita nacionalista e identitária. Andara pelo CDS. Por duas vezes (2013 e 2017), fora candidato autárquico em Leiria. Tinha contactos no estrangeiro, entre eles um autor

sueco, Daniel Friberg, famoso pelas simpatias neofascistas, de quem traduziu um livro sobre a «verdadeira direita».

No verão de 2020, alertado para o facto de a candidatura de Carlos Martins abrigar elementos com passado em organizações extremistas — demasiado extremistas, passe o pleonismo —, Ventura cancelou as eleições e chamou a si a tarefa de nomear os dirigentes. Segundo Nuno Afonso, pediu a Manuel Matias e à filha, Rita, para fazerem «marcação cerrada» aos eventos da juventude, e o antigo líder do PPV contava-lhes, chocado, que as sessões se assemelhavam, por vezes, a um encontro da Mocidade Portuguesa ou das SS.

«Os meus problemas com o Manuel Matias vêm daí...», atalha Luís Graça, antigo dirigente nacional do Chega. «Há uma altura em que se começa a pensar na Juventude Chega. Falei com uns miúdos e depois com o André. Disse-lhe que tínhamos de preparar o futuro: “Vou arranjar umas pessoas”, prometi-lhe. E voltei a falar com os miúdos.»

Luís Graça combinou então um café no Estoril com Ricardo Regalla e Pacheco de Amorim, para lhes apresentar «os rapazes» com quem tinha falado para dinamizar a ala jovem do Chega. «O Carlos Martins foi um deles», assume. «Levei-o uma vez ao parlamento para conhecer o André e, tempos depois, o Carlos apareceu com uma lista de mil e tal putos. Começou a ter protagonismo brutal dentro do Chega, mas, se calhar, alguém tinha uma filha com ambição de poder e ele começou a ser uma ameaça», descreve Luís Graça. «Quando já me tinha afastado do processo e entregue a “pasta” ao Diogo e ao Regalla, fizeram a cama ao rapaz. O Chega perdeu uma mente brilhante. Teria sido um excelente parlamentar», acusa o antigo presidente da mesa.

«Disseram que era financiado pelo batalhão Azov, que tinha ido à Ucrânia de férias, que tinha namorada ucraniana, de extrema-direita», defende-o a ex-dirigente nacional, Patrícia Sousa Uva. «Quem acabou com o projeto do Carlos para a Juventude Chega foi a Rita Matias. É tão religiosa como eu sou um *alien*...» Carlos Martins, esse, bateu com a porta do partido queixando-se de divisões internas, boataria e golpes baixos. Outros seguiram-lhe as pisadas.

A decisão de Ventura foi também a forma, na secretaria, de aplainar o terreno para a ascensão da única estrela cintilante a quem, até hoje, permitiu palco (além de si próprio): Rita Matias.

Poder total

Avancemos de novo para Viseu, final de novembro de 2021.

O secretário-geral, Tiago Sousa Dias, marcou as primeiras horas do congresso e abalou a morrinha: «Respondo a todas as perguntas que me façam em português, em *grunhês* não.»

Houve outras passagens a reter sobre o ar do tempo. «Não podemos ser um partido de excessos máximos e serviços mínimos», apontou Rodrigo Taxa. «Não tenho paciência para aturar criancices.» Rui Paulo Sousa criticou quem se escondia através perfis falsos nas redes sociais. «Muitos deles estão aqui cheios de sorrisos, com palmadinhas nas costas, falinhas mansas, mas sabemos ao que vêm. A porta da rua é serventia da casa. Rua daqui para fora!»

O líder adotou a faceta peluche, coisa rara. «Sei que nem todos concordam com a linha que tem sido seguida», assumiu Ventura, antes de um *mea culpa*. «Já errei, já tive a perfeita perceção que errei. Já fiz propostas que não devia ter feito, já disse coisas em debates que não devia ter dito. Sei que muitos de vocês me chamaram a atenção», admitiu, mas agora a conversa era outra: eleições. Por isso, «responsabilidade acima de tudo», pediu, além do fim de «conflitos que roçam a insanidade». De resto, ele não queria ser moderado como o PSD nem fofinho como o CDS. Depois das legislativas de 2022, garantiu, «já ninguém se rirá mais».

Ventura podia escolher e impor candidatos a órgãos internos ou a eleições nacionais. Podia exonerar líderes distritais, condicionar a formação de listas opositoras e suspender a democracia interna a bem da «família Chega» ou do que ele entende como tal. «Em Viseu», conta Nuno Afonso, «o presidente pediu carta-branca para escolher os candidatos a deputados e os militantes deram-na no pressuposto de que escolheria os melhores. Foram enganados», resumiu. «Escolheu, sim, os mais leais.»

O Chega, aos olhos de Ventura, dera um «enorme salto de maturidade». Já não era o partido em guerra civil. «Mostrámos que somos civilizados, soubemos discutir sem lavar roupa suja.» A ideia era apresentar ao país uma versão do Chega enquanto parceiro respeitável da almejada maioria de direita.

Deste congresso saiu a readaptação do lema salazarista da ditadura — Deus, Pátria e Família —, a que Ventura acrescentou a palavra Trabalho. Entre os cerca de 500 delegados, lá estava o algarvio Rui Roque, autor da moção que propunha extrair os ovários às mulheres que abortassem. Roque, afinal, não havia sido expulso e até acabou eleito para o conselho nacional, numa lista opositora à direção. «O Chega está mais maduro, mais aberto a uma maior amplitude de ideias e sensibilidades», disse quando nos sentámos numa fila de cadeiras vazias. «Em Évora», lembrou, «havia muito ódio, muita crítica primária e muitos ataques nas redes sociais», mas, ao recordar o «caso dos ovários», reconheceu: «Não me exprimi da melhor forma.» Mantinha, porém, «a defesa das jovens crianças» e a condenação «desse crime hediondo que é o aborto».

Quanto à expulsão, só se consumou dois anos depois deste congresso.

Rui Roque reapareceu em público em 2024 como porta-voz do 1143, grupo do criminoso neonazi Mário Machado.

Já a evangélica Lucinda Ribeiro saíria pelo seu pé, semanas depois de Viseu. A dias do Natal de 2021, enviou um *email* a Ventura e disse-lhe adeus. Nas redes sociais, vários dirigentes, entre os quais o próprio líder, insinuaram que ela andara ali por cargos e «poleiro». Dizia-se muita coisa sobre o seu perfil, mas essa não era, de todo, verosímil, como o atestavam imensos testemunhos em sentido contrário. Quando lhe liguei, estava possessa. «O novo Chega está obcecado com o poder», sublinhou. «Escolho defender as pessoas, que não são ratos, nem traidores, nem instrumentos para atingir fins», escreveu na hora do abandono. «Desfilio-me hoje deste partido que gerei com dor e sacrifício, como qualquer mãe faz. Os filhos crescem e tomam caminhos que nem sempre concordamos, mas faz parte da vida», escreveu no *email* enviado à direção a comunicar a saída. «Deus também me deu uma missão e irei segui-la, com nobreza, integridade e verdade, porque Deus não é um *slogan*.»

A indefinição do partido em relação às medidas para combater a pandemia foi a fronteira. «O Chega já é uma ditadura. Não há liberdade de expressão, de ação, de pensamento. São os votos de braços no ar, as nomeações, o nepotismo, o amiguismo, a censura, as perseguições...» A degradação do ambiente interno revelava um partido bem diferente do apregoado: «Fui perseguida por falar com todos, porque não podia atender telefones a quem não gostavam, pelos *likes* que fazia, tudo era vigiado», escreveu no Facebook. «As pessoas estavam proibidas de falar comigo. Na última vez, decidi que seria mesmo a última. Em pleno congresso de Viseu, uma distrital foi proibida de jantar comigo», contou. «Tudo começou quando não aceitei deixar de falar com pessoas amigas do Porto. O senhor, que na altura metia dinheiro no partido, não gostava. Então passei a ser inimiga, mas vi os mesmos, que me perseguiram, a planear a expulsão do senhor do Porto mal se acabou o dinheiro ou a expectativa dele. É só o que lhes interessa: o dinheiro», acusou.

Quando leu insinuações a seu respeito, Lucinda defendeu-se. «Se o Chega é um Centro de Emprego, não o foi para mim. Nunca precisei, gastei muito dinheiro e energia, sempre altruisticamente, em nome de uma causa, mas comecem a ver, um a um, os que ele [Ventura] escolhe...», sugeriu nas redes sociais, sem receio de ser desmentida. «Os portugueses têm mesmo queda para gostar de ditadores. Acham mau o Costa? Esperem até o Ventura chegar ao poder.»

De Coimbra, em maio, a Viseu, em dezembro de 2021, o Chega desmembrou-se, zangou-se, tornou-se, aqui e ali, disfuncional. Acolheu pessoas sem abrigo noutras forças políticas. Outros continuaram em cima do muro, indecisos entre a fidelidade às origens e o futuro radioso prometido por Ventura, onde os meios justificavam os fins. Quem tinha uma agenda pessoal a cumprir, aguentou. E adaptou-se. Outros foram apenas «carne para canhão».

DO PPM AO CHEGA: OS CADERNOS DE TÂNIA

Por vezes, demoramos uma eternidade a esbarrar no óbvio.

Durante certo tempo, Tânia Tomaz foi um ponto de interrogação rabiscado num dos meus cadernos de apontamentos, não mais. Nas deslocações à Entidade das Contas para consultar pastas do Chega, anotei o nome sem lhe dar importância. Eram pilhas de documentos, extratos, listas. E pouco tempo para vê-los. Por que raio deveria dar importância a Tânia Tomaz se não me fazia soar campainhas?

Por norma, os jornalistas descartam a importância dos mandatários financeiros das campanhas eleitorais. Na maioria, são figuras de cera, valem pela assinatura. Decidem pouco ou nada. Artimanhas, a existir, são feitas a outro nível. Se fizerem um mau trabalho, no limite levam com uma multa que o partido ou a candidatura pagarão. Se tudo correr bem, ninguém repara neles.

Um dia, porém, a campainha soou.

Quem seria, afinal, Tânia Tomaz? Porque saltara do PPM para o Chega, sempre no papel de mandatária financeira, e tivera breve passagem pelo parlamento?

Ventura nomeou-a, em setembro de 2020, administrativa do seu gabinete de deputado, em substituição de outra secretária. Seriam também essas as suas funções na sede do partido. O seu nome aparecera-me nas listas candidatas a várias eleições pelo PPM, mas também nas autárquicas de 2021, pelo Chega.

Nas resmas de documentos depositados na ECFP, no dirimir de argumentos para justificar esta ou aquela irregularidade detetada nas contas, papéis para a frente e para trás, lá estava Tânia, no seu *alter ego* de mandatária financeira.

Contactei militantes, dirigentes. Demorou, não foi fácil chegar a ela. Passara por graves problemas financeiros e de saúde, desamparo profissional, angústias várias, disseram-me. Esperei meses. No dia apazado para o encontro, apareci munido de perguntas em excesso. Julgava eu. Na verdade, não me preparei para a história de

Tânia Tomaz nem para o retrato incómodo dos subterrâneos da vida política que me traçou.

Cafetaria do Centro Cultural de Belém, Lisboa, 15 de fevereiro de 2023.

Tânia surge de muletas, vigiada de perto pela mãe, olhar de amparo.

Maria Helena Roldão dera uma entrevista ao *Tal & Qual* meses antes. Acusava Gonçalo da Câmara Pereira, líder do PPM, de agravar a saúde da filha, que esteve em coma induzido, «entre a vida e a morte», no Hospital de São Francisco Xavier. «Entrou em profunda depressão, engordou imenso.»

Desde 2021 que as multas pela não apresentação de contas do partido estavam a ser-lhe imputadas como responsável financeira. A 27 de junho de 2022, recebeu notificação para pagar uma multa superior a 2600 euros. Contestou-a no Tribunal Constitucional, mas só conseguiu que reduzissem pouco mais de 300 euros. Antes, já tinha pagado coimas superiores a 1500 euros. Fartou-se. Num telefonema ouvido pela mãe, Gonçalo da Câmara Pereira chamou-lhe «analfabeta». «Nem para trolha serve», acrescentou. Ele negou os insultos. A amigos queixou-se de que lhe haviam roubado arquivos da sede.

Tânia Tomaz é asmática. As aflições, as dívidas, os quotidianos vividos ao cêntimo abriram caminho ao resto, mas vem sorridente ao meu encontro. Apesar do rosto tímido que os óculos arredondados acentuam, darei comigo a rir-me do seu sentido de humor e a admirar-lhe a resistência às adversidades.

Tânia Tomaz contava então quarenta e cinco anos. Nascida em Lisboa, morou com a mãe e a irmã na Amadora. Desde há uns anos habitava, quase ali ao lado do CCB, ao pé dos Jerónimos, em Belém, um velho e humilde apartamento num prédio antigo. Técnica de construção civil, trabalhou no departamento de obras públicas da Câmara de Lisboa. Na autarquia, começou com o presidente João Soares e saiu com António Costa, ambos do PS. Depois tentou Londres. Tinha lá estado na década de 1990, num curso de verão para aperfeiçoar o inglês. Quando voltou, pediu trabalho de loja em loja, «mas aquilo não estava a dar».

Viver no PPM

De regresso, fez biscates para empreiteiros, mas o desemprego impôs-se.

De direita, monárquica, Tânia entrara anos antes para a direção da Real Associação de Lisboa e aderira ao PPM. O partido foi convicção, trabalho e casa. Literalmente. «Acabei a secretária-geral.»

«Ninguém queria e precisavam de uma mandatária financeira», completa a mãe, ao lado. «E ela, pateta, aceitou... Agora tem dívidas do PPM para pagar.»

«Fui mandatária financeira nas legislativas de 2015. Em 2017, no Corvo, nas regionais dos Açores. Em 2019, na coligação Basta. E só não entreguei as contas anuais

de 2018 do PPM porque não tinha contabilista», especifica.

Na Entidade das Contas toda a gente a conhece. Às vezes, perguntavam-lhe: «Ó Tânia, não me diga que é outra vez a mandatária financeira?!» Ela confirmava, resignada. «Ai, Tânia, Tânia...», comentavam, com pena. Nessa altura, já vivia no PPM. Vivia é mesmo a palavra.

Em abril de 2016, ainda em Londres, sem casa onde morar em Lisboa, a mãe contactou Paulo Estêvão, então presidente do partido, e Gonçalo da Câmara Pereira. Havia, na sede, uma divisão por ocupar. «Eu tinha as chaves. Falei com eles. Não tínhamos casa, ficámos ali.»

Maria Helena, Tânia e a irmã ocuparam uma divisão do casarão, propriedade do município, na Travessa da Pimenteira, n.º 2, rés do chão esquerdo. As três pagavam as despesas de água e luz, o partido a renda. A mãe recorreu ao RSI. O valor recebido, pouco mais de 400 euros, dava para despesas básicas, fora as pequenas ajudas da irmã de Tânia, a saltar entre cursos profissionais e empregos precários.

A sede era o retrato do abandono, do desleixo e da reduzida importância do PPM após os tempos áureos da primeira AD, de 1979 e até meados da década seguinte, com o arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles. «Pediam-nos para fazer pouco barulho para ninguém saber que morávamos lá, aquilo era uma cedência da Câmara. Andávamos descalças mas, na verdade, à volta da sede, nas farmácias, biblioteca, misericórdia, toda a gente sabia onde morávamos», rememora a mãe de Tânia.

«As janelas estavam podres, apanhávamos muito frio e muito calor no verão. Não tínhamos condições, mas era um teto. Depois, a Câmara foi mudar as janelas. Estivemos lá cinco anos, não foi, mãe?», pergunta Tânia. «Quatro anos e meio, de 2016 a julho de 2020», corrige Maria Helena. «Fomos para lá porque pediam documentos e dinheiro que não tínhamos para alugar uma casa: IRS, pagamento de duas ou três rendas...»

Fogão e esquentador não havia. Frigorífico? Avariado. «A cozinha tinha um buraco enorme no teto por onde caía água quando chovia», descreve Maria Helena. A divisão da sede do PPM onde mãe e filhas se acomodaram tinha três prateleiras com livros e uma secretária. Dormiam em cima dos 24 caixotes de cartão onde «arrumaram» as suas vidas no regresso de Londres. A poupar, compraram um sofá-cama. «Havia humidade nas paredes, as baratas de vez em quando apareciam, limpávamos o que podíamos», retratam.

Às vezes, Paulo Estêvão perguntava: «Então, quando é que saem e arranjam casa?» Entravam em pânico, mas foram ficando. «Não havia água quente. Comprei um fogão para aquecer a água para tomarmos banho», conta Maria Helena. «Grande parte do tempo estávamos sozinhas, mas outras pessoas tinham chave, por isso vivíamos sempre na iminência de alguém entrar. Por vezes, cortavam a luz...»

Ao mesmo tempo, Tânia Tomaz trabalhava para o partido. Formalmente era da direção, mas também secretária, mandatária financeira, até empregada de limpeza. O que fosse preciso. A mãe ajudava-a, Gonçalo da Câmara Pereira brincava: «Somos o

único partido que trabalha vinte e quatro horas por dia», dizia. «Sim, até trabalhamos de pijama...», resmungava Maria Helena. «Quando havia reuniões, punha um candelabro grande a tapar a porta do nosso quarto. A minha mãe e a minha irmã iam dar uma volta e eu ficava lá porque era a secretária-geral», lembra Tânia.

«Quando queríamos tomar um banho e dormir como deve ser, alugávamos um quatinho numa residencial, ficávamos lá uma noite. Tomávamos banho, dormíamos quentinhas e no dia seguinte voltávamos...», acrescenta a mãe.

«Quando não havia água íamos às fontes, com garrações de cinco litros», relata Tânia, inclinando-se depois na minha direção. «Ou então vínhamos aqui ao CCB...», sussurra, tapando parte da boca com a palma da mão. «Às casas de banho, antes de isto fechar...»

«Passámos fome. Passámos mal», diz a mãe, emocionada. O PPM não pagava salário. «A paga era deixar-nos viver na sede. A Tânia não ganhava nada. Por vezes, sofria *bullying*, intimidações. O Gonçalo é uma pessoa colérica...»

Maria Helena vivera bem. Com o divórcio, viu-se sem nada e duas filhas a cargo, mas vergonha não é lugar de sobrevivência. «Engoli sapos, mas fomos à Refood. Tínhamos de comer...»

Terças e quintas lá estavam elas, à porta da organização que redireciona sobras para os mais carenciados. «Íamos buscar a sopinha, de Belém até Alcântara a pé, ir e vir.» «Se tivéssemos alternativa, vocês entravam pelas traseiras», diziam as voluntárias, condoídas. «Não temos vergonha», respondia Maria Helena, firme. «Elas diziam que nós éramos de um estatuto mais elevado», completa Tânia. «Fizemos ali muitas amizades. O pobre ajuda o pobre.»

Por vezes, a pretexto de favores pessoais, Paulo Estêvão, do PPM, transferia 20 euros para a conta de Tânia. Uma técnica da Segurança Social esmerou-se. «Arranjou um frigorífico através da Misericórdia e conseguiu que nos dessem as refeições e o passe para os transportes públicos», recorda Maria Helena. «Ia lá todos os dias buscar a marmita. Almoço e jantar.»

O convívio com dirigentes do Chega na coligação Basta (2019) abrirá a Tânia Tomaz as portas do partido de Ventura. «Nunca ninguém do PPM se indignou com a nossa situação. Só o Nuno Afonso, do Chega, mais tarde. Fomos ajudadas por uma pessoa que não nos conhecia», acode a mãe. «Cheguei a pedir dinheiro emprestado para pagar as contas do PPM», interrompe Tânia. «Um dia, disse ao Nuno Afonso que deixara de pagar. Foi depois da coligação. Que cortassem a água e o resto, não quis saber», desabafa.

A experiência com papeladas da Entidade das Contas e outras burocracias do género ajudou à transferência de Tânia para o Chega. «Saímos da sede do PPM no dia 17 de julho de 2020. Arrumámos tudo como se nunca lá tivéssemos estado», revisita nas suas memórias. «A nossa vida ficou outra vez em 24 caixotes», conta Maria Helena.

Tânia demitiu-se e desfilou-se do partido dois dias depois e escreveu as cartas de demissão da mãe e da irmã: ambas integravam o conselho de jurisdição.

Começou a trabalhar no Chega ainda em julho. Foi para o gabinete de Ventura na AR durante três meses. «De manhã estava no parlamento, à tarde na sede, mas só recebia da Assembleia, o Chega não me pagou durante esse período. Fiquei a ganhar 690 euros, com férias e subsídio de Natal em duodécimos», diz, após consultar os papéis. «Adiantaram-me dois meses para sairmos da residencial onde estávamos a viver e alugar uma casa.»

«Muitos generais e poucos soldados»

No Chega, prometeram-lhe gabinete. Acabou numa secretária, à entrada da sede. O próprio Ventura foi o cicerone. Quando chegaram, apontou para a mesa. «Tânia, daqui ninguém passa», ordenou.

Fazia tudo: arquivos, contabilidade, contratos, rendas, dossiês vários sobre financiamento, donativos, contas de campanha, correspondência, tudo em pastas oferecidas pelo secretário-geral Tiago Sousa Dias. Abria a porta, atendia telefones, cuidava do gato, o *António*, que ela acredita dever o nome a outro António, de Oliveira Salazar, tal como Nuno Afonso confirmou, mas Ventura desmentiu. «Fui porteira, administrativa e até menina dos cafés. Ao princípio, também era mulher de limpeza. O que limpei de copos de uísque e vinho...», lamenta. Era, por vezes, «um cenário típico de um final de noite num bar de terceira categoria», descreveu Nuno Afonso.

Durante o seu tempo no Chega, Tânia Tomaz anotou tarefas, comentários, episódios, desabafos, burocracias e outras miudezas em três cadernos escolares, pretos, a letra redonda.

Cadernos de Tânia — De 22 de julho a 28 de dezembro (excertos)

Lavo o WC e o chão da sede. Toda. Luc [Mombito] e eu. Marco reuniões. Trato de cartões de militante. Atendo chamadas. Cristina Moreira Figueiredo [ex-dirigente do Infarmed, membro da Comissão de Avaliação do Medicamento] veio buscar o cartão de militante. Veio cá um senhor polícia por causa do carro do Luís Graça. O polícia deu um beijo no emblema do Chega. Muitos generais e poucos soldados. «Dê o poder ao homem e descobrirá quem ele realmente é» (Maquiavel); «Uma sociedade de carneiros acaba gerando um governo de lobos» (Victor Hugo). Rui Paulo Sousa pediu o cartão bancário da «campanha PR2021» e informei o André Ventura. O próprio disse «Ok. Dá o teu».

Tânia apanha o «comboio» da campanha presidencial em andamento. Em dezembro de 2020, fez-se militante. Integrou as Mulheres Chega a convite de Cristina Vieira. «Redigi os estatutos e deixei tudo dois meses em cima da secretária do André para ele ver se estava tudo bem. Um dia, cheguei lá e vi aquilo no caixote do lixo.» Entidades — CNE, ECFP, TC — era com ela. Burocracias eleitorais, também. «Ficas tu com isso, percebes mais do que nós», disse-lhe Pacheco de Amorim. Ficou.

«Não queria ser outra vez mandatária financeira...», garante. «Você não faça isso, Tânia», aconselharam-na na Entidade das Contas, mas um dia Ventura telefonou-lhe do banco. «Tânia», pediu, «dá-me aí os teus dados». Ela deu. Quando voltou à sede, disse-lhe: «És a mandatária financeira da minha candidatura.» O orçamento, porém, nem passou por ela. «O André e o Rui Paulo Sousa, diretor de campanha, definiram-no juntos...»

Os cartões bancários associados à conta das presidenciais ficaram na mão do líder e de Tânia, mas vários dirigentes entregavam despesas. «Comecei a ver as faturas dos hotéis, 85 euros de bebidas alcoólicas ali, 95 euros de *pizzas* acolá, reservas no Hotel Roma para dirigentes que moravam em Lisboa, comida, garrafas de *gin* e de uísque para a sede, coisas injustificáveis», descreve. «Tínhamos contas a prestar à Entidade, era o meu nome que estava lá, podiam cair-me em cima. Recusei pagar. Só paguei o que achei que estava bem.» A dada altura, o cartão de Tânia passou para a mão de Rui Paulo Sousa. «Entreguei-o ao Regalla para fazer uma compra e nunca mais o vi», afirma, «mas continuei a ter acesso aos extratos e todos os dias sabia por onde andava o cartão». Preocupada, enviou um *email* a Rui Paulo Sousa e outro a Rita Matias. «Por onde é que vocês andam? Qual é o itinerário?», questionava ao ver as despesas. «Era a mim que a Entidade fazia perguntas, eu é que seria responsabilizada», sobressalta-se, ao recordar episódios que, segundo ela, agravaram o seu estado de saúde...

Quando a campanha eleitoral terminou, «o cartão continuou a andar. Despesas de 100, 400 euros...». Ligou para o banco e cancelou-o no próprio dia. «Tânia, vê o que se passa», pediu-lhe Rui Paulo Sousa. «A máquina ficou com o cartão.» Irritada, foi direta ao gabinete de Ventura. «É só para te avisar — eu tratava-o por tu — que cancele o cartão», disse-lhe. «Ótimo, faz o mesmo com o meu», concordou o chefe.

Os problemas sucediam-se e nem sempre estavam relacionados com períodos eleitorais. «Os serviços do parlamento falaram com o gabinete do Ventura por causa do comportamento de vários dirigentes no restaurante da parte nova», conta. «Saíam tarde, bebiam, iam para lá pessoas que não pertenciam ao partido nem ao *staff* e houve queixas.» Na sede, a rebaldaria era maior.

A mãe de Tânia foi então contratada, a 7,5 euros à hora, para assegurar as limpezas. «Propus-me fazê-lo, até para evitar que isso recaísse na Tânia. E o dinheiro fazia-nos falta, claro», reconhece Maria Helena. Viu então o outro lado do Chega com os próprios olhos. «Esperava pessoas, no mínimo, educadas, mas aquilo não era como

pensava», lamenta. «Os ideais e os comportamentos que eles propagam não batem certo com o que faziam lá dentro.»

Não era apenas o estado em que ela encontrava a sede na duas vezes por semana que lá ia — «parecia que um *tsunami* tinha passado por ali» —, mas os copos de vinho bebidos pela manhã, as *minis* por todo o lado, embalagens de *pizza* pelo chão, sinais de madrugadas animadas, o balde onde alguém defecara. «A sede está um nojo», reconheceu o próprio Ventura, por WhatsApp, certa vez. «Ficava possessa!», admite Maria Helena. «Por vezes, a sede parecia uma taberna! Rasca! Enfrascavam-se de uma maneira... Se esta gente governasse o país, eu emigrava!»

E, no entanto, também havia mimos. Rui Paulo Sousa trazia-lhe espargos. Pedro Pinto, amêndoas de Portalegre. Na sede, dirigentes revezavam-se para comprar a areia do gato que Tânia mudava. Tiago Sousa Dias dava raspanetes porque o *António* não tinha comida. O veterinário Pedro Frazão vigiava a saúde do animal e, por vezes, até o levava de fim de semana.

Os cuidados de Ventura com o bichano eram imaculados. «Tânia, as coisas do gato não têm sido bem tratadas. A areia está toda suja. Vê isso por favor [...] Temos de tratar bem o nosso *António*», escrevia por WhatsApp. «Tânia, amanhã podes ir ver o nosso *António* à sede? Dar-lhe ali algum momento livre...», insistia. Por vezes, as mensagens de Ventura caíam no telemóvel de Tânia durante a atividade parlamentar. Ou a meio de outros afazeres políticos.

Há gatos com sorte.

Cadernos de Tânia — De 15 de janeiro a 2 de agosto de 2021 (excertos)

Não temos controlo de temperatura corporal. Não temos máscaras [por causa da pandemia]. Desde 15 de dezembro que não tenho contrato de trabalho. Só recebo o ordenado mínimo, enquanto há pessoas que recebem dois ordenados (AR e partido). O André só fala com o Rui Paulo Sousa em relação à conta de campanha e aos pagamentos [das presidenciais]. Não fala com a mandatária financeira [...] Devem pensar que sou burra ou estúpida. No Chega existe muito machismo, xenofobia e diferenças sociais e grupos... Arrogância e prepotência. [...] Estou a pensar seriamente o meu futuro no Chega [...]. Estou desolada e desiludida. Na sede cada vez existe mais machismo, egoísmo e inveja. E diferença de classes ou de estatuto. Não existe respeito por mim ou pela minha mãe. Estou farta deste partido [...] É só arrogância, prepotência e maldade.

Durante quase dois anos, quem ligava para o «quartel-general» ouvia-a do outro lado da linha. Tânia atendia militantes, simpatizantes, curiosos, ou anotava denúncias, queixas, protestos e até ameaças. «O André tinha medo de tudo, até de ser envenenado», refere. «A dada altura, os seguranças foram com um escadote e um aparelho às salas ver se havia escutas.»

Ela anotava tudo, do mais corriqueiro ao telefonema mais estranho.

Pediram-lhe fotografias autografadas de Ventura. Uma mulher, militar, ligou para falar, em privado, com o líder, «urgente».

Um trabalhador rural de Barrancos queixou-se: «Estão a fazer-me a vida negra por ser do Chega.»

Um militante teve um sonho e ligou a saber se podia contá-lo «ao André».

Um cidadão da Sertã ofereceu-se para candidato pelo Chega no concelho em 2021. Não obtendo resposta, candidatou-se pelo BE.

Um jogador de póquer telefonou a pedir ajuda: detido em Londres, não tinha dinheiro para regressar a Portugal.

Um simpatizante de Setúbal solicitou um advogado ao Chega por causa de um incidente com ciganos.

Uma mulher queixou-se à sede de abuso sexual e violência doméstica.

Tânia anotou nos seus cadernos reprimendas, críticas e reparos. Não era raro sentir-se enxovalhada e marginalizada. Até se desfez em choro numa reunião. Quase não era chamada para almoços ou jantares e, mesmo em situações de campanha eleitoral, mantinham-na à margem. Sentia-se atulhada de tarefas, frustrada e mal paga.

O gesto derradeiro pelo Chega foi o de encabeçar a candidatura à freguesia de Alcântara nas autárquicas de 2021. Na lista, meteu a mãe e a irmã, não teve alternativa. Ficou em último. Fez campanha sem descurar outras tarefas e abandonou o partido a dois dias das eleições. «Soube por uma carta e por terceiras pessoas que decidiste sair», escreveu-lhe Ventura, a 6 de outubro, por SMS. «Gostava que tivesse sido diferente, pois sempre te ajudei no que pude e como pude. A vida é mesmo assim... Já vou aprendendo! Seja como for, desejo-te tudo de bom e muita sorte para ti e para a tua família.»

Quanto à «família» Chega, muito haveria ainda para contar.

«SE ISTO NÃO É O FIM DO MUNDO...»

Grupo *É Hora dos Pais* no Telegram, 19 de setembro de 2022.

«A ideologia de género», escreve Maria Helena Costa, «emporcalha tudo: o Egas e o Becas, de irmãos e melhores amigos — como eu e os meus filhos nos lembramos —, passaram a *gays*. A Whitney Houston, num documentário da Netflix, suicidou-se porque era lésbica e a família nunca aceitou o grande “amor” dela pela amiga de infância. O Príncipe, que deveria beijar a Bela Adormecida para a acordar, deixa-a morta e é levado nos braços do príncipe barbudo. A princesa Elsa (*Frozen*), que havia ficado sozinha no seu castelo de gelo — pasme-se — vai acordar a Bela Adormecida com um beijo porque eram lésbicas. Se isto não é o fim do mundo é, sem dúvida, o prelúdio».

Recuemos. Porto, 27 de dezembro de 2021. Apanho o metro para a Póvoa de Varzim. Em menos de uma hora estou na estação, de onde nem sequer saio. Procuro, no interior, a cafetaria combinada. De cabelo grisalho, rosto sem maquilhagem e roupa convencional, Maria Helena Costa chega pouco depois.

Acertáramos a conversa semanas antes. Para ser entrevistada, exigira uma cópia da gravação. «Sem problema», acedi. «Mas a edição é minha.»

De entre os militantes do Chega, foi das mais cáusticas a criticar-me em vídeos e *posts* no Facebook ao longo de meses. Na visão dela, eu era pago e recebia ordens para deixar o Chega na lama. Quando nos sentámos, não me pareceu que tivesse mudado de opinião. Evangélica — «cristã protestante», precisou —, Maria Helena Costa nasceu em Aveiro, em 1965. Quando conversámos, era vendedora e escritora. Ainda publica os seus livros.

Fundou, com a brasileira Cibelli Almeida, a Associação Família Conservadora. Participou em duas conferências do antigo PNR sobre «ideologia de género» e é convidada, amiúde, a apresentar os seus livros em meios evangélicos.

«A lei portuguesa vai ter que se adaptar à poligamia?», escreveu nas redes sociais a propósito da imigração muçulmana. «A morte saiu à rua num dia assim... Se quem votou a favor voltar a ser eleito, quem os eleger merece ser eutanasiado», publicou no Facebook no dia em que a eutanásia foi despenalizada no parlamento, em fevereiro de 2020.

«Esta Maria Helena Costa começa a ultrapassar os mínimos da sanidade mental exigida em civilização», escreveu Luís Arezes, ex-líder da distrital de Braga do Chega, no Facebook. Na direção, pelos vistos, não pensavam assim: em 2021, Maria Helena colaborou no gabinete de estudos e até Ventura a elogiou num discurso do congresso de Viseu. Nas autárquicas desse ano, integrou a lista pela Póvoa de Varzim, e nas legislativas de 2022 candidatou-se pelo Porto.

Do filho, Miguel Salazar, homossexual, não queria falar. Dava-o «perdido para o socialismo». O extinto *Setenta & Quatro* entrevistou-o semanas antes do meu encontro com a mãe. A CNN fez o mesmo tempos depois.

Os pais de Miguel Salazar censuraram-lhe, desde cedo, «um gesto mais efeminado», «um grito que não era tão másculo» ou o facto de vestir, por brincadeira, a indumentária usada pela mãe no coral da igreja. Em casa, sofreu violência física e psicológica. Submeteu-se durante meses a «terapias de conversão sexual» por pressão do pastor evangélico e medo da reação dos pais. «Tais práticas», lê-se num parecer do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, não têm «suporte ético, deontológico ou científico».

O filho de Maria Helena Costa frequentou a Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Vila do Conde, incluída na «rede» ou «comunhão» internacional de igrejas evangélicas pentecostais. A oferta da «cura gay» a fiéis por parte dessas instituições é prática recorrente. No Brasil, a *influencer* e antiga assessora parlamentar Karol Eller apoiante de Bolsonaro, suicidou-se, aos trinta e seis anos, depois de submetida a um desses «tratamentos» sugeridos pela Igreja. Karol contou ao pastor os abusos sexuais por parte do pai, os anteriores problemas com drogas e o quão era infeliz por reprimir a sexualidade. «Sim, renunciei à prática homossexual, renunciei a vícios e renunciei os desejos da minha carne para viver em Cristo», escreveu, numa última mensagem nas redes sociais.

Miguel Salazar, pelo contrário, libertou-se. Recusou uma existência dupla. Abriu essas «gavetas» ao jornalista Ricardo Cabral Fernandes. Aos dezasseis anos, a frequentar o 11.º ano, conversou, em segredo, com o professor da igreja sobre a sua orientação sexual. Um dia, chegou a casa e já todos sabiam, pastor e mulher incluídos. Nas aulas de kung-fu, o professor estranhou os atrasos. Contou-lhe que fora obrigado a ir a um psicólogo da Assembleia de Deus para «tratar» a homossexualidade.

«Não quero ir mais», disse ao pai. «Mas tu tens um problema e tens de o curar», ouviu. «Não tenho nenhuma doença, por isso não preciso de cura», ripostou. A mãe,

«fula», perguntou-lhe se era pacífico ser homossexual aos olhos de Deus. Abriu a Bíblia e obrigou-o a ler um excerto. «O que está aqui escrito? O que está aqui escrito?», insistiu, enquanto lhe dava estalos com as costas da mão. Depois, puxou-lhe o cabelo. «Foi basicamente chapada, puxa cabelo, chapada, puxa cabelo», recordou Miguel. «Já estava farto de apanhar, comecei a chorar, baixei a cabeça e o meu pai levantou-se, chegou a mão toda para trás e deu-me uma chapada com imensa força na cabeça.»

«O normal é um homem fazer sexo com uma mulher», concedeu, derrotado. A mãe até o autorizou a usar um palavrão: foder. Não voltaram a bater-lhe. Mais tarde, o pai desculpou-se. «Para a minha mãe, aquilo foi por eu ter sido mal-educado. Ainda hoje está convicta que é da minha cabeça», contou.

As ameaças e a violência verbais continuaram: «A homossexualidade é uma doença», «estás no lixo», «estás acorrentado», «estás possesso por espíritos demoníacos», «nem os animais fazem isso», «podias ter esperado que eu morresse», «se Jesus viesse hoje, tu ficavas», «Deus está contra ti».

Salazar amparou-se nas amigadas, em duas professoras. Odiava ficar em casa. E quando a mãe começou a meter-se na política, deixou de comer à mesa. O quarto foi o seu refúgio durante a pandemia. Só saía para ir à cozinha, sozinho. Durante bastante tempo, não teve um sono descansado e não comeu. Ficou frio «a nível de emoções», relatou. «Não consigo chorar há imenso tempo...» As consultas no Centro Gis, instituição de apoio a pessoas LGBTQIA+ vítimas de violência doméstica e/ou de género, onde ia às escondidas, salvaram-no.

Miguel Salazar cresceu nos bancos das igrejas. Mudou três vezes de congregação. «Sempre soube que era *gay*», mas, durante anos, confessa, «tive uma mentalidade homofóbica e, mesmo a nível escolar, quando havia debates, defendia o lado homofóbico da discussão». Nas redes sociais, a mesma coisa. Só repensou tudo ao interagir com pessoas fora do núcleo habitual. «Estava cansado de ter duas vidas diferentes: estar com rapazes e depois estar a falar mal de rapazes que estão com rapazes. Vivía uma vida dupla. Era inteiramente capaz de ter um momento íntimo com um rapaz e, no dia a seguir, falar mal da homossexualidade. E estava de alguma forma confortável com isso», admitiu.

Pressionado pelo ambiente familiar, reprimido, ainda tentou uma «cura»: ver filmes pornográficos heterossexuais. Não sentiu nada.

Mesmo tendo, até dada altura, um discurso homofóbico, sofreu *bullying* durante três anos pelo mesmo motivo. «Para tentar fugir dessa imagem, fingi que gostava de uma rapariga da minha turma.» Não resultou, claro. Mesmo assim, nunca ponderou resignar à opção religiosa. «Ainda me considero evangélico», mas reformulou ideias. «O que me fez mesmo sair da igreja», contou, «foi quando num culto começaram a falar sobre transexualidade e o pastor disse mentiras e passou notícias falsas. Disse que em Nova Iorque tinham aprovado 31 géneros, o que é mentira. Foi literalmente buscar isto a um *site* de notícias falsas. Estava a dizer isto para pessoas maioritariamente idosas

sem acesso a informação». A «leviandade e impunidade» daquela atitude transtornaram-no. «Saí a meio do culto, mesmo sendo porteiro na igreja. Fui-me embora.»

Miguel Salazar fez das questões de género e do tema da orientação sexual a base para o seu envolvimento na política. Queria mudar mentalidades. E se a sua história servisse de exemplo, tanto melhor. Entrou para a Juventude Socialista. «Pronto, já temos esquerda na família...», resignou-se a mãe. Miguel deixou, na prática, de se relacionar com ela. «Não vai mudar, é essa a luta dela, e se o facto de eu ser homossexual não a faz mudar — não digo mudar de ideias totalmente — e deixar de combater os homossexuais, então não tenho nada para dizer. Só tenho de cortar relações, ela apenas está a ajudar pessoas que querem fazer mal a pessoas como eu», afirmou, resolutivo. Licenciou-se em assessoria e tradução, arrendou um quarto, foi viver sozinho e escreveu uma carta a dissociar-se da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Vila do Conde.

Maria Helena Costa: um dicionário

Estamos sentados na cafetaria da estação de metro da Póvoa de Varzim.

O gravador ainda não foi ligado. Maria Helena Costa, já se disse, não quer falar do filho, mas clarifica: se alguma vez lhe bateu, não foi por ser homossexual, mas por ser teimoso e desobediente. Diz nunca o ter obrigado a fazer terapias de conversão. A família, garante, apenas pretendeu apoiá-lo tendo em conta o *bullying* que sofrera. Ela responsabiliza o socialismo e «as pessoas LGBT» com quem ele se relaciona pelo desenlace entre mãe e filho e pelas suas vivências em «pecado». Acusa o filho de mentir por razões ideológicas.

Mãe de mais dois filhos, tem vários livros publicados. Li três: *Identidade de género* (2019), *#éhoradospais* (2020) e *Feminismo tóxico* (2022). A partir da leitura das suas obras, é possível extrair um dicionário breve, por tópicos, do pensamento desta evangélica.

BENEFÍCIOS: «Uma mulher que deseje ficar em casa a cuidar do lar, do marido e dos filhos deve ter benefícios do Estado [...].»

CRECHES: «Anos de doutrinação feminista convenceram as mulheres de que ser esposa, mãe e dona de casa é um desperdício. Apesar dos inúmeros estudos que provam que as crianças sofrem ao serem atiradas para as creches e que mais de oito horas por semana de pré-escola são prejudiciais, os pais continuam a gastar fortunas nas creches e nos infantários [...].»

DEPRAVADAS: «Quando as mulheres decidiram imitar homens depravados, abraçando a promiscuidade e a irresponsabilidade sexual, o desapego e a irresponsabilidade em relação aos filhos, o resultado só poderia redundar no genocídio dos inocentes. Libertinagem sexual e aborto são duas faces da mesma moeda.»

FEMINISMO: «O movimento que afirma querer defender “direitos civis” fica ao lado da amante e contra a esposa. Fica ao lado de uma mulher contra outra mulher. Então, quais são as mulheres que o feminismo defende? — As devassas [...] O feminismo é uma patologia grave, onde abundam pedófilos e toda a espécie de adultos dementes e depravados.»

DIVÓRCIO: «O divórcio, ao contrário da narrativa feminista, não emancipou a mulher do homem. O divórcio só a tornou disponível para outros homens.»

ENSINO: «Crianças podem ser ensinadas a ser *gays*, lésbicas, hétero, trans, etc., e é isso que está a ser feito nas escolas.»

HOMENS: «Por favor, homens, não nos deixem sozinhas com as mulheres [...] Não permitam que nos esqueçamos de que, ao longo dos séculos, foram vocês que nos deram “borboletas na barriga”, amor, sexo e filhos, que, com o suor do vosso rosto, supriram todas as nossas necessidades, nos protegeram e tantas vezes deram a vossa vida por nós.»

PAIS: «Especialistas em desenvolvimento infantil também alertam para o perigo de os pais atraírem pedófilos ao vestirem as suas filhas como se fossem mulheres sensuais.»

SEXUALIDADE: «Se noutros tempos o sucesso social de uma mulher era definido por quanto tempo ela era capaz de inspirar um rapaz a procurá-la, cortejá-la e fazer coisas por ela, agora, elas competem pela atenção deles com base no que estão dispostas a fazer em termos sexuais e noutros aspetos.»

TEST DRIVE: «A libertinagem sexual não trouxe a felicidade e a liberdade prometidas. As mulheres, que passaram a deixar os homens fazer um *test drive* antes de casarem, não conseguem um casamento duradouro.»

Liguei então o gravador para entrevistar Maria Helena Costa.

A sua família era religiosa?

Os meus pais eram católicos romanos não praticantes, como a maioria, infelizmente. Não faziam aquilo que pregavam. O meu pai era ajudante de camionista. Ganhava o suficiente para a minha mãe tomar conta de mim e ainda pagava a renda de uma casa espetacular. Os meus pais são adotivos.

Reconstituiu a história dos seus pais «verdadeiros»?

Nunca me interessou. Se não quiseram, porque hei de ir atrás deles? Uma colega desviou-me para a Assembleia de Deus. O meu pai deu-me uma sova quando descobriu, mas retomei contacto com a fé cristã evangélica, aos dezanove anos, num momento difícil, já com dois filhos. Vivi no Recife (Brasil) até aos vinte e três. Casei com um futebolista brasileiro, que jogou no Covilhã e noutros clubes, Cláudio Paula. Amigo das loiras e de beber. Sofri violência doméstica e, já no Brasil, era sair ou morrer. Conheci-o com catorze anos e saí de um casamento de oito. Tive a minha filha Luciana a um mês de fazer dezasseis.

Como lidou com tudo isso?

Queríamos filhos. Não é normal, mas em certas zonas do país as mulheres eram mães cedo. O problema não foi a gravidez, foi chegar ao hospital e não perceber nada. Durante a primeira gravidez já houve violência doméstica. Ele tinha mais dezasseis anos, hoje seria pedofilia... (silêncio). Aos dezanove anos, tive o meu filho Cláudio. E agora você diz: «Então, se havia episódios...?» Mas achamos sempre que as coisas vão mudar, depois há o perdão e aquelas coisas todas. Não tinha o apoio dos meus pais.

Teve namorados?

Um namoradito de escola, até apanhei uma reguada porque lhe dei um malho com força. Era muito boa aluna a Português e História. Queria ser professora. No fim do 2.º ano do ciclo, a minha mãe disse que não ia matricular-me porque ia casar-me com o meu tio... Acabei por sair de casa mais cedo.

Mas falou com alguém, amigos, sobre a violência? Ou não se falava?

Não se falava, era um não assunto fora do ambiente familiar. Antes de irmos para o Brasil, voltei à Assembleia de Deus, com o meu marido da altura, que deixou de beber, fumar e de me bater. Fui para o Brasil porque ele dizia que tudo o que tinha feito era por estar longe da família. Dizia que bebia por causa

disso. Já no Brasil, tentei separar-me depois de o meu filho nascer, mas o medo venceu.

Quais eram os seus interesses nessa altura?

Ler, ler, ler. Li o *Mila 18* e o *Exodus*, do Leon Uris. Tudo sobre a Segunda Guerra Mundial, sou apaixonada pelo tema, pelo povo judeu. Obras portuguesas, muito pouco. Ia buscar os livros à biblioteca, não comprava. Gosto de *gospel*, música cristã, foi uma coisa que ficou do meu regresso à igreja.

Quando voltou a Portugal, como foi?

Fugi com os meus filhos para casa dos meus pais. A minha mãe estava acamada, o meu pai cuidou dela até à morte. Trabalhei numa loja de cristais e noutra de confeções. Fui adjunta da secção têxtil de um hipermercado. Deixei de ter vida. Como era separada e vivia com os meus pais, fazia noites. Estive muito ausente da educação dos meus filhos e não me perdoo. Acabaram por ficar muito sozinhos, mas são ótimos cidadãos, pela graça de Deus. Eduquei-os com princípios e valores. Dei o livro da Christiane F [*Os Filhos da Droga*] ao Cláudio, aos treze anos. Disse-lhe: «Meu filho, não tenho muito tempo para estar contigo, mas quero que leias este livro.» Marcou-o para toda vida.

Como foi a sua conversão religiosa?

Separei-me e fui falar com o pastor da minha igreja. Já não aguentava mais, mas ele disse que, se deixasse o meu marido, seria excluída. Saí. Andei anos sem ir, até ficar novamente grávida, desta vez do meu filho Miguel. Estava num casamento em risco de vida e isso não agradava a Deus, de certeza. Na igreja tinham outro entendimento, mas nunca me revoltei com Deus. Comigo, algumas vezes. Tentei desistir da vida...

O que a separa da Igreja Católica?

Aquilo que nós, protestantes, consideramos idolatria. Não acredito em Fátima, promessas, muita coisa do paganismo, miscelâneas, confissões. O Deus da Bíblia não pede dinheiro. Se quiser, dou, mas se não dermos de coração e com o propósito correto, mais vale estarmos quietos. As neopentecostais são para sacar dinheiro ao povo. Comecei a ler sobre a Reforma Protestante, até aí pensava que o Lutero era um monge bêbedo que casara com uma freira...

Como foi a sua trajetória política?

Os meus pais eram do PSD, mas eu achava que a política não era para crentes. Um dia vi na Internet um relato da igreja da Damares Alves [ministra

da Mulher do governo Bolsonaro, pastora evangélica fundamentalista], bem antes de ela ir para o cargo, sobre os conteúdos de educação sexual que mostravam em sala de aula. Fiquei chocada! Uma criança com seis anos não tem de saber as posições sexuais, nem todos os tipos de sexo. Eram conteúdos explícitos. Chamei a minha filha, que nunca quis nada com a igreja, ao contrário do Cláudio, que é cristão praticante, e ela disse: «Desliga isso. São teorias da conspiração.» Não vi até ao fim, mas pensei: isto nunca acontecerá em Portugal. Para mim, a escola era um lugar seguro, nunca imaginei que professores fossem confrontar crianças com a primeira masturbação, mas depois percebi que acontecia em Espanha, Inglaterra, França e nos países nórdicos e estava a ser introduzido através da política. Comecei a estudar, a pesquisar, a ler livros. Fui das primeiras a escrever sobre isso em Portugal. Choveram comentários: diziam que era tudo *fake news*, mas eu lia o *The Times*. Não leio bem inglês, mas peço ajuda quando não sei...

Dameres Alves, ela própria vítima de abusos sexuais em criança, é famosa pelas mentiras e desinformação que propaga. Os conteúdos referidos por Maria Helena nunca foram distribuídos às crianças brasileiras pela escola pública. Quando ocupou o cargo de ministra de Bolsonaro, Dameres difundiu a tese de que crianças do arquipélago do Marajó eram traficadas para exploração sexual. Disse que lhes arrancavam os dentes para não morderem durante o sexo oral e comiam uma pasta para deixar o intestino livre para o sexo anal. Nenhuma história é verdadeira, como provaram a imprensa de referência, diversas instituições públicas e ONG.

Quando Maria Helena cita o *The Times*, não é ao prestigiado diário britânico que se refere, mas sim ao *The Epoch Times*, publicação norte-americana de extrema-direita, cujos títulos e notícias cita nas conferências. O jornal digital tem estreitas ligações à Falun Gong (também chamada Falun Dafa), multinacional «espiritual» e «filosófica» ultraconservadora liderada por dissidentes chineses. É editado em 33 países e 22 idiomas, incluindo o português. Segundo a NBC, gastou 1,5 milhões de dólares em 11 mil anúncios de apoio à primeira candidatura de Trump à Casa Branca. Promove o extremismo religioso, de direita, e a desinformação.

Alguma vez votou?

Votei no Marcelo, quando era líder do PSD, não me perdoo. E, se não me engano, no Paulo Portas, antes de se coligar com o Passos Coelho. Só conhecia os partidos do parlamento, nem sabia que havia outros. Não entendia nadinha. Nessa altura, já dava conferências a nível nacional, uma por semana, no mínimo. O antigo PNR desafiou-me para uma palestra sobre ideologia de género. Nem sabia quem era o líder. Depois, o José Pinto Coelho convidou-me a encabeçar a lista às europeias de 2019, como independente, mas não aceitei. O meu filho Miguel já dizia que eu era de extrema-direita, mas, nas palestras, eu alertava que não tinha ligação ao partido. Depois conheci o João Martins, um rapaz careca, tatuado e musculado, e decidi que não fazia mais. Fez comentários sobre Deus e Hitler a propósito de um vídeo que passei e eu gelei. Os meus filhos são mulatos, a minha neta é a mulata mais linda do mundo, embora tenha outra mais escurinha ainda. Para mim era inconciliável, jamais.

Lançou o seu livro *#éhoradospais* na editora Contra-Corrente, onde está o João Martins. Não é contraditório?

Gosto muito do [editor] Rui [Amiguinho]. Não vivo dos livros, ganho para publicar o próximo. Falei com o Riccardo Marchi para prefaciá-lo, mas foi quando publicou o dele sobre o Chega. E disse-me: «Está tudo a cair-me em cima. Agora até acho que sou tóxico, por isso nem convém que seja eu.» Liguei ao João Maurício Brás [autor, doutorado em Filosofia], temos ideias muito próximas, e ele fez. A Contra-Corrente apareceu e o Manuel Matias até me disse: «Ouvi que vais editar numa editora de extrema-direita.» Cansada de rótulos estou eu, mas como dizem que sou de extrema-direita, que se lixe.

Olhou para o catálogo? É uma editora com um objetivo ideológico definido. Hitler, Goebbels, Mussolini, está lá tudo...

Nunca li nenhum, não sei qual é o ponto de vista deles. Sei que é muito difícil abordar certos temas, escrever e publicar. Eles são muito cuidadosos e não estão nisto pelo dinheiro. Por isso, editei com eles e vou editar o próximo, *O feminismo tóxico* [entretanto publicado]. Os meus leitores são cristãos, famílias e muitos miúdos, por incrível que pareça. Muitos miúdos.

Quando ouviu falar de André Ventura?

Na polémica de Loures, dos ciganos. Concordei. Tive problemas com ciganos num negócio com o meu marido, na Póvoa, e abandonámos tudo, mas tenho um amigo casado com uma cigana e eles são nossos irmãos em Cristo, ela é espetacular! Outros não são. Tive um restaurante numa zona onde viviam ciganos e eles estavam habituados a não pagar, mas comigo não. Um dia, ao almoço, com o restaurante cheio, entraram com dois *Rottweiler*. Andaram pelas

mesas, se caísse uma agulha ouvia-se. Assobiaram aos cães e saíram. As coisas não podem funcionar assim. Defendo deveres e direitos iguais.

Entretanto, conheci o Manuel Matias, falou-me do PPV. Fiz-me militante. Ele é católico romano praticante, mas temos valores comuns. Não estou no Chega pelo Ventura, mas por ver ali defendido aquilo em que acredito. Sou patriota. No início, ouvi falar de ligações do Chega à extrema-direita, mas os rótulos são pedras que nos atiram para nos calarem. Levei muita gente para o Chega.

O que considerou essencial para estar no partido?

As bases de uma sociedade saudável. Posso concordar ou não com algumas coisas, mas tem os pilares. Conheci o André num jantar, em Braga, enchemos a sala. Depois chocou-me quando vi que havia muito dinheiro, não sabia, mas não podia estar em partidos defensores do aborto, da eutanásia, por questões de consciência. Estou a marimbar-me para o Estado Social. Devíamos ser nós, cidadãos, a cuidar dos que não têm nada. Esse é o ideal de uma sociedade.

O Estado ideal é um Estado mínimo?

Mínimo, sim. Segurança, defesa e cuidar dos mais frágeis, idosos e pessoas com deficiência. O regime potencia o coitadinho e quem não quer trabalhar. Há pessoas a fazerem-se de pobres para se sustentarem à custa do Estado. Amanhã, os filhos e os netos pagarão a fatura. O que defendo — e discuti isso com o André e com o Mithá Ribeiro, que admiro — é que a ideologia não pode toldar o pensamento a quem nos governa.

Ventura elogiou-a no congresso de Viseu: deu a mão à palmatória porque não tinha dado a importância devida à «ideologia de género».

No primeiro tempo de antena do Chega, eu fiz a primeira parte, com a introdução da ideologia de género, e ele a segunda. Quando falei no congresso, ele não estava. Depois soube e mencionou-me. E eu disse: «Graças a Deus, ouviu.» Não sou fiel a partidos e, para mim, o André não é o Messias.

Mas ele invoca Deus para dizer que foi escolhido...

Deus levanta, institui e destitui reis. Escolhe-os para julgar o povo ou para livrá-lo da tirania. Deus não muda. Acredito que o André Ventura e o António Costa [primeiro-ministro socialista à época] estão nos lugares que estão porque Deus, de alguma forma, entendeu assim. Nós votamos, mas acredito num Deus

soberano, que não perde o controlo de nada. Então, se o André diz «Deus colocou-me aqui», acredito.

Disse que não quer entrar em questões familiares, mas já falou de algumas. Diz que perdeu um filho para o socialismo. Quer falar desse processo?

Ele tem vinte e dois anos, foi educado com os nossos princípios, como os outros, e está a fazer o seu caminho. Perdi-o para o socialismo porque, a partir do momento em que entrou para a política, mudou da água para o vinho, mas não falo sobre isso. Como mãe dele, o meu dever é protegê-lo, ainda que não me proteja a mim e a ele. É alguém com quem prestarei contas um dia. Não é verdade [o que ele disse], mas pronto.

Cada um tem a sua versão. Ele anunciou à família que ia para o PS?

Pronto, falo dele este bocadinho. O meu filho foi criado e cresceu na igreja. Quis saber como era a IURD, os mórmones e as Testemunhas de Jeová e foi ver. Sempre lhe disse: «Questiona, investiga, pesquisa.» É evidente que ensinei a palavra de Deus e ele contraria a palavra de Deus, mas, se um dia, maior e vacinado, decidiu ir por ali, vou fazer o quê? Deixar de lhe falar, maltratá-lo? De forma alguma. Na política, a mesma coisa. Os filhos não são uma extensão de nós. Antes da viragem dele, o Miguel queria a mãe para tudo, mas filho de cristão não é cristãozinho. Fazemos escolhas, certas ou erradas, ao longo da vida. Levei-o à escola dominical, à igreja, mas é responsável pelos seus atos. Um dia estará perante Deus e prestará contas.

Quando percebi que estava a derivar, disse-lhe: «Cá em casa, ninguém é de esquerda, mas vai a reuniões do PS, PSD ou do CDS, a todos, participar, ler os programas, e assim logo vês com qual te identificas.» Quando escolheu a JS, disse-lhe: «Arranja quem te pague as quotas, vai lá para o socialismo.» Fui várias vezes com ele a sessões do PS, mas a pior foi com o Francisco Louçã. É preciso engolir um sapo maior do que eu para ouvir o Louçã falar de dívida pública, mas fui com ele e os amigos da jota. O Louçã disse algo muito visceral sobre a direita odiar pessoas de esquerda. O meu filho perguntou: «Não vais falar?» Já estava no Chega, senti-me provocada e disse-lhe: «Sabe? O meu filho é de esquerda, eu sou de direita e estou aqui tranquila.» Não odeio pessoas, odeio ideias. Se não separarmos isso, corremos riscos muito grandes.

Porque diz que o feminismo é tóxico?

Por ser ideológico. Visa destruir a família, o cristianismo e angariar militantes. A mulher mais frágil é a que não tem um lar confortável, família, e está sozinha com a sua ideologia. É um feminismo pouco preocupado com a

mulher. As melhores coisas que aconteceram à mulher foram-lhe dadas pelo capitalismo: as máquinas de lavar roupa e louça, aquilo que temos à mão para nos ajudar. Tenho a sorte de viver num contexto cristão em que os homens ajudam as mulheres, mas basta serem cristãs e de direita para serem ostracizadas pelo movimento feminista. Algumas estão sozinhas, querem passar mais tempo com os filhos, mas moram a não sei quantos quilómetros do trabalho, têm de deixá-los cedo, apanhá-los tarde, não conseguem, não têm ajuda. Quantas feministas pensam nas mulheres que têm um, dois, três, quatro filhos, que moram nos subúrbios? A que horas têm de sair de casa, a que horas voltam? As feministas preocupam-se com isso? Mas sou pela igualdade, ambos devem ter os mesmos direitos, deveres e oportunidades. Não abduco disso. As mulheres podem estar na política, se quiserem, mas não à custa de quotas.

Não considera o papel das mulheres subalternizado, minorizado?

Por alguns homens, não por todos. Os homens lutaram para as mulheres votarem também. Há homens e homens. Há mulheres e mulheres. Não acredito na narrativa da vítima. Alimentar a vitimização leva as pessoas a fecharem-se em si mesmas, ficam pequeninas, amordaçadas. Se optasse por me vitimizar não estávamos aqui a conversar.

No seu caso particular, e a partir da história de violência que contou, não sentiu falta de um apoio legal e institucional que hoje existe?

As mulheres não são ajudadas, mas sim instrumentalizadas. Acabar com a violência doméstica — e passei por ela — é endurecer a lei e aplicá-la. Se um homem dá uma «carga de lenha» na mulher e ela só não morre por milagre, não pode ficar com pulseira eletrónica e proibição de se aproximar. Quem bate constantemente não deixará de fazê-lo por causa de uma ordem judicial.

Discorda de um programa de educação sexual nas escolas?

Direcionado para o que é científico, nada contra, mas já temos um problema quando tentam convencer-nos de que a orientação sexual nasce com a pessoa e só a heterossexualidade é imposta. A filha de uma prima chegou da escola a dizer que era pansexual. A mãe ficou aflita, sabia lá o que isso era! Quando lhe explicou, a miúda disse que, afinal, não era nada. Nos recreios, os miúdos dizem que são bissexuais ou pansexuais. Isso está por todo o lado: nas séries, nos programas de televisão, na Internet. Caminhamos para uma sociedade sem valores. Vai parecer teoria da conspiração, mas, não tarda, a pedofilia será despenalizada. À luz do que vemos, não há motivos para continuar ilegal. Será mais uma orientação sexual.

E sobre os casos de abusos sexuais na Igreja Católica, o que diz?

Sempre defendi a denúncia, só lamento que não se faça o mesmo noutras áreas. No catolicismo, há um manto protetor. O padre é intermediário entre Deus e o Homem e isso dá-lhe um *status* aos olhos das pessoas que quase as inibe de lhe encontrar mácula. E isso é um domínio espiritual muito forte.

Que um pastor evangélico não tem...?

Em igrejas neopentecostais poderá ter, nas reformadas de maneira alguma. Há uns anos, o pastor brasileiro Paulo Brasil veio a uma conferência de mulheres que organizámos. E perguntei: «E quando o marido bate na mulher?» E ele respondeu: «Irmã, isso não é caso de igreja, é caso de polícia.»

Como é que as várias tendências religiosas convivem no Chega?

Supondo que o Deus é o mesmo, a fé não é. Se não formos inteligentes para deixar de lado as visões religiosas ou de fé que nos dividem, implodimos. É-me indiferente que esteja lá gente do Opus Dei. Se estiverem pelos mesmos valores, bem-vindos. Se for por lugares, haverá guerras. Suponhamos que o Manuel Matias acredita em Fátima: eu não, mas ambos defendemos a família, a vida, somos contra a ideologia de género. Então, agarremos isso.

Reconhece-se no lema «Deus, Pátria, Família, Trabalho» do Chega?

Às vezes, brinca-se muito com as palavras, mas Deus, sim, acima de tudo e de todos. Pátria, sim, porque temos de cuidar dela, e com fronteiras. As portas abertas nunca resultaram ao longo da História. Tem de haver controlo.

Não a desconforta a carga que o *slogan* tem?

Não, porque creio que Salazar não envelheceu. Ainda não li muito sobre ele, mas usou todas as palavras que reconheço como valores: Deus, Pátria e Família. E Trabalho, claro. Não tenho opinião formada sobre o salazarismo, mas sei que o meu pai era ajudante de camionista, pagava a renda da casa e sustentava a família. Hoje, nenhum ajudante de camionista consegue fazê-lo... Havia pessoas a viver muito mal? Hoje também há. Para mim, a liberdade de expressão é que não pode ser violada.

O Chega defende um país governado como um lar. Salazar dizia que a função do chefe de Estado é igual à de uma dona de casa. As analogias não acabam.

Não necessariamente, mas o André precisa de chamar a atenção para o Chega, precisa de ir buscar tempo que a comunicação social dá a outros. A

linguagem não nos pode escravizar. Jamais defenderia o que o Hitler fez, mas ele terá dito coisas com as quais concordamos. E o Salazar a mesma coisa.

Como se informa? Compra jornais ou pesquisa tudo na Internet?

A informação está praticamente toda na Internet, mas não prescindo dos jornais de referência e de fontes lá fora. Gosto muito do *Brasil Paralelo* [plataforma da extrema-direita brasileira] e do espanhol César Vidal. Tem obra escrita, é pró-Trump, credível. Leio [os autores conservadores argentinos] Agustín Laje e Nicolás Márquez, que escreveram *El Libro Negro de la Nueva Izquierda*. Jornais de esquerda, evito. Do Brasil, então, é uma desgraça, mas leio *A Gazeta* e outros jornais cristãos, o *Herald* e o *The [Epoch] Times*.

Em janeiro de 2023 reencontrei Maria Helena Costa na conferência do movimento de extrema-direita Habeas Corpus, em Vila Praia de Âncora, onde foi oradora e falou das suas «bandeiras» habituais. «Porque é que o governo está tão interessado em sexualizar as nossas crianças?», questionou, apelando à luta contra as — inexistentes — casas de banho mistas nas escolas. «É uma ideia conveniente para os pedófilos», ouviu-se na assistência. Ela concordou.

O Agrupamento de Escolas Frei João, em Vila do Conde, bem perto da zona onde Maria Helena Costa reside, foi dos primeiros a aplicar medidas de autodeterminação de género. Não houve problemas, assegurou Paula Lobo, a professora na origem desta intenção de fazer da escola um espaço seguro e acolhedor. As placas das zonas sanitárias dizem WC Comum. «Agora é para todos, independentemente do género, se é aluno, professor, não docente ou até se vem de fora. São casas de banho individuais que só podem ser utilizadas por uma pessoa de cada vez. Foi fácil, não levantou quaisquer problemas e, também por isso, não percebo os discursos de ódio e de medo quanto às mudanças aprovadas no parlamento», referiu à Lusa.

Em 2023, Maria Helena Costa lançou um livro, prefaciado por Paulo Otero, professor catedrático de Direito, com as suas crónicas no *Observador*. Em janeiro de 2024, voltei a vê-la no congresso do Chega, em Viana do Castelo.

Apoiou o partido e votou nele nas eleições legislativas de 10 de março desse ano e de 18 de maio de 2025. Nesse ano, ainda era colunista do *Observador*. Os nossos reencontros, porém, não ficariam por aqui.

A aliança luso-brasileira

Janeiro de 2022 foi intenso. Passei parte do tempo em Lisboa, correndo para entrevistas, enquanto seguia a campanha das legislativas desse mês, mas havia algo que não podia perder: o primeiro congresso conservador organizado pela revista brasileira

DireitaBR em Portugal, publicação que agregava várias sensibilidades e lóbis da rede bolsonarista.

O encontro foi marcado para o «dia de reflexão», véspera das eleições, a 30. À partida, havia um problema: a lei eleitoral veda o apelo direto ao voto no dia de reflexão, bem como iniciativas de cariz político que possam influenciá-lo. Liguei para uma fonte da Comissão Nacional de Eleições. O radar do organismo fiscalizador do processo eleitoral não detetara a iniciativa. Melhor assim, pensei.

Inscribi-me nas sessões a 14 de janeiro, via *online*: 30 euros com direito a almoço e a certificado de participação. Dia 29, bem cedo, apanhei um táxi de Lisboa para o Seminário Torre d’Aguilha, em São Domingos de Rana (Cascais). A quinta tem centenas de anos, mas o imponente palacete, adquirido na década de 1950 do século passado, é propriedade dos Missionários do Espírito Santo, os Espiritanos, comunidade religiosa católica. Além de ter sido transformado em hotel, é também retiro e local de conferências.

À chegada, encontrei Manuel Ferreira dos Anjos ao cimo da escadaria de pedra. Fumava um cigarro. Saíra do Chega poucos meses antes e preparava a fundação de um novo partido. «Amanhã vou votar no “Chicão”, pelo menos teve a virtude de correr com o lóbi *gay*», revelou-me, entre baforadas, tratando Francisco Rodrigues dos Santos, então líder dos democratas-cristãos, pela alcunha por que era conhecido.

Quando entrei, alguém pedia ajuda para carregar caixotes de livros de Maria Helena Costa. A amiga e evangélica Cibelli Almeida, militante do Chega de Braga, veio na minha direção. «Por aqui?», sorriu. Balbuciei qualquer coisa sobre a minha curiosidade, já que estava por esses dias em Lisboa.

No auditório, às primeiras sessões da manhã, havia pouco mais de 30 pessoas. Jovens, poucos. Além dos livros de Maria Helena, vendiam-se exemplares de *(Muda) o meu nome*, de Andrea Ramos, no qual se conta a história de uma adolescente, com o Jardim do Éden pintado no quarto, que recusa mudar de género para não desvirtuar o que Deus criou.

Havia militantes do Chega na sala, conhecia-os dos congressos e outros eventos. Pacheco de Amorim e Mithá Ribeiro também tinham sido convidados e deram respaldo à iniciativa, mas, prudentes, decidiram não comparecer em iniciativas políticas na véspera das eleições.

A brasileira Jácia de São Pedro, consultora imobiliária na Remax, pastora e fundadora da Igreja Evangélica Desperta Nações, cuja página do Facebook não é atualizada desde 2022, era uma das anfitriãs. O outro era Marcelo Rabêllo, gestor de tecnologia informática e transformação digital, também brasileiro, porta-voz do denominado Movimento Portugal com Bolsonaro. Meses antes, fizera campanha pelo Chega nas autárquicas, ao qual confiara o seu voto. «A gente espera muito apoio deles para poder barrar muita *pauta* socialista.»

Neto de portugueses, aluno de Olavo de Carvalho, Rabêllo pediu um minuto de silêncio pelo «professor» falecido dias antes em Richmond (EUA), onde vivia há mais

de uma década. «Eu não sabia que doía tanto...», disse, comovido. Jácia chorava. Olavo, guru intelectual do bolsonarismo, tinha covid-19, mas criticara as medidas de combate ao vírus SARS-CoV-2 e condenou a vacinação.

Toda a gente se levantou, cerrou os olhos e orou. Levantei-me também, calado. Já era suficientemente estranho ser dos poucos na sala com máscara em plena pandemia.

«O Olavo mostrou que era possível nos unirmos», disse Rabêllo. «A gente tem de ocupar os espaços que a esquerda nos tirou. Com decência, mas com força», incentivou, de microfone na mão. Coordenador da revista *DireitaBR* na Europa, Rabêllo relevou o lema Deus, Pátria, Família, Liberdade, adotado por Jair Bolsonaro, e deu início ao «congresso».

José Carlos Bernardi foi o primeiro animador de serviço. Pastor evangélico, ex-comentador da Rádio Joven Pan, fora demitido da estação e de um cargo público depois de uma declaração antissemita num debate. «Se a gente matar um monte de judeus e se apropriar do poder econômico dos judeus, o Brasil enriquece. Foi o que aconteceu com a Alemanha no pós-guerra», defendeu.

Na sessão em Cascais, explicou-se: tinha sangue judeu — «pouco, mas tenho» — e fora mal interpretado. Os treze minutos estão disponíveis no YouTube. E, para azar de Bernardi, não há nada descontextualizado.

O ex-militante de um partido ultranacionalista e, desde 2024, líder do Conservador, nova formação política de extrema-direita, apoiava a ditadura militar, mas já foi outro tipo de inconformado: drogado, abortista e comunista. Ouvia as rádios Moscovo, Pequim e Havana. Não bebia *Coca-Cola* nem comia *McDonald's*. Mais tarde, trocou o catolicismo pela corrente evangélica que sufragou a «missão divina» de Bolsonaro.

A viver em Portugal à época, o advogado brasileiro Will Rauber sugeria paciência para discutir com um comunista. «É uma oportunidade para salvar uma alma do purgatório», justificou, provocando sorrisos cúmplices. Na sua versão *Star Wars*, a esquerda era o Império. «Não quero ninguém botando porcaria na cabeça do meu filho. O meu filho é que saberá se vai virar periquito, pessoa ou homem-aranha.»

Memórias de António Ferro

Ao final da manhã, fui ao bar tomar um café.

Fazia frio na sala, o ambiente não ajudava e António Ferro, ao meu lado no balcão, sentira o mesmo. Apresentámo-nos.

Suíças salientes, bonacheirão, anéis robustos nos dedos, de delicadeza extrema, Ferro, alentejano de Vila de Frades (Vidigueira), vivia perto, em Carcavelos. Esteve no congresso fundacional do Chega, em Algés, mas abandonara recentemente a militância, onde fora o filiado 53.

Corretor de negócios, dali a uns meses rumaria ao Oriente. Apareceu no seminário em busca de ação e contactos para os combates da direita. «Nada aprendi», dir-me-ia. Saiu desconfiado do ativismo de alguns cidadãos de dupla nacionalidade e censurou a mistura de religião com trabalho político.

Os seus contactos no Chega, como verificaria depois, eram vastos. E, em alguns casos, de topo. Dava-se também a circunstância de estar bem informado.

António Ferro soube, para seu desgosto, que o partido ADN se teria disponibilizado, através do seu presidente, para ser barriga de aluguer do Chega caso este fosse ilegalizado. Bruno Fialho também se teria «oferecido» para candidato ao Parlamento Europeu, mas Ventura não aprovou.

Já não me lembro como fomos parar aos ciganos, mas fomos. «O discurso de ódio sobre a etnia é oportunista, disse-o ao André Ventura», revelou. «Na generalidade, os ciganos têm vidas miseráveis, não são problema.» No Alentejo, contou, «o Chega colou-se à má língua das tabernas ou cafés e limitou-se a dar ressonância a ódios e invejas». Ou seja: a força eleitoral não resultou de trabalho político, mas, acreditava ele, dos efeitos «do pantanal do centrão onde se movem o PSD e o CDS, que perderam a direita conservadora tradicional, ou mesmo liberal — não confundir com extremista urbana —, e deixaram de ser forças consistentes contra o PCP».

Ferro arriscava outra explicação: os votos no Chega viriam da falta de clareza, da indefinição e cansaço de promessas com pouco prazo de validade na região. «Os micro e médios empresários, os reformados, a pedido dos filhos ou dos netos desempregados ou subempregados, votaram numa ideia de mudança e na esperança de algo novo.» Os ciganos foram o isco.

António Ferro não tinha apenas uma opinião, tinha uma história a sustentá-la.

Na escola primária, dividira a carteira com um cigano, ao fundo da sala. Evitou a fila da frente, junto ao professor, ganhou um amigo e entenderam-se na perfeição. Mais tarde, quase chegou a vias de facto com lojistas da vila, implicativos com os «ciganitos» que remexiam nos brinquedos pendurados à porta. «Todas as crianças o faziam, mas eles só maltratavam os ciganos...»

Assistiu à perda de rendimentos das comunidades, à pobreza das famílias. O contrabando desapareceu, o comércio de muares e de sapatos nas feiras decaiu e, «por falta de opções, os ciganos voltaram-se para o tráfico de droga e a contrafação. Alguns», completou Ferro, «vivem do RSI e rezam as crónicas que recebem esses apoios em Portugal e Espanha por terem documentação válida e cidadania nos dois países».

Nem por isso os preconceitos se plantaram dentro dele. Os ciganos, diz, nem sequer ameaçam a obtenção de emprego nas empresas ou nas autarquias. «Só conseguem trabalho quando existe carência total de mão de obra para atividades agrícolas mais penosas, como a apanha da azeitona, feita no rigor do inverno, durante dois a três meses», retratou. «Hoje, com a mecanização nos olivais intensivos, nem isso.» Nas vindimas, igual. Os proprietários têm farta mão de obra, estudantes

incluídos. Diversas ondas de imigração, primeiro do Leste europeu, depois marroquinos e asiáticos, relegaram os ciganos para última opção: são refugo «e sem razão efetiva», contraria António Ferro, «pois são esforçados e inteligentes. Deve-se saber liderá-los nesses trabalhos e deixá-los organizarem-se entre si».

Kim de Mem Martins

No autorretrato, António Ferro assume-se patriota fundamentalista, revolucionário, liberal, crente em Deus, anticlerical e antipapado. Seguidor do Espírito Santo, de João Baptista e Maria Madalena, na versão dos evangelhos perdidos, recusa «a mentira publicada pelos seguidores do apóstolo maldito». Monárquico por convicção, republicano por pragmatismo, devoto de elfos e dos celtas, é «contra tudo o que a criminosa ocupação e colonização romana representou para a cultura do tempo».

Resistente ao «Império de Bruxelas», defensor de uma Europa das nações, andou pela JSD no liceu e foi do PPM depois. Ainda conviveu com fundadores e sobreviventes do Nacional-Sindicalismo, combatentes ao lado de Franco na Guerra Civil Espanhola. Entre as figuras que mais admira — «prefiro-os mortos para não correr o risco de me desiludirem» — estão D. Afonso Henriques, D. João II e Brito Camacho, estes talvez previsíveis, mas também Salazar, Estaline e Fidel Castro.

Ao primeiro concede a organização do Estado, a recuperação da economia e a neutralidade na Segunda Guerra Mundial. Ao «verdadeiro construtor da União Soviética» tributa a transformação da Rússia numa potência mundial. «Foi», diz, «o líder decisivo para a vitória sobre a Alemanha nacional-socialista, tendo sacrificado o filho para não ceder às chantagens nazis». Por último, reconhece ao ícone da revolução cubana «liderança sem par ao enfrentar vitoriosamente o gigantesco estado imperialista, mesmo ali ao lado. Honrou e glorificou o povo galego como poucos», concluiu.

Ferro reparou em Ventura durante a campanha eleitoral de Loures. A princípio, não lhe deu crédito. Depois, aderiu por arrastamento e obrigação de apoiar algo de novo à direita. Num grupo informal da cervejaria O Pote (Lisboa), «velho espaço de resistentes onde se recolheram imensas assinaturas para o Chega», discordava-se da postura de Ventura, fora do habitual, e do excessivo ruído que provocava, mas a presença de Pacheco de Amorim e Luís Graça ao seu lado simbolizou, para alguns, o mesmo papel dos fiadores nos contratos. Os elogios de Gonçalo da Câmara Pereira, do PPM, ajudaram.

António Ferro conhecia o primeiro, nunca ouvira falar do segundo e é amigo do terceiro, mas há muito esboçara, com outros, «o projeto de um partido patriota e conservador e eventualmente liberal na economia». Talvez fosse desta, pensou, embora torcesse o nariz à narrativa dos ciganos e ao desprezo pela solidariedade social. «Os

ataques a uma minoria de portugueses e aos mais desfavorecidos deixavam-me desconfortável.»

Os bastidores do partido não o tranquilizaram. «O problema do Chega não são os extremistas, mas os impreparados, analfabetos, ignorantes e incultos», descreveu, contundente. «Para agradarem ao líder, excedem o próprio Ventura ao verbalizar a propaganda básica que potencia o pior de cada seguidor.» De entre os extremistas, porém, «o mais radical e tacanho de horizontes era o Luís Graça», apontou. «Nazi assumido e imbecil a tempo inteiro, atraiu, com a sua militância, uma horda de adeptos.»

Para tirar o retrato a Ventura, Ferro recuperou a memória de uma reunião no parlamento, a 4 de dezembro de 2019. «Falei-lhe do perigo nazi no seio do partido, mas ele estava mais preocupado com as presidenciais.» O deputado único do Chega, à época, ter-se-á queixado da falta de candidatos de valor e, com essa desculpa, ponderou assumir a tarefa. Ferro tentou demovê-lo: propôs-se ajudar, com tempo, a definir algo mais consistente, e até lhe sugeriu dois nomes, que não revela. «De imediato esfriou e compreendi que a ambição pessoal se sobrepunha à consolidação, com estratégia e planeamento, do partido. Foi aí que percebi no que estava metido. Só a opinião e as decisões dele contavam. Se consultava alguém, era para fazer crer que dialogava. O meu desencanto começa e consolida-se por causa do tema das presidenciais e da célula nazi do partido, a que Ventura era indiferente, pois garantia-lhe votos e uma relação de custo-benefício favorável», alude.

Ferro não saiu logo do partido: remeteu-se à apatia e deixou «cair» dois dossiês. Primeiro, o da implantação do partido nos Açores, dadas as relações profissionais e pessoais que mantinha com o arquipélago: a direção recusou dar-lhe a listagem de militantes. Convidado para cabeça de lista nas legislativas de 2019, recusou. Um segundo documento era sobre a Venezuela, motivo de uma moção da sua autoria no primeiro congresso, na qual defendia a aproximação do Chega aos portugueses e lusodescendentes aí radicados. Em ambos, trabalhou de perto com Pacheco de Amorim, mas, «perante a total indiferença dele», desistiu.

Para ele, os perfis do líder e da «família» Chega ficaram mais nítidos. «Muitos acreditaram que o Ventura era ético, justo, equilibrado, preparado, despegado, democrático e inteligente, mas revelou-se mau, medroso, intelectualmente medíocre, suburbano, tagarela, ditador e ambicioso», contrastou. «Enquanto ator, continua a representar uma *persona*, é o papel da sua carreira.»

Em simultâneo, o Chega transformou-se num partido *attrape tous*, mas da mesma casta dos que se propõe combater. Além dos problemas na constituição do partido, era visível, segundo Ferro, «a subsidiodependência, as fraudes de muitos dirigentes no campo profissional e o culto do Messias, conhecido a nível interno pelo Kim Jong-un de Mem Martins».

«Na grande maioria», notou, «os militantes são incultos e frustrados. Extremam posições para agradar ao líder e mostrar aos demais que são aguerridos e dignos de

pertencerem, participarem e ascenderem a cargos mais elevados. Daqui ao seguidismo e à subserviência vai menos do que um passo».

A «guerra» de facções religiosas colocou o Chega noutra encruzilhada. «Substituíram evangélicos pela padralhada traidora do Opus Dei», relata. «Ventura vai para onde estiverem o dinheiro e os votos. Esquece-se que a hierarquia católica prefere o pantanal do centrão político e nunca o irá apoiar formalmente», crê. «Os ódios que espalha dificilmente serão aprovados por qualquer seita ou igreja.»

Ferro apercebia-se ainda de esquemas que geravam apreensão em aderentes escudados num resguardo moral, ético e ideológico. «Os jantares-comício serviam para lavar. Cada comensal pagava a dinheiro sem receber documento de quitação e, por vezes, o partido pagava ao restaurante e pedia a fatura para recuperação do IVA e justificação de saída de verba das contas.»

Decidiu então romper, temendo que o Chega crescesse ainda mais à custa da crise económica. «Se não for para o governo, desaparecerá em dez anos ou perpetuar-se-á sem que faça algo de positivo para o país, mas continua a obstruir o aparecimento de um verdadeiro partido de direita nacional.»

Se António Ferro ficara desgostoso com o congresso luso-brasileiro daquele sábado de janeiro de 2022, no Seminário Torre d'Aguilha, esse sentimento não era comum a outros inscritos.

Ao longo do dia, o pastor brasileiro José Carlos Bernardi andaria de um lado para o outro do palco, qual agitador de consciências, e faria mais alocuções. Nos elogios, incluiu Mithá Ribeiro, do Chega. Antes do almoço, liderou uma pequena oração coletiva: «Abre as portas e as janelas do céu, Senhor.»

E todos saíram para o *buffet*.

Num salão despido, semelhante a uma cantina, mas com uma grande pintura de Cristo e dos apóstolos em fundo, os congressistas tinham à disposição carne de porco à alentejana, bacalhau à Brás e frango. Juntei-me a Ferro numa mesa comprida onde estavam Maria Helena Costa e Miguel Silva, autarca do Chega em Oeiras. Careca, alto e musculado, de barba aparada, impecável no seu fato azul, gravata e anel no dedo, ficou mesmo à minha frente, mais observador do que conversador, embora também tenha dado palpites nos temas mastigados: a imprensa «maldita» e o que fariam Rui Rio e o PSD com o Chega se ganhassem as eleições no dia seguinte.

Miguel Silva sentia-se confortável naquele evento. Enquadrava-o no «ressurgimento do pensamento e ação do conservadorismo ocidental. A esquerda tem o poder, os conservadores contam com a verdade», escrevera, a propósito, no Facebook. E, como viria a perceber mais tarde, não era um mero deputado de freguesia do Chega em Oeiras.

Licenciado em Relações Internacionais, mestre em Estudos Europeus, a carreira do autarca do partido passou por agências da União Europeia e pelo setor privado. Foi

analista da empresa de *intelligence* israelita Wikistrat, que reúne uma comunidade global de especialistas para simular tendências e eventos internacionais. Os cerca de 1300 membros da rede de consultadoria geoestratégica têm origens académicas, militares e governamentais diversas. Segundo a publicação digital *Daily Beast*, de 2018, a maioria dos clientes da Wikistrat são governos estrangeiros e as agências de segurança dos EUA. Ex-funcionários relataram que o fundador, Joel Zamel, se via como o Mark Zuckerberg (Facebook) do universo da segurança nacional, e a empresa terá proposto a Donald Trump manipular as redes sociais com milícias cibernéticas para ganhar as eleições.

Miguel Silva fundou e dirige o Instituto Trezeno — Associação pela Defesa do Sentido de Estado, *think tank* inspirado em D. João II, décimo terceiro rei de Portugal, e apostado em políticas públicas conservadoras. Nos órgãos sociais sentam-se Diogo Pacheco de Amorim, Rodrigo Coutinho (Chega-Porto), Sousa Lara, Maria Helena Costa e ex-dirigentes do MON (antecessor do Nova Ordem Social), candidatos do Ergue-te (ex-PNR), católicos, tradicionalistas e monárquicos.

Os artigos de Miguel Silva podem ser lidos no *Observador*, no *Sol* e em publicações internacionais vinculadas a radicais e ultranacionalistas de direita, entre as quais *The European Conservative*, com supostas ligações a Orbán e ao Fidesz.

O dirigente do Chega associa a Revolução de Abril a «retrocesso». O legado do Estado Novo, escreveu numa obra coletiva, «é, ainda assim, bem melhor do que o legado de qualquer ideologia de esquerda».

A 27 e 28 de abril de 2024, Miguel Silva participou, em Bucareste, na primeira edição da conferência «Make Europe Great Again», no Palácio do Parlamento, organizada pelo partido AUR (Aliança para a União dos Romenos), de direita radical populista, com o qual o Chega tem boas relações. Ventura, Regalla e Diogo também por lá andaram em 2022, num evento do AUR. Os dirigentes romenos têm sido recebidos em Lisboa pelo Chega. O AUR é pró-russo e defende a anexação de territórios ucranianos.

No caso do evento em que Miguel Silva participou, a companhia não podia ser mais exótica. Entre os convidados, estiveram Kimberly Fletcher (CEO do Moms for America, organização envolvida na marcha que levou à invasão do Capitólio, a 6 de janeiro de 2021), Filip Dewinter (dirigente e ex-parlamentar do partido de extrema-direita belga, Vlaams Belang, famoso por homenagear os soldados flamengos que combateram ao lado das SS nazis e das mais ativas vozes pró-russas do partido), Morten Messerschmidt (líder do Partido Popular Dinamarquês, envolvido em fraudes com fundos europeus e condenado por veicular conteúdos falsos sobre a ligação de comunidades islâmicas a violações e casamentos forçados) e Jack Posobiec (ex-funcionário dos serviços de inteligência norte-americanos, *influencer*, chamado «Rei das Notícias Falsas», pró-Trump e associado a supremacistas brancos e neonazis dos EUA). «Bem-vindos ao fim da democracia. Estamos aqui para derrubá-la

completamente», disse em 2024, no maior encontro internacional de conservadores de direita, em Washington.

Como se depreende, Miguel Silva não estava fora de água naquela jornada imersiva luso-brasileira de Cascais em janeiro de 2022.

Sérgio Tavares, antigo animador de casamentos e ex-colaborador da Rádio Renascença em Timor-Leste, agora dado a travessuras desinformativas sob a capa de «jornalista cidadão», apareceu de camisa aos quadrados e calças de ganga. Influenciador e distribuidor-mor de *fake news* nas redes sociais, adotado pela direita bolsonarista e de cuja aproximação ao Chega falaremos mais à frente — usava a pandemia para lançar desconfiança sobre a prevenção pública no combate à covid-19 e a mortalidade provocada pelo vírus. «Nunca usei máscaras», confessou. «Leis estúpidas são para ser desobedecidas. Faço de conta que uso gel e uso testes falsos.»

Analista político português a residir no Brasil, colaborador de órgãos de propaganda conservadores, José Carlos Sepúlveda foi reverenciado na sala e recebeu mensagens de admiração dos convidados brasileiros que entravam em direto por videochamada. Com o sotaque a bailar entre as duas pontas do Atlântico, o discípulo de Plínio de Oliveira, fundador da multinacional católica ultraconservadora Tradição, Família e Propriedade, não caiu no erro de revelar o sentido de voto e deixou os elogios para o dia seguinte: «O Chega é um partido que tem crescido como um sentimento da sociedade contra um sistema que está implantado e um sistema político apodrecido, corrupto», comentou, para um portal brasileiro, no dia das eleições. Desde então, dá destaque, nas redes sociais, aos discursos de Ventura.

A última tentação do pastor Tito

Há lemas transversais. O do presidente do Chega, por exemplo, confunde-se com a filosofia do líder de uma instituição religiosa.

O pastor Tito Pereira apareceu naquele congresso luso-brasileiro a falar de «valores» que unem tradicionalistas, cristãos, políticas. Português nascido em Angola, casado e pai de três filhos, fundou e pastoreia a Igreja Bíblica Baptista no Carregado, no concelho de Alenquer, alicerçado em Deus, Família, Nação e Trabalho.

Tito Pereira dirige uma igreja reformada, ortodoxa e conservadora e é autor do canal *Caleidoscópio* no YouTube, onde o Chega e Ventura estavam em alta na época. Quando falou, na plateia não se ouviu uma mosca. «Todos os pastores deviam estar fortemente envolvidos como influenciadores de opinião», reivindicou. O pantanal ético e moral por ele descrito incentivava o ativismo. «As pessoas pensam que é no centro que está a virtude, mas a História tem provado que o centro é um sapo dentro de uma panela que está a ser fervido lentamente.» Para Tito Pereira, a direita é a expressão política de uma sociedade e de uma nação com ordem, organização e valores absolutos. «Nada sem a vontade divina», citou, em latim. Sim, o pastor quer Deus no comando, em

cada segmento da sociedade, lei e decisão política. Educar os filhos dentro de um modelo conservador garantia o céu na terra e produziria «cidadãos sensíveis à meritocracia, ao direito a ter sucesso e prosperidade individual, que não demonizam os empresários ou as pessoas com posses».

As esquerdas — pérfidas, segundo ele — plantam, nas cabeças conservadoras, medo e receio. «Vocês querem realmente ser uma geração de ofendidos?», questionou, sem condescendência. «É o preço a pagar pelas convicções.»

Não eram ideias ou dicas o que ali levou. Nem um manual de instruções. Era, sim, um manifesto, em modo comício. «Se Deus fosse liberal e não conservador», afirmou, «teria deixado dez sugestões e não dez mandamentos».

No final, o pastor estava com pressa. Apanhei-o já no corredor, com ele a acelerar o passo. Questionei-o então sobre os seus vídeos a defender Ventura e quis saber se era um apoio declarado ao Chega. «Sim, sim. Inclino-me para a defesa do Ventura. O tipo de ataques que lhe são lançados parecem-me injustos, há um esforço combinado no sentido de o denegrir», explicou.

Não era admiração cega, mas devoção firme. «Posso discordar de uma ou de outra coisa. Quando o defendo, não o faço por ligação partidária, mas por ser vítima da postura que a esquerda reserva aos conservadores e a quem se assume de direita.» A esperança, porém, não era Ventura nem o Chega. «Para mim é Cristo, mas existem aqueles em quem a depositamos para mudar o paradigma. O Chega e o Ventura são a voz do simplismo do cidadão comum conservador, de classe média, tradicional, cristão. Não acredito que o Chega venha a ter influência suficiente para mudar o estado político das coisas, mas quem nele se revê talvez possa ser ouvido.»

E quando Ventura se autointitula enviado de Deus? «Não está a ser literal», desculpou-o. «Está a apresentar ao povo o seu senso de missão. Paga um preço pelas acusações, calúnias e difamações e quer transmitir [...] que só consegue passar por isto quem tem um senso de missão muito afincado. Espero que não se veja como salvador ou o Messias. Para mim, não é de certeza.»

Descodificada a aura de Ventura para o comum mortal, o pastor Tito Pereira foi ao encontro do seu rebanho, tão sorridente e apressado como antes.

No final, havia oração e um convite para a missa de homenagem a Olavo de Carvalho pelo padre Giordano. Levantei-me, de novo. Desta vez, para sair.

Gerardo atrás do pano

O objetivo daquele fim de semana em Lisboa não era apenas o de passar o sábado «de reflexão» com adoradores de Olavo de Carvalho. Na agenda, tinha conversa marcada com o homem que manipulava a imagem e o discurso públicos do partido nas redes digitais.

Gerardo Pedro caminhou na minha direção, na zona da restauração do Centro Comercial Colombo, em Lisboa. Vivaço, alto, de barba e bigode, meio curvado, viera de Santarém ao meu encontro. Aqui e ali, percebiam-se-lhe trejeitos e prazeres de adolescência tardia, vertigens pela boa vida. Não completara ainda quarenta anos.

Por essa altura, o jornalista Tilo Wagner reportou para a Deutschlandfunk, rádio pública da Alemanha, o cenário eleitoral. «O canal dos populistas de direita portugueses no YouTube tem 78 mil assinantes, doze vezes mais que o canal do PS no poder», noticiou. Tema tenrinho para Gerardo.

Seguimos para o restaurante Sr. Frango da Guia, no *shopping*. Gerardo pediu uma *Pepsi* com gelo, partilhou comigo chamuças, salsicha crioula, queijo seco, azeitonas. Ele na francesinha, eu na picanha, mais fruta e cafés.

Do seu lado materno, havia retornados. O avô era engenheiro agrónomo e a família andou pelo Huambo, Moçâmedes e outras regiões de Angola. «Dantes é que havia racismo. Eles sofreram bastante, vieram a seguir ao 25 de Abril e acabaram por ficar em Santarém, onde nasci.» Nunca se relacionou com a família paterna, exceção feita ao pai, presidente da junta de Póvoa da Isenta pelo PSD quando falámos. «Os meus pais separaram-se e fui criado pela parte materna.» Para os avós, «Salazar não era assim tão mau». O ódio, reservavam-no para Mário Soares. «Só aos vinte e tal anos percebi que era importante votar, mas não queria saber de debates nem de programas políticos.»

Gerardo abandonou a escola no 8.º ano. Trabalhou em Lisboa na área da publicidade. O dinheiro fazia falta em casa, onde vivia com a mãe e duas irmãs. «Não éramos pobres, mas havia dificuldades. A minha mãe aposentou-se da função pública, tinha uma reforma de pouco mais de 200 euros. Sou do tempo em que se dava o ordenado em casa», orgulha-se.

Autodidata, aprendeu *web design* e programação. Passou por várias empresas, sempre na parte gráfica, até começar a trabalhar por conta própria e criar uma marca, a Kriamos. Quando o conheci, paginava o *Correio do Ribatejo*. Dois anos depois, já longe do Chega, andava pela Guiné-Bissau em campanhas eleitorais.

Subterrâneos digitais

Deve o interesse pela política, e pelos bastidores desta, a Ventura. «Via-o a ralar na CMTV, no *Rua Segura*, e deixei-me ir naquela conversa, era música para os meus ouvidos...» A direita sempre foi a sua trincheira, mesmo sem refletir muito, mas Ventura deu músculo àquilo em que acreditava. «A prisão perpétua, o ataque aos pedófilos, que me metem muita raiva, e aos bandidos em geral. E era a maneira como ele falava...»

Soluções *made in* América, assume, caem-lhe no goto. «Adoro documentários sobre o sistema prisional americano, as penas pesadíssimas, a cena de um gajo levar

logo vinte anos de cadeia à terceira que é apanhado com droga. Isso é que faz falta cá.» A conversa sobre os subsídios também o convenceu, mas, durante o almoço, pensou melhor. «Na verdade, os meus sogros vivem num bairro social em Santarém e também não pagam rendas. Aliás, só há um casal de ciganos e ninguém paga. E é quase tudo brancos...»

Pergunto-lhe se viveu rodeado de crimes, violência, se a cidade era assim. «Não, não!», reagiu, de imediato. «Santarém sempre foi sítio tranquilo, sem grande criminalidade...» Se calhar, admitiu, «tenho estas ideias por ver muita televisão, é influência dos canais estrangeiros. Quando em Santarém não havia TV Cabo, chegava ao fim de semana e falava desses documentários. Não sei porquê, segui essa linha em termos de justiça...».

Quando Ventura anunciou a intenção de criar o Chega, ofereceu-se para colaborar. «Disse-me que não tinha dinheiro, mas precisava de ajuda», conta. «Aquele gajo do Benfica, o Hugo Gil, tinha feito o *site*, mas eu não conhecia nada.»

Gerardo identificou-se com o grupo de Nuno Afonso, Fernanda Marques Lopes, Cristina Vieira. Mais pelas amizades. «Sabe uma coisa?», interrompe, entre garfadas, «sou mais extremista do que eles todos. Não sou racista, mas sou muito homofóbico». Peço-lhe para dar um exemplo. «Se estiverem dois homossexuais a almoçar aqui ao lado, armados em borboletas, não aceito. Desde que se comportem, tudo bem, mas se se puserem com bandeiras, a abanar, e tem de ser assim e assado... não aceito, não aceito!», sublinha, a dizer não com a cabeça. O mesmo para o casamento *gay*. «Completamente.»

Gerardo definiu a linha gráfica do Chega, em grande parte atual.

As letras garrafais, a «gritar» ideias, frases, provocações, arrastos disto e daquilo, por vezes umas mentiras favoráveis a Ventura, desmontáveis em minutos, que certa imprensa reproduzia quase na íntegra. Havia, porém, algo mais delicado: ataques diretos a adversários, caricaturas, montagens. «Muitas das imagens que usávamos fora das páginas oficiais do Chega eram pedidas pelo Ventura e pela Patrícia Carvalho. Do tipo: “Faz uma imagem a dizer que a Catarina Martins [ex-líder do BE] tem um nariz muito grande”, vamos supor. Fazia aquilo com um *design* horroroso, amador, feio, para partilha, mas fora dos canais do Chega, para um Manuel ou um Joaquim qualquer agarrarem e difundirem.» Gerardo não seria o único recurso. «Eles pediam a mais gente para fazer.» Via Telegram ou WhatsApp, no caso de Ventura, revela.

Gerardo Pedro ligou o telemóvel, mostrou exemplos, *prints* de mensagens. «Vinham sempre de cima, dela ou dele...», comentou enquanto pesquisava. «Deixe-me só ver o arquivo de imagens...», pediu. «Olhe esta...», mostrou.

Em outubro de 2021, o *i* e o *Sol* noticiaram a nomeação de Ventura para o Prémio Tágides, que distingue figuras inspiradoras «no combate à corrupção», galardão da Associação ALL4INTEGRITY, com «Alto Patrocínio do Presidente da República». Ventura reproduziu o texto do *Sol* e reagiu nas redes sociais: «Que grande notícia logo de manhã. Obrigado pela nomeação, é um trabalho que continuarei a fazer até ao fim da

minha vida!» No Facebook, o *post* teve 6300 gostos e mais de 500 partilhas. A pretexto de um discurso que fez na AR, cavalgou o tema da nomeação: «Expor as ligações do Bloco de Esquerda à especulação imobiliária e aos negócios sujos. Talvez por isso esteja nomeado para um prémio de luta contra a corrupção em Portugal.» Aí, disparou: 8100 gostos e 2100 partilhas.

Porém, segundo a *Visão*, as regras do prémio permitiam a qualquer pessoa ou grupo candidatar-se à nomeação através de um formulário *online*. No limite, o próprio Ventura podia fazê-lo ou mobilizar apoiantes para tal. O líder do Chega era um dos 80 nomeados para avaliação do júri, mas a autopromoção avançou fora dos circuitos oficiais do partido. «Ele manda-me o *link* da notícia e diz assim: “Quero uma imagem não oficial sobre isto”», descreveu Gerardo. «Não oficial significava que era para aparecer do nada, para alguma gente partilhar por aí.» Fez-se a imagem. Ao lado de uma foto do líder sorridente, e por baixo do selo da Presidência, lia-se em letras garrafais: «Ventura nomeado para prémio com o patrocínio de Marcelo.» O líder do Chega não foi sequer escolhido para finalista, mas o trabalho estava feito.

A artilharia digital trabalhada por Gerardo dava para pôr a circular, fora das páginas do Chega, «bocas» sobre ligações da namorada de Marcelo ao BES, ou dar lastro — aqui, sim, nas «redes» do partido — à história da casa que a ex-candidata presidencial, Ana Gomes, pôs à venda em Sintra. «Tudo passava pelo Ventura, tudo!», garantiu Gerardo. «Tenho carradas de pedidos destes para fazer circular conteúdos por fora ou nas páginas do Chega. Era para espalhar o máximo possível, como ele dizia...»

Sobre perfis falsos, contas *fake*, já falou noutros capítulos. «Disse sempre à malta que, da minha parte, era tudo tráfego orgânico sem aldrabices. O que os outros faziam, não sei. Eu tinha uma conta para a gestão das páginas do Chega e, formalmente, nunca foi dito para se criarem contas falsas», reconhece, «mas havia muita gente com contas falsas, membros da direção e tudo...».

Da sua passagem pelo Chega, Gerardo distingue dois géneros de militantes. «Um é o dos atrasados mentais e ressabiados», diz. «Andam sempre à procura de qualquer coisa, de uma migalha. Depois, há o grupo dos que querem, de facto, fazer alguma coisa, mas são cada vez menos.» No fundo, descreve, «90% é gente interesseira». Quanto aos eleitores, Gerardo quase podia rever-se neles, anos antes. «A maior parte das pessoas que vota no Chega não sabe nada do partido, não leu o programa, nem sabe que ideias propõe», afirma, convicto. «A malta do Portugal de sofá senta-se em frente à televisão, vê o Ventura e diz: “Eh pá, este gajo é que diz tudo”, e pronto, vão votar por causa disso.»

Embora sem arrependimentos, Gerardo tirou conclusões. «O Chega foi um erro crasso, uma desilusão tremenda, mas já tinha idade para ter juízo», lamenta. «Sinto vergonha de ter andado nisto. Não é o que quero, nem para a minha filha... Este homem não pode governar o país. Não pode.»

GRANDEZAS E MISÉRIAS DA DIREITA *HARDCORE*

Na escala populista, o Chega estava, no início de 2022, na gama baixa, pelo menos para os padrões internacionais. O estudo dos alemães da Fundação Friedrich Ebert olhava, porém, para a reciclagem do lema da ditadura de Salazar e admitia que o partido caminhasse «para uma posição populista e autoritária mais forte», antevia-se no documento, elaborado em parceria com universidades europeias.

André Ventura era, a esse respeito, uma esponja: absorvia tudo para seu proveito. Isso incluía maledicência, insultos, elogios e certas catalogações do partido. Eram os ossos do ofício da «única voz incómoda» do país, tal como ele se autointitulara num comício no Porto, onde cantou uma *cover* de Prince e se despediu ao som de *Maniac*, do filme *Flashdance*.

O líder do Chega apresentara-se às eleições antecipadas com um programa de 100 medidas para governar. No documento, não havia uma linha sobre alterações climáticas ou política ambiental, e apenas uma vaga referência à autossuficiência energética, mas registavam-se nele níveis elevados de testosterona: restrição de fronteiras, deportação de imigrantes ilegais, ataque a direitos sociais e cívicos dos imigrantes, proibição de «propaganda» LGBTQIA+, castração química de pedófilos, prisão perpétua, agravamento de penas, corte de salários dos políticos, redução drástica de deputados e vasta desregulação de direitos e leis que ainda travavam a ferocidade irrestrita do mercado.

Sarah Kendzior, jornalista, antropóloga e académica norte-americana que previu a governação autocrática de Trump, «deu-me», através do *Público*, uma «fotografia» da realidade que podia adaptar-se a Portugal.

Kendzior andou no terreno, percorreu os EUA. Não ficou sentada a fazer análises. Talvez por isso, as suas palavras coincidiam com a realidade que me entrara pelos olhos nas investidas ao «país» de Ventura. «Não é inevitável que uma pessoa com dificuldades económicas vote num candidato como Trump.» Esse eleitorado era, em

grande parte, composto por homens brancos, mais velhos, desempregados, abandonados e desiludidos com promessas não cumpridas e revoltados com o colapso financeiro global de 2008. Nos EUA, tudo vinha de trás, de Reagan. Piorou no início do século com as dívidas a sobrecarregarem os jovens e a cortar-lhes um vislumbre de futuro. Seguiram-se protestos e manifestações, antes de Trump aparecer, mas, tal como Ventura, também ele soube usar esses problemas. «Não tem empatia e não sente nada se alguém estiver em sofrimento», discorria Sarah, «mas percebe quando as pessoas estão a sofrer. E ataca como um abutre, dizendo às pessoas o que elas querem ouvir. Ele disse que ia vingá-las, e isso é muito satisfatório para pessoas que estão em sofrimento».

Lá como cá, governos do século passado nunca se importaram o suficiente com as vidas duras de parte importante da população. «E as promessas não cumpridas são o combustível para um golpe autocrático», resumia Kendzior.

Quem podia dizer, no seu perfeito juízo, que isso nunca aconteceria aqui?

O país que votou a 30 de janeiro de 2022 tinha a natalidade em mínimos históricos, menos professores, desemprego jovem a subir, gastos sociais a disparar, desigualdade salarial agravada, processos a arrastar-se nos tribunais, inflação e dívida pública a subir, mas enfrentara uma pandemia.

O PS, no governo, ganhou com maioria absoluta e o Chega elegeu uma dúzia de deputados. Passava a terceira força política e o CDS desaparecia do parlamento. Em vinte e oito meses, os pouco mais de 67 mil votos de 2019 foram multiplicados quase seis vezes por Ventura. Era como se conquistasse um novo eleitor a cada três dias. Na verdade, em menos tempo.

Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal foram distritos onde obteve percentagens mais elevadas. Curiosidade: Elvas deu-lhe o melhor resultado. O concelho alentejano perdia habitantes desde 2001, tinha mais idosos, um saldo negativo em nascimentos, desemprego superior à média nacional, salários e poder de compra inferiores. Choveram elogios dos parceiros externos, de Abascal a Le Pen. Ventura fez do desdém adversário um festim. Prometia manter-se agressivo, mas suavizar propostas para conquistar eleitorado.

Dois deputados «de bem»

O parlamento mudou de configuração. De um lado, a direita da pesada, ultracatólica, com resquícios extremistas da colheita do pós-revolução, adeptos das touradas e negacionistas do racismo e do colonialismo. Entre os doze deputados eleitos pelo Chega, havia um ex-dirigente do braço político da organização armada de extrema-direita MDLP (Pacheco de Amorim), um supranumerário do Opus Dei (Pedro Frazão), a jovem antifeminista e admiradora dos pós-fascistas italianos Fratelli d'Italia

(Rita Matias), um intelectual do combate contra a «ideologia de género» e o «marxismo cultural» (Mithá Ribeiro), um promotor da «festa brava» (Pedro Pinto) e um sobrinho-neto do cónego Melo (Filipe Melo).

Ao lado, uma das bancadas parlamentares mais jovens, espécie de seleção sub-30 liberal, da IL, sem vestígios passadistas e até sem memória dos tempos de brasa da democracia. «O nome do cónego Melo não me diz nada e nem sei bem quem são os deputados do Chega», admitiu à *Visão* Bernardo Blanco, então com vinte e seis anos.

Enquanto André Ventura se deslocava à catedral de Almudena, em Madrid, para agradecer a Josemaría Escrivá de Balaguer, fundador do Opus Dei, os resultados eleitorais e a «missão» que lhe fora confiada, vinham à tona aspetos nebulosos relacionados com eleitos do partido.

Filipe Melo foi um dos «portugueses de bem» escolhidos por Ventura para encabeçar, em Braga, as listas do Chega, mas era mais conhecido por ser um português sem bens. Na lista pública de execuções, o deputado eleito por Braga surgia associado a várias dívidas cuja cobrança «esbarrara» na inexistência de património. Os débitos por liquidar — um crédito hipotecário para aquisição de imóvel, *leasing* automóvel e consultas no Hospital Privado de Braga — eram uma amostra de um rasto mais vasto de situações pouco claras e processos judiciais acumulados pelo parlamentar minhoto.

Na manhã de 4 de fevereiro de 2022, fui ao encontro dele no Colinatum Café, na cidade dos arcebispos. Gel no cabelo puxado para trás, o líder da distrital de Braga do Chega reconheceu as dívidas por pagar ou «em vias de resolução», que somavam perto de 120 mil euros. Depois, enviou-me por *email* a certidão das Finanças a atestar a «situação tributária regularizada».

Despreocupado quanto às consequências do caso para a imagem do partido — «se não quisesse pagar, tinha pedido a insolvência pessoal» —, Filipe Melo atribuiu os sobressaltos financeiros às despesas de saúde do filho, criança com necessidades especiais. «Gastei mais de 400 mil euros em consultas e tratamentos ao longo da curta vida dele.» Fiquei encabulado. Seria mesmo assim?

Filipe Melo era um antigo funcionário do BES, banco com o qual o seu tio-avô, cónego Melo, tinha laços e ao qual deve influências para conseguir emprego. Dizia trabalhar na intermediação bancária de negócios imobiliários e também recebia 750 euros por mês na sociedade unipessoal da mãe, mediadora de seguros. Muito próximo da progenitora, que publicava, nas redes sociais, fotos elogiosas de Salazar e do antigo inspetor da PIDE Rosa Casaco, o agora deputado militou na JSD e no PSD. É desses tempos a alcunha «conde Melo» por causa do ar pavoneante, segundo dirigentes da época. Passou depois pelo CDS e, em 2020, filiou-se no Chega.

Antes de ser eleito, Melo movimentava-se por Braga num *BMW* topo de gama. Garantia, porém, não ter carro próprio. Fizera férias na República Dominicana, no Grand Palladium Punta Cana Resort & Spa, onde sete noites para um casal com filho menor custavam perto de 2500 euros. «Foi o prémio por ter conseguido um grande contrato com uma empresa de seguros.» Amigos, familiares e colegas de partido

testemunharam o à-vontade e aparente desafogo: 300 e 400 euros em almoços e jantares, sangria de champanhe para acompanhar refeições e aguardente velha de marca francesa, a 40/50 euros, para rematar. «Falso», escandalizou-se Melo. «Mudei-me para uma casa mais pequena, ando no carro da empresa e até na roupa me contive.»

As ações judiciais por falta de pagamentos acumulavam-se no tribunal. Em 2021, Melo e a mulher saíram da casa alugada, onde moravam, deixando rendas em atraso que totalizavam quase 7000 euros, taxas e custas processuais incluídas. Vi a caixa de correio deixada para trás, entupida de cartas de bancos, avisos de tribunais, notificações policiais e até uma missiva do Ministério do Interior espanhol. Estranhamente, toda a correspondência era dirigida à cunhada de Melo. «A irmã da minha mulher viveu lá em casa durante ano e meio», justificou. A proprietária do andar desmentiu-o.

O acumular de dívidas contraídas por Melo e, num ou noutro caso, pela esposa, incluía entidades bancárias (perto de 60 mil euros no total), luz e água (cerca de 1000 euros), análises clínicas e consultas no Hospital Privado de Braga (mais de 800 euros) e portagens (aproximadamente 25 mil euros). O casal assumiu igualmente uma dívida, a rondar os 15 mil euros, ao Colégio João Paulo II, onde o filho esteve inscrito e a esposa de Melo trabalhou, mas nem a mensalidade acordada por escrito (50 euros), para liquidar o valor em falta, cumpriram. A associação proprietária da instituição moveu-lhes então uma ação judicial.

O filho de Melo frequentou o colégio graciosamente durante cinco anos. A instituição pagou consultas e terapias da criança, numa clínica com prestigiados médicos cubanos, durante dois anos, e manteve uma conta aberta, acessível ao casal, para outras urgências relativas ao menor. Colegas de partido e credores confirmaram as suspeitas de que Melo usava a saúde e as necessidades do filho para dilatar pagamentos ou obter empréstimos pessoais. Uma vez mais, negou, à mesa do café, com um ar indignado.

«As informações e provas que nos chegaram sobre ele, por parte de setores da sociedade bracarense, são inequívocas: é um mentiroso compulsivo, com capacidade de persuasão e sem escrúpulos, ao ponto de usar a situação do filho em proveito próprio», disse-me Marcelino Cunha, antigo líder da concelhia de Esposende. «O partido não pode ter gente desta no parlamento nem na distrital. Filipe Melo é o sistema, traiu a doutrina do partido.»

De Ventura, nem sinal; mas Melo reagiu. «Tudo não passa de uma tentativa de assalto ao poder com recurso a ataques que ultrapassam o limite do confronto político e chegaram à devassa da minha vida privada nas redes sociais, com enxovalhos, maledicências e falsidades através de perfis falsos. O partido tem de ter mão pesada para estes comportamentos, pelos vistos ainda não é suficiente. Esta gente não pode estar no Chega.» O deputado informou o líder das suas dívidas. «Soube de tudo por mim, muito antes da apresentação das listas. Conhece a situação da minha família, deu-

me força, disponibilizou-se para ajudar e incentivou-me a não desistir de lutar pelo meu filho.»

Na noite das legislativas de 2022, Melo festejou com a criança e junto da direção do Chega, num hotel de Lisboa, a eleição para deputado. O partido publicou fotos e ele replicou-as no Facebook, de cujo perfil público apagara quase tudo nas últimas semanas, mantendo apenas a imagem do menor, ambos sentados numas escadas.

Da fidelidade do deputado ao líder não restavam dúvidas. «Prometi ao André que conseguia 50 mil euros para a campanha», terá escrito em grupos privados do partido nas aplicações WhatsApp e Telegram, por ocasião das presidenciais, tendo reforçado o pedido de viva-voz junto de dirigentes e empresários.

Fizeram-se almoços e jantares para tal. «Ficou bem longe disso», disse-me Filipe Melo. Seja como for, Ventura ficou-lhe grato. E escolheu Braga para acompanhar a noite eleitoral autárquica de 2021 no Sameiro. A preferência do partido por eventos no distrito, sobretudo de angariação de fundos, nunca foi segredo. «Muitos milhares de euros terão entrado», revelou Nuno Afonso a partir das muitas histórias que se contavam a propósito dos donativos de empresários e emigrantes, em jantares de Barcelos ou de Amares, por exemplo.

E se dúvidas houvesse sobre o «ámen» de Filipe Melo às decisões e preferências do líder, bastava recordar as suas palavras num conselho nacional: «Se o senhor presidente entendesse pôr 14 vassouras na direção, seria nas 14 vassouras que eu iria votar.»

A 20 de dezembro de 2022, por sentença do tribunal, o ordenado de Melo foi penhorado por causa da dívida ao Colégio João Paulo II. Para suspender a ação, o deputado acordou o pagamento da dívida a prestações de 250 euros mensais durante cinco anos. A instituição perdoou os juros, mas a execução de penhora manter-se-ia pendente durante aquele período para evitar o incumprimento.

Também o caso do deputado Rui Paulo Sousa se atravessava na vida pessoal. Em março de 2019, antes da fundação do Chega, o «número dois» de Ventura por Lisboa nas legislativas de 2022 e presidente da comissão de ética do partido, foi alvo de uma ação judicial em Santarém por parte da ex-mulher. Em causa, o incumprimento das responsabilidades parentais relativas ao filho menor, com necessidades especiais.

Fontes judiciais e familiares próximas da queixosa, enfermeira, alegavam que o antigo sócio de empresas tecnológicas e da sociedade agrícola Villabosque fez depender da conquista de um cargo político remunerado o pagamento integral da pensão de alimentos. Enquanto isso, tentou reduzi-la de 425 euros para 50 euros mensais. Em novembro de 2020, Rui Paulo Sousa, que já falhara pagamentos e despesas médicas, descreveu ao tribunal a sua alegada — e precária — situação laboral: falou dos prejuízos na Villabosque, disse viver em casa da mulher e depender dela para o pagamento de despesas pessoais. Garantiu ainda que não recebia ordenado no Chega: «O partido paga despesas de deslocação no âmbito das campanhas eleitorais e relativas à comitiva do presidente, da qual tenho feito parte.»

No final de 2020, Rui Paulo Sousa reforçou, perante o tribunal, as suas expectativas em relação ao partido: «a longo prazo» contava conquistar um cargo político e, aí sim, obteria alguma remuneração. Porém, para que tal se concretizasse, teria de vencer as eleições autárquicas em 2021. Candidato à Câmara de Castelo Branco, o dirigente não foi sequer eleito vereador. Sem vencimento e, a dada altura, apenas a receber o subsídio de desemprego de pouco mais de 765 euros, o agora deputado propusera-se recorrer à conta bancária conjunta com o filho, para onde ele e a sua família transferem dinheiro, para o pagamento da pensão de alimentos.

No final de 2020, o saldo da mesma era superior a 18 mil euros. A ex-mulher contestou: tal significaria pagar a pensão com o dinheiro do próprio filho. Vai daí, transferiu o dinheiro para outra conta em nome da criança, movimentada a crédito, como «forma de salvaguardar o património do menor» e precaver-se.

Acusou ainda o ex-marido de enganar o tribunal sobre a sua real situação financeira. Segundo ela, Rui Paulo Sousa vendera a quota numa empresa informática por 200 mil euros e recebera subsídios públicos superiores a 300 mil euros em nome da Villabosque, de que era sócio-gerente.

O diferendo solucionou-se no final de 2022. O deputado já tinha o tal cargo político remunerado que almejava. Exercido em exclusividade, garantia mais de 4000 euros mensais ilíquidos. Apresentou-se em tribunal e aceitou devolver, com juros, o dinheiro retirado da conta do filho.

As piruetas de Ralha

Nem todos podiam ser deputados, mas havia um gabinete parlamentar mais alargado à espera. Conhecia Paulo Ralha desde o escândalo da «Lista VIP», da Autoridade Tributária (AT), revelada na *Visão*. Tratava-se de um programa informático aplicado pelo governo PSD/CDS de Passos Coelho para «proteger» o acesso interno a processos de contribuintes com relevância política. O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI), a que Ralha presidia, defendeu funcionários do fisco alvo de processos disciplinares.

Em dezembro de 2021, para meu espanto, encontrei Paulo Ralha no congresso do Chega em Viseu. Sabia da sua amizade com Ventura, mas a presença ali intrigou-me. Ralha andara pelo BE e saíra do PS em 2019. «Por aqui? Não há engano?», observei, na ocasião, estendendo-lhe a mão. Ele riu-se. A convite do «amigo André», fora ambientar-se e não excluía ser candidato pelo Chega nas legislativas de 2022. Dali a semanas, era cabeça de lista por Coimbra. Não foi eleito, mas tinha à sua espera uma assessoria no gabinete parlamentar.

Em tempos, Ralha receou o regresso e o reforço da extrema-direita na Europa. «Um dos perigos da democracia», escreveu a 14 de novembro de 2018 na sua coluna de opinião, no *Jornal de Barcelos*, «são as derivas populistas e antidemocráticas».

Questionou-se, então: «O que conduz cidadãos livres, que vivem em regimes democráticos, a elegerem líderes políticos populistas e antidemocráticos, que, de forma camuflada ou declarada, defendem o regresso das ditaduras?» Para Ralha, a democracia era «o regime político mais ingénuo que existe, ao permitir que durante a sua vigência nasçam e se desenvolvam no seu interior forças partidárias e movimentos que têm por objetivo o seu fim».

O percurso do ex-sindicalista fez-se, na aparência, à esquerda. Ralha atribuiu a saída do PS, em 2019, a divergências sobre a proteção a pessoas «indiciadas em processos de corrupção». A direção socialista tinha outra versão: Ralha queria ser deputado ou autarca, mas as pretensões não foram satisfeitas.

Apoiante da candidatura de Marisa Matias a Belém em 2016, o antigo dirigente sindical desiludiu-se com o BE. «Fiz um percurso no setor privado, embora infrutífero, e vi como é que vivia. É impossível angariar riqueza para o país com o combate do Bloco, ou seja, taxar a riqueza e o capital», afirmou.

Também aqui, a sua perspetiva sobre estes assuntos já foi outra. Em maio de 2013, então presidente do STI, interveio no XI Congresso da Corrente Sindical Socialista da CGTP, subordinado ao tema «Pelo Estado Social, Combater a Direita!». Apelou à convergência de movimentos sociais e insurgiu-se contra a «falácia» de que o Estado não tinha dinheiro para a Saúde, a Educação e a Segurança Social. «Falso!», garantiu. «É vergonhoso que o capital, que tem milhares de milhões em lucros, continue completamente ausente do esforço que é exigido aos portugueses.»

Os laços de Ralha com o líder do Chega são, nas palavras do primeiro, «de longa data»: conheceram-se na AT e remontam ao tempo de Ventura no PSD. Ventura colaborou, de forma esporádica, com o STI, no tempo da liderança de Ralha: deu formação fiscal aos sócios, ação pela qual recebeu 300 euros, e escreveu para a revista do sindicato.

Um elo comum a ambos era Tiago Caiado Guerreiro, patrão de Ventura na sociedade de advogados Caiado Guerreiro e na consultora Finpartner entre 2018 e meados de 2020. Durante meses, o deputado único do Chega acumulou o lugar na AR com o de prestador de serviços na empresa especializada em planeamento fiscal, vistos *gold* e imobiliário de luxo. Especialista em Direito Fiscal, Tiago Caiado Guerreiro foi, em 2019, contratado por Paulo Ralha, então presidente do STI, para o defender em processos judiciais, quando o sindicato tinha o seu próprio gabinete jurídico: em 2019, o advogado recebeu do STI quase 32 500 euros por defender o dirigente sindical em dois processos. Num deles, Ralha foi condenado por difamação.

No final de 2019, Ralha deixou o STI, solicitou uma licença sem vencimento à AT e aventurou-se no mercado. «Ele estava um bocado pendurado e eu tinha um acordo para assessorar uma empresa chinesa de construção civil que queria investir em Portugal e candidatar-se a obras públicas», explicou-me Reinaldo Teixeira, amigo de Ralha há anos e dono da LinkGlobal. «Sugeri-lhe entrar como sócio arranjando contratos e parecerias.»

A sociedade gestora dizia-se qualificada para encontrar «soluções de negócio para investidores em visto *gold*, através de transferência de capitais destinados à aquisição de unidades de participação em fundos de investimento», mas Reinaldo Teixeira já não apostava nessa área. «Quando aparece alguma coisa, encaminho para a sociedade do meu amigo Tiago Caiado Guerreiro. Lá é que trabalham mais esses negócios.» Quanto ao projeto com Ralha, fracassou por causa da pandemia. «Os chineses tinham grande capacidade financeira e até queriam trazer funcionários, mas recuaram», lamentou o empresário, maçom assumido, iniciado na Loja Lusíadas Renascido, de Guimarães, do Grande Oriente Lusitano. Apesar da amizade entre ambos, Ralha nega ser maçom e admitiu a «frustração» pelo falhanço da experiência empresarial. Quanto ao sócio, Reinaldo Teixeira, tinha sido um dos convidados pessoais de Ventura para o congresso do partido em Évora (2020). E confirmou a sua presença. Em 2025, Paulo Ralha foi candidato à Câmara de Barcelos pelo Chega.

Um partido de alta tensão

Na primavera de 2022, Ventura falhou a primeira tentativa para eleger Diogo Pacheco de Amorim para vice-presidente da AR. Consegui-lo-ia em 2024, com polémica. Entretanto, tinha uma missão interna em curso, mais espinhosa: cortar, de vez, o cordão umbilical do partido a alguns dos seus fundadores.

Gostava de decidir tudo, de saber tudo, de ser consultado para tudo, mas detestava mediar «lutas de galos» internas, longe de Lisboa. E, sobretudo, não queria que qualquer ato eleitoral no Chega resultasse na escolha de indesejáveis ou críticos à sua liderança.

Em maio, conseguiu aprovar a suspensão de eleições internas durante um ano, com o argumento de que as estruturas não estariam aptas a ir a votos. Na verdade, o partido dera-lhe poder para tal no último congresso, mas agora era preciso passar à prática. Seria ele a nomear os dirigentes locais. A decisão violava, no entender da fundadora Fernanda Marques Lopes, «várias regras e leis». A convocatória da reunião incluía uma listagem de militantes falecidos ou já desfilados do partido.

Conselheiros foram impedidos de falar. «A democracia e transparência estão em causa», alertou a advogada. Até maio desse ano, o Chega suspendera 82 militantes por se pronunciarem sobre a vida interna do partido publicamente. E, no início desse mês, Ventura demitiu o amigo de juventude e «número dois», Nuno Afonso, de chefe de gabinete no parlamento. O conflito entre ambos era público, e a decisão «inevitável», concordaram ambos. Era também o princípio do fim. «Gostava dele, conhecia-o há mais de vinte anos», lamentou Nuno Afonso, que terá recusado assinar um documento no qual assumia apoio «incondicional» à direção. Tempos antes, talvez adivinhando o desenlace, dissera a Ventura no gabinete: «Enquanto olhar para ti e vir o meu amigo, estamos bem. Quando só vir o presidente do partido, estás fodido comigo.»

O primeiro reencontro entre os dois, após a saída de Nuno Afonso, aconteceu no conselho nacional de 29 de maio, na Guarda. Não foi bonito. Receosos de uma escalada de tensão interna, alguns conselheiros levaram gás-pimenta e armas elétricas (*taser*) para a reunião. A PSP foi chamada ao local. «O presidente não me deu hipótese», explicou-se Nuno. «Eu já estava a ser acusado de roubar dados dos computadores.» «Foste exonerado», atacou-o Ventura. «Não posso tolerar que chamem medíocre à minha direção.» Para Nuno Afonso, a liderança do Chega transformara-se num «grupo de amigos» que «viaja, pernoita, come e bebe à conta de subvenções, quotas e donativos dos militantes».

O clima de alta voltagem não se sentia apenas na cúpula do partido. Pelo país, os autarcas andavam em roda livre. Além dos vereadores que haviam batido com a porta, outros entretinham-se a contrariar as posições oficiais do partido.

No parlamento, o Chega apoiava a Ucrânia na guerra após a invasão russa do território, mas a atriz Maria Vieira, deputada municipal em Cascais, desafinava. Era contra «o fantoche Zelensky e o governo genocida a que ele preside [...] Putin está apenas a fazer aquilo que é certo e que é preciso fazer». Maria Vieira votou a favor de uma moção do PCP intitulada «Em defesa da paz e pelo fim da guerra na Ucrânia e da escalada de confrontação na Europa». Não estava sozinha: o dirigente nacional Tânger Corrêa também se mostrara solidário com as «vítimas de decisões irrefletidas, idiotas e perigosas (para não dizer outra coisa) do governo de Kiev».

Jerónimo Fernandes, militante e ex-líder da concelhia do Porto, envolvera-se em duas missões intituladas «Ucrânia, Paz na Europa», na primavera daquele ano. A ideia era levar ajuda humanitária a cidadãos daquele país em guerra e trazer refugiados para Portugal.

O partido conhecia bem este médico, mas não exatamente pelos gestos altruístas. Nas redes sociais, Jerónimo fazia furor. Referia-se às «quecas» de Joacine Katar Moreira (ex-deputada do Livre) e ao «bar de putas» do primeiro-ministro. Em qualquer tema de atualidade, ou interno, abusava de expressões como «é pró pito!», «na peida!» ou «piça de folheta».

No caso das missões humanitárias, inspiradas a partir de um grupo informal no WhatsApp criado por antigos e atuais militantes e dirigentes do Chega, fez desaparecer cerca de 15 mil euros de donativos depositados nas suas contas bancárias e destinados aos ucranianos. Delas nunca deu satisfações. «Enquanto empresário, já levei a cabo ações de solidariedade e nunca vi nada como isto», reagiu o voluntário João Leitão. «Alguns dos meus familiares e amigos deram perto de 12 mil euros», queixou-se a dentista Ana Sofia Lopes. «Só o meu pai, dono de uma construtora civil, deu 5000 euros.» Consultor de investimentos, Miguel Dams reforçou: «Na segunda missão faltou tudo — respeito, confiança e, acima de tudo, a transparência que se exige numa situação destas.»

A polémica dos donativos era relevante, mas não a única. Na fronteira com a Polónia, na segunda viagem, Jerónimo desapareceu sem deixar rasto. «Alugou um carro com dinheiro da conta dos donativos e tentou chegar a Lviv, na Ucrânia, mas não teve autorização para entrar», relatou Ana Sofia Lopes. «Nunca ajudou, nem um medicamento deu aos ucranianos que regressaram connosco. Manteve sempre uma atitude conflituosa, agressiva, enquanto tentávamos esconder o desagrado para não perturbar ainda mais o ambiente entre os refugiados», acrescentou a médica.

Quando lhe escrevi, Jerónimo, admirador de Salazar e apoiante de Ventura, disponibilizou-se para «prestar todos os esclarecimentos», mas isso não incluía falar de donativos, contas bancárias ou do destino dado às verbas angariadas. Para ele, justificou, eram «questões sigilosas, de natureza particular, cívica, de confiança e de cidadania». Ficámos assim.

E Ventura «privatizou» o Chega

«Um saco de gatos com gente que vem de todos os lados.» À época, era desta forma que Riccardo Marchi analisava as dores de crescimento do partido e a sua falta de maturidade política, como já reproduzimos. A «nação Chega» parecia uma manta de retalhos e estilhaçara-se o equilíbrio precário entre gente da primeira hora e «cristãos-novos». O líder rompeu com companheiros de juventude e «apagou» o papel dos fundadores na sua ascensão política. Ao sabor dos seus objetivos, incensou, usou e depois descartou elementos extremistas mais incómodos, a princípio atraídos pelo radicalismo das propostas e iludidos pelo nível de decibéis na praça pública. Varreu correntes religiosas evangélicas que lhe cantaram hossanas e lhe deram lastro mediático, e trocou-as por aproximações assumidas ou dissimuladas a católicos ultraconservadores.

Em 2019, Ventura exigira, em público, que o internassem caso o vissem implorar por alianças à direita, mas agora escrevia cartas às lideranças do PSD e da IL a desafiá-las para uma alternativa à governação socialista. «Quando o oiço, às vezes ainda acredito nele. Depois, caio na real e penso: “Ouço isto há tanto tempo, é um discurso vazio.” Já pedi desculpas a muita gente que atraí para o Chega...», dizia Joaquim Chilrito, conselheiro nacional à época e fundador do partido.

Fernanda Marques Lopes usou o seu calo jurídico para impugnar decisões ou levar as irregularidades e ilegalidades dos congressos do partido ao Tribunal Constitucional, onde saboreou vitórias atrás de vitórias contra a direção. «Os fundadores não são especiais, mas a maioria tem trabalho, carreira e não precisa da política, ao contrário de outros que rodeiam o líder.»

Outro da primeira hora, José Dias, artífice da ponte para as forças policiais, estava na mesma onda. «O partido transformou-se numa casa abrigo de oportunistas, desempregados políticos e vendedores de banha da cobra», acusou o sindicalista da

PSP. «Agora temos Maçonaria e Opus Dei lá metidas e já não interessa se também temos os vícios do sistema. O líder é também o pastor do rebanho, tem poder absoluto e é um fenómeno tipo Cavaco Silva, já se julga maior do que o partido.»

«O ambiente é igual ao dos seguidores de um guru. Os bons líderes rodeiam-se de gente competente, os maus escolhem o tipo de pessoas que está no parlamento», ironizou Chilrito. «Até há pouco tempo, o Ventura berrava como um capado contra os partidos do sistema. Agora rasteja por acordos com o PSD. Foi a segunda vez que me meti na política, depois do MIRN, do general Kaúlza de Arriaga. Nunca mais!», prometeu Carlos Monteiro, outro fundador.

A 7 de julho de 2022, encontrei-me com Nuno Afonso em Carnide, única freguesia comunista de Lisboa, já nos limites do concelho. Eram 11h00 de um dia típico de verão quando cheguei ao centro histórico. Um cenário belíssimo, com coreto, tascas, ruas e vielas carregadas de segredos, pitorescas, com ar de aldeia urbana. A voz de Ana Moura saía, potente como ela, das colunas de uma esplanada. Nuno Afonso chegou, de fato azul, *pin* da bandeira de Portugal na lapela. Baixo, careca, notava-se que dava duro no ginásio.

Nos primeiros capítulos deste livro já se falou do pai, inspiração e protetor de Ventura, mas a devoção pela mãe é de monta, até pelo exemplo de emancipação: os avós maternos eram operários numa fábrica de sabões e a progenitora tirou Engenharia Química. «Com dezassete anos já tinha carro. Ficou a trabalhar na fábrica, que deixou de ser de sabões quando foi comprada pela Colgate Palmolive.»

O fundador do Chega tinha uma asa católica, pelo lado paterno, mas aí também puxou mais à mãe, menos praticante. A missa ao domingo era sagrada e ele cumpriu todas as etapas desde a primeira comunhão. «Depois houve uma altura em que só queria namoradas, *surf*, e uma vez disse que não queria ir à missa. Foi um escândalo lá em casa», recorda. «O Douglas Murray [comentador político britânico] define-se como ateu cristão. É como me defino. Fui educado no cristianismo, mas não acredito em Deus.» Assume-se conservador liberal, de matriz anglo-saxónica. «Na América, seria republicano, mas não gosto do Trump.»

Seguimos para um alpendre nas traseiras da petiscaria 5 Elementos. «Caíram» duas cervejas na mesa, ovos mexidos com espargos e chouriço e pica-pau de vitelão, enquanto Nuno Afonso cavava as diferenças quanto à retórica anti-imigração do Chega. Afinal, o que o distinguia na defesa das bandeiras do partido? «Não há um complô muçulmano para substituir os europeus, isso é estúpido, mas pessoas estranhas à nossa cultura têm de se adaptar.» Ciganos? «Tenho amigos ciganos, há problemas e dificuldades de integração, também por culpa própria, mas isso nunca se resolverá sem envolver as comunidades. O Paulo Portas dizia coisas muito parecidas com aquelas que o André diz, mas fazia-o com substância e polidez.»

A memória que Nuno Afonso guarda de um CDS ainda mais longínquo, da dupla Manuel Monteiro e Paulo Portas, é a de um partido que, em questões idênticas às do Chega, usava de outra cortesia e equilíbrio. Mas teria sido mesmo assim? Ou o facto, por exemplo, de não existirem redes sociais à época ajudou a que posições e narrativas do CDS não tivessem o eco e o lastro que teriam hoje?

Revisitemos, por breves momentos, o tempo desse CDS, que acabara de fazer um *rebranding* democrata-cristão, na versão «Partido Popular». Em 1994, Manuel Monteiro apresentou um projeto de revisão constitucional que pretendia eliminar todos os «vestígios socialistas» da Constituição, proibir o aborto e mexer no direito à greve. Um ano depois, no âmbito de uma «campanha da segurança», propôs, através de uma petição ao governo, a elevação da pena máxima de prisão para trinta anos, o aumento das penas para crimes violentos e «de maior frequência quotidiana». Tudo para que as leis, dizia, «protejam a sociedade dos criminosos e os criminosos da sociedade».

Em maio de 1995, num evento com 2000 pessoas em Rio Maior, o líder do CDS-PP resgatou a trilogia Deus, Pátria e Família. Monteiro criticou o «sistema político que pretendeu destruir o orgulho de ser português e a alma de quem quer ser orgulhosamente português». A audiência, segundo o relato do *DN*, rejubilou. E ele continuou: «Vivemos numa sociedade sem valores, em que os criminosos são melhor tratados do que a vítima.» Em setembro daquele ano, em entrevista ao *Público*, assumiu: «Não fico nada preocupado quando dizem “Monteiro é igual a Salazar”.»

A comparação a fazer talvez fosse, afinal, outra: há quanto tempo estas ideias, mais ou menos assumidas, «ocupavam» o pensamento da direita?

Nuno Afonso, porém, estava a poucos meses de sair do Chega. Por muitas razões. «Não podes dizer-te antissistema e depois deixar entrar em força o Opus Dei, a Maçonaria. Não podes falar contra a subsidiariedade e depois, se calhar, os oportunistas são aqueles que o André tem à volta, eram desempregados e agora são deputados», acusou.

Aflorei então um tema delicado: o financiamento do partido. Durante algum tempo, ele tivera acesso privilegiado ao que entrava e saía. «Um dos motivos pelos quais me foram retiradas as contas bancárias», revelou, «é que, por mim, algumas merdas não passavam».

Dava um exemplo: num restaurante, um financiador dos primeiros tempos pretendia entregar-lhe um saco com 6000 euros para o partido. «Você é maluco?!», reagiu Nuno Afonso. «Ah, mas não posso dar o que quiser?!», insistiu o outro, surpreendido. «Você pode dar o que quiser, mas eu é que não vou andar com isso na rua. Faça um depósito», sugeriu-lhe o então vice-presidente. «Ah, mas isso não posso», esmoreceu o outro. «Problema seu», respondeu o dirigente. «Durante dois anos, garanto que não entrou dinheiro assim. Agora, não garanto», desculpa-se. «Até dada altura, o

único nome associado à conta do Chega era o meu. Depois fechei a conta, cortei o cartão aos bocadinhos e pus na mesa do Rui Paulo Sousa.»

Se Ventura pensava que Nuno Afonso era o único problema pendente, o verão de 2022 traria mais: Mithá Ribeiro demitiu-se da vice-presidência em conflito com o líder e este assumiu, com caráter provisório, o gabinete de estudos. Para agravar o cenário, Mithá teria sido agredido pelo colega e deputado Bruno Nunes, na sequência de um desaguizado numa reunião do grupo parlamentar. Para piorar, Ventura não o defendeu.

Mithá Ribeiro fartara-se de ser figurante e admitiu cumprir o mandato «fora do Chega». Afastado, considerava o gesto «uma clara falta de confiança do presidente». Para ele, Ventura tinha crédito pelos sucessos do partido, mas também culpas no «adiamento de soluções internas» e nos «desentendimentos internos, suspeições, expulsões e conflitos». Mithá reclamou a abertura do Chega «aos independentes e pensadores».

Ventura terá refletido: afrontar Mithá era afrontar a bênção pública do intelectual-mor da causa, Jaime Nogueira Pinto, com quem o primeiro tem grande sintonia ideológica, para lá da admiração mútua. Ágil, o líder fez as pazes com o deputado através da divulgação de um vídeo conjunto — dir-se-ia encenado de forma amadora — no qual ambos se congratularam pelo crescimento do Chega. No fim, devolveu a liderança do gabinete de estudos a Mithá para o reestruturar.

E o polícia zangou-se...

Quem nunca teve pachorra para diatribes típicas de menino travesso foi o polícia José Dias, também ele fundador do Chega.

Saíra da direção com a fama — e pouco proveito — de dizer tudo na cara do líder. Nas reuniões, refratário a falinhas mansas ou subserviências, o seu vozeirão fazia Ventura, por vezes, ficar pequenino aos olhos daqueles que só estavam habituados a ver o grande chefe. «As reuniões passaram a ser um pró-forma», admite. «Tudo se decidia antes. Política, ideologia, nada. Sair foi um alívio. Estava sempre a pegar-me com ele... Alguém com dois alqueires bem medidos nunca ficaria ali a fazer figura de urso...»

Na tarde de 9 de setembro de 2022 dirigi-me a Belém, na zona ocidental de Lisboa, ao encontro do sindicalista dos quadros técnicos da PSP. José Dias esperava-me nas instalações do CIF — Club Internacional de Foot-Ball —, onde joga ténis. Ainda deambulámos um pouco pelos espaços do recinto e detivemo-nos numa mesa de madeira típica de piquenique. Ocupou-nos, antes de mais, uma conversa amena, descontraída, como quem atira bolas para o pinhal, sobre o que definiria o perfil do eleitor típico do partido. Uma tarefa olímpica.

O Chega, concordámos, é a primeira força política da democracia cuja pauta ideológica — ou o que se exhibe como tal — está longe de ser determinante para uma escolha. Vejamos: por norma, nos partidos tradicionais o militante identifica-se com o arco ideológico oferecido. Pode discordar de pequena parte desse substrato, de um ou outro princípio, condenar este ou aquele líder, mas adere à generalidade das propostas políticas.

O Chega não é assim.

Pense num restaurante. Imagine um menu de degustação com dez «pratos» confeccionados pelo *chef* Ventura: imigrantes, ciganos, família, corrupção, segurança, polícias, ordem, autoridade, «identidade de género», justiça musculada. Se anos de contacto pelo país com centenas de militantes e eleitores do Chega me ensinaram algo, foi isto: os dez «pratos» de Ventura estão longe de ser consensuais.

Para os seguidores do líder, é pacífico escolher quatro ou cinco opções da «ementa» e rejeitar todas as outras. Tal como se pode gostar de bacalhau com broa e declinar cabrito assado. Ou descartar ambos e escolher salteado de legumes. Do mesmo modo, há filiados que não se identificam com o discurso sobre os ciganos, mas apoiam o partido por serem contra a «invasão muçulmana». Outros não se reveem nos ataques ao Estado ou à classe política, mas preocupam-se com o «marxismo cultural» no ensino. Outros, ainda, lamentam os ataques à imigração, mas votam Chega por se sentirem representados pelo líder que berra às «elites» em nome da «limpeza» prometida.

José Dias percebeu-o num breve confronto no Facebook com Pacheco de Amorim, ambos dirigentes de proa em 2020. Dias considerava «vergonhoso o salário mínimo nacional». O Chega, escreveu então, «quer garantir salários que reconheçam e valorizem o fator trabalho, servindo deste modo o incremento da motivação dos trabalhadores, contribuindo para um acentuado melhoramento das condições de vida, dignidade e felicidade». Umas linhas abaixo, Diogo respondeu: «Não faz parte do programa nem fará enquanto eu pertencer à direção do Chega.» E estavam ambos nas mesmas reuniões.

Este «filme» desenrolava-se todos os dias diante dos olhos de quem navegava nas redes sociais. É mais ou menos pacífico, pelo menos nas bases, que tudo e o seu contrário convivam no Chega. «Não estou aqui por isso», ouve-se com frequência da boca de militantes quando certos temas lhes são incómodos. Muitos separam o que detestam e o que aplaudem na ementa política do líder.

Pode perguntar-se: e qual o efeito das mentiras, derivas e contradições do discurso de Ventura nos apoiantes?

Tom Nichols, especialista norte-americano em segurança nacional, é autor de *A morte da competência*, sobre estratégias do populismo contemporâneo, e de *Our Own Worst Enemy*, a propósito do individualismo enquanto carburador dos movimentos antidemocratas. Em outubro de 2024, na revista *The Atlantic*, previu a segunda vitória

de Trump. O conjunto de pressupostos talvez se possam aplicar ao presidente do Chega.

Eis uma adaptação: se acredita, por exemplo, que, a cada nova indignação a pretexto de um argumento ignóbil de Ventura, o militante do Chega vai romper com o partido, esqueça. «Ele não quis dizer isso, tu não o entendes como eu», é uma justificação possível. E normalmente é.

Depois, não se deve presumir que alguém, nessa relação, está infeliz. Querem-no assim, sem medir as consequências: aterrorizante e arrepiante para os outros. Dar-lhe força é, tal como no caso Trump, «um ato de vingança social totalmente realizado», como descreve Nichols. Não há qualquer retórica ou combate político, muito menos argumentos entediantes, que concorram com tanto sucesso neste mercado de emoções e sentimentos.

Combinam ressentimento social, humilhação e oportunismo grosseiro. Ventura, tal como Trump, é o megafone de centenas de milhares de eleitores que, de outra maneira, nunca conseguiriam equilibrar a discussão por se sentirem ignorados, abandonados, esquecidos ou frustrados nas suas ambições, legítimas ou não. Se algo eles sabem, é como direcionar essa raiva.

«O Portugal de sofá», reflete José Dias, «ainda não descobriu o verdadeiro Ventura. Adora vê-lo aos berros na Assembleia, a dar rajadas e a faltar ao respeito. Fala por gente que sofre muito, por isso toleram-lhe essas atitudes. O que diz é o que essas pessoas também gostavam de poder dizer ali. E ele joga com isso, mas o povo também se cansa».

José Dias não é, desde logo, originário de tendências ou fações radicais de direita aglomeradas no partido, mais influentes. Jovem e ainda sem idade para votar, aproximou-se do PS após a primeira vitória eleitoral de Mário Soares, em 1976. «Inscrevi-me anos depois, mas nunca paguei quotas.» Eanes foi, para ele, o melhor presidente da República. «Até simpatizei com o centrão, mas depois, por causa das funções sindicais, lidei com responsáveis políticos e pareceu-me tudo farinha do mesmo saco.»

Os pais regressaram de África depois do filho e da revolução. «O regime, caduco, cairia de qualquer modo, sem precisar de golpe militar.» Dias reivindica «uma costela social, favorável a um salário mínimo igual ao espanhol. Em políticas públicas não podemos ficar atrás». É pela «racionalidade e sensatez» na gestão de recursos, «mas as pessoas têm, pelo menos, de sobreviver, ter liquidez. E não pode haver fome».

Agência de empregos

Dias licenciou-se em Direito já a trabalhar na polícia. Esteve na 24.^a esquadra, de Campo de Ourique, a do Casal Ventoso, durante décadas mediatizado como o bairro de maior delinquência na capital.

Quando aderiu ao Chega, o partido soube-lhe a fruto novo, prometedor, mas não demorou a sentir o seu travo amargo. Antes da primeira eleição de Ventura, «partia-se muita pedra, levava-se trabalho para casa, discutiam-se temas até à exaustão, mas, quando se viu deputado, o André começou a ir às reuniões de ego cheio e com as coisas já cozinhadas para aprovação». O líder defendia posições públicas e o partido divulgava comunicados sem debate prévio na direção. «Usava-nos. Nem pelo telefone auscultava.»

Enquanto o diálogo rareava, o partido escancarava portas. «Entraram setores ligados ao CDS, muito nacionalistas. Também os necessitados, à procura de levar a vidinha porque o líder é um belo papagaio. Malta das religiões, que viu no partido a defesa dos seus interesses. E gente sem habilitações, modesta, inexperiente para funções parlamentares. Para muitos, o Chega é a oportunidade de uma vida.»

Na direção, José Dias e outros — «poucos» — sentiam-se decorativos. «A coisa começou a degradar-se, confrontava cada vez mais o André. Nunca servi para verbo de encher.» Viu então a repetição de vícios e comportamentos que supostamente deveria combater. «Um grupo dizia ao André o que ele queria ouvir e enxofrava-o em relação a outros. Com ditos e mexericos, colocavam defeitos onde não existiam por razões de sobrevivência.»

José Dias dá nomes. «Estamos a falar do Regalla, que vive com a mãe e andava sempre com as mesmas calças e casaco. Do Diogo, que não tinha dinheiro para almoços e tabaco. Quem pagava despesas aos dois era o Luís Graça, até boleia lhes dava. Do Manuel Matias, que andava aos caídos, a filha a estudar, a mulher a aguentar aquilo tudo, e um dia, desesperado, lá pediu trabalho ao líder», pormenoriza. «Deve ter chorado baba e ranho porque o André disse-me que estava farto, que o Chega não era agência de empregos, mas foi deste tipo de gente que se rodeou...»

A noção de lealdade do presidente do partido não era, de todo, a mesma de José Dias. «Ele quer fidelidade canina, lambe-botas... Sempre odiei graxistas, bufos, por isso nunca podia ser um. Como deve imaginar, na polícia era o que mais havia, conheço-os bem!», reage, levantando a voz e batendo com as mãos na mesa para reforçar. «O André foi manipulado por essa gente, é um menino na política!», retrata-o. «E por causa da educação que a padralhada lhe deu, tem grandes falhas de caráter. Um líder assim tem sempre gente menor ao seu lado. Por isso, houve sempre broncas com gente que raciocina: comigo, com o Mithá e outros. Quem quis ser útil foi tratado como penacho.»

Oportunistas, desempregados, bajuladores, pessoas sem escrúpulos, eis o retrato de José Dias sobre o *inner circle* de Ventura. «Não é a minha gente. Aliás, combato-a. Até nisso, o Chega foi uma oportunidade perdida.»

O «BRAÇO ARMADO» DO CHEGA

Nove longos meses. Madrugadas a fio, fins de semana perdidos, olheiras cavadas. Listas de nomes encavalitados nas resmas de papel, cruzamento de dados obsessivo: ficheiros, documentos internos, perfis públicos, fontes abertas, centenas de telefonemas, dezenas de *emails* enviados. Um tempo, apesar de tudo, privilegiado, que o jornalismo de hoje raramente proporciona.

Foi assim que mergulhei no «braço armado» do Chega.

Muito se dizia sobre a osmose entre o partido e as forças de segurança.

O inorgânico Movimento Zero alimentara conspirações. No auge da sua influência, orgulhou-se de ter 78 mil seguidores no Facebook. Este grupo parassindical, sem base jurídica, conseguiu, mesmo assim, angariar verbas para protestos e manifestações através da venda de pulseiras e *T-shirts online*. E ainda teve a ajuda de estruturas sindicais consolidadas.

Manuel Morais, sindicalista da PSP, denunciara em tempos, e em público, a existência de preconceitos raciais nas polícias e a presença de adeptos da simbologia extremista de direita. Afastado do sindicalismo, suspenso de funções por chamar «aberração» a Ventura nas redes sociais e sugerir a decapitação dos «racistas nauseabundos» do partido, foi depois reintegrado.

Liz Fekete, ex-conselheira da ONU e diretora do Instituto de Relações Raciais, *think tank* do Reino Unido, considerou o racismo nas polícias europeias um «problema estrutural», agravado pela impunidade e desvalorização das chefias. Portugal não era exceção. «Em certas partes da Europa, existe uma porta giratória entre a polícia, os militares e a extrema-direita», escreveu num artigo no jornal daquele instituto, *Race & Class*, em 2022.

Populismo, preconceito e ações persecutórias contra minorias floresciam no interior das forças de segurança do Estado, não apenas pela sedução do ideário radical, mas também pelo quadro geral de baixos salários, más condições de trabalho e

horizontes fechados à progressão nas carreiras. «É neste descontentamento que a extrema-direita deposita os seus ovos», resumiu a advogada Carmo Afonso.

Impunha-se ir mais longe.

Quem são eles

A retórica securitária de André Ventura e a sua eleição, em 2019, lançaram o isco. Num ápice, profissionais da GNR e da PSP no ativo aderiram ao Chega, apesar de a filiação partidária lhes ser vedada por lei.

Dizia-se: o partido infiltrara-se nas forças de segurança. Errado. Bem antes de o Chega existir, já havia, no seio policial e militar, simpatia por aquilo que veio a ser a narrativa securitária do Chega. Alguns profissionais incorriam em crimes ao promover o racismo, a xenofobia e o ódio nas redes sociais. Vários tinham medalhas de comportamento exemplar, mas também penas disciplinares, judiciais e condenações. O primeiro consórcio nacional de jornalistas de investigação compilou uma amostra de 591 elementos da GNR e da PSP na qual reuniu dados sobre práticas à margem da lei no universo digital e evidências de simpatias pelo Chega, e o seu líder, superiores a 75%.

A minha opção foi centrar-me no partido, nas listagens de polícias e militares que sabia serem seus filiados — mesmo sabendo que não podiam — e passar a pente fino os comentários em «campo aberto» nas redes sociais, os vínculos sindicais, o peso na estrutura das forças de segurança, além de outros dados sobre o seu percurso profissional e a relação com o Chega. Não entrei em grupos privados, não me infiltrei em lugares obscuros das «redes». Nesta investigação, e dada a sensibilidade da matéria, não identifiquei polícias e militares com o nome completo pela eventual violação dos seus códigos de conduta e da lei. A menos que ocupassem posições de alta responsabilidade ou tivessem sido alvo de sentenças transitadas em julgado relacionadas com os deveres profissionais.

O retrato deste submundo policial e militar contrariava, desde logo, a tese dos casos esporádicos ou das «maçãs podres», expressão usada pelas chefias para justificar a existência de poucos casos. E isolados.

A militância no Chega foi a menor das preocupações do cabo Paulo S., GNR do Comando Territorial de Évora, enquanto militar no ativo. «Sabia que havia uma incompatibilidade, mas nunca me chatearam por causa disso. Os meus problemas foram outros», reagiu, a partir de Estremoz, quando lhe liguei.

Paulo filiou-se no partido em 2020. Nem tentou ser discreto. «O Chega é aquilo que nós falamos no café. É a verdade pura e crua», disse ao *Expresso* em abril desse ano, durante um jantar público do partido. Quando falámos, o GNR estava há meses de baixa médica e suspenso de funções. Dizia-se perseguido por colegas e civis. «Há

queixas organizadas contra mim, tantas que já nem sei. Dizem que sou violento, agressivo, o diabo! Já perdi a conta aos processos disciplinares e judiciais. É injusto, mas não me vergo. Sou um revoltado. Nunca serei cão de trela desta gente!»

O militar tinha medalhas de comportamento exemplar (2012), grau prata, e de assiduidade de segurança pública, duas estrelas (2020), mas os seus desaguizados em festas, feiras e outros eventos públicos eram também conhecidos. Alguns contrterrâneos tinham-lhe medo. «Do nada, pega na arma e faz ameaças!», contou-me quem o conhecia das lides partidárias. Aconselhado a apagar páginas e comentários sobre o Chega e as suas inclinações políticas nas redes sociais, o cabo não o fez. Mantinha referências elogiosas ao Chega, partilhas pouco abonatórias sobre ciganos e a imagem da primeira-ministra Giorgia Meloni, sorridente, com os dizeres: «O fascismo chegou a Itália.»

A 30 de março de 2021, este militante 7047 desfiliara-se do Chega por carta registada. «Não por estar em rutura com o presidente André Ventura, que continuo a apoiar incondicionalmente», esclareceu-me, mas por não se rever na «vergonha» em que se tornara a distrital de Évora. No resto, tudo igual. «Continuo eleitor do Chega e concordo com as ideias do partido.»

O caso do militar da GNR estava longe de ser isolado.

Na minha investigação, identifiquei mais de três dezenas de polícias e militares no ativo, de várias forças de autoridade, comprometidos com o ideário do Chega. Não juntei aposentados ao rol, caso contrário a lista seria bem mais extensa. Eram militantes ou ex-filiados que, em alguns casos, violaram ou continuavam a infringir a lei e os próprios códigos de conduta. Alguns falaram comigo, outros desligaram o telefone. Uns quantos desconversaram. Muitos não responderam a mensagens nem a *emails*.

Havia quem fosse ainda mais longe e pisasse território criminal nas redes sociais: difundiam comentários e imagens de índole racista, xenófoba e de ódio a minorias, políticos e outras figuras públicas. O decoro não era para ali chamado. Eram agentes policiais e militares de um Estado democrático ou forças de insegurança?

José R., de Coimbra e chefe da PSP com anos de serviço na divisão da Amadora, inscreveu-se no Chega no final de 2019. Com a folha de serviços cheia de medalhas, o seu perfil pessoal no Facebook sintonizou-se com o do partido de Ventura. Além de partilhar vídeos de João Tilly, o polícia difundiu informação falsa sobre a comunidade muçulmana e atacou o acolhimento de imigrantes. «Portugal dá-se ao luxo de ter “refugiados” em hotel e portugueses a dormir ao relento! Viva o lixo!! Perdão! Luxo!!», escreveu em junho de 2021.

O agente principal da PSP de Bragança, Rui D., também tinha medalha de comportamento exemplar, grau ouro (2021). Nas redes sociais, parecia outro. Num *post*, associou o primeiro-ministro António Costa à «variante indiana» do coronavírus. Além disso, difundiu desinformação, subscreveu as posições do Chega, exibiu preconceitos contra a identidade de género e deu corda à islamofobia: «Se o biquíni é proibido nos países muçulmanos, o véu islâmico deve ser proibido na Europa...»

Rui D. ainda colocou os ciganos na mira por causa da «subsidiodependência», termo habitual do *venturês*, língua franca do Chega: «IRS — Multa que pagas por seres um membro produtivo da sociedade; RSI — Prémio que recebes por seres um membro improdutivo da sociedade» era o texto que acompanhava uma imagem partilhada pelo elemento da PSP. O BE e Mamadou Ba, dirigente do SOS Racismo, eram, também, alvos deste polícia.

Fora da lei

A Lei dos Partidos Políticos, no seu artigo 21.º, era clara: militares, agentes militarizados dos quadros permanentes, agentes dos serviços ou das forças de segurança, quando em serviço efetivo, não podiam estar filiados em partidos. O dever de isenção destes profissionais proibia, igualmente, o exercício de qualquer atividade política ou partidária.

Este quadro legal não abrangia, por exemplo, o pessoal técnico da PSP que prestava apoio à atividade policial. Por isso, José Dias pôde ser militante do Chega e ocupar, até ao congresso de Coimbra (2021), a vice-presidência do partido. Os inspetores da ASAE e os guardas prisionais, onde o Chega tinha grandes apoios, também não estavam impedidos de se filiarem em partidos, assumirem cargos dirigentes ou de se candidatarem a eleições.

O perfil da agente principal da PSP do Porto Sónia M. nas redes sociais era, em grande parte, blindado à curiosidade alheia, mas a operacional medalhada não se encolheu quando questionada sobre a filiação no Chega, a violação da lei e do regulamento disciplinar daquela força de segurança. «Não estou preocupada, é mais uma prova de que algo tem de mudar», respondeu-me, seca, pelo telefone, confirmando ser militante do partido. «Continuo a defender as posições do Chega.» Mais não disse.

«Não posso ter as minhas simpatias políticas, é proibido?», glosou, também do outro lado da linha, o agente principal da PSP de Lisboa António N., outro com medalha de comportamento exemplar, sem alimentar o diálogo. Contudo, os perfis nas redes sociais diziam muito sobre o pensamento deste polícia inscrito no Chega. No Facebook, dirigiu vários *posts* a negros e ciganos. «Ora vamos lá espalhar mais um (segundo algumas tendências parlamentares) coitadinho das minorias!», comentou, a propósito da fuga de um recluso da cadeia de Sintra. Na partilha de uma notícia sobre um caso de droga, referiu-se a «um bando de pessoas, popularmente conhecidos por ciganos (não frequentei as aulas de cidadania)», e acusou a «esquerdalhada» de proteger a «etnia romani». No mural, a apologia do partido e de Ventura era recorrente: «Claro que sou Chega, enquanto cidadão, enquanto cidadão de segunda abstenho-me», escreveu António N. por cima da foto do líder do partido. «Anticomuna» assumido, exultou com a vitória de Meloni: «Extrema direita ganhou em Itália, boa eleição!» Quando, em 2020, Ventura «esmagou» o orçamento de António Costa, partilhou o *link*

com a foto do chefe de governo e a seguinte legenda: «Ultimamente, as chamuças andam muito fritas.»

Onde estavam as fronteiras? «Estas pessoas gozam dos seus direitos fundamentais, como o direito à liberdade de expressão, mas dificilmente este direito protege discursos de ódio, racistas e fascistas. Nos conteúdos que tocam estas baías, já não estão no exercício legítimo de direitos fundamentais», explicou-me a constitucionalista Teresa Violante. «A instrumentalização de agentes de autoridade, forças policiais e militarizadas por movimentos autocráticos é um fenómeno que tem vindo a ocorrer noutras jurisdições, como, por exemplo, no Brasil e EUA, e contribui para erodir as democracias.» E deixou a advertência: «Estas pessoas têm um estatuto que as vincula a especiais compressões em alguns dos seus direitos fundamentais (tais como liberdade de associação e de expressão). O Estado e os serviços de segurança devem estar atentos a estes fenómenos e aos riscos para o regime e as instituições que deles podem advir.»

Chega escondido...

Dois caudais confluíam para engrossar o Chega: enquanto muitos destes homens e mulheres aderiam ao partido de forma voluntária, outros eram seduzidos por elementos do próprio partido para as suas causas.

Voltamos ao Alentejo. Numa manhã de novembro de 2022, liguei a Manuel C., a perguntar se era ele o agente do Comando Distrital de Évora da PSP que coordenava as concelhias do Chega na região. «Sim, sou eu mesmo», respondeu, desassombrado. Questionei-o sobre a incompatibilidade entre a pertença à PSP e a ligação ao Chega, mas desligou sem esclarecer se tinha funções policiais administrativas ou se era um operacional.

O guarda principal Nuno G., do Comando Territorial de Évora da GNR, saiu do Chega a 6 de abril de 2020. Nem um mês ocupou o cargo de tesoureiro da distrital. Quando convidado para o cargo, não consultou a corporação nem os regulamentos para saber se estaria a infringir a lei e a violar a disciplina. No Chega, garantiram-lhe que não. Ele acreditou e até lhe deram o exemplo de Hugo Ernano, outro GNR das fileiras do partido. Havia, porém, um «detalhe»: o militar condenado a quatro anos de prisão, com pena suspensa, não estava no ativo. Ora, não era esse o caso de Nuno G. Arrependido, caiu então na realidade e logo se afastou. A mulher, que também se filiara, fez o mesmo. «Bastaram meses para conhecer o Chega: corrupção, nepotismo e falta de democracia. Tudo o que criticam nos outros», desabafou o militar.

Carlos S., agente principal da investigação criminal do Comando Distrital de Évora da PSP, dinamizou e partilhou propaganda do Movimento Zero, surgido em maio de 2019 no Telegram. A insatisfação de milhares de polícias, guardas e militares teve então uma corrente digital. Nascido a partir da revolta com o caso da esquadra de

Alfragide, no qual foram condenados oito agentes da PSP por crimes cometidos contra seis jovens da Cova da Moura, o movimento teve adesão em 364 postos da GNR e da PSP no país, e pontes para dirigentes de topo do Chega, entre eles Nuno Afonso, José Dias e Hugo Ernano.

O agente da PSP de Évora Carlos S., também medalhado, não ocultou, no perfil aberto no Facebook, a sintonia com o partido em que se inscreveu na fase mais tensa da relação dos polícias com os governos do PS. O que mais chamava a atenção eram duas publicações entre 2018 e 2019. Uma, a substituição da expressão «com um olho no burro e outro no cigano» por «com um olho no [então ministro das Finanças] Centeno e outro no indiano [António Costa]». Quando lhe perguntei como justificava a militância no Chega, os escritos no Facebook e as funções na PSP, Carlos S. não quis responder.

Por seu lado, Duarte S., da Unidade de Intervenção da GNR de Coimbra, praticante de artes marciais e de defesa, não disfarçou a surpresa quando, pelo telefone, lhe fiz perguntas sobre a filiação no Chega. Por longos segundos, ouvi apenas a sua respiração. Depois, pediu umas horas para pensar se aceitaria abordar o tema. De novo contactado, nada quis dizer.

Manuel N., agente principal da PSP de Viana do Castelo, outro medalhado, respondeu por *email*: «Fui, mas já não sou [militante].» Por aí se ficou.

Agente principal da PSP do Porto e antigo militar da Polícia Aérea, Hélder M. aderiu ao Chega após a primeira eleição de Ventura. Nas redes sociais, a afinidade era clara. «Estão a conotar este senhor de Extrema Direita porque está realmente a apontar o dedo aos males e podres deste governo», comentou, dias antes de se inscrever no partido. O polícia partilhou desinformação sobre a pandemia, assumindo a costela negacionista.

Roberto C., GNR do distrito de Santarém com medalha de comportamento exemplar, era a prova de que a política pode unir aquilo que o futebol separa. O militar aderiu ao Chega, entusiasmado, nos primórdios do deputado único. Ventura, escreveu nas redes sociais, era «alguém com eles no sítio». Uma evolução considerável tendo em conta que, três anos antes, o mesmo GNR, adepto do Sporting, se referiu ao então comentador de futebol da CMTV como «palhaço Ventura».

Além dos casos já aludidos, havia mais filiados: dirigentes ligados ao Sindicato Unificado da PSP e ao Sindicato dos Profissionais de Polícia, elementos do Comando Metropolitano de Lisboa e do Comando Distrital de Setúbal, agentes principais em Sintra, um profissional da divisão de segurança aeroportuária nos Açores, militares paraquedistas, um cabo do Comando Territorial de Setúbal da GNR e um militar da Polícia Marítima. À lista não faltavam polícias que eram treinadores e praticantes de boxe, de artes marciais e de defesa, e militares com experiência em missões internacionais.

Os sinais de alarme

Em janeiro de 2020, meses após a eleição de Ventura como deputado, um artigo na revista *Segurança & Defesa*, da autoria de Agostinho Costa, antigo segundo-comandante da GNR, alertava: «Indicadores como o relatório sobre Portugal, da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), bem como a presença de elementos das forças de segurança nas listas de candidatos de um partido protofascista às eleições ao Parlamento Europeu, não podem ser menosprezados.»

O major-general referia-se aos candidatos do Chega na coligação Basta, quando o partido ainda era um recém-nascido. Em 2022, perguntei-lhe se queria rever o que tinha dito. Os tempos eram outros, mas não retirou uma vírgula. «O problema da infiltração de extremistas nas forças de segurança e nas Forças Armadas é real.» Depois, corrigiu. «Na verdade, não se trata de infiltração por parte da direita radical populista. As ideias já lá estavam. O ambiente policial e militar é propício a quadros mentais de defesa da autoridade assente na força e na repressão. O gigante está na lâmpada, precisamos é de não o abrir», advertiu este membro do Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Numa investigação de 2022 realizada sob o chapéu do Instituto Universitário Militar, intitulada «A influência do extremismo ideológico nas Forças Armadas», da autoria de Rita Parreira, da Polícia Aérea, detetaram-se diversas lacunas internas. Faltava consciencialização e sensibilização no combate a extremismos ideológicos, eram permitidos acessos a conteúdos extremistas em redes da estrutura das Forças Armadas, a monitorização dos sistemas informáticos era deficiente, a capacidade de deteção e identificação de indivíduos em redes sociais era reduzida e não havia *software* dedicado à pesquisa de tendências extremistas no Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL), além de as políticas relativas a comportamentos desviantes serem fracas. Mais «buracos» para a extrema-direita entrar seria difícil.

O brigadeiro-general Lemos Pires confirmou a apreensão antiga sobre a radicalização de militares. As Forças Armadas tinham o «exclusivo da violência organizada» e «da panóplia de instrumentos mortais», e isso tendia, segundo o militar, «a fascinar movimentos radicais de extrema-direita». Apenas uma formação técnica em princípios sociais, direitos, valores, liberdades e garantias constituíam «o antídoto mais eficaz que existe para que, dentro das fileiras, não existam núcleos extremistas suficientemente grandes que possibilitem constituir metástases que se espalhem rapidamente».

Quando o Chega colocou os direitos de polícias e militares na agenda, o alentejano Nuno M., da PSP de Lisboa e ex-elemento do corpo de segurança pessoal do ex-ministro da Justiça do PS Alberto Costa, entusiasmou-se. Além dos louvores recebidos, participou em missões internacionais em Timor e granjeou fama de destemido por entrar nas zonas problemáticas de Lisboa, arrasar primeiro e perguntar depois. «Fui cativado pelo facto de o André Ventura proteger as forças de segurança e fazer reivindicações em nosso nome», explicou-me.

Dias antes da manifestação do Movimento Zero junto à escadaria da Assembleia, cujo caráter «um pouco à margem da lei» não o atraiu, Nuno M. inscreveu-se no Chega por via digital. «Para surpresa minha, não recebi o cartão de militante e nunca paguei quotas. Estranhei, mas, entretanto, aconteceram tantas coisas que acabei por não ligar mais a isso.»

Quando tentou aderir ao partido estava no ativo. Jurou-me desconhecer limitações impostas à filiação partidária e atividade política. «Estou a saber por si, não tinha consciência nem nunca me preocupei com isso. Se calhar fui inconsciente, mas vi tantos colegas meus no ativo a fazerem campanha pelo André Ventura que julguei não haver problema.»

Suspenso de funções em 2022, o agente da PSP era acusado em dois processos judiciais, a aguardar julgamento, embora estivesse «de consciência tranquila»: um sobre uma alegada colaboração com um gangue envolvido no tráfico de droga; outro por suspeita de ajudar o mediático cozinheiro Ljubomir Stanisic a atravessar a ponte 25 de Abril em pleno confinamento, em direção a Grândola, em troca de uma garrafa de rum da produção própria do *chef*.

Os discursos de ódio de polícias da PSP e militares da GNR resultaram, em 2024, em 13 processos disciplinares. Desses, seis foram castigados. Alguns estavam ligados ao Chega. No inquérito, cuja abertura foi ordenada pelo ex-ministro José Luís Carneiro, a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) enfrentou dificuldades para identificar nomes de potenciais infratores.

Uma delas prendeu-se com o facto de o Ministério Público entender que os comentários em grupos fechados das redes sociais seriam muito difíceis de provar, podendo o seu acesso ser entendido como violação da privacidade.

Não era o caso dos que retratava no meu artigo: esses escreviam e violavam leis e códigos de conduta às claras, sem pudor. E a IGAI chegou rapidamente a eles. Entre 2018 e a data da investigação, abriram-se 36 processos disciplinares a militares da GNR e a agentes da PSP por comportamentos ou atitudes racistas, xenófobas e radicais no desempenho de funções ou resultantes de publicações nas redes sociais. Havia até comentários dirigidos a colegas. Hélio Baiona, agente principal da PSP, foi alvo de processo disciplinar por comentários racistas sobre um GNR cigano na página *Comunidade Chega*.

Na sequência da minha investigação, houve desfiliação generalizada do Chega por parte de polícias e militares, segundo fontes do partido com acesso à base de dados. Receosos de uma eventual exposição pública da sua identidade e da ilegalidade dessa militância, cancelaram a inscrição no partido.

Por último, tive ainda direito a um comentário do criminoso neonazi Mário Machado no antigo Twitter: «Jornalista terrorista», chamou-me, para gáudio dos seus seguidores, que me lançaram ameaças em catadupa. Se dúvidas houvesse, comprovava-se a minha inabilidade para fazer «amigos de bem».

PASSA POR MIM EM SANTARÉM

Em janeiro de 2023, André Ventura tinha no gabinete um quadro com uma imagem do papa Pio XII, um crucifixo e fotografias, uma delas com Abascal, líder do Vox. Assim se deixou captar para o órgão oficial do partido, *Folha Nacional*, a pretexto da apresentação das propostas do projeto de revisão constitucional do Chega, carregado de ideias velhas: prisão perpétua, castração química, redução de deputados, voto obrigatório.

Quem lesse o jornal, ficava com a ideia de que essa era a prioridade, mas o Tribunal Constitucional impusera-lhe outra: a realização de mais um congresso para repor a legalidade no partido após mais um «chumbo» dos juízes. Era o quinto, em menos de quatro anos de existência, e não seria o último: em Santarém, o partido violaria novamente as regras da transparência e da democracia definidas pelo TC e, dali a um ano, repetiria a dose.

O congresso do pavilhão de exposições do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, na região ribatejana, de 27 a 29 desse mês, foi marcado pelas ausências e por não haver sequer vislumbre de uma ténue oposição interna. Nuno Afonso, que passara a vereador independente em Sintra, anunciara a sua saída do partido dias antes. Acusou Ventura de desrespeitar os militantes de base — «agora que o Chega custa 10 milhões ao Estado e o presidente tem todas as despesas pagas, incluindo carro, portagens, estadias, motoristas, refeições e digestivos, já não precisa deles» — e condenou o clima intimidatório. «Quando não pode afastar a oposição interna, o André “compra-a” com assessorias, cargos ou lugares, mas, mais tarde ou mais cedo, deixa toda a gente pelo caminho.»

Era este, segundo o fundador, o retrato da «liderança totalitária» de Ventura, mas, visto de fora, o Chega trepava nas sondagens. «A maioria dos eleitores não entende o que se passa dentro do partido. Se soubessem o líder autoritário que Ventura se revelou, percebiam o que pode acontecer ao país se alguma vez este homem chegar ao

poder», avisou Nuno Afonso. «Manda castigar, perseguir e expulsar os militantes que o contrariam. Agora imaginem-no à frente do país...»

Nem todos os fundadores estavam de saída. Alguns voltavam à carga.

Fernanda Marques Lopes ameaçava, uma vez mais, recorrer ao TC para repor a legalidade democrática do Chega. «Vai ser tudo repetido outra vez, não tenho dúvidas», disse-me dias antes do congresso. Teria razão dali a uns meses.

Cáustico, também fundador e quadro da Autoeuropa, Joaquim Chilrito afastara-se para bem longe de Ventura. «O Chega é uma agência de empregos para um conjunto de desocupados e sem-abrigo obedientes ao chefe. Se o André os mandar despejar o lixo ou limpar a sede, eles cumprem.»

Anos volvidos, Chilrito não via um resquício da força política dos primórdios. «O partido», disse-me, «faz *marketing* financeiro através da política, é quase um esquema Ponzi [fraude em pirâmide]». Dito de outro modo: «É uma multinacional, preocupa-se mais em recolher capital para a sua clientela do que em apresentar soluções para o país.»

Um partido capital

Uns capítulos atrás, vimos como o Chega atraiu cada vez mais doadores para a sua ação política. Os recursos financeiros tiveram grande impulso a partir de 2020 e consolidaram-se nos anos seguintes.

Os extratos bancários refletiam a capacidade de atração do partido em quase todos os grupos sociais e em todo o território. Ou até mesmo além-fronteiras. Por vezes, havia pequenos donativos, contados ao cêntimo, dando a ideia de que alguém quebrara o mealheiro lá de casa para ajudar o Chega, mas não faltava quem transferisse tranches regulares, em alguns casos perfazendo centenas ou milhares de euros. Chegados ao início de 2023, o partido bem podia esfregar as mãos de contente a esse respeito.

Nem sempre, porém, o dinheiro que entrava era o mais importante. Às vezes, valia mais de onde vinha. O protagonismo público do economista Pedro Ferraz da Costa, o «patrão dos patrões» (ex-líder da CIP — Confederação da Indústria Portuguesa), vinha do tempo do cavaquismo. Permaneceu em alta e com boa imprensa, diga-se. Em 2022, o presidente do Fórum para a Competitividade deu 2500 euros ao Chega. A sua história dava um capítulo inteiro. As frases que profere, bombásticas, são um manual do patronato com tiques à Ventura: «Quem quer trabalha e os que não trabalham é porque não querem», afirmou ao jornal *i*, em maio de 2023.

Comendador, Ferraz da Costa entrou no negócio da canábis para fins medicinais através da *holding* familiar. De falta de frontalidade nunca sofreu. Ventura, afirmou ao *Novo* em 2023, «é o único que vive isto profissionalmente, não perde uma oportunidade de afirmar os seus pontos de vista, é corajoso e sabe comunicar. Se olharem à volta,

nos outros não existe nada comparável». Para Pedro Ferraz da Costa, era perda de tempo, e «mau para o país», esperar que Ventura chegasse aos 40% de eleitorado, «mas», advertiu, «se as coisas do nosso lado continuarem desta maneira, ele vai chegar com certeza».

No dia 27 de janeiro de 2023, saí pelas 12h30 do terminal de autocarros de Campanhã, no Porto, rumo a Santarém. Já no veículo, olhei de relance para um dos bancos: aí estava Maria Helena Costa, a evangélica e escritora que entrevistara na Póvoa. Mastigava um lanche enquanto bebericava um sumo. Convidou-me para me sentar ao seu lado e assim fui até Fátima, local da primeira paragem.

Maria Helena levava na mão, já com leitura andada, um livro de Chesterton, *Hereges*, obra referenciada pelo padre brasileiro Paulo Ricardo, defensor do direito à posse de armas, apoiante de Bolsonaro e seguidor de Olavo de Carvalho. «As grandes heresias modernas estão todas aqui», disse. Perguntei-lhe se também ia para o congresso do Chega. «Não», respondeu, quase indiferente. «Vou a Lisboa fazer umas conferências e falar com um professor da escola António Arroio, onde mais de metade das crianças fez, ou quer fazer, transição sexual ou de género», explicou. Ainda tive a tentação de lhe perguntar onde fora buscar tais informações, mas deixei cair essa ideia.

Uma coisa, porém, era Maria Helena não ir ao conclave do Chega. Outra, bem diferente, era não se fazer representar. Segundo me explicou, era coautora da moção do Porto redigida pelo monárquico José Carvalho, que viria a ser eleito deputado do Chega em 2024 e 2025. A estratégia dela era simples. «Distribuir a agenda da ideologia de género por várias áreas políticas de direita», explicou, antes de nos despedirmos na breve paragem em Fátima.

Optei por reservar um apartamento em Santarém, no centro da cidade. Paguei 50 euros por dois dias, e instalei-me. A «festa» ia começar. E até uma famosa casa de alterne me sairia na rifa.

Universos paralelos

Alguma da fina-flor da extrema-direita internacional era esperada no CNEMA.

Líderes e dirigentes fariam ouvir-se no domingo, último dia do congresso. Presencialmente ou por mensagem de vídeo, estariam Rocío Monasterio (Vox, Espanha), Kinga Gál (Fidesz, Hungria), Tino Chrupalla (AfD, Alemanha), Cláudiu Târziu (AUR, Roménia), Boris Kollár (SME Rodina, Eslováquia), Tom van Grieken (Vlaams Belang, Bélgica), Geert Wilders (VVD, Países Baixos) e Jordan Bardella (Reagrupamento Nacional, antiga Frente Nacional, França).

André Ventura tinha entronização e aclamação garantidas pelos quase 600 delegados. Desta vez — surpresa! — não havia um único cartaz com o rosto do líder. Era o congresso da institucionalização, de azuis e vermelhos mais carregados ou subtis, ar europeu respeitável, mas a chegada a Santarém tinha sido feita a reboque de

violações dos estatutos, suspensão do método de Hondt na eleição de congressistas e outras artimanhas. Sem decisões examinadas ou contestadas e as divergências solucionadas na secretaria e nos bastidores, Ventura quase poderia ser empossado por decreto. Assinado por ele, claro.

No palco, reservado para os principais órgãos do partido, havia duas mesas, três mulheres e sete homens. Ventura, de gravata vermelha, camisa branca e casaco escuro, afirmou-se preparado para governar e garantiu a conquista da «terra prometida» com sangue, suor, lágrimas «e muita fé».

Ouviram-se as habituais evocações do Portugal «grandioso», de D. Afonso Henriques ao inevitável Deus, Pátria, Família, Trabalho. O passado estava, pelos vistos, bem entregue, mas o presente inspirava cuidados: o consultor de engenharia Jorge Martins, por exemplo, sentia-se relegado para o «grupo dos maus» por ser heterossexual, branco e... pobre. «Cada vez que ligo o meu carro com quinze anos porque não tenho dinheiro para comprar outro, sinto-me culpado por estar a destruir o planeta», lamentou. «Não me deixam subir socialmente, não me deixam sentar à mesa das elites, só posso comer as migalhas que atiram para o chão.»

Tudo muito diferente da cena parlamentar. Por esses dias, Bárbara Reis retratava no *Público* o ambiente de «taberna» na bancada do Chega. O artigo reunia um repertório de urros, provocações, gritos, gargalhadas, misoginia, incidentes, obscenidades e até violência física. Chegados às comissões, os deputados transfiguravam-se: afinal, também eram discretos, diligentes e cooperantes. Só não iam à cantina da Assembleia: preferiam o restaurante.

No congresso, Duarte Machado tirou os delegados da modorra. Risco ao lado, aprumado, óculos grossos, era (ou fora) várias coisas: professor de Religião e Moral, empresário de *marketing* digital, secretário auxiliar do Patriarcado de Lisboa, deputado municipal em Maфра. Chegou e proclamou: «O serviço educativo está na miséria desde o 25 de Abril. Alunos assistem aos jogos no telemóvel na sala de aula desde o Mundial do Catar», revelou, acabando a citar Olavo de Carvalho: «As universidades são escolas de analfabetos funcionais.» Foi dos mais aplaudidos.

Vi, então, aproximar-se do palco um ídolo dos jovens do Chega, pinta de galã afetado, autodenominado «macho tóxico», de barba aparada e ar de «não estou interessado», mas a pedir o contrário.

Gonçalo Sousa é um *youtuber* português, *influencer* com mais de 100 mil seguidores. É patrocinado pela Prozis, uma das maiores lojas *online* de suplementos desportivos, cujo dono, o excêntrico milionário Miguel Milhão, é acérrimo ativista antiaborto e trata os críticos como «canzoada» e «pulhecos de merda». Milhão vê em Ventura «o futuro primeiro-ministro», mas já disse não precisar de Portugal «para nada». Nem da Prozis. «Tenho recursos ilimitados.» Em 2025, andava a recolher assinaturas para um partido unipessoal, o Partido Quinto Portugal, PQP, para mudar a Constituição e «aclamar o guru»: ele próprio.

Gonçalo Sousa não destoava muito disto, à parte os recursos. «Qualidade financeira, amigos fiéis e uma gaja boa que seja uma boa gaja», é o seu conceito de vida. É polémico, claro, como não? «Para quê ir a África mais vezes quando Portugal já está a ser invadido por ela?», perguntou, certa vez.

Em 2021, concorreu nas listas do Chega à Câmara de Oeiras. Andou pelo gabinete de estudos e frequentava eventos da juventude do partido. Propagandista militante da supremacia branca, dava palco, nos seus canais, a convidados do mesmo tronco ideológico, como Mário Machado. No congresso de Santarém, elogiou os parceiros do Chega — Orbán, Meloni e Marine Le Pen — e alertou para o perigo muçulmano: «No ano passado, havia ex-membros do Estado Islâmico a trabalhar em *call centers* em Benfica.»

Noites de Santarém

Sábado à noite, 28 de janeiro de 2023, segundo dia do congresso.

Fernanda Marques Lopes veio de Torres Vedras para jantarmos. Fomos no carro da advogada e do seu marido para o restaurante Os Torricados, onde Gerardo Pedro, filho da terra, nos aguardava à entrada com um «balão» de *gin* a bailar nas mãos, de sorriso matreiro.

Pelas mesas havia delegados do Chega, excursionistas da direita radical populista. Para a nossa, veio carne na chapa e um tinto escolhido por Gerardo, enquanto desfiava histórias de quatro meses de trabalho político na Guiné-Bissau. Comentavam-se as últimas do congresso, Fernanda recebia mensagens de delegados e iam entrando mais militantes para jantar.

No escritório, a advogada dedicava parte do tempo a casos relacionados com a mediação de conflitos, mas os embates legais no interior do partido também lhe caíam nas mãos. Quando isso acontecia, ela entretinha-se a enviar contestações para o Tribunal Constitucional e a emperrar a vida ao seu antigo colega, André Ventura. Confessadamente, dava-lhe um certo gozo.

Nascida em Peniche, registada no Vimeiro, a fundadora do Chega sempre quis ser advogada. Em pequena, quando lhe ralhavam, tinha sempre resposta. A política está-lhe nas veias. Por ela, ferve. Deixara para trás uma forte ligação ao PSD, partido do qual foi dirigente na Lourinhã. No Chega atingira o ponto de não retorno, mas continuava filiada «só para chatear».

«No início», ironizou, «o partido parecia uma empresa sem interesse e a dar prejuízo, mas quando começou a ter lucros toda a gente quis ser acionista». Daí a partido do sistema, foi um instantinho. «Hoje compram-se pessoas com cargos e assessorias nas autarquias, onde der... Há um clientelismo à volta do Chega. É mais do mesmo, mas para pior: ainda não se tinha visto deputados a fazerem aquela figurinha no parlamento...»

O trio de cicerones estava animado. Sugeriram então dar-me a conhecer aquele que, segundo Gerardo Pedro, era dos roteiros mais frequentados por dirigentes do Chega no vale de Santarém por ocasião de iniciativas no distrito: o La Siesta, espaço de diversão noturna de fama internacional, casa de alterne da Kikas para os menos letrados. «Não há evento do partido por estas bandas que não acabe na Kikas», riu-se Gerardo, reavivando memórias, episódios e clientes do Chega em catadupa, relatos impublicáveis. «Com sorte, ainda esbarramos em algum congressista...», brincou Fernanda.

A empresa da gestora do bar, Maria da Conceição, a famosa Kikas, recebeu por três vezes o prémio PME Líder, atribuído pelo Turismo de Portugal. Em 2002, já havia embolsado quase 95 mil euros de fundos europeus.

Aquela não era das noites mais animadas, a pista de dança estava despida. O aparente «deserto» talvez tivesse explicação: meses antes, uma rusga do SEF «varrera» o bar por suspeitas de lenocínio e branqueamento de capitais. Pelo menos 25 mulheres estariam em situação irregular, fora a exploração sexual de mulheres estrangeiras e outros delitos. Quando nos apressávamos para sair, deu então à «costa» um trio de dirigentes do Chega das ilhas. Não era o «peixe graúdo» que Fernanda e Gerardo esperavam, mas não se perdera tudo. Quanto a Kikas, «empresária da noite», venderia, mais tarde, o La Siesta a espanhóis e abriu um restaurante em Almeirim com o seu nome e oferta melhorada: espetáculos de *strip* misto, lutas na lama e campeonatos de touro mecânico.

No domingo, último dia do congresso, Geert Wilders, do extremista Partido para a Liberdade holandês, entrou no recinto do CNEMA rodeado de uma dezena de seguranças. «O marxismo globalista quer destruir o nosso conceito de família. Se hoje reconhecer que existem apenas dois sexos, homem e mulher, é considerado algo extremo, então chamem-me extremista», dizia, entretanto, Tom van Grieken, do partido flamengo Vlaams Belang. «Fico feliz por estar aqui em Santarém, lugar onde o rei Afonso [Henriques] derrotou os invasores islâmicos vindos de Marrocos», elogiou Geert Wilders. «A Europa precisa hoje de outro rei tão corajoso quanto ele.»

Ventura saiu de Santarém como se lhe tivessem vestido essa pele.

Meses depois, o Tribunal Constitucional considerou, de novo, «inválida» a convocação daquele congresso e anulou todas as decisões aí tomadas na sequência do pedido de impugnação de Fernanda Marques Lopes. Para todos os efeitos, e segundo o TC, o Chega continuava irregular e com práticas pouco saudáveis para a democracia. Como seria quando o poder estivesse mais perto?



TRABALHO

AS MIL E UMA REDES DA DIREITA

À partida, os nomes de Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira nada dizem à generalidade dos portugueses, sejam eles mais ou menos informados e ilustrados. Mas deviam.

O casal brasileiro — ela, mestre em Comunicação Política, ele sociólogo, ambos pela Universidade do Porto — é dos maiores responsáveis pela vitória de Lula da Silva sobre Jair Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2022. O seu trabalho ao serviço da equipa de advogados do presidente eleito do Brasil permitiu desarticular milícias digitais bolsonaristas, de extrema-direita, promotoras de narrativas mentirosas.

A campanha de Lula obteve, junto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decisões judiciais que removeram conteúdos falsos massificados por 75 perfis nas redes sociais a partir da «teia» de Carlos Bolsonaro. «O TSE entendeu que aquilo que vale para meios de comunicação também vale para a Internet», explicou-me Fernanda Sarkis quando, em março de 2023, falámos por videochamada.

No Brasil, uma decisão da justiça eleitoral não se limita a suspender conteúdos falsos de um perfil nas redes sociais — vai muito mais longe. Numa analogia simples, usada pela revista *Piauí*, significa apagar um capítulo, ou um conjunto deles, de uma história promovida pela rede de desinformação. É como se, no mundo analógico, jornais gratuitos deixassem de ser distribuídos nas paragens de autocarro ou nas estações de metro por publicarem falsidades. No digital, é só multiplicar isso por milhares — ou milhões — de pessoas, que ficam assim protegidas de conteúdos falsos. Ao segundo.

Resultado: as redes bolsonaristas perderam tração, lógica e influência, embora difundissem, durante meses, manipulações e matérias enganadoras destinadas a condicionar o resultado eleitoral. Disseram que Lula criaria WC mistos, destruiria o «agronegócio», perseguiria trabalhadores «uberizados», confiscaria bens e incentivaria o uso de drogas, a masturbação infantil e a pedofilia. Manipularam áudios para o ligar

a esquemas de corrupção e assassinatos. Plantaram suspeitas sobre ligações do candidato ao Primeiro Comando da Capital (PCC), a maior organização criminosa do Brasil, e de que teria até agradecido a pandemia. Havia *fake news* sobre financiamentos à Venezuela, perseguições aos cristãos e as supostas investidas de Lula para beijar uma criança.

A princípio, o avanço do bolsonarismo nas redes sociais foi estancado. A seguir, foi desmembrado no tribunal. E perdeu na contagem de votos.

O «consórcio» das direitas

O método de Fernanda e Marcus, inspirado num conceito do antropólogo e sociólogo francês Bruno Latour, é complexo, mas explica-se sem labirintos.

Começam por identificar o tema da controvérsia no espaço digital. Depois, seguem o rasto deixado por «atores» e perfis nas redes sociais a propósito dessa discussão. Por fim, analisam como eles se cruzam e interagem, enquanto associam outros assuntos e organizações do mesmo padrão ideológico. Depois, claro, percebem como se propaga tudo isso. Com ou sem desinformação.

A dupla brasileira não pesquisa pessoas, mas vai dar a elas. Investiga e cartografa o arco narrativo a partir da controvérsia identificada. Ilustra como ele se constrói, agrega e dissemina as mensagens. Com quem e em que redes de interesse. O resultado gráfico é uma teia com uma geografia de rostos, publicações, instituições e inúmeros *links*.

Em Portugal, Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira trabalharam para o PS. Em parte, a maioria absoluta socialista de 2022 também é deles.

Aplicado depois no Brasil, de forma mais vasta, o objetivo foi destapar o ecossistema mediático de extrema-direita e perceber como o «hipermercado» de conteúdos das novas e velhas direitas amplifica e adapta narrativas para os diferentes palatos das redes sociais, fabricando «consensos» à volta deles.

Advertência aos teóricos da conspiração: não se trata de identificar uma estratégia orquestrada por qualquer *master mind* a partir de uma sala escura num local remoto — embora no Brasil houvesse disso —, mas registar a forma como os afluentes narrativos das direitas convergem, sem se combinarem, para cursos de água comuns, maiores, e se alimentam deles.

Em Portugal, Fernanda e Marcus detetaram a influência das redes transnacionais nos enredos. Trata-se, segundo Marcus, de instituições e fundações externas articuladas ao longo de décadas e com influência regional nos diversos países, Portugal incluído. O Acton Institute e a Atlas Network, organizações norte-americanas, são o principal chapéu narrativo e financeiro para a defesa do livre mercado, de *think tanks* libertários de direita radical e ações de lóbi contra legislação favorável ao aborto e até contra as alterações climáticas. É uma rede mundial robusta, fiel a uma ética católica

conservadora, voltada para a ocupação de espaços digitais e que também agrega liberais de diferentes matizes. «A Atlas é uma grande rede de *think tanks* e um marco de ocupação das redes digitais no Brasil», explica Fernanda Sarkis. «Usaram a mesma estratégia em Portugal.»

Os seus *links* no nosso país remetem para o Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica, onde se destacam professores como André Azevedo Alves e João Carlos Espada (editor da revista *Nova Cidadania*), ou Rita Seabra Brito, diretora do Estoril Political Forum, o «maior encontro de estudos políticos em Portugal», segundo Alejandro Chafuen, rosto do Acton e antigo CEO da Atlas Network. Para o economista argentino, fã de Javier Milei, é àquele evento que o IEP vai buscar parte do capital humano que depois expande para diversas áreas de intervenção. «O Acton é dos que têm maior influência no instituto», garante a comunicadora política brasileira. Na rede Acton-Atlas entra ainda o Instituto + Liberdade (IML), este com fortes vínculos à Iniciativa Liberal.

Em 2020, segundo o *Sete Margens*, jornal digital de religiões, espiritualidades e culturas, o Acton promoveu no Penha Longa Hotel (Sintra) um encontro internacional de bispos críticos do Papa Francisco, ao qual não reconhecia autoridade em matéria económica e ecológica. Em 2023, no mesmo local e com uma ida a Fátima no programa, houve outro encontro organizado pelo Acton, financiador da agenda católica ultraconservadora na Europa. Desta vez, foram mais de 100 bispos de 38 países.

O padrão da novela digital dominante em termos transnacionais é liberal na economia, de maioria conservadora nos costumes e fiel à ideia das benesses do capitalismo para os pobres. Descontadas certas *nuances*, a identidade comum, cunhada pelos valores judaico-cristãos, estende-se através de um ramo de direita mais radical, por meio do qual mobiliza e multiplica as bases eleitorais e ajuda a desenvolver o novelo digital de Trump, Milei, Orbán, Meloni, Abascal, Bolsonaro ou Ventura.

Na vertente mais extremada da «rede», ou nessa cruzada, fixada na família «tradicional» e no anticomunismo, não existem grandes variações na condenação da «ideologia de género», do aborto ou do consumo de drogas. «A extrema-direita usa linguagem mais tosca neste ecossistema mediático e dá ideia de ser algo distante das outras direitas, mas o discurso é feito na mesma base, adequando a linguagem aos diversos paladares ou fazendo associações mais discretas», descreve o casal de investigadores brasileiros.

Uma caricatura talvez explique melhor. «Se mergulhar nos blogues e páginas católicas sobre a Virgem Maria, aquilo soa inorgânico, com linguagens e formatos diferentes. Parece um monte de doidos falando sobre um monte de coisas», brinca Marcus, mas só uma coisa interessa para ampliar a discussão: «É a mesma santa, o mesmo conteúdo.»

Apesar das diferenças, as redes da Iniciativa Liberal (IL) e do Chega agregam «um tecido digital narrativo comum», explica o sociólogo. «Os dois partidos nunca conseguiriam os deputados que têm se não tivessem partilhado as mesmas dúvidas

sobre a esquerda e os governos socialistas num largo espectro digital», descreve Marcus Nogueira.

A extrema-direita é apenas uma das pontas da ocupação de redes, mas o ritmo e o caudal das «histórias» associadas a ela são estonteantes. Às vezes — muitas vezes — a narrativa simplifica, emociona e envolve. «Por um lado», refere Marcus, «vendem a existência de um projeto de destruição moral da sociedade, fechado nas questões do aborto, pró-vida e pró-família». «Por outro, federalizam a narrativa de que o socialismo ou a esquerda são contra a liberdade e os empreendedores, aumentam o peso do Estado e geram pobreza, estagnação e incompetência», completa.

Os conteúdos fazem a esquerda parecer envelhecida e surda a histórias que, goste-se ou não, criam identidade comum e vão diretas ao coração e à mente. É o caso, no Brasil, dos documentários e narrativas visuais em tom épico sobre a herança portuguesa no território e a mitologia de duas nações unidas pela tradição e por um passado heroico, uma cruzada a que é preciso voltar, defendem.

Em alguns temas, as universidades, o pensamento científico e a verificação jornalística são atropelados pelo caminho.

Ventura, «*baita* quadro»

Essa trincheira ideológica está a ganhar a batalha digital e Portugal não foge à regra. O Chega, tal como a rede transnacional de extrema-direita onde se insere, é ultradigital, de Liga dos Campeões, assegura Sarkis. Segue na frente e a larga distância dos outros partidos, ainda em negação, agarrados ao estilo analógico, à promoção de conteúdos ultrapassados e com uma cultura amadora de presença nas «redes».

«Para azar de Portugal», admite Marcus, «o André Ventura é um *baita* quadro. Muito bom! Subtil, leve, com humor, uma grande personagem». O facto de *instagramar*, de forma contínua, a realidade, em todas as plataformas, é um poderoso trunfo do Chega na batalha por território na geografia *web*. Os seus *lives*, vídeos e graças são gerados a uma dimensão tal que há sempre uma notícia sobre eles. «No Brasil», desvenda Marcus, «a ocupação digital por parte da rede de extrema-direita é de vanguarda, o TikTok é ultrafamoso. Está tão enraizado que até um aldeão pega no telemóvel e faz vídeos a contar como faz a horta». O Chega percebeu a receita e adaptou-a.

Enquanto as direitas, mais liberais ou extremadas, exibem uma linguagem mais dinâmica e criativa nas «redes», a esquerda não tem um enredo para contar. «Muitos trechos da sua história foram condenados e ela ficou sem argumento», explica o sociólogo. «Os relatos das direitas radicais, mesmo carregando carnificina, estão bem contados, bem amarrados, e eles, ao contrário da esquerda, não conflituam. Estão seguros da história que defendem.»

O caso dos imigrantes em Odemira, objeto de relatório de monitorização das redes por parte desta dupla de investigadores, é exemplar.

Recordemos: no final de abril de 2021, o elevado número de doentes com covid-19 no concelho alentejano levou o governo PS a decretar uma cerca sanitária em duas freguesias para conter os contágios. Descobriu-se que os trabalhadores agrícolas imigrantes viviam em condições indignas de salubridade e sobrelotação, entre outros abusos. O Executivo socialista ordenou a requisição civil do complexo turístico Zmar para forçar o confinamento obrigatório e o isolamento profilático. Houve contestação e o caso seguiu para os tribunais. Depois, chegou-se a um acordo.

A «onda» de Odemira no espaço digital cresceu, segundo Fernanda e Marcus, por causa da convergência de argumentos entre forças políticas de direita, do PSD de Rui Rio ao extinto Ergue-te (ex-PNR). Três tipos de discurso foram a mola: a defesa da propriedade privada contra a «venezuelização» do governo (argumento usado por Rio e Ventura), os problemas do SEF e da imigração e a corrupção. «Odemira gerou um volume de menções nas redes sociais superior ao volume difundido pelos *media*», contam os investigadores brasileiros. O tema deu origem a pulsão e engajamento. O dossiê «imigração» teve impulso e deu lastro ao discurso que combate soluções de esquerda e de centro-esquerda para resolver o problema. Diversas redes, em especial a que sustenta e difunde narrativas de extrema-direita, alimentaram o caudal.

Um dos argumentos mais partilhados foi verbalizado pela então emblemática influenciadora digital do Chega: a evangélica Lucinda Ribeiro. O governo socialista, disse ela, quer «tirar as casas dos portugueses para dar aos imigrantes». Foi a teoria que alcançou maior audiência digital, pelo menos ao longo de uma semana.

Como explicam Fernanda e Marcus, a «onda» Odemira é a metáfora perfeita do efeito das redes: ocupou espaço digital com várias narrativas em ação — até o caso BES foi associado ao tema —, gerou *overdose* de estímulos e ampliou ligações. «É como se a “maré” subisse com a onda e não voltasse ao sítio de partida», referem.

Neste caso, um perfil como o de Rui Rio está na mesma «maré» da extrema-direita. Queiram ou não os protagonistas, os algoritmos das redes sociais ligam perfis por afinidades temáticas, e o mecanismo de funcionamento das plataformas digitais estimula a proximidade. Fernanda e Marcus falam de uma espécie de «consórcio da direita» e dão como exemplo a difusão da ideia, em 2022, de que a «hegemonia socialista» gerou pobreza e décadas de estagnação económica.

Segundo os investigadores, até as divergências entre partidos de direita são essenciais para manter as mesmas narrativas à tona do digital.

Para Fernanda e Marcus, o líder do PSD «normalizou o Chega de modo a deslocá-lo da extrema-direita para a direita do espectro político». Foram vários, atesta a dupla brasileira, os seus contributos para relativizar propostas e posições do Chega: negou que fosse fascista, atenuou as referências de Ventura à prisão perpétua e alinhou, com matizes, no tema da subsidi dependência, entre outras posições. A ele correu mal — perdeu as eleições —, mas, na hora do voto, Chega e IL beneficiaram.

Mithá, o Chega e as «redes»

Mithá Ribeiro é dos quadros do Chega que melhor interagem nas redes de direita e extrema-direita, portuguesas e transnacionais. Além da blindada proximidade a Jaime Nogueira Pinto, é um «olavista», interligado com o Brasil por via dessa devoção intelectual. Enquanto «guionista» das suas narrativas, Olavo de Carvalho continua, depois de morto, a ser para a ultradireita o mesmo que Janete Clair foi para as telenovelas brasileiras.

Mithá conhece as instituições e os circuitos onde o debate ideológico da direita mais radical ganhou forma. «Ele é muito bom», assume Marcus Nogueira. «Tem a *finesse* necessária à atual política.»

O deputado do Chega foi investigador do IEP, da Católica, mas não guardou saudades. Teve convites para lecionar, «mas tudo muito condicionado por relações e simpatias pessoais», explicou, numa rara entrevista ao blogue *O Cão Que Fuma* (2020). Também não gostou do ambiente nem dos reparos sobre os seus posicionamentos públicos.

Manteve-se no instituto uns anos, mas com vínculo ao ensino secundário. Ao IEP — «universidade de direita», chamou-lhe — reconhecia robustez teórica, mas arrasava o seu nível metodológico: «É radicalmente provinciana, livresca, não sai da biblioteca ou do seminário para espreitar a rua, vivendo numa redoma de classe média e alta e, até, confundindo Lisboa com Londres.»

O IEP, porém, é, segundo Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira, importante para as redes das várias direitas. A dupla monitorizou o instituto em 2021. Descobriu ligações a quadros brasileiros mais extremistas, «muitos deles financiados por empresários do Brasil que também financiam a rede do Action Institute e da Atlas Network». No conselho editorial da revista *Nova Cidadania*, do IEP, encontraram um núcleo importante, do qual se destaca o monárquico Ricardo Rodríguez, ex-ministro da Educação de Bolsonaro, defensor da ditadura militar. Formador de quadros, Rodríguez representa a «ala olavista» do bolsonarismo no IEP, através do conselho editorial da *Nova Cidadania* e do Estoril Political Forum, do qual faz parte Zita Seabra. A editora tem, segundo os investigadores brasileiros, importantes ligações ao mapa transnacional da ultradireita. «Na Alêtheia publicou diversos livros de autores da rede», dizem. «Mereceu especial atenção o livro *Auto-de-fé — A igreja na inquisição da opinião pública*, ao lado do padre Gonçalo Portocarrero de Almada, Opus Dei e apoiante declarado do Chega», referem. Em 2021, o sacerdote sugeriu, no *Observador*, que os crentes só podiam votar Ventura nas presidenciais. O candidato agradeceu.

Mithá, ideólogo do Chega, é uma peça-chave desta disputa narrativa, segundo os investigadores. «Neste ambiente de guerra cultural», retrata Marcus, «ele representa a fala do negro, ou seja, tem condições de estabelecer um diálogo qualificado com a esquerda no debate identitário porque é africano e imigrante.» O deputado é um ativo importante para iluminar contradições da esquerda. «É muito capaz intelectualmente,

faz bem a síntese. Representa o primado moral», completa o sociólogo. Mithá é, pois, um ator-chave na organização mais intelectualizada do discurso do Chega. Como educador e formador de quadros no partido, a sua narrativa ideológica é acessível e didática.

Ainda antes da sua adesão ao partido de Ventura, o livro que publicou em 2019, *Um século de escombros — Pensar o futuro com os valores morais da Direita*, foi dedicado a Trump, Bolsonaro e à «Nova Direita Europeia», com elogios a Steve Bannon e Olavo de Carvalho.

O lançamento da obra, a 6 de novembro, ligou-o a duas redes importantes: à direita democrática ligada ao PSD e à extrema-direita bolsonarista, unidas pela identidade cristã europeia. «O livro gerou repercussão no Brasil, identificámos as ligações dele, com que parceiros se conectava e o seu campo de aproximação», revela Fernanda Sarkis.

Aquele evento, em Lisboa, contou com a presença do antigo primeiro-ministro Passos Coelho. A ex-ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque apresentou o livro. Ao mesmo tempo, a publicação posicionou Mithá na rota da rede extremista de direita do Brasil. O circuito do livro levou-o, em julho de 2020, a proferir uma conferência *online* nos canais da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), ligada ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

A paróquia de São Nicolau, onde Ventura residiu e conheceu o seu orientador espiritual (padre Mário Pedras), foi outra das ligações da fundação no período Bolsonaro. «Existia robusta relação comunicacional entre o Brasil e Portugal», explica Fernanda. «Essa rota inseria-se num contexto global de contrarreforma católica conservadora ligada ao movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), impulsionado pelos leigos católicos pró-vida e pró-família.»

As conexões a Portugal são fundamentais para esta rede. «Do ponto de vista da geopolítica da língua, os “milagres” portugueses sustentam essa visão da civilização», elucida Marcus Nogueira. «Qualquer conservador brasileiro sabe do “milagre” de Ourique [alegada intervenção divina na vitória cristã sobre os mouros]. Não imagina o que significou para a estrutura bolsonarista a chegada do coração de D. Pedro IV. Foi ouro!»

De Leiria para a extrema-direita

O perfil escolhido por Fernanda e Marcus para começar a *mapear* a rede da TFP — com a qual Mithá também está conectado — foi o do brasileiro Brás Óscar. Em 2020, este «olavista-bolsonarista» produzia conteúdos para diversos canais de extrema-direita a partir de... Leiria. Apresentava-se como «jornalista» do canal *Brasil Sem Medo*, com ligação direta ao próprio Olavo de Carvalho. O *site*, no modelo assinatura, encerrou as suas atividades em agosto de 2024.

A FUNAG, a instituição pública do Ministério das Relações Exteriores, pagou a Brás Óscar por conferências. Na Internet, Brás Óscar fazia-se pagar por «cursos» de duas horas nas mais variadas temáticas, da geopolítica ao custo de vida.

Na Batalha, distrito de Leiria, era sócio-gerente do Café Vieira, com a mulher e outros sócios, mas a pandemia complicou o negócio e regressou ao Brasil em janeiro de 2021. Entretanto, tornou-se especialista em café.

Duas conexões de Brás Óscar nas redes digitais de direita mereceram especial atenção do casal brasileiro. A primeira foi com António Abreu, criador do *Notícias Viriato*, pensado num modelo idêntico ao *Breitbart* de Bannon: o canal digital não tinha jornalistas e a sua informação, quase sempre tendenciosa e manipuladora, alimentava espectros conservadores e de extrema-direita. Iam do Opus Dei a canais ultranacionalistas do Telegram, passando pelo próprio Chega — cujos dirigentes, Ventura incluído, tinham ali palco frequente. A segunda ligação analisada foi entre Brás Óscar e o já referido José Carlos Sepúlveda, português radicado no Brasil, frequentador de canais de extrema-direita, inclusive o próprio *Notícias Viriato*.

Sepúlveda está vinculado ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, que perpetua o trabalho do fundador da TFP, e colaborava com o canal *Terça Livre*, de Allan dos Santos, foragido à justiça brasileira e radicado nos EUA. No início de 2025, Allan continuava sob investigação por calúnias, injúrias, ameaças e organização criminosa no âmbito dos inquéritos das *fake news* e das milícias digitais de extrema-direita.

O *Terça Livre*, encerrado em 2021, fez parte da «tropa de choque» do bolsonarismo. Allan dos Santos frequentou o seminário, onde esteve sob orientação espiritual do também já referenciado padre Paulo Ricardo, *influencer* digital nas redes sociais da extrema-direita e impulsor de campanhas desinformativas que catapultaram Bolsonaro.

As ligações de Paulo Ricardo a Portugal na época reportada (entre 2020 e 2022) eram, sobretudo, com o padre Mário Pedras e Manuel Matias, dirigente do Chega, assessor de Ventura no parlamento e pai de Rita Matias. O ex-presidente do PPV tinha, porém, agenda própria. E múltiplos laços além-mar.

Matias: o «braço» religioso

O pai da deputada Rita Matias e comendador condecorado pelo ex-presidente da República Cavaco Silva não foi alvo direto das pesquisas de Fernanda Sarkis e Marcus Nogueira. Veio apenas agregado às ramificações da direita mais radical, pela via religiosa. As pontes eram idênticas.

A 15 de setembro de 2022, Manuel Matias e Fernando Pedroso, adjunto do conselho de jurisdição do Chega e candidato do partido em várias eleições, registaram, em Carcavelos, o Instituto Imperador Carlos I da Áustria, associação sem fins lucrativos destinada à «promoção, defesa e investigação da cultura europeia fundada

entre Roma, Jerusalém e Atenas». Matias ficou a presidente e a maioria das iniciativas está associada ao ideário do Chega, por vezes até a outros dirigentes do partido.

Carlos I da Áustria é visto pelos seguidores como católico fervoroso e milagreiro, devotado marido, pai de família e grande estadista. Foi beatificado pelo papa João Paulo II e elogiado pelas alegadas virtudes de «pacificador». Para os críticos ouvidos a propósito de um artigo do diário britânico *The Guardian*, entre eles reputados historiadores, o último governante dos Habsburgos era um «palhaço dissimulado» e um «mentiroso consumado»: atribuem-lhe a responsabilidade pela dissolução do Império Austro-Húngaro e dizem que a sua liderança, tida como caótica na Primeira Guerra Mundial, contribuiu para um tremendo fiasco nos últimos dias do conflito, quando centenas de milhares dos seus soldados foram presos. «Era um diletante, fraco demais para os desafios que enfrentava», comentou Helmut Rumpler, professor de História da Comissão Habsburgo da Academia Austríaca de Ciências. «Era um mentiroso, mentiu ao mundo inteiro», ilustrou a historiadora Brigitte Hamann.

Em janeiro de 2024, os irmãos Rita Matias e José Maria Matias apresentaram um livro infantojuvenil, escrito pelo pai, dedicado àquele Carlos I, cujos restos mortais repousam na Madeira, onde se exilou e morreu aos trinta e quatro anos. Até ali, não tinham faltado ao instituto eventos e convidados oriundos dos setores mais extremistas de direita do Brasil.

A 24 de outubro de 2022, o convidado foi o olavista Ítalo Marsili, ligado ao Opus Dei, para um debate no Colégio São Tomás, em Lisboa. Médico carioca, Marsili é adito a polémicas. Numa conversa virtual com fundadores do canal revisionista *Brasil Paralelo*, associou o direito de voto das mulheres à crise do regime. «Na única democracia no mundo que funcionou, que foi a democracia grega, não estava previsto o voto feminino, ok?» Para Marsili, é «muito fácil» convencer uma mulher a votar — basta «seduzi-la» —, e isso não origina boas escolhas: Churchill «não seria eleito» por não ser atraente para o eleitorado feminino. Já o antigo presidente brasileiro Collor de Mello — preso por corrupção em 2025 — sim, por ser «bonitão».

O convidado de Manuel Matias declara-se psiquiatra, dado que a Associação Brasileira de Psiquiatria nega e o Conselho Federal de Medicina desmente. Quando cogitado para ministro da Saúde (2020), Marsili comparou Bolsonaro a Cristo. Caso fosse nomeado — o que não aconteceu —, queria pôr a imprensa na ordem. «Não vai ter carinho com a *mídia*», assegurou. Prometeu então elaborar ficheiros sobre os profissionais do ofício. «Um dossiê de cada jornalista, com o nome dos *puteiros* [casas de prostituição] que frequentam, das amantes, das clínicas de aborto que assassinam seus bebês, dos fornecedores de cocaína e maconha, de cada um deles, seria lindo.»

Um feito de que se gaba é o de curar um pedófilo recorrendo à prostituição. «Escolhia *garotas de programa* com ele, que pareciam crianças, mas não eram. Depois a gente foi progredindo, primeiro uma garota com *peitão*, depois com *bundão*. Até mudar o apetite sexual dele. O desejo por criança sumiu.» Marsili pormenorizou a abordagem num vídeo. «O sujeito era pedófilo. Era uma coisa que atormentava a

cabeça dele. Já tinha tocado numa criança ou outra. Estava desesperado, queria se suicidar. Ele só tem desejo sexual por figuras infantis. Então», explicou, «fiz com que ele, de facto, experimente o prazer sexual com uma figura infantil, que não seja criança. Existem mulheres que não têm peito, não têm *bunda*, têm cara de criança e têm vinte, trinta anos. Eu sei que é imoral, mas é um ajuste de moralidade».

Em dezembro de 2022, o instituto liderado por Manuel Matias organizou não um, mas dois debates, em Lisboa e Braga, sobre a descristianização do Ocidente e o aborto com «Sir» Raymond de Souza, «brasileiro de nascimento, católico por graça e americano por escolha». A figura, ligada à Human Life International (HLI), organização antiaborto dos EUA, e a instituições católicas ultraconservadoras, viaja pelo mundo para combater a «cultura da morte» e «promover o evangelho da vida». Casado e pai de oito filhos, Souza trabalhou de perto com movimentos pró-vida e pró-família em países de língua portuguesa, Portugal incluído.

A HLI apoiou a criminalização da homossexualidade no Uganda e financiou ações para prender mulheres por aborto em El Salvador. Sustentou ainda a atividade de uma rede global de «centros de crise de gravidez», acusados por legisladores, médicos e ativistas de direitos humanos de visarem mulheres vulneráveis com «desinformação, manipulação emocional e engano absoluto».

Em janeiro de 2023, Manuel Matias organizou sessões no Porto e em Lisboa com o monárquico Guilherme Freire, antigo apresentador e ex-diretor de *streaming* e educação na *Brasil Paralelo*, produtora de conteúdos ultraconservadores apostada em engrandecer a ditadura militar. Setores lulistas chamam-lhe «a Brasil para lerdos».

«Eles dizem que vivem só dos assinantes», refere Fernanda Sarkis, que tem formação em cinema e foi produtora executiva. «Fui ver se o negócio era viável e percebi: recebem muito dinheiro de empresários para organizar a narrativa conjunta Brasil/Portugal», desvenda. «Há uma série chamada *Brasil, A Última Cruzada* que começa no milagre de Ourique. Vendem a ideia do Brasil como último refúgio para os cruzados gerarem uma nação.»

Apresentador de programas nos meios digitais, palestrante e professor de cursos *online*, Freire tem uma fornada de frases com impacto. Desaprovou a criação das «princesas feias» da Disney, como a polinésia Moana ou a nova versão da Cinderela, interpretada pela cubana Camila Cabello, insinuando que não existe beleza superior à pele branca. «O Brasil é Portugal e Portugal é Roma», é uma das suas sentenças. Outra: «A Inquisição, em toda a sua história, matou menos do que a Revolução Francesa numa semana.» Em 2024, Freire foi processado por uma ex-funcionária da *Brasil Paralelo* por alegado assédio moral e sexual. «Calúnia», reagiu. Na verdade, havia mais denúncias anteriores e teria sido por causa destas que o *influencer* conservador foi despedido.

A predileção de Manuel Matias por conferencistas do país «irmão» não olha a esse tipo de embaraços. A 21 de fevereiro de 2023, o «seu» instituto organizou debates com os irmãos Álvaro e Bruno Mendes, do Centro Dom Bosco. O primeiro,

economista, é autor do livro *Maconha S.A.*, de ataque à extrema-esquerda e aos «globalistas». Lidera a instituição católica ultraconservadora, apostada na «recristianização» da Europa, de Portugal e do Brasil enquanto nação católica «adormecida pelo veneno liberal das casas maçônicas».

O «Dom Bosco» é recordista de processos perdidos em tribunal contra a produtora do programa humorístico *Porta dos Fundos*, de enorme sucesso, pelo alegado ataque aos valores religiosos. A associação de leigos investe em inúmeros processos judiciais e polémicas com universidades e setores progressistas da Igreja: «catolibãs», chamam-lhes.

A conta do centro no YouTube somava, no final de 2024, mais de 500 mil inscritos. Em janeiro de 2025, Álvaro Mendes fez, nos canais digitais do centro, um apelo ao «pagamento» da dívida histórica do Brasil para com os europeus e Portugal. Na promoção do vídeo, no qual se agradecia aos «pais portugueses» a construção do Brasil, destacava-se um rosto familiar: André Ventura.

A agenda do instituto presidido por Manuel Matias incluiu, em tempos mais recentes, debates com Marcelo Rabêllo e Monica Kalman, líderes dos setores bolsonaristas em Portugal que organizaram, em parceria com o Chega, a manifestação contra a visita de Lula a Portugal em 2023. Houve também sessões com filmes do canal *Brasil Paralelo* e palestras de Tânger Corrêa, Brandão Ferreira (tenente-coronel aviador) e Vasco Rato, ex-presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

No início de 2025, Matias esteve na embaixada da Hungria e, em Bruxelas, numa reunião de trabalho com o eurodeputado László András. Segundo relatórios do Parlamento Europeu, o país liderado por Viktor Orbán era, por esta altura, o principal impulsionador e financiador do grupo europeu Patriotas pela Europa e de uma vasta rede de *think tanks* e fundações ligados a forças políticas de extrema-direita que promovem ações, eventos e ativistas alinhados com a agenda ultraconservadora impulsionada pela Hungria. O Instituto Carlos I da Áustria é um dos parceiros do «Patriotas» e da estratégia financeira e política húngara para promover alianças transfronteiriças a partir de Budapeste e Bruxelas e consolidar a influência ideológica de Orbán na União Europeia. A associação liderada por Manuel Matias assemelha-se a um braço religioso do Chega para também estreitar laços com setores da extrema-direita brasileira, pensadores ultraliberais e influenciadores religiosos ligados aos movimentos mais retrógrados do catolicismo.

Imagine e os «tolos»

Em outubro de 2023, o Chega reencontrou-se com amigos brasileiros na Igreja da Lagoinha, em Lisboa, numa iniciativa do movimento Yes Brasil USA e da Associação Família Conservadora.

Na plateia havia militantes e dirigentes do partido de Ventura. O seminário «Veritas Liberat», como foi batizado, é um ramo da revista com o mesmo nome que, entretanto, passou a editar-se em Portugal, com destaque para a promoção de conteúdos bolsonaristas e do Chega. Rita Matias, estrela em ascensão entre a população escolar e universitária, juntou-se ao companheiro de partido Mithá Ribeiro, aos deputados estaduais e federais brasileiros Ana Campagnolo, Gustavo Gayer, Bia Kicis e Luiz Philippe de Orléans e Bragança, aos senadores Eduardo Girão e Jorge Seif, ao ex-ministro Onyx Lorenzoni e a Sérgio Tavares, sempre apontado como «jornalista». O brasileiro dos movimentos bolsonaristas em Portugal e apoiante do Chega Marcelo Rabêllo foi, uma vez mais, o cicerone.

Rita Matias revelou ter descoberto — imagine-se — que a canção *Imagine*, de John Lennon, era, afinal, um manifesto comunista, depois de tê-la cantado «a plenos pulmões» noutras épocas. «Quem pensou o comunismo foi brilhante. Admiro-os, são os deputados mais disciplinados, mais metódicos e, ao mesmo tempo, os mais criativos: tiveram a capacidade de reinventar uma ideologia de morte e vendê-la. O que o Lennon fez foi vender o comunismo com açúcar.»

A deputada do Chega estava atenta ao perigo das perniciosas entrelinhas de uma das cem músicas mais tocadas do século XX. As atuais ameaças não a desconfortam tanto. A agenda climática é uma delas. Quando Ventura a escolheu para representar o Chega na comissão parlamentar de Ambiente, reagiu mal. «Que seca! Detesto esses temas. Eu faço a reciclagem e ponto. É a única coisa que quero saber de ambiente.» Depois leu *A ciência do clima*, do físico Steven E. Koonin, que trabalhou na administração Obama e tem posições controversas sobre o tema, e aprofundou o seu ceticismo.

Por essa altura, Rita Matias exibiu no parlamento um suposto relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC no original), de 1989, no qual se previa a submersão de algumas nações no virar do século. «Pasmem-se», entusiasmou-se, «chegamos a 2023 e nenhuma das nações foi submersa». O IPCC, contudo, não produziu qualquer relatório no ano referido pela deputada, nem elaborou tais projeções. Rita baseara-se numa notícia da Associated Press, mas nem as conclusões eram as mesmas.

O seu problema crónico com citações, números e documentos revelou-se também no seminário de Lisboa com os amigos brasileiros. Disse ela: 95% dos abortos realizados em Portugal em 2021 foram-no por opção da mulher. Ignorou a redução drástica do número total de interrupções de gravidez na última década, segundo relatórios do SNS, sempre abaixo da média europeia. «Permitimos que a morte vencesse e que fosse normalizado matar uma criança na barriga da sua mãe», insistiu, de resto amparada por Sérgio Tavares: «Falar do aborto é falar de redução populacional, um dos grandes objetivos destes globalistas, desta esquerda», acudiu o *influencer*.

Na sessão, participou o senador brasileiro com origens familiares em Leiria Eduardo Girão, «expert» nesse combate. Ex-presidente do clube de futebol Fortaleza, distribuiu réplicas de fetos de onze semanas a políticos e representantes da autoridade. Empresário, riquíssimo, vinculado à extrema-direita e ao espiritismo, também insuflou falsidades: a vacina chinesa Coronavac foi, disse, fabricada a partir de células de fetos abortados.

Bia Kicis chegara a Portugal com um estatuto invejável: entre novembro de 2020 e janeiro de 2022 a deputada teve, nas plataformas digitais, a segunda conta com mais interações (6,8 milhões) a partir de *fake news* e desinformação sobre as eleições brasileiras, segundo um estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Advogada, *youtuber*, procuradora aposentada, foi das maiores propagadoras de desinformação sobre a pandemia, a par de Eduardo e Flávio Bolsonaro, entre outros. A gestão das suas redes sociais era feita por empresas próximas do governo Bolsonaro, revelou a *Agência Pública*. Bia apoiou a invasão do Capitólio nos EUA e defendeu uma intervenção militar no Brasil.

Nas redes sociais, saudou Beatrix von Storch, vice-presidente da AfD e neta de um ministro das Finanças de Hitler. A alemã defendeu que os refugiados fossem assassinados a tiro, incluindo mulheres e crianças, mas Kicis recebeu-a no Brasil e tiraram uma fotografia, sorridentes. «Conservadores do mundo se unindo para defender valores cristãos e a família», legendou. No seminário de Lisboa, deixou um apelo: «O exercício da liberdade tem de estar ligado à verdade.»

Onyx Lorenzoni, ex-ministro da Casa Civil do Brasil, já se viu ao espelho como grande combatente contra a corrupção. Pelo menos até admitir, a contragosto, que recebeu financiamentos ilegais de uma multinacional da indústria de alimentos na candidatura a deputado federal. Quando o caso veio a público, tatuou no antebraço a frase: «E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.» Assumiu ter recebido 100 mil reais. Afinal, foi o triplo.

O médico veterinário e empresário administrou cinco ministérios. Na «pasta» da Cidadania, indicou o seu professor particular de Inglês para assessor internacional. Eram conhecidas dívidas fiscais ligadas aos seus negócios e, durante nove anos, usou também documentos da consultora de um amigo para receber verbas ilegais no gabinete da Câmara dos Deputados. Negacionista da pandemia, ridicularizou o confinamento. Segundo disse, só os «tolos» seguiam medidas restritivas: também as pulgas, ratos, formigas e passarinhos transportavam o coronavírus, podiam infetar alguém e contra isso... nada. «Alguém consegue fazer o *lockdown* dos insetos?», ironizou.

Além de ferrenho bolsonarista, Onyx também admirava Pinochet. «O Chile, lá atrás, teve que dar um banho de sangue para mudar princípios macroeconômicos.» Em Lisboa, Onyx fez uma intervenção que mais parecia uma sessão de «autoajuda» para extremistas de direita, sempre pontuada pelas referências à «histórica» governação de Bolsonaro.

A presença de convidados nestes eventos tem custos, mas desconhecia-se que, em parte, era paga pelos contribuintes brasileiros. Vários palestrantes viajaram para cidades e capitais europeias para participar em seminários e encontros de ultradireita, onde disseminaram *fake news*, mas apresentaram as despesas ao erário público do Brasil como se fossem deslocações oficiais. A *Agência Pública* apontou para gastos a rondar os 24 mil euros em viagens e hotéis. Da lista fazem parte nomes bem cotados entre a direção do Chega: Ana Campagnolo — que já participou em eventos com Rita Matias —, Bia Kicis e Flávio Bolsonaro.

O Yes Brasil USA, promotor destes seminários na Europa, é uma organização registada na Florida (EUA). Assume-se como «grupo de direita que reúne cristãos comprometidos com um Brasil livre da ideologia comunista». O movimento está representado em vários países, incluindo Portugal. É liderado por um casal brasileiro, publica desinformação com frequência e arrecada dinheiro para Bolsonaro e as famílias dos golpistas presos na sequência do assalto às sedes dos Três Poderes, em Brasília, em 2023.

O outro promotor, Institutum Veritas Liberat, tem como objetivo «unir a direita brasileira e portuguesa e lutar pelos valores conservadores/judaico-cristãos e combater o socialismo nas Américas e Europa, inspirados pelo professor Olavo de Carvalho e Companhia de Jesus».

Os anos seguintes aproximaram ainda mais os «atores» dessas redes. Antes disso, porém, vamos de novo recuar no tempo.

As duas faces do Chega

Steve Bannon é um fanfarrão. Isso, contudo, não lhe retira «visão de jogo».

Em março de 2023, a arrogância ainda estava lá, mas havia poucas bizarras no seu discurso. Se descontarmos a ideia de que Bolsonaro regressaria ao poder rapidamente, continuava de pontaria afinada.

«Trump voltará em 2024», apostou numa entrevista à *Folha de São Paulo*. «Será uma boa lição para mostrar às pessoas o quanto as instituições podem ser corrompidas facilmente contra o desejo do povo.» Bannon via o populismo e o nacionalismo em crescendo. E, convenhamos, não via mal. «É preciso fazer aquilo que funciona em cada país», sugeriu. «Estamos ligados porque pensamos da mesma maneira, mas cada país é único e isso demora muito tempo, mas todos se conhecem e se dão bem. Viktor Orbán na Hungria, Le Pen em França, Nigel Farage [Reino Unido], Giorgia Meloni, os Bolsonaro, o movimento trumpista, nacionalistas favoráveis a [Narendra] Modi na Índia, a [Shinzo] Abe no Japão [...] O movimento da direita é mais popular do que nunca. As pessoas estão a perceber, agora, que as elites estão a destruir a economia», retratou. O antigo estratega de Trump desvalorizou o impacto público dos casos que alguns destes líderes enfrentavam na justiça. «Estamos a arrecadar mais dinheiro, a

subir nas sondagens e a imprensa de direita é mais poderosa do que nunca.» Quem, no seu juízo, podia desmenti-lo?

Naquele ano, recuperei o contacto com Cristiano Gianolla, o investigador italiano do Centro de Estudos Sociais (CES) de Coimbra. Continuava às voltas do projeto de investigação sobre populismo, as narrativas emotivas associadas e os seus efeitos no comportamento político.

A pretexto de um congresso de Sociologia na cidade, em abril, almoçámos. Precisava de atualizar as minhas reflexões sobre o Chega e todo o universo político em volta. Ele, sempre disponível, não só acedeu, como me deu um presente à mesa do restaurante O Casarão. «Tens de ler isto», disse, estendendo a mão.

Era um livro do académico filipino Walden Bello: *Counter Revolution — The Global Rise of The Far Right*. Páginas que percorrem zonas do mundo menos estudadas (Filipinas, Tailândia e Índia, entre outras) à cata dos diversos exemplos de extrema-direita, das pessoas, classes e movimentos que lhes deram origem. Ficou-me, desde logo, um parágrafo, tão familiar à minha investigação: «Os líderes contrarrevolucionários limitam-se a alimentar fissuras estruturais, propensões ideológicas e tensões psicológicas que já estão presentes [na sociedade], e alguns são melhores do que outros na elaboração de uma narrativa bem-sucedida que une essas diferentes secções.»

Gianolla interessou-se pelo populismo, em parte para perceber como as identidades sociais são criadas pelo discurso político. «Diz-se que o populismo fala à barriga e interfere com o nível emocional das pessoas, mas a barriga e a emoção são coisas diferentes. Por isso, quero aprofundar essa ideia.»

A adesão emocional é lida de forma negativa no caso de fenómenos populistas de direita radical, «mas populismo e extrema-direita também não são a mesma coisa. No caso do Chega coincidem, mas, noutros sítios, fenómenos racistas, xenófobos e extremistas têm aprovação social de 50%», explica. «Por isso, quero compreender como tanta gente vota em partidos radicalmente desumanos, para quem o outro é sempre inferior.»

O trabalho da sua equipa consistia em perceber como dinâmicas psicossociais ajudam partidos como o Chega a vingarem nas eleições. Gianolla focou-se nos exemplos de Portugal e Itália, neste caso pelo facto de o seu país ter uma longa tradição nesse tipo de populismos, pelo menos desde Berlusconi. «Em Portugal, foi o contrário. Até 2019, só se falava de populismo em relação ao BE e ao PCP, mas com pouca convergência na literatura científica.»

Até aí, o país era das raras exceções no mapa da extrema-direita europeia. Ventura fê-lo entrar na «normalidade». O investigador italiano centrou-se no CDS, Chega, Lega Nord e Fratelli d'Italia. «A distinção entre direita radical e extrema-direita é um debate académico, na opinião pública faz pouca diferença, mas o discurso do Chega na rua é

mais extremista do que a sua versão parlamentar e institucional», acentua. «O Chega não quer aprofundar a democracia dentro do sistema. Quer, isso sim, uma reversão do sistema: fechar as fronteiras, mudar a forma de ver o outro, etc.»

Gianolla lembrou-me o quão difícil foi entrar em eventos do partido.

Recordámos maio de 2021, em Coimbra, quando nos conhecemos, e as voltas que foram dadas para ele conseguir assistir a esse congresso. «Há a versão exterior, a de um partido que se protege, de trincheira, mas, lá dentro, o ambiente é completamente diferente. As pessoas são de bom trato, humanas, acessíveis.»

«Foste a esse e também ao de Viseu. Com que ideia global ficaste?», perguntei. «Saiu muita gente, muitas incompatibilidades se manifestaram, embora isso não resultasse numa democratização do partido», afirma, convicto. «Vejo no Chega muita verticalidade. Para mim, democratização é horizontalidade. A centralidade do líder é muito forte, há uma veneração, típica do populismo...»

Gianolla não compara o Chega com a Lega, de Salvini, muito menos com o Fratelli d'Itália, da primeira-minista Meloni. «Ela criou o partido em 2012, as pessoas que o fizeram são ministros ou têm algum cargo. Não há a veneração pelo líder que existe no Chega», desmonta. «Ventura preocupa-se em manter essa veneração, é algo que não vejo nos outros partidos.»

O antigo chefe de gabinete, Nuno Afonso, garante que havia ordens nesse sentido. A coreografia dos congressos e outros eventos sempre foi típica de um culto, da música às encenações, refere, mas, a dada altura, recebeu mesmo indicações para distribuir fotografias do líder pelos gabinetes dos deputados, sedes e até gabinetes de vereadores. No seu caso, fez de conta.

Ambiguidade é combustível

Para crescer no espaço público, o Chega precisa de pretextos. «O caso do Centro Ismaili foi excelente para a sua narrativa.»

No final de março de 2023, dias antes da minha conversa com Gianolla, um homem, considerado inimputável pelo Ministério Público, matou duas pessoas naquela instituição da comunidade muçulmana xiita de Lisboa. «A política de portas abertas sem qualquer controlo deu nisto. O sangue destas vítimas é responsabilidade do criminoso afegão, mas está nas mãos do governo de António Costa», escreveu Ventura nas redes sociais, poucas horas depois, sem dados rigorosos. «Tal como um adolescente em descontrolo hormonal sonha com miúdas boas, André Ventura em descontrolo radical sonha com terroristas maus», resumiu João Miguel Tavares, no *Público*.

O investigador italiano talvez assinasse por baixo. «Portugal não tem um problema de migrações, mas o caso mostrou como o Chega está ansioso por ocupar aquele espaço.» A «questão cigana» serve os mesmos propósitos. «O partido faz dos casos a

norma, é mesmo essa a intenção, mas a norma é causalizada quando é ao contrário», veja-se a reação do Chega aos excessos das forças de segurança. «Nos casos dos ciganos ou do afegão o discurso é: são todos assim, temos de nos defender», mas, no universo de Ventura, «é muito raro os polícias cometerem crimes». Ainda assim, não deixou de propor uma alteração ao Código Penal para proibir a captura e difusão de imagens das ações das forças de segurança sobre minorias étnicas.

A investigação de Gianolla pretendia, pois, compreender em que medida este quadro mental e discursivo seduz o eleitorado. «Porque aderem os cidadãos ao Chega? Sentem-se bem no partido? O que os move? Precisam de segurança, de ser protegidos pela política?», eis algumas das perguntas a fazer num cenário cada vez mais vantajoso para a propaganda do partido. «Muitos ficaram carenciados por causa da pandemia, há muitas desigualdades, não conseguem comprar casa ou têm de abandoná-la por não poder pagar o aluguer. É terreno fértil para o Chega explorar...»

E onde se encaixa a evocação de Deus em tudo isto? «Apesar de haver coisas criticáveis, acho que Ventura tem fé religiosa, não é *fake*, mas isto é uma opinião pessoal», adverte Gianolla. «Não oculta as posições conservadoras, falou contra o papa Francisco e fez questão de mostrar. É uma posição compatível com a de outros credos que se possam misturar com a política», explica.

O italiano dá o exemplo dos evangélicos, no início do partido. «Ventura percebeu que podia ganhar mais do que tinha. Quer um partido onde quem tenha alguma reverência pela fé, pouca ou muita, se sinta confortável com o rumo dado. Está a abrir esse espaço.»

Em Itália, Salvini mostra, muitas vezes, símbolos religiosos para criar ligação. Esteve, aliás, com Ventura no santuário de Fátima, cena que evangélicos do Chega não gostaram de ver. Ambos, Salvini e Ventura, defendem uma religiosidade ultraconservadora, mas não a generalizam aos costumes. «Essa ambiguidade é o combustível. Ventura preenche a quota da forte relação dos portugueses com a religião, mas quem não percebe nada de religião compreende-a na mesma, aceita-a», crê Gianolla.

Ventura posiciona-se, pois, de forma a ocupar todos os espaços de discussão pública. «A ambiguidade é uma característica do populismo, uma estratégia discursiva. Jogar na ambiguidade permite-lhe tomar posições contrastantes em debates diferentes. E juntar eleitorado contrastante», descodifica. Gianolla segue pistas deixadas pelo filósofo e teórico político argentino Ernesto Laclau. «O discurso populista é um vazio que, na realidade, não pode ser preenchido na totalidade», esclarece. «O Chega não se identifica com todos os grupos sociais, mas consegue que esses grupos sociais, aqui e ali, se identifiquem com o partido ou com as suas lutas. Fá-lo por meio de uma equivalência, de demandas não satisfeitas, a partir do “Nós” em relação com “Eles”», aclara. «Ou seja, define-se sobretudo pelo que não somos. E o Chega diz “não somos elite, não somos minorias, não somos migrantes”.»

Aqui chegados, entramos na mitologia política. «Os partidos criam mitos para erguer bandeiras que juntem diversas identidades e reivindicações sociais à volta de temas, e não em torno de ideias ou teorias», explana Gianolla. Fazem-no ao ponto de reconfigurar as raízes de uma palavra. «A narrativa de extrema-direita legitima o mérito, pessoal e de grupo. Na origem, esse discurso era de igualdade e de justiça social: direitos dos negros, das minorias, etc., mas é usado pela extrema-direita para legitimar a maioria branca, ou seja, quem eu sou individualmente, ou um grupo social, em termos ofensivos.»

As crises legitimam esse discurso. «Os governos europeus apressaram medidas neoliberais e criaram mais desigualdade. Mesmo países com Estado Social forte recuaram muito. A organização neoliberal é totalitária. E os partidos que não lutam por um sistema económico diferente, que não prometem nada de novo, aproveitaram: querem mais privatizações, exclusividade de serviços para algumas pessoas, etc. É um grande equívoco...», lamenta.

Houve mais quem patinasse. «A esquerda deixou as bases. Em Portugal, menos, mas, em Itália, o maior Partido Comunista da Europa Ocidental desfez-se ao nível das bases territoriais e perdeu orientação ideológica», realça o sociólogo e cientista político. «A esquerda deixou de ser uma esquerda de luta. De luta por justiça social. Na falta dela, abre-se espaço para aqueles que respondem a reivindicações de quem não tem oferta política. E aqui é sempre importante o nível simbólico, a narrativa na qual as pessoas se sentem representadas e encontram significado. Não apenas pelas medidas concretas, mas por uma ideia de país para mais do que cinco anos.»

Gianolla não desvaloriza o património conquistado, note-se. «A esquerda ampliou as lutas por direitos além do trabalho», atesta, «mas não conseguiu manter o foco no Trabalho enquanto expandia essas lutas». Enquanto isso, certa extrema-direita percebeu como organizar-se, como alargar o seu âmbito, sem enterrar as origens. «Fratelli d'Italia reivindica a tradição da direita social italiana. E aí há muito teor ideológico. Meloni rejeita a herança fascista, mas a dimensão social do partido dá-lhe uma dimensão mais aberta na sociedade e um estatuto de casa comum», caracteriza.

Quem impede Ventura de sonhar com isso?

Um partido maior do que é

Em abril de 2023, o Chega parecia gigante, acima da sua altura, embora os pés de barro estivessem à vista de todos.

Quando Lula da Silva visitou Portugal, no Dia da Liberdade, a arruaça na sessão solene do parlamento contra o discurso do chefe de Estado brasileiro ajudou a ampliar o ruído e as conversas sobre o partido. Os deputados fizeram pateadas, levantaram-se e exibiram cartazes provocatórios. «Lugar de ladrão é na prisão», lia-se num deles. O

então presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, irritou-se. Para o Chega, o dia estava ganho.

Do lado de fora, Ventura prometera «a maior manifestação de sempre» contra Lula. Juntou 200 a 300 pessoas com a ajuda de organizações bolsonaristas em Portugal, excursões vindas do Minho e a presença de Mário Machado e amigos. Espaço televisivo não faltou. O *Público* fez as contas: «O líder do partido falou duas vezes, num total de 33 segundos. Nenhum outro deputado conseguiu tais números, mas muitos minutos seguintes foram gastos a discuti-lo: o que fez, como fez e a repercussão negativa do que fez.» O protesto, irrisório face à expectativa criada pelo Chega, ocupou um quarto dos vinte minutos de cobertura da RTP.

A encenação de Ventura teve o contributo de outro populista de serviço: o *influencer* Sérgio Tavares, ex-*speaker* do Sporting, entretanto adotado pela máquina digital bolsonarista. «Só há uma forma de combater estes demónios de esquerda, e é no parlamento», disse no seu canal no YouTube. «Já não acredito em revoltas populares, nem manifestações de rua. Este é um povo manso, que vê demasiados telejornais. Só o Chega está a fazer oposição e por isso merece apoio.»

O partido entusiasmou-se, sonhou alto. Marcou uma cimeira mundial das direitas para Lisboa para coincidir com as celebrações anuais em Fátima, mas a alegada «perseguição» a presumíveis convidados, entre eles Bolsonaro, obrigou a suspender o evento.

Não veio a extrema-direita, foi Ventura ter com ela. A 28 e 29 de julho, participou em Magdeburgo, no leste da Alemanha, no congresso do partido ao qual chamara «ridículo e extremista» em 2019. «A AfD é o futuro da Alemanha e o futuro para a Alemanha», afirmou, aplaudido pelos delegados dessa força política que obteve o segundo lugar nas eleições para o Bundestag (2025). Ventura falou dos ataques às forças de segurança e criticou os imigrantes, faltando à verdade: «Chegam e têm direito a uma casa, um emprego e uma pensão.» Defendeu a proteção das crianças contra os alegados conteúdos sexuais e pornográficos nas escolas. «A AfD é parte desse mundo em que acreditamos», reforçou. Os congressistas saudaram-no, em pé. Por esta altura, a ala étnica, nacionalista e extremista da AfD prevalecera sobre a mais conservadora e estava cada vez mais empenhada na causa comum com os neonazis.

REGRESSO AO BASTIÃO ALENTEJANO

Desde perto do final de 2023, quando entrevistei a vereadora dissidente do Chega, Cidália Figueira, que eu tinha assuntos pendentes em Moura. Por isso, decidi voltar.

Como quem não tem carta de condução tem de sujeitar-se a uma logística complicada, a 5 de novembro saí do Porto à hora de almoço, de autocarro, e cheguei ao destino já noite, depois de uma breve paragem em Évora.

Durante a viagem, ouvi uma entrevista do *podcast* do *Expresso*, o *Geração de 70*, com Henrique Raposo. Anos antes, o escritor publicara uma história pessoal sobre o Alentejo, a partir das suas raízes familiares no litoral, na qual fazia afirmações contundentes sobre, por exemplo, a alegada cultura do suicídio na região. *Alentejo prometido* foi um livro mal-amado, polémico.

Na entrevista que deu a Bernardo Ferrão, recordou as vivências na cintura industrial de Lisboa, as vidas difíceis, pobres ou remediadas, como foi a dos seus pais. Na família de Raposo, a lógica de sobrevivência adotada fora idêntica à que o protagonista interpretado por Denzel Washington no filme *Fences* [*Vedações*], tentou impor ao filho: aprender um ofício que os ricos não pudessem dispensar, mas não quisessem fazer.

Henrique Raposo, católico e de direita, falou do lado positivo das suas recordações suburbanas, associado à cultura operária do PCP: «O sentido de corpo, o sentido de comunidade que emanava da fábrica para as associações de moradores, as coletividades», descreveu. «Hoje em dia, as pessoas são átomos separados e não têm um sentido de corpo, um sentido de comunidade. E por isso estão a ser arregimentadas por outra força política que se chama Chega», acentuou. «Conheço pessoas que são filhas de PCP velha guarda, a tropa de choque do PCP, que hoje em dia votam no Chega.»

Raposo habituara-se a ouvir, desde sempre, que era preciso uma aldeia para criar um filho. Ele teve isso: os laços, a entreaajuda de familiares ou vizinhos, o estendal de

solidariedades quotidianas. Os tempos, no entanto, são outros. «Nesta pobreza suburbana, as pessoas sentem-se sozinhas. Não têm sindicato, não têm comissão de trabalhadores. Portugal está a ser apertado por duas forças: uma é o socialismo político interno e outra é o capitalismo, que se tornou adversário dos mais pobres.»

A caminho do Alentejo, pensei: quanto disto viria à tona nas minhas conversas e na revisitação a este território?

Histórias de imigração

Em Évora, entra no autocarro uma moldava, cabelos de um loiro gasto, envelhecido, rosto macerado, franzina. Veste roupa maltrapilha.

Senta-se atrás do motorista. Um pouco mais atrás, vou eu.

A imigrante não consegue articular frases em português. Solta apenas palavras desconexas: Moura, trabalho, patrão. Percebe-se para onde vai, mas não sabe distâncias, onde está, onde sair. Fizera apenas o que lhe mandaram: entrar em Évora e seguir para Moura.

Lá fora, a noite cai, pouco se vê, excetuando o que os faróis do autocarro iluminam. Ela olha para trás, em volta, procura nos rostos mais próximos um sinal de ajuda. «Tenha calma, daqui a nada está em Moura», sossega-a um passageiro. Ela só percebe a última palavra.

O motorista mete-se com ela. Diz «comboio, Ucrânia, Kiev», como quem anuncia o fim da linha. «Não Ucrânia! Não Ucrânia! Eu Moldávia! Eu Moldávia!», reage a mulher, com a mão a bater no peito.

Alguns riem-se. Ela tenta um sorriso forçado, assustado, de ansiedade e algum desespero. «Tenha calma que ele está só a brincar», atira-lhe outro passageiro. Durante a viagem, a moldava recebe telefonemas incessantes de um «amigo» a tentar saber onde está e a que horas chega. Fala-lhe com rudeza. Ouve-se tudo, o telemóvel está em alta voz. A moldava não sabe o que lhe dizer.

O motorista continua: «Calma... Ucrânia, comboio, Kiev.» A história repete-se, o «amigo» liga-lhe, mais irritado — «Estás atrasada!» — em português.

Cenas idênticas sucedem-se, durante quase hora e meia de viagem desde Évora. Pelo vidro, na penumbra da estrada, leio: São Manços, Monte do Trigo. Numa das paragens, a moldava encaminha-se para a saída, mas o motorista trava-a, de novo com graçolas: «Calma, a Ucrânia ainda não é aqui.»

Volta a sentar-se. Desesperada, estica a mão com o telemóvel e pede ao condutor que explique ao «amigo» onde está. Ele recusa. Quando, na berma, aparece a sinalização a indicar o Alqueva, a moldava vira a câmara para a estrada, a ver se o «amigo» percebe onde se encontra.

Chegámos a Moura pelas 20h30. O autocarro estaciona na antiga estação ferroviária e percebo então a razão pela qual o motorista dizia «comboio».

Enquanto os passageiros saem, a moldava pergunta: «Moura? Moura?» «É aqui», dizem-lhe. Quando passo por ela, agarra-me no braço: «Moura?»

Gesticulo, tento explicar que ali é o fim da linha, a última paragem.

«Tarantin, Tarantin», disse, a descer as escadas do veículo. Soa-me Tarantini, nome do antigo jogador do Rio Ave. «Tarantin, Tarantin», insiste. Pergunto em volta se o nome é familiar: ninguém sabe. Convido-a, mesmo assim, a acompanhar-me para procurarmos ajuda. Na noite fria, caminhámos juntos, ela sem malas, apenas a roupa do corpo. «Tarantin, Tarantin, amigo!», vai dizendo. Ao fim de umas dezenas de metros, um homem aproxima-se: «Há um bar chamado Tarant-in Café. Talvez possa ser esse o sítio para onde ela vai...»

Ligo os dados do telemóvel: é um *snack-bar* noturno de hambúrgueres, bifanas e pregos no prato no Largo de São Francisco. Ainda são umas centenas de metros, mas ofereço-me para levá-la. Pergunto, com recurso a alguma mímica, o que vem fazer a Moura. «Trabalho, azeitona», responde. «E onde vai dormir?», atrevo-me. «Casa, amigo.»

Poucos metros andados, numa esquina, aparece o «amigo». Alto, encorpado. «Ah, estás aqui? Finalmente!», reage, impaciente. «Obrigado», agradece-me. «Ela agora fica comigo, não se preocupe.» Despedem-se.

Sigo para o hotel, com a mala a saltitar no empedrado, enquanto penso no episódio perturbador que vivi. Ocorre-me também, por momentos, a vantagem de não ter carta de condução. Em tempos, Katherine Boo, a premiada jornalista norte-americana, foi a minha musa. «Um amigo disse-me uma vez que encontro as minhas histórias porque nunca aprendi a conduzir. Apanho o autocarro. Ando por aí», explicou. «Tenho a oportunidade de ver coisas que nunca veria de outra forma.»

O Hotel Santa Comba é um edifício apalaçado do século XIX, no centro histórico de Moura, perto do castelo, sem luxos e pequeno-almoço servido no espaçoso salão, sob um teto alto e com uma decoração rica. Dão-me o quarto 5, simples, com mobiliário em madeira escura e cama de ferro forjado. São nove da noite. Saio logo de seguida e olho para o largo que acolheu o comício do Chega em 2021, diante da Câmara, e onde Ventura foi insultado por dezenas de ciganos.

Janto no café O Ideal. Aproveito para tomar notas a partir de alguns recortes de imprensa. Ninguém repara em mim. Está a dar o Sporting-Estrela da Amadora na televisão. Leio enquanto mastigo.

André Ventura foi o mais votado nas freguesias do Sobral da Adiça e da Póvoa de São Miguel nas presidenciais de 2021. O jornalista alentejano Paulo Barriga andou por ali em reportagem há uns anos. Dirigentes locais do Chega disseram-lhe que o PAN e o BE deviam ser eliminados por atacarem o mundo rural.

O Chega capitalizou o descontentamento com os ciganos, admitiram antigos e atuais autarcas, mas há quem conteste. «Os meninos são bem-comportados, humildes,

acatam as regras. A família valoriza a escola e os pais são muito educados connosco. Na verdade, não sei dizer de onde pode vir essa incompatibilidade», referia Mariana Amaral, docente do 2.º ano do 1.º ciclo. Emília Martins, professora de Educação Especial, verificava que as crianças ciganas raramente brincavam com outras no recreio. «Há uma coisa que mostra bem esse afastamento: as mães dos meninos não ciganos deixaram de enviar os bolos para a escola no dia de anos dos filhos.» Dos 40 alunos, 32 eram ciganos. Se não fossem eles, já nem escola havia.

Regresso ao hotel. Passo os olhos pela edição mensal do jornal *A Planície*, editado na região. A manchete vem a calhar: «A realidade da imigração no concelho de Moura.» Excertos, com auscultação de várias vozes: na maioria são pessoas pacíficas, com rostos marcados pelos pesados trabalhos no campo e de cujas histórias transparece uma vida de privações e dificuldades. Ainda o jornal: em Moura, até 2021, havia grande presença de romenos, chegou a fundar-se uma associação da comunidade imigrante romena e moldava na sequência da construção do Alqueva.

Agora, o empresário António Rosado recruta, na maioria, imigrantes do Senegal, da Índia e do Paquistão para a campanha da azeitona, que envolve perto de 20 mil trabalhadores sazonais. Rosado critica os alojamentos precários, a falta de condições de habitabilidade, práticas da concorrência. Outros recusam alugar casas aos imigrantes: estragam tudo, justificam. «Tenho mais razão de queixa dos portugueses», refere Rosado. «Não querem trabalhar e, quando trabalham, muitos deles não são muito competentes. Estas pessoas que vêm para cá têm o objetivo de sustentar as famílias nos seus países e fazem um trabalho muito melhor.»

Grassa concorrência feroz, desumanização, ilegalidades, fraudes ao fisco e à Segurança Social. Dominam intermediários dos países de proveniência: Índia, Bangladesh, Paquistão, Nepal. No geral, os trabalhadores são novos escravos. Contam-se histórias de indianos que pagam 20 mil euros para abandonarem o seu país e trabalhar em Moura. Não é bem assim. «Ficam é com uma dívida para pagar até ao último cêntimo, com juro, que as máfias fixam», relata Alberto Matos, da delegação de Beja da Associação Solidariedade Imigrante.

As famílias são ameaçadas na origem e eles explorados num esquema de rodagem: saem da azeitona e vão para as estufas, em Odemira. Depois, seguem para a apanha do melão e da pera no Oeste, e castanha no Norte. «Mais de 90% do trabalho agrícola no país é feito por estrangeiros», garante Alberto Matos. «Precisamos de imigrantes como do pão para a boca.»

O crime do «Cabra Alta»

Segunda, 6 de novembro de 2023. Dia dois.

Primeira tarefa: reconstituir a história de Vítor Ramalho, o candidato do Chega acusado de disparar sobre uma família estrangeira. «Planto-me» à porta do tribunal,

dez minutos antes da abertura, para consultar o processo. Não foi fácil obter autorização da procuradora do Ministério Público. Num primeiro momento, até pôs em dúvida que eu fosse jornalista.

A notícia do tiroteio, a 8 de outubro de 2021, chegou ao posto territorial da GNR de Barrancos. Alvos: um casal de imigrantes suecos, ele de origem curda, com sete filhos. A mais nova ainda bebé. A mais velha com catorze anos.

Vítor Ramalho contava, à época do crime, cinquenta e cinco anos.

Nas autárquicas, não se surpreendeu com as boas votações do seu partido no concelho: «Temos uma população cigana e está a dominar. A maioria nasceu aqui, mas, da maneira como se reproduzem, são muitos.» Na escola B1 da Póvoa de São Miguel, pior: «Devem ser uns 50 da etnia e seis ou sete dos nossos.» Nada contra «eles». O pai, dono de uma drogaria, tinha nos ciganos boa parte da clientela.

Vítor Ramalho é agricultor e criador de animais para subsistência. Não se lhe conhecem empregos. «Cabra alta» é alcunha, não se sabe bem porquê.

O desaguizado começou no minimercado da sua esposa, na Amareleja, por causa do local onde os estrangeiros estacionaram a caravana.

A família sueca era nómada. Durante três dias, estacionou na Póvoa de São Miguel. O pai das crianças, natural do Curdistão, tinha barba e tez escura. Ninguém o diria sueco. Falava razoavelmente inglês. O casal tinha casa em Gotemburgo, mas decidiu procurar outro país para viver. Andavam em Portugal há duas semanas com uma *Ford Transit* que rebocava uma pequena rulote, onde pernoitavam. Adquiriram hectares de um terreno agrícola na Póvoa sem condições de habitabilidade. E por ali ficaram.

Enquanto comprava água no minimercado, o sueco ouviu buzínadelas e um falar rude. Quando percebeu que não conseguia fazer a manobra para estacionar, Ramalho ter-lhe-á chamado «porco». O sueco percebe o insulto e devolve-o, cuspiendo para o chão. «Portuguese zone», reagiu Ramalho, agreste. Assustada, a família saiu do local.

Vítor Ramalho seguiu-os até à Póvoa. O sueco diz ter ouvido quatro disparos de caçadeira, dois intercalados. Pediu aos miúdos para baixarem a cabeça e arrancou a grande velocidade ao volante da carrinha de vidros fumados para a Amareleja, onde pediu ajuda. Um cartaz do Chega, resquício das autárquicas de 2021, ajudou-o a identificar Vítor Ramalho à polícia.

A PJ falou com a GNR de Barrancos e esboçou o perfil do agressor. Ramalho teria alguma influência económica e social, «manifestando por vezes discursos xenófobos e racistas, nomeadamente em relação à comunidade cigana que habita nas proximidades». Caçador, possuía armas e já tinha registo de problemas com as autoridades por condução em estado de embriaguez.

A Judiciária recolheu mais elementos. A população da Póvoa, escreveram os inspetores no relatório, é bastante unida quando se trata de proteger os seus habitantes contra as minorias étnicas, «sendo provavelmente bastante difícil que algum residente

testemunhe os factos, mesmo que os tenha presenciado e reconhecido os seus intervenientes».

O sueco, com recurso a uma intérprete, denuncia as alegadas motivações xenófobas e raciais de Ramalho. A mulher encontrava-se com o filho de três meses ao colo. «Ele não nos queria assustar, senão disparava para o ar, ele disparou contra nós, queria acertar-nos», testemunha ela, reforçando a tese do ataque xenófobo que, contudo, não prevalecerá.

Num primeiro momento, o candidato do Chega nega tudo à PJ. Numa sala separada, com vidro espelhado, o casal sueco identifica-o sem dúvidas.

A Herdade dos Colos e Barrancas e Defesa de Vale das Éguas é onde Ramalho pode ser encontrado. Pai de uma filha, disse ser proprietário de duas viaturas, 200 cabeças de gado, 11 caçadeiras e duas carabinas.

No dia dos disparos, contou à PJ, andou em almoços e petiscadas com amigos, além de registar o Euromilhões. A mulher, sim, queixara-se de um estrangeiro no minimercado, «mal-educado a cuspir no chão». De resto, mais nada. «Não sei se são brancos se são pretos», mente. O autor dos disparos, por esta altura ainda suspeito, indicou para sua defesa Cristina Costa, eleita pelo Chega na Póvoa de São Miguel. A advogada recusará a tarefa pouco tempo depois.

Em novas diligências naquela freguesia, os inspetores da PJ confirmam o esperado. «Existe um conluio para tentar abafar e proteger o Vítor Ramalho, para que o mesmo possa passar incólume, apesar do comportamento e atitude desviante que manteve com as vítimas.» A Judiciária não teve dúvidas, logo em outubro de 2021: Ramalho teria disparado a matar. «É elevadíssima a probabilidade de se vir a colocar em fuga.» Na altura do ocorrido, Ventura comentou: «Nada nos move contra as minorias. Ninguém pode atuar em nome do Chega com violência. Para nós a vida humana é sagrada.»

Vítor Ramalho foi detido na noite de 14 de outubro. A procuradora, porém, não validou os receios da PJ. O arguido recusou falar do caso, mas revelou um rendimento mensal de 1800 euros e disse ter o passaporte caducado. A magistrada libertou-o com termo de identidade e residência (TIR). Para ela, ficou demonstrada «à saciedade» a boa inserção pessoal, económica e familiar de Ramalho no meio local e o facto de não haver antecedentes criminais nem inquéritos ou processos-crime pendentes.

Um amigo, ouvido pela PJ, tentou demover Ramalho do ataque à família sueca quando ele empunhou uma caçadeira e disparou, «mas na direção do chão». «Vais dar cabo da tua vida», avisou-o. Outra testemunha ainda o viu de cabeça perdida, aos tiros, com a família sueca já em fuga, deixando a rulote para trás.

A PJ contrariou a magistrada e insistiu nas medidas de coação. «Persiste, ainda, o perigo da continuação da atividade criminosa, porquanto o arguido, face à informação recolhida, manifesta um comportamento agressivo e antissocial. Tais circunstâncias podem levá-lo, a qualquer momento, a replicar novamente a conduta ilícita agora em investigação, reorientando a sua agressividade para qualquer pessoa da comunidade

onde reside.» Além da arma usada no crime, Ramalho guardava mais uma dúzia, mas oferecera as munições a amigos e à associação de caça a que pertence.

A PJ reforça a teoria de que as vítimas são nove: o casal e sete crianças. A procuradora rejeita. Para ela, é apenas um crime. E, escreve, não há indícios de motivações racistas ou xenófobas.

Descobre-se, entretanto, outra falsidade nas declarações de Ramalho: afinal, é proprietário de cinco carros (*Ford Fiesta*, *Mercedes*, *Mitsubishi*, *Peugeot 206*, *Jeep Land Rover Discovery*) e não dois, como havia dito.

No relatório final, a PJ mantém a teoria. Os inspetores, assertivos, referem a existência de um conluio para proteger Vítor Ramalho. A magistrada titular do caso, contudo, deita por terra as teses da Judiciária. Ramalho é então acusado, em setembro de 2023, de um único crime de homicídio simples na forma tentada.

Mais de um ano depois, em dezembro de 2024, o coletivo de juízes do Tribunal de Beja condenou-o a dez meses de prisão, mas com pena suspensa. A tentativa de homicídio desapareceu e ficou-se pelo crime de ameaça agravada. O casal sueco não foi localizado e faltou à leitura do acórdão.

Moura e os ciganos

Os imigrantes não eram pretexto para desavenças na região.

Os ciganos, sim. Segundo um inquérito camarário à comunidade (2022), havia quase 1200 pessoas da etnia, 10% da população.

A maioria residia na periferia de Moura, em aglomerados de barracas, casas de alvenaria sem condições e no bairro social do Girassol, degradado. Poucos acediam a água potável. Ao contrário da restante população, a natalidade entre os ciganos quase duplicara num quarto de século. Mais de metade não tinha escolaridade e a esmagadora maioria estava no desemprego e a receber o RSI.

Ana Farinho e Helena Pais, deputadas municipais da CDU, conhecem bem a realidade. Na Assembleia, a bancada do Chega parece-lhes uma anedota, «até já votaram uns contra os outros», comentam, mas não mascaram o pano de fundo. Contam, por exemplo, que uma enfermeira e cunhada do candidato comunista à Câmara, André Linhas Roxas, foi agredida de forma bárbara por uma família cigana no centro de saúde. Uma mulher sentira-se mal, o grupo entrou pela urgência e ela foi espancada.

Num dos dias, Ana Farinho levou-me no seu carro a dar uma volta por Moura.

Duas décadas antes, as famílias ciganas carenciadas viviam nos antigos quartéis, hoje um sítio simpático com esplanadas e bares. Realojadas no Bairro do Girassol, o cenário é de casas esventradas, lixo pelas ruas, um desterro.

Seguimos por uma estrada municipal com casas clandestinas de um lado e do outro, que leva à Herdade dos Machados. Havia cães, crianças ciganas a brincar e carros estacionados quase no meio do caminho. Um familiar de Ana passou por ali uma

noite, com o carro quase a arrastar-se, dada a falta de iluminação. Uma dessas crianças, na brincadeira, embateu no automóvel. Distraída, sem querer. Acidente sem males maiores, mas a comunidade enfureceu-se. O familiar de Ana foi deixado numa poça de sangue.

«Foram situações duras, não nego, mas não extrapolo», reconhece a deputada da CDU. «Os ciganos sempre foram mal aceites em Moura, só há poucos anos começaram a entrar nos cafés e nos supermercados, antes não os deixavam. Nunca houve problemas que o justificassem, mas a atitude da generalidade da população era negativa. Perante isso, o que se esperava que fosse a reação deles?», perguntou, já sentada no restaurante O Molho, diante dos espargos do campo fritos com ovos e o cozido de grão, com carne e chouriço.

Helena Pais, antiga professora no concelho, mostrara-me, durante um café de final de tarde, outro lado da moeda. «Há cada vez mais miúdos no ciclo preparatório e no secundário e um aumento da escolarização das raparigas», garantiu. «São elas quem tem mais potencial. Se servirem de exemplo, têm influência na comunidade.»

Grande parte dos ciganos de Moura frequenta igrejas evangélicas. Há muitos pastores ligados à etnia. O trabalho, esse, é pendular: tanto são recrutados para tarefas sazonais como rumam a Espanha, ali ao lado. Outros descobriram um filão: vendem carros *online*, cada vez mais.

Nixon e o chefe dos «correios»

Na noite de 6 de novembro, Humberto Nixon veio apanhar-me à porta do café O Ideal ao volante de um jipe que cheirava a pescaria. É um sexagenário alto, de sorriso fácil, boné, camisa azul às riscas, óculos pendurados ao pescoço, casaco com ombreiras. Sugere-me petiscarmos no Moto Clube de Moura, do qual é sócio. Alinho.

Humberto é geógrafo. Foi funcionário da Edia, gestora das infraestruturas do Alqueva, antes de se lançar na aventura aquática do turismo. Defensor do maior lago artificial da Europa — fundou uma associação para isso —, tem um projeto familiar chamado Alquevatours e dedica-se, agora, a organizar passeios de barco, temáticos.

Humberto Nixon é nome, não é alcunha. O padrinho vivia nos EUA e gostava do antigo presidente norte-americano. Na juventude, Humberto andou pela União de Estudantes Comunistas (UEC). «Durou pouco, não era comunista.» Depois, liderou a associação de estudantes da JSD no liceu de Beja. «Sou pela justiça social, pela social-democracia pura.» Revê-se na IL — «é gente que estuda» —, mas o melhor resultado do PSD em Moura ainda é dele, quando foi candidato à assembleia municipal.

Humberto viu o Chega entrar pelo concelho «à patrão»: tinha o terreno lavrado.

«Muita malta nova vota neles... Malta que não votava, que vive em casa dos pais e a quem os avós ajudam a pagar o ginásio e a mota. Se lhes perguntar, querem ser

bombeiros, polícias ou seguranças, mas também vivem do expediente do RSI», aclara. Também conhece quem toda a vida pertenceu ao PCP e virou a casaca: «Agora votam no Chega...» Ao balcão, entre blusões de couro e cabedais, discutem-se rivalidades da bola. Humberto continua. «Há muita malta do RSI nas esplanadas, nas torradas e nos galões. Não são ciganos. Ainda que fossem! O que os tipos dos bancos roubaram ao Estado é uma ninharia quando comparado com o RSI dos ciganos.»

Conhece histórias de *bullying*. «Apanham os ciganos na escola, batem-lhes e continuam impunes.» O contrário também: «Os professores e os auxiliares queixam-se, mas não acontece nada...» Nos adultos nota, por vezes, pouca vontade em se integrarem, «mas não é justo pagarem as favas todas...».

Das revoltas contra elementos da etnia, a que mais fresca guarda na memória é a dos contágios durante a pandemia por causa de umas festas e casamentos não autorizados. Poucos arriscam dar-lhes trabalho. «Estigmas sempre houve, mas, se vou dar emprego a um cigano, sujeito-me a que me falem coisas...»

Humberto Nixon reconhece a Benjamin Barão, ex-mediador cigano da autarquia, o esforço feito pela integração da comunidade. Liguei-lhe, mas andava na apanha da azeitona. Ele é de Moura, o pai pastor evangélico. Andou na escola com os dois irmãos. Nas aulas, sentiu-se um entre iguais. No recreio e na Ludoteca, não: inferiorizado e intimidado, ameaçaram partir-lhe a clavícula. Para lá das adversidades, foi o primeiro cigano de Moura a completar o 12.º ano. Um orgulho para os pais. Liderou uma associação de estudantes, fez-se técnico de instalações elétricas na escola profissional e dinamizador comunitário.

Numa viagem de estudo à Polónia, em 2019, visitou Auschwitz e encontrou-se com a história dos revoltosos da sua etnia. Enfrentaram os guardas do campo, armados de pás, paus e pedras, e acabaram deportados para outros locais ou gaseados, aos milhares. Em Cracóvia, ficou-lhe na memória um apelo de Raymond Gurême, um dos últimos ciganos sobreviventes do Holocausto, palhaço, acrobata e tratador de animais, em criança, no circo nómada da família. «Não deixem o vosso futuro nas mãos dos loucos. É preciso resistir à discriminação, ao racismo, às expulsões violentas de ciganos.»

«Dez miúdos como o Benjamin e contrato-os já!», retoma Humberto Nixon.

Numa zona socialmente deprimida, o momento do mês em que famílias ciganas recebem subsídios gera raivas e fúrias caladas de ranger dentes. «Apanham-se com os cheques e enchem carrinhos de supermercado com marisco, vinho, tudo de bom. Dão espetáculo! E quem faz contas ao cêntimo e, por vezes, tem de deixar um produto ou outro para trás, espuma», conta Humberto Nixon, depositário destas histórias. «As pessoas não são racistas nem xenófobas, mas quem trabalha sente-se injustiçado. O Chega só aparece porque não criamos condições para as pessoas viverem melhor...»

O chefe do posto dos CTT em Moura é reverenciado pelos ciganos, não exatamente por serem bem tratados, mas por recearem que ele lhes fique com os cheques da Segurança Social caso o hostilizem ou desafiem. O próprio gosta de ser temido a esse ponto. Diz-lhes para tirarem o chapéu à entrada e conta-se que desata a borrifar o posto com água-de-colónia quando famílias ciganas lá aparecem para receber o RSI.

Subo a longa escadaria interior da casa de Armando Migas Gomes, o dito chefe dos «correios» em Moura. Bonacheirão, de cabelos brancos e bigode farfalhudo, parece uma personagem da aldeia gaulesa de Astérix. Numa casa sem luxos, recebe-me afável. Pergunta se bebo um copo. Tem duas filhas, dois netos. E atalha, para início de conversa: «Não sou militante do Chega.»

Os pais eram socialistas. Ele militou no PSD durante vinte e cinco anos. Foi «vice» da concelhia. Ventura caiu-lhe no goto num jantar em Beja. «Rendi-me», confessa. «Adoro as intervenções dele, sou apaixonado pelas ideias do Chega. Só não sou filiado porque ainda não se proporcionou...»

Foge do PS e do PCP como o diabo da cruz. «Nunca fizeram nada em Moura, tudo ilusões. Não puxam por uma empresa, acessibilidades zero, nem uma fábrica...» Reproduz a ladainha do líder do Chega: as câmaras não podem ser centros de emprego, os imigrantes estão a invadir a Europa, já se tem medo de andar no Martim Moniz, e por aí adiante. «Você já notou que não é atendido por portugueses?!», afirma, indignado.

«Olha o nosso patrão», dizem-lhe ciganos quando entram no posto dos CTT. «Aos dias 25, 26, lá estão eles para irem buscar os subsídios. Depois admirem-se que andem de *Mercedes* ou os veja ir de *Porsche* às urgências com isenção de taxa moderadora. Muitos ainda os conheci de pistola!» A alguns diz-lhes, ríspido: «Lava-te, lava os dentes, penteia-te e depois vem cá levantar o cheque.» Muitos acatam. Receiam ficar sem o dinheiro, imaginam-no investido de tais poderes. «Tenho de andar de chicote em cima deles...»

Em novembro de 2023, Armando contava trinta e cinco anos em funções. A memória, porém, não fixou denúncias feitas pela associação SOS Racismo em 2004, após visitas a Moura. Nesse ano, um jovem casal cigano foi agredido num banco de jardim, mas não apresentou queixa por recear represálias. Os cafés impediam a entrada a membros da etnia e muitos produtos eram-lhes vendidos mais caros por serem ciganos. Nos dias de receber o RSI, as forças de segurança, «de forma sádica e desumana» segundo a organização de direitos humanos, entretinham-se a passar multas por mau estacionamento.

As sentenças são quase tão velhas como Armando, de sessenta e um anos. E não têm recurso. «É inconcebível uma câmara dar casa aos ciganos. E mais tijolos, água, areia...», diz, sem se apaziguar. «Quando há desacatos, os polícias dizem-me que não querem arranjar problemas. Mete dó vê-los levar tanta chapada!»

Armando bate no peito. «Trabalho, faço os meus descontos, vivo em sociedade, sou pai, marido, avô, comporto-me como tal. E eles estão constantemente a fazer mal.

Na farmácia, problemas! No centro de saúde, problemas! Entra por ali a ciganada, à frente de toda a gente, a cheirar mal que tresanda», descreve, alterado, puxando pelo vozeirão. «Dois miúdos ciganos levaram pistolas para a escola, bateram num contínuo... Não se comparam aos imigrantes», garante. «Esses comportam-se muito bem, alguns até já casaram aqui.»

Na falta de virtudes, Armando só vê uma solução para os ciganos. «Dividi-los!», afirma, sem hesitações. «É falar com eles e dizer: querem ser integrados? Então têm de fazer isto, isto e isto! Têm de se fazer à vida, vestir-se devidamente, aprumados, sem cheiro a cigano.» Mais nada. «A nossa sorte é que o André veio mexer com tudo isto...»

O «patriarca» de Portas

A dica partiu de Humberto Nixon: se a memória não lhe falhava, o CDS candidatou um cigano em Moura, numa autárquica. Talvez Sílvia Ramos, candidata à presidência do município na altura, soubesse.

Liguei-lhe. Sim, lembrava-se, mas Sílvia já não vivia em Moura, por isso perdera-lhe o rasto. As eleições tinham sido em 2009. Após pesquisas e telefonemas no quarto de hotel, lá dei com a memória desse tempo. O referido candidato não era o único cigano nas listas do CDS: havia outro. Ambos foram apanhados em flagrante delito pela GNR de Moura, a poucos dias das eleições, a roubar meia centena de fardos de palha na companhia de outros elementos da etnia. Sílvia Ramos, então líder da distrital do CDS e cabeça de lista à autarquia, ficou «surpreendida», mas não os substituiu. «Não vou atirar a primeira pedra. Meia dúzia de fardos de palha não representam nada quando comparados com os casos Freeport, Felgueiras e Apito Dourado.»

Graças aos bons ofícios de gente da terra — e da minha amiga Zélia Charraz Parreira, natural de Moura e diretora da Biblioteca Municipal de Évora —, encontrei-me com Guilherme Pedro dos Reis, patriarca cigano. Tinha setenta e nove anos.

Vestido de preto, com casaco, capa e chapéu, esperava-me sentado num pequeno cadeirão de bambu, à porta de casa. Na esquina, o café Cantos de João Mendes foi o nosso breve poiso para a conversa.

O «senhor Pedro», como é conhecido em Moura, sempre trabalhou, desde a infância. Ceifou, carregou sacos e vagões, andou nos montes com outros trabalhadores, «o que calhava». Amealhou uma reforma de 420 euros, da qual retira 200 euros para aluguer da casa. «Depois das despesas, fico com 80 euros.» Tem dez filhos, seis rapazes e quatro raparigas. O mais velho com cinquenta e três anos.

Na idade adulta, andou pelo Algarve, Torres Vedras, Barreiro — «na CUF» — e no Lavradio. Sempre na agricultura, a guardar porcos ou em negócios com cavalos, pouco mais. «Não sei fazer quase nada. Assino mal o nome. Leio mal, mas os meus filhos sabem ler», orgulha-se.

A aventura política nas listas do CDS desvaneceu-se um pouco na memória, mas nem tudo o tempo levou. «Gostava do partido», reconhece. «E do Paulo Portas. Esteve aqui num jantar e abraçou-me.» O Chega foi o toque a reunir entre a comunidade. «O Ventura entrou com muita força a dizer mal dos ciganos. Parece que fizeram aí uma *tourada* na praça contra nós...»

O «senhor Pedro» é respeitado por muitas famílias da etnia. Em parte, também, pela consideração que os poderes locais lhe têm. Se estalar os dedos, seguem-no. Se disser onde devem votar, também. Em 2021, conta, «a ciganada foi votar pelo atual presidente. Também fui», garante, referindo-se a Álvaro Azedo, autarca socialista de Moura. Era preciso travar Ventura e o Chega, males maiores. «A Câmara foi buscar os ciganos de carro para votar, levaram brinquedos e rebuçados às crianças. O presidente prometeu tudo e eu disse à malta cigana para votar nele», di-lo, quase arrependido. «Os votos já lá estão, mas até hoje... nada.»

Nas presidenciais e autárquicas de 2021, os quinze bairros ciganos mobilizaram-se contra a eleição de Ventura e dos seus candidatos. Anos depois, mesmo tendo faltado ao prometido como candidato à assembleia municipal, o líder do Chega conseguiu ainda melhores resultados em Moura nas três legislativas de 2022, 2024 e 2025. Neste ano, foi mesmo o partido mais votado no concelho.

Moisão, Avante! e Chega

No meu último dia completo em Moura, a 7 de novembro, fui surpreendido, à hora do almoço, com a notícia da iminente saída do primeiro-ministro António Costa, alvo de uma investigação sobre projetos de lítio e hidrogénio.

Corri para o quarto de hotel para ver na televisão o anúncio da demissão, pelo próprio. Marcaram-se eleições antecipadas para dali a meses. «Só o Chega está preparado para isto», pensei. O caso tinha tudo para ampliar a narrativa do partido sobre o «sistema». Do nada, saíra o «Euromilhões» a Ventura.

À tarde, na pastelaria Convívio, diante do edifício camarário, ouvi os primeiros comentários sobre o sucedido, de orelha arrebitada para uma mesa com três velhotes. Sobravam elogios para Ventura. «Até nem voto no gajo, mas é o único que lhes rosna», dizia um. «Quem diz agora que ele não tinha razão?», resumia outro. «É um bocado injusto, o Costa foi-nos aumentando as pensões... E agora, como vai ser?», lamentou-se um último.

São 15h30, espero por Ana Moisão numa esplanada do Largo Sacadura Cabral.

Antiga presidente da distrital de Beja do Chega, passara a vereadora independente em Serpa depois de abandonar o partido, meses antes. Numa primeira carta que enviou a Ventura, em dezembro de 2022, falou em «quebra de confiança»: o líder não guardara

segredo de uma conversa confidencial entre ambos. Quando saiu, Moisés queixou-se de desrespeito, ataques pessoais, enxovalhos, abandono.

Militantes foram proibidos de se relacionar com ela. No parlamento, o Chega ignorou reivindicações distritais sobre temas da região e as promessas feitas por Moisés em campanha eleitoral. A gota de água foi o caso da ampliação do Hospital de Beja: o Chega votou contra.

A vereadora estaciona o carro no largo onde, em 2021, se realizou o comício do Chega e André Ventura prometeu não se esquecer de Moura. Morena, de cabelo ruivo, com óculos escuros, Moisés traz uns brincos grandes e largos e veste uma camisola branca, de gola. Tira o casaco quando se senta. Quando lhe trago à memória o cenário onde nos encontramos, reage com enfado: «No que eu me meti... O André diz tudo o que as pessoas querem ouvir, mas a comunidade cigana nunca me afligiu. O que me aflige é não ter acessibilidades e hospitais.»

Durante a longa conversa, não há sequer um preconceito ténue, disfarçado. Ana Moisés não tem discurso anticigano nem anti-imigração. Sabe, de resto, alguma coisa sobre as dores de viver longe: foi emigrante em Friburgo, na Suíça, para onde viajou em 2009. «Trabalhei em restaurantes, lavei loiça, ia às mesas, mas, cinco anos depois, já tinha uma empresa de gestão financeira.» Defende a atual lei da interrupção voluntária da gravidez: «Morriam muitas mulheres que o faziam clandestinamente.» E é contra a privatização dos CTT. «Há várias localidades no Alentejo sem correios...»

Licenciada em Geografia e Planeamento Regional, estudou e trabalhou em Serpa, conhece o distrito de Beja de olhos fechados. É relações públicas numa empresa de vinhos da sua terra, Pias, em tempos a «Moscovo do Alentejo».

Filha de trabalhadores agrícolas, grande parte da família continua ligada ao PCP, onde também fez trabalho político. «Andei dezasseis anos na Festa do *Avante!*, desde miúda», lembra. Di-lo com orgulho. Lembra-se de ver Álvaro Cunhal em Pias. «Era obrigatório ir, era uma missa. E ele sabia levar bem o seu rebanho...» A terra não mudou muito. «Ainda temos pessoas de Pias no Comité Central e o antigo presidente da Câmara de Moura, o Pós-de-Mina, também é de lá...»

Com o tempo, sentiu-se atraída pelo PSD. E simpatizou com a IL. «Era a única em Pias, pensei que me davam uma pedrada», recorda. «Depois ligaram-me do Chega...» A família, os amigos, passaram da incredulidade à fúria. «Pensei neles antes de decidir, mas não imaginava o que se seguiu...»

«Não tens vergonha de ter uma nora e um filho no Chega!?», ouviu o sogro.

«És a vergonha do povo de Pias», atacaram-na.

«Tu, Ana Cristina?! A PIDE veio buscar o teu avô a casa e agora vais para um partido fascista?!», acusaram-na em família.

O marido conduzia o camião do lixo da Câmara e largou o emprego. «Familiares deixaram de me falar. O PCP nunca mais comprou vinho na Família Margaça, da sociedade agrícola de Pias, onde trabalho», conta. «Não sou fanática, nem tenho barreiras psicológicas», defende-se. «Aprecio o presidente da Câmara de Moura, do

PS, dou-me bem com dirigentes do BE de Beja, muitos comunistas votaram em mim, eleitores do CDS também. Queria fazer algo por Serpa e o Chega deu-me essa oportunidade.»

Em 2021, foi eleita vereadora, enquanto a CDU ganhou a Câmara. Em Pias, os comunistas chegaram quase aos 56%, mas já tiveram muito mais. Ela surpreendeu: a jogar em «casa», foi terceira. O *bullying* político, porém, surgiu de todos os lados. «Amigos eliminaram-me das redes sociais, diziam que andava sempre lambuzada por causa da maquilhagem. Chamaram-me macaca de lábios pintados.» Feridas por sarar. «Chorei muito! Eram mensagens privadas, ameaças, *memes* com forquilhas. Perdi cabelo, não dormi...»

«Nunca se sentiu a renegar a história pessoal, familiar?», questiono-a.

Sente o toque. Por segundos, engole em seco. Depois, emociona-se. «Sei bem o que era o Alentejo. Havia muita miséria nesta região. Muita gente foi presa e torturada. Mulheres de Pias, ainda a amamentar, foram levadas para Caxias pela PIDE. Isto é parte da minha história, carrego-a e não a renego...», diz-me, de olhos húmidos. «O PCP foi muito importante para esta gente, não esqueço isso, mas a sua gestão autárquica no Alentejo nem sempre foi um idílio como, por vezes, se pretende fazer crer...»

No Chega, não demorou a ver o lado sombrio. «O partido atraiu gente boa, mas também muito má. O André tem dom oratório, mas anda muito mal rodeado. Nos congressos dizem tudo, como os malucos.» Picardias acentuaram-se. Dúvidas instalaram-se. Dinheiro não havia, sobravam conflitos. «Nunca ganhei um cêntimo com o Chega.» A dada altura, os comentários do deputado Pedro Pinto ressoaram. Falava dela, então líder distrital, à boca cheia: «A burra de Beja tem de ir de vela.» Moissão soube. «Cheguei a ter cuidado com a minha aparência e a vestir roupa menos ousada nos congressos. Há no partido quem não sabe lidar com mulheres que não sejam objetos sexuais...»

Concentrou-se no trabalho autárquico. «Devo isso aos meus, a quem me apoiou e votou em mim», mas o submundo do Chega não descansou. «O esquema foi mostrar-me como infiltrada do PSD. Manipularam gravações, usaram perfis falsos. Existem centenas deles...» Essa experiência levou-a a avisar quantos pôde, a redimir-se. «O Chega quer mandar, mas o país não é um clube de pesca. Hoje, assusta-me que possa ser o Ventura a alcançar o poder.»

Nas autárquicas de 2025, Ana Moissão aceitou o convite para encabeçar a lista da AD em Serpa.

Como o Alentejo mudou

Antes de partir de Moura, a 8 de novembro, após umas migas divinais em casa da irmã, a Zélia deu-me boleia para Évora, onde me esperava a última ronda de conversas.

Nessa mesma data, o antigo chefe de governo Passos Coelho falou em Oeiras numa iniciativa sobre a democracia para alunos do secundário. «Acha que eleições antecipadas podem dar força a partidos que ameaçam a democracia, como o Chega?», questionou-o uma jovem. «O Chega não é um partido antidemocrático e tem toda a legitimidade de existir», respondeu o ex-primeiro-ministro.

Em Évora, tinha jantar marcado no Moinho do Cu Torto com sociólogos da universidade, Saudade Baltazar e Marcos Olímpio Santos. Segui para lá.

O Alentejo não é todo igual, mas faz parte de um país «invisível», mapa do descontentamento ao qual se fecharam as portas uma a uma e onde, demasiadas vezes, os holofotes só aparecem a salivar pela excitação da tragédia. Reduziram-se serviços de saúde, desagregaram-se instituições, isolaram-se idosos. As distâncias aumentaram, não apenas físicas. Fecharam escolas, escasseiam empregos, expectativas, transportes. O trabalho precarizou-se. Muitos emigraram. Velhos vão morrendo. Jovens encaixotam futuros. Os pobres que se ajeitem, raspadinha que os ajude. Chega?

Para Saudade Baltazar e Marcos Olímpio Santos, este Alentejo é território de estudo, não por acaso aquele onde o partido de Ventura obteve, entre 2019 e 2025, as melhores percentagens de votos, elegendo autarcas e conquistando resultados entusiasmantes.

A dupla de investigadores fala-me de um velho mundo novo: desorientação, desordem, antagonismos, crises económicas, migrações. O desprestígio da política e a desconfiança em relação às instituições fizeram caminho de mão dada com a desesperança. A erosão da cidadania e outras narrativas digitais do pós-verdade tomaram conta do quotidiano.

Desencantos e desilusões com políticas locais e nacionais passaram da abstenção à raiva. Quanto valeu isso em votos?

Os municípios onde o Chega obteve melhores resultados, entre os quais Moura e Elvas, tinham um poder de compra inferior à média nacional (dados da plataforma Eye Data). Faltava avaliar o impacto eleitoral de amputações sofridas no território (ensino, saúde, agências bancárias, correios, etc.), mas a implantação e subida do partido deverá muito à diminuição da lealdade dos eleitores a partidos tradicionais, aos altos índices de abstenção e à insuficiência de resposta a temas sensíveis (imigração, corrupção e ordem pública), garantem os autores do capítulo português do livro *Las Nuevas Extremas Derechas en el Mundo* (Tirant Editorial, 2023).

«Que causas podem ter contribuído marginalmente para as votações no Chega?», pergunto ao jantar. Saudade Baltazar e Marcos avançam com várias hipóteses.

Desde logo, as alterações no mapa político no Alentejo do pós-25 de Abril marcadas pela queda da URSS. Também o polémico processo de agregação de freguesias que, garantem, gerou mais descrédito em relação ao poder político e acrescida insatisfação em relação «aos mesmos do costume».

Alteraram-se expectativas, aumentou o custo de vida, a perda de poder de compra afetou a população mais desfavorecida e de classe média, diminuíram as oportunidades de emprego, acentuou-se o trabalho precário. Medraram a ansiedade, os receios, o desespero.

A população idosa aumentou, morreram ou abandonaram a região os «veteranos», os «tradicionais». As visões do mundo alteraram-se, as redes sociais imperam, individualizam. Votantes jovens, a geração Z, são permeáveis a outros valores, crenças, impressões, sentimentos, conceções e perceções, sem reflexão, logo mais suscetíveis de aderir a mensagens de direita radical. Impôs-se a cultura *blacklash*, ilustrativa do reacionarismo moderno a movimentos culturais e de justiça social. Em Évora, vandalizaram obras expostas na Igreja de São Vicente, em 2023, que promoviam uma reflexão sobre o ódio em torno da comunidade LGBTQIA+. A arquidiocese de Évora condenou... a exposição: «Pouco sensata e reveladora de pouco respeito pela sensibilidade de muitos cidadãos.»

Mudanças políticas, novos partidos, temas fraturantes, tudo contribuiu. Na região, um empresariado débil lida mal com transformações tecnológicas. «A geografia do descontentamento bebe da narrativa excludente do Chega», concordam os sociólogos. «Num contexto de incertezas, angústias, receios, desilusões, estão criadas as condições para o despertar e consolidação do sebastianismo em algumas faixas da população», refere Marcos Olímpio Santos. «O pessimismo nacional instalou-se. Se olharmos para o país de hoje e lermos o que escreviam Eça, Fialho de Almeida ou Antero de Quental há mais de um século, o que se vê? As mesmas inépcias, dúvidas e cumplicidades, a mesma falta de futuro credível.»

O caldo estava latente. E o redentor é agora Ventura: é ele quem vende a mensagem desejada de um mundo mais seguro e bem-aventurado. A ironia é esta e talvez valha para Portugal: «Os eleitores das regiões deixadas para trás estão, compreensivelmente, irritados», escreveu Paul Krugman, prémio Nobel da Economia, no *The New York Times*, mas «canalizam essa raiva para apoiar políticos que vão piorar a situação deles».

O «TERRAMOTO» ESTAVA ESCRITO

Portugal tinha, há muitos anos, um mercado populista.

Os inquéritos mostravam a pujança das ideias, em tudo iguais às de nações onde a extrema-direita ganhara força. «Os cidadãos portugueses eram tão populistas, ou mais populistas, do que os de outros países. A diferença é que não havia oferta partidária», resumiu Marina Costa Lobo.

O Chega catalisara a incapacidade de regeneração das elites políticas, dos partidos do arco do poder onde *boys* e *girls* dos «aparelhos» têm guarida, onde as cunhas e a endogamia se propagam sem filtros de qualidade, onde a lisura, o rigor e o respeito pelos cargos e instituições são, muitas vezes, parentes pobres do exercício da democracia. «Um voto no Chega é um voto de protesto, contra o sistema», advertiu a politóloga, no *Público*. «Não é necessariamente um voto a favor de um programa político.»

A isso juntara-se «o caso do Portugal Rural», retratado pelos investigadores Pedro Magalhães e João Cancela, onde a direita radical populista tinha sucesso. Não por concentrar mais tradicionalistas ou nacionalistas por metro quadrado. Não por privação financeira, mas pelo «sentimento generalizado de negligência política alimentado pelos moradores rurais». Ou como quem diz: Lisboa e as elites estão longe, desprezam-nos.

Ventura enfrentou as eleições legislativas antecipadas, de 10 de março de 2024, com a ambição nos píncaros e o ego inchado.

Meses antes, o Chega acolheu em Lisboa, no convento do Beato, a família política europeia: de Marine Le Pen aos «primos» da AfD, sem esquecer figuras e forças políticas extremistas da Áustria, Bélgica, Estónia e Itália. Fez-se batota com números da imigração e repisou-se a prioridade à Europa branca, cristã e dita civilizada. Tomio Okamura, checo nascido no Japão, do Liberdade e Democracia Direita (SPD, no

original), foi o convidado mais extravagante: defendera, em certa ocasião, que os compatriotas «levassem porcos a passear junto das mesquitas».

Internamente, o Chega ia a caminho de perder quase metade dos vereadores nas autarquias, mas o que era esse percalço, já distante no tempo, quando as sondagens e o cheiro a poder inebriavam as suas hostes?

Uma vez mais, o Tribunal Constitucional obrigara o partido a repetir um congresso, que foi marcado para Viana do Castelo, de 12 a 14 de janeiro.

Por esta altura, já eu saíra da revista *Visão* e passara a jornalista *freelancer*.

Dias antes, Patrícia Carvalho, diretora de comunicação, dirigente e deputada, fizera saber, dado o pedido de credenciação e a nova condição profissional, que não podia garantir-me entrada no congresso. Os representantes de órgãos de informação tinham primazia, justificou. Ainda perguntei, por WhatsApp, em que regulamento vinha tal imposição, ilegal de resto. Já não respondeu.

Não o fez Patrícia Carvalho, mas respondeu a Entidade Reguladora para a Comunicação (ERC), à qual recorri, solicitando decisão urgente face à proximidade do evento. Por unanimidade, o órgão regulador lembrou ao Chega que, caso mantivesse a decisão, incorreria num crime de atentado à liberdade de informação. «E se, mesmo assim, não me deixarem entrar?», ainda perguntei. «Chama a polícia.»

Cheguei a Viana dia 12, pela hora do almoço, a tempo de acomodar-me em casa de familiares. Ao final da tarde, desci a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, cravejada de pendões do Chega contra os «tachos» e a «corrupção», e segui para o Centro Cultural, local do congresso.

À entrada, nenhum imbróglio. A atitude do Chega e a decisão da ERC ecoaram na comunicação social e tudo decorreu com normalidade, termo em relação ao qual Patrícia Carvalho terá uma conceção diferente. «Gostava que a imprensa desse o mesmo tempo de antena aos protestos dos polícias que dá aos protestos dos jornalistas», escreveu nas redes sociais. «Isto de querer ganhar dinheiro à custa dos outros tem de acabar.»

Havia 32 moções para aprovar no congresso. Pedia-se a reintrodução do serviço militar obrigatório e também do hino nas salas de aula. Exigia-se que a difusão de mensagens e conteúdos de «movimentos LGBT+» e Black Lives Matter fosse limitado aos adultos, pois «representam ideologias que não se alinham com os valores tradicionais». Sugeria-se «acabar com o conceito de identidade de género», encarar a imigração «numa ótica de mais-valias» e travar «a substituição demográfica». Uma moção acabava com a frase «é a hora de mostrar como é ser português», atribuindo-a a Camões, na obra *Os Lusíadas*. Descubra-a, se conseguir.

«Luz da razão»

Uma das estrelas desse congresso foi o luso-brasileiro Marcus Santos, nascido no Rio de Janeiro e antigo profissional de artes marciais mistas. Muito saudado nos corredores, andou, ufano, a gabar-se da provável eleição como deputado, mesmo não sendo, na altura, conhecidas as listas, mas tinha razão para isso: seria o quinto candidato pelo Porto a obter lugar no parlamento.

Quando subiu ao púlpito, levantou a plateia: «Não somos racistas nem xenófobos», garantiu. «Estou há quatro anos e meio no partido e nunca fui prejudicado pelo tom de pele, pelo país de onde vim ou o meu sotaque. Aqui no Chega somos daltónicos. Sangue português até o mosquito tem. Não basta ter sangue português, tem de ter alma portuguesa.»

Diz nunca ter sido vítima de racismo, mas as redes sociais demonstravam o contrário: chamaram-lhe «preto invasor» e acusaram-no de ajudar ao fim da Europa. «E ainda meteste um filho mulato numa branca!» O próprio acabou por admitir que os ataques eram provenientes de adversários do interior do próprio Chega.

Santos é negro, a favor da imigração controlada e do privilégio da Europa branca, mas foi detido nos EUA por imigração ilegal em duas ocasiões. Diz ter morado na rua e depois foi adotado por uma família do Haiti, num bairro social. Deu-se então o sonho americano, na versão dele contada à revista *Piauí*: andou na escola, aprendeu inglês, legalizou-se e montou academias como empresário de lutas marciais na Florida. É o seu negócio em Portugal também.

Filho de um militar, bolsonarista assumido, praticante premiado de *Jiu-Jitsu* e MMA, depois professor, Santos é adepto de uma «direita unida e musculada». Também idolatra Ventura. Exceto quando se zanga. A dada altura da elaboração das listas de candidatos a deputado, foi relegado para quinto lugar, posição que não dava garantias de eleição, e criticou a colocação de Cristina Rodrigues na mesma lista. «Essa mulher representa tudo aquilo que a gente luta contra», desabafou durante um telefonema colocado nas redes sociais afetas ao partido, no qual pôs a roupa suja do Chega ao relento. «Não é líder», disse do chefe a um dirigente do Porto. «Toma decisões erradas e depois tem aquele montão de lambe-botas...», acusou. «Ninguém tem tomates para contrariar o André Ventura? O cara é um Deus, porra?!»

Haverá histórias mais controversas na vida do deputado. Uma é sobre um «passatempo» do tempo em que viveu na Florida: alegadamente, ele e amigos gostavam de praticar «joelhadas voadoras» nas pessoas em situação de sem abrigo. Chegavam-lhes fogo enquanto dormiam e desferiam o golpe quando as vítimas se levantavam, a fugir das chamas. Se os episódios têm algo de lendário não se sabe, mas o relato dos mesmos terá sido feito pelo próprio Marcus Santos, divertido, a antigos alunos e alunas da sua academia em Matosinhos. Há testemunhas dessas conversas, que uns ouviam, incrédulos, e outros partilhavam no ginásio. Ele, dizem, ria-se enquanto desenrolava essas histórias.

Aparentemente sem contradição, o partido saiu do congresso com uma imagem pública mais ordeira, moderna e civilizada. E já sem bizarrias ou guerrilhas típicas de anteriores conclaves. Ventura e outros oradores entretiveram-se então a esgotar o *stock* de alarmismos e afirmações infundadas.

O líder deu conta da existência de comunidades imigrantes que pretendiam obrigar as mulheres portuguesas a andarem de burca, mas desconhecia-se onde.

Disse também que, se chegasse ao governo, acabaria com 400 milhões de euros destinados à «igualdade de género». O documento governamental referido não indicava tal coisa.

Em Braga, assegurou também o líder do Chega, havia 30% de imigrantes. Dados do INE e do SEF apontavam para 3,3% ou 6,5%, consoante se olhava para o distrito ou para o concelho. O deputado Filipe Melo copiou-o. Culpou os imigrantes de beneficiarem da Segurança Social e de entupirem o SNS, quando os dados oficiais desmentem estes «factos alternativos», à moda de Trump. Nem no número de imigrantes acertou, mas deixou um aviso: «Não vamos permitir que as nossas mulheres, que usam TVDE [plataformas tipo Uber], sejam constantemente assediadas. Isto não é um país muçulmano.»

Mithá Ribeiro fez, ainda assim, um balanço positivo do congresso: viu lucidez, verdade e felicidade. «O Chega é a luz da razão e da inteligência que está a despertar uma sociedade inteira.»

Luís Graça, com quem jantei na noite de sábado, 13 de janeiro, numa cervejaria das redondezas, não vira tal coisa. Dessa conversa já muito falei noutros capítulos, mas havia mais para desfiar. Desde logo, o antigo dirigente nacional do partido criara a tendência interna Identidade e Futuro para manter viva a agenda anti-imigração no partido. Desse ponto de vista, e apesar da retórica, não estava a correr bem. «O Chega não tem ideologia. Quando venho a um congresso destes, fico muito triste. Tirando duas ou três moções, não há nada de interesse ali», desabafou.

O folclore exasperava-o. «É vivas ao André, nunca estarás sozinho e tal, viva Portugal, vamos matar os ciganos e pronto», caricaturou. «Os ideólogos, pessoas com pensamento estruturado, foram afastados. A maioria está ali a ver se apanha um lugar de deputado ou de motorista. E o André a rir-se.»

Revogar as leis da imigração era o seu fito. «São o maior atentado à soberania e à nossa liberdade. Dirás: “Ó Graça, então estavas a usar o André e o Chega para cavalgares a tua ideologia.” É verdade! Assumo! Mas isto não retira lealdade. Se ele tivesse sucesso, melhor para as minhas ideias...»

Para Graça, o Chega é «só» um partido de direita conservador. Daí não ir tão longe como ele gostaria. «Imagina que precisamos de 100 mil pessoas para a agricultura, 150 mil para a restauração, 10 mil para o têxtil e calçado. Ok, contratos para esses imigrantes, com todos os direitos», defendeu. «Acaba o trabalho, voltam

para os seus países. Não vamos metê-los, como o BE e o PS fizeram, em contentores, tendas e barracas. Isto não é um albergue espanhol.»

Multiculturalismo? Dispensa. Prefere diversidade, «uma das belezas da raça humana», contrapõe. «Isto é a agenda política da próxima década, a imigração vai influenciar todas as áreas...»

Atira números sobre a população «não autóctone». Não fiáveis, comprovaria eu depois. «Imigração em massa é fazer o favor ao grande capital, só beneficia grandes empresas», discorreu. «Portugal não tem um problema muçulmano, mas vai ter. Vais a ruas onde havia retrosarias, mercearias, sapatarias e agora vês lojas de telemóveis. Há uma ocupação do espaço, não há integração. Os muçulmanos ocupam, mandam.» Terrorismo é outra coisa. «Há-o de todas as cores. Nos EUA, são ultracatólicos, matam-se uns aos outros também...»

Nas páginas digitais e nos documentos da Identidade e Futuro, Graça orienta o discurso. «Nos nossos textos não se ataca o imigrante na sua condição, não interessa se é preto, amarelo ou branco, se é muçulmano, cristão ou ateu.»

Fui ver. O movimento colocava cartazes com a inscrição «*Let the deportations begin*» [«Que comecem as deportações»], partilhava vídeos do ex-juiz conspiracionista Rui Fonseca e Castro, expulso da magistratura, elogiava o deputado Bruno Nunes por ser «o elemento do Chega com mais coragem para abordar a temática da imigração» e atribuíam a muçulmanos vários crimes, entre os quais violações em massa.

«O que digo faz sentido para muitos comunistas meus amigos, com quem partilho textos...», explicou Graça. «Podem não concordar com tudo, mas subscrevem várias coisas. Só o Bloco é que não. Está vendido ao liberalismo multicultural, à especulação económica.»

Para Luís Graça, o Chega fazia asneira atrás de asneira. «Não aceito que se receba o gajo da Ucrânia [Zelensky] no parlamento», disse, irritado. «Estudem História, geopolítica, pensem nos interesses energéticos da Europa. Mas está tudo maluco?!», disparou. «O Putin é o maior defensor dos valores tradicionais e nacionalistas! Há dúvidas?! Eu fico-me com o Putin e o Orbán, os gajos defendem os meus valores. É preciso tirar um curso de Ciência Política para perceber isto?!» Continuou no tom. «Não apoio autocracias, não estou a defender o regime russo, mas respeito quem vive naquele caldo político, não devo interferir no modelo, não tenho de exportá-lo...»

O antigo membro da direção de Ventura tem amigos ucranianos. «Não me é indiferente que morram, já perdi companheiros, as pessoas sofrem, mas outra coisa é saber o que é melhor para a Europa e para o mundo», insistiu. «E o que é melhor, então?», perguntei. «Quero a Rússia junto a mim, enquanto europeu, mas os americanos empurraram-na para o colo da China. Um erro. A Rússia diz-me mais. Os grandes compositores? Russos. Medicina? Russos. Ciência? Russos. Economia? Russos. Uma coisa é não ser comunista, outra é ter uma pala nos olhos. Andam gajos com suásticas a combater pela Rússia e pela Ucrânia, mas o Putin não quer saber disso para nada. Na Rússia, também existem forças militares nazis. E o Putin suporta-as, sabe o que quer. É

dos melhores estadistas do mundo. E esta gente do Chega não percebeu... Muitos são fanáticos da Ucrânia.»

Ele, agnóstico, não abraça a cultura judaico-cristã. «As minhas referências não estão em Jerusalém nem na Faixa de Gaza, estão numa Europa pagã. Matriz greco-romana diz-me mais. Sempre me revi muito na filosofia de um Alain de Benoist [ideólogo da Nova Direita]. Às vezes, os mais conservadores da área nacionalista ficam chocados comigo, mas a minha preocupação é que Portugal seja soberano, não tenha dívida e acabe com a pobreza.»

Pagámos a conta e saímos da cervejaria. «Agora, no Chega, andam todos malucos com o Milei, até o André gosta do argentino...», desabafou Graça, ainda. «Eu, identitário e nacionalista, nunca aceitarei que o meu país não tenha moeda, nem água, energia, forças armadas e correios na mão do Estado... Por mim, podem meter aquele liberalismo do Milei pelo dito cujo acima...»

Dias depois, recebi uma SMS com a imagem do novo *outdoor* da Identidade e Futuro. Era Luís Graça. «Estamos na luta, camarada. Gostei de falar contigo.»

Abençoado e infiltrado

O congresso ficara para trás, as legislativas eram para a frente.

O Chega cativara alguns desamparados do PSD e da IL para as listas, com cargos dirigentes e até governativos no currículo, enquanto o CDS de Nuno Melo exibia dezenas de nomes de ex-militantes do Chega que haviam feito a viagem em sentido contrário ou, inclusive, regressado ao ponto de partida.

A pouco mais de dois meses das eleições de 2024, a 24 de janeiro, os amigos da *Veritas Liberat* deram um empurrão às ambições de Ventura num encontro político. A Sara Nossa Terra, igreja evangélica neopentecostal de origem brasileira, com sede europeia na Amadora, acolheu os convidados, entre eles Eduardo Bolsonaro, Pacheco de Amorim e Mithá Ribeiro.

Fundada em 1992 no Brasil, a igreja é dona de um grupo mediático e editorial e tem cerca de um milhão de membros. Nos primeiros três anos da presidência de Bolsonaro, recebeu o equivalente a 600 mil euros para divulgação de propaganda do governo. O mesmo aconteceu nas lideranças de Dilma Rousseff, do PT, e Michel Temer, mas os valores foram três vezes inferiores.

Envolvida em diversos escândalos com fundos públicos, a «Sara» segue a chamada teoria da prosperidade: promete aumentar a riqueza material dos fiéis na mesma proporção das doações que fizerem à igreja.

Os apoios financeiros a estas sessões políticas — e outras — eram canalizados através de uma conta bancária do evangélico Jesiel José Gonçalves, figura da rede digital bolsonarista, com o selo De Casa News, muito ligada ao foragido Allan dos Santos. Jesiel, «jornalista» e «corretor de seguros», foi visado em processos judiciais

no Brasil por causa da difusão de *fake news*. Contas bancárias em seu nome circularam nos meios extremistas de direita para canalizar fundos para as batalhas políticas e a propaganda dessas facções.

O bispo Marcelo Camargo fez a oração inicial daquela sessão e Marcelo Rabêllo, organizador e mediador do debate promovido pela revista *Veritas Liberat*, foi um dos que apelou ao voto no Chega. «Tem muito brasileiro que pode votar aqui em Portugal, essa luta não é só dos portugueses, é a luta do mal contra o bem», incentivou, sob aplausos.

José Carlos Sepúlveda, secretário pessoal de Dom Bertrand de Orléans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil e membro do movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), também não ocultou os objetivos da sessão: «A *mídia* em Portugal está assustada com os números que se falam do Chega.» Segundo ele, até já se tinha abordado a possibilidade «de fechar o Chega», pasmou. «Há um medo do despertar e da insurreição dos silenciosos.»

O ex-ministro Onyx Lorenzoni levantou a audiência: «Será que o mundo, de vez em quando, não olha para o Putin por falta de alguém? Graças a Deus, Portugal não precisa procurar. Já achou. André Ventura!» Lorenzoni não se despediu sem manter os holofotes nas eleições. «Portugal tem um partido comprometido com essas mudanças, com princípios e valores, tem um líder que está maduro para fazer esse enfrentamento», explicou. «Essa porta se abre de década em década, não podemos deixá-la fechar. Então eu quero pedir a todos vocês — presidente Bolsonaro já fez isso, vai fazer de novo —, nós vamo-nos mobilizar todos, nós precisamos fazer com que o Chega tenha uma votação histórica, jamais vista.» A sala gritou: «Chega! Chega! Chega!» Lorenzoni despediu-se, apelando: «Para que isso aconteça, tem de haver a vitória de André Ventura. Portanto, mãos à obra!»

Eduardo Bolsonaro defendeu o capitalismo. «O operário não compra mais esse discurso revolucionário», garantiu. «Quando ele começa a trabalhar, ele consegue ter a *geladeira*, o carrinho dele, viajar para a praia nas férias, ele não quer saber mais dessa revolução.» Pacheco de Amorim revisitou *O Senhor dos Anéis*. «Vamos ter força para vencer Mordor, o senhor das trevas? Espero que sim. Isto é um combate decisivo. Se as coisas continuarem como estão, nós, dentro de meia dúzia de anos, seremos escravos e agradecidos por sermos escravos», prognosticou. Para o vice-presidente da Assembleia da República, os jornalistas «são paus-mandados de paus-mandados de paus-mandados. Ignorantes», definiu. «Sabem qual é o problema deles? É que deixaram de ser os mediadores da informação...»

As redes bolsonaristas fizeram dos laços com o Chega um dos pilares do movimento Aliança pela Liberdade, uma coligação internacional de partidos extremistas de direita, ditos «conservadores», articulada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro e o ex-ministro Lorenzoni. O projeto não estava fechado a sete chaves. Aliás, borbullava há quase ano e meio. Lorenzoni mudara-se para Lisboa após sair derrotado na eleição para o governo do Rio Grande do Sul, em 2022, e mencionou

a ideia no canal de Sérgio Tavares, com Rita Matias ao seu lado, a ouvir. O projeto incluía o Vox e agregaria forças políticas idênticas. Segundo a *Agência Pública*, era esse o propósito do périplo que Eduardo Bolsonaro e o ex-ministro efetuaram por Portugal, Espanha e Itália. O «trabalho de casa» foi inspirado por um velho amigo da família Bolsonaro: Steve Bannon.

O Chega não estava apenas abençoado pelo evento da «Sara». Alguns dos seus apoiantes também se camuflaram nos protestos do «Movimento Cívico pela Agricultura». No final de janeiro de 2024, e quase até às portas da campanha eleitoral, aquele grupo perturbara as estradas portuguesas inspirado no lema das lutas idênticas em França: «O nosso fim será a vossa fome.»

À parte a adesão genuína de agricultores de várias zonas do país, preocupados com os seus rendimentos e o futuro da produção, os dinamizadores das ações, no digital e no território nacional, tinham ligações e afinidades políticas claras.

Um deles foi João Falcato Coutinho, filho de um histórico militante de extrema-direita, e a sua meia-irmã, Maria Isabel Coutinho, referenciada pelas autoridades como ativista dessa área ideológica há mais de uma década. A antiga candidata e responsável financeira do PNR em vários atos eleitorais, conhecida por Béu Coutinho, foi, em 2011, uma das destinatárias dos *emails* que o terrorista norueguês de extrema-direita Anders Breivik enviou a 1000 pessoas da sua lista de contactos a avisar que cometeria os atentados na ilha de Utøya, que mataram 71 pessoas e feriram 51 durante um acampamento de jovens trabalhistas. Nas mensagens, Breivik ocultou o local onde cometeria os crimes, mas anexou ao correio eletrónico o seu manifesto de 1500 páginas.

Béu Coutinho pertenceu ao Movimento de Oposição Nacional (MON), antecessor do NOS, de Mário Machado, e promoveu as celebrações do 10 de Junho por parte desse grupo neonazi e a adesão dos seus elementos à marcha da indignação dos professores (2012). Nas redes sociais, fez a apologia de Hitler e do nazismo através da partilha de artigos de autores «arianos». Também divulgou uma foto em família ao lado de João Martins, condenado pelo homicídio de Alcindo Monteiro. Nos últimos anos, Béu Coutinho juntou-se a grupos de apoio ao Chega nas redes sociais.

António Saldanha, outro impulsionador dos protestos dos agricultores, assumira o seu fervor pelas ideias do partido de Ventura nas redes sociais, mas entre os que acicataram a radicalização daquelas ações esteve Bruno Carrilho.

Emigrante na Suíça, motorista de pesados, Carrilho pertencia a grupos de apoio a Ventura. O seu repertório nas redes sociais e em fóruns privados incluía proclamações contra o 25 de Abril e as vacinas. Este ex-membro do Soldiers of Odin Portugal, grupo xenófobo, anti-imigração, fundado na Finlândia, depois rebatizado Nova Ordem Portuguesa, tentou fazer pontes com Mário Machado. Alistou-se mais tarde noutras organizações e movimentos extremistas, entre os quais o Resistência Nacional (que

liderou) e o Movimento Armilar Lusitano (MAL), do qual foi um dos responsáveis, enquanto difundia teorias da conspiração, *fake news* e incentivava o Chega nas páginas digitais. Através do MAL introduziu-se em diversos grupos de coletes amarelos. Foi, de resto, este movimento que tentou instigar ações mais violentas a partir dos protestos dos agricultores. Outro dos que tentou estimular ações drásticas à boleia dessas manifestações foi Bruno Gonçalves (ex-militar, chefe da PSP, agente da Polícia Municipal de Lisboa e militante de extrema-direita).

Em junho de 2025, Bruno Carrilho e Bruno Gonçalves foram detidos pela Unidade Nacional Contraterrorismo (UNCT) da PJ por alegadamente serem fundadores do MAL, uma milícia armada de contornos neonazis que, segundo as autoridades, estaria implicada em crimes de terrorismo. Naquela altura, foram detidos e indiciados mais quatro elementos. Gonçalves e Carrilho seriam os cabecilhas. Todas as pessoas envolvidas estavam «fortemente indiciadas pela prática dos crimes de infrações relacionadas com grupo e atividades terroristas, discriminação e incitamento ao ódio e à violência e detenção de arma proibida». Durante as buscas efetuadas, apreendeu-se material explosivo de vários tipos, armas de fogo, algumas das quais produzidas através de tecnologia 3D (algo inédito em Portugal até aí), dezenas de munições, armas brancas e material informático, entre outros elementos de prova. Segundo o *Público*, o MAL preparava — e teria meios para isso — uma invasão armada do parlamento.

Voltemos, contudo, ao protesto dos agricultores em 2024, a poucas semanas das legislativas. Outrora candidato pelo PNR em Vila Real, Francisco Franco Afonso, empresário hoteleiro e do setor dos vinhos, também alinhou nas causas dos protestos. Salazarista assumido, negacionista, semanas antes fora delegado ao congresso do Chega em Viana do Castelo. Nas redes sociais havia fotos dele com os deputados Rita Matias e Pedro Frazão.

Entre os ativistas de sofá ou de terreno havia personagens também alheias ao mundo rural, com perfil conspiracionista e antissistema. Nos fóruns e grupos fechados das plataformas digitais apelavam à ação e incentivavam ao caos nas estradas. Havia agentes da PSP, antigos militares, uma negacionista polaca com treino militar, residente no Alto Minho, além de figuras com ligações aos *Panama Papers* e a negócios imobiliários.

O criador Tavares

Aos protestos não faltou o frenesim alarmista de Sérgio Tavares, cada vez mais alinhado com o Chega e levado ao colo pelas redes bolsonaristas. Os temas caros ao criador de conteúdos, e nos quais insiste nos seus canais digitais, são bandeiras da extrema-direita dos dois países «irmãos»: a «ideologia de género», a teoria da «Grande Substituição», o negacionismo climático e da pandemia, o combate à

vacinação, o globalismo e o «marxismo cultural», entre outros. Informação: zero. Perturbação: muita. Eis a receita.

O facto de ter sido retido — e não detido, como difundiu — no aeroporto de Guarulhos (São Paulo), numa viagem ao Brasil, no final de fevereiro de 2024, ampliou-lhe a fama e acolhimento junto da extrema-direita brasileira e garantiu-lhe palco ao lado de Bolsonaro e umas quantas honrarias.

Segundo o delegado Rodrigo Teixeira, a Polícia Federal limitou-se a indagar sobre as atividades de Sérgio Tavares no Brasil. O seu nome era um dos cerca de 140 mil da lista que fazia disparar alarmes à entrada no país. Tavares propagandeou falsidades relacionadas com a situação política do Brasil, entre as quais a de que o país vivia uma «ditadura judicial» e as urnas eletrónicas eram violadas. Apoiou a tentativa de golpe de Estado e teve outras manifestações públicas criminalizadas pelas leis brasileiras.

Mesmo assim, não foi detido, não teve o passaporte confiscado e ainda lhe franquearam a entrada. Bastou-lhe, porém, transmitir a sua versão da «prisão» à chegada e o suposto tratamento recebido — «senti-me um criminoso» — para agitar os círculos digitais da ultradireita no Brasil e em Portugal. Enquanto isso, almoçou com Bolsonaro e participou, no espaço de meses, em manifestações de apoio ao ex-presidente em São Paulo e no Rio de Janeiro, num camião-palanque.

No Brasil, Tavares é tido como «jornalista», ofício que nunca exerceu. De acordo com um levantamento feito pelo [MediaTrust.Lab](#), da Universidade da Beira Interior, possuía, em fevereiro de 2024, uma rede de quase 900 mil seguidores ou inscritos. Tem canais nas plataformas tecnológicas e o seu volume de adesões iguala, ou supera, o de jornalistas e outros líderes de opinião no país.

É seguido pelo líder do Chega, mas também por Flávio Bolsonaro e Carla Zambelli, da ala extremista brasileira. Das contas que publicaram a narrativa sobre a polémica aterragem no Brasil, várias remetiam para o nome de Ventura ou do partido. À chegada a Portugal, o *influencer* teve Marcelo Rabêllo e um grupo de apoiantes do setor bolsonarista à sua espera.

Sérgio Tavares nega filiações políticas, mas recomendou o voto no Chega e no ADN, partidos com os quais tem «ótimas relações», assume. Financia o seu ativismo com subscritores e publicidade no YouTube, além de donativos privados.

A aproximação de Tavares ao Chega acentuou-se nos meses seguintes. Os elogios no seu canal não tardaram — «você estão a fazer um trabalho fantástico». Nas suas redes sociais, os deputados do Chega Rita Matias e Bruno Nunes são, quase sempre, «da casa».

Um partido «pega-tudo»

Os ingleses chamam-lhe *catch-all party*.

No Brasil, preferem partido «pega-tudo».

A expressão designa forças políticas pouco preocupadas com a substância e que atraem grandes, e contrastadas, parcelas do eleitorado.

Usado para retratar o «centrão», a sonolência e a apatia dos seus ideais, o termo foi reconfigurado pelo Chega em Portugal: o partido não só atraía indignados, ressentidos e esquecidos oriundos de todo o espectro político, como era um bom investimento para ultraliberais, capitalistas sem escrúpulos, saudosistas e extremistas órfãos de representação parlamentar, enquanto recolhia o refugio de outros aparelhos políticos, qual carro-vassoura. A semanas das legislativas de 10 de março de 2024, aquela era uma boa altura para tirar o retrato a quase cinco anos de existência do Chega e perceber quem, como e porquê, ao longo do tempo, apareceu ligado à «grande família» de Ventura.

«Quem manda é o povo e não as elites que nos governam.» A frase do líder do Chega, qual mantra, servira para todas as estações e eleições desde a fundação do partido, em abril de 2019, mas as elites empresariais e financeiras não fizeram caso disso, nem o apoio e simpatia pelo Chega nessas áreas é novidade. Já a dimensão e variedade, talvez.

Os donativos oficiais de membros dos clãs Mello e Champalimaud, de João Bravo, Miguel Costa Félix e Jorge Ortigão Costa estão documentados lá atrás. Os de Salvador Posser de Andrade, da família Humberto Pedrosa e do empresário de transportes José Paulo Duarte, também.

O advogado portuense Miguel Sequeira Campos, ex-CDS, que deu 5000 euros ao partido, não foi fácil de localizar. Muitos telefonemas depois, entrou em cena Francisco Pacheco de Amorim, da sociedade Pares By Construmed, que geria mais de 100 milhões de euros em património imobiliário e era líder no mercado de arrendamento. «O Dr. Miguel é nosso advogado há mais de vinte e oito anos», confirmou o mandatário do Chega para as europeias de junho de 2024 e irmão de Diogo, o mais mediático Pacheco de Amorim do partido. Dali a nada, Miguel Sequeira Campos, associado a negócios imobiliários, estava a justificar-me a razão pela qual dera o donativo: «Fi-lo por me identificar com o conservadorismo do partido na eutanásia, no aborto e na segurança interna.»

Às receitas do Chega não faltava *pedigree* contrarrevolucionário, como também já se viu noutros capítulos. A aristocracia também quis embalar o novo rebento político logo à nascença. Vai daí, juntaram-se esforços em certas famílias.

Eduardo de Melo Mendia, 5.º conde de Mendia (com negócios no imobiliário, turismo e restauração, citado no escândalo *Paradise Papers*), Luís Mendia de Castro, 4.º conde de Nova Goa (instituições financeiras e empresariais), e Eduardo Guedes Mendia, 4.º conde e 3.º marquês de Mendia (ex-Portucale, ex-Grupo Espírito Santo,

gestor e administrador), sinalizaram a sua simpatia pelo Chega com contribuições oficiais de pouco mais de 1000 euros no total.

José Cunha Coutinho, barão de Nossa Senhora da Oliveira, foi outro. Médico, membro do Grémio Literário e da Sociedade de Geografia de Lisboa, o antigo candidato do PPV foi investido Cavaleiro da Ordem de São Silvestre pelo Vaticano graças às «contribuições notáveis à sociedade» e «serviços relevantes» prestados à Igreja. Nas redes sociais, partilhara, entre outras, a foto de Ventura tirada na catedral de Almedina, junto à estátua do fundador do Opus Dei.

Luís Lima Raposo, dos órgãos sociais do Grupo Reditus (tecnologias de informação e serviços de *outsourcing*), transferiu, entre janeiro e junho de 2021, 3600 euros para a conta do Chega.

O partido nunca teve dificuldades em arrecadar fundos, nem entre os mais ativos dirigentes e deputados. Muitos eram generosos nas transferências financeiras. Em poucos anos, Mithá Ribeiro e familiares doaram ao partido quase 15 mil euros, em várias tranches. Rui Miguel Pereira, vice-presidente da distrital de Viseu em 2024 e delegado ao congresso de Viana do Castelo nesse ano, doou ao partido perto de 5000 euros em 2022 e 2023. Pereira é CEO da RFS — Telecomunicações, especializada na digitalização documental. A empresa celebrou contratos públicos de grande envergadura (Presidência do Conselho de Ministros, ministérios, Banco de Portugal, AR, Segurança Social, autarquias, hospitais), em certos casos com acesso a documentação e arquivos sensíveis.

A estreia de Ventura no parlamento (2019) suscitou curiosidade em ramos sociais, abastados e preeminentes, de moldura conservadora. O gabinete de estudos, dirigido por Mithá Ribeiro, fora o passo seguinte.

A ideia passava por atrair a «inteligência» de direita para a elaboração do futuro programa eleitoral que, com a inesperada queda do governo PS em 2021, foi necessário apressar. «Aceitei fazer parte do grupo de trabalho da Justiça com a condição de não revelarem o meu nome, pois não quero essas ligações nem tenho vocação política, mas já percebi que isso não foi respeitado...», desabafou Aida Franco Nogueira ao telemóvel quando a contactei.

A jurista, filha do antigo embaixador e ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, Franco Nogueira, admitiu que o seu voto nas eleições de 10 de março «talvez» fosse para o Chega, «mas só se o Dr. Ventura moderar a linguagem», avisou. «A política são ideias discutidas com elevação. “Prostituta política” e “idiota útil” não são expressões dignas de serem usadas por alguém que até já demonstrou alguma coragem.»

A advogada notou a ausência do tema Defesa nos debates televisivos. «Faltam investimentos, a imagem das instituições militares é vergonhosa. Não quero nem desejo aconselhar o Dr. Ventura, mas se o fizesse dir-lhe-ia para bater à porta de Nuno Rogeiro», comentador televisivo em questões de defesa e política internacional. Aida Nogueira reclamou controlo apertado à imigração — «as nações são como as nossas casas, só deve entrar quem a gente quer» — e, enquanto católica praticante, admitiu o

desconforto com as lutas pela identidade de género. «Enfim, é uma minoria», reagiu. «As pessoas são o que quiserem e devem ser bem tratadas, mas algumas opções talvez derivem de problemas físicos ou distúrbios psicológicos. Quanto a exibicionismos, mudanças de sexo e aulas de educação sexual para crianças, santa paciência!»

Separada pela ideologia, premissas e objetivos, a jurista assumia certa atração por trincheiras aparentemente opostas. «Concordo muitas vezes com o PCP. É um partido patriota.» Até às eleições, Aida Nogueira esperava, pois, que André Ventura crescesse. «Queria vê-lo mais homenzinho. Tudo pode ser dito com elevação. Até o maior insulto.»

De direita, conservador e católico, Frederico Pais preferia a versão mais ponderada do líder, mas aceitava que esticasse a corda. «Caso contrário, não é falado. O Chega não está cá há cinquenta anos, precisa de criar ruído», referiu-me este ex-JSD, militante 650 do Chega à época. Fundador do portal *Alerta Emprego* e da Betting Connections, consultora sediada em Sliema, Malta, uma das grandes empresas locais de recrutamento da indústria de jogos e apostas *online*, Pais rejeitava estereótipos: «Fui expulso do colégio, andei numa escola pública e era o único branco da turma. Tenho amigos desse tempo.»

Quando Ventura acicatou a etnia cigana, escreveu à direção a criticar o discurso. No dia 10 de março, depositaria o voto no partido que «junta o senhor do café ao dono do banco» e ao qual confiava o combate à pedofilia e aos violadores, mas devagar. «O Chega é o Ventura: não tem quadros nem equipa. Prefiro-o na oposição, a fazer barulho. Se não votasse no Chega, votava na CDU. Os gajos do PCP são incorruptíveis.»

Carlos Damas, ex-funcionário do BES e biógrafo da família Espírito Santo, lembrava-se bem do tempo do PCP papão, «muralha de aço» do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. «Hoje a muralha de aço é o Chega, mas contra o socialismo», assinalou o historiador. Carlos Damas filiou-se no partido de Ventura após a fundação e aí se manteve até 2022. «Era o militante 600 e tal...» Nesses anos, e dada a sua especialidade, ofereceu os seus serviços à distrital de Lisboa para organizar arquivos e, talvez, a memória do partido. «Pensei que o Chega queria uma espécie de museu.» Acabou a falar sozinho, desapontado. Damas revelava-se «defensor dos animais, antitouradas e antilatifundiário». O Chega ainda contaria com ele, uma última vez. «Será um voto de protesto. Depois voltarei ao PAN que é, na verdade, onde me sentia bem.»

O Texas pode ser aqui

Entre apaniguados, o líder do Chega era também idolatrado por conta de saudosismos por sarar. Casos de devoção a um passado mitificado do país e a narrativas excludentes com grande ignição nas redes sociais.

Luís Aguiar de Matos, engenheiro, criador de cavalos e antigo vice-presidente do Sporting na direção de Sousa Cintra (1989-1991), partilhava, nas redes sociais, fotos e referências a Salazar, «honesto dirigente». Em 2021 votou Chega por, entre outras razões, querer «um sistema de saúde livre da patética ideologia de esquerda, privilegiando os doentes, dando resposta eficiente em vez de tratar de abortos, drogados, bêbedos e pessoas que querem mudar de sexo». Em 2020 e 2021, ele e a mulher deram ao partido 2500 euros.

Em março de 2024, andava sobressaltado. «Os imigrantes só são necessários para fazer trabalhos que nós não quisermos. Não sou segregacionista, mas não se pode arriscar meter cá gente sem valia humana.» Questionado se defenderia o mesmo para os milhares de portugueses que emigraram durante a ditadura, respondeu, com falta de memória: «Não, mas nesse tempo não havia atentados terroristas.»

Luís Delgado e Silva, outro engenheiro, vivera em treze países diferentes, incluindo EUA, Nigéria e Irão, antes de regressar a Portugal em 2008 e se candidatar pelas listas do Chega à Câmara de Loulé, em 2021. No estrangeiro, observou vários modelos de governo e concluíra: «O sinónimo de socialismo é mediocridade.» Gerente de operações na Schlumberger, líder mundial em serviços petrolíferos, Delgado e Silva dirigia a secção portuguesa da Society of Petroleum Engineers, associação profissional sem fins lucrativos cujos membros estão ligados à exploração e produção de energias. Se pudesse, importaria o seu modelo de governação preferido: o estado norte-americano do Texas. «É seguro, com uma qualidade de vida incrível. Quando lá vivi, nunca fechava a porta de casa.» As estatísticas anuais do FBI desmentiam esta perceção: a taxa de criminalidade violenta no Texas estava, em 2022, acima da média nacional dos EUA. Os crimes de ódio tinham, na maioria, motivações raciais e visavam minorias étnicas e sexuais.

Para Delgado e Silva, o país ainda não recuperara «da golpada do 25 de Abril». Insistiu: «Foi uma fantochada. O resultado está à vista. Uma democracia com 90% de analfabetos não faz sentido», incorrendo assim noutro equívoco: segundo o Censos de 2021, eram cerca de 293 mil os que não sabiam ler nem escrever, ou seja, 3,1% da população.

O coronel de Infantaria aposentado Cordeiro Simões andava, por essa altura, arrebatado, nas redes sociais, com «a onda que vai varrer a ideologia socialista e comunista de Portugal», graças ao «esclarecedor» e «educado» Ventura. Pelo meio, cultivava a admiração por Salazar, com ilustrações e partilhas. Noutros locais da Internet, tecia elogios a biografias de Queipo de Llano, responsável por assassinatos em massa e peça-chave da revolta militar que instaurou a ditadura franquista em Espanha.

O coronel comandou um batalhão em Timor, esteve no Comando da Força Conjunta Aliada da NATO e foi conselheiro da embaixada portuguesa em Viena. Nas autárquicas de 2017, integrou um movimento independente em Pombal. Cordeiro Simões não falava com jornalistas. Aliás, criticara repórteres enviados a Timor-Leste,

em 2000, num trabalho académico: a maior parte, disse então, «não tinha formação básica». Ele, sim, soube «reconhecer e destrinçar quem andava preocupado em contar histórias e quem andava a beber *gin* tónico em Díli». Quando lhe pedi uma entrevista, recusou por WhatsApp. «Não faltarão pessoas que apreciem a chiqueira política.»

Cartografia do Chega

Portugal adentro, o Chega devera muito da sua influência e do seu músculo eleitoral ao facto de, nos primeiros anos, ter desbravado caminho em terras aonde há muito não iam políticos em campanha.

Sucederam-se almoços, jantares, arruadas e pequenos comícios. «Há quem entenda que devíamos ser um partido de queques, das elites, que devíamos ser os mesmos de sempre. Nós somos a voz do Portugal esquecido», enfatizou o líder no congresso de Santarém (2023).

Qual íman, André Ventura atraiu geografias negligenciadas e narrativas de abandono e ressentimento. Onde o Estado falhou nas políticas públicas e no acesso a bens, assistência e serviços, deram frutos as incursões do Chega fora das grandes zonas urbanas, semeadas quando o partido ainda gatinhava. A estratégia suavizou barreiras mentais e ideológicas.

Nos dias úteis, Paulo Gila Martins percorria cerca de 30 quilómetros entre Borba e Vila Viçosa, ou o Alandroal, para deixar as duas filhas na escola, trabalhar e regressar ao final da jornada a Santiago Rio de Moinhos.

No papel, era lavador de veículos. Na prática, fazia de tudo: pintava, cuidava de jardins, tratava de animais. Doente dos intestinos, os biscates mal chegavam para os gastos. A mãe sofria do coração, tinha uma pensão de reforma inferior a 200 euros. A esposa ganhava o ordenado mínimo. Paulo queixava-se da falta de transportes — «aqui passa um autocarro de manhã e ao final da tarde por causa das escolas, nada mais» —, da ausência de investimentos — «não há um centro de mercadorias» —, de empregos — «quem quer trabalhar num supermercado?».

Em 2017, candidatou-se à freguesia nas listas da CDU. «Nunca fui comunista», atalhou. «Votei sempre PS, menos dessa vez. Foi pelas pessoas.» Depois aderiu ao Chega. Gila Martins cortou no pagamento de quotas e outras despesas, «mas o meu voto vai para o Ventura», garantiu na contagem decrescente para as legislativas. «Anda meio mundo a roubar e outro meio a ver, vêm para aqui imigrantes ganhar 500 euros e roubar empregos.»

«Quando diz “aqui” refere-se a Borba?», perguntei. «Não, aqui não há imigrantes. Digo pelo que vejo na televisão e leio. Paquistaneses e isso... Eles, coitados, vêm para trabalhar, mas estar aqui sem fazer nada e a gente a pagar, não.» De revolta em revolta, escolheu o protesto. «Calhou ser o Ventura, podia ser outro. É preciso mudar algo, mas oxalá o Chega não seja governo. O partido tem certas coisas que não me agradam...»

Como se faz um «exército»

Das cidades médias à margem sul de Lisboa, André Ventura também atraiu curiosos, desencantados e divorciados de outras forças políticas. E mais dinheiro.

A família do empresário da construção Silvério Baeta, de Leiria, transferiu mais de 3000 euros para o partido nos primeiros anos. Carina Francisco, escritora de livros infantis, voltou, em 2024, à lista de candidatos a deputados pelo distrito. Fundou uma editora, percorria escolas e bibliotecas e queria recuperar «os valores da família» e de uma sociedade «mais equilibrada». No Chega, já fora conselheira nacional. «Somos muitas mulheres no partido, mas a maioria ainda não tem uma vida que as liberte para a atividade política.» Até 2021, Carina deu quase 1400 euros ao Chega.

Em Benavente, o gestor e empresário agrícola José Alves Inácio não assumia as simpatias políticas, apesar do donativo de 500 euros ao partido. «Dei em nome do meu filho, ele é militante», explicou, numa pausa do trabalho. O dono da Herdade de Porto Seixo vira ruir um negócio badalado na imprensa: a exploração de canábis para fins medicinais na sua propriedade, pela VF 1883 Pharmaceuticals. «Eram apenas meus rendeiros, não sou investidor.» Ficaram a dever-lhe seis rendas. A empresa prometeu 600 postos de trabalho, mas faliu antes de começar e deixou oito milhões de euros em dívidas. Por estas e por outras, José Inácio não é de direita nem de esquerda. «Sou a direito! Gosto de gente séria, não me interessam as cores. Se o PCP diz coisas certas, também aplaudo.»

A aplaudir o PCP andava, desde a infância, Miguel Luís, no Barreiro, antigo bastião operário. O supervisor de videovigilância orgulhava-se da herança familiar de luta política, mas ia votar no Chega. Por isso, não queria ver publicado o seu nome verdadeiro. «É para não me caírem em cima», justificou. «O meu avô paterno esteve preso, a minha avó queimava os *Avante!* para a PIDE não descobrir e quase todos os meus parentes e amigos são da CDU. Sou um benfiquista no meio de sportinguistas», ironizou.

Ex-guarda-redes profissional de futebol, Miguel Luís acordava às seis da manhã para deixar os dois filhos na escola e desaguar na outra margem, em Alcântara Mar, às oito. Procurara um T2 para morar, mas resignou-se à antiga casa dos avós por causa dos preços altos. «Tenho amigos com mais de quarenta anos que vivem em casa dos pais ou continuam juntos sem se amarem por não terem dinheiro para fazer vidas separadas. Enfim, não vivemos, sobrevivemos...»

Quotidianos sem horizontes abriram a autoestrada da revolta. «Não foi o Ventura que fez o Chega», explicou. «Foi o demérito dos outros, sobretudo PS e PSD.» Em 2022, ainda cedeu à tradição: votou CDU. Mas a vontade de enviar outro «recado» nas urnas venceu. «As pessoas perderam qualidade de vida, recebem o ordenado mínimo e, enquanto fazem contas no supermercado, passam outras com marisco, fios de ouro ao pescoço e *BMW* à porta. Não sou racista nem xenófobo, tenho família africana, a emigração faz parte da minha história, mas o que conta é o dia a dia, o que os olhos

veem. Para isso não há respostas. Como é que posso ser fascista, de extrema-direita? Longe de mim.»

A penetração do Chega em bastiões tradicionais da esquerda, sobretudo no Alentejo ou na área metropolitana de Lisboa, é um facto, mas a retórica de Ventura não fez apenas por isso: converteu almas desavindas, mesmo noutras paragens. «As ideias que queremos no governo são as do Chega», assumiu Rui Senra, chefe de produção têxtil. O também locutor de rádio, candidato do MRPP à Câmara de Barcelos (2013) e pelo distrito de Braga nas legislativas (2015 e 2019), estava confortável com a transição para o Chega. «Não é uma mudança radical. Os dois partidos defendem o povo. E eu, se nunca fui marxista-leninista, também agora não sou de extrema-direita.»

Em 2013, Fernando Choupina, cabeça de lista do BE à Câmara de Macedo de Cavaleiros, ainda escrevia, em letras grandes, no seu Facebook: «Fora com os partidos de direita.» Professor de Matemática, candidatou-se depois pelo PSD à freguesia de Carrapatos. Em 2024, as «suas» redes sociais eram «amigas» da página oficial do Chega e das intervenções mais inflamadas de Ventura.

Já a ligação de Margarida Menezes ao Chega não passava de um equívoco, dizia ela. Fundadora do Clube das Virgens, a ex-concorrente do programa *Casa dos Segredos* e negacionista ficou com o carimbo do partido quando, em 2021, contrariou, nas redes sociais, a vacina contra a covid-19 e defendeu o «grande» André Ventura. «Isto não é uma questão de saúde pública, nunca foi! [...] Bem-haja pela coragem de enfrentar a escuridão. És luz!», escreveu-lhe.

Os dois viam-se no Infarmed, onde ela trabalhava, quando Ventura participava nas reuniões dos políticos durante a pandemia, convocadas pelo governo. «Conversávamos e as pessoas juntaram dois mais dois...» Margarida, conhecida pelo projeto infantil *Maggy — A Fada dos Sonhos*, publicou um texto de apoio ao Chega nas redes sociais e deu simbólico contributo financeiro ao partido. «Um amigo meu do Barreiro, ligado ao imobiliário, é que me desafiou. Disse-me: “Vens para o partido para arranjarmos contactos na política a ver se a gente depois se safa a vender casas”, mas, na verdade, sou abstencionista.»

Outro «soldado» era Rui Mendes, ex-árbitro de futebol e vendedor imobiliário em Marco de Canaveses. A carta que escreveu ao ex-presidente da Liga de Clubes, Valentim Loureiro, a denunciar tentativas de aliciamento para favorecer uma equipa, resultou no mais longo e mediático escândalo de corrupção do futebol português. «Quem aguentou o *Apito Dourado* pode bem ser do Chega», riu-se ele, ao telemóvel. Mendes presidiu a uma junta de freguesia do PSD, andou pelo CDS e só lamentava ver Ventura tão sozinho. «Os bons valores estão escondidos, vão aparecer na hora certa», confiava.

«Esta entrevista acaba aqui!», reagiu, ríspido, Paulo de Carvalho, presidente do Sindicato Independente dos Técnicos Auxiliares de Saúde, quando quis ouvi-lo sobre a sua alegada filiação no Chega. «Uma coisa é perguntar-me enquanto cidadão, outra é pôr em causa a minha independência perante mais de 34 mil associados.» E desligou.

Mais previsíveis eram os apoios na área securitária, como o de Susana Moreira, então diretora-adjunta do Estabelecimento Prisional do Porto (EPP), candidata nas listas do Chega pelo distrito nas legislativas de 2022 e delegada aos congressos de Santarém e Viana do Castelo. Coordenador da concelhia de Santo Tirso do partido, o guarda prisional Ivo Sernadela presidia à associação dos funcionários da mesma cadeia.

«A primeira reunião para se criar o Chega no Porto foi um susto!», recordou Joaquim Mesquita, dono de uma loja de roupa clássica na Foz. «Apareceram porteiros de discoteca, um senhor com ar de quem matara porcos no matadouro, extremistas, gente sem escola. Tínhamos vergonha. Hoje já há quadros, ninguém se esconde», recordou em fevereiro de 2024.

O antigo militante número 100 — entretanto deixara de pagar quotas — exibia nas redes sociais uma fotografia com Abascal, líder do Vox, em Madrid. Era o seu modelo. Em Espanha, cultivava também a *afición*, por cá era coordenador do grupo de aficionados tauromáquicos do Norte. Para Ventura, projetava um futuro radioso. «Sou pai de três filhos e, no Carnaval, tivemos 24 miúdos numa festa lá em casa. Vinte deles disseram que iam votar no Chega.»

Extrema-direita: a barreira invisível?

Os estudos da altura (do centro de sondagens do ICS-ISCTE e o *Retrato Digital de Portugal 2015-2023* do Observatório de Comunicação) mostravam que os jovens entre os dezoito e os trinta e quatro anos eram os propulsores desta fase ascendente do partido, sobretudo graças a uma agressiva dinâmica digital protagonizada por André Ventura e pela deputada Rita Matias. Porém, algo mais se movia.

Os relatórios confidenciais das autoridades diziam que a extrema-direita, nas versões violenta ou doutrinária, incitava dinâmicas de rua e nas redes sociais que cativassem a geografia estudantil e correntes mais jovens da opinião pública, oriundas de zonas suburbanas. O objetivo era criar um ambiente propício ao voto no Chega, mesmo que o investimento fosse a médio prazo, pois muitos não estavam ainda em idade de votar. A longo prazo, queriam influenciar o partido a adotar uma agenda mais autoritária, nacionalista, nativista, racista, xenófoba e «anti-ideologia de género».

Em público, Ventura rejeitava estas abordagens e cumplicidades, mas havia, pelo menos, duas correntes em campo.

A primeira, subversiva, protagonizada pelo Grupo 1143 de Mário Machado. O promotor de manifestações contra a alegada «islamização da Europa» referira-se ao Chega, em 2019, como um «Cavalo de Troia» para a extrema-direita no parlamento, incentivando os «nacionalistas» a ingressarem no partido (fizera o mesmo, no início do milénio, com os *skinheads* e o PNR). Gonçalo Aidos, então responsável pelos contactos internacionais do movimento neonazi Nova Ordem Social (NOS), foi um dos

que se aproximou do Chega. Em 2020, fez um contributo simbólico ao partido. As minhas fontes policiais e nas «secretas» confirmavam: centenas de perfis associados a membros e simpatizantes do Grupo 1143 nas redes sociais apoiavam as causas do partido de Ventura.

A segunda corrente, doutrinária, colocava a ideologia extremista e as narrativas de ódio ao serviço da mobilização digital e da provocação às comunidades imigrantes. A série de vídeos propagandísticos de Afonso Gonçalves e do movimento Reconquista, intitulada *A Grande Invasão* (baseada na teoria conspirativa da substituição dos europeus brancos por outros povos), filmada em diversos pontos do país, era parte da estratégia da extrema-direita para abrir caminho ao reforço eleitoral do partido. «O meu apoio a André Ventura, líder indisputado do Chega!», publicou Gonçalves, no antigo Twitter (X).

Em alguns dos movimentos (1143, Reconquista, Identidade e Futuro, entre outros), havia antigos ou atuais militantes do Chega. Mesmo sem vínculos formais à direção do partido, alguns ativistas influenciavam o seu rumo ao apresentarem, de forma mais radical, temas que o partido já defendia.

Se os conteúdos, por vezes, se confundiam, isso devia-se, em parte, a dois *influencers* do universo Chega. Um era Gonçalo Sousa, candidato por Lisboa nas legislativas de 2024, a mais relevante figura das redes sociais de extrema-direita, a larga distância. Após as eleições, anunciou a saída do Chega, mas o ideário continuava próximo. Outro era Francisco Araújo, dirigente no Porto. Tinham em comum a promoção do salazarismo, das visões supremacistas brancas, do revisionismo histórico e da reciclagem de teorias antissemitas e conspirativas. Em 2025, Araújo foi recrutado pelo Chega para assessor parlamentar.

O *youtuber* de extrema-direita Alexandre Gazur, membro do Chega e delegado ao congresso de Viseu em 2023, cavalgava a mesma onda. Nas redes sociais, espalhava o seu antissemitismo, teorizava sobre o «controlo judaico» do mundo e acreditava estar em curso a «substituição populacional» dos portugueses. Por isso defendia a «deportação de todos os imigrantes». Era também apologista da detenção dos participantes das marchas do Orgulho Gay e compartilhava comentários do norte-americano Nick Fuentes, negacionista do Holocausto. Todos beneficiavam de amplo reconhecimento e lastro junto da direção do partido. Conseguiria Ventura blindar o partido a estes movimentos — como, de resto, proclamara tantas vezes —, ou cederia à tentação de os absorver quanto mais visibilidade e aceitação tivessem?

Limpar Portugal ou o Chega?

Ventura queria «limpar» Portugal, *slogan* da campanha para as legislativas, mas queria ele limpar o Chega? Se prometia «mão pesada» do Estado para corruptos,

bandidos, imigrantes ilegais e «subsidiodependentes», era legítimo perguntar por alguns dos «portugueses de bem» que tinha dentro de portas.

Além de casos já relatados, bastava continuar a fazer pesca à linha para trazer mais à superfície.

No dia 10 de Junho de 2023, Fábio Lemos, militante do Chega, agrediu a soco e a pontapé o imigrante Saulo Jucá, num café de Braga. O pernambucano, engenheiro com nacionalidade portuguesa, ficou com uma costela partida e o rosto desfigurado de ser pontapeado repetidamente. «Agressão determinada pela nacionalidade e etnia do ofendido», garantiu o Ministério Público (MP), citado pelo jornal *O Minho*, dando conta do caráter xenófobo do caso. Em 2024, o agressor foi condenado a quatro anos e quatro meses de prisão.

No ano anterior já tinha sido indiciado por outra agressão, com uma chave de fendas, a um homem acompanhado da mulher e da filha dentro de um carro. Em 2021, esteve detido no âmbito de uma guerra de gangues na cidade com evidentes traços de «ódio racial», de acordo com a PJ.

Ainda nesse ano, a Judiciária deteve o militante do Chega Luís Lopes, alegado líder de uma rede de traficantes de armas de guerra em Braga, a maior de que havia registo na região. No «negócio», usava «testas de ferro». Durante a megaoperação policial, que incluiu 28 buscas, apreenderam-se dezenas de armas proibidas de diversos calibres e géneros (pistolas, revólveres, carabinas, caçadeiras, facas e soqueiras), além de detonadores e milhares de munições que estariam destinadas a roubos e outras ações violentas. «Simpson», alcunha do principal suspeito, com negócios de ginásios e de segurança privada na cidade, pagou 100 mil euros de caução para aguardar o processo em liberdade.

Hélio Filipe, segurança de Ventura e delegado eleito por Lisboa aos congressos do Chega em Santarém (2023) e Viana do Castelo (2024), foi acusado pelo MP, em julho de 2021, de 16 crimes, entre os quais se contam ofensas à integridade física qualificada, sequestro, extorsão e roubo. O inquérito reportava agressões ocorridas em discotecas e nas imediações de espaços de diversão noturna de Torres Vedras, entre 2015 e 2017, anos anteriores à fundação do Chega.

Ligado à empresa de segurança LB, Hélio era dos rostos mais familiares da equipa de proteção de Ventura nos eventos públicos. Em 2024, na sequência do processo citado, o militante do Chega foi condenado a dois anos de prisão (pena suspensa) por roubar 10 euros a um cliente prostrado no chão, depois de barbaramente agredido. Hélio Filipe era, em 2025, o namorado da deputada Rita Matias.

Noutras áreas, também havia perfis duvidosos. E nem sinal do filtro prometido por Ventura para casos problemáticos.

Carla Oliveira, adjunta da distrital de Setúbal e conselheira nacional, integrara as listas à autarquia sadina (2021) e à Assembleia da República (2022). A imobiliária da qual era sócia-gerente ficou insolvente e deixou um rasto de dívidas próximo dos 300 mil euros, embora o montante não fosse definitivo.

Vice-presidente da distrital de Castelo Branco, conselheiro nacional do Chega e candidato por aquele círculo nas legislativas de 2024, João Esteves da Silva fora condenado em 2002 pelo Supremo Tribunal de Justiça a três anos de prisão (pena suspensa) por um acumulado de pequenos furtos e burlas, depois de ter estado detido preventivamente. O antigo acólito da Sé Catedral de Castelo Branco roubava o conteúdo de caixas de esmolas com uma chave de fendas e apropriava-se de cheques, notas, moedas, vestuário e objetos de valor de pessoas com quem se cruzava. Assaltou casas, veículos, lojas e restaurantes. De um deles, levou CD e dinheiro, mas não fugiu sem antes comer duas sobremesas. Na decisão, o tribunal levou em conta a ausência de antecedentes criminais e a integração social do condenado. Em 2025, João Esteves da Silva ainda era vice-presidente da distrital de Castelo Branco.

O grande salto em frente

Dentro de casa era o que se via, mas, no programa eleitoral, Ventura baralhava e voltava a dar: agora queria criar o «crime de residência ilegal» para travar a imigração «descontrolada, absolutamente sem critério e sem conhecimento das autoridades, na sua grande maioria».

O Observatório das Migrações tinha dados em vez de impressões: «Sem os imigrantes, alguns setores económicos entrariam em colapso.» Havia outro equívoco nas perceções do líder do Chega: afinal, os estrangeiros eram mais ativos do que os portugueses no mercado laboral, mas arcavam com trabalhos mais precários, mal pagos e arriscados na construção civil, hotelaria, restauração e serviço doméstico. E ainda trabalhavam mais horas semanais.

Apesar de sofrerem mais do dobro do desemprego dos portugueses e terem menos segurança contratual, recorriam muito menos a prestações sociais. Em 2024, as suas contribuições para a Segurança Social foram as mais elevadas de sempre: 3600 milhões de euros. Ou seja, cinco vezes mais do que receberam em prestações sociais.

Se os factos não ajudavam, o Chega espremia-os no digital. Aí, desencadeou uma campanha de desinformação contra o PS e o PSD através de vídeos e conteúdos descontextualizados. Bastou recorrer à agência Nekoplay LCC, com sede na «capital das empresas de fachada», em Delaware (EUA), que usara os mesmos métodos em campanhas eleitorais na Roménia, Singapura, Panamá ou ao serviço de Javier Milei, na Argentina. No seu catálogo de especialidades havia técnicas de inteligência artificial que permitiam fabricar eventos, frases inexistentes e conteúdos inventados. Como explicavam o *Expresso* e o *Público*, o registo e pagamento destas campanhas, de financiamento desconhecido, é crime em Portugal a partir do dia da marcação das eleições. «Um dos vídeos terá chegado a mais de 100 mil interações», revelou Gustavo Cardoso, do MediaLab (ISCTE).

Nessas legislativas de 2024, a campanha do Chega decorreu quase sempre em locais fechados. Porto, Braga e Lisboa foram cidades reservadas para a caça ao voto, ao relento, olhos nos olhos com o povo, mas o dedilhar dos apoiantes nas redes sociais dava outro fulgor. No Instagram, Ventura levava tudo à frente e deixava os adversários bem longe: tinha 341 mil seguidores.

A 10 de março, a pouco mais de um mês das comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril, o partido-condomínio da direita mais radical alguma vez representada no parlamento elegeu 48 deputados. Dali a dias seriam mais dois, com os votos da emigração.

O PSD venceu, destronando os socialistas. Nos cinquenta anos de liberdade e democracia, cinquenta representantes do partido que combate o legado da revolução entravam na Assembleia. Ventura nem sequer o escondeu. «É um ajuste de contas com a História de um país que, durante décadas, foi asfíxiado e atrofiado pela esquerda e pela extrema-esquerda», afirmou, sem mascarar uma vírgula.

Terceira força política reforçada, quase 1,2 milhões de eleitores (18,07%), o partido era, se dúvidas houvesse, um retrato de Portugal inteiro, do continente às ilhas, em alguns casos com votações arrasadoras no interior, mas não só.

Nessas eleições, o PCP perdeu o seu último deputado no Alentejo (Beja). O Chega teve três vezes mais votos do que os comunistas no Seixal e em Setúbal, câmaras da CDU. Em Grândola, «vila morena» cantada por Zeca Afonso, ultrapassou também a coligação liderada pelo PCP. O Chega ganhou em Sines, terra do mais celebrado festival musical intercultural, o «Músicas do Mundo». O Algarve virou «Venturalândia»: o Chega «arrecadou» o distrito de Faro.

Em Elvas, perto da fronteira espanhola, município onde o partido também ganhou de forma confortável, muitas leituras podiam ser feitas.

Uma análise do consórcio de jornalismo *Investigate Europe*, a partir de dados eleitorais recentes de onze países, concluiu o que estava escrito na geografia do descontentamento e nas zonas de declínio duradouro: a extrema-direita alcança melhores percentagens de votos em distritos rurais. «A propensão para votar num partido de extrema-direita diminui com uma maior oferta de serviços públicos e uma maior proporção de imigrantes», sintetizava Jonna Rickardsson, académica sueca e autora de um estudo sobre o tema.

Meses depois, chegaram-me às mãos os resultados de um trabalho académico da Universidade de Évora ainda em curso, centrado no perfil do eleitorado feminino do Chega, em Elvas (quase 21 mil habitantes, sete freguesias). Quinze mulheres foram entrevistadas após as eleições. Que justificações deram algumas delas para a escolha no partido de Ventura?

«Tanto eu como o meu marido pensamos constantemente como isto está, se os nossos filhos vão conseguir ter um carro, uma casa ou uma vida digna», disse uma

polícia, de quarenta e cinco anos, ex-PS. «Estamos fartos de ter medo dos ciganos, de ser ofendidos gratuitamente, de viver calados, de trabalhar e andarem eles aí sem fazer nenhum. Sei que não são todos assim», admitiu, «mas podem trabalhar, são, como nós, de carne e osso». O Chega, continuou, revelara «coragem de dizer aquilo que toda a gente pensa». Assuntos antes «proibidos» estavam na praça pública. «Já é um grande passo.»

Uma rececionista de hotel, quarenta e sete anos, deixara-se contagiar pelas percepções: estava «farta de ver imigrantes com benefícios, tanto a nível de economia, saúde, habitação, de tudo», desabafou. «Continuo anos a pagar uma casa que a eles lhe é dada de mão beijada. Segurança também é importante, estamos num país onde a criminalidade é cada vez maior.» Razões de voto no Chega? «Estar meses à espera de uma consulta e ver essas pessoas a passarem-nos à frente. Ver jovens a saírem do próprio país para terem uma vida melhor. Ver o caos das urgências e do nosso SNS. Ver o preço dos alimentos no supermercado e ver que continuo a fazer horas extras e a receber o mesmo.»

«Vejo os membros da etnia cigana virem cá e comprarem do melhor, e não trabalharem. E pessoas que vêm sujas de um dia de trabalho, e têm de deixar coisas para trás porque o dinheiro não chega. Isto revolta-me», revelou uma funcionária do supermercado Lidl, com o 12.º ano, vinte e nove anos.

«Desde os onze anos que trabalho e não tenho nada, e depois vejo essa ciganada sem fazer nenhum», indignou-se uma viúva de setenta e seis anos, com a 3.ª classe do ensino primário, ex-PS. «Concordo com o que o André Ventura diz: devia-se tirar dinheiro a uns e dar-se a quem precisa.»

«O meu futuro é, sem dúvida, o grande motivo pelo qual votei no Chega. É o único partido realmente preocupado com o futuro dos jovens como eu», assumiu uma estudante de vinte anos, de Ciências Farmacêuticas. Outra, de dezoito anos, oriunda de família numerosa (oito irmãos), gostava de entrar em Direito. Votou Chega pela «forma como falam dos problemas sem recorrer a um discurso politicamente correto. São frontais, e isso agrada-me».

Democracia, *reset*?

Meia centena de deputados extremistas no parlamento já não era miragem. Havia um «país Chega», uma realidade eleitoral e geográfica que muitos diziam não existir e que levaria o partido de Ventura a uma pressão crescente sobre os limites constitucionais do regime. Ele avisara. Aqui, pelo menos, o recurso ao *Polígrafo* era desnecessário.

O poder do Chega gerava mais poder. Com uma «bancada» daquele tamanho, podia fazer-se representar no Conselho de Estado, no Conselho Superior do Ministério Público ou na vice-presidência da Assembleia da República, para onde, pela primeira

vez, conseguiu eleger Diogo Pacheco de Amorim. A extrema-direita, escreveu a advogada Carmo Afonso, não só não acertara contas com a justiça, como triunfava na Assembleia nascida da revolução que combatera. A ironia escrevia-se sozinha.

Para Ventura, o Chega não era, de todo, uma infeção, mas a vacina que o levaria, mais tarde ou mais cedo, ao sonho de um regime presidencialista.

Estávamos ainda longe disso. Na verdade, das portas para dentro, a «casa» continuava atulhada em contradições.

O partido anti-imigração elegera dois ex-imigrantes ilegais: o já falado Marcus Santos e José Dias Fernandes, deputado pelo círculo da Europa, expulso duas vezes de França, para onde fora à procura de vida melhor e, mais tarde, ajudara outros como ele a criar dezenas de empresas. O seu número dois na lista era Nuno Casola, motorista de autocarros, coordenador do Chega no Reino Unido e simpatizante das causas de Mário Machado e do Grupo 1143 há vários anos, como era evidente nos seus *posts* e partilhas nas redes sociais.

O partido «dos portugueses de bem que pagam os seus impostos» tinha vários deputados com problemas fiscais. O mais recente era Ricardo Regalla: estivera na lista pública de execuções por causa de uma dívida de 15 mil euros, mas a mesma foi extinta dada a «inexistência de bens». Pedro Frazão fora condenado por difamação. João Tilly obrigado a pagar 8000 euros à fundadora Fernanda Marques Lopes, também por difamação. Condenado no caso da família Coxi, Ventura também entrava no rol.

Para cúmulo, o Tribunal Constitucional voltou a invalidar a eleição dos órgãos do Chega no congresso de 2023 e considerou nulas as decisões aí tomadas. Uma vez mais, a queixa tinha o dedo da advogada e fundadora Fernanda Marques Lopes.

Por fim, em janeiro de 2025, o deputado açoriano Miguel Arruda, compincha de Mário Machado, começou a ser investigado pelo roubo de dezenas de malas no aeroporto ao longo de meses. Confrontado com o escândalo, passou a deputado «não inscrito», deixando a sua «marca» no voto de pesar do parlamento pela morte da escritora Maria Teresa Horta: foi contra.

Harmonia só na frente religiosa. Na Assembleia, o Chega repetia a eleição de um supranumerário do Opus Dei (Pedro Frazão), mantinha um escritor católico ultraconservador, com vários livros sobre papas e religião (José Carvalho), tinha um vice-presidente da AR com laços familiares ao movimento Comunhão e Libertação (Diogo Pacheco de Amorim), incluía um jovem da pentecostal Igreja do Evangelho Quadrangular (Daniel Teixeira) e um professor de canto, maestro, ex-pastor evangélico: Pedro Correia era ainda membro da maior organização pró-israelita dos EUA (a CUFI), cujo fundador e líder, John Hagee, considerou o furação *Katrina* um castigo de Deus contra as marchas *gay*.

Enquanto isso, o Chega ajudava a reescrever a História.

Nas páginas do órgão oficial, promoveu o livro *Abril pelas direitas*, que juntou, entre outros, artigos de apoiantes e dirigentes seus, de Jaime Nogueira Pinto a salazaristas declarados que reclamam uma estátua para Salazar do tamanho do Cristo Rei e lamentam: «Já não rezam ave-marias nas escolas, nem se canta o hino do Pequeno Lusito.»

Havia escritos de Pedro Arroja («O Estado Novo foi uma máquina impressionante de crescimento económico e produção de riqueza»), do deputado Tânger Corrêa («a atual censura do politicamente correto é bem mais opressiva, intrusiva e pressionante [do] que a da PIDE/DGS»), do dirigente do Chega Miguel Côrte-Real Gomes («a igualdade é uma utopia contrária à própria natureza humana»), de nacionalistas da «velha guarda», «spinolistas» de sempre, académicos seguidores do espiritismo e do ocultismo, heróis da contrarrevolução e até um deputado municipal eleito nas listas do movimento independente de Rui Moreira à Câmara do Porto.

Paulo Jorge Teixeira, de seu nome, e Rodrigo Pereira Coutinho, dirigente distrital do Chega, coordenaram a obra, com quase 60 textos, «verdadeiro antídoto», afirmaram, contra o espírito «marxista» das comemorações de Abril.

Naquelas páginas, relevava-se a missão redentora do Chega. Nas sessões de lançamento, de norte a sul, deu-se corda ao saudosismo. Numa delas, Rodrigo Coutinho, diretor numa empresa da indústria alimentar, explanou a sua visão de Angola e do colonialismo: «Fizemos aquilo que sabíamos fazer: casámos com as mulheres locais. E então nasceram não sei quantos mulatos, mestiços, tudo. Houve realmente uma geração mais colorida de portugueses.»

O Chega preparava a sua revolução em modo *fast rewind*.

Para isso, tinha o mais moderno equipamento de combate: as redes sociais.

Entre a eleição de Ventura, em 2019, e o fim de março de 2024, o *Polígrafo* detetou, pelo menos, 101 mentiras e imprecisões proferidas pelo líder do Chega, um nível industrial de falsificações e meias-verdades invejável. Quando terminar de ler esta frase, já o número estará desatualizado.

FUTURO, AGORA

*«Apesar de você
amanhã há de ser outro dia»*
CHICO BUARQUE

Pouco tempo antes das legislativas de 2024, no espaço de poucos dias, o meu filho, então com doze anos, regressou da escola com vontade de contar três histórias que o perturbaram.

Primeira: ouvira um grupo de colegas elogiar o Chega. Estavam a ver as redes sociais e esperançados na vitória de Ventura, dali a dias, a ver se era desta que ele iria «deportar» (assim mesmo) imigrantes «que não faziam nada».

Segunda: outros colegas de turma haviam sido chamados à direção depois de acusados, por uma aluna, de atitudes racistas e xenófobas. O *bullying* durou meses, e só ao fim de muita intimidação e sofrimento ela ganhou coragem para os denunciar. Quando chamados à escola, alguns pais não acreditaram na versão dos professores.

Terceira: um colega de turma chamou «latina de merda» a uma aluna no final de uma aula. E ainda a mandou para a sua terra.

Na verdade, chegam-me relatos idênticos provenientes de várias geografias, de outros graus de ensino e de amigos e professores que respeito. O relato do meu filho, percebi depois, em conversa com responsáveis da escola, pecara por defeito: havia, disseram-me, professores que até já tinham sido confrontados com relatos de estudantes que defendiam Hitler nas aulas e admiravam a história do líder nazi.

Muitas instituições e professores não estão a falhar, sei-o bem, e a escola pública do meu filho é um exemplo. O que falha, então?

No dia 11 de março de 2024, quando o Chega ainda festejava a eleição de 48 deputados (seriam 50 com os da emigração), Rita Matias partilhou um vídeo no TikTok.

«Olá, sei que chegaste hoje à escola e os teus professores disseram-te para estares muito preocupado porque a extrema-direita cresceu e o fascismo voltou a Portugal», começava ela, sentada num sofá, com uma ténue luz em fundo a refletir numa parede de granito.

Vestia uma túnica branca semitransparente, de gola rendilhada e mangas de balão. E dizia: «O Chega não é um partido fascista. A Constituição da República Portuguesa proíbe o fascismo», explicava, com ar de catequista. «E se o Chega é um partido que está legalizado pelo Tribunal Constitucional, naturalmente tem que preencher alguns requisitos, nomeadamente não ser um partido fascista, mas também não somos um partido de extrema-direita.» Os do Chega, explicava às crianças, eram, sim, «extremistas no combate à corrupção» e «radicais no combate aos privilégios dos mesmos de sempre».

O que sugeria, então, a deputada, sem perder o ar maternal? «Tens que escolher bem as tuas fontes e perceber onde é que queres beber a informação. Circulam por aí várias páginas que dizem que o Chega é um partido extremista, mas, na verdade, são páginas de esquerda.» O melhor era mesmo acreditar na versão dos próprios. «Se o Chega diz que não é extremista, se o Chega diz que não é fascista, não permitas que eles te atirem areia para os olhos e te tentem amedrontar.» Segundo Rita Matias, o que o Chega tinha trazido às eleições fora simplesmente a diminuição da abstenção. «Há mais portugueses a sentirem-se representados e isto é sempre bom para a democracia...»

Depois, tranquilizava os seguidores. «Não tenhas medo, não foi um dia negro para a democracia. Pelo contrário: fez-se justiça», resumia. «Peço-te que continues a acompanhar, a partilhar as nossas páginas e, acima de tudo, não tenhas medo [...] Se não sabes o que responder aos teus professores e aos teus colegas, nós continuamos disponíveis para ir à tua escola, à tua universidade. Basta que nos convides que nós lá estaremos. Para que saibas que não estás sozinho.» Em janeiro de 2025, o vídeo tinha mais de 370 mil visualizações, 26 800 gostos e quase mil comentários, elogiosos na maioria. E a deputada Rita Matias continuava com a agenda preenchida graças a convites de alunos, escolas e universidades.

E o Chega entrou nas aulas...

No ano letivo de 2021/2022, Mariana Lagarto tinha dois alunos numa turma de 12.º ano que se identificavam politicamente com o Chega: valorizavam o passado histórico «glorioso» do país e a suposta missão civilizadora dos portugueses no mundo. Reprovavam a independência das colónias e o 25 de Abril. «Acreditavam numa reconquista das colónias, o que, numa sala de aula com alunos brasileiros, angolanos e cabo-verdianos, ou de ascendência africana, gerava fortes confrontos», recorda a professora, colocada na zona sul do país, e investigadora no Centro de Investigação

Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Os alunos não assumiam posições racistas em aula, «mas adivinhavam-se», refere. «Defendiam a saída dos imigrantes e propalavam a ideia de que viviam de subsídios do Estado, sendo a maior parte das vezes esclarecidos pelos colegas estrangeiros de que as famílias pagavam impostos e contribuíam para a Segurança Social», relembra Mariana Lagarto. Nada feito. «Eles mantinham sempre a postura de não acreditar.»

Nos debates em aula — estratégia que usa regularmente depois de analisar fontes históricas nas diversas perspetivas —, os estudantes referidos «só valorizavam as fontes que contavam a versão que mais lhes agradava, mesmo sabendo que, na avaliação, eu classificava o cotejo de fontes e a argumentação fundamentada em factos históricos». Eles, contudo, «apenas estudavam com interesse a história nacional, mas muito na perspetiva da heroicidade e bravura. Defendiam o nacionalismo exacerbado e o imperialismo».

Anos volvidos, Mariana Lagarto deixou de lidar de perto com alunos assim. Agora tem colegas a enfrentarem saudações nazis nas aulas.

Nos tempos recentes, já não lhe aparecem estudantes a assumir como suas as narrativas baseadas no ideário do Chega, mas certas fragilidades tornam o terreno fértil. «Derivam sempre, ou quase sempre, da tendência para não pensar criticamente», revela. «Muitos alunos preferem a reprodução de conteúdos para garantir uma nota, mais do que desenvolver o pensamento histórico para melhor aprendizagem.» Problema: «Têm tendência para aceitar como verdade tudo o que está escrito ou é dito, sem fazer uma análise e sem buscar a fundamentação. Mesmo em aulas em que os professores usam metodologias mais ativas e críticas, há sempre alunos a resistir.»

Há conteúdos que facilitam a vida às narrativas do Chega.

Os manuais de História foram revistos, é certo. As aprendizagens essenciais dos 2.º e 3.º ciclos contemplam, desde há uns anos, referências à violência exercida pelos impérios e pelos portugueses sobre outros povos. O tráfico de escravos e os contributos africanos para a evolução das sociedades portuguesa e brasileira já não são ignorados.

A escravatura não foi bonita, «financiou» a expansão e já todos os alunos percebem a responsabilidade portuguesa nessa memória. Há jovens, contudo, para quem os escravos são mera mercadoria, tão transacionáveis como outra coisa qualquer. Em suma: o preço a pagar pela epopeia celebrada. No fundo, o tema continua a ser quase um rodapé face à grande narrativa sobre os «Descobrimentos», mais atrativa, tal como uma boa série televisiva de ficção.

Numa sessão sobre o ensino da escravatura e do colonialismo nas escolas organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian, a professora de História Ana Simões revelou como os seus alunos de ascendência africana tomaram o assunto em mãos nas

suas aulas do 3.º ciclo e no secundário. «Onde está aqui a minha história? Quando chegamos à minha história?», insistem. A invisibilidade já não fica, pelo menos, sem perguntas.

No ensino, também Camões «tem sido lido sempre com os óculos que convêm ao poder», refere Paula Cruz, professora de Português no Agrupamento de Escolas do Cerco (Porto). «Continua a ser o Portugal grandioso, o das caravelas, o do Império, o Portugal predestinado a grandes feitos, que está nas linhas e nas entrelinhas dos discursos dos manuais. É na saudade de um passado em que fomos grandes que continuamos a deixar-nos adormecer.»

No 9.º e 10.º ano lecionam-se pouco, «muito pouco», as passagens críticas e antiépicas de *Os Lusíadas*. No 12.º ano, com Fernando Pessoa, «voltamos ao imaginário épico e à exaltação patriótica, por via da *Mensagem*», critica Paula Cruz. Gasta-se, por isso, muito tempo e páginas «à procura de um messias ou de um Dom Sebastião».

Devem os professores abdicar de ser um farol, revelar mais, mostrar outras perspetivas? «Claro que não», reconhece a docente, «mas o que fica raramente é isso. O que fica — quando fica — é a leitura estreita e curta dos manuais».

O projeto Literacia para os Media, adotado pelo Ministério da Educação nos governos socialistas depois de uma proposta do Sindicato dos Jornalistas, chegou às escolas, mas os bons propósitos e ganhos conquistados revelam-se insuficientes face à força e à velocidade das modas e da desinformação.

Nas salas, conta Paula Cruz, os alunos dividem-se. Uns repetem o que ouvem: «Não se pode acreditar em nada», «são todos uns mentirosos», «são *fake news*», mas há também os crédulos: «É verdade, vi no TikTok» ou «vi no *Insta*».

Onde está a verdade? «Para eles, nas redes sociais», admite a professora. «Os produtores de conteúdos digitais são os “novos” jornalistas. A literacia mediática precisa de leitores, de ouvintes, de espectadores, mas a primeira resposta é “não vejo notícias”», refere Paula Cruz. «Todos querem provas», assinala, «mas poucos querem o trabalho importante, mas muito menos visível, de pensar as notícias, de cruzar a mesma notícia em jornais diferentes».

Desde 2023 que o Laboratório de Política do Agrupamento de Escolas de Caldas de Vizela efetua estudos sobre a consciência e participação políticas dos seus alunos do ensino secundário e deteta sinais preocupantes, conforme me explicou o professor Miguel Pinto. Apesar de a democracia, nas suas diversas facetas, ser o regime mais valorizado pelos estudantes naqueles inquéritos, no ano letivo de 2024/2025 quase 28% preferiam «um líder forte que não tenha de se preocupar com o parlamento nem com as eleições». Para a maioria dos alunos (69,1%), a democracia estava então «prestes a perder a confiança dos cidadãos». A inflação, a corrupção e o desemprego eram os problemas mais referidos, mas a maioria não consumia, por hábito, informação política, nem mesmo nas redes sociais da sua preferência.

Em 2022 e 2023, Gabriela Amaro percorreu mais de 60 escolas e faculdades integrada na equipa da companhia alentejana de teatro Baal17, no âmbito do programa governamental Cuida-te+, destinado a debater com os alunos, entre outros temas, a saúde mental, os comportamentos aditivos e dependências e a saúde sexual e reprodutiva. Além da dramatização a partir de figuras típicas do contexto escolar e universitário, o objetivo era dar espaço, tempo de fala e escuta à população estudantil.

«Houve coisas muito positivas, percebe-se que os jovens têm mais vocabulário e mais conceitos apreendidos, como o feminismo, por exemplo», refere a atriz, mas outras memórias não se apagaram. «Em 2023, não houve uma semana em que um miúdo não fizesse uma saudação nazi nas sessões.» Numa delas, cinco estudantes replicaram o gesto. «São sempre rapazes e creio que o fazem por provocação», admite Gabriela Amaro, «mas a curiosidade por essa simbologia está lá. Houve quem dissesse que gostou de ler o *Mein Kampf*, de Hitler», recorda. Instados a libertarem-se, a falarem sem censura, constrangimentos ou atavismos, os alunos expõem ansiedades, depressões, preconceitos. Houve ataques de pânico nas sessões, sempre acompanhadas por um psicólogo, e crianças que ganharam coragem e verbalizaram contextos familiares de violência doméstica e de abusos sexuais.

Não faltaram, igualmente, alunos a revelarem simpatias pelo Chega, por André Ventura e pelas narrativas do partido. «Muitos adoram-no e seguem-no no TikTok. Dizem que é muito fixe», reproduz a atriz. Mesmo nesses casos, a equipa não opinava, não demonizava personagens nem situações. Focava-se nos direitos humanos e nos debates sobre racismo, xenofobia e sexismo, sem orientar opiniões, multiplicando perguntas. «Porém, nas últimas edições, e dado o tipo de coisas que ouvíamos, com *bullying* à mistura, sentimos necessidade de introduzir mais uma regra nas sessões: a de proibir discursos e simbologias de ódio. Estava a tornar-se um hábito», justifica Gabriela Amaro.

Ritas, Mileis e TikTok

Rita Matias é das personalidades mais influentes nas redes sociais. Vai às escolas e universidades com frequência. Mesmo quando não aparece em debates eleitorais destinados aos jovens nas instituições de ensino, há quem faça claque por ela. Em alguns casos, provoca enchentes e demora-se nas *selfies*. É bonita, simpática, e isso ajuda, mas ela confere a Ventura a primazia dos elogios. «As pessoas conhecem-no, têm imagens dele no telemóvel e sabem discursos de cor», garantiu ao *Correio da Manhã*.

Na campanha autárquica de 2021, durante uma pausa numa esplanada na Guarda, Ventura sugeriu a Rita Matias fazer um vídeo atrevido para a rede social TikTok, de óculos escuros, ao som da melodia sertaneja *Passinho Debochado*, de Dan Ventura. Foram catorze segundos que valeram um alcance de um milhão de pessoas, segundo a *Sábado*. «Queremos torná-lo uma *superstar* para os jovens, escolher boas músicas,

frases certas, numa tentativa de massificar a sua imagem para que os jovens o reconheçam como exemplo», disse a deputada, quase três anos depois, quando recordou o episódio. Um vídeo de dezasseis segundos, com Ventura a dançar em mangas de camisa e óculos escuros, ao som da canção *Papo de Picanha*, do bolsonarista Fábio Dub, era, em maio de 2025, o mais visto da política portuguesa no TikTok desde 2020, com três milhões de visualizações.

Em pouco tempo, do antigo Twitter ao Instagram, do Facebook ao TikTok, galgaram-se etapas: deu-se velocidade, engajamento, lastro e polarização ao que havia de mais abjeto ou folclórico, mas as mudanças encontraram Rita Matias preparada, com as competências aprimoradas.

«Nos *feeds*, percebe-se o quanto as pessoas estão bastante extremadas. Vemos jovens habituados a navegar por redes onde se paga por fotografias de miúdas nuas com treze e catorze anos ou a desejar a morte a pretos e a ciganos», conta uma ex-dirigente do Chega, candidata às europeias de 2024, com *skills* na área. «Os miúdos misturam-se com gente pouco razoável e sensata nas redes, mas, numa fase em que ainda estão a moldar a sua personalidade, já sentem necessidade de tomar partido», descreve.

Em 2025, João Pinhal e Guilherme Pinto, dois alunos da licenciatura de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, analisaram nove centenas de comentários de publicações de carácter misógino e contactaram *online* mais de 60 rapazes (entre os doze e os vinte anos) para perceber como os jovens se radicalizam. Encontraram, por exemplo, uma devoção cega a *influencers* como o minhoto Numeiro (João Barbosa), cujas narrativas machistas, antifeministas e desumanizantes em relação às mulheres eram seguidas e partilhadas nas redes sociais por mais de 1,3 milhões de seguidores, conforme relataram no *Público*. A 13 de maio de 2025, Numeiro, envolvido em escândalos com apostas *online* e investigado pelo Ministério Público por discurso de ódio contra as mulheres, personalizou o seu *Lamborghini* com as cores e o logótipo do Chega. André Ventura agradeceu publicamente o gesto. O *influencer* e o partido reforçaram o seu alinhamento simbólico e estratégico. Na verdade, Numeiro tornou-se uma espécie de megafone digital para o populismo do Chega entre os jovens.

Este universo é também um maná para Rita Matias. «Ela é um ícone da juventude, movimenta muito bem os ideais do Chega nesse mundo», explica a mesma fonte do Chega, entretanto candidata, em 2025, a uma câmara do norte do País. «E depois ainda sabe atrair para o partido os miúdos de famílias com dinheiro, influência e aqueles nomes compostos.»

Um dos políticos mais admirados pela deputada, e no qual se inspira, é Javier Milei, eleito presidente da Argentina em novembro de 2023. Tal como Rita, este político tem mais subscritores no TikTok do que todos os adversários juntos. Aliás, 30% dos votos de Milei na primeira volta das eleições vieram de jovens entre os dezasseis e os vinte e nove anos (ali vota-se mais cedo). Quando ganhou, a pobreza

atingia quase metade dos jovens argentinos, mas, para muitos deles, Milei era mais um influenciador do que um político. «A nova direita, com as suas tendências mais ou menos regressivas e autoritárias, domina perfeitamente os códigos do mundo digital», escreveu-se no *La Nación*.

O Chega também o faz.

A menos de dois meses das eleições de 2024, tinha oito pessoas a trabalhar as redes sociais. Ventura ia a caminho dos 192 mil seguidores no TikTok, enquanto Rita Matias já tinha os 33 mil à vista. Quem entrasse naquela plataforma pela primeira vez, deparava-se, desde logo, com uma «montra» de conteúdos associados ao Chega. O magnetismo era crescente, coerente, irreverente. Em 2025, segundo uma análise do projeto de democracia participativa da Universidade da Beira Interior, o Chega tinha quase 85 mil seguidores na plataforma X, muitos deles oriundos de profissões qualificadas.

A exemplo de Milei, ícone da extrema-direita «libertária», o partido também dominava o discurso satírico, trocista e agressivo. Não por acaso, Rita e Ventura fazem vídeos juntos, entre o divertido e o jocoso em relação aos adversários, sem esquecer a catequização dos descontentes ou dos jovens «milicianos» do digital. Aos dois, só falta a estética disruptiva que o chefe de Estado argentino encarnava com o casaco de cabedal, cabelos desgrenhados e motosserra.

É este o tempo dos Mileis?

Num domingo de maio de 2024, o presidente argentino clicou em 936 gostos no X e partilhou 591 tuítes de outras pessoas. O *La Nación* calculou que, para isso, teria passado seis horas e quarenta e seis minutos diante do ecrã, mas ele não precisa. Milei tem um exército digital disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana: jornalistas favoritos, ativistas engajados e comentadores mais ou menos anónimos que partilham os seus tuítes e *posts*, geram novos conteúdos e atraem mais *likes*. «Milei são as redes e as redes são Milei», resumiu Lucía Vincent, da Universidade Nacional de San Martín.

Através desse universo, explicou a cientista política, o mundo construído de acordo com as suas necessidades torna-se real e tangível. Milei pode exercer o controlo, com autoritarismo, manipulação e seguidores que alimentam essa lógica e a potencializam. «Isso deixa pouco ou nenhum espaço para o debate democrático», concluiu.

A extrema-direita é *cool*?

«O que é que os jovens veem no Chega?», perguntava a *Notícias Magazine* em janeiro de 2024. A revista recolhia depoimentos de eleitores do partido cujo traço comum eram as opiniões a partir de dados falsos ou perceções sobre imigrantes, ciganos, identidade de género e misoginia.

«Li o programa eleitoral e gostei logo por ser muito simplificado, com poucas páginas e sem palavras caras», dizia um desses jovens, ex-emigrante na Irlanda.

Para Nelson Zagalo, professor na Universidade de Aveiro na área dos novos *media*, o facto de outros partidos estarem a larga distância da viralização de conteúdos do Chega era um erro crasso. «Sobretudo tendo em conta que se trata de um público que, regra geral, não vê noticiários nem compra jornais, que se informa através das redes», explicava na reportagem. «Não vejo mais ninguém a tomar conta da arena e isso é muito perigoso.»

«É fixe ser de extrema-direita?», questionava *The Washington Post*, a 8 de março de 2024, último dia da campanha eleitoral nacional que levou o Chega a terceira força política, a propósito do «terramoto político» provocado por jovens europeus cada vez mais inclinados para aquela área ideológica. Sete das dez fotografias da reportagem eram de Rita Matias, a versão «suave», segundo o jornal, da imagem agressiva do partido.

Nos cinquenta anos do 25 de Abril, as mulheres entre os dezoito e a casa dos trinta anos estavam a tornar-se mais progressistas ou a votar em partidos de esquerda, enquanto os homens da mesma idade se acomodavam à direita, sobretudo nas novas forças políticas. De forma geral, os jovens votavam mais e, no caso português, eram aqueles que mais valorizavam o legado de Abril. Segundo um estudo sobre a relação entre os portugueses e o 25 de Abril (ICS-ISCTE), 73% das pessoas com idades entre os dezasseis e os trinta e quatro anos viam aspetos mais positivos na revolução. A satisfação com a democracia também aumentara.

Estudos e sondagens europeus revelavam, porém, outra realidade: eram os jovens entre os vinte e os trinta anos que alimentavam a subida da extrema-direita na França, Suécia, Países Baixos e... Portugal. A receita? Capturar-lhes a imaginação com uma vaga de líderes jovens, vídeos apalhaçados, campanhas inteligentes no digital e promessas de fazer *delete* à política tradicional.

Um dos vídeos de Rita Matias no Instagram, no qual usa óculos escuros de aviador ao lado de Ventura, ultrapassara 3,6 milhões de visualizações, confirmou o diário norte-americano a poucos dias das eleições de 2024.

O jornal assistira a uma ação de campanha do Chega num subúrbio de Lisboa, território adverso, durante a qual a dupla foi insultada. «Fascistas!», ouviu-se. Ao mesmo tempo, crianças da vizinhança deliraram. «O meu sonho tornou-se realidade!», disse uma delas, de doze anos, após uma *selfie* com Ventura.

«A indústria da distração», no dizer do historiador Pacheco Pereira, prospera. Vive, diz ele, da «ignorância agressiva», de trivialidades, vídeos cómicos, de fúrias e arregimentação, de adições vulgares que distraem as pessoas das suas vidas desinteressantes e miseráveis. O infoentretenimento é, pois, uma droga dura no corpo de uma democracia fragilizada.

João Taborda da Gama, filho do ex-ministro socialista Jaime Gama, fiscalista, professor, advogado veterano na defesa da regulação da canábis e autor de um longo

lamento, em formato de carta aberta a uma filha que votou no Chega a 10 de março de 2024, admitiu num artigo no *Público* que «Rita Matias está entre um pequeníssimo lote de mulheres com reais possibilidades de ser primeira-ministra na próxima década. Os eleitores que votarão pelas primeiras vezes daqui por uns (não muitos) anos já hoje a aplaudem nas escolas básicas e secundárias por esse país fora, consomem os seus *tiktoks* e não apostaria que alguém lhes resolva o problema da habitação em Odivelas ou em lado algum até 2030», explicou. «O Chega conseguiu ser ao mesmo tempo novo, feroz e divertido, e essa mistura cavalga as caves da abstenção.»

Para Taborda da Gama, é necessário ver para lá do campo de batalha. «É preciso não deixar pessoas, causas e meios nas mãos do Chega, que os vai aproveitar. Devem ser combatidas as ideias, não as pessoas. Não demonizar os líderes ou deputados, não achincalhar os eleitores», escreveu.

Vão-se os filtros

A 7 de março de 2025, Rita Matias esteve no lançamento do livro da deputada estadual bolsonarista Ana Campagnolo, durante a 2.^a Conferência Antifeminista na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no sul do Brasil. Na obra *A hidra feminista*, Campagnolo faz uma analogia do movimento feminista com o mito da Hidra de Lerna, monstro de muitas cabeças que, mesmo decapitado, se regenera e que, segundo ela, é preciso combater. Rita Matias, referida como «a primeira parlamentar antifeminista portuguesa», é autora do posfácio. «Mostramos que há alternativas às mulheres que têm sido vítimas das ditas conquistas do feminismo. É uma maioria silenciosa que tem medo de dizer que não concorda com as correntes do feminismo», escreveu. «Se temos *banheiros* mistos, se temos mulheres que abortam por pressão do companheiro ou do patrão é porque o feminismo traiu essas mulheres.» Segundo a deputada brasileira, a ideia do seu livro foi da própria Rita Matias.

Também em Portugal, através do grupo editorial LeYa, a deputada do Chega assinou um capítulo no livro *Woke Fizemos?*, coordenado por Teresa Nogueira Pinto (filha de Jaime Nogueira Pinto) e Miguel Côrte-Real. Em julho de 2025, Rita Matias originou grande contestação nas redes sociais ao ler nomes de crianças com evidentes conotações estrangeiras, inscritas num suposto estabelecimento pré-escolar em Lisboa. O objetivo foi o de impulsionar a falsa narrativa de uma invasão de filhos de imigrantes nas creches públicas em detrimento dos descendentes de «portugueses». Além de, segundo alguns especialistas, poder ter incorrido num crime pelo facto de expor a identidade de crianças e violar a proteção de dados, o seu «chefe», André Ventura, repetiria a encenação no parlamento num debate sobre imigração, recorrendo ao apelido dos menores. Houve lágrimas de indignação nas bancadas dos partidos de esquerda.

Neste como noutros temas, o Chega fez da rebeldia e do reacionarismo sinónimos. Nas redes sociais, o partido também recorre a anedotas, ironias, *memes* e provocações audiovisuais de aparente ingenuidade que, por vezes, dão azo a leituras leves, descontraídas, de propostas violentas e excludentes que, de outra forma, nunca poderiam ser enunciadas sem revolta. «Essa ausência de tabus e de limites morais deu uma enorme vantagem à ultradireita ou à direita alternativa diante de uma esquerda muito mais cuidadosa nas formas», descreveu o historiador e cientista social argentino Javier Balsa.

Ganham, pois, avanço «animadores da paranoia social que se permitem falar em público sobre os “outros”, rompendo com todas as formas de respeito cívico», descreve Balsa. «Apregoam uma violência profundamente destrutiva, em alguns casos em termos simbólicos, mas que não coloca nenhum freio à possibilidade de que se passe ao plano do real.» Em junho de 2025, o elemento de um grupo conotado com a extrema-direita, no qual se incluía, pelo menos, um neonazi ligado ao homicídio de Alcindo Monteiro, agrediu o ator Adérito Lopes à porta do teatro A Barraca, em Lisboa.

Ao mesmo tempo, os jovens são cada vez mais permeáveis ao consumo de fornadas de *youtubers*, *streamers* e *tweeters* de direita, alguns de reverenciada formação intelectual.

A ultradireita, na sua versão simplista com doses de delírio, dá resposta a crises existenciais, sociais, económicas e culturais de quem só conhece o novo mundo digital ou se viu sem chão, e de orgulho ferido, com o desmoronar das identidades e da segurança da velha ordem. Esse espaço ideológico conta, cada vez mais, com plataformas sem filtros.

Elon Musk, dono do X e o homem mais rico do mundo, ainda não tinha proclamado a «liberdade» total na sua plataforma, apoiado os extremistas da AfD ou assumido, embora por pouco tempo, um cargo governamental à boleia do regresso de Trump à Casa Branca, e já a jornalista Gisele Lobato, da organização jornalística brasileira *Aos Fatos*, revelava o caos na moderação de conteúdos em língua portuguesa nas principais redes sociais.

Em julho de 2024, a pressão da produtividade e das rotinas desgastantes, a redução de recursos humanos e a degradação das condições de trabalho fizeram moessa nos filtros e na capacidade dos profissionais de «linha da frente» da Meta (ex-Facebook), YouTube e TikTok.

Responsáveis por avaliar e classificar imagens e vídeos, identificar o discurso de ódio e a desinformação, e decidir que conteúdos são mantidos ou eliminados, estes tarefeiros viam-se confrontados com o aumento de conteúdos para análise e a imposição de metas que alguns consideravam inatingíveis, sobretudo em períodos eleitorais. Um moderador de Lisboa, ligado a uma empresa de prestação de serviços às grandes plataformas, exemplificou: «Quando comecei, tinha 45 contas para analisar dentro de cinco horas e isso foi aumentando até que chegou um momento em que eram

60 contas. É humanamente impossível. Tens que analisar uma conta em cinco minutos sabendo que, às vezes, ela tem 300 vídeos e precisamos assistir pelo menos 40 vídeos para tomar uma decisão», queixara-se.

Os filtros eram cada vez menos. E cada vez mais porcaria boiava nas redes.

«Não há dúvida de que as ideias de direita encontraram um público maior entre as elites tecnológicas», notou o jornalista e escritor Ben Tarnoff na *New York Review of Books*, em setembro de 2024. A «Tweetocracia», «regime» fetiche das redes sociais, mudou de nome, mas não a essência. Elon Musk, dono do X, guru dos conteúdos sem filtros, tornou-se o agitador de serviço do extremismo de direita global.

Musk declarou apoio à AfD em 2025, para escândalo da Alemanha. O grupo europeu Patriotas, que o Chega integra, indicou o nome do multimilionário da tecnologia para o Prémio Sakharov de Liberdade de Expressão. Em 2025, ao *Sol*, Ventura disse também esperar o seu apoio nas presidenciais se fosse candidato. Depois de se zangar com Trump, Musk anunciou a criação de um novo partido: o America Party.

Os novos fenómenos

Em 2021 ouvi, na Faculdade de Letras do Porto, o cientista político e mestre em Literatura Sérgio Schargel resgatar a obra *Ele está de volta*, de Timur Vernes, paródia ficcional a partir do regresso de Hitler ao mundo dos vivos.

Na história, o líder nazi acorda em 2011 sem se lembrar do seu suicídio ou dos seus últimos minutos e, assustado com a nova Alemanha, cheia de imigrantes, democrática e próspera, é incapaz de se readaptar.

«Numa época que um partido como a AfD ganha espaço, a discussão levantada pelo livro mostra-se bastante atual», referiu Schargel. «Qualquer nação, em qualquer época, pode produzir um novo Hitler. Talvez não o genocida, mas a figura extremista, tomada por Messias, com um discurso conspiracionista, de regresso ao passado mítico e ódio às minorias», descreveu. No fundo, a versão reciclada do déspota para um século digital, «que cresce alimentando-se dos desejos mais mesquinhos, das menores frustrações».

As eleições para o Parlamento Europeu, em junho de 2024, foram apenas um pequeno intervalo na ascensão do Chega e de Ventura e atenuaram o impacto do resultado nas legislativas meses antes. O partido elegeu dois eurodeputados e, dos quase 1,2 milhões de votantes anteriores, sobravam pouco mais de 385 mil votos. Tânger Corrêa, cabeça de lista, voltava ao cenário internacional depois do seu percurso acidentado — nada imaculado, diga-se — como diplomata, onde ficou famoso, segundo uma investigação do *Público*, por gastos e tropelias de monta com dinheiros públicos.

«Não era o resultado que pretendíamos», assumiu Ventura. Nem ele nem algumas das lideranças europeias de extrema-direita.

O economista Pedro Arroja responsabilizou Ventura pelo «tombo» eleitoral. «O principal problema do Chega, neste momento, é o seu próprio presidente», escreveu no blogue *Portugal Contemporâneo*. «Ele é agora o maior fator de risco para a implosão do partido. Depois de um crescimento fulgurante, o Chega corre o risco de acabar como o PRD dos anos oitenta.» Segundo Arroja, «berrar já não garante o sucesso do passado», avisou. «O Chega, sob a inspiração do seu presidente, fomentou uma cultura interna de anti-intelectualismo e de antiprofissionalismo talvez porque receie que qualquer representante das profissões intelectuais (académicos, engenheiros, economistas, gestores, juristas como ele, etc.) lhe faça sombra e que a discussão livre das ideias perturbe a ordem institucional do partido.» Como se veria em maio de 2025, Ventura reduziria a cinzas as previsões do economista zangado com o Chega.

Algo novo, porém, começava a fazer caminho.

O aparecimento, nas eleições europeias, de outros fenómenos disruptivos, agora já sem o «guarda-chuva» de um partido organizado, deixava antever um cenário novo e a queda de mais um pilar no edifício da política tradicional. «Habituémo-nos a que a porta de entrada na política fossem os partidos, mas agora é a partir das redes», explicara Raúl Magallón, professor na Universidade Carlos III de Madrid, especialista em desinformação.

Os novos fenómenos em cena eram rostos do submundo da conspiração e da propagação de boatos, alicerçados numa amálgama de canais digitais e redes desinformativas com o seu quê de apocalíticas.

Em Espanha, Alwise Pérez tornou-se uma dessas figuras.

Com quase dois milhões de seguidores nas redes sociais (no X e no Telegram supera qualquer partido político) e um acumulado de processos judiciais por difamação e difusão de *fake news*, ele passara da realidade paralela para o Parlamento Europeu: com mais de 800 mil votos, elegeu três eurodeputados.

Sem programa, mas com «dez mil medidas» que não se deu ao trabalho de pormenorizar, o seu movimento *Se Acabó La Fiesta* usou como símbolo a máscara de Guy Fawkes estilizada pela anarquia e contestação associadas à cultura *pop* e Alwise financiara-o através de assinantes digitais, de organizações católicas ultraconservadoras — como Hazte Oír — e até de um empresário do setor das criptomoedas, que lhe transferiu 100 mil euros.

Aquele grupo político fora criado, assumiu, para evitar os tribunais graças à imunidade judicial que a eleição lhe conferira. O ecossistema mediático dera-lhe isso e a legitimação das suas teorias, a saber: a ONU queria legalizar a pedofilia e pilotos de avião eram usados por «poderes secretos» para pulverizar o ar com químicos que, em última instância, serviam para dizimar populações. Num dos programas em que participou, um convidado «falou» com gnomos e disse que o ex-presidente norte-americano Joe Biden vivia noutro corpo. Trump também o fez, diga-se.

Ao *El País*, o sociólogo Iago Moreno sintetizou: Alvise legitima o arsenal do pensamento conspiratório, ou seja, «a explicação para todos os problemas reside num plano maligno de poderes ocultos». E ele é o «vigilante». Menos de um ano depois, Alvise e os outros dois eurodeputados desentenderam-se e acusaram-se mutuamente de receber «dinheiro sujo» e de estarem comprados por lóbis a atuar em Bruxelas.

No Chipre, aconteceu algo idêntico.

Fidias Panayiotou, um *tiktok*er de vinte e quatro anos na altura das europeias de 2024, teve, nessas eleições, quase 20% dos votos e elegeu-se eurodeputado. Conseguiu-o sem assumir posições políticas e sem nada saber sobre a União Europeia, como, de resto, reconheceu. «Os partidos deveriam interpretar isto como um aviso de que devem modernizar-se e ouvir o povo», atreveu-se. Famoso pelos vídeos virais, com 2,7 milhões de assinantes no YouTube, ficou conhecido por dar abraços a celebridades (Elon Musk foi uma delas), fazer exibicionismos com armas, viver durante uma semana num caixão ou treinar com mestres de kung-fu.

Quem garantia que um *influencer* pouco dado aos factos, como Sérgio Tavares, ou mesmo um empresário populista de direita, do tipo Miguel Milhão, autointitulado «Guru Mike Billions» e financiador de neorreacionários e ultraconservadores do digital, não seguiriam o mesmo caminho do espanhol ou do cipriota num futuro próximo, estilhaçando o domínio dos partidos? O simples gesto de não subscrever os seus canais ou deixar de comprar suplementos alimentares da Prozis, de Milhão, seria suficiente para os «condenar» à irrelevância?

Miguel Milhão já tentara comprar a TVI, em tempos idos, com o seu amigo e também empresário Marco Galinha, mas o negócio não se concretizou. Graças ao seu *podcast*, Milhão tinha mais de 200 mil seguidores no Instagram e no YouTube. A sua entrevista a André Ventura em 2024 chegou perto das 800 mil visualizações. Em 2025, ele reforçou a sua presença pública com a mesma receita usada pelo Chega desde o início: usar as convicções para provocar e indignar. O acionista da Prozis financiou um anúncio polémico contra o aborto, difundido nas redes sociais e na TVI, onde se mostram dezenas de mulheres em fila de espera para fazer a interrupção voluntária da gravidez. Chamou-lhe «Obrigado, Mãe» e a ERC recebeu queixas quanto ao conteúdo.

Ao mesmo tempo, Milhão pretendia criar um partido e uma fundação de apoio à vida para a qual sondou Rita Matias para embaixadora, segundo a *Sábado*. As suas ideias eram, em tudo, semelhantes às de Javier Milei: fundadas no anarcocapitalismo, com ética cristã em pano de fundo e todas as bênçãos ao mérito e aos privados. Continuaríamos, por certo, a ouvir falar dele.

Eleitores de hoje e de amanhã

Uma nova crise política, com origem nas suspeitas sobre a empresa familiar do primeiro-ministro, Luís Montenegro, provocou a queda do seu curto governo em março

de 2025. De novo empurrado para as terceiras eleições legislativas em três anos, o país deu, porém, nova vitória à AD e 60 deputados ao partido de Ventura (22,7%), tornando-a a segunda força política no parlamento, uma rutura histórica. A esquerda, no seu conjunto (PS, PCP e BE), teve a maior derrota em democracia.

A campanha ficou ainda marcada pelos espasmos esofágicos de Ventura, que o levaram a internamento hospitalar e a ausentar-se de eventos eleitorais que, curiosamente, resultaram num reforço da cobertura televisiva sobre o Chega. Os recentes escândalos no partido — o roubo de malas no aeroporto que envolveram o açoriano Miguel Arruda (deputado na AR) e a acusação do Ministério Público a Nuno Pardal (deputado municipal e funcionário do Chega) por dois casos de prostituição de menores foram reduzidos a uma nota de rodapé.

O Chega foi o partido mais votado na maioria dos distritos a sul (Portalegre, Setúbal, Beja e Faro) e na emigração. De acordo com os investigadores e especialistas em estudos eleitorais João Cancela e Pedro Magalhães, esta força política era, em 2025, maioritária entre os homens até aos cinquenta e cinco anos, sobretudo não licenciados, e os jovens. O PS terá sido a força política que «transferiu» mais eleitorado para o Chega, sobretudo nas freguesias rurais do Sul.

Havia, contudo, sinais dispersos pelo país onde valia a pena colocar a lupa. Gondomar era um deles. Neste concelho da área metropolitana do Porto, Valentim Loureiro adotara, no final do século passado, um estilo populista ao oferecer eletrodomésticos em campanha eleitoral.

No município, a União das Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova (neste caso de tradição operária mineira) deu a vitória ao Chega. De 2009 a 2013, São Pedro da Cova teve maioria comunista e repetiu a escolha na CDU, já com a fusão de freguesias, levando Daniel Vieira, historiador, autarca e militante do PCP, ao seu terceiro mandato.

Do lado materno, é neto de um sapateiro que esteve sete anos preso pelas suas atividades políticas em ditadura e de uma mulher católica que viveu num mosteiro. O avô paterno era mineiro e a avó britadeira, família muito pobre. Os pais foram quase toda a vida comerciantes de calçado. «Feirantes», diz Daniel Vieira. Por isso, nunca perdeu a ligação às comunidades ciganas e acompanhou o seu crescimento na freguesia. Em algumas casas, ainda hoje há quem tenha a fotografia de Daniel Vieira à vista, emoldurada.

A vitória do Chega não o apanhou distraído: «Há todo um desenraizamento social, falta de políticas públicas, chegada de novos habitantes oriundos de bairros sociais do Porto, novos problemas sociais, desemprego, reprodução da pobreza. Os votos do Chega vieram de todo o lado», diz. E dá exemplos: «Dos saudosistas do antigo regime, da direita mais trauliteira, mas essencialmente de gente que perdeu a esperança e é mobilizada por um discurso mais radicalizado», descreve. «Conheço votantes no Chega com o discurso de que é preciso acabar com a “dependência do RSI” e beneficiários do RSI que votaram no Chega porque acham que o Ventura vai acabar com a corrupção e a

“mama” de cinquenta anos. Conheço gente que vota Chega por perceberem uma atitude de “impunidade” face a comunidades minoritárias muito desintegradas (como, por exemplo, a cigana), para as quais não foi desenvolvida uma única política pública. Conheço um grupo de jovens benfiquistas que, desde que o Ventura apareceu, o apoiam de forma indefetível. Conheço gente que construiu uma perceção de ódio face ao PS e ao BE. Conheço antigos votantes do PCP que se identificam com um discurso antissistémico. Conheço gente do PS, PSD e do CDS que deixou de acreditar nestes partidos. Há contradições profundas neste eleitorado. Vi gente a votar que não sabia como funcionavam as eleições, nunca lá tinha ido», resume.

Um dia antes das legislativas, uma senhora, «gente boa e trabalhadora», disse-lhe que votaria no Chega porque os ciganos tinham ocupado uma casa e insultado a mãe. «É curioso porque, em São Pedro da Cova, em vários contextos, muitas das casas, e até património abandonado, foi sendo ocupado pela população local», exemplifica. Outro amigo confessou-lhe: «Não duvido de que o Ventura é um aldrabão, mas é preciso abalar o sistema.»

Os exemplos surgem em torrente. «Tenho grupos de amigos que partilham em massa vídeos (*tiktoks*), frases feitas, imagens, etc., que sustentam e criam ambiente para toda a narrativa do Chega. Está a tornar-se um vício. Mesmo quando confrontados com as provas da manipulação, já não querem saber. Desculpam todas as acusações em que a malta do Chega está metida. Nos lugares mais abandonados, o apoio é ainda maior», desabafa.

Serão eles fascistas? «Há uma parte da esquerda que fala a partir de uma realidade urbana, de narrativas académicas e de problemas justos que afetam camadas da população, mas que deixam de lado preocupações das populações abandonadas, de gente empurrada para o desemprego e novos problemas sociais após o encerramento da fábrica. É preciso descer à realidade, perceber que problemas afetam as pessoas, ouvi-las e não ter a pretensão de querer educá-las, não as acantonar e catalogar. Isso é um erro. Se insistirmos nisso, podemos perdê-las para sempre», crê Daniel Vieira.

O antigo autarca da CDU reivindica políticas públicas de integração de comunidades minoritárias e oportunidades para quem tem de contar os trocos e fazer opções entre comida e renda. «Um amigo disse-me que ia votar no Chega porque, pela primeira vez, não tinha dinheiro para tirar uns dias de férias. Sentia uma revolta profunda e não conseguia encontrar uma perspetiva racional para que o seu voto pudesse corresponder a esse protesto. Há pessoas que beneficiam do RSI porque a mãe e a avó já beneficiavam. Isto não é solução. É preciso trabalho digno.»

Daniel Vieira viu cavarem-se problemas profundos na comunidade: relações de vizinhança acabaram em desconfianças mútuas e trincheiras irreconciliáveis. «Não se pode enterrar a cabeça na areia. A esquerda deve virar-se para essas desigualdades, não se deixar arrastar para um programa identitário de causas, ainda que justas e necessárias. Tem de centrar-se na denúncia das injustiças, mobilizando em torno de problemas concretos da comunidade e do território.» Perante a expansão do Chega e de

outros extremismos, o militante comunista e ex-autarca receia o arrastamento da esquerda para o «beco» dos democratas contra os não democratas. «Não quero combater a extrema-direita a partir do “beco” onde estão Cavaco, Marques Mendes, Marcelo ou o almirante Gouveia e Melo, como se houvesse um “nós” e “eles”. No plano económico, muitos democratas pensam igual e agem como os tipos do Chega.»

Se Daniel Vieira faz o diagnóstico do território a partir dos atuais eleitores, na Escola Secundária de Rio Tinto (Gondomar) esboçam-se tendências do eleitorado do futuro. O agrupamento onde aquele estabelecimento de ensino se insere engloba três freguesias, a maioria com saldo migratório positivo entre 2011 e 2021. A maioria dos imigrantes de Gondomar era, em 2022, oriunda do Brasil (69%), Itália (12%) e Angola (7%). Aquele agrupamento capta, para todos os níveis de ensino, alunos de Valongo, Porto e Maia e existem muitas assimetrias entre eles, refletidas sobretudo ao nível socioeconómico e cultural. Cerca de 40% beneficiam de auxílios económicos.

No âmbito do projeto Votar Claro, a «secundária» de Rio Tinto promoveu, de novo, em 2025, debates entre candidatos partidários e fez uma simulação das legislativas. Inscreveram-se 767 estudantes e o Chega ganhou com 23,7%, quase um decalque dos resultados nacionais.

Paulo Lima, fundador e um dos responsáveis pelo projeto pedagógico, releva o crescente interesse dos alunos por política. «Tornámos possível e acessível a abordagem de uma série de temas de que os alunos andavam sedentos há muito tempo e que não eram, em geral, tratados na/pela escola», refere. Professores, famílias e estruturas do Ministério da Educação não abraçaram o Votar Claro de início, mas mudaram de ideias. «Sentimos que caiu o último “tabu educativo”», assinala o professor de Economia. «Até aí, a abordagem escolar das questões políticas roçava um certo “tokenismo”, isto é, uma banalidade, superficialidade e descontinuidade que deixava o tema sempre aquém do ocasional, mas que, em termos oficiais, preenchia a formalidade da sua inclusão no leque de oferta de temas de cidadania.» Os assuntos preferidos dos alunos são aqueles que a imprensa e as redes sociais alimentam, por vezes de forma sensacionalista, mas quando tomam consciência de certos problemas que os podem afetar, as propinas, o trabalho, a imigração e emigração, a habitação e a saúde ganham relevância.

O envolvimento dos alunos e a formação de escolhas políticas conscientes já não oferece dúvidas, mas o que pesa na hora do voto simulado? Segundo Paulo Lima, o meio familiar, os círculos de sociabilidade mais próximos (amigos, colegas de escola e do desporto, círculo de vizinhança ou bairro, etc.), as redes digitais e a imprensa e o contacto com os candidatos na escola, por vezes a única interatividade real que têm com os partidos, e a quem podem colocar perguntas. «Muitos alunos, nesta idade (dezasseis-dezassete anos), sentem a necessidade de validação dos pares e têm dificuldade em assumir uma escolha própria e diferente. Assim, muitos alinham com a opinião dos elementos do grupo de pertença ou de referência», sobretudo os rapazes. «A irreverência é a atitude prevalecente, conduzindo a uma escolha mais afastada da

moderação», explica Paulo Lima. «Na última simulação eleitoral, uma parte dos alunos (sobretudo rapazes) votou no Chega, mas de forma pouco séria, o que não significa que não se deva levar a sério: concertaram entre si essa votação a fim de obter um efeito de escândalo. Neste caso, não é apenas uma perceção porque vários o confessaram. A escolha foi, assim, uma provocação ao sistema escolar por pressentirem (corretamente!) que este reagiria de forma mais intensa no caso de um bom resultado do Chega.»

Os professores notam nos rapazes maior impulsividade, ação de grupo e verbalização de opções menos consensuais, além de maior suscetibilidade ao poder sedutor de certas ideias-força ou chavões que simplificam e polarizam a realidade. «Não me parece que as raparigas sejam mais esclarecidas ou informadas, mas, de uma forma geral, notamos nelas maior maturidade, ponderação e moderação», refere Paulo Lima.

A propensão para perfilhar ideias do Chega, embora sem referência expressa ao partido ou ao seu ideário, nota-se, por vezes, em debates ou discussões, sobretudo «quando os alunos recorrem a chavões que denotam preconceitos e adesão a notícias falsas (contra a imigração, a etnia cigana, etc.)». Ainda assim, refere, «a liberdade de pensamento e expressão, o direito à sua opinião e à diferença, o pluralismo democrático, são valores normalmente reconhecidos, afirmados e defendidos por todos. Não encontramos, entre os nossos alunos, cultores de *salazares* nem admiradores de líderes fortes que sobrelevem o valor da democracia. Para um professor, a vitória do populismo não pode deixar de significar, num certo sentido, a derrota da educação, a vitória do obscurantismo e a perda da qualidade da democracia», lamenta.

Entre as medidas que adotaria para combater tais fenómenos, Paulo Lima sugere a multiplicação de projetos como o Votar Claro e tornar mais transparentes e democráticas as dinâmicas e processos escolares. Ao mesmo tempo, propõe que se priorize a Educação para a Cidadania, dando-lhe condições para a sua execução, e se assuma a política como território de interesse educativo desde o início da vida escolar. Para aquele docente, deve-se ainda instituir no ensino um espaço de liberdade de pensamento e expressão de todas as opções políticas e evitar, no discurso e na prática pedagógica, a diabolização e estigmatização dos seduzidos pelo populismo. Incluir no projeto educativo das escolas um programa integrado e contínuo de combate à desinformação e de construção de espíritos críticos e resistentes à manipulação, e impor limites ético-legais à propaganda eleitoral, também seriam bons caminhos, refere.

2025 e depois?

Em junho de 2025, o ministro da Educação do último governo PS partilhou, no *Expresso*, as preocupações de um professor encarregado de classificar as provas de

aferição do 6.º ano. Corrigidos os erros ortográficos e a pontuação, João Costa transcreveu duas respostas de alunos de onze anos a um enunciado onde eram desafiados a relatarem o que fariam se encontrassem a cria de um animal, tendo em vista a avaliação da sua capacidade narrativa e criatividade. «Encontrei um gato preto, nojento. Peguei nele e atirei-o para o rio. A seguir, apareceu o André Ventura e disse-me: “És o homem com mais espírito do chega que eu já vi!” Eu fiquei logo todo contente», escrevera um. «*Em um mundo* em que todos têm afinidade com os animais, quem não tem afinidade é tratado igual a lixo. Mas não me importo. Os animais são coisas que nos fazem ganhar dinheiro no circo e nas touradas. Querem acabar com isto. Mas vamos limpar Portugal. Viva o André Ventura», redigira outro.

O mesmo professor, não identificado, garantira-lhe gastar parte do seu tempo, em sala de aula, a desmontar as mentiras e o ódio com que as crianças eram bombardeadas.

Segundo um relatório do MediaLab, do ISCTE, na sequência das eleições legislativas de 18 de maio de 2025, o Chega foi o partido dominante nas redes sociais e um dos seus deputados, Pedro Frazão, dos maiores propagadores de desinformação, sobretudo sobre imigração (o grande tema das eleições, objeto da mais diversas falsidades e teorias conspirativas). Quanto a André Ventura, continuava a ser o líder destacado nas plataformas digitais, tanto no alcance como na produção de conteúdos. Numa semana, teve 14,5 milhões de visualizações, se juntarmos o Facebook e o Instagram. No mesmo período, a maioria dos outros líderes políticos não chegou às 800 mil visualizações.

Segundo um relatório do LabCom (Universidade da Beira Interior) em parceria com a ERC, o Chega foi responsável por 81,3% dos casos de desinformação nas principais redes sociais entre 7 de abril e 19 de maio de 2025. Para o partido, a prática não é acidental, mas sim uma estratégia deliberada de campanha. Daí o uso de vídeos manipulados, sondagens falsas, ataques aos *media* e recurso a portais não registados na ERC para a difusão de falsos conteúdos, alguns deles com alto potencial de impacto. Estima-se que cerca de 4,8 milhões de pessoas foram alcançadas por estas publicações do Chega. O vídeo mais visto, com um excerto de uma picardia de Ventura com um *pivot* da SIC, em que o líder do partido acusa o jornalista de estar ao serviço do PS ou do PSD, gerou quase 1,6 milhões de visualizações. A receita do ciberpopulismo está toda aqui: criação de caos informativo com recurso a manipulações que misturam temas (criminalidade, imigração, subsídios) para gerar medo; a ideia de que «o sistema» está contra o Chega e de que este é a única alternativa; criação de uma sensação artificial de crescimento imparável, gerando pressão psicológica sobre indecisos; e normalização do discurso anti-imigração e anti-jornalismo. Imigrantes, elites políticas e *media* são, pois, os vilões nas mãos da narrativa enganadora do Chega que contagia o debate público. Estamos condenados?

Em 2004, no *best-seller Portugal, hoje — O medo de existir* (Relógio d'Água), o filósofo e ensaísta José Gil antecipou um tempo em que, se nada fizessemos, seríamos encurralados por um outro tipo de regime que se aproveitaria de circunstâncias económicas, sociais e psicológicas «para operar uma derrapagem na democracia» rumo a «um sistema autocrático de tipo desconhecido».

A democracia e o escrutínio público que esta ainda permite talvez consigam, a médio ou longo prazo, limitar ou pôr fim à aventura do Chega e do seu líder, beneficiando de algum desgaste do partido. Mas, tal como nos EUA o «*Trump country*» não desaparecerá com o fim de Donald Trump, também o «país de Ventura» continuará vivo depois dele se nada se fizer.

Escutar e dialogar com essa geografia eleitoral, sem confundir o seu voto circunstancial com lideranças e aparelhos partidários que dele beneficiam, talvez consiga resgatá-la a opções extremistas. Resolver problemas há muito identificados talvez devolva à política as vestes de que mais precisa: o valor da palavra dada e da promessa cumprida. Mudar modelos de ensino, falar com crianças e jovens olhos nos olhos, e no território digital que «habitam», sobre os valores democráticos e as infinitas potencialidades do encontro com o outro, o estranho e o diferente — sem se sentas partidárias datadas e manuais arqueológicos — talvez reabra um caminho de esperança para a construção de uma democracia adulta.

Num ensaio publicado em julho de 2025 no diário *The New York Times*, o ator, dramaturgo e cineasta norte-americano John Cameron Mitchell recomendou um *mix* de empatia e atitude *punk*, enquanto ação coletiva e manual de combate, para enfrentar realidades pós-democráticas que se desenhavam no horizonte. Não há inocentes no estado a que chegámos. Parafraseando-o, a desunião que contribuiu para abrir caminho a déspotas também teve o contributo «de uma cultura bem-intencionada que *fetichizou* uma pureza progressista não encontrada na natureza e procurou fragmentar-nos em identidades cada vez mais específicas». Como lhe sussurrou um professor numa das sessões com alunos em que participou: «Fizemos o trabalho de Trump por ele: dividimo-nos para que ele pudesse conquistar.»

Com o tempo, o inquilino da Casa Branca e outros líderes extremistas injetaram-nos a ideia de que todos os factos são suspeitos, à exceção dos que lhes dão jeito. «Mas quando todas as notícias são falsas, todas as histórias são verdadeiras, e podem ser as últimas ferramentas que temos para nos convencer uns aos outros de qualquer coisa.» O «faça você mesmo» sugerido por John Cameron Mitchell implica mais vida real, mais quotidianos e ambientes partilhados que não sejam monitorizados por inteligência artificial. Também implica procurar aliados inesperados, «até problemáticos», e pessoas «com definições diferentes, mas compatíveis, de justiça». A barricada terá de ser larga e um simples cruzar de olhos com a pessoa que trabalha ao nosso lado talvez ajude a derrubar muralhas de identidade e a dar lugar à bondade, generosidade e empatia, crê. Utópico?

O jornalismo tem, também aqui, responsabilidades e escolhas a fazer. A imprensa e a República, como antecipou Joseph Pulitzer há mais de um século, só têm uma de duas hipóteses: ou avançam juntas ou caem juntas. Defendê-las e dar-lhes músculo é uma tarefa democrática. Para ontem. Quem ficar a ver, a digladiar-se nas «redes» e a insuflar uma polarização diabólica, cínica e mercenária, deve preparar-se para o pior. E aí 2025 será a última encruzilhada antes do fim.

FONTES, LEITURAS E INSPIRAÇÕES

NOTA: Além de centenas de entrevistas e conversas com antigos e atuais militantes, dirigentes e eleitores do Chega, que me deram acesso a milhares de páginas de documentação interna com evidente relevância pública, esta investigação jornalística recorreu a muitos outros documentos públicos e privados sobre as origens, a atividade do partido e dos seus dirigentes.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E OUTRAS PLATAFORMAS

A Bola

Agência Ecclesia

Agência Pública

Aos Fatos

Bloomberg

Clarín

Comité para la abolición de las deudas ilegítimas

Correktiv

CNN

Correio da Manhã

Courrier International

Daily Beast

Der Spiegel

Diário do Alentejo

Diário de Notícias

Divergente
Eco
El Diario.es
El Mundo
El País
Expresso
Financial Times
Folha de São Paulo
Folha Nacional
Frankfurter Allgemeine
Gazeta Wyborcza
Grande Reportagem
Hope not Hate
i
Intercept Brasil
Jornal de Barcelos
Jornalismo & Jornalistas
Jornal de Letras, Artes e Ideias
Jornal de Negócios
Jornal de Notícias
Kleine Zeitung
La Nación
Le Grand Continent
Le Monde Diplomatique
Los Angeles Times
Magg
Marco Zero
Médio-Tejo
Meios & Publicidade
Mother Jones
Negócios
New Left Review
Newsweek
Notícias Magazine
Notícias ao Minuto
Observa — Magazine
Observador
O Globo

O Jogo
O Minho
O Mirante
O Novo
Open Democracy
Pare, Escute e Olhe
Piauí
Polígrafo
Político
Project Syndicate
Público
Rádio Renascença
RTP
Sábado
Sapo 24
Sete Margens
Setenta e Quatro
SIC
Sol
Swissinfo
Tal & Qual
Televisão da Marinha Grande
The Atlantic
The Guardian
The Nation
The New Statesmen
The New York Times
The New Yorker
The New York Review of Books
The Washington Post
TVI
Veja
Veritas Liberat
Vida Económica
Visão
20 Minutes

INTERNET

As Grandes Novidades da Literatura Portuguesa

Cheganos

Chega TV

Esquerda.net

Luís Graça & Camaradas da Guiné

Montenegro — o *site* oficial do livro de 2008

O Cão que Fuma

Sofá à Direita

LIVROS, TESES, INQUÉRITOS, ARTIGOS E ESTUDOS ACADÉMICOS

ADORNO, Theodor W., *The Psychological Technique of Martin Luther Thomas' Radio Addresses*, Stanford University Press, 2000.

_____, *Estudos sobre a personalidade autoritária*, Editora UNESP, 2019.

_____, *Aspetos do novo radicalismo de direita*, Edições 70, 2019.

AFONSO, Alexandre, «Correlates of aggregate support for the radical right in Portugal», *Research & Politics*, 8(3), 2021.

AFONSO, André Santos, *A liderança carismática no projeto populista do Chega*, Escola de Economia e Gestão (Universidade do Minho), 2022.

AFONSO, Nuno, *Ontem éramos o futuro*, Edições Independentes, 2025.

ALBRIGHT, Madeleine, *Fascismo, um alerta*, Clube do Autor, 2018.

ALVES, Lucinda Ribeiro, *O deus desconhecido*, Bubok Publishing S.L., 2011.

_____, *Adorador, procura-se!*, Bubok Publishing S.L., 2012.

_____, *Dízimo hoje? — Sim e não!*, Bubok Publishing S.L., 2015.

AMARAL, Bruno Vieira, *Aleluia!*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

ÂNGELO, Fernando Cavaleiro, *As bombas que aterrorizaram Portugal — Os bastidores do terrorismo contrarrevolucionário no pós-25 de Abril*, Casa das Letras, 2023.

APPLEBAUM, Anne, *O crepúsculo da democracia*, Bertrand, 2020.

ARENDT, Hannah, *As origens do totalitarismo*, Dom Quixote, 2018.

_____, *Verdade e Política*, Relógio d'Água, 1995.

ARISTÓFANES, *Os cavaleiros*, Edições 70, 2004.

BAPTISTA, Carla, «Populismo, jornalismo e eleições», in J. N. Matos, F. Subtil, & C. Baptista (eds.), *Os três D dos media: desigualdade, desprofissionalização e desinformação*, Outro Modo Cooperativa Cultural, pp. 206-218, 2021.

- BARÃO, Benjamim, Bento Silva, José Rodrigo Silva e Filipe Sousa, *Inquérito aos agregados familiares da comunidade cigana do concelho de Moura. Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais de Moura*, Câmara Municipal de Moura, ADCMoura — Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura, Moura, 2022.
- BARATA, Guilherme Reis, «Uma análise netnográfica à comunicação do partido Chega durante as Eleições Presidenciais de 2021», mestrado em Marketing Digital, Universidade Europeia, 2021.
- BATISTA, Ana Raquel Ribeiro, *Populismo contemporâneo português: O Chega e a comunicação política*, Escola de Economia e Gestão (Universidade do Minho), 2022.
- BELLO, Walden, *Counterrevolution — The Global Rise of the Far Right*, Agrarian Change and Peasant Studies Series, Practical Action Publishing, Fernwood Publishing, 2019.
- BRAZ, Carlos Morgado, *CHEGA! A sceptre of the mainstream Portuguese parties' disaggregation or a spectre of fascism?*, Populism Studies, 2023.
- BRUZZONE, Andrés, *Ciberpopulismo — Política e democracia no mundo digital*, Editora Contexto, 2021.
- BUTTER, Michael, *A natureza das teorias da conspiração — Quando nada é o que parece*, Desassossego, 2022.
- CAETANO, Nuno Alves, *Prisioneiros de Caxias — 28 de setembro de 1974*, Chiado Editora, 2014.
- CAMILO, Eduardo José Marcos, *Política ou demagogia? Populismo de André Ventura nas eleições presidenciais (2021)*, Universidade da Beira Interior, 2022.
- CASARA, Rubens R R, *A era pós-democrática — Estado, barbárie e controle dos indesejáveis*, Editora Exclamação, 2019.
- CASTELA, M. Jorge C., *O efeito Trump e o Brexit*, Vida Económica, 2017.
- CARNEIRO, José Luís, *Segurança interna em tempos de incerteza*, Caleidoscópio, 2024.
- CARONE, Iray, «A personalidade autoritária — Estudos frankfortianos sobre o fascismo», *Revista Sociologia em Rede*, 2(2), 2012.
- CHRISTINO, Márcio Sérgio, *Pós-verdade e Fake News*, Matrix, 2023.
- COELHO, Pedro e Marisa Torres da Silva, *A resistência do jornalismo de investigação — o potencial da aliança estratégica entre o jornalismo e a academia: estudo de caso do projeto «A Grande Ilusão»*, NOVA FSCH, ICNOVA, 2021.
- COSSERY, Albert, *A violência e o escárnio*, Antígona, 1999.
- COSTA, Maria Helena, *Identidade de género — Toda a verdade*, Emporium, 2019.
- _____, *#éhoradospais — Uma defesa do superior interesse das crianças*, Contra-Corrente, 2020.

- _____, *Feminismo tóxico*, Contra-Corrente, 2022.
- COUTINHO, Rodrigo Pereira e Paulo Jorge Teixeira (coord.), *Abril pelas direitas*, 5 Livros, 2024.
- CRUZ, Manuel João dos Santos Cardoso Simões da, *A narrativa populista do Chega na Assembleia da República*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023.
- CUNHA, Joana Milhazes da, «Médicos pela verdade, mentira e ódio», dissertação de Mestrado em Assessoria em Comunicação Digital, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), 2021.
- D'ALLONNES, Myriam Revault, *A verdade frágil — O que a pós-verdade faz ao nosso mundo comum*, Edições 70, 2020.
- DHADA, Mustafah, *O massacre português de Wiriamu — Moçambique 1972*, Tinta-da-china, 2016.
- DIAS, José Pereira, «Political Messianism in Portugal, The Case of André Ventura», *Slovak Journal of Political Sciences*, 22(1), 2022.
- DIAS-PINTO, Ricardo Moreira Regalla, *Hora da verdade! Família Regalla*, DG Edições, 2019.
- DONNE, Franco Delle e Andreu Jerez (eds.), *Epidemia Ultra*, Andreu Gerez, 2019.
- DRUMMOND, Aristóteles, *Memórias... Fatos e fotos de uma vida*, Polo Books, 2021.
- EBNER, Julia, *La vida secreta de los extremistas — Como me infiltre en los lugares más oscuros de Internet*, Planeta, Temas de Hoy, 2020.
- ECO, Umberto, *Cinco Escritos Morais*, Difel, 1997.
- EMPOLI, Giuliano da, *Os engenheiros do caos*, Gradiva, 2023.
- ERIBON, Didier, *Regresso a Reims*, Dom Quixote, 2019.
- FEKETE, Liz, *A Europa adormecida — O racismo e a ascensão da extrema-direita*, Bookout, 2021.
- FERNANDES, Jorge M. e M. Won, «The Unintended Consequences of Amplifying the Radical Right on Twitter», *Political Communication*, 40(6), pp. 742-767, 2023.
- FIALHO, Joaquim, *Redes sociais: Ilusão, obsessão, manipulação*, Edições Sílabo, 2023.
- FINCHELSTEIN, Federico, *Do fascismo ao populismo na História*, Edições 70, 2019.
- _____, *Breve história das mentiras fascistas*, Edições 70, 2020.
- _____, *Mitologias fascistas*, Edições 70, 2022.
- FORTI, Steven, *Extrema-derecha 2.0 — Que és y cómo combatirla*, Siglo XXI, 2021.
- FRANCES, Allen, *O fim da racionalidade americana — Um psiquiatra analisa a era Trump*, Bertrand, 2018.
- FRANKFURT, Harry G., *Bullshit! — Sobre a conversa fiada, o embuste e a mentira*, Princeton University Press, 2020.
- FROMM, Erich, *Medo da liberdade*, Edições 70, 2023.

- GABRIEL, Ricardo Duque, KLEIN, Mathias e Ana Sofia Pessoa, «The Political Costs of Austerity», *The Review of Economics and Statistics*, 2023.
- GALHARDAS, Rodrigo, *Populismo e a segregação das comunidades ciganas em Portugal: O caso mediático do Chega!*, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, 2022.
- GIL, José, *Portugal, hoje — O medo de existir*, Relógio d'Água, 2004.
- GENTILE, Emilio, *Quién es Fascista*, Alianza Editorial, 2019.
- GONZÁLEZ, Miguel, *Vox S.A. — El Negocio del Patriotismo Español*, Península, 2022.
- GRIFFIN, Roger, *Fascismo — Una Inmersión Rápida*, Tibidabo Ediciones, 2020.
- GRILO, Carlota, *Jornalismo e democracia — A cobertura mediática dos movimentos de direita radical nos países ibéricos (2019-2022)*, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, 2022.
- GRUEN, Arno, *El extraño llevamos dentro — El origen del odio y la violencia en las personas y las sociedades*, Arpa, 2019.
- GUISADO, Daniel Vicente e Jaime Bordel Gil, *Salvini & Meloni — Hijos de la Misma Rabia*, Apostroph, 2021.
- HAN, Byung-Chul, *Infocracia*, Relógio d'Água, 2021.
- _____, *A crise da narração*, Relógio d'Água, 2023.
- HARWICZ, Ariana, *El ruido de una época*, Gatopardo, 2023.
- HAAS, Hein de, *Como funciona realmente a migração*, Temas e Debates, 2023.
- HERMSEN, Joke J., *Melancolia em tempos de perturbação*, Quetzal, 2022.
- HOCHSCHILD, Arlie R., *Extrños en su propia tierra — Réquiem por la Derecha Estadunidense*, Capitán Swing, 2018.
- HOFSTADTER, Richard, *Anti-Intellectualism in American Life — The Paranoid Style in American Politics — Uncollected Essays 1956-1965*, The Library of America, 2020.
- HONÓRIO, Cecília e João Mineiro (coord.), *Novas e velhas extremas-direitas*, Parsifal, 2021.
- JESI, Furio, *Cultura de direita*, Edições 70, 2023.
- JORGE, Maria Inês dos Santos, *O papel da imprensa na mediatização de André Ventura nas eleições legislativas de 2019 e nas presidenciais de 2021*, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica, 2022.
- JULLIARD, Jacques, *O fascismo que se avizinha*, Instituto Piaget, 1996.
- KALIL, Isabela Oliveira, *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, outubro de 2018.
- KERSHAW, Ian, *Hitler — Uma biografia*, Dom Quixote, 2009.
- KIMMEL, Michael, *Hombres (blancos) cabreados*, Barlin Libros, 2019.
- KLEMPERER, Victor, *LTI, A linguagem do Terceiro Reich*, Contraponto, 2009.
- KRAUS, Karl, *Aforismos*, VS, Vasco Santos Editor, 2018.

- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe e Jean-Luc Nancy, *O mito nazi*, Documenta, 2021.
- LEVITSKY, Steven e Daniel Ziblatt, *Como morrem as democracias*, Vogais, 2022.
- LEWIS, Sinclair, *Isso não pode acontecer aqui*, Dom Quixote, 2017.
- LIVRAHI, Giancarlo, *El Poder de la Estupidez*, Ares y Mares, 2010.
- LOACH, Ken e Édouard Louis, *Diálogo sobre arte e política*, Orfeu Negro, 2022.
- LOWENTHAL, Leo e Norbert Guterman, *Prophets of Deceit — A study of the techniques of the American Agitator*, Verso, 2021.
- MADEIRA, Bruno, «Homens entre ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019.
- MADEIRA, Paulo Miguel Fernandes, Katielle Susane do Nascimento Silva e Jorge da Silva Macaísta Malheiros, «A geografia da direita nacionalista em Portugal: contornos de um processo emergente — The geography of the nationalist right in Portugal: outlines of an emerging process», *Cadernos Metrópole*, 23(51), 2021.
- MAGALHÃES, Pedro e João Cancela, «Political Neglect and Support for the Radical Right: The Case of Rural Portugal», janeiro de 2024, <https://doi.org/10.31219/osf.io/ju4xd>
- MALHADO, Alexandre, *Dias de raiva*, Manuscrito, 2024.
- MANN, Michael, *Fascistas*, Edições 70, 2004.
- MANN, Klaus, *Contra a Barbárie — Um alerta para os nossos dias*, Gradiva Breve, 2020.
- MANTAS, Catarina Antunes, *Who supports the Populist Radical Right? The Determinants of Vote for Chega: a Case-study of Populist Radical Right Voters in Portugal: 2019-2022*, Instituto de Estudos Políticos — Universidade Católica, 2022.
- MANUCCI, Lucca, «They shall not pass? The role of supply-side factors in the electoral breakthrough of VOX and Chega», *European Politics and Society*, 1(19), 2024.
- MARANTZ, Andrew, *Antisocial — La Extrema-Derecha y la «Libertad de Expresión» en Internet*, Capitán Swing, 2020.
- MARCHI, Riccardo, *A nova direita anti-sistema — O caso do Chega*, Edições 70, 2020.
- _____, *A Bolha — Uma direita antipopulista*, Edições 70, 2022.
- MARTINS, Carlos, *Os perigos da direita radical — Bolsonaro, Ventura e não só*, Desassossego, 2023.
- MASCOLO (ed.), Gionathan Lo, *The Christian Right in Europe: Movements, Networks, and Denominations*, Transcript, Political Science, 2023.
- MASON, Paul, *Como travar o fascismo — História, ideologia, resistência*, Objectiva, 2022.
- MATOS, Vítor, *Na cabeça de Ventura*, Zigurate, 2024.

- MELLO, Patrícia Campos Mello, *A máquina do ódio — jornalismo, fake news, violência digital*, Quetzal, 2021.
- MEZ, Kristin Kobes du, *Jesus and John Wayne — How White Evangelicals corrupted a faith and fractured a nation*, Liveright Publishing Corporation, 2021.
- MILLER-IDRISS, Cynthia, *Hate in the Homeland — The New Global Far-Right*, Princeton University Press, 2020.
- MONCADA, Luiz S. Cabral de, *O Estado pós-moderno*, Quid Juris, 2018.
- MUDDE, Cas, *O regresso da ultradireita — da direita radical à direita extremista*, Editorial Presença, 2020.
- MULHALL, Joe, *Tambores ao longe — Incursões na extrema-direita mundial*, Temas e Debates, 2022.
- MÜLLER, Jan-Werner, *O que é o populismo?*, Texto, 2017.
- NAVARRO, Fidel Oliván (coord.), *El Toro por los cuernos — Vox, la extrema derecha y el voto obrero*, Tecnos, 2021.
- NETO, Filipe, *Como enfrentar o ódio*, Objectiva, 2024.
- NICHOLS, Tom, *A morte da competência*, Quetzal, 2018.
- NINHOS, Cláudia Sofia, «*Para que Marte não afugente as Musas*» — *A política cultural alemã em Portugal e o intercâmbio académico (1933-1945)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, 2016.
- NUNES, Bruno, *Diário de uma stripper*, Sete Caminhos, 2005.
- , *Chegados aqui!*, Resiste, 2024.
- NUNES, Bruno Miguel e Frederico Bérnard de Carvalho, *Do secreto ao discreto — Maçonaria em Portugal*, Sete Caminhos, 2006.
- PARRANÇA, Adriana Isabel Marques, *O populismo de André Ventura: uma análise discursiva da campanha para as eleições presidenciais de 2021*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, 2022.
- PASOLINI, Pier Paolo, *El fascismo de los antifascistas*, Galaxia Gutenberg, 2023.
- PAXTON, Roberto O., *A anatomia do fascismo*, Paz & Terra, 2023.
- PEIRANO, Marta, *O inimigo conhece o sistema*, Kalandraka — Ágora K, 2020.
- PENA, Paulo, *Fábrica de mentiras — viagem ao mundo das fake news*, Objectiva, 2019.
- PEREIRA, Francisca Paula de Albuquerque, *Discurso de ódio e antidemocrático da extrema direita: os impactos para a erosão democrática e o aumento de violência contra minorias*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023.
- PEYTIBI, Xavier e Sergio Pérez-Diáñez, *Cómo comunica la alt-right — De la rana Pepe al virus chino*, Beers & Politics, 2020.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana e Adriano de Freixo (orgs.), *Brasil em transe: Bolsonaroismo, nova direita e desdemocratização*, Oficina Raquel, 2019.

- PRIOR, Hélder, *Populismo de direita radical em Portugal: enquadramentos informativos nas eleições presidenciais de 2021*, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Autónoma de Lisboa, Labcom, Universidade da Beira Interior, 2022.
- RAMOS, Andrea, (*Muda*) *O meu nome*, edição de autor, 2020.
- RAPOSO, Henrique, *Alentejo prometido*, coleção «Retratos», Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- RASPAIL, Jean, *Mortos: Duzentos milhões — Todos nós*, Publicações Europa-América, 1977.
- REIMEN, Rob, *O eterno retorno do fascismo*, Bizâncio, 2012.
- REIS, José Pedro, «André Ventura — Por Portugal pelos portugueses», *Revista Movimentação*, 7(13), pp. 73-90.
- REKAWEK, Kacper, Thomas Renard e Bàrbara Molas (eds.), *Russia and the Far-Right: Insights from Ten European Countries*, The Hague, ICCT Press, 2024.
- REVELLI, Marco (con Luca Telese), *Turbopopulismo*, Solferino, 2019.
- RIBEIRO, Gabriel Mithá, *Estrada de Beirute — Uma saga familiar moçambicana*, Ideia-Fixa, 2015.
- RODRIGUES, Tiago, *Catarina e a beleza de matar fascistas*, Tinta-da-china, 2024.
- RODRÍGUEZ-POSE, Andrés, TERRERO-DÁVILA, Javier e Neil Lee, «Left-behind versus unequal places: interpersonal inequality, economic decline and the rise of populism in the USA and Europe», *Journal of Economic Geography*, 23(5), setembro de 2023.
- RUNCIMAN, David, *Como acaba a democracia*, Gradiva, 2019.
- SADIN, Éric, *La era del individuo tirano*, Caja Negra, 2022.
- SANDEL, Michael J., *O descontentamento da democracia*, Editorial Presença, 2023.
- SANTIAGO, Daniela, *A tempestade perfeita — Como a extrema-direita regressou à Península Ibérica*, Oficina do Livro, 2021.
- SBARDELLOTO, Moisés, «Facetas midiático-digitais do neorreacionarismo católico no Brasil», *Reflexão*, 48 (Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião), Pontífica Universidade Católica de Campinas, 2023.
- SENSO, Carles, *Fascismo mainstream*, edição de autor, 2020.
- SEVERO, Denise Osório e Paula Guerra, «Extrema-direita, xeno-populismo e colonialidade: discursos de ódio e colonização do imaginário no presente», *Todas as Artes: Revista Luso-Brasileira de Artes e Cultura*, 2022.
- SNYDER, Timothy, *Rússia-Europa-América — O caminho para o fim da liberdade*, Edições 70, 2019.
- SOARES, Nuno, João Moniz e Patrícia Silva, «Digging to the Roots: Populist Attitudes and Personality Traits», *Análise Social*, 2024.

- SOUZA, André Ricardo de, *O Cristianismo Brasileiro Contemporâneo — Aspectos econômicos, assistenciais, políticos e ecuménicos*, Edufscar, 2024.
- STANLEY, Jason, *Facha — Cómo funciona el fascismo y cómo há entrado en tu vida*, Blackie Books, 2020.
- TAGORE, Rabindranath, *Nacionalismo*, Livros de Bordo, 2017.
- TEITELBAUM, Benjamin R., *Guerra pela Eternidade: O retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista*, Editora Unicamp, 2020.
- TELLES, Alda, *Estado de emergência e paradoxos do populismo: o povo contra o povo*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Instituto de Comunicação da Nova, 2021.
- TEMELKURAN, Ece, *Como perder um país — Os setes passos da democracia à ditadura*, Temas e Debates, 2019.
- TIBURI, Marcia, *Como Conversar com un Fascista? — Reflexiones sobre el autoritarismo de la vida cotidiana*, Akal/Inter Pares, 2019.
- TRAVERSO, Enzo, *Las nuevas caras de la derecha*, Siglo Veintiuno Editores — Minimia, 2018.
- _____, *O passado, Modos de usar*, Livraria Tigre de Papel, 2020.
- TWAIN, Mark, *Um candidato idóneo*, Antígona, 2017.
- URBINATI, Nadia, *Yo, el Pueblo — Cómo el populismo transforma la democracia*, Grano de Sal, 2020.
- VÁRIOS, *Patriotas Indignados*, Alianza Editorial, 2019.
- VALENTIM, Vicente, *O fim da vergonha — Como a direita radical se normalizou*, Gradiva, 2024.
- VENTURA, André, *Montenegro*, Chiado Books, 2008.
- _____, *A última madrugada do Islão — A conspiração que matou Yasser Arafat e o Islão*, Chiado Editora, 2009.
- _____, *A culpa é do Benfica*, Chiado Editora, 2017.
- _____, *O dia em que gritei Chega — Matriz ideológica e textos fundadores do Chega*, Edição Chega, 2019.
- VENTURA, André e Miguel Fernandes, *Justiça, corrupção e jornalismo*, Vida Económica, 2015.
- VICENTE Vicente, Maria José (coord.), V.A., *Las Nuevas Extremas Derechas en el Mundo*, Tirant to Blanch, 2023.
- VERSTEEGEN, Peter Luca, «Those were the what? Contents of nostalgia, relative deprivation and radical right support», *European Journal of Political Research*, 63, 2024.
- VUILLARD, Éric, *A ordem do dia*, Dom Quixote, 2018.
- ZÚQUETE, José Pedro, *Populismo — Lá fora, cá dentro*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022.

ANDRÉ VENTURA E O CHEGA: UMA CRONOLOGIA BREVE

- 1983 — André Ventura nasce em Algueirão-Mem Martins (Sintra).
- 2000 — Entra no seminário menor de Penafirme, onde conclui o ensino secundário, na área Económico-Social, com 18 valores. Anos mais tarde, licencia-se em Direito com a nota final de 19 valores.
- 2011-2013 — Jurista da Autoridade Tributária.
- 2013 — Defende a tese de doutoramento em Direito Público.
- 2016 — Integra a comissão executiva da recandidatura de Luís Filipe Vieira à presidência do Benfica.
- 2017 — Enquanto se mantém como professor universitário e comentador do canal CMTV para temas de Segurança e Desporto, candidata-se pelo PSD à Câmara Municipal de Loures em coligação com o Partido Popular Monárquico. É eleito vereador.
- 2018 — Torna-se consultor jurídico da sociedade de advogados Caiado Guerreiro e, mais tarde, da Finpartner, SA. Abandona o PSD.
- 2019 — Ventura regista o Chega a 9 de abril no Tribunal Constitucional. Em junho, ainda em processo de legalização, o partido integra a coligação Basta com o PPM, o Partido Pró-Vida (PPV) e o movimento Democracia 21, às eleições europeias. Ventura lidera a lista, mas falha a eleição. Meses depois, nas eleições legislativas de 6 de outubro, é eleito deputado único do partido.
- 2020 — O Chega adere ao grupo europeu Identidade e Democracia (onde se agrupa a maioria dos partidos populistas radicais e extremistas de direita).
- 2021 — Ventura e o Chega são condenados em tribunal por ofensas a membros de uma família do Bairro da Jamaica. O Tribunal da Relação, primeiro, e o Supremo, depois, confirmam a condenação após recurso. Nas eleições autárquicas de

setembro, as primeiras em que participa, o Chega elege 19 vereadores, 171 deputados municipais e 205 vogais de juntas de freguesia.

2022 — Nas legislativas antecipadas de janeiro, o Chega obtém quase 400 mil votos e passa a terceira força política no parlamento, com 12 deputados.

2024 — Em novas legislativas antecipadas, em março, o Chega elege 50 deputados, obtendo perto de 1,2 milhões de votos (18%). Nas europeias de junho, recua para pouco mais de 9%, elegendo dois eurodeputados. Nesse mesmo ano, o partido adere ao grupo Patriotas pela Europa, que agrega algumas das forças de direita europeias mais extremistas.

2025 — O Chega torna-se a segunda força política e líder da oposição, com 60 deputados e quase 1,5 milhões de votos (perto de 23%), relegando o PS para um histórico terceiro lugar. O partido passa a ser o mais votado na maioria dos distritos a sul do Tejo (Setúbal, Portalegre, Beja e Faro).

AGRADECIMENTOS

Este livro não existiria sem a confiança, o respeito, a coragem e o contributo de centenas de antigos e atuais dirigentes, militantes e eleitores do Chega. Muitos estão identificados ao longo dos capítulos, outros preferiram o anonimato. Um agradecimento, também, a outros entrevistados citados neste livro, sem relação com o Chega, mas que ajudaram a consolidar o retrato destes anos.

Este livro também não veria a luz do dia sem o amor e a compreensão da Mariana Correia Pinto. A ela, aos meus filhos, à minha mãe e restante família nunca conseguirei pagar as minhas arrelias, inconstâncias, amuos, obsessões e ausências ao longo de quase cinco anos. Guardo, pelo menos, a esperança de que compreendam a minha dedicação, por vezes irracional, a este projeto, como testemunho da humilde vontade de legar ao futuro, através do jornalismo, esta memória e, através dela, servir a democracia, bem maior.

A ideia deste livro, o seu apuro e primeira leitura crítica, deve muito a um profissional e amigo chamado Francisco Camacho. Ele, sim, nunca desistiu de mim nem deste projeto.

À Penguin Random House, nas pessoas da Clara Capitão e da Eurídice Gomes, que me abriram as portas da editora sem olhar para trás, honrando os pergaminhos internacionais da Penguin em nome da liberdade, do escrutínio público e da riqueza do debate de ideias para o aprofundamento da democracia. Serei eternamente grato.

À Isabel Duarte e ao Alfredo Mendes, a quem tive o desplante, em nome da amizade, de entregar uma versão XXL deste livro para que fossem implacáveis nas achegas, críticas e cortes. À Isabel devo ainda a solidariedade, o apoio e lutas incansáveis para que este livro visse a luz do dia no Portugal democrático, apesar destes tempos adversos, onde se volta a sentir o «fedor da covardia», expressão que roubo ao meu amigo Carlos Tê.

Para o Pedro Vieira, um eterno abraço. Ele sabe porquê.

Este livro também não existiria sem pequenos e grandes contributos. O meu trabalho, segurança, dedicação e inspiração seriam mais difíceis de obter sem a ajuda, conselhos, opiniões, críticas, pistas e dicas do André Carmo, Andréia Azevedo Soares, António Araújo, Aitor Varea Oro, Catarina Magalhães, Cátia Moreira de Carvalho, Cristina Salbany Branco, Daniel Faiões, Gisele Lobato, Henrique Sousa, Ivo Carvalho, João Figueira, José Luís Ribeiro, João Paulo Ventura, Juliana Fernandes, Luísa Serras, Manuel Almeida, Manuel Pinto dos Santos, Maria Isabel Tomás, Maria João Clemente, Maria João Monteiro, Maria Manuela Durão, Miguel Pinto, Miguel Silva, Nelson Bertini, Patrícia Posse, Paula Cruz, Paulo Pena, Paula Sofia Luz, Paulo Sousa, Paulo Vila, Ricardo Correia Afonso, Rui Lourenço, Sílvia Lemos, Sofia Martins, Sónia Santos Lima, Teresa Violante e Zélia Charraz Parreira.

Ao «mano» Ricardo Alexandre e à Sofia Branco devo muito mais, para a vida, do que o acolhimento, incentivo e afago em muitos dias e noites em Lisboa. Além de continuarem a ser referências para o meu trabalho, são um dos meus mais sólidos bastiões de afetos, incentivo e solidariedade.

À revista *Visão*, à sua direcção entre 2019 e 2023, mas em particular ao Filipe Luís, à Lucília Monteiro e aos meus camaradas da antiga e saudosa redacção do Porto, a minha gratidão pelo compromisso e por terem aturado, ao longo de quase vinte e cinco anos, o jornalista obsessivo que sou. Ao *Público*, nas pessoas do David Pontes, da Sónia Sapage e do Sérgio B. Gomes, também o meu agradecimento.

Não chegaria uma dúzia de páginas para nomear todos aqueles, dos mais variados ofícios, geografias, partidos e classes sociais, que, ao longo destes anos, me fizeram chegar pistas, informações e incentivaram, das mais diversas maneiras, a não desistir. Não imaginam como foram decisivos. Alguns, pelas funções que ocupam ou ocuparam em órgãos e instituições sensíveis do Estado, empresas, organizações, associações e forças políticas, nunca poderiam ser nomeados. Mas é como se aqui estivessem.

Por último: a escrita de alguns capítulos deste livro não seria possível sem a paz, tranquilidade e deslumbramento vividos no Albergue de Natureza de Porto Manso (Baião) e nos imensos convívios familiares numa aldeia de Cinfães, onde a minha escrita já se sente em casa.

A todos, muito obrigado.

Sobre este livro



Fundado em abril de 2019, o Chega apresentou-se ao país para defender os «portugueses de bem», «arrasar» o «sistema», «limpar» Portugal dos «bandidos», «expulsar» imigrantes e erguer a «Quarta República».

Forjado no sensacionalismo, o partido que galgou a escada do poder até se tornar a segunda maior força parlamentar em 2025 revelou-se um projeto político dominado por contradições, casos, *vendettas* e ambições desmedidas. Provocador em todas as linhas políticas que apresenta, trouxe polarização à vida democrática, cavalgou preconceitos e contribuiu para extremar a sociedade.

Mas quem financia o Chega? Que enredos esconde? O que revelam os bastidores? A que redes internacionais está ligado? Como convive com saudosistas da ditadura e neonazis? Quais os perfis, percursos e métodos que disputam influência interna? Como atraiu eleitores de outros partidos? Que correntes religiosas e políticas disputam o poder? Como usa e reinterpreta o passado e a atualidade para conquistar setores sociais fragilizados, jovens e zonas negligenciadas do país?

Esta é a investigação que revela a face oculta do Chega.

Com recurso a milhares de páginas de documentos inéditos e largas dezenas de entrevistas exclusivas com fundadores, financiadores, atuais e antigos dirigentes e militantes, *Por dentro do Chega* é, sobretudo, um retrato do partido por aqueles que o criaram e o fizeram. Sem filtros.

Miguel Carvalho, premiado jornalista, leva o leitor numa viagem às entranhas da direita radical populista e do «país Chega», evidenciando as consequências das suas opções e práticas políticas para o regime democrático.

Sobre o autor

MIGUEL CARVALHO, jornalista, nasceu no Porto em 1970. Coursou Radiojornalismo, trabalhou no *Diário de Notícias* (1989-1997), no semanário *O Independente* (1997-1999) e na revista *Visão* (1999-2023). Venceu o Prémio Orlando Gonçalves (Jornalismo, em 2008 e 2020), o Grande Prémio Gazeta, do Clube dos Jornalistas (2009), o Prémio Gazeta de Imprensa (2022) e o Prémio Jornalismo de Excelência Vicente Jorge Silva (2023). Além do seu trabalho jornalístico, que tem merecido destaque na imprensa internacional de referência, publicou ainda sete livros, entre eles *Quando Portugal ardeu* e *Amália — Ditadura e revolução, a história secreta*, que somam já 12 edições. Nos últimos anos, tem dedicado grande parte dos seus trabalhos à cobertura e investigação do radicalismo de direita em Portugal.